Ditadura, conflito e repressão no campo

A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro

Leonilde Servolo de Medeiros

ORGANIZADORA

CONSEQUÊNCIA

Embora haja uma produção acadêmica bastante vigorosa, em especial no âmbito da História e das Ciências Sociais, a respeito das ações do regime empresarial militar, enfatizando a repressão sobre as organizações de esquerda, movimento estudantil, mundo das artes e da cultura, são, ainda relativamente poucos os estudos sobre a experiência da classe trabalhadora no contexto da violência e repressão que se sucedeu ao golpe. Com a criação de um grupo de trabalho específico sobre a violência contra trabalhadores e outro para tratar de camponeses e indígenas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ficou evidente a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre os efeitos, diretos ou indiretos, da ditadura sobre o mundo do trabalho.

Diversas iniciativas de resgate da memória dos trabalhadores se estruturaram nos últimos anos, com destaque para o Grupo *Mundos do Trabalho*, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), e para os seminários internacionais *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da CUT (Cedoc/CUT), realizados em 2008, 2011, 2013 e 2016

No que se refere aos trabalhadores rurais, temática à qual o volume que o leitor tem nas mãos se dedica, um passo importante foi a constituição da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), que subsidiou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Trata-se de um grupo, composto por pesquisadores de diversos pontos do país e também por assessores de organizações do campo, que se articularam para tratar do tema por demanda do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012. Esse foi um importante espaço no qual pôde emergir o debate sobre o que foram a repressão e as resistências no campo, mostrando a necessidade de dar continuidade a iniciativas anteriores que já traziam importantes indicações do significado da ditadura no meio rural, em especial sobre o cotidiano dos camponeses.

Trata-se de esforços de diferentes instituições e grupos de pesquisa para escrever uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1986), ou seja, uma história do ponto de vista dos vencidos, extremamente importante para a constituição de uma outra memória, que resgate atores, formas de luta e permita repensar as relações de poder e seus desdobramentos ao longo da história.

É nesse quadro que se insere o projeto *Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, desenvolvido entre março de 2014 e fevereiro de 2016, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e cujos principais resultados são apresentados neste volume.

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS é doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do CNPQ e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj. Coordenadora do Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

ISBN 978-85-69437-43-7

O livro que o leitor tem em suas mãos é bem mais do que uma coletânea de depoimentos sobre a violência exercida contra camadas de camponeses, assalariados rurais, pequenos comerciantes e artesãos que vivem, ou viveram, no mundo rural do atual estado do Rio de Janeiro. Bastava que fosse apenas isto, feito com dedicação e seriedade por cientistas sociais convencidos de que a escuta dos mais frágeis e desprovidos de recursos materiais, e de meios de intervir nos debates públicos, em universo profundamente marcado pela escravidão em larga escala, para que preenchesse uma lacuna importante de nossa bibliografia; se quisermos dimensionar a dificuldade de incorporar a totalidade de indivíduos e famílias em deliberações livres e coletivas, de democracia digna desse nome, é via incontornável. A arbitrariedade imposta pela coerção física e material, quando descrita em detalhes, impele o leitor a se questionar sobre o mundo absurdo em que vive. Por que uns podem dispor de todas as condições materiais e de tranquilidade para fazerem projetos de vida e buscarem convencer seus pares, e os outros estão condenados a tentar escapar do uso da força alheia para anular suas capacidades de pensar por si próprios? Com efeito, o simples relato de violências supõe a distância frente ao agressor eventual. Ninguém pode exercer a lucidez quando submetido a castigos corporais ou sob ameaça constante. Escolhas livres de seu destino, individuais e coletivas, implicam que as vítimas disponham de meios de neutralizar de imediato as coerções que sobre elas são exercidas. As várias modalidades de violência têm que ser banidas para que possa existir uma coletividade de cidadãos livres e iguais em direitos.

AFRÂNIO RAUL GARCIA JR.
Maître de conférences à l'EHESS, chercheur du CESSP (UMR 8209; CNRS/Paris 1/EHESS)
Professor pesquisador convidado no IESP/UERJ, pesquisador associado ao CBAE/UFRJ e ao MAS

Apoio:

Leonilde Servolo de Medeiros
(organizadora)

Ditadura, conflito e repressão no campo

CONSEQUÊNCIA

Ditadura, conflito e repressão no campo

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS (ORGANIZADORA)

Ditadura, conflito e repressão no campo

A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro

CONSEQUÊNCIA

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

A realização da pesquisa que deu origem a este livro só foi possível com o apoio de um amplo conjunto de pessoas e instituições que perceberam a importância do trabalho e se dispuseram a colaborar com sua realização. Citando nomes, corremos o risco de sermos injustos, esquecendo de mencionar uns e outros. Desde já pedimos desculpas por algumas omissões involuntárias.

Antes de mais nada, nossos agradecimentos aos trabalhadores rurais do estado do Rio de Janeiro, com quem conversamos por vezes horas a fio, ouvindo suas histórias que trouxeram à tona lembranças difíceis. Foram momentos de muita emoção. Alguns deles se dispuseram a fazer depoimentos públicos na sessão que organizamos com a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio) em 15 de maio de 2015: Jair da Anunciação, Laerte Bastos, Ney Fernandes, Lindsey Fernandes, Jorge Francisco de Brito, Roseli Borges e Neusa Borges.

Agradecemos ainda a antigos advogados sindicais, religiosos, agentes de pastoral, ex-militantes e estudiosos do tema que relataram, em longas entrevistas, suas experiências junto aos trabalhadores.

Diversas pessoas colaboraram cedendo generosamente publicações, dados de pesquisas anteriormente feitas, ainda em curso ou documentos sob sua guarda. Foram fotos, entrevistas, recortes de jornais, material de arquivos pessoais, todos essenciais para avançarmos na empreitada. Nosso agradecimento especial a Adriana Mattoso, Adriano Novaes, Ailton Rosa Júnior, Alberto Santos, Alejandra Estevez, Angela Mascelani, Davi Paiva, Delso Gomes, Edjalma Dias, Gilson Gabriel, Lígia Freitas, Marcelo Ernandez, Marcelo de Carvalho Rosa, Nina Almeida, Renato Kamp, Rosilda Benacchio, Vladimir Miguel Leão (Bigu), Wellington Lyra Jesus.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) nos abriu seus arquivos e, com inteira confiança, nos deu liberdade para organizá-los e digitalizá-los. Agradecemos a seus diretores,

na figura de Oto dos Santos, e às secretárias Eliane Oliveira e Sandra Klen pela disponibilidade em colaborar.

Nossa gratidão à equipe do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da CPT Nacional, em especial a Antonio Canuto, pela acolhida e possibilidade de acesso a arquivos ainda não digitalizados.

Alessandra Gasparotto, professora da Universidade Federal de Pelotas, durante seu estágio sanduíche no CPDA/UFRRJ, nos ajudou a potencializar o uso da plataforma do projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional. Na consulta ao acervo, contamos com o apoio de Carmen, funcionária da casa.

A pesquisa seria impossível sem a mediação de pessoas dos locais que visitamos e que nos ajudaram na localização de trabalhadores que pudessem nos dar informações: em Angra dos Reis, Rosilda Benacchio; em Cabo Frio, Gilton Souza de Luna (secretário do STTR do município), Elícia Ramos Cruz, Secretária de Mulheres do STTR de Cabo Frio e da Fetag/RJ e Jonatas Carvalho, historiador que pesquisa a Fazenda Campos Novos; em Cachoeiras de Macacu, Alberto Santos, Arlindo Lovise de Souza (Quito), Dionísio Felipe de Jesus Neto, Leonardo Bauer, Natália Dias da Silva, Rosilene Brives (Lena), Paulo Roberto Raposo Alentejano; em Campos dos Goytacazes, Paulo Honorato, Erica Vieira de Almeida e José Luis Vianna da Cruz; em Duque de Caxias, Erica Silva, Lucas dos Santos e Luis Carlos Salasar, Marluce Santos, Michelle Pessanha, Nilson Venâncio, Sandra Paula; em Japeri, Romário Silveira e Josimar Fausto da Silva; em Macaé, Meynardo Rocha de Carvalho; em Nova Iguaçu, Antonio Lacerda; em Teresópolis, Ramon Torres Araújo e Adriene Sá; em Valença, Benedito Luiz Rodrigues, Anna Leite, Carlos Salema, Gilson Gabriel, Dilson Sampaio.

Agradecemos ainda a Teodomiro José de Almeida, pela indicação de nomes para entrevistas; a Paulo Cesar Azevedo de Almeida, pela ajuda em relação a algumas dificuldades sobre termos jurídicos; a Thaissa Fontoura pelo apoio nos trabalhos de campo em Cachoeiras de Macacu.

Ao longo do trabalho, trocamos ideias e obtivemos preciosas informações de Afrânio Raul Garcia Jr., ex-assessor da Fetag/RJ e professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales/Paris; Alberto Santos, professor aposentado e incansável pesquisador da história de Cachoeiras de Macacu; Marcelo Chalreo e Luis Rodolfo Viveiros de Castro, da Comissão de Direitos Humanos da OAB; Marcelo Ernandez, professor da Escola de Comu-

nicação da UERJ e Mario Grynszpan, professor da Universidade Federal Fluminense.

À CEV/Rio, agradecemos o diálogo, sempre respeitoso e estimulante, bem como a disponibilidade para nos ajudar em tudo que foi necessário para o bom andamento da pesquisa. Diego Maggi, Lucas Pedretti, Nadine Borges, Virna Plastino, Vítor Guimarães foram companheiros constantes dessa jornada.

Finalmente, somos gratos à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento da pesquisa e recursos para a publicação deste livro.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do estado do Rio de Janeiro e aos que apoiaram suas lutas por terra, direitos trabalhistas e justiça no campo

SIGLAS

AATR – Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AI – Ato Institucional
AJUP – Assessoria Jurídica Popular
ALF – Associação dos Lavradores Fluminenses
AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
AMAT – Associação de Moradores e Amigos de Trindade
AMOC – Associação dos Moradores do Campinho da Independência
AMOT – Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade
ANAPAP – Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas
ANATAG – Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores da Agricultura
ANC – Assembleia Nacional Constituinte
AP – Ação Popular
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APP – Área de Preservação Permanente
APPCG – Associação dos Pequenos Produtores de Cachoeira Grande
ARJ/SNI – Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações
BIB – Batalhão de Infantaria Blindada
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNH – Banco Nacional de Habitação
BNM – Projeto Brasil: Nunca Mais
CAC – Cooperativa Agrícola de Cotia
CAF – Comissão de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro
CAF – Companhia América Fabril
CBAE/UFRJ – Centro Brasileiro de Altos Estudos/UFRJ

CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEDOC/CUT – Centro de Documentação da Central Única dos Trabalhadores
CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
CERJ – Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro
CESM – Campo Experimental Santa Mônica
CESSP – Centre Européen de Sociologie et de Science Politique
CGI – Comissão Geral de Investigação
CGM – Circunscrição Judiciária Militar
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNRS – Centre National de la Récherches Scientifiques
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo
COC – Círculos Operários Cristãos
COLINA – Comando de Libertação Nacional
COMPERJ – Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSIR – Comissão Nacional de Sindicalização Rural
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPE/UFRJ – Instituto Alberto Luís Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia/Universidade Federal do Rio de Janeiro
CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPPM – Código de Processo Penal Militar
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRB – Confederação Rural Brasileira
CS – Conceição de Suruí
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional

CSN – Conselho de Segurança Nacional
CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DETRAN/RJ – Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro
DG – Departamento Geográfico
DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DNPL – Departamento Nacional de Pesquisas e Lavras
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DOPS/GB – Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara
DOPS/RJ – Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro
DPHAN – Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPS – Departamento de Polícia Social
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DTC – Divisão de Terras e Colonização
EASA – Engenheiros Associados Sociedade Anônima
EEHSS – École des Hautes Études en Sciences Sociales
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAERJ – Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FAG – Frente Agrária Gaúcha
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FARERJ – Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro
FARSUL – Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FCA/UNESP – Faculdade de Ciências Agronômicas/Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
FCOF – Federação dos Círculos Operários Fluminenses
FCP – Fundação Cultural Palmares
FETAESP – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo
FETAG/RJ – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FLERJ – Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FLUMITUR – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
FM/UFRJ – Faculdade de Medicina/Universidade Federal do Rio de Janeiro
FNM – Fábrica Nacional de Motores
FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
FUNRURAL – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAA – Instituto do Açúcar e do Álcool
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRE/GIA/FGV – Instituto Brasileiro de Economia/Grupo de Informação Agrícola/Fundação Getúlio Vargas
IESP/UERJ – Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
INT/MIC – Instituto Nacional de Tecnologia/Ministério da Indústria e Comércio
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPM – Inquérito Policial Militar
ISOP/FGV – Instituto de Seleção e Orientação Ocupacional/Fundação Getúlio Vargas
ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
ITR – Imposto Territorial Rural
JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JUDICA – Juventude Diocesana Católica
LABHOI/UFF – Laboratório de História Oral e Imagem/Universidade Federal Fluminense
MASTER – Movimentos dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MPF – Ministério Público Federal
MR8 – Movimento Revolucionário 08 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais
MTIC – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
NAF – Núcleo Agrícola Fluminense
NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/CPDA/UFRRJ
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirante
ORM-POLOP – Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PM − Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
POC – Partido Operário Comunista
PRL – Partido Republicano Liberal
PROÁLCOOL – Programa Nacional do Álcool
PROVÁRZEAS – Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis
PRRA – Plano Regional de Reforma Agrária
PRT – Partido Rural Trabalhista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PST –Partido Social Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTR – Partido Rural Trabalhista
PUA − Pacto Unidade e Ação
REDUC – Refinaria Duque de Caxias
RGI − Registro Geral de Imóveis
SDLB − Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro
SEAF – Secretaria de Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro
SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática
SJBM − São José da Boa Morte
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNI – Serviço Nacional de Informações
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STIAC – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Campos
STM – Superior Tribunal Militar
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
STRC – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUPRA − Superintendência de Política Agrária

TDA – Título da Dívida Agrária
TEBIG – Terminal da Baía da Ilha Grande
TURIS – Plano de Aproveitamento Turístico
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UPF – União Progressista Fluminense
UUIO – Unidade Urbana Integrada a Oeste
VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

PREFÁCIO

Afrânio Raul Garcia Jr.[1]

Para entender a violência no Rio de Janeiro

O livro que o leitor tem em suas mãos é bem mais do que uma coletânea de depoimentos sobre a violência exercida contra camadas de camponeses, assalariados rurais, pequenos comerciantes e artesãos que vivem, ou viveram, no mundo rural do atual estado do Rio de Janeiro. Bastava que fosse apenas isto, feito com dedicação e seriedade por cientistas sociais convencidos de que a escuta dos mais frágeis e desprovidos de recursos materiais, e de meios de intervir nos debates públicos, em universo profundamente marcado pela escravidão em larga escala, para que preenchesse uma lacuna importante de nossa bibliografia; se quisermos dimensionar a dificuldade de incorporar a totalidade de indivíduos e famílias em deliberações livres e coletivas, de democracia digna desse nome, é via incontornável. A arbitrariedade imposta pela coerção física e material, quando descrita em detalhes, impele o leitor a se questionar sobre o mundo absurdo em que vive. Por que uns podem dispor de todas as condições materiais e de tranquilidade para fazerem projetos de vida e buscarem convencer seus pares, e os outros estão condenados a tentar escapar do uso da força alheia para anular suas capacidades de pensar por si próprios? Com efeito, o simples relato de violências supõe a distância frente ao agressor eventual. Ninguém pode exercer a lucidez quando submetido a castigos corporais ou sob ameaça constante. Escolhas livres de seu destino, individuais e coletivas, implicam que as vítimas disponham de meios de neutralizar de imediato as coer-

1 Maître de conférences à l'EHESS, chercheur du CESSP (UMR 8209; CNRS/Paris 1/EHESS) Professor pesquisador convidado no IESP/UERJ, pesquisador associado ao CBAE/UFRJ e ao MAS.

ções que sobre elas são exercidas. As várias modalidades de violência têm que ser banidas para que possa existir uma coletividade de cidadãos livres e iguais em direitos. Em boa hora, o governo eleito pelo voto popular de Dilma Rousseff tomou a iniciativa de abrir a possibilidade de vasculhar os arquivos do período ditatorial (1964-1985) e de se recolher depoimentos para que se possa refletir sobre os legados do autoritarismo tanto político como social e econômico, e melhor compreender os vínculos entre liberdades individuais e coletivas. "Quem não sabe de onde vem não tem ideia para onde vai", reza adágio de larga tradição.

Mas esse livro não é um somatório de denúncias de violências físicas ou morais exercidas de maneira arbitrária. A equipe coordenada pela socióloga Leonilde Medeiros apresenta aqui uma análise detalhada do contexto social e cultural onde essas violências se tornaram possíveis, quando não banais. As pesquisas e estudos que se dão a ler mostram como a prática constante de violências por parte dos que detêm patrimônio fundiário de monta, por meios legítimos ou forjados, se inscreveu nos modos de sociabilidade vigentes no meio rural da unidade da federação brasileira que circundou a capital do país de 1763 a 1960, permitindo a continuidade da distribuição de poderes econômicos, políticos e culturais. A obra vai bem além do inventário das práticas de violência que concebemos no momento presente como abusivas e condenadas pelos dispositivos legais em vigor desde a vigência da Constituição de 1988. Ela demonstra como tais práticas estão vinculadas a muitas outras formas de comportamento cotidiano, o que permite que sejam vistas como "naturalizadas", em outras palavras, que comportamentos arbitrários, e classificados por muitos como intoleráveis, sejam transfigurados em modos de viver, de sentir e de pensar que teriam o dom de serem "eternos", como modalidades de existência humana, que "sempre foi assim", que "é assim", que "sempre será assim". Formas contingentes de ser e de pensar passam a ser apresentadas, e vividas, como fazendo parte da "ordem das coisas". Por isso mesmo a análise da violência física, para punir ou coagir alguém a fazer algo, é acompanhada aqui dos modos de existência da violência simbólica, mais precisamente, as ações e comportamentos que impõem uma configuração social particular e arbitrária como a forma única e necessária de existir coletivamente. As ordens de uns poucos podem ser acatadas por outros sem que seja necessário fazer apelo constante "ao chicote". Tudo parece distante e independente dos es-

forços para compreender o que se passa, como o movimento dos astros. Ao inverso, a história que será contada aqui, muito apropriadamente chamada pelos autores de "história a contrapelo", se concentra na elaboração de narrativa que permita compreender fatos de que pouco ou nada se fala, de modos de pensar e relatar o ocorrido bastante surpreendentes para quem não viveu os fatos relatados, bem diferente das versões correntes. Um mínimo de familiaridade com os relatos que se seguem provocaria no leitor um certo estupor, frente a uma questão bem simples e corriqueira: como é que fatos ocorridos na beira da cidade do Rio de Janeiro, local que concentra meios de comunicação de vasta amplitude de longa data (edição e tipografias, jornais, rádio, televisão, centrais de redes sociais etc.), são ignorados por partes significativas das camadas mais cultas e escolarizadas da população? Caso o leitor eventual desta obra não fique convencido pelas evidências apresentadas, ele pode mobilizar livros e autores, reportagens e crônicas, oponentes às visões aqui expressas, ou mesmo ir investigar ele mesmo a pertinência dos dados e modelos de compreensão aqui expostos. Que prevaleça a narrativa de maior poder explicativo das configurações em que estamos todos imersos. Isso tudo demonstra como os autores e sua coordenadora foram fiéis à proposta mesma de "Comissão da Verdade", verdade que apenas pode emergir de debates públicos, em que uma das partes apresente fatos e ângulos de análise altamente inovadores, como é o caso desta obra.

Rio de Janeiro, mundo violento

Raras são as metrópoles, em escala mundial, que disputam com o Rio de Janeiro o primado da imagem de ser palco de grandes violências e de incerteza na preservação do bem-estar corporal de cada vivente residente na cidade ou simples turista. O decreto federal recente de intervenção das Forças Armadas nas várias forças policiais do Rio de Janeiro, ao final do Carnaval de 2018, contribui atualmente para aumentar a perplexidade frente os rumos do cotidiano da cidade e, particularmente, a dúvida sobre em que condições se farão as eleições gerais previstas para este mesmo ano. O presente dominado por políticos corruptos; bandos de traficantes de drogas dispondo de armamentos pesados e que conseguem retornar aos territórios

onde as favelas estão localizadas em um piscar de olhos; contingentes de policiais que ninguém consegue saber ao certo a que fins estão voltados; grupos de imprensa ancorados em propriedade de jornais, mas também em concessões públicas de rádio e televisão, que divulgam noticiário que contempla apenas jogos de poder de grupos dominantes e seus próprios interesses comerciais; pastores que se aproveitam da religiosidade de quem assim mantém alguma esperança no futuro para amealhar fortunas pessoais constituem tantos fatores que acrescentam ansiedade e opacidade ao dia a dia da cidade. Bairros de alta burguesia ou bairros populares e favelas demonstram apreensão, vendo-se como vítimas de violência de vulto. O Rio de Janeiro evoca, assim, cidade implantada em sítio de rara beleza desde o século XVI, com população que demonstra conservar fina ironia para representar seus males e expressar certa alegria de viver, como se assistiu nos desfiles de escolas de samba em fevereiro, mas cidade "partida" e de cotidiano pouco ou nada previsível para os que nela residem e trabalham. Quem pensa hoje que essa representação da metrópole possa ser melhor entendida e relativizada, se confrontarmos o presente com o histórico das violências que tiveram por cena o mundo rural do estado do Rio, sobretudo nos engenhos de açúcar e nas fazendas de café? Sem dúvida esse livro permite que esse exercício seja feito e projete luz no entendimento das tragédias atuais.

Desde o Império, plantações de café começaram a substituir as matas existentes no Vale do Paraíba do Sul, como examinou em profundidade o historiador Stanley Stein em *Vassouras, a country coffee*, enriquecendo seus proprietários através do emprego de grandes contingentes de escravos (STEIN, 1957). O fausto das casas-grandes edificadas ao longo do XIX supera a grandeza e o luxo dos exemplares existentes nas demais regiões do país, mesmo quando confrontadas com o Nordeste. Essa acumulação de riquezas esteve na origem de nova aristocracia imperial, os assim chamados "barões do café". Deste grupo saíram políticos de maior destaque no Império, de quem se dizia que, sobre qualquer debate em pauta no Parlamento, "vamos aguardar para ver o que diz o Vale" (implícito: do Paraíba do Sul, terra de café). Na outra ponta das *plantations* tínhamos o escravo de origem africana, mantido sob coerção, como o mesmo livro citado documenta. A substituição progressiva dos escravos negros por imigrantes pobres de origem europeia, sobretudo alemães e italianos, se fez sem que o uso da

coerção e de castigos corporais desaparecesse do universo da *plantation*. Nenhuma igualdade havia entre os polos dos que tinham o exercício do mando e aquele onde estavam os responsáveis por todas as tarefas manuais. A forte hierarquia social, reforçada pelos atributos de aparência física na cor da pele, nos cabelos, na espessura dos lábios, origem de muitas mazelas denunciadas mesmo pelo primeiro imperador (PEZZUTTI, 2016), é um atributo de longa data das terras fluminenses, coextensivo da chegada dos portugueses às Américas. Contudo, ao longo do século XIX, a *plantation* de café pode atingir o altiplano de São Paulo, contando com a extensão de ferrovias a baratear os custos de transporte até os portos de exportação, e provocando uma concorrência com as "áreas velhas" do estado do Rio, a que os senhores de escravos e fazendas não puderam resistir. As grandes famílias ou se deslocaram para a "fronteira agrícola" de maior produtividade, ou foram atingidas pela decadência material, ou ainda se dispuseram a reconversões sociais de monta, sobretudo através de investimentos escolares. Não houve outras lavouras de exportação que restaurassem suas fontes de riqueza. Regra geral, foram os pastos extensivos para criação bovina que serviram de substitutos para o café em larga escala. Essa opção implicou dispensar bom número de famílias de colonos após o fim da escravidão e degradou os solos fluminenses para cultivo regular. Outra poderia ser a evolução dos usos do espaço apropriado pelos colonizadores? Certamente que sim, se as matas fossem reconstituídas ou antigas famílias de escravos e/ou de colonos conseguissem ter acesso a patrimônio fundiário e neles pudessem construir casas mais próximas dos padrões de outras classes sociais e dispusessem de terra para plantio de alimentos e matérias-primas cuja rentabilidade era diminuta para antigos fazendeiros. Isto não parece ter ocorrido frequentemente em terras de antigas fazendas de café, senão em escala restrita, como aparece no estudo realizado sobre um assentamento de Trajano de Moraes. A possibilidade de transformar grandes domínios agrários em decadência, cuja terra foi utilizada por exploração pecuária de baixíssima produtividade, em propriedades familiares de corte camponês ficou bloqueada nessa região, provavelmente pelo prestígio político de suas antigas elites agrárias. Ela se materializou na Baixada Fluminense, em torno da cidade do Rio de Janeiro e de Niterói, em seguida aos importantes investimentos do Estado federal para sanear a região e conter os focos de febre amarela.

Em finais do XIX e inícios do XX, o Rio de Janeiro era porto temido por navios de pavilhão de outras nações por abrigar epidemia de febre amarela de considerável escala. Mas era na Baixada, que circundava a cidade e se prolongava em direção ao Norte, onde a situação era mais grave, a tal ponto que o povoamento antigo se dispersou ou abandonou esses locais. A demografia destas regiões comprova claramente esses movimentos de população. A revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, procederia de forma consequente a obras de infraestrutura, permitindo o saneamento da região. Foi o bastante para que logo em seguida houvesse forte movimento migratório de vários pontos do país, mas sobretudo de áreas cafeeiras do Espírito Santo e de Minas Gerais, reduzidas, como o estado do Rio, à condição de "áreas velhas". Interessante notar que a forte migração foi se localizar tanto em áreas rurais como urbanas e que, ainda nas décadas de 1940 e 1950, a população rural e a população urbana mostravam certo equilíbrio. Exame acurado de dados demográficos pode demonstrar que foram as décadas de 1960, 1970 e 1980 que conheceram o inchaço de populações urbanas e a perda forte dos residentes em mundo rural. Exatamente ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, ganha impulso o movimento camponês reivindicando reforma agrária, o que poderia ser implementado, por exemplo, na Baixada Fluminense, com discriminação de terras devolutas e/ou públicas a serem utilizadas para instalação definitiva de agricultores familiares (GRYNSZPAN, 1987). Terras abandonadas por herdeiros de concessões coloniais em virtude da pouca salubridade da região, ou terras que ficaram à margem das modalidades de ocupação do solo pelas vias para escoamento do ouro e diamantes vindos de Minas Gerais e da exploração por *plantations*, poderiam ter sido arrecadadas pelo Estado para sua distribuição sistemática a famílias que deixaram a condição de "colonos", sem ter acumulado meios materiais ou mesmo incorporado disposições mentais para a nova vida urbana, e estavam sem condições de chegar às cidades metropolitanas, médias ou pequenas com capacidade de reconverter suas formas de existência com sucesso. Em épocas precedentes aos anos de 1930, antigos escravos ou colonos que os sucederam viveram em condições precárias e sob o jugo constante de castigos corporais, não raras vezes chegando a mortes. A violência exercida diretamente pelos grandes proprietários ou mais frequentemente pelos seus prepostos, como sucessores dos feitores

dos tempos coloniais, foi o fator dominante para manter a maioria da população rural sob condições de vida de grande pobreza e sem possibilidade de participar efetivamente dos jogos de poder político, a não ser como clientela das grandes famílias em seus confrontos locais e regionais. Livros editados no começo do século XX, como os do político fluminense, que se tornou ministro do Tribunal Superior da República, Alberto Torres, avançaram a ideia de distribuição do patrimônio fundiário pelo Estado nacional para "fixar o homem à terra", mas nenhum movimento político ou social, mesmo em suas vertentes anarquistas ou comunistas (a partir de 1922), conseguiu fazer prosperar tal via de mudança histórica. O estado do Rio de Janeiro pode figurar como exemplo, em paralelo ao Paraná dos anos 1950 ou, mais tarde, na década de 1970, na Amazônia, de como a arrecadação de terras pelo Estado para instalação das frações mais desprovidas de recursos materiais foi uma possibilidade não adotada pelos governantes, ou barrada por elites agrárias interessadas em manter bolsões de pobreza a alimentar mão de obra barata em seus empreendimentos. Imagine-se o que foi a violência incorporada como sem remédio para famílias que se viram passar da situação de "protegidos pelo patrão", nas antigas *plantations*, para ir em busca de teto onde abrigar os seus e de terreno onde pudessem fazer uso da competência que adquiriram nas lides da lavoura. Nada as preparou para acumular recursos materiais e culturais para o intenso e rápido processo de industrialização urbana do pós-1930. Podemos hoje conceber, *a posteriori* e por comparação com as vias de transformação seguidas por outros países, nas Américas ou na Europa, como foi duro e exigente a nível emocional e intelectual estar forçado no Brasil a se reconverter nas formas de viver e de pensar sua existência, sem dispor dos meios que assegurem o sucesso dessas tentativas múltiplas. Assim, à violência banal do mundo colonial, dominado pela escravatura, se acrescentou a violência do desenraizamento total dos que se viram forçados a sair do universo das *plantations* sem ter para onde ir. A violência específica do século XX não vem apenas das interações que se fazem com uso de coerção direta, seja por agentes privados ou dotados de mandato oficial: ela reside na obrigatoriedade de enfrentar desafios de toda ordem para assegurar a sobrevivência de cada um e de suas famílias, sem dispor do mínimo de meios de fazê-lo.

Movimentos sociais e políticos e tentativas de abertura de novas vias de reconversão

O estado do Rio de Janeiro permite que se observe como alternativas de caminhos históricos – abrindo portas para reconversão dos mais desfavorecidos – foram reprimidas, gerando bolsões de pobreza em torno da metrópole, onde os grupos de policiais tristemente célebres como "esquadrões da morte" depositavam regularmente as vítimas de seus assassinatos. Com efeito, o movimento migratório para a Baixada Fluminense foi intenso a partir dos anos de 1940, e estes contingentes ocuparam, ou "invadiram", na linguagem de certos pretensos proprietários e da imprensa que defendia seus interesses, terras onde tinham mais chances de se instalar sem serem rapidamente despejados. Municípios como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Magé, São Gonçalo, entre vários outros, começaram a acolher imigrantes de vários cantos do país, e tais populações buscavam constantemente alternativas de vida no que à época se denominava de meio rural. A consideração de histórias de vida de muitos habitantes da periferia mostra que, muitas vezes, tentaram também ir viver nos novos espaços conquistados por "favelas", provavelmente porque as condições em que se deslocavam guardavam muitas semelhanças, sobretudo de estarem desprovidos de riqueza econômica para adquirirem patrimônio imobiliário ou entrarem no mercado de aluguéis. Esta semelhança das motivações iniciais dos deslocamentos de famílias de poucos recursos para território fluminense, seja no campo, seja em "favelas" do Rio de Janeiro e sua periferia, parece ser uma constante, e apenas estudos comparativos mais detalhados poderão mostrar com mais clareza os fatores diferenciais. A ausência de abrigo onde se possa viver em família ou sozinho, de "chão de casa", é um tema recorrente nos relatos de antigos imigrantes para o Rio. As oportunidades para as gerações seguintes não aumentaram rapidamente, e esta prioridade se confirma com grande regularidade. Na Baixada Fluminense chegaram a ser desapropriadas, entre 1960 e 1964, 23 fazendas que foram alvo de ocupações e posteriormente de defesa jurídica ou mesmo armada. A lista dessas fazendas foi constantemente relembrada nas manifestações promovidas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) após o terceiro congresso da Confederação Naconal dos Trabalhadores na Agri-

cultura de 1979. É que, após 1964 até os anos de 1980, apenas as fazendas de Conceição de Suruí e América Fabril tiveram seus processos de desapropriação completados e as famílias definitivamente instaladas. Nesse espaço, tradicionalmente cultivado com culturas alimentares de grupos camponeses, como mandioca, feijão e milho, além de outras, os antigos ocupantes passaram à horticultura abastecedora da Ceasa/RJ. Em todas as demais, mesmo as decisões do governo do Rio de Janeiro ou do governo federal voltaram atrás; de áreas destinadas ao "cinturão verde", de que se falava tanto desde meados dos 1950 até o golpe de estado de abril de 1964, passaram a bolsões de pobreza frequentados por bandos de traficantes e de policiais especializados em extermínio ("esquadrão da morte" dos anos 1970). Essas considerações certamente apressadas, mas que podem ser confirmadas com facilidade, mostram a relevância de se entender como surgiram e se desenvolveram organizações camponesas e de assalariados rurais, de compreender a relação que desenvolveram com carreiras de políticos e de seus partidos, de sua relação com Igreja Católica e igrejas pentecostais, com a cooperação internacional, como os financiamentos norte-americanos; em suma, de se entender como se deu o surgimento e afirmação de um polo dos agentes coletivos no espaço público que imaginou condições mais favoráveis para reconversão dos setores mais desprovidos da população e buscou mobilizar essas populações de várias maneiras para que esses novos caminhos pudessem se materializar e que esse novo polo aglutinador de mobilizações para repartição do patrimônio fundiário em outras bases, pela "reforma agrária", como se nominou uma das reformas mais importantes dos debates no início dos anos 1960, foi alvo de severa repressão logo após o golpe, de vigilância constante a lhe tolher os passos durante todo o regime militar (64-85), de espancamentos e assassinatos de lideranças para arrefecer a demanda de "chão de casa" e de terra de lavoura ao longo deste mesmo período e que não cessou na "Nova República".

O leitor terá nas páginas que se seguem o repertório mais amplo e detalhado, disponível até hoje, de estudos consagrados a essas mobilizações e às organizações que dela participaram, razão pela qual nos absteremos de maiores considerações nesse simples prefácio. Note-se ainda que o estudo das mudanças no espaço público contempla também a análise dos oponentes aos movimentos camponeses e os vários organismos estatais e o cenário político em que as deliberações se impuseram mantendo a hegemonia dos

grandes proprietários ou de agentes imobiliários que praticaram em larga escala falsificação de títulos de propriedade. Fundamental ainda é o estudo apresentado das transformações que atingiram os trabalhadores das plantações canavieiras do norte do estado, onde o processo de expulsão dos antigos domínios precedeu o das demais áreas do Brasil, com a formação de longas favelas nas antigas linhas de trem, e que estava ligado à tentativa de pôr em prática o Estatuto da Lavoura Canavieira em escala restrita, como demonstrou Delma Pessanha Neves em livro extraído de sua tese de doutorado (NEVES, 1981). Nesta região foi legalizado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais de todo o Brasil (1935), e a falência de usinas mostra na prática a reincidência de se deixar as terras se transformarem em pastos ou darem lugar a novos assentamentos de reforma agrária. Positivamente o estado do Rio de Janeiro é pródigo em exemplos dos vários caminhos das transformações em curso, onde os descendentes de antigos escravos, ou de imigrantes reduzidos à forma de "escravidão branca" pelo colonato (DAVATZ, 1951), foram confrontados a estratégias patronais e a políticas públicas que impediram que tivessem acesso a "chão de casa" e à "terra de lavoura".

Esta responsabilidade da ação do Estado, no predomínio da via histórica mais antagônica à consolidação de um novo campesinato, mostra seu caráter arbitrário e de defensor de antigos interesses agrários quando relacionamos, como faz Inácio Rangel em *A Inflação Brasileira (1981)*, a esterilização de investimentos estatais de monta, como a construção de estradas, de barragens, obras de saneamento, construção de novas cidades industriais como Volta Redonda, eletrificação de territórios etc., cuja materialização se faz sem que houvesse desapropriação das áreas beneficiadas por tais inversões ou elevação dos impostos dos terrenos beneficiados. O Estado dessa forma faz crescer o valor das terras contíguas aos investimentos em grande escala que promovem, através da renda diferencial II, como analisa Marx em O *Capital, vol. III, sem* que o lucro dos empreendimentos agrícolas aumente com a produtividade assim estimulada, mas apenas o parasitismo dos que especulam com investimentos fundiários. Deixar patrimônios imobiliários improdutivos, como foi e é frequente no estado do Rio de Janeiro, permite vê-lo se valorizar sem nenhum esforço produtivo; é a renda da terra, e não o lucro agrícola que é premiado dessa forma. O termo "agronegócio", utilizado como categoria genérica para todas as eli-

tes agrárias, ofusca o fato de que o interesse pela renda da terra foi muito mais importante e determinante do que o uso da terra como fonte de lucro agrícola. As "áreas velhas" de *plantations* persistem, por conseguinte, como marginalizadas do progresso econômico e social, suas infraestruturas são subutilizadas, enquanto a fome de terra das populações mais desprovidas de recurso os leva a aceitar pagar os mais altos preços por hectare quando chegam a adquirir ao menos "chão de casa".

A precariedade dos que pretendem atingir a condição de camponeses eleva ainda mais a renda da terra. Quando as inversões públicas beneficiam terras onde apenas há posseiros, como em estradas construídas a beira-mar, essas famílias não foram e não são tituladas, abrindo a possibilidade para que os mais diversos tipos de interesses imobiliários delas se apropriem, inclusive por uso de meios fraudulentos e com emprego de grande violência direta contra famílias que ali estão há várias gerações. Por essa violência de grandes proporções somos todos responsáveis, devido à nossa incapacidade de interceder na escolha das políticas públicas, acreditando, por preguiça de pensar, ou fingindo acreditar, que "não há outra saída" para a evolução de nossa coletividade.

Este livro demonstra à saciedade onde e como foram feitas inúmeras tentativas de imprimir outros rumos que aqueles impostos pela recriação, como previa Gilberto Freyre, de universo social sob hegemonia absoluta da dualidade *Casa-Grande & Senzala*, que tem que ser relembrados por todos os que querem se afastar dessa via que engendra desigualdades e novas violências, para conquistar um espaço público que mereça o nome de democracia.

Estou consciente de que esse prefácio adotou uma forma mais sugestiva do que substantiva de examinar os argumentos, porque tenho certeza que o alentado volume coordenado pela socióloga Leonilde Medeiros conduzirá o leitor a refletir sobre questões insuspeitadas para ele e, o que é ainda mais importante, tratadas com todo o rigor e cuidado que as demonstrações, calcadas em métodos testados pelas ciências sociais, merecem. Que o debate que a obra suscita demonstre como a equipe, tão bem orquestrada, contribuiu para que uma nova verdade, mesmo se provisória e admitindo aprofundamentos posteriores, como ocorre sempre com toda proposição científica, possa predominar.

Referências

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, 1972, prefácio de Sérgio Buarque de Holanda

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e mobilização política no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado)* – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRJ, 1987

MARX, Karl. *O capital* (crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3, livro 6, 1974.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos fornecedores de cana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PEZZUTTI, P. *D. Pedro IV, a história não contada*. Alfragide, Portugal: Casa das Letras, 2016.

RANGEL, Inácio. *A Inflação Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

STEIN, Stanley. *Vassouras: A Brazilian Coffee Country,* 1850-1900. Harvard: Harvard University Press, 1957.

APRESENTAÇÃO

Conflitos e repressão no campo no Rio de Janeiro: questões de pesquisa

Leonilde Servolo de Medeiros

Embora haja uma produção acadêmica bastante vigorosa, em especial no âmbito da História e das Ciências Sociais, a respeito das ações do regime empresarial militar, enfatizando a repressão sobre as organizações de esquerda, movimento estudantil, mundo das artes e da cultura, são ainda relativamente poucos os estudos sobre a experiência da classe trabalhadora no contexto de violência e repressão que se sucedeu ao golpe.[1] Com a criação de um grupo de trabalho específico sobre a violência contra trabalhadores e outro para tratar de camponeses e indígenas no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), ficou evidente a necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre os efeitos, diretos ou indiretos, da ditadura sobre o mundo do trabalho.

Diversas iniciativas de resgate da memória dos trabalhadores se estruturaram nos últimos anos, com destaque para o Grupo *Mundos do Trabalho,* da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), e para os seminários internacionais *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*, iniciativa do Arquivo Nacional e do Centro de Documentação da CUT (Cedoc/CUT), realizados em 2008, 2011, 2013 e 2016.[2]

1 Um dos estudos inovadores nessa direção é o de Larissa Rosa Correa, sobre a cooperação entre Brasil e Estados Unidos em programas de formação sindical. Ver Corrêa (2017).
2 O GT *Mundos do Trabalho* tem página de web própria e publica uma revista semestral com o mesmo nome. Maiores informações em: <https://gtmundosdotrabalho.org/>. No caso dos seminários internacionais *O mundo dos trabalhadores e seus arquivos*, os resumos e artigos apresentados podem ser acessados em: <http://cedoc.cut.org.br/acervo/livros-e-folhetos/?busca_titulo=O%20mundo% 20dos% 20trabalhadores%20e%20seus%20arquivos>.

No que se refere aos trabalhadores rurais, temática à qual o volume que o leitor tem nas mãos se dedica, um passo importante foi a constituição da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), que subsidiou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Trata-se de um grupo, composto por pesquisadores de diversos pontos do país e assessores de organizações do campo, que se articulou para tratar do tema por demanda do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012.[3] Esse foi um importante espaço no qual pôde emergir o debate sobre o que foram a repressão e as resistências no campo, mostrando a necessidade de dar continuidade a iniciativas anteriores que já traziam importantes indicações do significado da ditadura no meio rural, em especial sobre o cotidiano dos camponeses. Entre elas, merece destaque o projeto *Memória Camponesa*, coordenado por Moacir Palmeira e apoiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA). Constitui-se de uma série de seminários, reunindo lideranças de diversos pontos do país para narrar suas experiências no regime militar. Iniciado em 2004, com um evento de dois dias no Rio de Janeiro, prosseguiu com encontros semelhantes em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, São Paulo, Goiás e Rio Grande do Sul.[4] Como desdobramentos desses seminários, foi publicada, em 2010, com segunda edição em 2011, e também com apoio do Nead/MDA, a pesquisa *Retratos da repressão política no campo. Brasil 1962-1985. Camponeses mortos, torturados e desaparecidos* (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010). A essa publicação seguiu-se outra, *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*, em 2013 (VIANA, 2013).

Trata-se de esforços de diferentes instituições e grupos de pesquisa para escrever uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1986), ou seja, uma história do ponto de vista dos vencidos, extremamente importante para a cons-

3 O relatório do trabalho da Comissão Camponesa foi entregue à CNV e foi publicado pelo Senado Federal no início de 2016. Está disponível para download em www.ufrrj.br/cpda/nms, aba "para leitura". O Encontro Unitário se realizou pouco depois da instalação da CNV e dentre suas demandas estava a de investigação da repressão sobre trabalhadores e indígenas.

4 Esses seminários foram gravados em vídeos. Para os casos do Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande do Sul, o NMSPP/CPDA/UFRRJ dispõe de uma versão editada.

tituição de uma outra memória, que resgate atores, formas de luta e permita repensar as relações de poder e seus desdobramentos ao longo da história.

É nesse quadro que se insere o projeto *Conflito e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, desenvolvido entre março de 2014 e fevereiro de 2016, com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e cujos principais resultados são apresentados neste volume.[5]

O estado do Rio de Janeiro é conhecido por ser um dos mais urbanizados do Brasil. Pouco se fala sobre suas áreas rurais, marcadas, no período abrangido por esta pesquisa, por intensos conflitos fundiários e trabalhistas. De modo geral, as lutas por terra estiveram relacionadas à especulação fundiária, derivada quer do crescimento das atividades industriais e de serviços no que corresponde à atual Região Metropolitana, quer a decisões que levaram à transformação do seu vasto litoral em polo de investimentos turísticos.[6] Mas também ocorreram no Vale do Paraíba, onde a substituição

5 O projeto foi contemplado no edital Faperj E_38/2013 – Apoio ao estudo de temas relativos a violações dos direitos humanos. Esse edital foi produto de um acordo entre a Faperj e a Comissão Estadual da Verdade do Estado do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio), que, com essa iniciativa, buscava estimular estudos de maior fôlego, realizados por equipes acadêmicas, que pudessem trazer novas informações e reflexões, de forma a aprofundar uma série de questões referentes às práticas de violações de direitos, em especial durante a ditadura militar. A periodização do projeto (1946-1988) se pautou pelos marcos estabelecidos pela CNV e seguido pelas comissões estaduais criadas. Como em toda periodização, há um grau de arbitrariedade envolvido: nem os conflitos começaram em 1946, nem acabaram em 1988. Muito menos as violências contra os trabalhadores.
A equipe da pesquisa contou com um grande número de participantes, em diferentes graus da carreira acadêmica. Além dos que receberam bolsas de pesquisa pelo projeto, alguns pesquisadores voluntários se integraram aos trabalhos a partir de seu interesse num tema tão pouco conhecido no estado do Rio de Janeiro e trouxeram consigo seus bolsistas de Iniciação Científica. Assim, foi montada uma equipe diversificada, que agregou desde estudantes de graduação a pesquisadores bastante experientes. A lista dos envolvidos e seus créditos consta no final da presente publicação.
6 A atual região metropolitana envolve a capital do estado, cidade do Rio de Janeiro, e os seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá. No período abrangido pela pesquisa, o número era menor, uma vez que na década de 1990 houve um intenso processo de emancipação e criação de novas unidades a partir de distritos existen-

de antigos cafezais por criação de gado implicou progressiva expulsão de antigos moradores. Os conflitos trabalhistas ocorreram principalmente no norte fluminense, em áreas produtoras de cana de açúcar, e foram fruto das mudanças que se verificavam em função da progressiva mecanização do cultivo, acompanhado de expulsão de trabalhadores e de desrespeito a direitos reconhecidos aos assalariados rurais. Nas áreas de antigos laranjais, em especial Itaboraí, Araruama e Saquarema, eles também se multiplicaram, em função da extinção desse tipo de cultivo e expropriação e especulação recorrentes. Em diversas situações, nas regiões mencionadas e em outras que não foram objeto da presente pesquisa, houve um processo lento de expropriação, que resultou na saída de trabalhadores, de forma silenciosa, sem resistência. Em muitos casos, a violência que a acompanhou não teve registro sistemático. Em outros, os conflitos eclodiram por vezes de forma violenta, como se verá nos capítulos que se seguem.

Com efeito, ao longo do século XX, em especial a partir dos anos 1930, o território fluminense recebeu migrantes de diferentes pontos do país, principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba. Também verificou-se uma intensa mobilidade interna de sua população, em especial de trabalhadores rurais vindos de áreas onde a cafeicultura estava em decadência, em busca tanto de terras em projetos de colonização do governo federal, que estavam sendo implantados em diversos pontos da Baixada Fluminense, como de empregos urbanos, numa fase de expansão industrial, estimulada pela instalação de empresas estatais, indústrias de base, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria Duque de Caxias (Reduc). A mobilidade interna também foi consequência de uma política segregacionista empreendida na cidade do Rio de Janeiro desde o início do século XX (como é o caso das reformas do prefeito Pereira Passos, remoções de cortiços etc). Colaboraram ainda a construção de linhas ferroviárias, rodovias e a implementação de políticas de transporte visando facilitar o deslocamento dos que viviam nas periferias. Nesse contexto, em especial a partir da década de 1950, as disputas por terra se acirraram, uma vez que muitos desses tra-

tes. No caso do litoral, ganham destaque a parte sul, composta por Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, mas também os municípios de São Pedro d'Aldeia, Cabo Frio e Búzios, este emancipado de Cabo Frio também nos anos 1990.

balhadores migrantes se fixaram em terras disponíveis que, com o avanço da especulação, começaram a ser demandadas por empresas ou pessoas físicas que se apresentavam como proprietárias, embora nem sempre com documentos que comprovassem essa situação. A mediação de militantes do Partido Comunista ou de lideranças políticas locais foi fundamental para que elas se organizassem e suas demandas ganhassem visibilidade, inclusive nacional.

Nos anos 1970, aos conflitos já existentes que, embora duramente reprimidos após o golpe, ainda persistiam, somaram-se os que eclodiram nas áreas litorâneas, em especial na Costa Verde, a partir da construção da Rodovia Rio-Santos e da proliferação de investimentos turísticos a ela relacionados. Ao mesmo tempo, nas áreas tradicionalmente marcadas pela produção de cana de açúcar (com destaque para Campos dos Goytacazes), intensificaram-se reivindicações por obtenção ou cumprimento dos direitos trabalhistas.

Metodologia e fontes

A pesquisa utilizou diversas fontes para seu trabalho: bibliográficas, documentais, imprensa e entrevistas.

No que se refere às fontes bibliográficas, fizemos um levantamento da literatura sobre conflitos no campo, organização dos trabalhadores, suas formas de ação tanto nos anos que antecederam o golpe como no período que se seguiu a ele, tanto no plano nacional, quanto no que se refere ao estado do Rio de Janeiro. Paralelamente, realizamos discussões de textos teóricos sobre temas como violência, memória, periodização, características do regime que se instaura após o golpe, conceituação do regime (civil-militar ou empresarial militar).

Quanto à pesquisa documental, ao mesmo tempo em que nos familiarizávamos com o material bibliográfico, trabalhamos fontes relacionadas ao objeto da pesquisa depositadas no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ). Nele há farto material de origem sindical (ofí-

cios, cartas, relatórios etc.), em especial da década de 1970 e início dos anos 1980; processos de desapropriação de algumas fazendas; documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT); *clipping* de jornais da época, embora não exaustivos. Trata-se de documentos provenientes de pesquisas anteriores que foram organizados e disponibilizados para consulta pública.[7] A partir dessa documentação fizemos uma primeira relação de conflitos que foi sendo complementada a partir de outras fontes localizadas ao longo da pesquisa e de entrevistas.

Procuramos também a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), que nos deu pleno acesso ao material documental de que dispunha. Parte dele foi limpo por nós, organizado por municípios e digitalizados por uma empresa especializada.[8] Trata-se de relatórios, correspondências entre sindicatos e federações, processos trabalhistas etc. São fontes que revelam o olhar do sindicalismo sobre os conflitos, uma determinada perspectiva sobre os fatos abordados, e que revelam de forma clara as práticas sindicais nos anos 1970 e 1980. No entanto, possuem sérios limites, uma vez que nem todos os municípios tinham sindicatos e nem todos os sindicatos acompanhavam, com a mesma dedicação, os conflitos que ocorriam em sua área de abrangência. Mesmo assim, foi um ponto de partida fundamental, uma vez que contêm registro de situações diversas de expulsão, despejos, ameaças, bem como informações sobre relações de trabalho e modos de vida. Uma outra fonte relevante foi o material arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sediada em Goiânia. A maior parte dos documentos está digitalizada e disponibilizada na página da entidade,[9] mas descobrimos uma quantidade substantiva de materiais sobre o estado do Rio de Janeiro que não estava digitalizada, mas foi liberada para con-

7 O NMSPP/CPDA/UFRRJ funciona nas dependências do CPDA e dispõe de acervo aberto à consulta pública. Um resumo dos documentos lá disponíveis pode ser acessado através da página de web do NMSPP: <www.ufrrj.br/cpda/nms>.

8 O acesso a essa documentação pode ser feito também por meio da página do NMSPP/CPDA/UFRRJ. Na Fetag/RJ há, ainda, uma quantidade grande de documentos referentes ao período da pesquisa não trabalhados, pois necessitam de limpeza especializada para desinfecção.

9 Ver: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc-dom-tomas-balduino-da-cpt>. A disponibilização pela via digital ocorreu em 2015, quando nossa pesquisa já estava em curso.

sulta. Essa fonte nos oferece a possibilidade de entender a ação da Pastoral nas áreas onde ela esteve presente e que, às vezes, não eram as mesmas de atuação sindical, precedia esta ou mesmo disputava com os sindicatos concepções sobre estratégias de luta. Assim, pudemos constituir uma visão multifacetada das tensões presentes e das formas como eram lidas e tratadas pelas diferentes forças presentes.

A pesquisa se estendeu à Plataforma *Memórias Reveladas*, do Arquivo Nacional. Nela, por meio de busca por locais e nomes sobre os quais já dispúnhamos de alguma informação, conseguidos nos acervos anteriormente consultados, acessamos uma enorme quantidade de documentos do Serviço Nacional de Informações. O mesmo procedimento foi utilizado na consulta ao acervo digital do projeto Brasil Nunca Mais (BNM) e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj). Além disso, em entrevistas e contatos com informantes diversos, recolhemos outros materiais que também foram, na medida do possível, incorporados à análise. São publicações de circulação local, revistas, panfletos.

Nessa diversidade de fontes documentais, procuramos estar atentos ao fato de que elas expressam também diferentes olhares sobre os conflitos. No caso dos documentos produzidos pelo sindicalismo de trabalhadores rurais, grande parte se volta para a denúncia de situações aflitivas aos órgãos públicos, tais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ministérios, Presidência da República. Em geral pediam a desapropriação das terras envolvidas, com base na legislação em vigor (Estatuto da Terra e suas regulamentações), e justificavam os pedidos com relatos por vezes bastante detalhados das situações que envolviam violações de direitos. Outros são partes de processos trabalhistas, preciosos para o entendimento das questões em jogo no acionamento da Justiça do Trabalho. Quanto à CPT, são panfletos, cartilhas, manifestos destinados a setores da população que podiam ser alcançados pela ação pastoral. Eles narram situações de violência dos mais diversos tipos e tinham por objetivo sensibilizar para a dramaticidade do processo de expropriação vivido pelos trabalhadores rurais.

Os documentos reunidos na plataforma *Memórias Reveladas*, Aperj e BNM, são fontes de outra natureza. Além de conterem muitos documentos recolhidos pela polícia política (artigos de jornais e revistas, relatórios de órgãos de segurança), também disponibilizam depoimentos, que necessi-

tam ser interpretados com os devidos cuidados por serem produto de uma relação formal com os agentes da repressão, a partir do ritual característico dos interrogatórios feitos pelos órgãos de segurança. Por meio deles, obtivemos informações importantes sobre a atuação e a concepção desses órgãos no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, uma vez que, em alguns lugares, já eram recorrentes prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda antes do golpe. Após 1964, porém, elas se intensificaram. A consulta a essas fontes também ofereceu pistas sobre a atuação do movimento camponês, além de depoimentos que ajudam a entender motivos e desdobramentos dos conflitos. A análise desse conjunto de documentos permite ainda traçar um amplo panorama dos interesses e da vigilância dos órgãos voltados à repressão em relação a determinadas áreas do estado, ao mesmo tempo em que deixa perceber como eles interpretavam os conflitos fundiários, o papel do campesinato e dos mediadores envolvidos.

No que se refere à imprensa, fizemos incursões na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com o objetivo de complementar informações e melhor esclarecer alguns eventos, sempre utilizando palavras-chave, em especial nomes de lugares e de pessoas. O tempo não nos permitiu uma pesquisa exaustiva dessa fonte, mas ela nos forneceu alguns dados importantes sobre os conflitos e a repressão tanto no período que antecede o golpe quanto depois dele. Por vezes, uma matéria fornecia pistas para eventos que precisavam ser melhor esclarecidos, o que nos levou à busca de outras fontes. Em alguns casos, foram ainda feitas pesquisas em jornais locais e no próprio Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para acessar decretos de desapropriação de áreas pelo governo estadual no período que antecedeu o golpe.

Ao longo da pesquisa, tivemos dificuldades de acesso a algumas fontes documentais relevantes. Não pudemos consultar, por exemplo, os arquivos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nem os do Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Iterj), indisponíveis porque, naquele período, ambas as instituições estavam mudando de prédio e a documentação tinha sido encaixotada.

Finalmente, realizamos mais de cem entrevistas nas regiões selecionadas para pesquisa aprofundada. Conversamos com dirigentes e advogados sindicais, lideranças religiosas, agentes de pastoral e com pessoas comuns que

vivenciaram e foram atingidas por situações de violência e repressão, mas que não desempenhavam qualquer papel de direção política nos conflitos em que estavam envolvidas. Fizemos ainda entrevistas com pessoas que apoiavam os trabalhadores e que, em alguns casos, produziram denúncias para a imprensa e documentários e foram importantes para tornar públicas lutas que talvez ficassem, como tantas outras, restritas à memória local.

Chegamos aos entrevistados com ajuda de dirigentes sindicais, lideranças locais, organizações, movimentos atuantes nas regiões e pessoas que, sabendo de nosso trabalho, se dispuseram a ajudar nos contatos. Um entrevistado nos indicava outras pessoas que ele achava que poderiam nos dar informações importantes e, assim, constituímos uma significativa quantidade de depoimentos, em sua maior parte gravados.[10] No geral fomos bem recebidos e, salvo um ou outro caso, não tivemos dificuldades em conversar. No entanto, foram bastante comuns as situações em que afloraram sensibilidades e emoções. Muitos estavam vendo uma oportunidade para falar de histórias pelas quais nunca ninguém se interessou; outros vislumbravam uma possibilidade de obter algum tipo de reparação; outros ainda buscavam construir relatos heroicos, valorizando seu papel na resistência por permanecer na terra. Na análise, procuramos levar em conta todos esses elementos.

Além das incursões às áreas pesquisadas, também nos apropriamos de entrevistas feitas em outros momentos, por outros pesquisadores. O NMSPP/CPDA/UFRRJ conta com diversos depoimentos de lideranças das lutas por terra, dirigentes sindicais e trabalhadores rurais (assentados, posseiros e assalariados), muitos deles já falecidos. Foram obtidos em trabalhos de pesquisa desenvolvidos, em diferentes tempos e situações, quer por professores, quer por estudantes do CPDA/UFRRJ.[11] Em que pese o fato de que os objetivos das entrevistas fossem outros, relacionados

10 Optamos pelo uso de gravador digital. A ideia inicial de gravar o que fosse possível em vídeo foi logo abandonada, pois percebemos que a filmadora inibiria os entrevistados.

11 O NMSPP/CPDA/UFRRJ possui mais de 300 entrevistas disponíveis para consulta, mediante assinatura de termo de compromisso de que o uso será estritamente para fins acadêmicos. Parte delas está transcrita, outras só podem ser acessadas em áudio. No sítio do NMSPP, é possível consultar a lista de entrevistas disponíveis e as planilhas de acesso, onde há informações sobre o contexto, condições e conteúdo das entrevistas, bem como um sumário do seu teor.

a temas específicos que orientavam os estudos, há nelas importantes informações que foram resgatadas, sempre levando em conta as condições em que os dados foram geradas. Utilizamos ainda diversas entrevistas realizadas por Marcelo Ernandez para uma pesquisa sobre ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro (ERNANDEZ, 2010), que nos foram gentilmente disponibilizadas.[12]

O teor dessa diversidade de fontes nos levou a refletir sobre a relação entre elas e a memória que se fixou sobre o período que estudamos e sobre as lutas no campo. São bastante diferenciadas as dimensões da memória sobre a repressão aos trabalhadores rurais e constituem versões que ora se complementam, ora se contrapõem, mas que, no seu conjunto, indicam a disputa pelo sentido dos acontecimentos que se cristalizam, ainda que provisoriamente, na memória histórica em construção, seja destacando episódios que se quer que sejam lembrados, seja silenciando outros: os eventos que simplesmente são esquecidos e que, por isso mesmo, indicam hierarquias de valores em jogo na própria construção da memória.

Ao longo da pesquisa pudemos perceber como a reconstrução da memória permite conectar as experiências do passado entre si e delas com o presente de modo a dotá-las de algum ensinamento. Trata-se de um ato de oposição ao poder que existia e ainda existe e que se revela na permanência da violência no campo, nas tentativas de expulsão de camponeses das áreas onde viviam (ou vivem) há anos, na sistemática violação de direitos trabalhistas, como mostram sucessivas denúncias sobre situações de trabalho análogas à escravidão mesmo em empresas que se apresentam como modernas. No processo da pesquisa nos deparamos com uma memória que se avivava por ameaças de repetição do que ocorreu no passado, embora sob novas formas.

Espera-se que uma das contribuições deste trabalho seja mostrar caminhos pelos quais a história camponesa possa ser narrada, uma vez que, como nos sugere Walter Benjamin, não há redenção possível se não se fizer o resgate das vítimas da história, condição para a transformação ativa do presente (BENJAMIN, 1986).

12 As entrevistas doadas por Ernandez, bem como as realizadas na presente pesquisa, serão planilhadas e comporão futuramente o acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ.

Impasses nas interpretações, dificuldades com os registros e tomadas de posição na análise

Foram inúmeras as dificuldades que enfrentamos ao longo da elaboração do trabalho. Uma delas foi o uso da categoria *conflito*. Optamos por partir do que os agentes envolvidos consideravam como tal, em especial o sindicalismo de trabalhadores rurais e a CPT: situações de constrangimento de trabalhadores e em que há alguma forma de resistência. A partir de relatórios sindicais ou documentos pastorais, chegamos a outras, para as quais não há registro sindical ou da pastoral, pelas limitações inerentes a essas fontes.

Se nosso ponto de partida foram os conflitos, temos clareza de que analisamos apenas uma parte deles. Embora tenhamos contabilizado uma grande quantidade de ocorrências, não poderíamos aprofundar o estudo de todas elas, em razão do tempo e recursos disponíveis.

Nossa hipótese é de que havia e há uma conflitualidade latente para a qual as fontes de que dispusemos trazem evidências, mas que não dão conta do que foi o processo de expropriação e repressão no território fluminense. Nossas informações restringem-se a casos onde houve algum tipo de denúncia, por sindicatos, pela Fetag/RJ, CPT ou arquidioceses. Em locais do território fluminense onde não havia, nos anos 1960/70, estas entidades funcionando, somente novas pesquisas, com outro tipo de abordagem, poderiam trazer informações sobre as inúmeras situações de não resistência, seguidas de saída em busca de outras oportunidades de trabalho, provocando a desterritorialização. Em que pese o fato de que muitos conseguiram se reproduzir com sucesso em outros espaços, ocupando outros lugares sociais, há que considerar que um número muito grande de trabalhadores foi vítima de um regime que acelerou a migração, a favelização e agravou desigualdades. Isso é particularmente claro quando consideramos as regiões onde os despejos se sucederam, como é o caso do Norte Fluminense, da Região Serrana, do Litoral Sul e da Baixada Fluminense.

Outra dificuldade foi a qualificação do que foi a ditadura. Durante um longo tempo a literatura chamou o regime que se instalou em 1964 de "militar", procurando acentuar a ruptura institucional que ele significou e a forte presença das Forças Armadas como corpo dirigente e elaborador das

diretrizes centrais dos governos que se sucederam a partir do golpe. No entanto, vários trabalhos desde os anos 1980 ressaltaram o fato de que o regime contou com amplo apoio de diferentes segmentos da sociedade. Dreifuss (1981) mostra como o golpe e suas diretrizes econômicas e políticas foram amplamente discutidas e elaboradas não só no âmbito da Escola Superior de Guerra, mas também em instituições que agregavam empresários de diferentes matrizes, como é o caso do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e de instituições de representação empresarial, como as federações de indústria, de bancos e das entidades de representação de interesses patronais rurais. Muitos quadros dessas instituições também assumiram postos importantes no governo que se instalou, inclusive ministérios. Esses fatos são acionados por vários autores para justificar a qualificação do golpe e do regime que se instalou como "civil-militar".

Mais recentemente, tem-se chamado a atenção para o fato de que civil é um termo amplo que não dá conta da natureza do golpe que, na realidade, foi resultado de uma articulação entre os setores empresariais e os militares. Esses autores salientam ainda que a política econômica da ditadura, bem como as medidas repressivas, teve como objetivo favorecer a consolidação e expansão dos interesses dos grandes capitais, o que se confirmou nos desdobramentos do regime. Assim, o termo mais adequado para caracterizar o golpe e o regime seria "empresarial-militar".

Como se verá ao longo dos capítulos que se seguem, os autores optaram por diferentes terminologias. No entanto, para além dos termos utilizados, os dados obtidos apontam claramente para os interesses envolvidos nos conflitos e a ação de diferentes instâncias do Estado.

Metodologicamente, procuramos nos voltar para o conhecimento das situações de conflitos, e não unicamente sobre a repressão. Apostando nesse caminho, nossa proposta foi revelar atores em disputa de forma a mostrar como e quais interesses aparecem em cada momento. Assim, temos, como elementos centrais da análise nos conflitos fundiários, interesses vinculados à especulação fundiária ligada à expansão urbana; interesses turísticos, envolvendo a ação de grandes empreendedores do setor; fazendeiros de áreas em processo de transição de cultivos e até mesmo empresas estatais. É comum nas explicações elaboradas pelas lideranças o uso do termo *grileiro* para indicar que muitos dos que se apropriavam da terra e buscavam ex-

pulsar os antigos ocupantes não tinham legitimidade para isso, pois sequer detinham títulos de propriedade. Nos casos de conflitos trabalhistas, nosso olhar se voltou principalmente para o setor sucroalcooleiro, onde o desrespeito aos direitos era recorrente.

Qualquer que seja a forma do capital envolvido e as formas assumidas pelos conflitos, o fato comum é o rápido e avassalador processo de expropriação dos trabalhadores do campo. Isso nos leva a explicitar uma outra dimensão da abordagem que fazemos. Privilegiando os conflitos, nosso olhar não pode se restringir à repressão e à violência que partiram dos órgãos de Estado. Embora tenhamos, como apontado acima, trabalhado intensamente sobre a documentação gerada pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), desde logo percebemos que eles refletem apenas uma parte do que ocorreu no campo fluminense no período. O material consultado mostrou como outras instituições estatais tiveram um papel importante na coação dos trabalhadores, entre elas o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), coagindo lavradores por meio de sua Guarda Rural; o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF) em espaços onde eram criadas reservas e áreas de proteção ambiental onde também os guardas florestais ultrapassaram suas funções institucionais; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), quando instalou um centro experimental em territórios ocupados por antigos posseiros e se comportou frente a eles como os proprietários de terra tradicionais.

Parte importante dos despejos e da repressão foi feita pelo poder privado, contando com a colaboração, sob diferentes maneiras, do poder estatal. Em parcela importante dos documentos analisados (arquivos da Fetag/RJ e da CPT ou documentos produzidos por pessoas que apoiaram os trabalhadores e denunciaram as violências), percebemos essa atuação dupla e articulada. Mas é nos relatos dos afetados que aparecem mais recorrentes menções a esses agentes privados, por meio da ação de capangas, jagunços etc. Em muitas situações de expulsão de trabalhadores, houve uma omissão total dos poderes públicos. Em consequência, uma outra dificuldade se interpôs: obter os nomes dos mandantes, dos executores e também dos atingidos pela violência, uma vez que, em muitos casos, só conseguimos chegar ao primeiro nome ou ao apelido.

Dessa perspectiva, do ponto de vista de uma parcela importante dos trabalhadores do campo, o regime (militar, civil-militar ou empresarial-mili-

tar, qualquer que seja a denominação que adotemos) implicou um exercício constante e brutal de desrespeito aos direitos humanos, tanto diretamente pelos agentes policiais ou do Exército como por omissão, como poderá ser constatado ao longo das páginas que se seguem.

Distribuição dos conflitos no território fluminense, formas da violência e escolha dos casos

Como anteriormente apontado, nossa primeira preocupação foi mapear a ocorrência de conflitos. Após uma primeira incursão sobre os registros de que dispúnhamos, conseguimos identificar algumas situações, com qualidade de informações bastante diversificada, mas que nos pareceram importantes como indicadores de que as tensões fundiárias e trabalhistas no estado foram recorrentes. Conseguimos mapear 219 situações de conflito, a maior parte delas com registros a partir de 1968.[13] Com base na qualidade das informações disponíveis, nos contatos de que dispúnhamos, perfil da equipe e disponibilidade de recursos, selecionamos alguns casos para aprofundamento e que são apresentados nos capítulos que se seguem.

Em um capítulo inicial, contextualizamos as transformações econômicas, sociais e políticas no Rio de Janeiro e, na sequência, apresentamos uma série de estudos particularizados sobre as situações que referenciamos anteriormente.

Tratamos de casos da atual região Metropolitana, onde ocorreu a maioria dos assassinatos e prisões. Nela fizemos estudos nos municípios de Duque de Caxias, analisando conflitos no distrito de Xerém, no entorno da FNM; Nova Iguaçu, onde foi analisado o conflito de Pedra Lisa, numa área que hoje pertence a Japeri; Magé, nas áreas de domínio da América Fabril, importante indústria têxtil da época, e Cachoeiras de Macacu, onde a pesquisa se debruçou sobre os conflitos ocorridos no en-

13 Certamente, isso se relaciona com a natureza das fontes consultadas. A maior parte dos registros deriva de documentos sindicais, e o sindicalismo do estado começou a se reestruturar no final dos anos 1960. No entanto, vários deles são desdobramentos de situações que já vinham de longa data.

torno do Núcleo Colonial de Papucaia, privilegiando a Fazenda São José da Boa Morte e uma tentativa de instalação de um foco guerrilheiro em Nova Ribeira.

No litoral sul, analisamos casos em Angra dos Reis e Paraty, optando por fazer uma análise mais cuidadosa deste último município, onde elegemos o caso de Campinho da Independência. Ainda acompanhando os conflitos no litoral, escolhemos uma situação emblemática, a Fazenda Campos Novos, que abrangia parte dos municípios de São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Búzios.

Na região marcada pela presença da cafeicultura no início do século, optamos por Valença, estudando os desdobramentos da expulsão de moradores de uma fazenda experimental que passou do Ministério da Agricultura para a Embrapa. Foram analisados ainda os conflitos na Fazenda Santo Inácio, em Trajano de Moraes, cujo próprio detentor era um militar, além de descendente direto dos que fundaram o município.

Finalmente, na região campista, selecionamos um caso de conflito fundiário, a ocupação do Imbé, ocorrida ainda antes do golpe, e a análise de conflitos trabalhistas entre trabalhadores dos canaviais e usineiros.

Um último capítulo faz uma síntese de como, ao longo do regime empresarial-militar, muitas situações de conflitos fundiários foram tratadas judicialmente pelas organizações que atuavam junto aos trabalhadores, em especial o sindicalismo, apropriando-se da lei como um possível campo de disputa política.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas.* Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1986 (2. ed.).

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo* – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2010 (1. ed.); 2011 (2. ed.).

CORREA, Larissa Rosa. *Disseram que Voltei Americanizado*: Relações Sindicais Brasil-Estados Unidos na Ditadura Militar. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos.* Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

VIANA, Gilney (Coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos*: excluídos da justiça de transição. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CAPÍTULO 1

Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Leonilde Servolo de Medeiros

Introdução

Os conflitos fundiários ocorridos no estado do Rio de Janeiro são um ângulo privilegiado para a reflexão sobre as relações entre rural e urbano e formas e efeitos das transformações provocadas pela mudança de destinação de determinadas áreas, quer pela intensificação da urbanização, quer por investimentos turísticos ou mesmo por abandono de cultivos tradicionais. Considerando o peso político desse estado na federação, os conflitos por terra e a resistência camponesa que nele se desenvolveram, em especial no período que antecedeu o golpe de 1964, tiveram um papel político central, gerando polarizações, atuando decisivamente na formulação de problemas públicos (CEFAÏ, 2001) e colocando em pauta questões que obrigavam diferentes atores a tomar posições num acirrado debate político.

Procuramos, neste capítulo, fornecer o quadro mais geral em que se desenrolaram os conflitos e os diferentes arranjos que os envolveram. Dele sobressai a íntima conexão entre o rural e o urbano no estado, em especial quando tratamos da sua dimensão política, que nos permite melhor observar a permanente circulação de pessoas e ideias entre as duas esferas.

Os diversos casos estudados na pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* têm suas raízes na forma como se procedeu, ainda no período colonial, à distribuição de sesmarias, quer a particulares, quer a ordens religiosas, e à dificuldade de definir os limites da apropriação por parte dos sesmeiros. A propriedade fundiária plena, após o regime de sesmarias, teve equacionamento jurídico na Lei de Terras de 1850,

que regulamentou, tardiamente, a Constituição de 1824. Essa lei impunha o registro das terras já apossadas e proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não a compra (SILVA, 1996).[1] Uma nova regulamentação, datada de 1854, atribuiu às províncias o comando da medição, legitimação e titulação de terras, respeitando os direitos dos sesmeiros e posseiros de permanecer e registrar as áreas em que estavam estabelecidos. No entanto, a iniciativa primeira, que desencadeava todo o processo de demarcação, estava nas mãos dos que detinham controle sobre as terras e que pouco estavam interessados em mudar uma situação, já consagrada pelo costume, de não medir e registrar formalmente as terras sob seu domínio (SILVA, 1996). Ligia Silva argumenta inclusive que o longo tempo transcorrido entre a promulgação da Constituição do Império e a Lei de Terras (26 anos) deve-se ao não interesse dos fazendeiros em fazer essa delimitação, preferindo as possibilidades, já consagradas no costume, de apropriação livre da extensão de que pudessem se apossar, seja para cultivo, seja para ampliar seu controle político sobre vastos territórios e populações que nelas viviam (SILVA, 1996).

Alguns autores ressaltaram o significado da transformação da terra em mercadoria, promovida pela Lei de Terras, aprovada num momento em que já se vislumbrava o fim da escravidão e em que a cafeicultura se expandia rapidamente. José de Souza Martins chama a atenção para o fato de que, desde então, passou a predominar

> [...] a ênfase no empreendimento, pois o seu valor de mercado estará nos frutos que poderá produzir, no trabalho materializado nas plantações. [...] O capital que era antes pago aos traficantes de escravos passou a ser pago às companhias imobiliárias e aos grileiros que, com base em documentos falsos, depois de 1854, apossaram-se de extensas áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, revendendo-as a novos e potenciais fazendeiros. (MARTINS, 2010, p. 49).

Embora o autor tenha focado sua análise na expansão das fazendas de café em São Paulo, parece-nos razoável supor que a transformação da terra em equivalente de mercadoria (portanto, sujeita às regras do mercado) atingiu tanto áreas novas, que estavam ainda sendo apropriadas pela cafeicultura, pecuária, cana, quanto as que já estavam ocupadas desde a Colônia.

1 A distinção entre imóveis urbanos e rurais somente apareceu na Constituição de 1891.

Lógica semelhante esteve presente na expansão urbana. Segundo Suzuki (2007), o crescimento das cidades se fez marcado pela formação dos subúrbios e áreas de transição, caracterizadas pela ação de empresas especializadas em mercantilizar a terra por meio de loteamentos que se sobrepunham à moradia irregular no que se refere à posse da terra e à precária delimitação e registro das propriedades. Muitos conflitos que foram objeto de nossa atenção relacionam-se a esse quadro, que perdurou no tempo, como se poderá ver, em toda sua diversidade, nos capítulos que compõem este livro.

A questão fundiária e os fundamentos das disputas por terras no estado do Rio de Janeiro

Ao longo do século XX, o estado do Rio de Janeiro apresentou significativas alterações em suas áreas rurais: decadência da cafeicultura, que foi sendo substituída por pastagens, na região serrana; progressiva extinção dos cultivos de laranja em Nova Iguaçu e, já nos anos 1970, em Itaboraí, Araruama e Saquarema; sucessivas mudanças nas condições do cultivo da cana, no Norte Fluminense. Houve, também, como resultado da intensificação de processos de industrialização e de debates políticos sobre a propriedade fundiária que ocorreram nos anos 1920/1930, tentativas do Estado, ainda na década de 1930, de criar núcleos coloniais para assentar, em pequenos lotes, agricultores que eram vistos como fundamentais para a produção de alimentos para abastecer a capital que rapidamente aumentava sua população (LENHARO, 1986; NEVES, 2013). Parte importante dos conflitos que identificamos nos anos 1950/1960 ocorreu nas terras desses núcleos ou em sua vizinhança, fruto do aumento populacional e da especulação fundiária que em torno deles se desenvolveu. O crescimento da especulação, no entanto, era mais amplo, uma vez que se ligava ao estabelecimento de indústrias e a um reordenamento espacial irradiado a partir da capital.[2] Já nos anos 1970, é o avanço do turismo no litoral, em especial no sul do estado, que provocou profundas mudanças no uso do espaço e intensificou

2 O tema é melhor explorado no capítulo seguinte do presente livro, de autoria de Aline Borghoff Maia.

os conflitos numa área onde, até os anos 1960, eles parecem não ter existido em escala significativa.[3]

São situações diferenciadas no tempo e no espaço que confluem para um rápido processo de expropriação, onde concepções de direito à terra eram constantemente colocadas em questão. É recorrente, tanto nos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa quanto na bibliografia, a menção à quebra de relações estabelecidas e sentimentos de indignação e revolta.[4] Potencializando esses sentimentos e contribuindo para conformar noções de justiça e injustiça, bem como do que era legal e ilegal e da necessidade de resistir às transformações em curso, foi fundamental a ação de mediadores políticos vários, com destaque para o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organizações ligadas à Igreja Católica, agentes da política institucional (governadores, deputados), grupos de advogados etc. Essas mediações forneceram uma linguagem comum a partir da qual as demandas e estratégias se expressaram, condições materiais e intelectuais para que a resistência se fizesse, articularam os conflitos particulares a bandeiras e lutas nacionais.

Longe de ser um processo local, trata-se de um período em que ganhavam espaço público debates sobre as implicações do sistema de grandes propriedades na economia, na sociedade e na política brasileiras e intensificavam-se as críticas à concentração fundiária. Elas já ganharam vigor na década de 1920, tendo como porta-voz o *tenentismo* (SANTA ROSA, 1976; DRUMMOND, 1986). Para esse movimento de jovens militares (os *tenentes*), tratava-se de alterar a estrutura fundiária para romper com o poder dos grandes proprietários, representantes do atraso, e tornar possível a democratização do país (CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1983a). Embora participantes ativos da chamada Revolução de 1930, os *tenentes* foram derrotados em diversas de suas propostas. Entre elas, a de mudanças no regime de propriedade da terra. Mesmo assim, os debates deixaram marcas, como é o caso da criação de núcleos de colonização em regiões novas, ainda não controladas pela propriedade capitalista da terra e portadoras de um papel geopolítico importante (áreas ainda não desbravadas de Mato Grosso

3 Como analisado em capítulo escrito por Iby Montenegro de Silva e ilustrado com o caso de Campinho da Independência, estudado por Annagesse Feitosa.

4 Para um tratamento abrangente do tema, ver, entre outros, Thompson (1987); Moore Jr. (1987); Honneth (2003). Para o caso do Rio de Janeiro, ver Grynszpan (1987).

e Goiás, fronteira do Paraná com Argentina e Paraguai). Ainda que pouco expressivas (se considerarmos seu efeito sobre distribuição de terras), essas ações foram suficientemente atrativas para que milhares de famílias, de diferentes pontos do país, acorressem a elas em busca de terra (LENHARO, 1986; NEVES, 2013). Não por acaso, alguns dos conflitos fundiários que marcaram os anos 1950/1960 se deram em áreas próximas a projetos de colonização: Formoso, vizinha à Colônia de Ceres, em Goiás; Francisco Beltrão e Pato Branco, junto à Colônia General Osório, no Paraná.

O estado do Rio de Janeiro também foi objeto de criação de núcleos coloniais, mas com outro sentido. De acordo com Arezzo (1998), a colonização dirigida no estado do Rio de Janeiro iniciou-se nos anos 1930, com a instalação do Núcleo Colonial de Santa Cruz, em área pertencente à Fazenda Nacional de Santa Cruz, então arrendada a criadores de gado e plantadores de arroz. Na década seguinte, estendeu-se até Itaguaí. Segundo o autor, a área chegou a ter 1.150 colonos plantando verduras, legumes e frutas.[5] Essa iniciativa ilustra ainda outras intenções envolvidas nos projetos de colonização da região, tais como incentivar o aproveitamento de imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o governo lá vinha realizando; disciplinar a ocupação, reconhecendo que, embora pertencentes à União, as áreas vinham sendo apropriadas privadamente; desenvolver a pequena propriedade para abastecer a capital da República (GRYNSZPAN, 1987; NEVES, 2013). Foi também criada nessa época a Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, indicando que já se percebia a questão da titulação como problema a ser enfrentado. Tais medidas, segundo Grynszpan (1987), foram estendidas para outros imóveis do domínio da União pelo Decreto-lei Nº 5.110, de 12/01/1940.

Em 1938 foi criada a Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, voltada para ações de "fixação do lavrador". Logo depois apareceram sucessivos decretos criando núcleos coloniais em torno da cidade do Rio de Janeiro: Tinguá, em Nova Iguaçu; São Bento, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; e Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, já na década de 1950 (AREZZO, 1998).[6]

5 Para um estudo mais detalhado dessa experiência e da legislação pertinente, ver Neves (2013).
6 A ausência de estudos sobre os projetos de colonização é considerada pelos especialistas uma indicação de que eles não deram certo. No entanto, sem dúvida a circulação da notícia

No segundo governo Vargas, o tema foi retomado: pela Lei Nº 2.163, de 05/01/1954, foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic), que tinha por objetivos executar um programa nacional de colonização, orientar as migrações e permitir maior acesso dos trabalhadores nacionais à pequena propriedade agrícola.

Paralelamente, o processo de industrialização da Baixada e mudanças na cidade do Rio de Janeiro, a construção de avenidas e rodovias que interligavam a capital com a Baixada resultaram num processo de valorização fundiária que ocorria ao mesmo tempo em que a região recebia ondas migratórias provindas do interior do estado, em especial das áreas onde a crise da cafeicultura se aprofundava, como também do Espírito Santo, Minas Gerais e do Nordeste.

Os trabalhadores rurais, os direitos trabalhistas e as dificuldades de reconhecimento como categoria profissional

Os trabalhadores do campo que viviam no interior das unidades produtivas tinham suas relações com os fazendeiros marcadas pelo direito costumeiro (SIGAUD, 1979; NEVES, 1981). Em que pese sua diversidade, inclusive quanto às formas de nominação, esses arranjos tinham alguns aspectos comuns. Regra geral, o proprietário permitia que a família morasse na fazenda, com o compromisso de dedicação ao produto principal (cana, café, laranja, algodão), mas com direito a uma casa e pequena área para plantio de alimentos. Com essa produção era abastecida também a casa dos senhores, seus serviçais e os que trabalhavam nas propriedades em tarefas mais especializadas. Era comum que esses trabalhadores fossem obrigados a dar alguns dias de trabalho, em geral sem qualquer remuneração, para recuperação ou construção de caminhos no interior das fazendas, construção de pontes, cercas etc. Em alguns casos, havia um contrato escrito, como as cadernetas dos colonos, mas, na maior parte das situações, não havia contrato assinado, prevalecendo o costume.[7] Nesse sistema, o trabalho não era

de que na Baixada havia não só oportunidade de trabalho urbano, como também de acesso à terra, foi fundamental para estimular a vinda de pessoas de diferentes regiões.

7 Em São Paulo, a instituição das cadernetas se deu já no início do século XX, quando tam-

individualizado, mas baseado na família, produzindo um tipo particular de relação que, segundo Martins (2003), era a expressão das singularidades, tempo e ritmo próprios à expansão do capitalismo em nosso país.

Nos anos 1930, quando começou a se consolidar a legislação trabalhista para os trabalhadores fabris, já se propunha a extensão dos mesmos direitos ao campo, estímulo à educação de base e direito às condições de subsistência (STEIN, 1991). No entanto, nas constituições de 1934 e 1937, os trabalhadores rurais foram pouco contemplados. A menção ao rural apenas aparece no art. 148 da Constituição de 1937, que estabelecia a possibilidade de obtenção da propriedade por usucapião. No capítulo sobre a ordem econômica, foi reconhecido um rol de direitos aos operários urbanos, mas nenhuma proteção específica ao trabalhador rural.

No entanto, no mesmo ano, foi apresentado à Câmara um projeto de Código Rural. Procurava-se, através dele, definir o que era "empregado rural" (aquele que exercia a profissão mediante prestação de serviços na qualidade de "dirigente", "parceiro", "auxiliar" ou "assalariado" a estabelecimentos rurais, nele residindo permanentemente ou não). A discussão sobre o Código ficou inconclusa, mas o tema da definição da categoria profissional manteve-se na pauta por meio do debate em torno da regulamentação do direito de associação.

Do ponto de vista da organização dos trabalhadores, falava-se na criação de organização mista que juntasse na mesma entidade fazendeiros e trabalhadores, uma vez que, segundo os ideólogos do Estado Novo, não havia antagonismos que justificassem tal divisão.[8] Na Comissão Interministerial, criada para o estudo do enquadramento da agricultura na organização sindical e presidida por Artur Torres Filho, então presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), o Ministério da Agricultura e a SNA defenderam um sindicato misto. Apontavam para a cidade, onde o

bém foi criada uma divisão da Secretaria Estadual de Agricultura para zelar pelo cumprimento das regras acordadas, prenunciando a regulação estatal dos conflitos. A criação desse instrumento está intimamente relacionada aos graves conflitos que ocorriam nos cafezais paulistas (ROCHA, 1982; STOLCKE, 1986; MARTINS, 2010; ALLIER; HALL, s/d). Até onde pudemos apurar, são escassos os estudos sobre o tema no Rio de Janeiro.

8 Ver, por exemplo, Pinho (1939) e a Revista *A Lavoura*, editada pela Sociedade Nacional da Agricultura, em especial o número de abril/junho de 1943, onde há a ata da reunião da Comissão de Sindicalização Rural, com uma cuidadosa discussão dos debates.

sindicalismo já vicejava, como "espaço de penetração de ideologias estranhas", em contraste com o espírito do projeto de lei, que era o de não levar desarmonia às "classes agrícolas". Acentuavam, ainda, a impossibilidade de um sindicato de trabalhadores do campo, dada a "deficiência intelectual e econômica do trabalhador rural" (*sic*) e à própria dificuldade de definir o que é a "profissão rural" (MEDEIROS, 1995).

A proposta aparentemente saiu do cenário político, mas voltou em 1944, quando um anteprojeto do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), que defendia a existência de um sindicato para empregados e outro para empregadores, foi aprovado. O decreto de sindicalização rural (Decreto-Lei Nº 7.038, de 10/11/1944) garantia representação paralela para patrões e empregados. Eram definidos como empregadores rurais "pessoas físicas ou jurídicas, proprietários ou arrendatários, os que exploram atividade rural, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, por conta própria, utilizando-se do trabalho alheio ou não (*sic*), seja em economia individual, coletiva ou de família". Eram "empregados rurais, trabalhadores ou operários rurais aqueles que se dedicam profissionalmente às atividades rurais, em economia individual, coletiva ou de família, na lavoura, na pecuária ou nas indústrias rurais, sem o fito de ganho e por conta de outrem". O reconhecimento das entidades, seguindo os preceitos vigentes da concepção varguista de representação sindical, seria feito pelo MTIC. No que se refere a procedimentos para solicitação da investidura sindical, explicitavam-se alguns limites que tornavam extremamente difícil a sindicalização para os trabalhadores rurais: apresentação de prova de boa conduta, firmada por autoridade policial competente, para os diretores; atestado de que não professavam ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da nação, por meio documento expedido pela Delegacia Especial de Segurança Política ou autoridades equivalentes; e prova de exercício efetivo da atividade ou profissão desde um ano antes do requerimento. Esta prova consistia em um atestado passado pelos empregadores ou por duas pessoas já portadoras dele ou a exibição da carteira profissional ou outro documento de valor similar expedido por autoridades federais ou estaduais. Diante das condições de trabalho vigentes no campo, é fácil perceber os obstáculos existentes para conseguir todos esses documentos.

Sem revogar esse decreto, logo depois foi baixado o Decreto-Lei Nº 7.449, de 30/05/1945, que representava a visão da SNA e estabelecia a for-

mação de associações rurais (e não sindicatos) como organizações mistas, não submetidas a critérios de enquadramento profissional, mas sim à jurisdição territorial. Sua unidade básica era o município, com uma representação estadual, por meio de federações. A entidade de representação nacional seria exclusiva e teria sua direção compartilhada com o governo federal, uma vez que parte de seus membros seria nomeada por ele (STEIN, 1991). Essas organizações seriam subordinadas ao Ministério da Agricultura. A esse documento legal se seguiu um outro (Decreto-Lei Nº 8.127, de 24/10/1945), estabelecendo que poderiam fazer parte das associações rurais municipais todos aqueles que exercessem profissionalmente atividades rurais (como proprietários, arrendatários ou parceiros e até mesmo colonos e moradores). Institucionalizava-se, assim, em forma de lei, uma concepção de organização rural onde o que ligava as pessoas era o exercício de atividades agropecuárias, independentemente do seu lugar social. Merece destaque o fato de que, nos debates em torno dessa legislação, eram constantes as menções ao risco de, permitindo a organização em sindicatos, trazer a luta de classes ao campo, ao mesmo tempo em que se insistia na incapacidade organizativa dos trabalhadores, do que decorria a necessidade de tutela permanente.

A redemocratização em 1945 e a organização dos trabalhadores do campo

No contexto do pós-guerra, com o início da Guerra Fria, iniciaram-se em toda a América Latina reordenações de relações de poder que configuraram uma nova geopolítica marcada pela crescente influência dos Estados Unidos. Tratava-se de manter os países dessa região distantes politicamente da União Soviética e do comunismo. Para tanto, era fundamental impulsionar o desenvolvimento (econômico) desses países: ao longo dos anos 1950, foram intensos os debates políticos em torno do que se entendia por desenvolvimento e neles ganhou expressão a discussão sobre o significado das grandes propriedades (os "latifúndios") e da reprodução, no seu interior, de relações de opressão. Alguns dos temas propostos nos anos 1920 pelos "tenentes" voltaram, atualizando a discussão sobre a necessidade de melhoria das condições de vida no campo e chamando a

atenção para os riscos políticos da manutenção da concentração fundiária e do *status quo* agrário. O tema da reforma agrária ganhou projeção, assumindo muitos significados, dependendo do perfil das forças políticas que a traziam ao debate (CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1983a). Mudanças na estrutura fundiária eram vistas como condição de superação do *atraso*, visto como atributo das áreas rurais. As primeiras iniciativas de organização autônoma dos trabalhadores do campo, ou seja, fora do âmbito das associações rurais previstas em lei, e as mobilizações que marcaram o meio rural desde o final dos anos 1940 pesaram decisivamente nos termos em que a questão agrária foi desenhada nas acirradas discussões que então se faziam.

Em todo o país (e o estado do Rio de Janeiro não fugia à regra), a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para a definição do que eram efetivamente as terras da União ou terras devolutas, de quem eram os posseiros e de quem detinha títulos legais de propriedade da terra. Esse quadro era particularmente agudo na Baixada Fluminense, que, como vimos, recebia de diversas origens. Parte deles se fixava em terras tidas como "sem dono" e dedicava-se à produção de alimentos e à extração de madeira. Muitas vezes, aceitavam pagar taxas (*matagem*) aos que se diziam proprietários, para poderem permanecer na terra. Em outros pontos da Baixada, como é o caso de Magé, a ocupação foi feita, ainda no século XIX, por empresas têxteis que permitiam (ou mesmo estimulavam) a fixação de trabalhadores na terra como forma de garantir seu controle sobre vastas extensões. Com isso garantiam alimentos para os trabalhadores e matéria-prima para a produção. Também na Fábrica Nacional de Motores, cujas atividades se iniciaram em 1942 no distrito de Xerém, em Duque de Caxias, muitos operários acessavam terras circunvizinhas para plantio de roças (RAMALHO, 1989).[9]

Geiger e Mesquita (1956) alertavam, já nos anos 1950, para a intensa atividade de loteamento que ocorria na Baixada Fluminense e a sucessão de despejos que a acompanhava. Como aponta Grynszpan (1987), as tentativas de despejo mobilizavam os trabalhadores e provocavam resistências,

9 Essas duas situações são detalhadas nos capítulos do presente volume, escritos, respectivamente, por Marco Antonio Teixeira e Aline Borghoff Maia.

uma vez que, dada a dimensão do fenômeno, os despejados de uma área dificilmente seriam reabsorvidos em outra. Esses despejos

> […] eram vistos como procedimento ilegítimo, injusto, contra lavradores que haviam desbravado a terra, tornando-a produtiva, valorizando-a com seu trabalho, seu suor e seu sangue, e mais ainda, que não se recusavam a pagar pela sua utilização. (GRYNSZPAN, 1987, p. 71).

Nesse momento, ainda segundo Grynszpan (1987), a categoria *grileiro* passou a recobrir todos aqueles que tentavam se apropriar de terras onde estavam trabalhadores que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.[10] Embora pagando taxas pelo uso da terra ou para cortar madeira, ou seja, reconhecendo que a propriedade pertencia a outro, no momento da disputa, o argumento do uso da terra para garantir o sustento da família se sobrepunha. *Grileiros* e *posseiros*, ainda segundo o autor, se constituíram, antes de mais nada, como categorias políticas, de enfrentamento:

> Pela sua grande recorrência, pela sua abrangência espacial, pelo número de pessoas envolvidas, pelos seus aspectos dramáticos e violentos, com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações, *o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos era o principal problema social existente no campo fluminense entre 1950 e* o início da década de 1960. (GRYNSZPAN, 1987, p. 16, grifos nossos).

Para entender a recorrente resistência às tentativas de expulsão e os conflitos que se sucederam, é fundamental chamar atenção para o papel desempenhado pelo PCB, que estimulou e apoiou a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. Já na segunda metade da década de 1940 começaram a aparecer as primeiras associações de lavradores, criadas nas áreas onde ocorriam despejos: é o caso de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu,

10 Alguns dos nomes citados nos relatos como sendo *grileiros* eram influentes políticos locais. É o caso de Getúlio Moura, político de Nova Iguaçu, deputado federal pelo PSD de 1950 a 1958. Mas havia também empresas, como é o caso da América Fabril em Magé, objeto de análise no capítulo de autoria de Marco Antonio Teixeira, neste volume.

e o de Xerém, em Duque de Caxias.[11] Como relata José Pureza, importante liderança camponesa da época, pouco tempo depois essa associação tornou-se Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), o que evidencia a intenção de suas lideranças de ter uma representação mais ampla (PUREZA, 1982).

As associações de lavradores foram uma primeira tentativa de unificar as lutas camponesas, tirando-as de sua dimensão local para articulá-las na construção de um conjunto de reivindicações que ultrapassava de longe os conflitos pontuais. É o momento em que começou a se produzir o reconhecimento político do *campesinato* e suas demandas e enfrentamentos passaram a ecoar nas páginas dos jornais e nos debates políticos.

Ainda nos anos 1950, começaram a ocorrer intervenções do poder público estadual nesses conflitos, com desapropriação de terras. O primeiro caso de que temos notícia é justamente o de Pedra Lisa, considerada como *zona conflagrada* pelo subdelegado da região. Na entrada dessa localidade havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. E esta terra tem donos. Cada palmo de chão roubado há de custar a vida de todos nós" (GRYNSZPAN, 1987). De acordo com Grysnpan, em agosto de 1956, os policiais tentaram realizar um despejo na área e foram repelidos por lavradores armados de facas, foices, enxadas e espingardas de caça, em ações entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Dada a intensidade do conflito, a localidade foi desapropriada pelo então governador Miguel Couto Filho, do Partido Social Democrático (PSD).

Já então ocorriam também mobilizações nos espaços públicos. Como destacado por Grynszpan, em 1955, ainda na gestão de Miguel Couto Filho, após um grande despejo realizado em Xerém, os "camponeses", acompanhados pelos diretores da ALF, ficaram acampados por um longo período no Campo de São Bento, em Niterói, então capital estadual. Como resultado da mobilização, receberam terras na região de Córrego Feio, município de Casimiro de Abreu (GRYNSZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010).

O desenvolvimento dos conflitos no estado do Rio de Janeiro não pode ser explicado sem que se estabeleçam relações entre organizações locais e

11 A região de Pedra Lisa hoje pertence ao município de Japeri, que se autonomizou de Nova Iguaçu nos anos 1990. O conflito de Pedra Lisa é analisado na presente publicação por Gabriel de Souza Bastos e o de Xerém por Aline Borghoff Maia.

o que se passava no Brasil. São diferentes atores que se entrecruzam em diferentes planos (local, estadual, nacional, sem descartar influências internacionais) e que fizeram do debate sobre reforma agrária uma questão candente nos anos que antecederam o golpe militar (CAMARGO, 1981; MEDEIROS, 1983a, 1995).

No plano nacional, em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), num encontro realizado em São Paulo, convocado pelo PCB. Nele já havia uma representação do estado do Rio de Janeiro. Como desdobramento, foram realizados vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos camponeses (MEDEIROS, 1995). No caso do Rio, como parte desse esforço, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), logo após a realização da I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado, em Niterói, de 28 a 30 de agosto de 1959, com apoio do governo estadual, então comandado pelo petebista Roberto Silveira, que, desde sua campanha, procurou se aproximar dos trabalhadores do campo (GRYNSZPAN, 1987).

A resistência na terra se somava e se articulava a outras formas de luta, definidas em cada local, conforme a configuração de forças presentes e as possibilidades de ação: recurso à justiça (para tanto, era fundamental o apoio de advogados, muitas vezes ligados ao PCB, impetrando pedidos de *habeas corpus*, sustação de despejos, ações de usucapião); manifestações públicas em frente à sede do governo estadual, noticiadas pela imprensa da época e descritas nas memórias de alguns militantes (PUREZA, 1982; SILVA, 2008); apelo às autoridades e denúncia nos jornais, muitos dos quais abriam suas páginas para os "camponeses".[12] A repressão, nesse momento inicial, já era grande, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947.

Após o Congresso Camponês de Belo Horizonte que, em 1961, reuniu lavradores e trabalhadores agrícolas de todo o país e lideranças políticas das diferentes vertentes que disputavam a representação do campesinato, afirmou-se publicamente a força dos camponeses. O próprio presidente da

12 Tendo em vista a própria natureza das disputas travadas no campo jornalístico (CHAMPAGNE, 1996), a imprensa não podia negligenciar esses conflitos e foi importante na construção de imagem sobre eles e sobre o lugar dos trabalhadores do campo.

República, João Goulart, que assumira o mandato após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto do mesmo ano, esteve presente no encontro, emprestando-lhe assim maior visibilidade e legitimidade. A declaração final e o lema "Reforma agrária na lei ou na marra" foram vetores não só de uma polarização política no plano nacional, mas também, ao que tudo indica, de estímulo, no plano local, a novas formas de luta. No caso do estado do Rio de Janeiro, que, segundo Bráulio Rodrigues da Silva, liderança de Pedra Lisa, teve mais de 300 delegados no evento, as ocupações de terra como ação coletiva começaram a ser mais frequentes. Alguns casos ganharam maior notoriedade: o primeiro foi o da Fazenda São José da Boa Morte, limítrofe com o Núcleo Colonial de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, em fins de 1961. Os "camponeses" foram duramente reprimidos, mas, em 1963, nova ocupação ocorreu no mesmo local. O segundo evento foi a ocupação do Imbé, em Campos, em 1963, agregando lavradores das periferias da cidade, grande parte deles ex-moradores de usinas da região campista, mas também famílias que haviam sido expulsas da Fazenda do Largo, no município vizinho de São João da Barra. O terceiro caso foi o chamado "Levante de Capivari", Duque de Caxias, próximo à FNM, em junho de 1963, decorrente da ameaça de despejo de uma área que já havia sido declarada de utilidade pública pelo governo federal. Na ocasião, cerca de dois mil lavradores ocuparam a Fazenda Capivari, sob liderança de uma pessoa que se apresentava como padre (ARAÚJO, 1982). A Falerj não assumiu a responsabilidade pelo evento e o condenou, mostrando claramente tensões, em termos de condução das lutas, no interior das organizações camponesas. O mesmo ocorreu em São José da Boa Morte, onde foram feitas as acusações de traição a Mariano Beser, líder da primeira ocupação.[13]

Se esses casos podem ser considerados emblemáticos, não foram os únicos. Como aponta Grynszpan, quadros e advogados da Falerj e das associações de lavradores eram deslocados para diferentes pontos do estado para, por meio de pesquisas em cartórios, detectar áreas passíveis de ocupação e posterior desapropriação (GRYNSZPAN, 1987). Essas iniciativas são in-

13 No presente livro, as ocupações de Cachoeiras de Macacu são objeto do capítulo escrito por Ricardo Braga Brito. Delma Pessanha Neves analisa a ocupação do Imbé. O capítulo de Aline Borghoff Maia, voltado para os conflitos em Xerém, trata de um outro evento, mas menciona Capivari.

dicadoras da adoção de ações mais ousadas, num contexto de rearranjo e polarização de forças políticas nos planos nacional, estadual e local. Um dos seus resultados foi o maior rigor na tentativa de reprimir os conflitos. Em Magé, por exemplo, as ocupações resultaram na decretação da prisão preventiva do líder Manoel Ferreira de Lima e o seu enquadramento na Lei de Segurança Nacional (GRYNSZPAN, 1987).[14]

Os jornais fluminenses repercutiam os conflitos, chamavam a atenção para os riscos de subversão e advertiam sobre a proximidade de áreas de tensão em relação à capital federal e os perigos daí advindos. O mesmo diagnóstico aparece no Inquérito Policial Militar 709, que investigou as atividades do PCB.

As associações de lavradores desde logo teceram laços com diferentes entidades com as quais tinham afinidades políticas. Depoimentos dos mais expressivos militantes da época sempre se referem a ações de solidariedade moral, tecida nas relações cotidianas de vizinhança e de trabalho; financeira, uma vez que o tempo inicial da ocupação é bastante difícil pela ausência de produção e política (apoio em atos públicos, situações de prisões ou outra forma de repressão). Bráulio Rodrigues da Silva, por exemplo, afirma que, em Pedra Lisa, tiveram apoio do Sindicato de Metalúrgicos do Rio de Janeiro, então presidido por Benedito Cerqueira, também do PCB. José Pureza menciona os apoios ao acampamento no Imbé: desde operários navais de Niterói aos ferroviários de Campos. Grynszpan (1987), referindo-se ao Imbé, relata o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores na Extração do Sal e em Produtos Químicos de Cabo Frio, dos Ferroviários da Leopoldina, dos Empregados na Indústria do Açúcar de Campos, do Conselho Sindical de Campos e dos sargentos das Forças Armadas. Em Cachoeiras de Macacu, o Sindicato dos Lavradores funcionava nas dependências do Sindicato dos Ferroviários, cujo papel foi central no apoio à ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963. Também em Magé e em Duque de Caxias há

14 A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935, num contexto de crescente radicalização política, pouco depois da fundação da Aliança Nacional Libertadora. Definia crimes contra a ordem política e social. Após a queda do Estado Novo em 1945, foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1 /anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em: 22 jan. 2018.

relatos semelhantes. Em Valença, a União Operária foi muito importante na organização dos lavradores locais.

Esses laços, fartamente noticiados pela imprensa estadual e local, fortaleciam a solidariedade entre esses grupos, contribuindo para a quebra de isolamento das lutas camponesas. Do ponto de vista político, havia circulação cada vez mais ampliada de lideranças e de novas bandeiras e palavras de ordem, ao mesmo tempo em que se disseminavam propostas que tendiam a construir atores políticos unificados, mostrando o quão falaciosas eram, já então, as rígidas separações entre o rural e o urbano.

O governo estadual e o federal

A mudança de estratégias das lutas introduziu novos atores nos conflitos. A demanda por desapropriações e, mais tarde, as ocupações fizeram com que o foco da luta se deslocasse do Poder Judiciário (para onde se encaminhavam as ações de usucapião) para o Executivo, tanto federal como estadual.

A primeira ação de desapropriação que localizamos deu-se ainda no governo Miguel Couto, como mencionado anteriormente. No entanto, foi no governo de Roberto Silveira que elas tomaram impulso. Trata-se de um momento de rearranjo nas forças políticas do estado, com a ascensão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), após um longo período de domínio do Executivo estadual pelo PSD (ARAÚJO, 1982; GRYNSZPAN, 1987). Já no início de seu governo, Silveira enviou à Assembleia Legislativa estadual uma mensagem propondo a criação do Plano Piloto de Ação Agrária, onde explicitava a preocupação com os conflitos "entre grileiros proprietários (*sic*) de terras abandonadas ocupadas por famílias de trabalhadores" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 04/05/1959, p. 1-2). Mencionava a importância do uso de terras marginais às estradas tronco, de isenção de impostos para as pequenas propriedades rurais de produtores agrícolas e do estímulo a cooperativas e formas de ajuda mútua. O projeto tornou-se a Lei Nº 3.961, que autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento de terras devolutas e públicas existentes no estado e envolvia, entre outras medidas, cadastro territorial; tombamento das propriedades particulares, mediante verificação de títulos e registros, "respeitando os direitos de posse mansa e pacífica"; estudo da possibilidade de colonização,

de preferência com o aproveitamento de nacionais favelados (*sic*); organização de núcleos agrícolas para recebimento e localização de agricultores desajustados (*sic*); "diligenciar a proteção e defesa dos pequenos agricultores despejados de terras públicas ou particulares onde tenham cultivos e benfeitorias, avaliar os prejuízos verificados, promover indenizações, proporcionando soluções amigáveis ou orientando os prejudicados na utilização dos meios judiciais adequados ao reconhecimento de seus direitos"; "delimitar áreas em litígio cultivadas por posseiros, tomando as medidas convenientes à solução das controvérsias" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 24/06/1959, p. 1-2). Além disso, o Poder Executivo criaria delegacias de polícia nas regiões litigiosas.

Essa lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 6.682/59, que atribuía a execução do Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas ao diretor do Departamento de Trabalho da Secretaria de Trabalho e Serviço Social. Assim como nos projetos de colonização do governo federal dos anos 1930/40, era prevista a venda de lotes de 10 a 15 hectares aos lavradores, com pagamento em até 180 prestações mensais;[15] a aquisição, "mediante compra ou desapropriação, de fazendas em litígio ou aquelas que, pela sua localização, permitam organização de grupos de colonização"; o respeito à posse mansa e pacífica de terras de menos de 15 hectares, com pelo menos um ano e um dia de ocupação e a exigência de dedicação exclusiva ao trabalho agrícola. Além disso, chama atenção o fato de que o decreto estabelecia que seriam beneficiados os que, "embora residindo nas cidades e povoados, desejassem retornar às atividades agrícolas, nela fixando-se definitivamente com sua família" (*Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, 05/08/1959, p. 1). Também era prevista assistência técnica aos grupos de trabalho agrícola por meio do estudo da terra, fornecimento de sementes e adubos e facilidades para aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

Essa legislação revela alguns temas importantes e persistentes: a dificuldade da separação entre terras devolutas e terras particulares, mostrando

15 A demanda por desapropriação com venda de lotes a prazo aos lavradores também apareceu na 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em Niterói em 1959. Ou seja, nesse momento, os lavradores se dispunham a pagar pela terra. A demanda por entrega gratuita da terra se desenvolve no próprio compasso da luta e de sua radicalização.

o quanto, mais de cem anos depois, as determinações da Lei de Terras de 1850 ainda permaneciam sem efeito prático; a íntima relação estabelecida com a chamada questão urbana (previsão de áreas de terras para assentar famílias faveladas e apoio aos que viviam em cidades e povoados e que optassem por se transformar em agricultores); e a menção aos "agricultores desajustados", que, pelos termos da lei, parece remeter aos migrantes que nesse momento chegavam continuamente à Baixada Fluminense em busca de trabalho. Finalmente, queremos destacar a importância dada às situações de litígio, equacionadas pela proposta de indenização dos despejados e resolução de controvérsias, mas também pela introdução de controle policial nas áreas de tensão social.

Araújo (1982) e Grynszpan (1987) mencionam, ainda, que o governo Silveira investiu igualmente na criação de organizações de lavradores para competir com a então recém-criada Falerj. A nova federação, Flerj (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro), criada em 1960, tinha íntima ligação com a Federação dos Trabalhadores Cristãos e era apoiada pelo padre Antonio Carvalho.[16]

Ao longo do governo Roberto Silveira e no de seus sucessores, Celso Peçanha e Badger Silveira, foram feitas várias desapropriações, de modo geral envolvendo áreas de conflito. Segundo Grynszpan (1987, p. 195-196), além das fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, em Nova Iguaçu (1958), entre 1959 e 1963, foi decretada a desapropriação de 18 áreas, das quais 11 se localizavam na Baixada Fluminense: São Pedro e Tenente Pacheco, em Nova Iguaçu; São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão e Piranema, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Vargem Grande, parte em Itaboraí e parte em Cachoeiras de Macacu; e Rio do Ouro e Cachoeiras, em Magé.

Nesse mesmo período, outros governos estaduais estavam usando a mesma lógica de intervenção sobre a questão fundiária, o que mostrava não só o quanto o tema ganhava dimensões nacionais e impunha respostas, mas também a forma como essas respostas poderiam ser moduladas em função das forças que presidiam sua elaboração e do quadro de disputas políticas existente em cada momento, em cada estado.[17] Em grande parte dos ca-

16 Pureza (1982) narra esse fato e se refere a essa organização como "federação fantasma".

17 Em São Paulo, surgiu o Plano de Revisão Agrária, no governo Carvalho Pinto; em Per-

sos, a demanda por reforma agrária que crescia no seio das organizações camponesas sob controle do PCB, a maior parte dos governos respondia com "planos de colonização", linguagem que traduzia fundamentalmente a proposta de uso de terras devolutas e o desejo de intervenções pontuais. Não se tratava apenas de evitar a expressão "reforma agrária", considerada ameaçadora por boa parte das forças políticas em disputa, mas de imprimir um limite às ações e demandas das organizações que lideravam as lutas no campo.

No plano federal, o tema também estava em discussão, e centenas de projetos de reforma agrária foram apresentados ao Legislativo. Os debates, no entanto, acabaram se centrando no artigo da Constituição de 1946, que previa a indenização prévia, justa e em dinheiro para as desapropriações por interesse social. Foram propostas alterações em seu texto que visavam facilitar as desapropriações, mas nenhuma das propostas foi aprovada no período que ora nos ocupa.[18] Mesmo assim, algumas desapropriações foram feitas, já no governo João Goulart, em áreas de grande tensão. No caso do Rio de Janeiro, foram dez, segundo Grynszpan (1987), sendo apenas duas fora da Baixada: Penha-Caixão, Piranema, Capivari e Mato Grosso, em Duque de Caxias; Santa Alice, em Itaguaí; Cachoeirinha e Tocaia, em Magé; Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Imbé, em Campos; Fazenda Floresta, em Paracambi.[19] Como se pode verificar, algumas delas já haviam sido desapropriadas pelo governo estadual, o que indica a continuidade dos conflitos e dificuldades que se antepunham a esse tipo de política.

Finalmente, é importante lembrar que, tanto no plano estadual como no federal, a decretação de uma área como de interesse para desapropriação apenas iniciava o processo. Como bem observa Grynszpan, a desapropriação teria que ser declarada de urgência para que o juiz pudesse mandar

nambuco, no governo Cid Sampaio, a Companhia de Revenda e Colonização, após a desapropriação do Engenho Galileia, ponto inicial das Ligas Camponesas; Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) para atuar em especial sobre as áreas onde o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master) fazia acampamentos.

18 Os projetos de reforma agrária nesse período são analisados por Medeiros (1983a). Camargo (1981) oferece um rico panorama da conjuntura que cercou esse debate.

19 Embora o jornal *Luta Democrática*, que acompanhou o conflito na Fazenda Floresta, fale em desapropriação, não conseguimos localizar o decreto que a viabilizou.

imitir o poder expropriante, provisoriamente, na posse da área. Além disso, era preciso que a quantia relativa à indenização do expropriado já tivesse sido depositada, o que nem sempre ocorria, retardando o processo e acirrando os conflitos (GRYNSZPAN, 1987). O juiz também tinha o poder de considerar a quantia depositada inferior ao valor real das terras, dando início a novas negociações. Assim, em muitos casos, as ameaças de despejo e a violência continuavam enquanto o processo de desapropriação ainda estava em curso.

Eram ainda comuns disputas de concepções sobre encaminhamentos das ações no interior das agências estatais. Grynszpan menciona, por exemplo, que no Núcleo Santa Alice, em Itaguaí, lavradores que haviam sido despejados em fins de 1961 tentaram reocupar as terras com o apoio da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa e de Irênio de Matos, executor do Plano de Ação Agrária do Governo estadual. No entanto, o caminhão que levava os lavradores para a ocupação (e que era de propriedade do Plano Agrário) foi interceptado pela polícia. Houve resistência dos lavradores, o caminhão foi metralhado, dois lavradores saíram feridos e 50 foram presos. O juiz de Itaguaí, que havia decretado o despejo, determinou a prisão de Irênio, acusando-o de estimulador da ocupação e tentou enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional (GRYNSZPAN, 1987, p. 186-187).

No plano nacional, unificavam-se as bandeiras de luta de diferentes segmentos marcados pela diversidade das condições em que se davam as lutas por terra e por melhores condições de trabalho no país. Três demandas as sintetizavam: reforma agrária, direito à organização sindical e direitos trabalhistas. As lutas camponesas impactaram as políticas públicas estaduais e federal, com destaque, neste último plano, à criação da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), em outubro de 1962, destinada a atuar sobre as questões fundiárias. Além disso, ocorreram importantes mudanças legais: foi regulamentado o direito à sindicalização (1962), colocando por terra a legislação anteriormente tratada e flexibilizando as exigências. Assim, muitas das associações de lavradores existentes pelo Brasil afora puderam se transformar em sindicatos. Foi também aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estendia aos trabalhadores do campo direitos trabalhistas já obtidos pelos urbanos.

O golpe e seus desdobramentos: as ações do Estado

Num momento de organização crescente, mas ainda incipiente, o golpe teve profundos efeitos sobre os trabalhadores do campo. A repressão foi imediata e violenta, principalmente em locais onde estavam havendo ocupações e conflitos mais intensos. O Exército iniciou a busca por "comunistas" já nos primeiros dias: lideranças tiveram que abandonar seus lugares de moradia e trabalho; as casas dos trabalhadores foram invadidas e reviradas em busca de documentos e armas; e famílias foram ameaçadas e coagidas para revelar o paradeiro do pai (em geral, os homens eram os mais diretamente envolvidos nos conflitos). Relatos que colhemos sobre lugares diferentes (Baixada Fluminense, Região Serrana, Imbé), com pessoas comuns, na época crianças ou adolescentes, filhos e netos de trabalhadores com algum grau de envolvimento nos conflitos, apontam o extraordinário padrão de violência que se deflagrou. Os proprietários de terras e *grileiros* se apropriaram do discurso da luta contra a subversão para expulsar lavradores de suas terras. Os depoimentos que obtivemos reforçam a tese desenvolvida por Novaes (1997), em seus estudos sobre a Paraíba, de que o medo se espraiou, se interiorizou e inibiu resistência organizada. Mesmo assim, algumas formas de resistência local se verificaram, como fica visível nos capítulos do presente livro.

Bráulio Rodrigues relata em suas memórias que estava em Pedra Lisa, preparando com outros trabalhadores rurais a resistência ao golpe que todos sabiam que estava por vir, quando ouviu no rádio que João Goulart tinha saído do país. Imediatamente pediu para todos irem para suas casas. Mesmo correndo riscos, ficou escondido por algum tempo na própria Baixada Fluminense, ora numa casa, ora noutra, só sendo preso em 1966, quando se apresentou voluntariamente ao quartel (SILVA, 2008). José Pureza foi para o Nordeste, onde foi preso e torturado. Ficou em Itamaracá por um tempo e saiu da cadeia com problemas cardíacos, que o levaram à morte em 1983. Matérias da imprensa também confirmam as violências.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), que substituiu a Falerj após a regulamentação da sindicalização rural, sofreu intervenção. Nos arquivos sindicais, encontramos um enorme vazio de informações sobre intervenções nos sindicatos, mas os relatos

indicam que muitos foram fechados e reabertos somente tempos depois. Nossa hipótese é a de que, se houve intervenção formal em alguns casos, em outros, provavelmente a maioria, a diretoria toda fugiu e o sindicato ficou sem funcionar. Em alguns casos, as entidades ainda não tinham obtido carta sindical. Em outros, ainda estavam em processo de organização.

Mesmo os novos diretores da Fetag, indicados por padre Carvalho, que, como apontado anteriormente, era ligado aos Círculos Operários e já tinha intensa atuação no meio rural, foram vigiados e também sofreram pressão. Entrevistas com alguns deles, realizadas nos anos 1980, mostram que havia um estrito controle do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) sobre as atividades desenvolvidas, em especial reuniões com trabalhadores.[20] Padre Carvalho tem seu nome citado diversas vezes nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e também era objeto de vigilância, como demonstram os documentos do Serviço Nacional de Informação (SNI).[21]

Essas ações locais foram paralelas a mudanças institucionais importantes, inauguradas com o Ato Institucional nº 1, promulgado em 09/04/1964 pela Junta Militar que representava o Comando Supremo da Revolução. Esse Ato concedia ao Comando Supremo o poder de cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos, deliberar sobre a demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que fossem considerados como ameaças à segurança do país, ao regime democrático e à probidade da administração pública. Muitos funcionários foram afastados com base nele, em especial alguns da Supra. No caso do Rio de Janeiro, diversos deputados que apoiavam as lutas dos trabalhadores tiveram seus mandatos cassados. É o caso de Adão Pereira Nunes, Afonso Celso (Afonsinho), Demisthoclides Batista (Batistinha) e Tenório Cavalcanti. Vereadores e prefeitos tiveram o mesmo destino, em municípios onde porta-vozes das demandas dos trabalhadores conseguiram acessar cargos políticos. É o caso de Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu. Foram também instalados diversos IPMs destinados a apurar situações consideradas como de ameaça à ordem e de envolvimento de dirigentes

20 As entrevistas foram realizadas pela autora do presente capítulo entre 1982 e 1983, no âmbito de uma pesquisa sobre sindicalismo rural no Rio de Janeiro. Estão disponíveis para consulta no NMSPP/CPDA/UFRRJ.
21 Ver TELÓ e MEDEIROS (2018).

sindicais e políticos nos conflitos. As ações de ocupação de terra foram objeto de alguns deles.

Um dos IPMs, o de número 709, investigou as ações do Partido Comunista chamando a atenção para suas ações no meio rural. Segundo ele, a ação comunista "procura mobilizar as massas rurais em torno de *reivindicações em geral compreensíveis e muitas delas perfeitamente justas, numa exploração deprimente das necessidades e do sofrimento humano*" (IPM 709, Vol. 2, p. 250, grifos nossos).[22] A Supra era acusada de ser um foco de subversão e desbaratamento dos bens públicos. Afirmava-se que, embora a propaganda comunista fosse concentrada na cidade e nos operários, era no campo que "todos os movimentos inspirados no marxismo leninismo adquirem uma tendência mais acentuada para violência e ação armada. *As invasões de terra por grupos armados constituem escolas de preparação para a guerra de guerrilhas*" (IPM 709, Vol. 2, p. 258-259, grifos nossos).

Segundo o IPM, a criação do *clima revolucionário* no país foi realizada em torno de dois movimentos principais: no setor urbano, o movimento grevista do operariado, particularmente as tentativas de greve geral, por meio do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto Unidade e Ação (PUA); no campo, o movimento pela reforma agrária radical e a preparação de guerrilheiros para formação de um exército popular. Ainda de acordo com a mesma publicação, "a localização dos grupos camponeses armados começou a definir-se em áreas de grande importância estratégica nas comunicações internas do país. No estado do Rio de Janeiro observou um verdadeiro cerco do estado da Guanabara" (IPM 709, Vol. 4, p. 377).

Concomitante a esta leitura, há o reconhecimento de um desamparo do campesinato, da justeza de suas demandas e, ao mesmo tempo, a constante possibilidade de sua manipulação por *espertalhões*.

Essa concepção que está presente em diversos documentos da polícia política não pode ser separada de outra ordem de medidas tomadas pelo novo regime. No que nos interessa, tratava-se de produzir transformações no campo e na estrutura agrária por meio da regulamentação do acesso à terra, modernização tecnológica e regulação dos contratos agrários. Reconhecia-se a necessidade de fazer uma distribuição limitada de terras, em

22 Os quatro volumes desse IPM, em forma de livro, estão disponíveis no site: <www.armazemmemoria.org.br>.

áreas de conflito, de forma a retirar os camponeses das influências da esquerda organizada, já bastante abalada pelas prisões, mas, conforme pensavam os militares, capaz de se recuperar. Havia uma certa clareza de que medidas repressivas seriam insuficientes para resolver o problema agrário. Esse ponto de partida ajuda a entender o fato de parte dos sindicatos e federação que sofreram intervenção ter passado para as mãos de setores da Igreja, também marcados pelo anticomunismo. No estado do Rio de Janeiro, os Círculos Operários indicaram grande parte dos interventores e controlaram a Federação até meados dos anos 1970.

Foi feita em novembro de 1964 uma emenda constitucional que permitia que as terras desapropriadas por interesse social fossem pagas em títulos da dívida pública, demanda das forças que no período pré-golpe estavam empenhadas na luta por reforma agrária. Criavam-se assim as condições legais para agilizar a desapropriação de áreas em conflito. Logo depois, em 24/11/1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, que deu contorno legal a categorias que faziam parte do discurso político e nele tinham um sentido simbólico denso, como é o caso de "latifúndio" e que fixou as diretrizes do que se pretendia para o meio rural brasileiro.

A nova lei classificou os imóveis rurais em quatro categorias, de acordo com seu tamanho em termos de módulos rurais: minifúndios (propriedades com área inferior a um módulo rural e, portanto, incapazes, por definição, de prover a subsistência do produtor e de sua família); latifúndios por exploração (imóveis com área entre um e 600 módulos, mantidos inexplorados ou inadequadamente explorados em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio em que se encontravam e/ou mantidos com fins especulativos); latifúndios por extensão (com área superior a 600 módulos, independentemente do tipo e características da produção nela desenvolvida) e empresas (imóveis entre um e 600 módulos, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais).[23] Essa categorização cristalizou o estigma que socialmente pesava tanto sobre o latifúndio quanto sobre o minifúndio e estabeleceu como meta a progressiva extinção desses dois tipos (num caso, pela

23 Módulo rural é uma unidade de medida, em hectares, que buscava exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. O tamanho do módulo varia de região para região.

desapropriação; noutro pela reagregação, em nome de um padrão idealizado de racionalidade da exploração agrícola). A empresa rural, que poderia inclusive ser uma propriedade de caráter familiar, tornava-se o modelo ideal de apropriação e uso da terra: aquele baseado numa administração racional (em termos do padrão produtivo que se desejava implementar), integrado a mercados e fundamentado em princípios de "justiça social". O caminho para que o latifúndio se convertesse em empresa seria a desapropriação, a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção, várias delas elencadas no corpo do Estatuto da Terra. A desapropriação só se daria em casos de conflito social manifesto. Juntando-se à crítica ao que era chamado de *atraso* por diversas forças políticas no período anterior ao golpe e que tinham na agricultura seu principal foco, a nova lei se propunha a estimular a racionalidade empresarial aos estabelecimentos rurais.

O Estatuto da Terra definia que a propriedade da terra deveria cumprir uma função social e o fazia integralmente quando, simultaneamente: a) favorecia o bem-estar dos proprietários e dos que nela trabalhavam, assim como de suas famílias; b) mantinha níveis satisfatórios de produtividade; c) assegurava a conservação dos recursos naturais; d) observava as disposições legais que regulavam as justas relações de trabalho entre os que possuíam a terra e os que a cultivavam, de alguma forma, criando uma articulação com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), aprovado imediatamente antes do golpe. Além disso, regulamentou os contratos de arrendamento e parceria, relações que eram constitutivas da definição então socialmente vigente de latifúndio e, ao mesmo tempo, importante foco de conflito nos anos anteriores (MEDEIROS, 2002). Assim, trazia para os termos contratuais o que antes era regulado fundamentalmente pelo costume e pelas relações pessoais. No entanto, como veremos nas análises que se seguem de casos de conflitos, havia várias situações de uso costumeiro ("moradores", "foreiros", "camaradas", "colonos" etc.) cujo enquadramento legal tornava-se um desafio.

Além de prever a delimitação de áreas prioritárias para ação, pressupunha ainda zoneamentos com base em dados de cadastro a ser implementado, de forma a definir as áreas que seriam passíveis de intervenção.[24] A

24 Segundo o art. 20 do Estatuto da Terra, as áreas passíveis de intervenção seriam aquelas de predomínio de minifúndios e latifúndios; as já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto; aquelas cujos proprietários desenvolvessem atividades predatórias, re-

preocupação com a realização de um cadastro de propriedades apontava, mais uma vez, para o reconhecimento do pouco controle que o Estado tinha sobre suas terras e que era fonte recorrente de conflitos fundiários em todo o Brasil.

Na mensagem que acompanhou o Estatuto da Terra ao Congresso Nacional, falava-se na prioridade à reforma agrária como modo de cumprir o imperativo constitucional (referindo-se à Constituição de 1946, então ainda vigente) de "promover a justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos". Essa preocupação se traduziu numa forma de intervenção que, ao mesmo tempo em que se propunha a atuar sobre as áreas de conflito, também buscava criar um novo tipo de produtor, moderno, inserido nos mercados, capaz de atender às demandas de alimentos geradas pelo crescimento do mercado interno, além de gerar divisas, mantendo o Brasil como exportador de *commodities*. Como apontado nos capítulos que se seguem, o próprio Estatuto desde logo tornou-se um campo de disputa política, com os advogados do sindicalismo de trabalhadores procurando explorar possíveis brechas para beneficiar os que resistiam em áreas de conflito.

No que diz respeito às desapropriações, em todo o Brasil, poucas foram iniciadas e raras se consumaram. As pressões dos setores patronais e a redução dos conflitos fundiários, produto da desarticulação das organizações de trabalhadores que os explicitavam e os traziam para o espaço público, fizeram com que, na realidade, a implementação de desapropriações previstas no Estatuto da Terra não só não ocorresse, como houvesse a devolução aos antigos donos daquelas que haviam sido desapropriadas no governo Goulart. Caso emblemático, no Rio de Janeiro, foi a restituição da fazenda São José da Boa Morte, palco, como vimos, de importantes conflitos antes do golpe. Ao mesmo tempo, terras foram adquiridas em áreas próximas ao Núcleo Colonial de Papucaia e a essa fazenda para assentar trabalhadores deslocados de áreas de conflito de Cachoeiras de Macacu, de Campos

cusando-se a pôr em prática normas de conservação dos recursos naturais; as destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos; as que apresentassem elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros; as terras cujo uso não fosse o adequado à sua vocação de uso econômico, segundo critério elaborados pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra).

(Imbé) e de Duque de Caxias. Trabalhadores escolhidos, que pudessem se enquadrar no perfil desejado.[25]

Os próprios dirigentes militares estavam atentos aos riscos oferecidos pelo não enfrentamento da questão agrária: o Decreto-Lei Nº 582, de 15/05/1969, determinava a intensificação da reforma agrária e novamente insistia na prioridade às áreas de "manifesta tensão social", o que era um indicador de que, apesar do desbaratamento das organizações que representavam os trabalhadores, os conflitos continuavam a existir em diversos pontos do país. Por meio desse decreto, foi também criado o Grupo Executivo da Reforma Agrária, composto por representantes de diversos Ministérios e outras instituições, inclusive sindicais, como Confederação Nacional da Agricultura (CNA), de caráter patronal, e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). As diretrizes acabaram não entrando em vigor e verificou-se no início dos anos 1970, já no governo Médici, uma mudança institucional de peso: a extinção do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (Inda) e sua substituição pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), subordinado ao Ministério da Agricultura e, portanto, a interesses setoriais. Essa mudança indicava a preocupação com a colonização na região da fronteira e a progressiva subordinação da questão fundiária ao tema da segurança nacional (MARTINS, 1984).

Mesmo com esse quadro adverso, ao longo desse período, algumas áreas foram decretadas como prioritárias para fins de reforma agrária, duas delas no estado do Rio de Janeiro, nos anos 1970, ambas em Magé: a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí.[26]

Finalmente, não se pode esquecer a instituição da Previdência Social Rural, Lei Complementar Nº 11, de 25/05/1971. Pelo Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, foi concedida a esse segmento direito de aposentadoria por velhice ou invalidez; de pensão; auxílio-funeral; serviços de saúde e serviço de assistência social.[27] Apesar de os benefícios terem valores

25 A respeito, ver os capítulos de autoria de Ricardo Brito e de Fabrício Teló no presente volume.

26 Os conflitos em Magé e as circunstâncias da desapropriação são analisadas neste livro no capítulo escrito por Marco Antonio Teixeira.

27 Nos termos da lei, eram considerados trabalhadores rurais: a) a pessoa física que presta

inferiores aos pagos aos trabalhadores urbanos (50% do salário mínimo, podendo ser concedido a apenas uma pessoa da família), o Programa representava uma mudança nas condições dos trabalhadores rurais, até então destituídos de qualquer proteção social.[28] A lei incumbiu os sindicatos de serem os mediadores da prestação dos benefícios. Recebendo recursos para arcar com serviços médicos e dentários e sendo a agência inicial de encaminhamento dos pedidos de aposentadorias, muitos sindicatos tornaram-se postos de assistência à saúde e espaços de disputa pelo poder local. No entanto, como uma análise mais fina pode demonstrar, alguns dirigentes aproveitavam-se dos dias de atendimento médico para melhor conhecer a situação dos trabalhadores do município e estimulá-los à organização.[29]

A literatura mostra que se desenvolveu no país, ao longo da década de 1970, uma política de estímulo à modernização das atividades agropecuárias, levando à empresarialização do setor, como previa o Estatuto da Terra, mas sem alterações importantes na estrutura de propriedade da terra (DELGADO, 1985). A concepção de desenvolvimento rural cada vez mais foi ganhando o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: a sua identificação com modernização da base técnica e produtiva, mas não de direitos trabalhistas e sociais.[30]

As limitações previstas em lei quanto ao tamanho de terra a ser concedida sem autorização do Senado Federal (três mil hectares) viraram letra morta. A categoria latifúndio por dimensão, passível de desapropriação, foi esquecida e não só foram dados incentivos à sua transformação tecnológica, como também criaram-se condições favoráveis para que os limites ao

serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie; b) o produtor, proprietário ou não, que, sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração.

28 Os benefícios só foram equiparados pela Constituição de 1988.

29 Registro de memória da autora do presente capítulo a partir de participação em encontros sindicais nos anos 1980 e de conversas informais com Raimundo Leoni dos Santos, presidente do STR de Itaboraí, um típico herdeiro das lutas do período anterior a 1964.

30 Mesmo a política de colonização que foi incentivada no período adequou-se a essa perspectiva, levando agricultores com experiência na agricultura modernizada do Sul para as regiões Centro-Oeste e Norte, buscando lá difundir outro estilo de uso da terra e racionalidade.

tamanho da propriedade não fossem considerados nas regiões de fronteira agrícola, onde, por meio de concessões de terras públicas, incentivos fiscais, crédito farto e barato, a concentração impôs-se. Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas em investimentos especulativos em terras (MARTINS, 1984; DELGADO, 1985; PALMEIRA e LEITE, 1998). A ideia de criação de uma classe média rural deixou de ser relevante. Da mesma forma, perdeu-se de vista que a definição legal de empresa levava em conta também o respeito à legislação trabalhista e à preservação ambiental, condições para que o imóvel cumprisse sua função social, segundo o Estatuto da Terra. O próprio Código Florestal, aprovado em 1965 como parte da atualização modernizadora da legislação brasileira, na prática, foi ignorado no tocante ao estabelecimento de áreas de preservação permanente e de reserva legal, ambas com dimensões claramente estabelecidas no texto sancionado.

No que se refere ao estado do Rio de Janeiro, além da região canavieira de Campos, onde houve intensa modernização, com os estímulos do Programa Nacional do Álcool, uma outra política de grande impacto, o estímulo ao turismo, levou ao aparecimento de conflitos em áreas onde, até o início dos anos 1970, eles estavam ausentes. O caso mais notório é a construção da estrada Rio-Santos e o estímulo aos investimentos na região da Baía de Ilha Grande. As duas iniciativas trouxeram consigo disputas por terras, colocando em xeque a ocupação das áreas próximas ao mar por populações que lá viviam de há muito, como caiçaras ou comunidades negras, descendentes dos escravos que por ali permaneceram quando do declínio da cafeicultura na região. Não por acaso, na década de 1970, cerca de 40% dos conflitos fundiários no estado ocorriam nessa região, com maior concentração em Angra dos Reis e Paraty (MEDEIROS, 1983b).[31]

31 Algumas dessas comunidades reivindicavam que as terras lhes foram deixadas como herança pelos antigos senhores (como é o caso de Campinho da Independência e Santa Rita do Bracuí). A partir da Constituição de 1988, em busca de regularizar sua situação com base em outros fundamentos legais, continuaram a demandar as terras que lhes pertencia, assumindo-se como quilombolas. Os conflitos no litoral sul são tratados nos capítulos escritos por Iby Montenegro de Silva e por Annagesse Feitosa.

Sindicalismo e Igreja: a reapropriação da lei em defesa dos trabalhadores

Apesar das condições bastante desfavoráveis, a existência de uma lei que reconhecia a reforma agrária como parte dos instrumentos de regulação do território brasileiro proporcionou condições para lutas em torno da sua aplicação. Com efeito, a demanda pela aplicação do Estatuto da Terra passou, pouco a pouco, a fazer parte do repertório das ações da entidade sindical representativa, no plano nacional, dos trabalhadores rurais, a Contag, que se reorganizou em 1968 e buscou, a partir daí, recompor o sindicalismo.[32]

Examinando as publicações dessa entidade sindical ao longo da década de 1970, encontramos cartilhas visando a difusão, em linguagem bastante simples, do corpo legal existente referente aos direitos dos trabalhadores, em especial o Estatuto da Terra e o Estatuto do Trabalhador Rural. Também é possível observar que orientações legais eram constantes no Boletim *O Trabalhador Rural*, editado regularmente a partir de 1969 e que servia de canal para divulgação das diretrizes da Contag entre os sindicatos que estavam sendo criados ou reorganizados. Apropriando-se da tese, contida no Estatuto da Terra, de que a reforma agrária era prioritária nas áreas de manifesta tensão social, a Contag encaminhava sistematicamente ao governo federal (em suas diferentes instâncias) relatórios de conflitos, em especial relacionados à tentativa de expulsão de *posseiros*, solicitando a desapropriação da área "por interesse social, nos termos do Estatuto da Terra". Neles, denunciava as tensões que percorriam os campos, as arbitrariedades a que os trabalhadores estavam submetidos e relatava, com abundância de detalhes, as ações de jagunços, da polícia e de guardas florestais: queimas de casas, destruição de lavouras, prisões arbitrárias etc. Essa documentação revela o modo de agir da repressão no campo, assuma ela caráter propriamente político (tentando bloquear ou dificultar a organização dos trabalhadores) ou

32 Para informações sobre a reorganização e a atuação do sindicalismo rural brasileiro durante a ditadura, ver Palmeira (1985), Medeiros (1989), Ricci (1999), Novaes (1997), Medeiros (2014), entre outros. Para o caso do Rio de Janeiro, ver Barcellos (2008). Chamamos a atenção para a importância de tratar as opções feitas naquele momento tendo em vista uma cultura política subjacente às lutas no campo, bem como a leitura que os sindicalistas faziam das oportunidades políticas existentes. Sobre o tema, ver Tarrow (2009).

se assemelhe ao secular processo de avanço das fronteiras de investimento capitalista. Ela também nos dá um interessante quadro da prática sindical: conhecer os conflitos, documentá-los, narrar as violências, elementos que compunham relatórios a serem enviados às autoridades, com pedidos de providências. Na ausência de respostas por parte do Estado, elaboravam-se novas denúncias, sempre seguidas da exigência de aplicação do Estatuto da Terra. É por esse caminho que, num contexto bastante desfavorável, o sindicalismo rural desenvolveu pouco a pouco uma associação entre reforma agrária e Estatuto da Terra, fazendo uma leitura bastante particular dessa lei, enfatizando sua dimensão desapropriadora. Também contribuiu para a consolidação de uma cultura fundada, como bem apontou Novaes (1997), na prudência sindical traduzindo as ameaças que os trabalhadores sofriam na linguagem da lei (e não em outra) e demandando a aplicação da lei para resolvê-las. Nesse contexto, chama atenção a importância assumida pela ação dos advogados sindicais.[33]

No que se refere à Igreja Católica, desde os anos 1960, ela passou a atuar junto aos trabalhadores do campo, contrapondo-se à difusão entre eles das teses defendidas pelos comunistas. Essa ação foi visível no Nordeste, principalmente por meio do Serviço de Assistência Rural de Natal, no Rio Grande do Norte, e do Serviço de Orientação Rural, em Pernambuco; no Sul, pela ação das frentes agrárias, com destaque para a Frente Agrária Gaúcha e, no Sudeste, pelo trabalho dos Círculos Operários Cristãos de São Paulo e do Rio de Janeiro.[34] Neste último estado, os interventores de diversos sindicatos e da Fetag foram indicados por essa organização.

Nos anos 1970, no entanto, um novo ator eclesial passou a desempenhar um papel relevante na condução das lutas dos trabalhadores do campo: a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criada em 1975, a partir de um encontro de bispos afinados com os princípios da Teologia da Libertação, ela se mostrou um espaço de reflexão e intervenção sobre os

33 Esse tema é desenvolvido no capítulo escrito por Ana Cláudia Tavares e por Mariana Quintans.

34 José Rotta, dos Círculos Operários de São Paulo, tornou-se presidente da Federação desse estado no período que antecedeu o golpe e foi nomeado, em abril de1964, interventor da Contag (RICCI, 1999).

conflitos de terra.[35] Embora os principais nomes associados à sua criação (Dom Thomas Balduíno, Dom Moacir Grecchi, Dom Pedro Casaldáliga) fossem ligados aos problemas fundiários das regiões Norte e Centro-Oeste, a CPT começou a atuar no Rio de Janeiro já em 1976, inicialmente nos conflitos de terra em Paraty. Em pouco tempo, ela se expandiu para outros lugares e sua participação foi particularmente incisiva em Cachoeiras de Macacu, onde esteve à frente de um trabalho de formação que teve fortes relações com a ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1980. Também nos conflitos por terra na Baixada Fluminense ela esteve presente, em especial em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Nos lugares onde atuou, estimulou a organização dos trabalhadores e a formação de chapas de oposição a sindicatos que ela considerava como *pelegos* e que não encaminhavam o que ela considerava como os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Além dos casos citados, foi forte sua presença no conflito na Fazenda Santo Inácio, em Trajano de Moraes.[36] Também no trabalho pastoral teve importância o recurso às leis, como defesa. Em suas memórias, Bráulio Rodrigues chama a atenção para a importância da atuação de Paulo Amaral, em Nova Iguaçu, e de Miguel Pressburguer, em diferentes locais do estado (SILVA, 2008).

Nas regiões onde atuava, a CPT contava com o apoio dos bispos locais, com destaque para Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, Dom Waldir Calheiros, de Volta Redonda, Dom Clemente Isnard, de Nova Friburgo, Dom Vital Wilderink, de Itaguaí, e Dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias, o que lhe dava maior segurança na ação. Mesmo assim, os agentes de pastoral também foram objeto de violência: o próprio Bispo D. Adriano foi sequestrado em 1976; o padre Joaquim van Loewen, pároco de Japuíba, em Cachoeiras de Macacu, foi preso, em 1980, juntamente com os lavradores que ocuparam a fazenda e, já em plena abertura política, em 1984 houve invasão da sede da CPT, na cidade do Rio de Janeiro, por policiais em busca de documentos que comprovassem que a entidade estimulava ocupações de terra.

35 Sobre as origens da CPT e sua prática, ver Paiva (1985).

36 Ver capítulo específico neste volume, escrito por Elizabeth Linhares.

Retomada das ocupações de terra: um novo ciclo de lutas

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 marcaram uma retomada das manifestações nos espaços públicos dos trabalhadores rurais de todo o país. Trata-se de um novo momento, em que crescia a pressão social por maior liberdade de expressão e organização, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos etc. e começaram a se evidenciar sintomas de crise do regime militar.

Numa conjuntura nacional marcada não só pelo aparecimento de novas demandas, mas também de novas experiências organizativas por parte dos trabalhadores, ganharam expressão entidades de apoio de diversos tipos: organizações não governamentais, tais como Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase), além de uma série de entidades de atuação local que deram suporte e/ou promoveram programas de formação de trabalhadores rurais e iniciaram campanhas de apoio às suas demandas, como é o caso da Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Por meio de suas ações e redes, deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos no campo e à violência que os acompanhava, permitindo a ampliação de alianças. Nesse processo, foi-se conformando uma nova linguagem que, de um lado, fazia apelo aos instrumentos legais existentes e, de outro, constituía a terra como um direito. O documento episcopal *Igreja e problemas da terra*, uma contundente e influente defesa dos trabalhadores do campo (CNBB, 1980), foi uma peça fundamental dessa década. Ao mesmo tempo, o tema da reforma agrária foi incorporado à pauta das centrais sindicais que se constituíram no início dos anos 1980.

Além disso, vários militantes exilados no exterior voltavam, e muitos dos que foram condenados ao exílio em seu próprio país começavam a retomar o trabalho político. No estado do Rio não foi diferente e antigas lideranças, que ficaram presas, foragidas ou silenciadas, aos poucos voltavam aos espaços públicos e retomavam os contatos com os trabalhadores. É o caso, entre outros, de José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva e João Correa de Paula. Vários deles atuaram decisivamente em algumas iniciativas de luta por terra no estado, desde meados dos anos 1970.

No início dos anos 1980, o estado do Rio de Janeiro já era considerado bastante urbanizado: 92% de sua população, segundo dados do Censo de 1980, vivia nas cidades, com grande concentração na região metropolitana. Apesar disso, começaram a ocorrer ocupações de terra, agora com a presença de alguns sindicatos, da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), uma fugaz experiência organizativa que se fazia fora das estruturas sindicais e limitada à região de Xerém, em Duque de Caxias. Foram ocupadas a Fazenda São José da Boa Morte, um dos polos mais importantes de conflitos no estado nos anos que antecederam o golpe e na década de 1970, e uma área em Xerém, por 72 famílias que acabaram por ser assentadas em Italva, então município de Campos, em 1984. Quase à mesma época, ocorreu a ocupação de Campo Alegre, também com a presença do NAF e da CPT, como desdobramento do conflito em Parque Estoril, Nova Iguaçu. A elas se sucederam várias outras, que marcaram em especial a primeira metade dos anos 1980. Para entendê-las é preciso ainda ter em conta não só a retomada da organização pelos trabalhadores, mas também um conjunto de mudanças no próprio estado, relacionadas a fatores estruturais, como a urbanização intensa, a pressão por lotes para moradia e a existência de áreas disponíveis no meio rural, mas próximas a centros urbanos. A Baixada Fluminense, onde se acirrava a disputa pelas mesmas áreas que eram polos de conflito desde os anos 1950, foi o polo dessas iniciativas.

Para entender esse novo momento, é preciso considerar diversos elementos. Da mesma forma que em diversos pontos do país, os trabalhadores rurais fluminenses estiveram bastante ativos, recriando sindicatos onde eles haviam desaparecido (como é o caso de Nova Iguaçu); formando chapas de oposição sindical para tentar assumir a direção de sindicatos considerados *pelegos* (Cachoeiras de Macacu, Trajano de Moraes, entre outros) ou pouco atuantes (Paraty) e criando organizações não sindicais que expressassem as demandas dos trabalhadores (caso do NAF).

No que se refere à Fetag/RJ, ela procurou se aproximar de antigas lideranças dos anos 1960 e trouxe algumas delas para participar de cursos de formação para narrar suas experiências e mesmo dar apoio a regiões de conflito. É o caso, em especial, da aproximação com José Pureza da Silva, que retornou ao Rio no final dos anos 1970, após sua liberação da prisão, participou de diversos encontros sindicais e passou a assessorar os sindicatos de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

Além de ter uma expressiva assessoria jurídica, como destacado no tópico anterior, a Fetag montou, já nos anos 1970, uma assessoria educacional bastante afinada com as diretrizes emanadas da Contag. Enviou uma expressiva delegação ao III Congresso da Confederação, realizado em 1979, momento em que foram cunhadas novas diretrizes para o sindicalismo. Como resultado das linhas de ação definidas nesse congresso, no estado do Rio passaram a ocorrer mobilizações de trabalhadores. Deram-se pelo menos duas grandes concentrações de trabalhadores rurais na sede do Incra, na cidade do Rio de Janeiro (15 de dezembro de 1980 e 15 de junho de 1981), que contaram com um número expressivo de participantes de diferentes pontos do estado e que demandavam desapropriação de uma série de fazendas, algumas delas com histórico de conflito que vinha dos anos 1950 ou 1960. A análise dessas ações é um bom exemplo da capacidade desses trabalhadores de se apropriarem de oportunidades políticas abertas, mas também de contribuírem decisivamente para que elas fossem criadas (TARROW, 2009). Nesse novo momento, o sindicalismo rural se tornou mais visível no estado, participou das disputas pela criação de centrais sindicais e teve papel fundamental na denúncia da violência que os trabalhadores rurais continuavam a sofrer. Embora a perseguição às lideranças tenha se abrandado e novas possibilidades para a ampliação da organização tenham sido abertas, a violência privada sobre os trabalhadores não arrefeceu e os conflitos no campo continuavam, motivados pelas expulsões de terra e despejos.

No entanto, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, com a eleição de Leonel Brizola para governador em 1982. Com uma imagem ligada às lutas dos trabalhadores, Brizola apoiou a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul, quando assumiu o comando daquele estado (1959/1963); foi coordenador da Campanha da Legalidade, em 1962; deputado federal pelo Estado da Guanabara quando terminou seu mandato no governo do Rio Grande do Sul e considerado o estimulador dos "Grupos de Onze".[37] Teve seu mandato de deputado federal cassado e tornou-se um exilado político.

37 De acordo com Righi (2014), tratava-se de grupos de luta e resistência, visando a concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbanas, bem como combater a espoliação do Brasil pelo capital. A partir deles pretendia-se criar um partido revolucionário, cujo braço armado seriam os militares nacionalistas.

Sua eleição para o governo do Rio de Janeiro desencadeou uma série de processos políticos, entre eles a ocupação de terras, em especial pela postura do governador de negociar e evitar repressão. Já em maio de 1983, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários, inicialmente para atuar nos conflitos rurais (NOVICKI, 1992). Logo depois, em novembro (Decreto Nº 6.854/83), foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), criada em maio de 1986, para cuidar de questões fundiárias tanto rurais como urbanas. Como atribuições da CAF, o Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro (SEAF, 1991) elenca: definição de áreas que deveriam ser objeto de processo discriminatório; encaminhamento de soluções para litígios fundiários, buscando manter na terra as famílias que dela dependessem para moradia ou para o desenvolvimento de suas áreas produtivas; coordenação da ação dos órgãos estaduais envolvidos com as questões de terra, evitando sobreposições; e sugestão de medidas judiciais necessárias à solução de disputas de terra (SEAF, 1981, p. 103). Como se pode verificar, a própria subordinação da CAF à Secretaria da Justiça procura dar um novo encaminhamento aos conflitos (NOVICKI, 1992).

Um novo ciclo de lutas por direitos

As grandes mobilizações populares, tanto urbanas quanto rurais, que acompanharam o fim do regime militar reacenderam o debate em torno da realização da reforma agrária "ampla, massiva e imediata", como demandava a Contag e novas entidades emergentes, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Num primeiro momento, com o fim do regime militar, a Nova República abriu espaço para a institucionalização do tema da reforma agrária, criando um Ministério especialmente voltado para ele, o Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento (Mirad), e um grupo de trabalho, composto por representantes da sociedade civil afinados com as demandas dos trabalhadores, para elaborar uma Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Essa proposta foi dada a conhecer no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag em maio de 1985,

o que indicava o compromisso do novo governo com alterações na estrutura fundiária.

Nesse documento, a reforma agrária aparecia como uma das prioridades do novo governo e, para implementá-la, a desapropriação por interesse social era considerada o principal instrumento. A indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do imposto territorial rural. Sendo este um preço reconhecidamente abaixo do vigente no mercado, a Proposta assumia, de forma explícita, a concepção de desapropriação como uma penalização dos proprietários fundiários por não darem à terra uma função social. A meta era assentar, no prazo de 15 anos, sete milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Também foi recuperada a diretriz, presente no Estatuto da Terra, de seleção de áreas prioritárias para reforma agrária, apontando para a possibilidade de transformações fundiárias em áreas mais amplas, e não somente de intervenções pontuais em focos de conflito.

Em que pese as mudanças sofridas pela proposta até se transformar no plano oficial, a experiência do PNRA desvendou algumas características da burocracia estatal, explicitando a formação de um corpo burocrático portador de uma cultura institucional marcada, ao longo do regime militar, pela identificação entre reforma agrária e colonização (ou seja, priorização das áreas de fronteira, consideradas como espaços vazios, para alocar trabalhadores demandantes de terra) e, num segundo momento, pela identificação entre reforma agrária e assentamentos pontuais, o que implica não planejamento de ações fundiárias como processo orientador de elaboração de políticas. Essa burocracia, recortada pelos interesses ligados aos "negócios de terra", em função de sua história, tinha dificuldades em se relacionar com os movimentos sociais (PALMEIRA, 1994).

Apesar de todas essas dificuldades, foram realizadas, entre 1986 e 1988, diversas intervenções em áreas de conflito, em alguns casos garantindo a terra a trabalhadores que nela já viviam e estavam ameaçados de expulsão, em outros assentando os que haviam participado de ocupações e acampamentos. Mesmo assim, foram poucos os resultados, em especial se contrastados com as metas da proposta inicial: segundo dados do Incra, foram assentadas no governo de José Sarney apenas 83.687 famílias. No caso do Rio de Janeiro, ocorreram algumas desapropriações, a maioria delas em áreas

antigas de conflito, como é o caso de Santo Inácio, em Trajano de Moraes, e São Bernardino, em Nova Iguaçu.

No entanto, há uma mudança importante na conjuntura política estadual, com a eleição de Leonel Brizola como governador. Sem dúvida ela criou oportunidades políticas para a intensificação das lutas por terra e proliferação das ocupações, principalmente na Baixada Fluminense. Foram várias as desapropriações feitas por ele, usando os recursos legais disponíveis.[38] Ao mesmo tempo, o governo institucionalizou o tema fundiário criando espaços no interior da burocracia estatal para tratá-lo, como é o caso da Comissão de Assuntos Fundiários e, ao final, do Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (Iterj).[39]

No entanto, isso não significou que o ciclo de violência fosse interrompido. Caso exemplar foi o assassinato, em pleno ano de 1988, de Sebastião Lan, líder sindical de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, morador da Fazenda Campos Novos, local de conflitos fundiários desde os anos 1950 e objeto de desapropriação em 1982.

Fazendo uma síntese do período da ditadura, cabe destacar a persistência de conflitos em alguns locais: Baixada Fluminense, Cachoeiras de Macacu e Região dos Lagos. Na Baixada, o processo rápido de urbanização pressionou fortemente os trabalhadores a abandonar suas posses, mas, em diversos locais, permaneceram situações de tensão ao longo das décadas de 1970 e 1980. Não por acaso, é nela que vão ocorrer grande parte das ocupações de terra na primeira metade dos anos 1980. A novidade do período foi a excepcional proliferação dos conflitos no litoral sul, em razão da expansão do turismo empresarial.

O recorrente processo de expulsão/expropriação não necessariamente se fez, no entanto, a partir da ação das forças militares, mas essencialmente pela ação dos proprietários (ou pretensos proprietários), por meio de suas milí-

38 Desde o Estatuto da Terra, a desapropriação para fins de reforma agrária passou a ser atributo do governo federal. Os governos estaduais, no entanto, podiam usar de recursos legais como desapropriação por utilidade pública ou para criação de fazendas experimentais. Nesses casos, o pagamento deveria ser prévio e em dinheiro. Mas, para isso, o proprietário deveria possuir documentação adequada. Em muitos casos do estado do Rio, entre eles Campo Alegre, em Nova Iguaçu, e Cachoeira Grande, em Magé, as áreas nunca foram indenizadas por falta dessa documentação, mas os trabalhadores permaneceram na terra.
39 O tema é cuidadosa e detalhadamente tratado por Novicki (1992).

cias privadas, que agiam com violência e não tinham, a não ser de forma muito limitada, o contraponto da resistência por meio da luta por direitos. Tudo indica que os que se apresentaram como donos das terras tinham ampla liberdade de ação. Ou seja, se quisermos entender a natureza de repressão que se abateu sobre parcelas de trabalhadores do meio rural fluminense, temos que contemplar também essas formas de violência privada, praticadas não só por antigos proprietários de fazenda, mas também por empresas modernas de outros setores produtivos, em especial o turístico e o imobiliário. Havia, no geral, omissão do Estado e, em alguns casos, conivência e participação direta, como é o caso da atuação da guarda florestal em Paraty e em Cabo Frio ou da guarda rural do Ibra em Cachoeiras de Macacu.

Se antes do golpe caminhava-se para um reconhecimento de direitos à terra ocupada por posseiros, como comprovam as diversas desapropriações realizadas no estado, sem a força das lideranças e das organizações e num contexto de forte repressão a todas as formas de manifestação e organização dos trabalhadores, a tendência à atomização das resistências foi dominante. Muitas vezes, elas foram persistentes no tempo, evitaram a expulsão imediata, mas pouca articulação tiveram entre si, a não ser por meio da ação sindical, que variava de município a município e tinha mais um papel de denúncia do que propriamente de organização dos trabalhadores. Não por acaso, as desapropriações feitas no âmbito do Plano Regional de Reforma Agrária do Rio de Janeiro (PRRA/RJ) envolveram áreas cujos conflitos vinham, muitas vezes, dos anos 1950/1960, que já haviam sido desapropriadas e devolvidas aos antigos proprietários após o golpe, mantendo-se, porém, como focos de conflito.

Diante disso, falar dos conflitos no campo no regime militar é também levar em consideração que, numa situação de internalização do medo, em muitos lugares os trabalhadores simplesmente abandonaram suas terras e migraram para as cidades. No caso de Paraty, por exemplo, algumas das favelas da cidade (Ilha das Cobras, Mangueira) são produto desse processo. O mesmo pode se dizer de Xerém ou Papucaia, que, ao longo dos anos 1970, se tornaram atrativas para instalação de sítios de recreio. Dificilmente teremos condições de captar as condições efetivas que levaram as pessoas a não resistirem. No entanto, metodologicamente é importante ter esse fato como um horizonte significativo para o entendimento da dimensão dos efeitos da ditadura sobre os trabalhadores rurais fluminenses.

Referências

ALLIER, Verena Matinez; HALL, Michael. *From sharecropping to the colonato*. [S.l.: s.n.]. Mimeo.

ARAÚJO, Federico Gulherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado) – Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia, UFRJ, Rio de Janeiro, 1982.

AREZZO, Dryden de Castro. Administração fundiária do estado do Rio de Janeiro. In: CARNEIRO, Maria José et al. *Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de. A questão agrária, crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: BORIS, Fausto (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1981; t. III: *O Brasil republicano*; v. 3: *Sociedade e política (1930-1964).*

CEFAÏ, Daniel. Les cadres de l'action collective. Définitions et problèmes. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les formes de l'action collective.* Mobilisations dans des arènes publiques. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CNBB. *Igreja e problemas da terra*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1990.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura*. São Paulo: Ícone; Campinas: Unicamp, 1985.

DRUMMOND, Jose Augusto. *O Movimento Tenentista:* a intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Ligia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos.* Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GEIGER, Pedro P.; MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro:* 1950-1964. 2 v. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IPM 709. *O Partido Comunista no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. 4 volumes.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil:* Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Os anos 30. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48, 2003.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

______. *O sujeito oculto.* Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

______. *O cativeiro da terra.* Ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *A questão da reforma agrária no Brasil.* Dissertação (Mestrado) –Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983a.

______. Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro. *Relatório de Pesquisa.* Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983b. Mimeo.

______. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

______. *Lavradores, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses.* Os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade de Campinas, Unicamp, Campinas, 1995.

______. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil.* Seropédica: Editora da UFRRJ e Unrisd, 2002.

______. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura:* o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOORE JR., Barrington. *Injustiça.* As bases sociais da desobediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana.* Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O.B.; NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma.* Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

NOVICKI, Victor de Araújo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro:* primeiro Governo Brizola (1983 - 1987). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, 1985.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

______. Burocracia, Política e Reforma Agrária. In: MEDEIROS, Leonilde et al. (Orgs.). *Assentamentos Rurais:* Uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

______; LEITE, Sérgio P. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; Raimundo SANTOS (Orgs.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

______. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. In: WELCH, Clifford et al. (Orgs.). *Camponeses brasileiros.* Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília: Nead/MDA, 2009.

PINHO, Péricles Madureira. *O problema da sindicalização rural*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1939.

PUREZA, José. *Memória camponesa.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária.* O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

RICCI, Rudá. *Terra de Ninguém*: sindicalismo rural e crise de representação. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIGHI, Graziane Ortiz. Grupos dos Onze: a tentativa de resistência. *Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente,* 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC, 2014.

ROCHA, Francis. *Conflito social e dominação:* um estudo da regulação de trabalho na empresa capitalista 1897-1935. Dissertação (Mestrado) – PUC-SP, São Paulo, 1982.

SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do Tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SEAF. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Seaf, 1991.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio*. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

STEIN, Leila. *Sindicalismo e corporativismo na agricultura brasileira (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 1991.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura.* Homens, mulheres e capital (1850-1980). *São Paulo: Brasiliense, 1986.*

SUZUKI, Julio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, n. 10, jan./jun., 2007.

TARROW. Sidney. *Poder em movimento:* movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde S. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In Sales, Jean Rodrigues; Moraes, Luis Edmundo e Bretas, Marcos. *O testemunho como como janela*: movimentos sociais e repressão durante a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 V.

CAPÍTULO 2

O lugar do rural na Baixada Fluminense

Incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias

Aline Borghoff Maia

Introdução

Entre os anos 1950 e 1980 ocorreram mais de duzentos conflitos fundiários no campo fluminense. Dentre estes, cerca da metade eclodiu no que hoje conhecemos como Região Metropolitana do Rio de Janeiro.[1] Embora tais dados sugiram a existência de um meio rural ativo e permeado por tensões oriundas de relações sociais e produtivas complexas, ainda são poucos os trabalhos que alçaram à condição de objeto de pesquisa os conflitos e a luta pela terra neste território do estado, mais comumente conhecido por suas características e problemáticas tipicamente urbanas.

Buscando contribuir para este secundarizado campo de estudo, o presente artigo se debruça sobre uma área da Região Metropolitana acentuadamente marcada por sua posição periférica em relação à capital carioca: a Baixada Fluminense.[2] Procuraremos evidenciar como processos sociais locais são

1 A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é hoje composta pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São João de Meriti, São Gonçalo, Seropédica e Tanguá. Para mapa da região, ver: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/ RMRJ2013.pdf. Acesso em: Jan. 2016.

2 Para além de uma região circunscrita a determinadas características fisiográficas, a conceituação da Baixada Fluminense foi e continua sendo objeto de disputas interpretativas que incorporam à sua conceituação geográfica aspectos de natureza social, política e econômica. Não adentraremos no escopo desta discussão e utilizaremos a classificação do IBGE (2010) para delimitá-la. Assim, consideramos como parte da Baixada os municípios de Belford

obscurecidos por meio das abordagens hegemônicas da historiografia e das produções acadêmicas que, aliadas ao sentido das políticas públicas e ao imaginário produzido pela grande mídia, têm como foco os problemas referentes à dicotomia núcleo-periferia e colaboram para a consolidação de uma visão teleológica do rural nesta grande área do Estado do Rio de Janeiro.

A invisibilização da relação entre a expansão das fronteiras urbana e industrial do núcleo metropolitano e as dinâmicas fundiárias da Baixada, salvo valiosos esforços de pesquisadores e coletivos engajados em recuperar a memória da luta pela terra na região,[3] revela mais do que uma hierarquização deliberada de objetos passíveis de análise e publicização: é sintomática de um processo histórico de estruturação das cidades capitalistas que reserva determinados territórios à satisfação das necessidades das grandes capitais. Neste sentido, acreditamos ser possível afirmar, concordando com Amador (2013) e Abreu (2011), que grande parte da Baixada Fluminense tenha sido vocacionada, especialmente a partir dos anos 1930, à industrialização e à periferização orientadas pelo Estado a partir dos interesses do capital.[4] Desta perspectiva de compreensão, a incorporação urbana das áreas rurais da região torna-se um destino pouco problematizado. O campo, compreendido sob a ótica do desenvolvimento como espaço arcaico fadado à modernização, perde sua consistência histórica e social e desqualifica-se como objeto de estudo na medida em que o rural se confunde com o atraso e deixa de existir sob a influência do progresso vindo da cidade (WANDERLEY, 1997). As lutas camponesas, consequentemente, passam a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes que acompanha os processos de urbanização.

Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

3 Referimo-nos às teses, dissertações, artigos e relatórios de pesquisa que se ativeram, especificamente, à questão das lutas por terra na Baixada e no estado do Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1982; GRYNZPAN, 1987; ERNANDEZ, 2010; MEDEIROS, 1983 etc.); às publicações das memórias de lideranças camponesas que atuaram na região (PUREZA, 1982; SILVA, 2008) e aos coletivos acadêmicos e culturais locais (Revista *Pilares da História*; Museu Vivo do São Bento; Associação de Amigos de Duque de Caxias etc.).

4 Entenda-se por "periferização" mais do que a localização distante do centro metropolitano. O conceito inclui também a não acessibilidade ao consumo de bens e serviços que, embora produzidos socialmente pelo Estado, localizam-se apenas nas áreas mais privilegiadas da metrópole, beneficiando, portanto, principalmente aqueles que aí residem (ABREU, 2011, p. 15).

Evidentemente, a análise que propomos não pretende isolar o elemento rural do contexto regional mais amplo no qual ele se insere na Baixada Fluminense, qual seja, o de intensa expansão das fronteiras urbanas marcada pela formação de subúrbios, alocação de plantas industriais e mercantilização do solo para fins de especulação imobiliária e loteamentos. É nosso objetivo, entretanto, demonstrar que a urbanização trabalhada como "um dado, sem indicar os deslocamentos sociais e possíveis atritos gerados por seus processos" (GRYNSZPAN, 1987, p. 19), é insuficiente como chave de compreensão da realidade e das dinâmicas próprias das áreas rurais fluminenses, palco de sérios conflitos fundiários.

Somamo-nos, assim, ao polissêmico e interdisciplinar grupo de pesquisadores interessado em discutir as várias relações possíveis entre o rural e o urbano – e, cumpre sublinhar, não poderíamos deixar de fazê-lo tendo como objeto de interesse as lutas pela terra ocorridas em Duque de Caxias, município mais populoso e industrializado da Baixada Fluminense. Partimos do pressuposto de que não poderemos apreender devidamente o lugar do rural na região sem que o consideremos em sua articulação com os espaços e dinâmicas urbanas e, especificamente, periféricas. Não quer dizer que ignoremos as particularidades sociais, históricas e subjetivas que caracterizam a ruralidade, mas que a compreendemos a partir das relações de interdependência (ELIAS, 1994) que se tecem e se reconfiguram a partir da expansão das fronteiras metropolitanas (WANDERLEY, 1997; LEFEBVRE, 1991).

Estas relações nos são caras para sustentar a hipótese que tentaremos construir ao longo do texto: as rápidas transformações pelas quais passou a Baixada Fluminense em virtude de sua incorporação urbana de caráter periférico e industrial constituem-se tanto na origem das situações conflitivas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização das resistências tais como elas se delinearam. A partir de uma breve contextualização histórica, exploraremos, portanto, as várias articulações possíveis entre a valorização fundiária de natureza loteadora, especulativa e fabril da região em tela; os despejos, ameaças e formas de repressão que se abateram contra os lavradores ocupantes das terras em processo de mercantilização e o desenvolvimento das resistências e estratégias de luta por eles organizadas.

Empiricamente, nos concentraremos em um conflito deflagrado nas terras da Fazenda São Lourenço, localizada em Xerém, 4º distrito do mu-

nicípio de Duque de Caxias. Vizinha à antiga Fábrica Nacional de Motores (FNM), grande empreendimento industrial de natureza autárquica que se instalou na região em 1942, a fazenda foi palco de uma resistência armada organizada por lavradores ameaçados de despejo por atores interessados na valorização exponencial da região.

Os efeitos da territorialização da FNM em uma vasta área eminentemente rural, bem como a sua relação com o conflito em destaque, devem ser compreendidos no bojo das profundas transformações econômicas que atingiram, de diversas maneiras, as dinâmicas fundiárias da Baixada Fluminense desde o final do século XIX, mas, acentuadamente, a partir da década de 1930.

As dilatações do centro metropolitano carioca cumprem função fundamental para a compreensão deste processo. Por um lado, o crescimento econômico e populacional da capital demandava esforços no sentido da garantia de seu abastecimento alimentar; por outro, impunha também a necessidade urgente de absorção da massa trabalhadora expulsa do núcleo urbano por uma política de cidade que já se mostrava segregacionista. Somando-se a tais contingências, a industrialização em ascensão requeria territórios rentáveis e estratégicos para alocação de investimentos. Da criação dos núcleos de colonização ao *boom* de loteamentos imobiliários e industriais, as políticas de desenvolvimento da Baixada, sempre relacionadas à satisfação das demandas do Rio de Janeiro, promoveram mudanças substanciais na região. Dentre elas, para os objetivos deste capítulo, interessará sublinhar a valorização de suas terras e a atração massiva de trabalhadores de diversas origens e trajetórias, que estavam em busca de trabalho e moradia.

Compõe-se, neste contexto, um cenário fundiário permeado por atores heterogêneos e conflitos reescritos por novos termos de disputa. Emergem antagonismos que transbordam a dicotomia fazendeiros/lavradores, pois a terra, em franca mercantilização, passa a ser alvo do interesse de especuladores, empresários e políticos. Outra face da mesma moeda, também os trabalhadores ameaçados de despejo por este processo estruturam uma coletividade não uniforme, pois que transitam por variados espaços de trabalho e sociabilidade e se relacionam com a terra de maneiras distintas. Delineiam-se, em termos bastante gerais, situações conflitivas que se explicam pela transição entre uma estrutura agrária tradicional considerada

decadente – caracterizada por grandes propriedades improdutivas reguladas por titularidades jurídicas frágeis e contratos costumeiros de trabalho e ocupação – e um solo rural ressignificado pelas dinamizações mercantis e populacionais promovidas pela expansão das fronteiras urbanas.

A Fazenda São Lourenço, assim como outras, vizinhas, que também passaram por tensionamentos sociais semelhantes, foi sendo atingida de maneira cumulativa por estas transformações. Se os efeitos dos fluxos migratórios direcionados a Xerém já se faziam notar desde o início da construção da rodovia Rio-Petrópolis, em 1927, e da criação dos núcleos de colonização na década de 1930 (SANTOS, 2002), a periferização industrial da região, alavancada pela chegada da FNM, potencializou as mudanças que, mais tarde, fariam eclodir o conflito.

Como qualquer grande indústria de base, a FNM atraiu milhares de trabalhadores vindos de diferentes partes do estado do Rio de Janeiro e de fora dele. Para receber tal contingente, as primeiras administrações do empreendimento dedicaram-se a construir uma estrutura fabril de natureza autárquica. Embora este tipo de concepção industrial tenha sido comum em outras experiências fabris, o projeto da FNM possuía uma particularidade que é, justamente, o motivo de nosso interesse: instalado em um amplo território eminentemente rural, o empreendimento propulsionou a formação de lavouras e criadouros com o intuito de garantir a sua autossuficiência alimentar. Para isso, firmou contrato com diversos lavradores que, apesar de trabalharem para a fábrica, passaram a desenvolver dinâmicas próprias de relação com a terra que lhes era de direito ocupar. Se pensarmos para além das relações formais de trabalho e ocupação, acreditamos ser possível deduzir, também, que uma conjuntura como esta tenha propiciado uma movimentação heterogênea de ocupação que, possivelmente, extrapolou os limites fronteiriços e contratuais da FNM.

Vai se delineando, desta forma, uma situação fundiária e uma realidade de relações sociais bastante complexas que, no nosso entender, devem ser apreendidas na chave analítica do que estamos denominando "articulações ruro-fabris". É, pois, a partir do estudo de tais articulações que intencionamos analisar os conflitos por terra, as formas de repressão e as estratégias de resistência que tiveram como pano de fundo a Fazenda São Lourenço. Por meio deste exercício, buscamos refletir sobre a contextualidade das ações dos sujeitos envolvidos, entendendo-a como expressão de relações sociais

construídas no imbricamento, perceptível no plano das relações produtivas e de sociabilidade, entre os universos operário e camponês.

Embora o conflito tenha alcançado seu ponto crítico no começo da década de 1960, propomos um recorte temporal de análise mais amplo. Objetivamos, com esta escolha, apresentar o panorama dos antecedentes que gestaram as tensões sociais supracitadas. Dedicaremos atenção especial, também, aos efeitos do golpe civil-militar, ocorrido em 1964, nas áreas em tela. Adiantamos, neste sentido, que as articulações políticas e de resistência travadas entre as categorias de trabalhadores rurais e urbanos, bem como o papel da FNM na organização das forças repressivas, constituem-se em elementos fundamentais para o entendimento deste período em Xerém. Destinaremos algumas linhas à retomada das mobilizações por terra deflagradas nos anos 1980, cujas principais características resumem-se à reocupação, liderada por antigas lideranças camponesas locais, de terras objeto de conflitos das décadas anteriores e à articulação com movimentos urbanos por moradia.

Partimos da premissa de que a reconstrução histórica dos conflitos, além de revelar um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (BLOCH, 2001), contribui para que possamos pensar processos contemporâneos na chave das continuidades e do compromisso com a não repetição de ações violadoras de direitos, justificadas, em grande medida, pelas demandas da modernização e do crescimento econômico.

Antecedentes dos conflitos por terra na Baixada Fluminense

A ocupação no período colonial da região geográfica denominada Baixada Fluminense remonta ao ciclo do açúcar do século XVI, mas define-se, até meados do século XIX, em torno de atividades típicas de zonas intermediárias entre grandes núcleos econômicos.[5] Neste sentido, seja em função das

5 No século XVI, o que hoje são os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Japeri, Queimados, Nilópolis, Belford Roxo e Mesquita faziam parte da sesmaria Iguassu, doada a Brás Cubas, porém apenas ocupada anos depois por Cristóvão Monteiro e pela Ordem de São Bento do Brasil (MARQUES, 2006).

necessidades da circulação do ouro ou do escoamento da produção cafeeira, as aglomerações na Baixada foram se organizando como vilas-entrepostos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos. A política local, por sua vez, definiu-se por meio das disputas travadas entre os grandes proprietários de terra pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas. Segundo Alves (1998), o imbricamento entre os interesses da nobiliarquia local e da Coroa ao redor de tais disputas constituíram as bases de um coronelismo poderoso que se perpetuaria no padrão de dominação da região.

Na segunda metade do século XIX, a estrutura econômica sobre a qual se desenvolviam as vilas da Baixada começou a apresentar sinais de fragilidade. O incremento das redes ferroviárias no país foi gradativamente tornando obsoletas as vias fluviais que justificavam a importância estratégica da região.[6] O descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e malária, que vitimaram centenas de pessoas e afugentaram outras tantas. A falta de alimentos e seu alto preço, a marcha cafeeira rumo ao Vale do Paraíba e a ascendente economia canavieira em Campos estimularam um movimento migratório que, além de esvaziar a Baixada do ponto de vista populacional, reduziu a níveis insignificantes sua produção agrícola para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro.

O impaludismo deflagrado pela degradação das condições ambientais, a reduzida capacidade de acumulação de capitais pelos proprietários fluminenses e os impactos provocados pela abolição da escravidão e pela consequente escassez de força de trabalho necessária para movimentar a produção agrícola do café inauguraram diversas narrativas sobre a “decadência” na qual mergulhou a Baixada Fluminense em fins do século XIX (SOUZA, 2006). Desde esta fase, as grandes propriedades fluminenses foram, grosso modo, sendo abandonadas de modo a se tornarem latifúndios improdutivos de reserva especulativa.

Embora este cenário tenha propiciado um grande êxodo das populações rurais rumo às cidades, diversas famílias mantiveram suas posses ou

6 Em 1854, foi inaugurada, pelo barão de Mauá, a primeira estrada de ferro do Brasil. Em 1855, começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) que, em 1858, inaugurou seu primeiro trecho, ligando Maxambomba (atual Nova Iguaçu) a Queimados e a Belém (atual Japeri).

ocuparam pedaços de terra, engajando-se em pequenas lavouras. A valorização do solo pelos motivos que discutiremos mais adiante, entretanto, promoveu uma rápida reconfiguração desta situação. A fragmentação das propriedades por processos de venda e arrendamento legalmente pouco rigorosos incentivou a prática da *grilagem*, promoveu violentos despejos e fez eclodir intensas disputas pela terra na região, especialmente a partir da década de 1950. Esse processo representou globalmente uma tendência transformadora na ordenação do espaço urbano, mas, nas áreas rurais, foi o elemento desencadeador das lutas que estão no escopo deste artigo.

A Baixada Fluminense voltou a receber atenção do Estado quando a crise narrada nos parágrafos anteriores, aguçada pela redução do preço do café em decorrência de sua superprodução, atingiu as finanças públicas. Estava posto, assim, para as elites, o debate sobre a importância da não dependência da agricultura de exportação para a consolidação da economia nacional. Se, por um lado, a intensificação da produção agrícola era considerada um objetivo prioritário para a saída da crise, por outro, em partes da Baixada por onde as epidemias se alastravam, o investimento em políticas de saneamento constituía necessidade antecedente a qualquer esforço de incentivo à agricultura. Todo este processo regional desenvolvia-se à luz das rápidas transformações que ocorriam na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Grynszpan (1987), a discussão sobre o saneamento na Baixada Fluminense pautou-se, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, pela necessidade de resolução de dois problemas: o abandono da agricultura e a apropriação indébita de terras públicas na região. Deduzimos, também, considerando o contexto político e econômico do período ora analisado, que os esforços sanitaristas ali empreendidos também se direcionavam a determinadas áreas que, com a expansão urbana do núcleo metropolitano, precisavam oferecer condições mínimas de infraestrutura para receber a massa de trabalhadores expulsos da capital por reformas urbanísticas. Souza (2006) aponta que todas as políticas de saneamento, levadas a cabo neste período com o objetivo de equacionar tais demandas, asseguraram o investimento de verbas públicas para garantir diferentes interesses privados.

A partir da década de 1930, tendo a empreitada sanitarista se estendido por grandes áreas, inicia-se a criação dos núcleos de colonização. Buscando cumprir o objetivo de transformar a região em um "cinturão verde" destina-

do ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, em franca expansão populacional, áreas que haviam sido desapropriadas pela Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, à frente dos principais empreendimentos de saneamento, foram transformadas em núcleos coloniais do Estado. Em 1932 e 1939, respectivamente, a Fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e a Fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu), desapropriadas desde 1922, ganharam esse novo estatuto. Encontravam-se também na região os núcleos de Santa Cruz (1930), Duque de Caxias (1941) e Santa Alice (1955).

É consenso entre os autores até agora citados que os objetivos almejados com a criação dos núcleos coloniais não foram alcançados. Como apontam Geiger e Mesquita:

> A Baixada Fluminense apresenta um exemplo interessante: planejou-se a realização de obras de saneamento visando uma intensificação das atividades agrícolas. Contudo, o que se observa é a extensão cada vez mais intensa das atividades de loteamento de tipo urbano, a concentração da população nas cidades importantes. A especulação com terras valorizadas pelas obras se opôs ao seu aproveitamento produtivo. (GEIGER; MESQUITA, 1956, p. 2 *apud* GRYNSZPAN, 1987, p. 49).

Embora possamos concordar que o projeto de vocacionamento agrícola da Baixada Fluminense não tenha resistido como esperado aos efeitos da incorporação urbana da região à periferia industrial da capital, os depoimentos aos quais tivemos acesso ao longo da pesquisa nos levam a considerar tal narrativa insuficiente para a compreensão de um processo de ocupação de terras complexo e carregado de significados. Acionados pela memória dos lavradores que, de alguma forma, compuseram os cenários dos conflitos por terra que tanto nos interessam, os núcleos de colonização significaram mais do que projetos que não deram certo. Ainda que haja pouca literatura sobre o tema, é possível afirmar com segurança que a desapropriação de grandes lotes de terra e a intensidade do fluxo migratório que acedeu à região em busca de trabalho e moradia nos territórios estatais de produção agrícola constituem importantes variáveis para o estudo das dinâmicas sociais e fundiárias que estamos tentando analisar.

Dentre as diversas chaves de análise que podem ser acionadas para a compreensão destas dinâmicas, nos interessa a que relaciona a forma de

ocupação do solo às práticas sociais e aos conflitos de classe. Concordamos, neste sentido, com Abreu (2011), Maricato (2003), Rolnik (1988) e Limonad (1996) quando argumentam que as cidades capitalistas se organizam e reproduzem de acordo com a distribuição espacial das classes sociais por territórios mais ou menos equipados de infraestrutura e serviços básicos. Contribuindo para esta discussão e aproximando-a do nosso tema de estudo, Suzuki (2007) pleiteia que a expansão estratificada das fronteiras das cidades se faz por meio da contínua transformação da incorporação urbana das áreas rurais, processo este carregado de tensões. Há, seguindo esta linha de raciocínio, uma relação óbvia entre os sentidos da urbanização e as formas de reconfiguração das dinâmicas próprias das regiões rurais fronteiriças às cidades em dilatação.

Autores como Amador (2013), Alves (2003) e Marques (2006) dedicaram-se a analisar os efeitos deste processo na Baixada Fluminense. Seus trabalhos apontam para o entendimento de que a região, ao longo do século XX, assumiu características típicas de "cidades-dormitório", mas, ao mesmo tempo, logrou consolidar uma economia própria em torno da grande concentração de investimentos industriais que se alocaram em seu território especialmente a partir da década de 1940. Para além das indústrias de capital privado, Ramalho (1989) e Costa (2009) destacam a presença política e economicamente relevante de empreendimentos de cunho nacional-desenvolvimentista em Duque de Caxias. Enquanto o primeiro autor debruça-se sobre a FNM, instalada em áreas rurais de Xerém em 1942, o segundo atenta para a construção da Refinaria de Duque de Caxias , em 1961.

De maneira auxiliar às facilidades proporcionadas pelos governos estadual e municipais ao capital imobiliário e industrial, a transformação do trem em grande vetor da dilatação metropolitana rumo ao subúrbio e a abertura de diversas rodovias colaboraram para a incorporação segregada da Baixada Fluminense pela expansão urbana do Rio de Janeiro.[7] Reafirmando a intenção do Estado em fixar a massa trabalhadora nas periferias suburbanas, o governo estadual implantou a tarifa única para as linhas ferroviárias, subsi-

7 Em 1927, foi construída a estrada Rio-Petrópolis, atual rodovia Presidente Kennedy; a partir de 1935, iniciou-se o processo de eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil; em 1944, a Avenida Presidente Vargas foi aberta; em 1946, foi construída a Avenida Brasil; e, em 1951, a rodovia Presidente Dutra foi inaugurada.

diando tanto o capital industrial como o imobiliário. Ao reduzir o custo da reprodução da força de trabalho para a indústria, repassava ao trabalhador a responsabilidade do problema habitacional, fazendo com que parte do salário anteriormente gasta com transporte fosse transferida para a compra do lote e construção das moradias por esforço próprio (ALVES, 1998, p. 58).

Para além de proporcionar o transbordo diário dos trabalhadores, portanto, outra consequência da intensificação da abertura de rodovias e linhas ferroviárias foi a expansão da fronteira do capital industrial no estado do Rio de Janeiro. Visando atrair investimentos, o município de Nova Iguaçu e os que dele se emanciparam nos anos 1940 (Duque de Caxias, em 1943; Nilópolis e São João de Meriti, em 1947) ofereceram uma série de incentivos fiscais para a instalação de indústrias em seus territórios. Assim, em 1953 havia 133 fábricas em Duque de Caxias. Em 1960, esse número aumentou para 206. Em 1961, a entrada em funcionamento da Reduc deu início à formação de um complexo petroquímico que, em 1970, já era responsável por 72% do total da transformação industrial do município. Dentre as fábricas que se territorializaram na Baixada Fluminense, algumas, ao estabelecerem suas fronteiras em áreas de ocupação eminentemente rural, geraram atritos importantes com lavradores. É o caso da FNM, explorado a seguir.

Dentre os diversos objetos passíveis de análise sociológica que emergem deste cenário, nos importa discutir, especificamente, os efeitos das rápidas transformações oriundas da incorporação urbana da Baixada Fluminense no meio rural. Também interessado em tal problemática, Grynszpan afirma que:

> Os investimentos estatais não representaram um incentivo à produção agrícola na Baixada. A valorização por eles gerada alimentou a especulação e provocou intensas disputas de terras na região, não apenas entre lavradores e grileiros, mas também entre grileiros e grileiros, e até grileiros e legítimos proprietários. [...] A especulação imobiliária, principalmente através da atividade loteadora, foi o produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. [...] e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores. (GRYNSZPAN, 1987, p. 51, 55, 56).

A *vocação* periférica e industrial da Baixada, constituída historicamente pela ação do Estado em atenção às necessidades do capital, repercutiu di-

reta e intensamente sobre a sua estrutura fundiária, cuja composição, até o início do século XX, relacionava-se com o desenvolvimento ou com a decadência dos grandes ciclos econômicos. O caráter do uso da terra, assim, foi sendo transformado pela sua valorização exponencial, seja em virtude das demandas por moradia, seja pela alocação de investimentos fabris.

Dedicamo-nos, nos tópicos seguintes, a tratar as disputas gestadas por este cenário tendo como pano de fundo toda a contextualização histórica que realizamos até aqui. Partimos do pressuposto de que a história da Baixada Fluminense carrega em si determinadas especificidades que conformam relações de poder, dominação e padrões de violência bastante particulares e tentaremos estar atentos a como elas interferem na deflagração e no desenvolvimento dos conflitos por terra na região.

Conflitos por terra e resistência camponesa na Baixada Fluminense

Como já apontado, as rápidas transformações que ocorreram na Baixada Fluminense, especialmente a partir dos anos 1930, repercutiram de maneira intensa no mundo rural. Diversos processos, relacionados direta ou indiretamente entre si, concorreram para a composição deste cenário: o saneamento; a criação dos núcleos de colonização; a construção de rodovias e o incremento de linhas férreas; a corrida loteadora protagonizada pelo capital imobiliário e especulativo e a territorialização de indústrias de grande porte são apenas alguns exemplos da miríade de variáveis que devemos considerar para elaborar um quadro das transformações fundiárias que nos importam discutir como chave para a compreensão da deflagração de conflitos por terra na região.

Dentre tais transformações, sublinhamos a exponencial valorização do solo rural e a intensidade e heterogeneidade do fluxo migratório que por ele transitava e se instalava em busca de terra, trabalho e moradia. A estrutura agrária tradicional dominada por latifúndios improdutivos e decadentes se dinamizou na medida em que novos interesses entraram em jogo. Dinamizaram-se, também, as formas de ocupação das terras e as relações que nelas se estabeleceram. Novos atores ampliaram os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses: fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, *grilei-*

ros e *posseiros*.[8] É desta transição que emergiram os tensionamentos sociais em torno da disputa sobre o direito de ocupação e uso da terra. As ameaças de despejo aos lavradores das terras valorizadas deram face ao início das situações conflitivas que, ao final dos anos 1950, eclodiram de maneira violenta na região. Em reação, a organização de movimentos de resistência e luta também assumiu contornos contundentes.

Alicerçado teoricamente na obra de Edward Thompson (1987) sobre as ações de massa ocorridas na Inglaterra do século XVIII, Grynszpan (1987) empreende uma interessante análise sobre a emergência da resistência camponesa na Baixada, partindo do pressuposto de que sua ocorrência não pode ser explicada apenas pelos "estímulos econômicos elementares" que afetavam o cotidiano dos lavradores em situação de despossessão da terra. A indagação que o autor faz é: "por que os lavradores despejados da Baixada optaram pela luta e não pela migração para a cidade ou para outras regiões do país onde houvesse terras disponíveis?" (GRYNSZPAN, 1987, p. 64). Thompson (1987) argumentaria que responder a tal questionamento implicaria uma compreensão acerca de como os estímulos econômicos aos quais estavam submetidos os camponeses operavam dentro do consenso popular, no interior do conjunto de normas tradicionais e de obrigações sociais, bem como das noções tradicionais sobre as funções econômicas dos diversos setores sociais envolvidos na dinâmica de disputa de terras. Afiliando-se a tal discussão, Barrington Moore Jr. (1978) afirma que a emergência de reações de revolta associa-se diretamente à ruptura de relações de dependência e dominação. Com efeito, segundo Grynszpan,

> No caso da Baixada, a subordinação à qual boa parte dos lavradores estava sujeita não parece ter gerado fortes reações. A luta só sobrevinha quando incidia sobre eles a ameaça de despejo [...], já que o despejo representa o corte do acesso à terra (que não é) para o camponês, um simples local de trabalho e habitação, mas sim a base para a reprodução de sua condição camponesa e, consequentemente, de uma série de relações sociais.
>
> [...]

8 Para uma discussão mais detalhada sobre a formulação e o acionamento das categorias *grileiro* e *posseiro*, ver Grynzpan (1987).

> A valorização das terras da Baixada e o consequente surgimento dos grileiros, muitas vezes diversos deles reivindicando uma mesma área, contribuíram para o enfraquecimento dos já não muito fortes laços de subordinação que prendiam os lavradores. Se estes não se sentiam donos das terras, eles iriam, aos poucos, relativizando sua situação, e desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Os lavradores tornavam-se, assim, propensos a lutar por uma terra que julgavam ser um direito seu e a sua sobrevivência, contra os despejos que lhes pareciam, cada vez mais, injustos e ilegítimos. Destarte, a quebra da subordinação provocada, em grande parte, pela interposição de um terceiro elemento na relação – o grileiro – foi fundamental para que as lutas dos lavradores se iniciassem a partir da Baixada, e tivessem, ali, seu foco de maior intensidade até o ano de 1964. (GRYNSZPAN, 1987, p. 65; 84).

A análise das situações conflitivas e de resistência em destaque deve considerar, também, a contextualidade das ações dos sujeitos, entendida não como dado substantivo, mas como expressão de relações sociais que vão sendo construídas a partir de experiências cotidianas, partilhadas e não estanques (THOMPSON, 1987). Como discutiremos mais adiante, as diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos em tela, nos induzem a pensar que o imbricamento cotidiano entre os universos camponês e operário seja fundamental para a compreensão das resistências que se delinearam.

A deflagração de movimentos de resistência camponesa na Baixada Fluminense também não pode ser analisada fora do contexto mais amplo das lutas e organizações de trabalhadores do campo no estado do Rio de Janeiro e em todo o território nacional, como mostra Leonilde Medeiros, no capítulo inicial do presente livro. Ademais, para além de uma atuação polarizada entre lavradores e proprietários/*grileiros*, devemos trazer para o quadro dos conflitos a figura de importantes mediadores que influenciaram direta e indiretamente a adoção de estratégias de luta e discursos acionados pelos trabalhadores rurais no decorrer das resistências e iniciativas empreendidas para a garantia de permanência na terra. Falamos de advogados sindicais, militantes urbanos, políticos locais, partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista, e membros da Igreja Católica. As categorias referentes às classes dominantes, como proprietário e *grileiro*, também devem ser trabalhadas em

sua heterogeneidade. Para além do típico fazendeiro, dono legítimo ou não das áreas em litígio, os conflitos ocorridos na Baixada revelam outros atores significativos na disputa fundiária, como aqueles envolvidos em empreendimentos fabris e em atividades de loteamento e especulação imobiliária.

Finalmente, há de se considerar que o Estado, na Baixada Fluminense, constituiu-se ao longo de sua história como altamente permeável à violência ilegal e privada, inscrita nas possibilidades implementadas pelo poder local que se consolidou na esfera política local e supralocal. As especificidades da estrutura de dominação na região, portanto, revelam um aparato estatal intrinsecamente articulado com interesses personalistas de cunho econômico e eleitoreiro. Além da conivência ou participação direta deste aparato nas ações de repressão dirigida contra os camponeses, a tradição da resolução de problemas via matadores e capangas ou, nas palavras de Alves (1998), via sistemas de justiça privada e grupos de extermínio, certamente compõe a equação dos conflitos que analisamos.

Articulações ruro-fabris em Xerém

Duque de Caxias, município emancipado de Nova Iguaçu em 1943, é definido por Davis (1993) como uma periferia formada por um processo de industrialização fortemente impulsionado pelo investimento estatal. Somada ao contexto regional de intensificação da especulação imobiliária para fins de loteamento urbano, a instalação da FNM em Xerém, em 1942, ilustra de maneira bastante apropriada esta caracterização. Responsável direto pela valorização fundiária das terras do distrito e pela chegada de significativos contingentes populacionais à região, o empreendimento, tutelado pelo Estado brasileiro e dirigido pela Aeronáutica, interferiu de diversas formas na dinâmica fundiária de seu entorno, onde, não por acaso, eclodiram alguns dos principais conflitos por terra mapeados no município entre os anos 1950 e 1960.

Inserida na conjuntura política e econômica da Segunda Guerra Mundial e de implantação de grandes indústrias de base no estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1940[9], a FNM foi criada, inicialmente, para

9 Como a Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio e, posteriormente, a Refinaria Duque de Caxias.

produzir motores de avião. Sob o argumento da "defesa nacional", instalou--se em Xerém, distrito protegido pela serra de Petrópolis, bem servido de mananciais e próximo o suficiente da então capital federal. Se até esse momento a localidade era "insalubre e pantanosa" (RAMALHO, 1989, p. 31), o saneamento dos cinco mil hectares desapropriados para abrigar o projeto da "Cidade dos Motores" logrou transformá-la em uma área dinâmica, produtiva e atraente para pessoas em busca de oportunidades. Face da mesma moeda, a valorização exponencial das terras vizinhas à fábrica fez-se notar pelo redimensionamento dos atores delas ocupantes e dos que sobre elas demandavam legitimidade de posse.

Trata-se da composição de um cenário tipicamente alicerçado em bases de pretensão autárquica, comum aos projetos econômicos alocados em áreas predominantemente rurais: para além do espaço das unidades fabris propriamente ditas, a FNM expandiu suas fronteiras produtivas apossando-se de grandes dimensões de terras. Valendo-se do amplo território à sua disposição, o empreendimento organizou áreas de lavoura e criação de animais, edificou moradias para os diferentes níveis de seus funcionários e construiu um completo aparato de instrumentos e serviços de infraestrutura, atendimento e lazer dos quais poderiam dispor seus trabalhadores-inquilinos. Se, por um lado, a desapropriação desta extensa área justificava-se pela demanda da autossuficiência fabril, por outro, significava também o exercício de um domínio absoluto da empresa sobre os seus funcionários e, mais que isso, sobre toda a região circunvizinha.

Podemos supor que a instalação da indústria nesta grande área rural, saneada para recebê-la, atraiu um significativo contingente populacional vindo de diversas partes do país e também de outras localidades do estado do Rio de Janeiro. A heterogeneidade desses migrantes deve ser ressaltada: para além da mão de obra recrutada oficialmente para os trabalhos fabris e para a lida nas lavouras e criações destinadas a produzir insumos a serem consumidos nos refeitórios, o entorno da FNM também recebeu fluxos de pessoas que, atraídas por oportunidades latentes de emprego e terra, foram se instalando na região como *posseiros*. Começaram a se delinear, neste processo, fronteiras pouco precisas entre as áreas de posse legítima da empresa e as áreas devolutas ou pertencentes às antigas fazendas de Xerém. Frutos deste mesmo transcurso e de uma conjuntura regional marcada pelo

aumento da especulação imobiliária para fins de loteamento, as práticas de grilagem também começaram a se acentuar.

Embora o início da gestação das tensões provenientes desta situação date da instalação do empreendimento na região, o estrito controle militar ao qual ele esteve submetido até 1947 logrou dominar os atores e as terras que, direta ou indiretamente, compunham seu universo. Terminada a Segunda Guerra e já num contexto de redemocratização, entretanto, a FNM foi transformada em sociedade anônima e reorientada para a produção de caminhões e ônibus. O projeto inicial de autarquia começou a perder força, assim como a militarização das relações entre a fábrica e seus funcionários. O controle sobre as terras, consequentemente, arrefeceu.

Possivelmente não por acaso, data desta mesma época a criação da primeira Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, fundada por José Pureza da Silva, em 1947, em Xerém. Poucos anos mais tarde, em 1952, os líderes dessa Comissão consultaram um advogado, provavelmente ligado ao Partido Comunista, que os aconselhou a "fundar uma organização que atendesse ao estado do Rio de Janeiro, em benefício de todo tipo de lavrador" (PUREZA, 1982, p. 25). Neste mesmo ano foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF).

Partimos da hipótese de que esta mobilização estava intimamente associada ao aguçamento do quadro de despejos ocorridos em decorrência do casamento entre a valorização das terras ao redor da FNM e o afrouxamento do controle de suas fronteiras, que abriu precedentes para as disputas em torno de sua posse. Não custa relembrar que todo este quadro conflitivo tinha como pano de fundo as dinamizações populacionais e territoriais decorrentes da criação dos núcleos de colonização, em especial os de Tinguá e São Bento, e dos demais efeitos de periferização que se abateram de maneira irradiativa por toda a região.

Apesar de as áreas onde começaram a ocorrer conflitos não terem, a princípio, sido pleiteadas como propriedade da empresa, Ramalho (1989) argumenta que as situações de tensão emergentes nas áreas rurais de Xerém caracterizavam-se pelo trânsito e pelas sociabilidades de lideranças camponesas e operárias propiciadas pela proximidade geográfica entre importantes fazendas, como a São Lourenço e a Capivari, e a FNM.

Assim como a contextualização que empreendemos anteriormente, as análises empíricas das situações de conflito também sugerem que as dico-

tomias urbano/rural e operariado/campesinato, ainda predominantes na literatura sociológica, são insuficientes para que possamos compreender a complexidade das lutas por terra que ocorreram não só em Duque de Caxias, mas em várias localidades do estado do Rio de Janeiro. A FNM, em função da forma pela qual se territorializou em Xerém, proporcionou diversas configurações de articulação e trânsito entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos que se deflagraram ao longo dos anos 1950 e 1960. Neste sentido, os depoimentos e documentos aos quais tivemos acesso nos deixam claro que, embora a delimitação dos universos camponês e operário seja fundamental a nível de categorização política e acesso a direitos, as identidades dos atores em cena não são tão engessadas como somos induzidos a pensar.

Como já discutido, o saneamento promovido pela FNM e os pressupostos implícitos em seu projeto inicial de desenvolvimento autárquico tiveram como consequência a atração de um significativo contingente populacional. A heterogeneidade desses migrantes deve ser sublinhada: entre eles, havia os que eram diretamente recrutados pela fábrica para exercer atividades técnicas; os lavradores que, designados como "colonos", recebiam pequenas porções de terra para produzir alimentos para os refeitórios fabris; e os que, atraídos pelas oportunidades latentes de emprego e terra, se fixavam como *posseiros* nas áreas ao redor do empreendimento.

Embora perceptíveis nos esquemas de organização do funcionamento fabril, essas identidades devem ser pensadas em sua fluidez. Muitos operários vinham de trajetórias camponesas. Lavradores combinavam sua atividade na terra com ocupações industriais. Segundo depoimentos colhidos por Ramalho (1989), a concomitância entre os dois tipos de tarefa gerou, inclusive, práticas comuns entre os trabalhadores da FNM, que buscavam incrementar suas rendas ampliando o seu leque de prestação de serviços.

Neste mesmo sentido, depoimentos e entrevistas aos quais tivemos acesso também indicam que importantes lideranças que atuaram nestas e em outras lutas por terra na Baixada Fluminense tiveram experiências de trabalho e sindicalização em setores urbanos ou mesmo na própria FNM. O próprio José Pureza, inclusive, participou de "lutas operárias" quando trabalhava na construção civil. Sua decisão de ir para a área rural, segundo ele, deveu-se ao fato de que "os trabalhadores da cidade estavam se orga-

nizando, mas no campo não havia nada nesse sentido" e que, dada esta situação, "os dois movimentos, campo e cidade, deveriam marchar juntos" (PUREZA, 1982, p. 17). Laerte Bastos, outro líder local, começou sua luta "ali na FNM", em cujas proximidades comprou um sítio, "mas queria mesmo era entrosar no movimento" (Entrevista concedida a Marcelo Ernandez em dezembro de 2004); Nilson Venâncio trabalhou na fábrica e, "quando começou a ter despejo na divisa com a São Lourenço" começou a "dar apoio" (Entrevista concedida a Elisandra Galvão em outubro de 2010); Félix Escobar, "camponês, comerciário e servente de obras", foi do Sindicato dos Empregados no Comércio de Duque de Caxias e ajudou a fundar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do mesmo município, tendo atuado na organização dos camponeses de Xerém.[10]

Referindo-se à organização sindical no interior da FNM, Ramalho afirma que "a proximidade política de operários e camponeses fez com que o sindicato da fábrica atuasse no sentido de realizar, na prática, uma colaboração entre as duas categorias de trabalhadores" (RAMALHO, 1989, p. 158). Além dos sindicalistas da indústria metalúrgica, Grynszpan (1987) e Ernandez (2010) reforçam que o movimento camponês da região também contou com o apoio dos Sindicatos dos Rodoviários, dos Ferroviários e dos Petroleiros de Duque de Caxias. Destacamos alguns depoimentos que colaboram para ilustrar este quadro:

> Fui trabalhar na FNM. Trabalhando na fábrica, comecei a ver que alguma coisa estava errada. Não tinha hora direito de almoço, comecei a esculhambar lá, brigar na fila. Aí o mestre João Vitor, que tinha sido um dos grandes quadros do Partido [Comunista] na Baixada, me chamou. Ele me viu esculhambando e falou que não era assim. Aí o Lenine, que foi atuante na FNM, me chamou. Ao mesmo tempo começou a ter despejo na divisa da São Lourenço com a FNM. Eu comecei a dar apoio. Fui recrutado no campo e na cidade. [...]. Eu entrei no Partido pelo campo, não foi pela fábrica. [...] Eu era da Mantiqueira, da área da FNM, mas tinha prestígio em São Lourenço. Eu peguei por baixo o pessoal, organizei e trouxe (Nilson Venâncio, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

10 Fonte: <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119>.

> Eu fui criado na roça dos meus pais. E sempre fui roceiro. Quando chegamos em Xerém, justamente o que eles queriam? Melhorar. [...] Eu pensei bem, disse, sabe de uma coisa, eu não vou ficar no meio desse mato, não. Eu não vou conseguir arrumar dinheiro. Aí eu resolvi procurar emprego na cidade. Aí arrumei emprego, fui trabalhar na Sansão Vasconcelos, negócio que fazia carroceria de basculante de caminhão. Era uma metalúrgica, não é. Aí trabalhei cinco anos e oito meses naquela metalúrgica. [...] O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ele chegou perto de mim e falou assim: "Seu Manoel, todo operário tem que ser sindicalizado. A arma nossa é o sindicato. Então, é preciso que o senhor se sindicalize, tá. [...] Quando chegar na época que tiver que fazer greve, o senhor sabe como é que se faz uma greve". Então eu já aprendi um pouco naquilo ali. Quando fui para a associação do camponês, eu já tinha uma noção de liderança, não é? Já. Já estava acostumado com o Sindicato dos Metalúrgicos, não é? (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 27/12/2004).

> Tem aqui a Fábrica Nacional de Motores. A minha luta começou aí. Eu até então eu estava ligado com essas lutas gerais, com os sindicatos, essas coisas todas, e com o pessoal da Petrobrás. [...] Era uma área muito grande (a da FNM), que na realidade não tinha nada a ver com a questão da indústria, do fabrico de caminhão e tal. E a fábrica, por muito grande que seja, não ia naquela área imensa. Então nessa área... eu fui, falei assim: eu vou para o campo. A nossa necessidade do campo e tal. (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 16/12/2004).

Estes trânsitos relativizam as abordagens dicotomizadoras das identidades operária e camponesa. Embora as terras em disputa na Fazenda São Lourenço não constassem como propriedade da FNM, o papel da empresa nas origens e no equacionamento das resistências é evidente. Por um lado, a valorização das áreas, além de atrair *posseiro*s, reacendeu o interesse de supostos proprietários, *grileiros* e empresas interessadas em especular com as terras, até então relativamente abandonadas. Por outro, o incremento populacional e as trocas entre lideranças e organizações operárias e camponesas que transitavam pela fábrica e seu entorno contribuíram para consolidar entre os lavradores a percepção de que as ameaças de despejo se constituíam em atos injustos contra os quais deveriam se mobilizar.

Há que se ressaltar, neste processo, a importante participação de mediadores diversos que colaboraram para a efetivação política de tais articulações cotidianas. O crescimento de associações de lavradores e sua expansão pelo estado do Rio de Janeiro ocorreram paralelamente a um esforço sistemático do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de organizar os trabalhadores do campo em diversos pontos do país, conforme apontado no capítulo 1 do presente livro. Das lideranças operárias e camponesas que atuaram nos conflitos por terra na Baixada Fluminense e, especificamente, em Xerém, todas possuíram alguma vinculação com esse partido e várias estiveram à frente das principais organizações de representação dos trabalhadores do campo.[11] Os advogados do PCB e das organizações e sindicatos de categorias de trabalhadores urbanos e rurais também tiveram um papel significativamente relevante para a tradução das tensões sociais em matérias litigiosas.

Ainda no campo de mediadores, há de se fazer menção a figuras ligadas a um novo coronelismo clientelista, populista e eleitoreiro, base do poder político-econômico local, que, ao mesmo tempo em que se constituía como sustentáculo da grilagem e, portanto, dos conflitos, por vezes parecia estar favorável aos camponeses (ALVES, 2003). Se, por um lado, os interesses comuns de oposição aos *posseiros*, que uniam proprietários e *grileiros*, ganhavam maior consistência política na articulação de compromisso em torno

11 Dos onze nomes que estavam à frente da ALF em 1954 (Seabra Matias Prata, Manoel Jerônimo, Manoel Ramos Volinho, Francisco Silva, Itamar Joel Miranda, José Pureza, Severino Ramos da Cruz, Júlio Augusto Correia, Antônio Gomes Resende, Curgulino Pereira Gomes e Abelardo Scheiner), pelo menos nove eram de Xerém. Na diretoria que assumiu a Falerj em janeiro de 1961, Manoel Ferreira de Lima, de Magé, era o presidente, em substituição a Manoel Marins, de Duque Caxias. Seu primeiro vice-presidente era Alvino Alves dos Santos, de Pedra Lisa, e o segundo, Júlio Joaquim de Oliveira, líder da Associação dos Lavradores de Rio das Ostras, em Casimiro de Abreu, mas que, ao que parece, havia vindo de Caxias. O primeiro secretário, Bráulio Rodrigues, era de Pedra Lisa, ao passo que o segundo, Manoel Escobar, o primeiro tesoureiro, Joaquim Antônio, e o segundo tesoureiro, José Pureza, eram de Duque de Caxias. Dos três componentes do Conselho Fiscal, um, Francisco Lacerda, era de Nova Iguaçu e atuava em Pedra Lisa; Anésio Dias de Freitas era de Cachoeiras de Macacu; sobre o último, Antônio Gomes, não temos informação sobre a procedência. Em 1963, a presidência da Federação da Associação de Lavradores, criada em 1959, coube a Pureza, tesoureiro da direção anterior. A vice-presidência foi de Bráulio Rodrigues, antigo secretário. O tesoureiro era Manoel Ferreira de Lima, presidente anterior, e Alvino Alves dos Santos, antigo vice-presidente, era o diretor técnico (GRYNSZPAN, 1987, p. 142).

de lideranças políticas locais, por outro, a demagogia e o clientelismo de figuras personalistas detentoras do controle eleitoral conformavam a consolidação de um poder caudilhesco com apoio de amplos setores de massa e, inclusive, em determinados momentos, de grupos de esquerda. Uma contradição aparente, mas não essencial: o discurso nacionalista apenas flertava com os lavradores sem que, em momento algum, pusesse em xeque os latifundiários como classe, preservando-os, portanto, como pilar da estrutura de poder no campo brasileiro. Duas lideranças sintetizam bem, em suas trajetórias políticas, este perfil de dominação descrito por Araújo (1982) e por tantos outros estudiosos da Baixada: Getúlio de Moura, um dos condôminos da Fazenda São Lourenço, e Tenório Cavalcanti, figura plástica e presente nos relatos de camponeses sobre os conflitos fundiários que estamos analisando.[12]

Estas intercessões entre as esferas de atividades camponesas e operárias, visíveis no plano das relações e arranjos cotidianos travados por e entre os diversos tipos de habitantes e mediadores de regiões ruro-fabris, são basilares para a compreensão dos conflitos por terra e das resistências que ocorreram em Xerém.

As trincheiras da Fazenda São Lourenço

A Fazenda São Lourenço é contígua à III Gleba de Capivari e à Fazenda Morro Grande e era propriedade de quatro condôminos: Espólio de Cícero Figueiredo, proprietário de 37/64 da Fazenda; Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, proprietários de 15/64; Paulino de Souza Barbosa e sua esposa, proprietários de 6/64; e espólio de Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante Fé Augusta Horwitz, proprietário de 6/64 (ARAÚJO, 1982). Desde o início da década de 1950, toda a área era administrada por Emílio Horwitz, que estabelecia, pela força e com o apoio do poder político local, uma relação de forte domínio em relação aos lavradores ocupantes de seus limites. Em 1952, sob sua gerência, ocorreu, mediante o uso da violência e da destruição de benfeitorias, o primeiro despejo judicial das

12 Para uma discussão aprofundada sobre a trajetória de Tenório Cavalcanti, ver Beloch (1986).

famílias que moravam e produziam nas terras da fazenda. Das que sobraram e das que chegaram à região com o passar dos anos, o pretenso proprietário seguiu cobrando a taxa de *matagem* e a terça ou a meia, conforme o caso, da produção de *lavoura branca* e banana (ERNANDEZ, 2010).[13]

Em 1958, após a morte de Emílio Horwitz, Fé Augusta, sua viúva, assumiu a sua parte no condomínio e designou um empregado para gerir a relação com os ocupantes da fazenda, sem, no entanto, conseguir reproduzir o mesmo padrão de dominação que seu marido lograva manter. No final da década, grande parte dos trabalhadores rurais que produziam na área havia deixado de pagar os tributos que mantinham seus vínculos com a administração da São Lourenço. Em março de 1959, buscando encontrar uma solução para esta situação, a viúva Horwitz arrendou sua parte para o italiano Antônio Strufaldi. Embora o contrato de tal arrendamento garantisse a ele o direito de exploração do bananal e de cultivo da terra com *lavoura branca*, sua presença na área caracterizou-se não pela produção, mas pela continuidade da cobrança da *matagem* e da *meia* dos *posseiros*. Em poucos meses, entretanto, o arrendatário parou de pagar o aluguel e, em outubro de 1960, Fé Augusta entrou com um pedido de despejo contra ele e, consequentemente, contra os *posseiros* que ocupavam a área, na 1ª Vara de Duque de Caxias. Em julho de 1961, o juiz Hélio Albernaz Alvez decidiu pela execução do despejo, que foi marcado para o dia 16 de agosto.

Das sete famílias de *posseiros* indiciadas pela ação, quatro foram violentamente despejadas na ocasião. Segue um relato feito pelo lavrador Elísio e publicado no jornal *Luta Democrática*[14] do dia 20/08/1961:

> Há dez anos fiz contrato com o Sr. Emílio para derrubar madeira e plantar bananeiras. Consegui, apesar de velho, plantar 17 mil pés. Nunca tive contrato com este italiano que está sendo despejado. Veio aqui o general Castelo Branco e ameaçou-me para sair das terras. Depois vieram os oficiais de justiça. E, quarta-feira, eles voltaram com soldados, quebraram

13 O termo *matagem* é a forma local de designar o tributo pago pelo direito de explorar a madeira de uma área. *Lavoura branca* designa as culturas temporárias que, na região, constituíam-se basicamente de milho, arroz, feijão, mandioca e aipim.
14 Jornal de forte apelo popular criado por Tenório Cavalcanti em 1954. Acompanhava regularmente as lutas por terra na Baixada, especialmente em Duque de Caxias e Magé.

> os pratos onde eu acabava de almoçar com minha família, danificaram os móveis e os entulharam de qualquer maneira num caminhão. Levaram-me preso para o depósito judicial, ameaçaram-me de pancada (apud ARAÚJO, 1982, p. 36).

Muito embora a ação de despejo se destinasse formalmente aos sete *posseiros* indiciados e suas famílias, as ameaças e notícias sobre o caráter violento da desocupação repercutiram sobre o conjunto de ocupantes da fazenda. Segundo Ernandez (2010), vários lavradores receberam notificações judiciais falsificadas, como mensagens de aviso sobre a disposição das forças dominantes. Temendo uma limpeza geral da área, mobilizaram-se, pela primeira vez, em um movimento armado de resistência e se organizaram em trincheiras nas principais vias de acesso à fazenda para impedir o despejo das outras três famílias que constavam no processo judicial. Os trechos de entrevistas e matérias de jornal destacados a seguir dão uma dimensão desta mobilização:

> Você acredita que com menos de 24 horas nós tínhamos dois mil homens armados dentro da Fazenda São Lourenço? Gente de Pedra Lisa, gente de Tinguá, gente de Xerém, gente de Campos. Vinha caminhão cheio de homem rapaz! (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 27/12/2004).

> "Se aparecer algum policial, fogo nele!" Esta foi a deliberação tomada pelos 200 lavradores que cavaram trincheiras na Fazenda São Lourenço e dali não saem nem para comer: olhos vigilantes e dedo no gatilho das espingardas, esperam a invasão da força policial ou dos grileiros de Duque de Caxias. Núcleos camponeses fluminenses estão se organizando em concentração semelhante à das Ligas Camponesas nordestinas a fim de apoiar os companheiros da Fazenda São Lourenço na luta que travam em defesa de suas terras. [...] Núcleo de camponeses de Tabuleiro, Fábrica Nacional de Motores, Cantão de Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Pedra Lisa, Ponte Coberta e Km 49 solidarizam-se com seus companheiros e ameaçam também pegar em armas caso seja cometida qualquer violência contra os posseiros entrincheirados. (Caxias: ordem é morrer lutando. Lavradores em armas defendem suas terras. *Última Hora*, 19/08/1961, capa e p.7).

Longe de ser uma ação totalmente espontânea, temos indícios de que se tratava de uma estratégia política anteriormente desenhada. Manoel Antônio da Costa, em entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004, sugere que a região rural da Baixada Fluminense foi palco, antes do golpe de 1964, de treinamentos guerrilheiros dos quais teriam participado lideranças camponesas e operárias que atuaram nos conflitos por terra de Xerém e em Tinguá. Ainda não encontramos outras referências que nos levem a consolidar esta informação, mas o trecho de seu depoimento, destacado a seguir, pode nos oferecer um indício interessante para que possamos compreender as condições da adoção da resistência armada pelos lavradores de São Lourenço:

> Eu já participei, não dentro do Exército, mas eu já participei num trabalho aí fora, acho que chama "Curso de Guerrilha". O que é um ato terrorista. Como é que faz um ato de terrorismo. Olha, eu não sei nem dizer para você qual o nome da coisa. Eu sei que o professor que na época deu essa instrução para nós, quem estava comandando era Francisco Julião. É um curso lá de Cuba. […] Nós fizemos [o curso] em Magé. […] Olha, eu lembro que, na época desse curso participou, o falecido Henrique, Getúlio, o falecido Mauro Gorgonha, que era líder do Partido Comunista, Joaquim Antônio, Félix Escobar, Climério, que era o presidente da Petrobras (*sic*). Mas eu sei que foi um trabalho muito bom! Sabe por causa de quê? Porque a gente pelo menos ficou sabendo como é que se defende de muitas coisas. […] [Esse curso] foi antes da Trincheira [de São Lourenço] e antes da revolução. Quando a gente partiu para a briga lá com os polícias lá da coisa, a gente já estava preparado. (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004).

Inicialmente, a adoção desta estratégia de ação de confronto armado pelos lavradores da São Lourenço se deu contra a orientação das associações de lavradores da região e contra a linha majoritária do PCB, que mantinha uma presença constante nas organizações camponesas da Baixada Fluminense. Sobre tal aparente contradição entre a prática dos trabalhadores envolvidos na resistência e a vontade política das entidades, Nilson Venâncio, em depoimento a Leonilde Medeiros em 1982, relata que o movimento explodiria com ou sem orientação porque a "reação armada era uma neces-

sidade local". Por sua vez, a Falerj, dirigida à época por José Pureza, manifestou-se dizendo que a entidade deveria respeitar e acatar tudo aquilo que fosse determinado pela massa.

Paralelamente à investida armada, Pureza, em suas memórias, relata que, diante da decretação de despejo, recorreu à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembleia Legislativa e ao governo estadual. Decidiu procurar Tenório Cavalcanti que, segundo o mesmo relato, tornou-se um dos advogados do grupo de camponeses ameaçados de despejo (PUREZA, 1982, p. 55). Manoel Antônio da Costa também menciona, em entrevista concedida a Ernandez em 2004, a participação de Tenório na luta dos lavradores da Fazenda São Lourenço. Seu depoimento sugere que o político teria auxiliado os lavradores na aquisição de armas para o levante. Houve, também, uma participação significativa de operários na luta contra o despejo. Segundo Grynszpan (1987), o movimento instalou um "quartel-general" no Sindicato dos Rodoviários de Duque de Caxias. Além desta categoria, o autor afirma que os ferroviários do município também estavam se preparando para entrar em greve caso os lavradores sofressem novas agressões. O Sindicato dos Petroleiros também é mencionado como apoiador do levante em diversas fontes que pudemos consultar. José Ricardo Ramalho, por sua vez, interessado em discutir as lutas operárias travadas pelos trabalhadores da FNM, menciona que:

> A área rural da FNM e aquela que existia à sua volta foram objeto de preocupação e interferência do Sindicato dos Metalúrgicos [e que] a relação entre os trabalhadores da parte agrícola da fábrica e os camponeses das áreas vizinhas começou a partir do episódio da Fazenda São Lourenço. [...] A situação daquela região, em termos de distribuição de terras, criava conflitos abertos, e a organização demonstrada pelo sindicato na fábrica veio a transformá-lo num fórum onde tais questões podiam ser resolvidas. Alguns sindicalistas chegaram a defender posições mais radicais, como o apoio do sindicato às invasões de terras, mas a posição predominante considerava importante a solidariedade, a discussão, sem a interferência direta nas ações dos camponeses. (RAMALHO, 1989, p. 158-159).

A força policial mobilizada para a efetivação da ação de despejo também se organizava. O delegado de Duque de Caxias, Ney Amil Reichaid,

colocou à disposição do juiz da 1ª Vara uma tropa composta por um sargento e seis soldados, que foram municiados de informações pelos caguetes de Olavo, empregado de Fé Augusta, e de um lavrador da própria São Lourenço, Ari Carneiro. Reproduzimos, a seguir, relatos do confronto por oficiais de justiça e *posseiros*, respectivamente:

> Nos dirigimos pela estrada do sítio, quando recebemos uma saraivada de balas, sendo ferido, nesta ocasião, o praça Mário dos Santos. Entrincheiramos no barranco próximo, de onde verificamos que estávamos cercados, e aí ficamos feridos, nós oficiais de justiça dessa diligência, e, após 20 minutos de fogo dirigidos para o local em que nos encontrávamos e, sem fazermos qualquer disparo, pedimos em voz alta para cessar o tiroteio, visto que não estávamos para matar ninguém e suspendíamos a diligência. Foi dado ordem para que nos retirássemos, e aí ainda recebemos mais descargas de tiros pelas costas e, ao entrarmos no carro, foi atingido o cidadão Ari Carneiro (que acabou falecendo).

> Chegaram aqui na tarde de quarta e, para meter medo na gente, puseram na rua o Elísio Vitorino de Andrade, um velhinho de 90 anos. Queimaram-lhe a casa, jogaram-lhe os trens na rua e ainda o levaram preso. Na quinta, voltaram com dois caguetes da dona Fé. Começaram, logo que nos viram, a dar rajadas de metralhadora. Respondemos. Então, depois de mais de 200 tiros, renderam-se dizendo que estavam do nosso lado. Pediram que os deixássemos ir embora. Deixamos, pois havia quatro feridos. Não tomamos as armas dos soldados. [...] O nosso instinto de defesa, de preservação, fazia com que a gente respondesse a cada momento, mesmo sem uma organização maior. Em São Lourenço entraram os policiais num caminhão e saíram num carrinho amontoados. (apud ARAÚJO, 1982, p. 41).

Após o confronto, que deixou quatro homens feridos, o Secretário de Segurança do estado do Rio de Janeiro destacou 50 policiais para a região, tornando o clima ainda mais tenso. A questão passou ao âmbito do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e a perspectiva de que novos conflitos eclodiriam manteve mobilizados os lavradores. A ocupação da fazenda por contingentes policiais parecia não ser uma novidade para eles. Para além da violência associada a esta presença, chama atenção o fato de

que elementos da força policial acabavam se constituindo, eles mesmos, em agentes de grilagem e de exploração da produção local.

A estratégia até então inédita de luta adotada pelos *posseiros* da Fazenda São Lourenço e a repercussão da recepção armada aos oficiais de justiça encarregados do despejo foram determinantes para os encaminhamentos subsequentes do conflito por parte das várias instâncias do poder público. O juiz Albernaz Alvez suspendeu a ação, preocupado com a possibilidade da luta se alastrar por outros territórios em situação fundiária semelhante. No dia 21 de agosto de 1961, o governador Celso Peçanha decretou a urgência da desapropriação da fazenda, determinando-a utilidade pública. Embora o decreto tenha significado uma importante vitória, os *posseiros* permaneceram em situação irregular até 1964, pois não haviam conseguido a propriedade jurídica da terra e, portanto, constavam como ocupantes de área pública. Três meses após a expedição do decreto de desapropriação, uma matéria publicada pelo jornal *Última Hora* ilustra bastante bem a manutenção do clima de tensão e violência que permanecia na região:

> "Dez mil cruzeiros por cabeça de lavrador morto é o preço estabelecido pelos grileiros da Fazenda São Lourenço" – declara-nos o Sr. Henrique Neves de Carvalho, que foi alvejado quando dormia em companhia da mulher e dos três filhos. Uma gang de pistoleiros vem sendo formada com o objetivo de acabar com todos os lavradores de Xerém. Essa capangada tem como chefe um tal de José Vasconcelos e José Goiaba, ambos financiados pelo italiano Antônio Strufaldi. [...] Vários companheiros já sentiram a violência. Pernambuquinho, por exemplo, é lavrador como qualquer um de nós e foi alvejado pelas costas. Zezinho, outro companheiro, teve os olhos furados à bala por um tal de Aníbal, que se intitula subdelegado local. Antônio Soares e José Tibúrcio estão ameaçados de morte. Enquanto isso, a polícia nos persegue, deixando impunes os assassinos profissionais. (Grileiros contratam pistoleiros para matar lavradores de Caxias. *Última Hora Fluminense,* 09/10/1961, p. 3).

Considerando este contexto de indefinição e violência que sucedeu a deflagração das trincheiras de São Lourenço, traremos no tópico seguinte elementos para discutir os efeitos do golpe civil-militar de 1964 na região.

O golpe civil-militar e a repressão aos camponeses em Xerém

Após o golpe de 1964, todas as 22 desapropriações ocorridas desde 1958 no estado do Rio de Janeiro, inclusive a da Fazenda São Lourenço, foram revertidas (ERNANDEZ, 2010). As lideranças camponesas foram perseguidas, assim como as suas organizações de classe.

Em Xerém, a repressão atingiu as áreas rurais e a FNM. Um operário, entrevistado por José Ricardo Ramalho, relata que o Exército invadiu casas e plantações mantidas por "colonos" e destruiu o que pôde. Prendeu e torturou pessoas. Um caso narrado é ilustrativo da concepção existente sobre as lutas na região: "um camponês, posseiro, foi amarrado de cabeça para baixo no sol quente, em frente da esposa e filhos, 'para dizer onde tinha arma escondida'" (RAMALHO, 1989, p. 201).

Com efeito, as lutas camponesas eram entendidas pelos militares como possíveis focos de preparação de guerrilhas e tratadas com extrema violência. O tema é bastante explorado no Inquérito Policial Militar (IPM 709), que investigou as ações do PCB: em diversas passagens desse documento é clara a preocupação com uma espécie de cinturão de conflitos que cercava a cidade do Rio de Janeiro. Segundo o documento, "pacíficos lavradores eram persuadidos a ações violentas por lideranças partidárias, que se aproveitavam de suas fragilidades" (IPM 709, 1966). Algumas das entrevistas às quais tivemos acesso ajudam a dar uma dimensão da repressão que se abateu sobre a região:

> Depois de Capivari aconteceu a guerra. Em 64. Engoliu aquilo tudo, passou o sarrafo, aí acabou, acabou de vez. Aí não tinha dinheiro, não tinha trabalhador, não tinha nada. Eles roubavam o que tinha. O Exército entrou, roubou mais do que a polícia! Dizia que o cara era comunista e quebrava tudo. Se o cara não está aí, prende a família dele logo. E assim, um bocado de gente sumiu, um bocado de gente nessa história rapaz. Tem gente que sumiu que não tinha nada a ver com o troço rapaz. […] (Manoel Antônio da Costa, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 27/12/2004).

> Aí nesse ínterim estourou a revolução. E nós nessa coisa, nesse contato com o sindicato e tudo o mais. E a revolução estava assim: derruba o Jango ou não derruba. Quando nós entramos nisso, nós já falamos "não fale no ne-

> gócio da política, mas só na luta da terra". Mas uma coisa liga a outra, nós estávamos mobilizados. A nossa proposta era uma proposta da reforma agrária, da posse da terra, aquela coisa toda. [...] Quando eles chegaram ali na FNM, na serra, eles mandaram um pessoal do exército lá para dentro. [...] Estavam lá procurando onde era o foco da gente. Tem que sair, tem que sumir, tem que ficar longe. (Laerte Bastos, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2004).

A perseguição, quando não se consumava em prisões e violências físicas, impelia os militantes a viverem escondidos. Muitas famílias camponesas e operárias de Xerém foram, assim, desestruturadas pela ditadura civil-militar. O depoimento de Nicodemos Alves Machado, trabalhador da FNM e membro do Sindicato dos Metalúrgicos, descreve bem esta situação:

> Quando foi em 64, que estourou a revolução, eles foram nos prender. Eu saí de Xerém, entrei naquelas matas e fui parar lá em Tinguá. Fiquei lá comendo coco, bebendo água. Quando eu voltei, a minha esposa falou assim: "o capitão tá aí te procurando, mais uns caras". Eles foram lá, meteram as máquinas, derrubaram as casas todinhas. A casa onde eu morava foi derrubada. Aí foi aquele sofrimento, de maneira que eu fugi. Depois me prenderam. Eu fiquei preso determinado tempo, depois soltaram a gente, mas a gente tinha que ir todo dia lá assinar. Aí eu pensei: "Meus Deus, o que eu vou fazer aqui?". Não tinha mais nada de sobrevivência. Tinha um caminhão que ia pro Paraná e eu pedi uma carona. Peguei minha mulher, mais dois filhos e um outro garoto que nós criamos e fomos naquele caminhão. [...] Foi uma pressão psicológica muito grande. Minha mulher herdou diabetes, deu problema nas pernas dela. Ficava muito tempo sozinha, amamentando. Ela amamentava minha filha e um sobrinho, um em cada peito, porque não tinha comida. (Nicodemos Alves Machado, entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e a Elisandra Galvão em junho de 2015).

Se a repressão contra lavradores e operários foi implacável e logrou desmobilizar significativamente os trabalhadores e entidades às quais nos referimos ao longo deste texto, há alguns indícios de que em Xerém tenha havido um princípio de organização de resistência de caráter guerrilheiro promovida pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Em

um interrogatório constante do prontuário de Joaquim Antônio, datado de 1971, o depoente afirma que o MR-8 possuía algumas áreas no Brasil com possibilidades de trabalho político e as menciona com seus codinomes: Marajó (Alagoinhas), Pará (Xerém, Tinguá, Capivari), Roraima (Bahia) e Acre (Cachoeira de Macacu). É sabido que Félix Escobar Sobrinho, diretamente envolvido nas mobilizações pré-64 de São Lourenço e Capivari, atuou na organização, tendo, inclusive, vivido na mesma residência de Iara Iavelberg num arranjo em que se apresentavam como pai e filha. O nome de Félix integra a lista anexa à Lei Nº 9140/95, onde constava como desaparecido desde a prisão, ocorrida em 1971, provavelmente na Baixada Fluminense.[15] A existência de tais focos de ação armada chama atenção especialmente se levarmos em consideração que, em 1968, o município de Duque de Caxias foi declarado área de interesse da Segurança Nacional por abrigar em seu território a Refinaria Duque de Caxias.[16]

Para além destas, há poucas informações sobre o período ditatorial no campo na região. Entretanto, em um seminário intitulado *História da resistência camponesa, luta pela terra e temas sobre a Baixada Fluminense*, realizado no dia 12 de setembro de 2015 em Xerém, os debates fomentados levantaram pistas interessantes a serem perseguidas. Um participante, antiga liderança camponesa da região, afirmou que na FNM havia uma espécie de delegacia para onde muitas pessoas, camponeses ou operários, foram levadas para serem interrogadas e torturadas. De lá, eram enviadas para o Dops, no Rio de Janeiro. Outro expositor, neto de Domingos Lopes, um lavrador que atuou diretamente nos conflitos de São Lourenço e Capivari, asseverou que documentos do Dops datados de abril de 1970 e constantes no IPM de Duque de Caxias associavam seu avô à organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O mesmo informante afirmou que em Xerém havia um sítio onde dois militantes do PCB, Joaquim Pires Cerveira e Albertina Paulo de Souza, faziam trabalho de base.

Essas informações apontam para uma face pouca conhecida da história dos conflitos no campo que é a tentativa de criação, por diferentes organizações de esquerda que se formaram a partir de dissidências do PCB, de

15 Sua morte foi reconhecida em 12 de dezembro de 2014, poucos dias após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade.
16 Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5449.htm>.

focos de treinamento guerrilheiro em áreas onde houve forte atuação das organizações camponesas no pré-64.[17] Ademais, evidenciam, como tentamos demonstrar ao longo do presente texto, que os espaços de intercessão entre as militâncias operárias e camponesas construíam-se em relações sociais dinâmicas e complementares. Estas esferas de articulação mostraram-se mais uma vez evidentes na reorganização das lutas fundiárias que, a partir dos anos 1980, foram deflagradas na Baixada Fluminense na forma de ocupações de terra. Consideramos que uma análise sobre este período requer um adicional esforço de pesquisa empírica e teórica que, no espaço deste artigo, não teremos condições de desenvolver com propriedade. Destacaremos, entretanto, alguns pontos que corroboram nossa argumentação.

Os anos 1980: retomada das mobilizações e reocupações de terras

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a Baixada Fluminense passou por uma nova onda de intensificação urbana e os processos de grilagem e expropriação recorrentes desde os anos 1950, por consequência, voltaram a exercer uma forte pressão sobre as terras de uso agrícola da região. Dabul (1987) lança luz, neste sentido, sobre uma nova forma de mercantilização do solo rural que passou a disputar com a agricultura e as atividades camponesas os espaços em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos: os loteamentos para a formação de sítios de recreio para famílias de classe média.

Em trabalho de campo realizado em dezembro de 2015 pelas terras da antiga Fazenda São Lourenço, nos foi possível ter uma ideia bastante clara desta forma de ocupação local: contrastam com as pequenas casas e lavouras que ainda sobrevivem, sítios e chácaras particulares, muitos deles destinados ao aluguel para grupos de igrejas evangélicas das mais diversas confissões. Evidentemente, a chegada de tais loteamentos reconfigurou, em certa medida, os sentidos de uso e ocupação do espaço e foi responsável pela expulsão – embora não por meio de conflitos como os narrados anteriormente – de diversas famílias engajadas em atividades de agricultura na localidade. Novamente, a valorização das terras rurais para fins de especu-

17 Uma dessas experiências, ocorrida em Cachoeiras de Macacu, é tratada, neste volume, no capítulo 6, escrito por Fabrício Teló.

lação e loteamento de caráter urbano redefiniram as dinâmicas fundiárias do interior de Xerém.[18]

Para além de uma conjuntura que impunha, por si só, a necessidade de mobilização, as experiências e acúmulos da resistência ocorridas no período anterior em muito contribuíram para a nova forma de luta pelo direito à terra que se delineou na região. Neste sentido, embora a repressão ditatorial tenha atingido de diversas maneiras as possibilidades de organização dos trabalhadores, a criação do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) em Xerém, em 1978, sugere que o período não tenha sido de total desmobilização, mas de reconfiguração das formas de luta e articulação.

Tendo à frente antigas lideranças locais, como Joaquim Antônio, Laerte Bastos e Chico Silva, e recebendo apoio da Pastoral Ecumênica de Xerém, o NAF possuía o objetivo de organizar os lavradores em torno de demandas como crédito e condições de comercialização da produção. Novos desafios, afinal, se impunham à realidade dos trabalhadores ocupantes das antigas regiões de conflito fundiário localizadas em Duque de Caxias. As ocupações de terra deflagradas no início da década de 1980, grande parte delas localizadas nestas mesmas regiões, parecem vincular-se, também, à ação da nova entidade. Vale ressaltar que, para além dos lavradores, estes movimentos de (re)ocupação reuniram um significativo público que vivia nas franjas urbanas e enfrentava problemas de moradia típicos das áreas de periferização intensa.

Para além da pressão por moradia e terra e da retomada da organização abordada no tópico anterior, é preciso considerar também uma importante mudança na conjuntura política do estado, marcada pela eleição de Leonel Brizola como governador em 1982. Esse fato foi extremamente importante por criar o que foi percebido como uma oportunidade política (TARROW, 2009) para a retomada das ocupações de terras que já estavam sendo gestadas. Em maio de 1983, foi criado, no âmbito da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, um Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários (NOVICKI, 1992). Logo depois, em novembro, foi instituída uma Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), ligada à Secretaria da Justiça e posteriormente

18 Agudizando este quadro, a extinção do ramal ferroviário de Xerém, que ligava o distrito à Belford Roxo, deixou os lavradores com dificuldade de acesso aos mercados nos quais comercializavam seus produtos.

à Secretaria de Assuntos Fundiários (Seaf), para tratar de questões de terra tanto rurais como urbanas. Dessa forma, o governo estadual se munia de mecanismos institucionais para lidar com os conflitos, sem priorizar ações repressivas. Nesse processo, diversas desapropriações foram feitas.

Embora não esteja no escopo deste trabalho discutir com profundidade estes movimentos de ocupação e sua relação com a política fundiárias dos governos, nos interessa ressaltar, mais uma vez, que o lugar das dinâmicas comumente categorizadas como rurais, na Baixada Fluminense, se constrói na relação permanente com os processos de urbanização que, apesar das especificidades de cada período histórico, acompanham a ocupação e o desenvolvimento da região. Assim, se as tensões sociais se gestam a partir dos efeitos da expansão das fronteiras urbanas, a organização de resistências, em suas diferentes formas, também encontra nas articulações proporcionadas por essas situações fronteiriças as suas condições de desenvolvimento.

Considerações finais

Reiterando uma vocação historicamente construída, hoje, num contexto de reprimarização da economia e de processos de acumulação espoliativos (HARVEY, 2005), a Baixada Fluminense é palco de alguns dos maiores projetos desenvolvimentistas em curso no país, como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), e concentra o segundo maior polo industrial do Brasil. A expansão da fronteira do capital para a geração de *commodities* para exportação resulta na apropriação de territórios e na redefinição das formas locais de ocupação do espaço, fazendo eclodir uma série de antinomias sociais. Na contramão das vantagens promovidas pelo crescimento econômico em nível nacional, este processo, quando não remove de suas terras comunidades inteiras, promove a inviabilização de atividades agrícolas e extrativistas.

Se atualmente este cenário é referenciado a uma conjuntura específica e se traduz pelas chaves conceituais de categorias contemporâneas como conflitos socioambientais, comunidades tradicionais, megaempreendimentos e neoextrativismo, um olhar atento por sobre a história da Baixada Fluminense permite que vislumbremos, guardadas as devidas proporções relativas às diferentes figurações (ELIAS, 1994), sentidos e efeitos seme-

lhantes entre o processo descrito acima e os impactos da incorporação urbana nas áreas rurais da região a partir de meados do século XX. Trata-se, grosso modo, de situações diferenciadas no tempo, mas que compartilham uma origem comum e resultam em dinâmicas de expropriação, violação de direitos e organização de resistências.

A reconstrução do passado a partir da formulação de uma "história a contrapelo" (BENJAMIN, 1986) constitui-se em condição basilar para a compreensão crítica dos processos contemporâneos.

A região de Xerém, onde se localizava a Fazenda São Lourenço, defronta-se, atualmente, com um significativo esvaziamento populacional. Ilustra tal afirmação o fato de que a Escola Municipal Presidente Vargas, construída e reconhecida pela Prefeitura de Duque de Caxias como escola rural em 1973, estava ameaçada, no momento em que nossa visita foi feita (dezembro de 2015), de ser fechada pela pouca quantidade de alunos matriculados. De acordo com a gestora pedagógica da escola em exercício naquele momento, a construção do espaço educacional e sua formalização institucional foram uma conquista dos lavradores que, desde a década de 1960, se organizaram para oferecer aulas de alfabetização às crianças da localidade. Há, na secretaria da escola, importantes e bem conservados documentos históricos referentes aos registros dos alunos e seus responsáveis. A comparação deste arquivo com as fichas atuais evidencia que, ao passar dos anos, o número de estudantes foi entrando em significativo processo de declínio. Poucas são as famílias que efetivamente seguem vivendo da agricultura na localidade, predominantemente ocupada, nos dias atuais, por sítios de veraneios. A migração para as cidades constitui-se, assim, em uma realidade perceptível. A compreensão acerca das transformações típicas pelas quais passam espaços rurais em áreas de fronteira com os aglomerados urbanos é fundamental para que este processo de esvaziamento possa ser apreendido, mas a análise da situação contemporânea de Xerém requer novos investimentos de pesquisa.

Por fim, reiteramos que as abordagens que dicotomizam os universos rural e urbano, camponês e operário, ainda tão presentes na literatura das Ciências Sociais, não dão conta da complexa realidade dos conflitos e movimentos por terra que ocorrem na Baixada Fluminense. Para superação de tal limite, advogamos que o lugar do rural em tal região deve ser apreendido em suas articulações com os processos de urbanização que estendem suas fronteiras para além das cidades.

Referências

ABREU, Maurício de A. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.

ALVES, José Cláudio S. *Dos barões ao extermínio:* uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2003.

AMADOR, Elmo. *Baía de Guanabara:* ocupação histórica e avaliação ambiental. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2013.

ARAÚJO, Federico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado) – Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha:* Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas.* Magia e técnica, arte e política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

COSTA, Pierre A. *Duque de Caxias - de cidade-dormitório à cidade do refino de petróleo:* um estudo econômico-político do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

DABUL, Lígia. Um tanto da história de Xerém: análise social e eclesial. In: *Unidade e prática da fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém*. Cadernos do CEDI, 17. Rio de Janeiro: Centro Ecumênico de Documentação e Informação. Programa de Assessoria à Pastoral Protestante, 1987.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Página Aberta, 1993.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: Estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAD, Ligia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos.* Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Miriam. *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1956.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro:* 1950-1964. 2 v. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IPM 709. *O comunismo no Brasil*. Brasília: Biblioteca do Exército, 1966. 4 volumes.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Morais, 1991.

LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização:* o caso do interior fluminense. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbana, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, ano 17, n. 48.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. *Revista Pilares da História*, Rio de Janeiro, n. 6, 2006.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Levantamento de conflitos no Estado do Rio de Janeiro*. Dez anos de luta pela terra: 1969-1979. Relatório de pesquisa, São Paulo: CEDEC/ABRA/CPDA-UFRRJ, 1983.

______ (Coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de pesquisa, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br>.

MOORE Jr., Barrington. *Injustice:* the social bases of obedience and revolt. New York: Sharpe, 1978.

NOVICKI, Vítor A. *O estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro:* primeiro governo Brizola (1983-1987). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária*. O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da Luta pela terra na Baixada Fluminense*. Organização de Leonilde Servolo de Medeiros. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Rio de Janeiro, n. 6, 2006.

SUZUKI, Julio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, n. 10, jan./jun. 2007.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa.* A árvore da liberdade. V. 1. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. *XXI Encontro Anual da Anpocs*, 1997.

CAPÍTULO 3

Conflitos rurais em Nova Iguaçu

Pontes entre o passado e o presente[1]

Gabriel Souza Bastos

Introdução

Apesar de comumente associada a características tipicamente urbanas, a Baixada Fluminense, nas décadas de 1950 e 1960, ainda tinha marcas bastante rurais, embora um acelerado processo de urbanização estivesse em curso, em especial em razão de mudanças na cidade do Rio de Janeiro, pautadas na fixação da massa trabalhadora nas periferias. Desde os anos de 1930 e nas décadas subsequentes, a região foi palco de rápidas e grandes transformações oriundas da incorporação urbana, através de investimentos estatais que acabaram alimentando a especulação imobiliária, por meio de loteamentos. Segundo Mario Grynzpan, ela foi o

> [...] produto mais imediato das obras públicas promovidas na Baixada a partir dos anos 1930. [...] e os loteamentos urbanos representavam uma das principais causas dos despejos de lavradores, em particular em municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu. (GRYNSZPAN, 1987, p. 55, 56).

Tais reordenamentos espaciais foram de tamanha dimensão que mudaram as representações do que se compreende como Baixada:

> Note-se que nesse período havia ainda a representação da região como uma área agrária e tais conflitos marcaram [...] o processo de lutas através do qual se constituiu a Baixada Fluminense metropolitana de nossos dias. Des-

1 Versão revisada de artigo publicado na Revista *Estudos Sociedade e Agricultura* (BASTOS, 2017).

> se modo, a própria mudança de sentido da ideia de uma Baixada agrária para uma Baixada Fluminense tal como hoje é representada pode nos servir como um indício de mudanças históricas que redefiniram, inclusive, limites da região. (SOUZA, 1993, p. 209, 210).

Em 1940, ainda havia cerca de 17.442 ha ocupados com laranjeiras em Nova Iguaçu, o que correspondia a 22,3% da superfície do município, conforme os dados da Agência Municipal do IBGE (apud SOUZA, 1993, p. 213). O plantio era feito em grande medida por arrendatários, largamente empregados até os anos 1930: entre 1920 e 1940, observa-se que "o número de estabelecimentos sob responsabilidade de arrendatários em Nova Iguaçu teve crescimento muito expressivo, passando de 101 para 503 estabelecimentos", enquanto contava com 704 estabelecimentos controlados por proprietários. Entretanto, em 1950, os estabelecimentos de arrendatários passaram para 241, enquanto os dirigidos por proprietários foram para 1289 (SOUZA, 1993, p. 214). A partir da década de 1940, fazendeiros "estenderam suas propriedades, comprando outras, contíguas ou não" (SOUZA, 1993, p. 216). Nesse mesmo período, estava em curso um grande número de dispensas de trabalhadores: nos anos 1950 para a década seguinte, em Nova Iguaçu, 97,9% de parceiros foram dispensados, bem como 85,3% de trabalhadores temporários e 31,1% de permanentes (GRYNSZPAN, 1987). Observa-se, portanto, que a crescente urbanização de Nova Iguaçu coexistiu com um processo de concentração fundiária nas áreas rurais do município.

Nos anos 1930, com as obras de saneamento na Baixada, as terras passaram a se valorizar mais, gerando alta nos preços de imóveis na área. Isso ocorreu, conforme contam as representações locais a respeito dos anos de 1920-1940 (SOUZA, 1993), ao mesmo tempo em que a "idade do ouro" dos laranjais. Estes, no entanto, entraram em crise no decorrer da Segunda Guerra Mundial.[2] Tais investimentos estatais, entretanto, não representaram um incentivo à produção agrícola. Pelo contrário, a valorização gerada

2 A produção de laranjas em Nova Iguaçu entrou em crise por conta das dificuldades de exportação durante a Segunda Guerra, seguida da praga da *fumagina* no pós-guerra e, posteriormente, por conta da inflação e valorização das terras. Dessa forma, muitos chacareiros e fazendeiros lotearam suas terras através de companhias imobiliárias, responsáveis pelas operações de vendas (SOUZA, 1993).

por eles alimentou a especulação, provocando intensas disputas por terras na Baixada: lavradores contra *grileiros*, *grileiros* contra *grileiros* e até mesmo *grileiros* contra legítimos proprietários (GRYNSPAN, 1987).

Entre os muitos casos de conflitos entre *posseiros* e *grileiros* na Baixada Fluminense no pré-64, os ocorridos em Pedra Lisa, hoje município de Japeri, mas, na época, parte de Nova Iguaçu, ocupam um lugar importante para compreendermos esses processos, tanto por conta de seu pioneirismo na organização local de lavradores quanto por ter se tornado um polo de irradiação e aglutinação de lutas pela terra em regiões próximas.[3]

Pedra Lisa e os conflitos por terra na Baixada Fluminense no pré-64

Nos anos 1940, a região de Pedra Lisa começou a ser ocupada por famílias de *posseiros*, oriundas de áreas rurais de outros municípios do estado do Rio de Janeiro, como Campos, Casimiro de Abreu, Itaguaí, e de outros estados, principalmente Minas Gerais (COPELLO, 1983). De acordo com Bráulio Rodrigues, importante liderança camponesa local, muitas pessoas vieram de Itaperuna, Miracema, para ali se estabelecerem. "Ficaram até hoje. Não têm nenhum desses que vieram de Itaperuna que foi embora. Estão todos eles lá, morando. Têm neto, bisneto" (SILVA, 2008, p. 22 e 23). Como afirma Woortman (1990), a migração camponesa é uma ferramenta de sua reprodução social:

> Camponeses são, além de produtores de alimentos, produtores de migrantes. Por isso, áreas camponesas já foram chamadas de "celeiros de mão-de-obra". A migração de camponeses não é apenas consequência da inviabilização de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar, de fato, pode ser condição para a permanência camponesa. (WOORTMAN, 1990, p. 35).

Seguindo essa premissa, compreendemos que se trata de um campesinato inserido em constantes processos migratórios, buscando melhores condições de vida, possíveis naquela região.

3 Japeri emancipou-se de Nova Iguaçu por meio de plebiscito realizado em 30 de junho de 1991. Tornou-se município pela lei estadual nº.1902, publicada no dia 2 de dezembro de 1991.

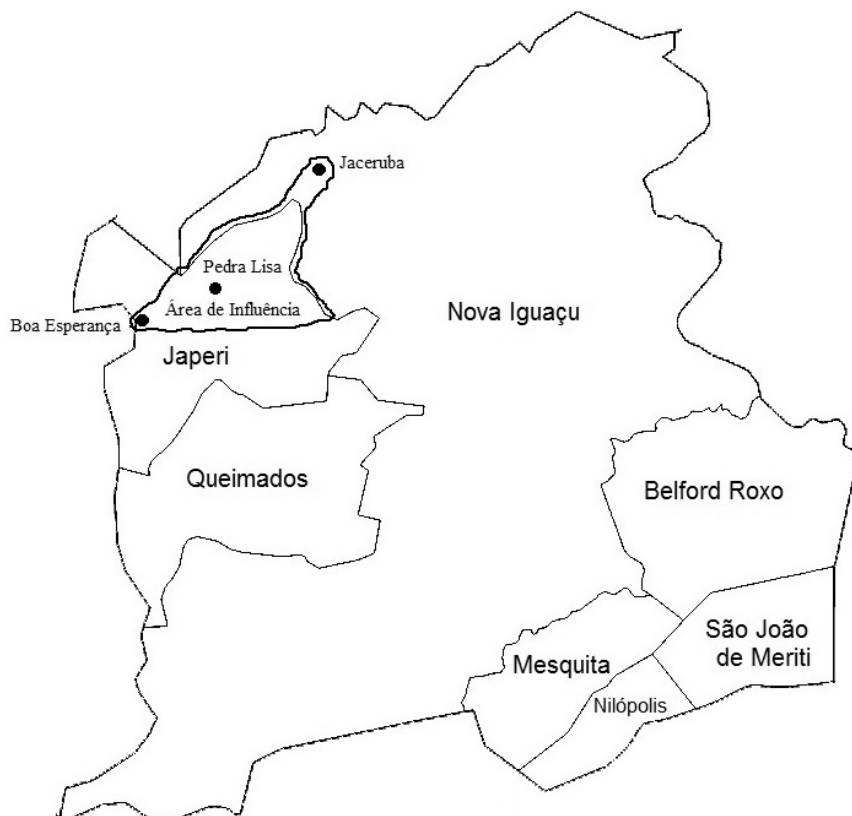
Os marcos que delimitam a região conhecida como Pedra Lisa são tanto geográficos quanto políticos. Nos dias atuais, abrange as áreas das antigas fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira, desapropriadas em 1958 pelo então governador do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, em razão dos conflitos fundiários lá recorrentes. Atravessando o limite municipal de Japeri, partindo de Pedra Lisa em direção de Nova Iguaçu, cruza-se uma ponte para entrar nos atuais limites deste município. Trata-se da área da antiga Fazenda São Pedro, desapropriada em 1960, também fruto da luta dos lavradores locais e área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esta área, entretanto, é hoje um bairro de Nova Iguaçu chamado Jaceruba. Quando falamos de Pedra Lisa, portanto, temos duas referências em mente: um marco geográfico que é uma enorme pedra que batiza o local e uma região política: a área de influência da antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, que era bem mais ampla e envolvia diversas fazendas da região, conforme podemos observar no mapa 1.

Os lavradores migrantes ocuparam uma área que era reivindicada pelos donos das Fazendas Reunidas Normandia, propriedade da família Guinle e de Fausto Alvim, que teriam adquirido terras do Conde Modesto Leal.[4] Segundo o jornal *Correio da Lavoura* de 20/04/1980 (apud COPELLO, 1983, p. 29), "esta região era cheia de pântanos, o lavrador foi entrando e fazendo valas, secando o lugar. Muitos morreram pela febre, pois a região era considerada 'zona paludosa'". De acordo com Romário Silveira:

> O Sr. Wanthoil me disse que quando chegaram aqui era difícil a produção naquela região. A área era alagada e só dava para plantar arroz. Para plantar outras culturas eles precisaram abrir canais para drenagem. Assim fizeram o canal do arroz e outros córregos que cortam a área. (Romário Silveira, professor de História no município, entrevista concedida a Gabriel Bastos por e-mail em 28/12/2015)[5].

4 Segundo Hansen (2009, p. 4), "Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, naturais de São Pedro do Rio Grande do Sul, mas domiciliados e estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro com o comércio de fazendas, em 1874". Consta como pertencente ao chamado "Grupo Guinle" a Companhia Fazendas Reunidas Normandia (Ibidem). De acordo com depoimentos locais, trata-se de uma empresa imobiliária. Nota-se que muitas das terras da empresa em regiões próximas foram repartidas e vendidas como chácaras (ALVES, 1998).

5 Wanthoil Dias Lacerda, mencionado na entrevista, era liderança da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na época.

Mapa 1. Pedra Lisa e seus limites

Fonte: COPELLO (1983, p. 11), atualizado por Gabriel Bastos

O lavrador José Matias, uma liderança local, era responsável por arregimentar famílias, a partir de divulgação boca a boca. Elas inscreviam-se na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa para aguardar seus lotes (ERNANDEZ, 2010). Para assegurar sua permanência, os lavradores procuravam atrair mais famílias, chegando a abrigar cerca de 140 famílias no local em 1946 (COPELLO, 1983). A ocupação em Pedra Lisa, portanto, foi feita de forma organizada, tendo a entrada e a saída dos lavradores reguladas por uma comissão formada pelos que ali viviam e trabalhavam, concedendo um alqueire e meio para plantar, variando de acordo com o número de componentes de cada família, socializando boas e más condições de terras, buscando impedir o surgimento de privilégios (COPELLO, 1983).

Diante de pressões da Companhia Fazendas Reunidas Normandia para expulsão dos lavradores, em 1946, um grupo de *posseiros*, com apoio de um advogado, obteve acesso aos documentos dessas terras. Como estes não comprovavam a propriedade da Companhia, enviaram um abaixo-assinado para o então Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, reivindicando a garantia de permanência na área ocupada. Por meio das investigações de uma comissão do Ministério da Fazenda, concluiu-se que tais terras eram de propriedade da Fazenda Nacional de Santa Cruz, portanto, públicas (COPELLO, 1983).[6] Segundo Bráulio Rodrigues da Silva,

> O Zé Matias começou a alertar o pessoal e a ter atrito com os que vinham derrubar a mata e com os chamados "grileiros" que queriam tirar o pessoal. Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete. O Presidente era o Marechal Dutra, que o recebeu, ouviu o que ele contou e pôs uma ordem no papel, sem decreto, sem nada: "Autorizo os trabalhadores de Pedra Lisa a trabalhar na sua lavoura desde que não façam desmatamento nem carvão, apenas para tirar alimentos, alimentação tirada da lavoura". O Zé Matias tinha sempre essa autorização na mão e, com isso, ele conseguiu amenizar muita coisa. (SILVA, 2008, p. 22).[7]

Tal processo de reivindicação dos lavradores, por meio de abaixo-assinado endereçado ao Palácio do Catete, desembocou na criação da Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em 1948, sob presidência de José Matias. Trata-se da formalização de laços associativos e comunitá-

6 Sobre a Fazenda Nacional de Santa, onde foi estabelecido em 1931um núcleo colonial com o mesmo nome, ver Neves (2013).

7 Chamamos atenção para o tom de naturalidade com que Bráulio Rodrigues se refere a um encontro de Zé Matias com o então presidente da República: "Um belo dia ele foi ao Palácio do Catete". Talvez, tenha sido assim como Bráulio Rodrigues reteve a memória a respeito da relação entre os camponeses e o Estado. Talvez o abaixo-assinado possa simplesmente ter sido enviado. De qualquer forma, como explicar o acesso ao presidente da República por uma associação que estava em vias de ser fundada? Estaria a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa munida de algum tipo de intermediário entre eles e o Estado? Seria essa mediação um dos fatores que explicam o alcance de suas mobilizações? Não conseguimos resposta a essas questões.

rios que já existiam antes no local. Foi possivelmente a primeira associação de lavradores na Baixada Fluminense e importante ferramenta de luta dos camponeses no período que antecedeu o golpe de 1964.

Chama a atenção o fato da Sociedade funcionar não só como uma ferramenta política propriamente dita, mas como uma forma de manutenção do estilo de vida camponês da região em diversos aspectos: além do controle da distribuição de terra, a Sociedade também funcionava como uma rede de ajuda mútua, cooperativa para comercialização e produção e até mesmo um agente regulador para regras de comportamento comunitário.[8]

Comerford (2003) comenta, com base em pesquisa na Zona da Mata mineira, a importância de laços comunitários dentro do jogo político do sindicalismo camponês. Conforme o autor, para que os laços políticos entre o sindicato e suas bases se estabeleçam de forma consolidada, são necessárias boas relações sociais, de confiança e reciprocidade. Dessa forma, o trabalho de base consiste em

> Localizar e se dar a localizar socialmente, ver e se dar a ver, estabelecer reciprocidades para ir infiltrando mesmo onde as pessoas são contra. [...] O trabalho de base, em uma de suas dimensões, é como uma familiarização: produzir o sindicato como se produz uma família, contando com o apoio, a confiança e o empenho dos parentes, e envolvendo mediações para a aproximação com pessoas/famílias com as quais se torna possível estabelecer uma relação de intimidade e aliança. (COMERFORD, 2003, p. 274).

O papel de regulação da vida comunitária da associação em Pedra Lisa responde a uma lógica parecida. Em um cenário de ocupações conflituosas de terra, a mediação de conflitos entre os membros da comunidade pela associação surge como uma ferramenta capaz de se autoproteger de conflitos internos, influenciando assim na coesão do grupo. Bráulio Rodrigues, em seu livro de memórias, comenta:

> A associação discutia o que plantar, alguma divergência sobre divisas. Zé Matias sempre dizia: "Quem tiver dificuldade com problemas de divisa não

8 Próximo à Pedra Lisa, que dá o nome ao local, ainda estão os restos da casa onde funcionava a Associação e a Cooperativa.

> discuta com o outro, discuta aqui na associação! Porque nós aqui temos um conselho fiscal para essa finalidade!". Nas áreas que estavam sobrando, ele sempre colocava mais alguém, punha mais gente. Tinha cadastrado esse povo todo que ocupava. (SILVA, 2008, p. 23-24).

Estatutariamente, o Conselho Fiscal deveria verificar se o *posseiro* morava em Pedra Lisa. O desmatamento era permitido somente para fins de cultivo. A associação também promovia aberturas de estradas e valas para drenagem de áreas pantanosas, construiu uma escola e a ponte que liga Jaceruba a Pedra Lisa. A Sociedade também organizava formas de ajuda mútua e solidariedade entre os camponeses por meio de trocas de produtos entre eles em tempos de necessidade e mutirões para construção de casas na chegada de famílias novas. Bráulio Rodrigues relata:

> O Zé Matias fez uma grande coisa na época: ele pagava uma espécie de pensão para aqueles que eram filiados da associação. Por exemplo, se eu falecesse, a minha viúva ia receber uma pensão que a associação dava. Era uma mixaria, mas era uma ajuda. [...]. Eu acho que o primeiro Funrural começou ali, na Pedra Lisa. (SILVA, 2008, p. 25).

A comercialização dos produtos dos *posseiros* era feita pela cooperativa da Sociedade que "contava com um almoxarifado que fornecia ferramentas e sementes aos posseiros mediante um pagamento que era parcelado de acordo com suas condições" (COPELLO, 1983, p. 20). A Sociedade também contava com uma Comissão incumbida de tratar de casos de transgressões de suas normas de convivência, tais como o consumo excessivo de bebidas alcoólicas, brigas entre *posseiros* e roubos.

> Uma vez houve um roubo de galinha entre os posseiros, o ladrão foi indenizado pelas suas benfeitorias e foi mandado embora de Pedra Lisa, pois perdeu o respeito da comunidade. (Entrevista de Sr. Hilário a Sheila Copello, apud COPELLO, 1983, p. 22).

José Matias foi assassinado em novembro de 1953, quando voltava de uma reunião da Sociedade (SILVA, 2008). Bráulio Rodrigues conta que ele sempre voltava acompanhado de seis a oito pessoas, porém não dessa vez. Foi emboscado por um jagunço armado com uma espingarda que lhe deu

um tiro no peito, matando-o instantaneamente (*Última Hora,* 13/02/1962, p. 3). Com a morte do líder, os conflitos se intensificaram. No mesmo ano ocorreu a expulsão de 30 famílias de meeiros na Fazenda Pimenta, área próxima de Pedra Lisa (COPELLO, 1983).

Segundo o jornal ligado ao PCB, *Imprensa Popular* de 18/08/1956, a polícia tentou efetivar um mandato de despejo na Fazenda Nacional de Santa Cruz, em Pedra Lisa, e foi recebida por lavradores armados de facões, foices, enxadas e espingardas de caça. Essas ações eram entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Na entrada da região, havia uma tabuleta onde se lia: "Aqui em Pedra Lisa não entra polícia. Nem grileiros. Estas terras têm donos. Cada palma de chão roubado há de custar a vida de todos nós". Não por acaso, portanto, a região foi chamada pelo subdelegado por ela responsável de "zona conflagrada" (GRYNSZPAN, 1987, p. 153). Sobre a repressão na época em Pedra Lisa, Bráulio Rodrigues chama atenção para a presença de agentes privados em uma ocasião:

> Foi na década de 50, em 55, 56. Em período anterior ao governo Roberto Silveira. [...] Não houve prisão. O que tinha que acontecer, aconteceu na área. Houve duas mortes. Não houve inquérito, não houve nada. Foi uma coisa assim, pra num vim pra fora, né? [...] (A repressão) foi maior, muito maior, porque aí não era só a polícia, aí era jagunço, era bem diferente. Não tinha processo, não tinha nada. (Entrevista a Frederico Araújo, apud ARAÚJO, 1982, p. 50).

Para além da resistência armada, outras estratégias para manter a posse da terra foram acionadas. Em 1956, jagunços e policiais armados com metralhadoras assaltaram várias residências em Pedra Lisa, incendiando e destruindo três casas. Por intermédio do *Imprensa Popular*, os camponeses dirigiram-se ao governador Miguel Couto Filho e à Assembleia Legislativa para denunciar o crime que, de acordo com eles, partia da Imobiliária dos Guinle, interessada em se apropriar de suas terras (*Imprensa Popular,* 10/03/1956, p. 4).[9]

9 Tratando-se de um dos agentes políticos articulados com a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, talvez, a rede política que se construía entre as organizações camponesas da Baixada e setores progressistas da imprensa (sobretudo o *Imprensa Popular*) tenha sido responsável por fornecer acesso dos camponeses às autoridades do Estado.

Em 1956, o presidente da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa reuniu-se, acompanhado de um representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic)[10] e de membros da imprensa local, com um vereador que demandava a posse das terras e o delegado da região. Argumentavam que a área era pública e que, portanto, qualquer ação policial com fins de despejo dos trabalhadores rurais era por eles considerada ilegal (*Imprensa Popular*, 18/08/1956, p. 4). Ficou acordado, na ocasião, que a polícia não faria novas incursões até que saísse o resultado da ação judicial movida pela Sociedade (GRYNSZPAN, 1987).

Os *posseiros* também se reuniram com o ministro da Agricultura no ano seguinte em seu gabinete e denunciaram as tentativas de despejo (*Última Hora*, 21/02/1957, p. 2). Após o encontro, o ministro garantiu que providências seriam tomadas. Em 1958, houve uma outra tentativa de despejo, dessa vez por iniciativa da família Fausto Alvim, também ligada às Fazendas Reunidas Normandia, utilizando-se da polícia de Nova Iguaçu. Os lavradores resistiram com apoio de setores progressistas da imprensa, que deram cobertura à investida de expulsão, inviabilizando o despejo (COPELLO, 1983). Em 1958, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Miguel Couto Filho, decretou a desapropriação das duas glebas que compunham Pedra Lisa: Santo Antônio do Mato e Limeira (ERNANDEZ, 2010). Em razão disso, foi instalada uma placa comemorativa de bronze em frente à escola de Pedra Lisa, que até hoje lá permanece, onde se lê:

> Os camponeses de Pedra Lisa, posseiros de mais de séculos dessas terras, por sucessões hereditárias e de compra e venda, perseguidos por grileiros, que lhes queimavam as casas e destruíam as plantações, testemunham neste bronze sua imorredoura gratidão ao governador Miguel Couto Filho, pelo seu ato justo e sábio desapropriando estas mesmas terras em favor daqueles que as ocupam e as cultivam e resolvem dar o seu nome a este núcleo agrário, que passará, de hoje em diante, chamar-se Miguel Couto Filho. 13-07-58.

10 O Inic foi criado pela lei 2163, de 5 de janeiro de 1954. Cabia a ele traçar e executar o programa nacional de colonização. Era responsável pela implementação de Núcleos de Colonização.

Foram constantes as mobilizações para pressionar o governo estadual. Eram comuns, como narra Bráulio Rodrigues, idas à sede do governo, em Niterói, com um grande número de lavradores, a fim de forçar ações em defesa dos *posseiros*. Isso só era possível porque havia uma rede de apoios, onde se destacavam os laços com o Partido Comunista e diversos sindicatos:

> Em Pedra Lisa, nós tivemos um apoio muito grande do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro: apoio moral e financeiro, no tempo em que o Benedito Cerqueira era o presidente do sindicato. Ele era do Partido Comunista também. Tivemos apoio do primeiro Conselho Municipal de Trabalhadores formado no estado do Rio de Janeiro [...]. O Benedito Cerqueira e o Isaltino, redator chefe do jornal *A Tribuna do Metalúrgico*, iam às reuniões, levavam alguma coisa para distribuir para o pessoal, roupas etc. E iam na hora da luta também.
>
> [...]
>
> Nós íamos até Petrópolis porque tinha um sindicato muito grande lá, que era o dos tecelões. (SILVA, 2008, p. 39-40).

Dois outros grandes conflitos ocorreram em fins da década de 1950 na região de Pedra Lisa, na Fazenda São Pedro e na Boa Esperança. No primeiro caso, fazenda de Francisco Junqueira, produtor de café em São Paulo e usineiro de leite em Minas Gerais, diferentes grupos de meeiros entraram em conflito entre si, em 1959, estimulados pelo fazendeiro. De acordo com Copello (1983), havia um grupo de meeiros da área da várzea e outro da área da serra, estes, com condições bem mais adversas de exploração da terra. Quando os lavradores da várzea se recusaram a pagar a meia, Junqueira mobilizou os da serra para expulsarem seus vizinhos. Entretanto, a Sociedade dos Lavradores de Pedra Lisa foi capaz de unir os dois grupos para que ambos não mais pagassem a "meia". Em resposta, o fazendeiro, além de travar lutas judiciais para a expulsão de ambos os grupos, trouxe jagunços de São Paulo para pressioná-los e recorreu também a um contingente da polícia para efetuar o despejo. Tal ação foi contida pela resistência dos meeiros, que fizeram valas na estrada para

impedir a entrada dos policiais (COPELLO, 1983).[11] Os lavradores foram também à Assembleia Legislativa a fim de apelar para os deputados no sentido de impedirem que o despejo fosse concretizado (*Luta Democrática*, 11/06/1959, p. 3). Recebidos pelo presidente da Assembleia em seu gabinete, ouviram dele que apenas o governador Roberto Silveira poderia dar uma solução para o caso (*Última Hora*, 16/12/1959, p. 3). Um pouco mais tarde, ocorreu a desapropriação.[12]

Na Fazenda Boa Esperança, meeiros acusavam o dono de roubar no percentual de produção e rebelaram-se detendo um caminhão e o motorista que transportava os produtos agrícolas. Como resposta, o proprietário mobilizou "tropas de soldados que metralharam e queimaram casas, plantações, animais e expulsaram os meeiros [...], ocorrendo até mesmo a deformação física de um meeiro" (COPELLO, 1983, p. 34). Após o ocorrido, as associações de lavradores de Pedra Lisa e de Japeri[13] mobilizaram cerca de 250 pessoas, que realizaram uma vigília durante dois dias no palácio do Ingá, em Niterói. Tal mobilização resultou na desapropriação, pelo Decreto 7.206, de 25 de novembro de 1960, da Fazenda Boa Esperança, com indenização ao proprietário, "além de ceder transporte, sementes e algum material de construção para que os meeiros pudessem retornar ao trabalho, recebendo ainda proteção da polícia" (COPELLO, 1983, p. 34).

Como podemos observar, foram sucessivas as vitórias da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa na segunda metade dos anos 1950. A ação da Associação irradiou-se pelas regiões próximas, mas foi além dos limites municipais, mostrando uma articulação em torno de determinadas formas de ação.[14] Em 1961, ocorreu uma outra resistência organizada, des-

11 Copello não faz referências diretas às fontes desse episódio. Entretanto, suas fontes são, no geral, entrevistas e o jornal *Correio da Lavoura* entre 1958 a 1964 e de 1975 a 1980.

12 Decreto 6896 de 13/01/1960, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14/01/1960 e decreto 7214 de 02/12/1960, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 12/12/1960.

13 Segundo Copello (1983), o surgimento desta associação foi fruto de um racha de um grupo que teria rompido com a associação de Pedra Lisa em 1958, após terem sido derrotados em eleições de direção.

14 A segunda metade dos anos 1950 e a primeira dos anos 1960 foram de intensa mobilização e organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Em 1954 foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que adotou uma política de incentivar

ta vez na região do Núcleo Colonial Santa Alice, em Itaguaí, que também envolveu conflitos armados. Tratava-se de um núcleo de colonização administrado pelo Inic, onde a maioria dos lavradores eram espanhóis. Conforme narrado por Bráulio Rodrigues, alguns deles haviam participado de alguma resistência ao regime franquista na Espanha: "as pessoas do Coletivo sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir apoio da gente" (SILVA, 2008, p. 31).

O conflito ocorreu por conta de um *grileiro*, Nelson de Souza, dono de uma joalheria no Rio de Janeiro, que reivindicou as terras para si. Bráulio Rodrigues conta que um subdelegado, nomeado por um político da região, prestava apoio político local para o *grileiro* e "chegou lá dando tiro à vontade e colocou um ou dois pra fora" (SILVA, 2008, p. 32).[15] Os lavradores de Santa Alice recorreram à Associação de Pedra Lisa. Ainda conforme a narrativa de Bráulio Rodrigues, "as pessoas do Coletivo sabiam do nosso movimento em Pedra Lisa e foram lá pedir apoio da gente" (SILVA, 2008, p. 31). Assim, em meados de dezembro de 1961 a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa decidiu, em assembleia, prestar apoio aos lavradores em Santa Alice (GRYNSPAN, 1987). Um episódio de conflito armado é narrado por Bráulio por ocasião de uma tentativa de despejo:

> Aí nós reunimos os espanhóis [...] e eles resolveram pegar. Distribuímos o pessoal na entrada, um aqui, outro lá. Quando a polícia chegou, não morreu ninguém, graças a Deus, mas houve muito tiroteio. Só não morreu gen-

a realização de encontros camponeses locais e estaduais, estimulando assim maior organização de lavradores. Nesse contexto, foi criada, em 1959, a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj). Nesse mesmo período, ocorriam conflitos fundiários em outros municípios do estado, tais como: Fazenda São Lourenço e Capivari em Duque de Caxias; Companhia América Fabril em Magé; São José da Boa Morte em Cachoeiras de Macacu e Imbé em Campos dos Goytacazes.

15 Importante frisarmos o papel dos subdelegados, inseridos em um contexto político de troca de favores. Bráulio Rodrigues afirma que "Naquela época, os subdelegados eram nomeados por um político da área. Por exemplo, eu simpatizei com você, vou nomear você como subdelegado desta área aqui. Você não ganhava nada, mas tinha um título de subdelegado e tinha poder na área. Em Nova Iguaçu, Getúlio Moura, que era um dos chefões políticos da Baixada Fluminense naquela época, nomeava os delegados. Mandava prender, fazia tudo na polícia de lá. Ele era deputado federal, era político do PSD, muito influente na Baixada Fluminense" (SILVA, 2008, p. 25).

> te de lá nem de cá porque nós estávamos muito bem protegidos. A gente estava atirando mais para espantar, não era para matar. Aí eles saíram fora. (SILVA, 2008, p. 32).

De acordo com as edições de 25/01/1962 do jornal *Última Hora,* e de fevereiro de 1962 do *Terra Livre*, a Sociedade de Lavradores de Pedra Lisa enviou até Itaguaí uma comissão de 53 lavradores em um caminhão, com a finalidade de prestar apoio aos colonos de Santa Alice. A comitiva foi recebida por uma rajada de metralhadora da polícia, e o lavrador José Firmino foi ferido gravemente. Todos os outros foram presos, mas soltos após esforços jurídicos da Associação para libertá-los. Apenas três lavradores permaneceram detidos: Alvino Alves, que era presidente da Associação de Lavradores de Pedra Lisa e vice-presidente da Falerj; Wanthoil Dias Lacerda e José Ferreira. Conforme narram matérias das edições de 13/01/1962 e 28/02/1962 do *Jornal do Brasil*, ao saber do ocorrido, Irênio de Matos, executor do Plano Piloto de Ação Agrária do Governo do Estado, tentou intervir junto ao juiz para libertar os três lavradores. Entretanto, também foi preso, acusado de tê-los mobilizado contra a polícia. Tanto Irênio quanto os três lavradores foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, sendo soltos somente 26 dias depois. É importante ressaltar que já antes do golpe essa legislação estava sendo usada para tentar frear as mobilizações camponesas e atingia até mesmo agentes do Estado.[16]

16 Conforme discutido por John French (2006), o uso de aparatos de características repressivas pelo Estado brasileiro não é exclusivo de períodos autoritários. Durante o período de 1946-1964, analisado neste tópico, a "esquerda radical" tinha como costume associar o aforismo de Washington Luís, dos anos de 1920, de que as questões dos trabalhadores seriam "caso de polícia" como **característica de todos governos brasileiros**. Isso se confirmaria dois anos após as primeiras eleições desde o fim do período Vargas, nos primeiros anos da Guerra Fria. O PCB foi colocado na ilegalidade em 1957 por conta de uma denúncia de um deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao Tribunal Superior Eleitoral. A denúncia alegava o caráter ditatorial e internacionalista da agremiação e pedia a cassação de seu registro, embora absolutamente nada de concreto houvesse acontecido: "Depois de um breve período de esperança, entre 1945-1947, as conclusões pessimistas da esquerda radical foram amplamente confirmadas pelo governo duramente repressor de Dutra, até 1950. O ataque de Dutra ao que ele considerava serem forças da desordem, da anarquia e do comunismo aconteceu apenas uma década depois de um recrudescimento semelhante, ocorrido durante os anos crescentemente sombrios entre 1935 e 1941" (FRENCH, 2006, p. 405 e 406).

O então deputado federal Tenório Cavalcanti se articulou com os camponeses no conflito de Santa Alice, pressionando tanto o governo federal quanto o estadual para que a desapropriação fosse realizada. Em setembro de 1961, um representante de Tenório encontrou-se com um representante do então presidente da República João Goulart em Santa Alice, firmando um acordo verbal entre Nelson de Souza e Bráulio Rodrigues, "até que o Sr. João Goulart se entenda com o Governador do estado do Rio, Sr. Celso Peçanha" (*Luta Democrática,* 27/09/1961, p. 2). Sobre o episódio, Bráulio relata o seguinte:

> Tivemos um encontro com o presidente João Goulart e com o governador do estado. [...] Tinha um termo, tinha um slogan da reforma agrária naquela época: "Ou na lei, ou na marra". Aí João Goulart disse:
> – Olha, na marra eu não aconselho ninguém a fazer, mas na lei vocês vão ter tudo. (SILVA, 2008, p. 33).

A Fazenda Santa Alice foi desapropriada pelo governo estadual, mas Nelson de Souza recorreu de tal decisão ao Tribunal de Justiça, que lhe deu causa ganha (*Luta Democrática,* 20/04/1963, p. 5). Nesse cenário de repressão dos movimentos de luta pela terra, um período comumente reconhecido como democrático, as lideranças de Pedra Lisa assumiram a defesa dos ocupantes expulsos e organizaram uma assembleia com lavradores de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Magé. Nesta reunião foi deliberado que a reocupação das terras se daria de qualquer maneira, mesmo que fosse preciso adotar uma estratégia armada (ARAÚJO, 1982). Destacamos, a seguir, um trecho do manifesto elaborado na ocasião:

> Companheiros das Associações do Estado do Rio: aqui estamos precisando da tua solidariedade. A nossa causa é a sua também. Dirigentes sindicais, estudantes, donas de casa e operários, o seu protesto será também contra a carestia da vida. Estamos cercados de jagunços, mas a nossa causa é mais sublime, e mais nobre, porque aqui estamos defendendo o nosso direito de viver como pessoas humanas. A Sociedade de Pedra Lisa apela para o Sr. Governador Celso Peçanha que venha ao encontro dos lavradores de Itaguaí. Hoje estamos apelando, mas amanhã talvez não teremos mais tempo para apelar. (apud GRYNSPAN, 1987, p. 162).

A fazenda acabou sendo desapropriada pelo governo federal, pelo Decreto Nº 51.906, de 19 de abril de 1963.

Para além do caso de Santa Alice, havia uma grande dinâmica política de deslocamento de quadros da Falerj. Enquanto a associação de Pedra Lisa prestava apoio em Santa Alice, uma das lideranças de Magé, Manoel Ferreira Lima, "estava à frente da de Vargem Grande, em Itaboraí. No Imbé, em Campos, o líder foi José Pureza, de Caxias. Outros líderes de Caxias, como Joaquim Antônio e Itamar Joel Miranda, também participaram da ocupação do Imbé" (GRYNSPAN, 1987, p. 169). Face da mesma moeda, Tenório Cavalcanti também prestara auxílio ao conflito da Fazenda São Lourenço, em 1961, onde também estiveram presentes lavradores de Pedra Lisa, com fornecimento de armas da Marinha, conforme discutido no capítulo 2 deste livro, escrito por Aline Borghoff Maia.

Em nossas incursões a campo em Pedra Lisa, um antigo líder camponês, já muito idoso, nos disse que tinha uma granada e um fuzil da marinha escondidos na sede da associação. Talvez a dinâmica política de deslocamento de militantes da Falerj ao longo dos conflitos pela Baixada, somado ao fornecimento de armamento da Marinha por Tenório em São Lourenço, explique a presença desses armamentos no local.

O pós-64 em Pedra Lisa

Se a segunda metade dos anos 1950 e a primeira metade dos anos 1960 foram de excepcional mobilização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, o período seguinte vai na direção contrária. O pós-64 representa um período de desmobilização, marcado por intensa repressão. Não se trata de menor intensidade de luta de classes, mas um período capaz de nos revelar outros aspectos desta. "O estudo dos momentos de 'desmobilização', além de recuperar essas experiências, pode nos ajudar a entender o aparecimento ou o desaparecimento de conflitos mais abertos". (PALMEIRA, 2009, p. 172). A abordagem que se segue, portanto, "pode nos dizer alguma coisa sobre as mudanças efetivamente operadas no padrão de atuação de uma classe social pela própria movimentação dessa classe numa conjuntura de mobilização política" (Ibidem).

Há muitos elementos sobre as lutas e a organização em Pedra Lisa que precisam ser esclarecidos e aprofundados, em especial seu papel na organização dos lavradores em toda a região que vai até Itaguaí, bem como possíveis articulações com Xerém, em Duque de Caxias. As indicações que temos mostram que se tratava de uma área com grande dinâmica política e onde se preparava resistência a um possível golpe. Quando este ocorreu, a situação dos *posseiros* da região e de suas lideranças se tornou crítica. Como narra Bráulio Rodrigues:

> Eu estava em Pedra Lisa, aguardando um outro movimento que viria, aguardando uma contrarrevolução que tinham nos prometido. Já tinha as tarefas designadas: o que ia fazer, para onde ia, essa coisa toda. Nós estávamos nos preparando para fazer um contragolpe. Não éramos só nós em Pedra Lisa: havia outros setores do campo que estavam na mesma situação. As associações de lavradores e o Partido Comunista estavam envolvidos naquela resistência também.
>
> […]
>
> Nós estávamos preparados. E íamos acompanhando pelo rádio também. Daí a pouco escutamos no rádio que o João Goulart tinha saído, que estava deixando o país. Aí eu reuni com o grupo que estava lá, não era pouca gente, era muita gente, reuni com todos eles. Não era coisa secreta, com um grupo só: era com todo mundo.
>
> – Olha, o problema é o seguinte: João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar, e nós não vamos ficar aqui porque nesta hora, agora que está acontecendo isso, vão vir grileiros, vão vir assassinos, jagunços, tudo com o objetivo de ceder para o golpe que estão dando no país. Vão vir para fazer justiça com as mãos deles em cima de nós, principalmente em cima de mim e nos demais companheiros que estão aqui na direção.
>
> […]
>
> Pois não deu outra: saí e em 40 minutos ou mais um pouco, chegou um monte de gente procurando por mim, tudo armado para me matar. Não era polícia, não era nada. Eram justamente pessoas de que eu falei, ligadas a grileiros, que aproveitavam o momento para dizer que estavam fazendo isso em nome dos que estavam dando o golpe no país. (SILVA, 2008, p. 43).

O seguinte trecho nos chama atenção: "João Goulart está saindo. Até agora o que prometeram trazer para nós não chegou até aqui. Evidentemente vai ter dificuldade para chegar". Estaria ele se referindo à espera de armas para uma resistência ao golpe?

Bráulio conseguiu fugir, ficou muito tempo escondido em diferentes lugares na própria Baixada Fluminense, mas acabou sendo preso em 1966. Segundo ele, foram mais de 20 prisões entre 1966 e 1974. Depois delas, voltou para Nova Iguaçu e retomou o trabalho organizativo, desta vez na Diocese de Nova Iguaçu, como veremos mais adiante.

Se até 1964 a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa contava com cerca de 1.500 associados, após o golpe houve uma significativa reviravolta. A Associação, além de ter sua sede completamente destruída e documentos queimados, teve suas lideranças perseguidas pelo Exército. Além disso, o ramal ferroviário, que tinha uma estação na Fazenda São Pedro e era bastante usado pelos lavradores para escoar sua produção, foi extinto (COPELLO, 1983). Sobre esse período, Raimundo Lima, militante do PCB na época, que costumava frequentar reuniões em Pedra Lisa, diz que tanques de guerra foram até a região:

> Os tanques de guerra foram em Pedra Lisa! [...] Os companheiros trabalhadores rurais lá, os camponeses, amarraram lá e o pessoal sumia com eles, eles pegavam, matavam. Todo mundo via! Acontecia isso, mas você não podia provar. Acontecia isso, os maridos eram presos, as mulheres corriam também, foi uma miséria [...]. Aqui foi uma região de perseguidos! (Raimundo Lima, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015).

De acordo com documento produzido por um filho de lavradores que viveu nesse período em Pedra Lisa e que ainda era criança na época, "os camponeses sofreram. Muitos foram presos, torturados, acusados de formação de guerrilha. Muitas famílias foram expulsas de seus sítios pelos latifundiários, pois não tinham a quem recorrer".[17] Um entrevistado, que pre-

17 *Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa*, Documento elaborado pelo lavrador Josimar, p. 4. Esse mesmo documento reivindicava que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (ainda ativo a época) reconhecesse Pedra Lisa como uma "comunidade tradicional de camponeses".

feriu não se identificar, conta mais detalhes sobre esse processo. A partir de relatos de militantes que atuaram na Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, ele afirma que, nesse período, pessoas da própria comunidade entregavam nomes de lideranças para o regime:

> Em conversa com todos esses ex-companheiros militantes, eu percebo o seguinte: que com o golpe militar, né, com a ditadura instituída em 1964, muitos deles tiveram que sair daqui [...], às pressas, fugindo e deixaram seus bens. Raimundo Lima, por exemplo, tinha uma casa em construção. João Barbosa, né, todos esses eram trabalhadores e tinham casas em Japeri, Engenheiro Pedreira, Pedra Lisa e em Jaceruba [...]. Essas pessoas tiveram que deixar seus sítios. E eles nos contam que essas pessoas que representam o poder aqui em Japeri, o poder econômico, e com tentáculos também no poder político, na polícia civil, [...] que também eram trabalhadores, pessoas humildes naquela época, aproveitaram aquele momento da ditadura militar pra fazer o que eles chamavam (fazendo o trocadilho) de *entrega-lista*. Ou seja: eles entregavam as pessoas que eram militantes e, em troca disso, eles se apropriavam. Por exemplo, no caso do Wanthoil Dias Lacerda, se apropriaram das terras, das ferramentas, dos animais, do maquinário... Porque esse pessoal produzia, e era uma produção rica. [...] E esses grileiros se apropriavam disso. (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Tratava-se, portanto, de uma relação de troca entre o Estado, os *grileiros* e os membros da própria comunidade, onde o primeiro recebia informações sobre as lideranças e os segundos recebiam as glebas e/ou bens dos militantes perseguidos. Os que ontem foram *entrega-lista* tornaram-se grandes proprietários de terras, de imóveis urbanos, postos de gasolina e lojas de material de construção:

> Tem o Capixaba, que é o mais rico aqui da região. Tem [...] Sargento Romário; o Joel Brunato, dono da loja de materiais de construção, cujos filhos assumem o poder aqui, foi vereador. Henrique Elzer... São assim os donos de grande parte das lojas, dos casarios, dos prédios de Engenheiro Pedreira hoje e o Capixaba das terras. [...] O capital inicial deles foi dado com a ditadura militar. (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Outras evidências confirmam essas afirmações. Raimundo Lima, militante do PCB, citado no trecho da entrevista anterior como um dos perseguidos que teve que fugir às pressas, deixando seus bens para trás, confirma dois nomes e fala de mais um outro *entrega-lista*:

> Aqui foi uma região dos perseguidos. Tinha o José Alves Pinheira, ele era dono da farmácia... Ele era *entrega-lista*. [...] Joel Brunato, Sargento Romário [...]. O sargento armado ficou de metralhadora na mão para ele [O Capixaba] cercar aquela área que chama "Fazenda do Capixaba", aquilo era dos camponeses no tempo de Roberto Silveira, foi tudo tomado. (Raimundo Lima, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Aline Borghoff Maia e Romário Silveira em setembro de 2015).

As evidências de repressão em Pedra Lisa no pós-64 se manifestam também no receio das pessoas em dar entrevistas sobre o acontecido. Em 2014, nas etapas iniciais da pesquisa, membros da equipe foram à região com integrantes da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV/Rio) para iniciar a coleta de informações. Nas três residências visitadas, a resposta foi muito parecida: eram crianças e não lembravam de nada. A conversa foi para temas sobre como era a região antigamente. Algumas coisas que foram ditas remetem aos sentidos da memória traumática da repressão e o silêncio dela decorrente. Aos poucos, com muito cuidado, foram narrados fragmentos de lembranças do período imediatamente posterior ao golpe: casas revistadas completamente, gavetas e armários revirados em busca de armas. "Você não imagina quantos papeizinhos nós engolimos!", disse uma senhora, numa evidente referência a documentos que foram destruídos.

Ainda em 1964, houve uma tentativa de reorganização da Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, por meio de uma reunião que contou com a presença de mais de 100 pessoas. Entretanto, tal reunião foi denunciada à unidade do Exército em Deodoro, que enviou tropas ao local, espancando e prendendo lavradores. Dirigentes ficaram detidos por vários meses.

Nos anos 1970, a situação tornou-se novamente crítica:

> Segundo vários depoimentos, a partir de 1975, intensificaram-se pressões, visando expulsar dessa região os posseiros que aí ainda permanecem. Tal

> fato vincula-se mais imediatamente ao surgimento de um plano de construção de uma rodovia que cortaria essa região, o que consequentemente acarretaria uma alta valorização destas terras; ainda que tal plano não tenha saído do papel a cobiça pelas mesmas prossegue, inclusive com o retorno de pretensos antigos "proprietários", como é o caso da Cia Fazendas Reunidas Normandia que em 1977 volta à carga. (COPELLO, 1983, p. 42).

O caráter de classe do golpe de 1964 se evidencia na região por duas facetas, uma política e outra econômica. Para além dos efeitos políticos imediatos, como a busca a Bráulio Rodrigues, perseguições políticas por meio dos *entrega-lista* e o fechamento da Sociedade com o sucessivo impedimento de que voltasse a funcionar, Copello (1983) demonstra prejuízos para os lavradores. Em Pedra Lisa, foram fechados o posto médico e a escola da associação, bem como extinto o sistema de pensão que esta fazia funcionar para viúvas e idosos. Além disso, houve extinção do ramal ferroviário, o que prejudicou drasticamente o escoamento da produção dos lavradores, que passaram a ter que levar em carroças o que outrora era transportada por trem. Outras associações foram fechadas em regiões próximas. De acordo com os dados de Copello (1983), em Jaceruba, antes de 1964 eram produzidas semanalmente 1.500 caixas de diversos produtos agrícolas. Em 1983, tal produção foi reduzida para 100 caixas, segundo depoimentos locais.

Conforme discutido por Ianni (1981), vale a pena lembrar que não se trata de um efeito isolado deste período. A ditadura teve, nas bases de sua economia política, a superexploração das mais diversas categorias do trabalho, na cidade e no campo, com o lema de "segurança e desenvolvimento" como horizonte. Além disso,

> Do ponto de vista social os mais penalizados foram os trabalhadores, que em primeiro lugar perderam o poder de compra de seus salários ao longo daqueles mais de vinte anos de regime ditatorial – por exemplo, em 1972, mesmo ano em que o PIB do país cresceu 11,7%, o Brasil se tornou o campeão internacional em acidentes de trabalho [dados da OIT]; enquanto em 1974 o salário mínimo chegou ao seu patamar mais baixo, equivalendo a 54,48% do que valia em 1960 [dados do Dieese]. Os migrantes que chegaram da zona rural aos centros urbanos em busca de melhores oportunidades de vida viram os serviços públicos sendo deteriorados, deparando-se

> com a inexistência de equipamentos urbanos que garantissem educação para seus filhos e saúde para o conjunto da família, além de condições dignas de habitação. (MELO et al., 2015, p. 2 e 3).

A desmobilização no período pós-golpe foi superada anos mais tarde, quando o grande polo de irradiação de lutas na cidade e no campo, em Nova Iguaçu foi retomado pela Diocese local, sob liderança do Bispo Dom Adriano Hypólito.

As lutas dos anos 1980

Em 1984, a área de Campo Alegre, hoje dividida entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, foi ocupada por 600 famílias, o que gerou grandes repercussões na Baixada Fluminense, em especial por ter aglutinado diversas forças políticas que, desde o final da década de 1970, vinham se reorganizando. Em 1979, foi criado o Núcleo Agrícola Fluminense (NAF), em Duque de Caxias, por *posseiros*, com a presença de Laerte Bastos, uma importante liderança da Baixada no pré-64. O NAF, com apoio de grupos religiosos, organizou a ocupação Morro Grande (Duque de Caxias) no mesmo ano. Com muitas famílias presentes, os ocupantes excedentes do Morro Grande foram para a ocupação do Parque Estoril (Nova Iguaçu). Paralelamente a isso, movimentos ligados ou próximos à Diocese de Nova Iguaçu, como a CPT, a Comissão de Justiça e Paz e o Movimento Amigos do Bairro (MAB), organizaram, em 1979, o Mutirão Nova Aurora cujas famílias excedentes foram para Campo Alegre.[18]

O perfil das famílias dos mutirões formados nessa época era diverso. Trata-se de um contexto diferente das décadas de 1950 e 1960, quando a origem da maioria dos posseiros era rural. Agora, tratava-se de uma população urbana com raízes rurais.

> Na década de 1980, irão participar dos conflitos agrários, os filhos dos migrantes que se instalaram na Baixada Fluminense, desde os anos 1940. Com

18 Mutirão foi o termo utilizado ao longo da década de 1980, em todo o estado do Rio de Janeiro, para caracterizar acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias.

> dificuldades de obtenção de trabalho e moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro, diversas famílias da Baixada perceberam nos movimentos de ocupação de terras uma oportunidade de retorno aos meios rurais, visando melhores condições de vida. (ERNANDEZ, 2010, p. 240).

Sônia Martins, membro da CPT de Nova Iguaçu e militante que participou dos primórdios do Mutirão de Campo Alegre, inserindo-se por meio de sua Comunidade Eclesial de Base (CEB), em atividades de educação, nos dá mais detalhes sobre o perfil social e político desses ocupantes:

> O pessoal do Parque Estoril, eu via uma presença com uma ênfase maior de trabalhador rural. Já Campo Alegre, é um povo que já havia perdido muito essa característica do campo, estava muito acentuado essa parte urbana, mas entre eles tinham essas pessoas mais velhas. [...] O povo que tinha de 50 anos para cima tinha um perfil mais politizado e mais arraigado a essa dimensão de camponês, de inserção da produção, de pensar um lugar para morar e produzir. O pessoal mais velho, seu Generino, a Maria Freire, o Amaro, Paulão, essas pessoas, eles tinham essa referência na área de uma produção agrícola bem acentuada e com uma visão política mais apurada. Os novos têm essa preocupação de estar porque precisa viver, a cidade não dava conta de pagar aluguel, tinha a questão da violência, de ter um lugar mais sossegado para criar os filhos, mas a necessidade muito forte de trabalhar fora, para poder complementar a renda familiar. Isso é muito forte. Coisa que não era muito presente nos mais velhos, porque para eles essa questão de trabalhar todo dia naquela área, de produzir, de botar o saco nas costas e ir pro centro vender, toda semana, de criar um vínculo com a feira central, isso é mais os antigos, os mais velhos. Os mais novos não tinham muito isso. (Sônia Martins, entrevista concedida a Gabriel Bastos em outubro de 2015).

A ocupação foi feita por etapas. Após divulgar que haveria um mutirão em Campo Alegre, os organizadores da ocupação levavam os interessados para Vila Americana, área próxima de Campo Alegre. "Nesta localidade, as famílias foram cadastradas e, pouco a pouco, enviadas para o Cruzeiro, região [...] onde foi feita a primeira ocupação e montado o acampamento de base" (ERNANDEZ, 2010, p. 197). Ao todo, tratava-se, segundo Ernan-

dez, de cerca de seis mil ocupantes. Uma vez no Cruzeiro, aguardavam a chegada de novas famílias, até que, uma vez reunido um número suficiente de pessoas, uma nova gleba, chamada de regional, era ocupada. Cada regional contava com um coordenador e comissões de trabalho para diversos fins. Um aspecto organizacional que nos chama atenção aqui é o lugar de origem dessas comissões: "na organização dos conventos, já teriam sido as freiras ligadas às CEBs e à CPT as que mais teriam auxiliado no processo de organização interna" (ERNANDEZ, 2010, p. 197).

De acordo com Michael Löwy, as CEBs são "um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural populares e que se reúnem regularmente para rezar, cantar, comemorar, ler a Bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida" (LÖWY, 2000, p. 82-83). Diante de uma conjuntura de reorganização de movimentos populares de luta pela terra na Baixada Fluminense, esses novos elementos de cunho religioso foram capazes de trazer novos elementos para as ocupações de terra:

> A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal. (LÖWY, 2000, p. 85).

Tal experiência, entretanto, não foi isolada. O encontro entre elementos do cristianismo da libertação com movimentos de luta pela terra da Baixada Fluminense não foi casual. A Diocese de Nova Iguaçu, sob liderança de Dom Adriano Hypólito a partir de 1966, foi responsável por aglutinar tais elementos.

Com apenas 48 anos de idade, Dom Adriano assumiu o cargo em uma Diocese também jovem. Fundada em 1960, a Diocese de Nova Iguaçu abrangeu, durante vinte anos, os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi e o distrito de Conrado, pertencente ao município de Miguel Pereira. Em 1980, a Diocese de Nova Iguaçu compreendia os municípios de Nilópolis, Paracambi, Nova Iguaçu e o distrito de Conrado. Seu território foi reduzido por conta da criação das

dioceses de Itaguaí e Duque de Caxias (SERAFIM, 2013). Dom Adriano governou a Diocese durante anos de mudanças dentro da própria Igreja Católica, com o Concílio Vaticano II (1962-65), abrindo uma fase de "reconciliação" da Igreja com a modernidade (LÖWY, 2000) e, posteriormente, as conferências Episcopais de Medellin (1968) e Puebla (1979), com a opção preferencial pelos pobres.

De acordo com Löwy, a gênese do cristianismo da libertação na América Latina neste período pode ser explicada por uma convergência de três fatores: além das mudanças internas da Igreja com o pontificado de João XXIII (1958-1963) e o Concílio Vaticano II, a partir dos anos 1950 em diante, a crescente hegemonia do capital multinacional no continente e a industrialização intensificaram a migração do campo para a cidade, concentrando por lá uma nova classe trabalhadora. Além disso, a revolução Cubana em 1959 abriu uma nova perspectiva de lutas sociais para a América Latina.

> Foi a convergência desses conjuntos muito distintos de mudanças que criou as condições que possibilitaram a emergência da nova "Igreja dos Pobres", cujas origens, é preciso observar, remontam a um período anterior ao Vaticano II. De uma maneira simbólica, poderíamos dizer que a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação do Concílio. (LÖWY, 2000, p. 70).

Inserido nesse contexto, de acordo com o bispo, portanto, "numa área complexa como a Baixada Fluminense, 'não se exige apenas a aplicação normal do Concílio: a renovação, o *aggiornamento* deve ser imediato e rápido, urgente e agressivo'" (SERAFIM, 2013, p. 67). A partir de 1966, Dom Adriano tornou a Diocese ferramenta política em torno da questão da moradia, assim como começou a abrigar antigas lideranças.

A Diocese de Nova Iguaçu, portanto, se constituiu em polo aglutinador de mobilizações sociais. De acordo com Sônia Martins, "havia por parte de Dom Adriano um investimento muito forte mesmo nessa questão de articulação do MAB, que se tornou uma grande referência de articulação das associações de moradores". Organizou a Comissão de Justiça e Paz e o Centro de Formação de Líderes, que traziam respaldo para as lutas. Além disso, acolhia lideranças do pré-64 e perseguidos políticos:

> Então essas pessoas (lideranças do pré-64) são grandes aliados desse projeto, seja Laerte, seja Bráulio, seja a Zuleica, tem muitos outros, que são as pessoas que estão aqui nesse período. [...] A Comissão de Justiça e Paz era onde centralizava toda a ação política da Diocese no conjunto da região aqui da Baixada. Aí eu acho que essas pessoas estavam engajadíssimas nesses projetos que é o rosto de uma Igreja para fora. [...] Elas se sentem referendadas e se identificam e aqui, esse centro de formação ele é criado com a proposta de capacitar e formar lideranças e ele é o grande referencial de acolher refugiados, aqui tinha muitas pessoas de 64 que foram refugiadas aqui. E era qualquer pessoa, não precisava ser católico para entrar aqui. Tava refugiado? Tava perseguido? Tava marcado para morrer? Era acolhido aqui e escondido aqui no subsolo. (Sônia Martins, entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Havia outros fatores e atores envolvidos e responsáveis por esse processo de mobilização na época. Além de se tratar de um período de reabertura política, onde antigas lideranças encontravam espaço nos debates promovidos pela Diocese, não podemos deixar de relevar a importância das associações de bairro. Apesar de organizarem demandas tipicamente urbanas, ocupações de terra, como Campo Alegre e Nova Aurora, contaram com a participação de membros do MAB, assim como a presença do líder camponês dos anos 1950, Bráulio Rodrigues. As ocupações de terra na Baixada, neste período, respondiam, portanto, a um "conjunto mais amplo de movimentos sociais que reivindicavam direitos diversos, tais como saneamento básico, educação, moradia e saúde" (ERNANDEZ, 2010, p. 209).

Além do MAB em Nova Iguaçu, havia o Movimento de União de Bairros em Duque de Caxias (MUB) e a Associação de Bairros e Moradores (ABM), em São João de Meriti. Essas federações e associações, protagonistas das mobilizações em Nova Aurora, Campo Alegre e muitas outras posteriormente, articularam também um conjunto de novas associações, que reivindicavam diversas demandas sociais, sobretudo, obtenção de melhores equipamentos urbanos. Segundo Alves (1998, p. 109), "em meados dos anos 80, a federação de Nova Iguaçu agrupava 170 associações, e a de Caxias, 100, revelando uma mobilização popular sem precedente na história da região".

Em 1985, dois anos após a posse de Leonel Brizola como governador, essas associações foram capazes de organizar uma passeata até o Palácio da

Guanabara, com duas mil pessoas, a fim de cobrar a aplicação de recursos enviados pelo Governo Federal ao estado, destinados ao saneamento básico na Baixada.

Se, por um lado, observamos a persistência de características repressivas da ação do Estado brasileiro, observamos também certo *continuum* de formas de luta por parte dos movimentos sociais. Apesar de interrompidas por uma "despolitização autoritária" entre 1964 e 1978 (NOVICKI, 1992), as formas de luta que se sucederam carregaram também marcas do passado. Ernandez (2010, p. 244) sugere que não se trata da emergência de "novos movimentos sociais", mas de uma "configuração [que] já estava sendo gestada há tempos e que alguns de seus criadores ainda estavam por ali, para regar as sementes plantadas nas trincheiras de duas décadas atrás".

Conforme discutido por Ernandez (2010), os movimentos de luta pela terra, depois de Campo Alegre, se deram por conta de uma série de condições sociais para a retomada das ocupações, sendo este, um evento catalizador para outras iniciativas, formando uma nova geração de líderes, produzindo, em seguida, uma série de outros mutirões. O caso da fazenda Boa Esperança, particularmente, nos chama atenção, por se tratar de uma das fazendas desapropriadas no início dos anos de 1960 em Pedra Lisa, pelo governador Roberto Silveira e por um dos *grileiro*s envolvidos ser um dos *entrega-lista*, citado anteriormente.

Segundo documentos da Fetag, em 1978, 42 famílias – de um total de 242 pessoas da Fazenda Boa Esperança – receberam notificação de que deveriam desocupar a área num prazo de 30 dias, porque ela fora cedida pelo governador do Estado, Almirante Faria Lima, à Associação de Pais e Amigos do Excepcional (Apae), conforme Processo E-12/5942/77. A fazenda havia sido desapropriada pelo governador Roberto da Silveira, em 1960, por interesse social, ocupada por culturas permanentes, lavoura branca e criação de pequeno porte. Entretanto, ainda se tratava de propriedade do estado (COPELLO, 1983). Com a mobilização dos trabalhadores pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), o apoio da Comissão Justiça e Paz da Diocese de Nova Iguaçu e o envio de relatório às autoridades, o despejo foi sustado, mas as posses não foram legitimadas. Um total de 35 famílias, entre 1973 e 1974, foram expulsas e indenizadas com pequenas importâncias. As terras estavam sendo apropriadas por *grileiros* notórios, como, por exemplo, Sebastião

Ferreira da Silva, vulgo Capixaba, criador de gado, citado anteriormente (Levantamento de Conflito de Terras. Arquivo Fetag/RJ. Junho de 1981. NMSPP/srSC.frj.c - Pasta II).

Outros conflitos e ocupações ocorreram em Pedra Lisa neste período, em terras que foram objeto de disputa no pré-64. Nesse contexto, uma nova associação de lavradores foi fundada, e organizou um mutirão para ocupar terras que foram desapropriadas em 1958. De acordo com Sônia Martins, as experiências anteriores contribuíram para o planejamento desta ocupação. "Com esse bloco desse pessoal que já estava meio no caminho, né? Agora a gente podia recuperar mais elementos lá. Em Pedra Lisa leva gente por isso, entre outras coisas" (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986, p. 12), cerca de 50 famílias ocuparam 40 alqueires de terra da "fazenda do Capixaba", na madrugada do dia 27 de janeiro de 1986. Tratava-se portanto, de um contexto já pós-ditadura, sob a promessa de reforma agrária pela Nova República. Durante quatro meses, a Associação de Lavradores de Pedra Lisa e Jaceruba planejou a ocupação, fazendo levantamentos de documentos da área, certificando-se de que esta pertencia ao Estado. Importante ressaltar que, nesse período, o governador do estado do Rio de Janeiro era Leonel Brizola, que assumia uma postura de apoio aos movimentos sociais, inclusive os de luta pela terra. Ernandez relata que a equipe de Miguel Baldez, procurador do Estado,

> […] participou ativamente de diversas ocupações de terra no Rio de Janeiro, na década de 1980. A Procuradoria oferecia retaguarda não só jurídica, com vistas à desapropriação das terras ocupadas […]. O trabalho da procuradoria era articulado com a CPT, que organizava as ocupações e […] oferecia apoio jurídico por meio de seus advogados. (ERNANDEZ, 2010, p. 207).

Maria de Lourdes dos Santos, uma das lideranças da ocupação, conta que recebeu aval das autoridades: "Fui diversas vezes ao Rio, na Comissão de Assuntos Fundiários, e conversei com o presidente, Edgar Ribeiro, sobre a situação, mostrando a ele que as terras são do Estado. Recebi o sinal verde dele para agir, enquanto no Rio ele brigava com a justiça" (*Jornal do Brasil,* 29/01/1986, p. 12). Além das terras da fazenda Boa Esperança, Capixaba teria acumulado terras de militantes perseguidos pela ditadura, que foram

desapropriadas pelo então governador Miguel Couto Filho, como resultado da luta dos lavradores naquele período:

> Muitos deles [militantes do pré-64] ocuparam novamente as terras em 86. Bom, o Wilson da Rosa Mota, Nilson da Rosa Mota e Mario Ribeiro dos Santos, esses ocuparam as terras de Pedra Lisa, eles tinham terras em Pedra Lisa antes de 64. (Entrevista concedida por um militante que não quis ser identificado a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Depoimentos citados nas reportagens do *Jornal do Brasil* também falam a respeito: Dona Maria da Conceição, uma lavradora de 55 anos, diz que sempre viveu na fazenda, juntamente com mais 100 famílias que plantavam banana. Segundo ela, na época, ninguém se declarava proprietário dessas terras, e Sebastião Ferreira cercou as terras e expulsou muitas famílias (*Jornal do Brasil*, 29/01/1986). Maria de Lourdes endossa: "A família de Capixaba nem é dona disso aqui. Apoderou-se do terreno e matou quem se recusou a sair" (*Jornal do Brasil*, 21/03/1986, p. 5). Ainda segundo o *Jornal do Brasil* (28/01/1986), o *grileiro* foi chamado pela Comissão de Assuntos Fundiários da Secretaria Estadual de Habitação para mostrar o documento de posse, mas não compareceu.

Um trabalhador rural foi assassinado em março de 1987 na mesma localidade, com três tiros, conforme conta um documento assinado pelo MST, entregue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (*Jornal do Brasil*, 01/04/1987, p. 14-B). Sobre casos de violência em conflitos de terra nos anos 80, Sônia Martins conta:

> Lá teve assassinato, Pedra Lisa foi reocupada nesse período da década de 80 [...]. Teve esse povo de Vila de Cava, que é o pessoal que eles botaram fogo, cortaram orelha das pessoas, matou um trabalhador. Em Campo Alegre teve o Limberg, teve o atentado do Fernando [Fernando Moura, agente da CPT], porque nós estávamos nessa ocupação. O Fernando Moura estava lá nesse processo da ocupação, era um momento de despejo, os jagunços chegaram e atiraram, a bala pegou na boca do Fernando, mas graças a Deus que ele foi socorrido e não mataram ele não, mas a gente sabe que a vontade deles era de matar. [...] A gente fez uma romaria da terra lá também por causa disso. (Sônia Martins, entrevista concedida a Gabriel Bastos em 11/11/2015).

Esses casos de violência, entretanto, carregam um denominador comum: a utilização de jagunços. José Claudio Souza Alves (1993) explica, a partir de uma detalhada análise da história do século XX na Baixada Fluminense, como o emprego da violência ilegal constitui numa ferramenta histórica de edificação de bem-sucedidas máquinas políticas. Analisando também os casos de violência apontados neste trabalho, observamos que a violência praticada por particulares e pelo Estado contra os movimentos de luta pela terra muitas vezes se misturam e, em alguns casos, confundem-se. Talvez, essa articulação entre o aparato repressivo do Estado com milícias privadas e até mesmo casos de violência feitos apenas por particulares seja o resultado do mesmo processo de disputa de reordenação espacial e política da Baixada ao longo de décadas, tendo a violência e o clientelismo político como ferramentas de manutenção do poder local.

Considerações finais

Discutimos neste trabalho lutas pela terra em Nova Iguaçu entre os anos de 1950 até o final dos anos de 1980. Analisamos, portanto, episódios de conflitos e repressão no campo em dois períodos históricos: um democrático (1946-1964) e outro autoritário (a ditadura civil-militar, de 1964 a 1985). Analisamos também os primeiros anos do período pós-ditadura, embora antes da promulgação da Constituição de 1988. O que nos chama atenção aqui não são as diferenças – muito claras, ao nosso olhar – entre esses períodos históricos, mas suas continuidades, difíceis de serem detectadas à primeira vista. Conflitos antigos na área estudada, por exemplo, se perpetuam até hoje. Um entrevistado, que preferiu não se identificar, fala a respeito de problemas recentes de grilagem na região:

> Agora mesmo, de 2006 para cá, quando o governo resolveu implementar o Arco Rodoviário Metropolitano [...], os rotarianos se reuniram e começaram a comprar terras aqui nos arredores e refizeram renascer inclusive a questão da grilagem. Chegaram na casa de algumas pessoas [...] e falaram: "Olha, a terra é minha, eu te dou dez mil e uma casa e você vai pra lá e a terra é minha". [...] Eles compraram terras por dez mil, vinte mil e falaram "olha, se você não sair por bem, você vai sair por mal e vai

> perder a terra". E como as pessoas já sabiam da história deles, preferiram pegar uma casa e dez mil e abrir mão das terras. E aí eles venderam as terras pro Estado por um preço muito mais... Muito superfaturado, muito acima do que valia. (Entrevista concedida a Gabriel Bastos em 22/12/2015).

Em documento elaborado por camponeses de Pedra Lisa, nos dias atuais, observamos mais narrativas de conflitos de terra presentes:

> Agora, atualmente, nos deparamos com sérios problemas. Precisamos da regularização fundiária com intervenção do INCRA, pois está havendo o ato de grilagem. Projetos que não têm nada a ver com políticas agrárias, como por exemplo: polo industrial sem tratamento de esgoto projetos de casas populares sem uma estrutura social, próximo dos sítios.
>
> [...]
>
> Extinção de comunidades, visando interesse empresarial, como por exemplo Ponte Preta. (*Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa*, documento elaborado pelo lavrador Josimar, p. 4).

Observamos que esse cenário conflituoso carrega uma série de elementos que se repetem ao longo da história: implementação de grandes obras de infraestrutura; articulação entre o Estado e setores privados para cumprirem objetivos comuns e as resistências de movimentos sociais portadores de certa continuidade na sua forma de agir.

Essa reflexão nos é importante enquanto concepção teórica para compreendermos a influência de uma narrativa do passado viva no presente em Pedra Lisa. Para Ingold, o tempo da vida não é linear, como uma linha que vai de um ponto a outro, mas uma linha que cresce, brotando de sua ponta, avançando como uma raiz. Essa raiz, pondera Ingold, "nada mais é que o fantasma da história, retrospectivamente reconstruída como uma sequência de eventos únicos" (INGOLD, 2007, p. 119).[19] O passado, portanto, não deixa de estar presente, como uma sucessão de pontos deixados para trás. "Na realidade, o passado está *conosco* na medida em que caminhamos para

19 "Is but the ghost of history, retrospectively reconstructed as a sequence of unique events."

o futuro" (Ibidem, p. 119).[20] Talvez, reverberações desse passado estejam se manifestando nos dias atuais, no processo de fundação da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, fortemente inspirada na antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. Esta entidade ainda exerce um importante papel na memória social dos camponeses da região. O documento já citado, redigido por um membro da própria comunidade e assinado por 55 pessoas, descreve um passado relacionado à cultura camponesa:

> Os camponeses são humilhados e marginalizados, perante a sociedade e seus direitos constitucionais, junto aos órgãos públicos [...]. Não admitem os nomes das ruas, Lenengrado, Stalengrado, e a Praça Vermelha dados pela ideologia comunista. (*Comunidade Tradicional Rural dos Camponeses de Pedra Lisa*, p. 5).

Entretanto, em entrevista com administradores da Fazenda São Pedro, a narrativa sobre esse passado é exposta de forma diferente: *posseiros* são chamados de *invasores*, enquanto *grileiros* são chamados de *fazendeiros*. Ora, para Pritchard (1990), a história tradicional de um povo forma parte do pensamento dos homens vivos e, consequentemente, da vida social observável. No mundo histórico, portanto, pondera Ingold, "coisas não existem, elas ocorrem [...]. Conhecer alguém ou algo é conhecer sua estória, e ser capaz de juntar-se a estória desse mesmo" (INGOLD, 2011, p. 160 e 161).[21]

A investigação dos elos dessas narrativas do passado com o presente, seus impactos tanto no processo da recente fundação da Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências quanto nos conflitos por terra na região nos dias de hoje talvez sejam importantes temas para os pesquisadores do futuro.

Ao nos depararmos com a aplicação da Lei de Segurança Nacional no conflito de Santa Alice, em 1963, comentamos o paralelo feito por John French entre as características repressivas do governo Dutra e o período

20 "In reality, the past is with us as we press into the future."
21 "Things do not exist, they occur [...]. To know someone or something is to know their story, and to be able to join that story to the one's own."

ditatorial anterior, do Estado Novo. O autor, indo mais atrás na história, continua:

> Ambos episódios de repressão no século XX exibiram paralelos claros com a resposta da classe alta à turbulência e à "desordem" política que haviam caracterizado a primeira década que se seguiu à independência do Brasil. Os líderes da reação conservadora dos anos 1830 criticaram severamente o entusiasmo desestabilizador do que chamaram de "doutrinas vagas e retóricas de uma liberdade exagerada". (FRENCH, 2006, p. 406).

Dessa forma, French conclui que a cultura antidemocrática tem raízes históricas profundas: "Vistas no plano mais amplo da história brasileira, as raízes da violência e arbitrariedade policial em relação ao trabalho, nos anos 1930 e 1940, remontam à escravidão, que havia sido abolida havia pouco mais de 50 anos" (Ibidem, p. 403). Os paralelos de repressão entre períodos históricos brasileiros não param por aí. O mesmo autor cita diversos episódios da Primeira República (1889-1930). Chama atenção o relato de um adido militar estadunidense em 1929, que testemunhou uma manifestação nos degraus do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, onde lideranças do PCB discursavam:

> A polícia do Rio não parece conseguir lidar com uma situação como essa de maneira calma e moderada, [...] começou a dar cacetadas a torto e a direito, e até dar tiros de pistola, apesar de não haver nenhuma resistência séria por parte dos comunistas. Três homens tiveram que ser tratados na emergência do hospital por causa de ferimentos de balas, e vários outros estavam bem machucados com hematomas por causa de seu encontro com a polícia... [os poucos simpatizantes comunistas] não entendem muito das doutrinas comunistas, mas só querem protestar contra o governo. (FRENCH, 2006, p. 389).

As semelhanças com os recentes acontecimentos de Junho de 2013, quando a polícia atacava tanto manifestantes quanto transeuntes, são gritantes. Talvez, nossa herança de violência institucional seja muito mais profunda, uma cultura de violência institucional enraizada.

Hoje, não apenas as polícias militares carregam essa herança, mas também outras instituições. O Sistema Nacional de Informação e Contrainformação (Sisni), por exemplo, constituiu, durante o período militar, uma enorme rede de espionagem. Entretanto, "tal como ocorreu em diversos países, nos processos de redemocratização, as práticas de vigilância prosseguiram em instituições rebatizadas com outros nomes, sendo a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), criada em 1999, o exemplo brasileiro mais vivo e atual" (FARGE, 2014, p. 236), contando, inclusive, segundo a autora, com a criação do Sisbin dentro da Abin, da mesma forma que esteve estruturado a Sisni.

O Judiciário também carrega influências do passado. Munido de um profundo grau de integração e consenso com o regime militar, promoveu, de diversas maneiras, a institucionalização dos aparatos repressivos ao longo do regime (PEREIRA, 2005). Com o fim do regime militar, na transição para a Nova República, ao ser levantada a "questão da reforma no judiciário, as mudanças reivindicadas eram no sentido de uma maior autonomia individual para os juízes, e não o contrário. [...] Não houve expurgos no judiciário após a transição democrática de 1985" (PEREIRA, 2005, p. 242). Talvez essa herança seja responsável por episódios como o da prisão dos 23 ativistas políticos no Rio de Janeiro, em 2014, quando um inquérito policial de duas mil páginas virou um processo judicial em apenas duas horas e pela prisão de Rafael Braga, em junho de 2013: morador de rua, enquadrado na Lei do Desarmamento por estar portando uma garrafa de Pinho Sol, condenado a cinco anos de prisão e, posteriormente, a onze anos por tráfico de drogas e associação com o tráfico, por estar portando 0,6 g de maconha e 9,3 g de cocaína.

Discutimos também a articulação entre colaboradores do regime militar e agentes privados com o Estado em torno de ações políticas e de violência contra os movimentos de luta pela terra, tal como ações promovidas exclusivamente pelo Estado ou exclusivamente por particulares. O caso mais pungente dessa articulação foram os *entrega-lista* que, em troca de denúncias, recebiam bens, que permitiram a sua inserção entre os círculos de indivíduos ricos e poderosos, inclusive no aparato do Estado em Japeri e Nova Iguaçu.

A articulação entre particulares e o Estado caminhando na mesma direção política, enfrentando os mesmos inimigos, não foi um fenômeno de exclusividade dos *entrega-lista.* Alves (1998) caracteriza a existência de um aparato repressivo constituído na ilegalidade, entretanto, com apoio do Es-

tado, denominado "grupos de extermínio", braços armados, tanto do poder local quanto do regime de 64, constituídos para a eliminação de inimigos. Por meio de uma análise dos crimes de esquadrões da morte em Nova Iguaçu entre 1963 e 1975, o autor constata que o número de mortos pelos esquadrões cresceu na medida em que o regime endurecia. Essa constatação se confirma em Pedra Lisa, se considerarmos não somente os esquadrões da morte, mas também seguranças particulares de áreas rurais, os jagunços. Conforme discutimos anteriormente, de acordo com os depoimentos de Bráulio Rodrigues, no mesmo dia do golpe de 1964, jagunços entraram em Pedra Lisa a fim de matá-lo, resultando em sua fuga. Paralelo a isso, nos anos que se seguiram, os lavradores de Pedra Lisa enfrentariam tanto a repressão do exército quanto de *grileiros*.

Em entrevista ao jornal *Última Hora* (13/06/1976), Dom Adriano Hypólito identificou a impunidade como uma das causas da violência, pelo fato de que poucos viviam acima e fora da lei, enquanto a grande maioria vivia um clima de insegurança e medo lado a lado de frustrações do mercado de trabalho, insuficiência dos salários e a inexistência dos serviços públicos. "Não haveria, portanto, nenhuma relação entre os baixos salários e a violência na região. A violência seria fruto da persistência da mentalidade caciquista dos donos absolutos do poder" (ALVES, 1998, p. 137). A fala do Bispo reforça o que discutimos anteriormente: o caráter de classe das disputas pelo poder local na Baixada. Esse caráter de disputa de classe é evidente também quando observamos os efeitos do imediato pós-64 em Pedra Lisa, com outros efeitos negativos para a vida dos lavradores vinculados à repressão, tais como perda de terras, extinção do ramal ferroviário e crescente disputa entre *grileiros* e lavradores.

Referências

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio*: Uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 1998.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

BASTOS, Gabriel. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 25, n. 1, 2017.

COMERFORD, John C. *Como uma família.* Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Núcleo de Antropologia da Política/Relume Dumará, 2003.

COPELLO, Sheila Gutierrez. *Conflitos de posseiros rurais em áreas peri-urbanas* – Nova Iguaçu. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo e ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos:* sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FARGE, Arlette. Documentos "sensíveis" entre a memória institucional e a memória vivida: a verdade (im)possível. In: MULLER, Angélica; STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Documentar a ditadura:* arquivos da repressão e da resistência. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014.

FRENCH, John. Proclamando leis, metendo o pau e lutando por direitos. A questão social como caso de polícia (1920-1964). In: HUNOLD, Silvia e MENDONÇA, Joseli (Org.). *Direitos e justiças no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HANSEN, Cláudia Regina Salgado de Oliveira. Os Guinle como agentes do Clube de Engenharia. In: Simpósio Nacional de História, 25., 2009, Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética*. Fortaleza: Associação Nacional dos Professores Universitários de História, 2009. CD-ROM.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

INGOLD, Tim. *Lines.* A Brief History. New York: Routledge, 2007.

______. *Being Alive.* Essays on movement, knowledge and decription. New York: Routledge, 2011.

LÖWY, Michel. *A Guerra dos deuses.* Religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOVICKI, Vitor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro:* primeiro Governo Brizola (1983-1987). Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas, v. 1: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e repressão:* o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SERAFIM, Adriana. *A missa da unidade entre faixas e crucifixos:* Hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

SILVA, Bráulio Rodrigues da. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense.* Organização de Leonilde Servolo de Medeiros. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008.

SOUZA, Sonali Maria de. A memória dos laranjais na cidade dos loteamentos: considerações sobre os efeitos sociais da urbanização em Nova Iguaçu no período 1950-1970. In: *Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano*. Belo Horizonte/Porto Alegre: UFMG/Cedeplar/Anpur, 1993. v. 5.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, p. 35-53, 1990.

CAPÍTULO 4

Tempo da ditadura

Conflitos por terra e repressão política contra trabalhadores rurais em Magé

Marco Antonio Teixeira

Introdução

Em Magé, foram intensos os conflitos por terras, pelo menos desde os anos 1950. Dois deles serão analisados neste capítulo. O primeiro foi protagonizado por homens e mulheres que ocuparam terras que consideravam sem dono, mas que eram reclamadas como suas por uma fábrica de tecidos, a Companhia América Fabril, sediada na localidade de Pau Grande. O segundo teve como personagens, de um lado, ocupantes da terra e, do outro, fazendeiros que se diziam proprietários. Essas áreas correspondem aos atuais assentamentos América Fabril e Conceição de Suruí, criados a partir de desapropriações feitas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1973 e 1974, respectivamente.[1] As desapropriações aconteceram depois de anos de ações coletivas dos trabalhadores rurais que reivindicavam o direito de permanecer na terra em que moravam e trabalhavam. A desapropriação de terras foi uma situação pouco comum entre 1964 e final dos anos 1970,

1 Os entrevistados chamavam a área do assentamento América Fabril de Gleba América Fabril. Antonio Ernesto, liderança local, explicou que era *gleba*. América Fabril porque os trabalhadores rurais não ocuparam toda a *fazenda* América Fabril. Por isso, a área em disputa correspondia a uma parte de uma área maior. O termo, dessa forma, significa porção de terra. Quando começou a atuar no caso, o Incra adotou o termo para se referir a esta localidade. No decreto de desapropriação, a área foi denominada "Gleba América Fabril" e é assim que o utilizaremos neste capítulo. Os entrevistados também chamavam a gleba América Fabril de *terras da parte do Incra*, *terras da América Fabril*, *do outro lado da estrada* e, algumas vezes, *Cachoeira Grande*.

quando começou o processo de redemocratização no país.[2] Por isso, a luta dos trabalhadores da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí se transformou em um exemplo de resistência no estado do Rio de Janeiro.

A questão central deste capítulo é analisar como a repressão e a violência política atingiram os trabalhadores rurais, lideranças e outros agentes durante as disputas por essas terras entre os anos 1960 e 1970. O ponto de partida será pesquisa anterior (TEIXEIRA, 2011), na qual procurei entender como se deram as ações coletivas dos trabalhadores rurais para conquistarem a desapropriação das terras. O trabalho empírico centrou-se na realização de entrevistas com atores que participaram dos eventos estudados, em conversas informais com pessoas que ainda viviam nos assentamentos e que testemunharam os acontecimentos em foco e na leitura de documentos.[3] Para o presente capítulo, procurei avançar no entendimento da repressão dos trabalhadores a partir da análise de documentos ainda não tratados e à luz de novas reflexões da literatura acadêmica sobre o período do regime civil-militar. Recorri a um dos processos organizados pelo projeto Brasil Nunca Mais (BNM), movido contra um grupo de trabalhadores rurais de Magé,[4] novas entrevistas disponíveis no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ e na literatura sobre o tema.

2 Estas foram as únicas desapropriações realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o fim dos anos 1970. Depois disso, até onde conseguimos informações, somente em 1981 foi feita uma nova desapropriação em terras fluminenses: a da Fazenda São José da Boa Morte, no município de Cachoeiras de Macacu. Em relação ao contexto nacional, um rápido levantamento sobre outros casos de desapropriação de terras no período entre o golpe de 1964 e fins dos anos 1970 indicou que houve também um caso de desapropriação no Estado de Ceará: a Fazenda Japuara, localizada nos sertões de Canindé. Para mais informações sobre o caso, ver Barreira (1992).

3 A pesquisa documental foi feita no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ), onde foram consultadas 16 entrevistas realizadas por outros pesquisadores em diferentes contextos de pesquisas com trabalhadores rurais das áreas estudadas e documentos produzidos por agentes sindicais e instâncias do Estado brasileiro; no Incra, onde se consultaram os processos administrativos de desapropriação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí; e documentos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Magé.

4 A consulta ao processo do projeto BNM contou com o apoio do bolsista de Iniciação Científica da pesquisa *Conflito por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* Vinicius Silva, a quem agradeço imensamente.

Mobilização política dos trabalhadores em Magé

Dos 219 conflitos identificados pela pesquisa que deu origem ao presente livro, 43 ocorreram em Magé. Deste total, optamos por trabalhar os dois anteriormente citados. Além da particularidade de terem tido como resultado a desapropriação das terras, são áreas próximas entre si, que passaram por situações semelhantes no processo de luta e repressão política e tiveram os mesmos atores envolvidos em ambos os casos. A diferença entre eles é que, na gleba América Fabril, o antagonista dos trabalhadores era uma grande fábrica de tecidos, enquanto, em Conceição de Suruí, eram pessoas físicas. Estudar um caso de disputa por terra entre trabalhadores e uma fábrica trará elementos para a compreensão de como ocorreram os conflitos contra um agente econômico com grande força econômica e política.

Há uma memória que se cristalizou sobre os conflitos da gleba América Fabril que os considera como um caso emblemático de resistência dos trabalhadores rurais após 1964. Por isso, torna-se interessante entender o processo de disputa por terras e repressão política nesse caso. Essa memória se expressou, por exemplo, na narrativa de um ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Acácio Fernandes dos Santos (entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Há que se considerar que a entrevista foi feita ainda em um momento de transição política, e que Acácio fora dirigente da Federação logo após o golpe, quando compôs a chapa que substituiu a junta interventora e, no momento da entrevista, ocupava um cargo na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Segundo ele, Magé foi o único município no estado onde houve algum tipo de resistência dos trabalhadores rurais após 1964 e as disputas pelas terras somente cessaram com as desapropriações, em 1973, no caso da gleba América Fabril. Na visão do dirigente, nos demais locais de conflitos, a resistência só voltou a ser forte na segunda metade dos anos 1970. De acordo com as suas palavras: "Magé só cessou praticamente o conflito depois da desapropriação. Mais intenso, menos intenso; mais tenso, menos tenso, mas nunca deixou de ter conflito". A fala do entrevistado deve ser entendida não pela informação que dá em si, mas como indicador do tipo de resistência que ocorreu. Os demais capítulos deste livro mostram que houve diversos locais onde os trabalhadores rurais, de variadas formas, não ficaram inertes ante a pressão

de fazendeiros, policiais e outros agentes para que deixassem as terras em que viviam ou mesmo lutaram contra as péssimas condições de trabalho nas usinas. Ela evidencia como a memória se cristalizou na percepção de um dirigente sindical sobre os locais nos quais os trabalhadores rurais fluminenses resistiram e lutaram pela terra após o golpe.

Se os casos das disputas pela gleba América Fabril e pela Fazenda Conceição de Suruí são indicativos de que houve uma mobilização significativa de trabalhadores em Magé na luta pelos seus direitos ao longo dos anos 1960 e 1970, não se pode circunscrever a história de seu ativismo político a esses eventos. Isso porque décadas antes e mesmo depois dos conflitos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí houve outros episódios de mobilização envolvendo trabalhadores, sobretudo os do ramo têxtil e os rurais, conforme pode ser visto em Ribeiro (2015).

Em relação à organização dos trabalhadores rurais em Magé, um fato importante foi a criação da Associação de Lavradores do município em 1956, registrada oficialmente no ano seguinte.[5] Antes dela, e em moldes semelhantes, haviam sido criadas, em 1948, a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e, em 1952, a Associação dos Lavradores Fluminenses, em Duque de Caxias. A Associação de Lavradores de Magé se opunha à Associação Rural de Magé, criada em 1951 pelo então prefeito do município Waldemar Lima Teixeira.[6]

De acordo com registros encontrados no jornal *Terra Livre* (Mais um Sindicato Rural do Rio. *Terra Livre*, jan. 1963, p. 6), a Associação de Lavra-

5 No Livro de Registro de Pessoa Jurídica (n.1: 1910-1966. fl.141) do Cartório do 3º Oficio da Cidade de Magé consta a seguinte formação da diretoria da Associação dos Lavradores do Município de Magé: Manoel Ferreira de Lima (presidente), Erondino Ribeiro (vice-presidente), Juci Melin (1º secretário), Francisco Ribeiro Garcia (2º secretário), Marciano de Oliveira Barbosa (1º tesoureiro), Lourival Vasconcelos (2º tesoureiro) e Sebastião José de Souza e José Anunciado dos Santos (Comissão Fiscal) (RIBEIRO, 2015, p. 135, nota de rodapé).

6 As associações rurais tinham como objetivo atender às demandas dos proprietários rurais por investimentos na agricultura e por melhor infraestrutura para o apoio a produção, como o investimento em estradas vicinais para escoar a produção (RIBEIRO, 2015). Criadas em todo o país, reuniam pequenos e grandes proprietários por município e articulavam-se no plano estadual na Federação das Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (Farerj) e, no plano nacional, na Confederação Rural Brasileira (CRB). Em 1965, transformaram-se em sindicatos patronais e a CRB tornou-se CNA (Confederação Nacional da Agricultura). No caso de Magé, a associação representava pequenos proprietários.

dores de Magé foi transformada em Sindicato de Trabalhadores Rurais em uma assembleia realizada no dia 25 de novembro de 1962, dias após a regulamentação da sindicalização rural, que passou a valer com a Portaria nº 355-A, de 20 de novembro de 1962.[7] A entidade recebeu no ano seguinte a carta sindical, a primeira concedida a uma ex-associação de lavradores, de acordo com Ribeiro (2015).

Embora tenha sido reconhecido pelo Ministério do Trabalho, esse não foi o único grupo a ter buscado o reconhecimento sindical representando os trabalhadores rurais do município. Há no STR de Magé um documento que indica que a fundação do sindicato é de junho de 1962, antes da lei de regulamentação da sindicalização rural.[8] A referência a esta data foi localizada na Ata da Assembleia de Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Magé, documento consultado na própria sede do sindicato. Consta na ata que uma das primeiras ações da diretoria eleita deveria ser providenciar o reconhecimento do sindicato junto ao Ministério do Trabalho. A análise da formação das distintas chapas nos dois sindicatos evidencia as disputas em âmbito municipal pelo controle das entidades de representação dos trabalhadores rurais, conforme salientou Ribeiro (2015). Enquanto a entidade criada em junho de 1962 era orientada por Tenório Cavalcanti, importante liderança política fluminense que atuou na região, a segunda, criada em novembro do mesmo ano e que conseguiu o reconhecimento sindical, tinha orientação da militância comunista. Entre seus membros estavam o presidente Manoel Ferreira de Lima, o vice Valdemar de Souza e o membro do conselho fiscal João Inácio da Silva (RIBEIRO, 2015).

7 A diretoria sindical eleita em novembro de 1962 era constituída por: Manoel Ferreira de Lima (presidente); Valdemar de Souza (vice-presidente); Benício Fonseca (tesoureiro); Adalberto Marques (procurador); José Desidério, José Antonio de Oliveira e Manoel Ferreira Rodrigues Filho (Conselho Fiscal); e João Inácio da Silva, Francisco Macial, Raimundo Menagatti, Gesso Chanichorro [leia-se Gerson Chernicharo], Antônio de Azevedo e Onofre Vieira, como suplentes do Conselho Fiscal. (TEIXEIRA, 2011; RIBEIRO, 2015).

8 A diretoria eleita pelo sindicato fundado em dois de junho de 1962 era composta por Orlando Jacinto (presidente), Antonio Firmino (secretário) e Auro Gomes (tesoureiro); Ernestino de Souza Guarino, Honorato Alves e Manoel Carvalho (suplentes da diretoria); Alfredo Barreto, Severino Gangorra e América Pereira (conselho fiscal); Moisés dos Santos, José Pereira e Aprígio José da Silva, suplentes do Conselho Fiscal. (TEIXEIRA, 2011; RIBEIRO, 2015).

Essa breve menção ao processo de conformação da organização política dos trabalhadores rurais em Magé é relevante para que os conflitos por terra em torno da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí possam ser entendidos em um plano mais amplo do ativismo político que se conformava no município, mas que não estava descolado dos acontecimentos em âmbito estadual e nacional. Foi nesse momento que se constituíram importantes organizações dos trabalhadores rurais, como federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), herdeira da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), no que se refere à organização sindical dos trabalhadores rurais, além de outros importantes movimentos no país, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), no Rio Grande do Sul.[9]

Atores em cena: a conformação de posseiros e grileiros e a ocupação de terras

Posseiros e *grileiros* foram os principais antagonistas nos conflitos por terra no Rio de Janeiro a partir dos anos 1950. Essa identificação dos atores deve ser entendida no contexto no qual esta classificação se constituiu: na e para a ação política, como sugere Grynszpan (1987).

No caso estudado, aqueles que se identificaram e foram reconhecidos como *posseiros* eram homens e mulheres com origem regional diversa e que chegaram a Magé em busca de terra para viver e trabalhar. Por sua vez, *grileiros* eram aqueles que reivindicavam ser os donos legítimos das terras ocupadas. Eles mesmos não se reconheciam como *grileiros*, mas como proprietários das terras. Essa classificação é feita do ponto de vista dos trabalhadores rurais. A conformação de *posseiros* e *grileiros* se deu, portanto, na experiência da disputa pela terra.

A categoria *posseiro* tem origem na argumentação jurídica dos lavradores e de seus advogados para conseguirem na Justiça permanecer na terra por meio de usucapião. Com a deflagração de outras disputas por terra,

9 Para um panorama nacional sobre o processo de organização política dos trabalhadores rurais a partir dos anos 1940, ver Medeiros (1989).

posseiro adquiriu um significado mais amplo, englobando diversas categorias de produtores rurais. O termo supunha uma quebra de autoridade, pois questionava o direito que o opositor alegava ter. Dessa forma, referir-se ao opositor como *grileiro* era um meio de questionar sua legitimidade sobre a terra, qualquer que fosse seu vínculo jurídico com ela (GRYNSZPAN, 1987). Assim, a compreensão da conformação de *posseiros* e *grileiros* como atores políticos não pode ser dissociada do processo de lutas por terras do qual esses atores participaram.

A fábrica grileira

Na disputa pela gleba América Fabril, o ator identificado como *grileiro* foi a Companhia América Fabril (CAF). Isso torna esses conflitos particulares diante das demais disputas fundiárias no estado do Rio de Janeiro, uma vez que as lutas por terra no meio rural fluminense foram em sua maioria antagonizadas por trabalhadores contra proprietários ou contra alguém que reivindicava a propriedade das terras.[10]

Tratava-se de grupo econômico relevante nacionalmente que, na primeira metade do século XX, chegou a ser a maior empresa têxtil do país. A CAF teve origem na Fábrica de Tecidos Pau Grande, criada em 1878 na localidade de Pau Grande, atualmente parte do município de Magé, região próxima à gleba América Fabril. Nos anos seguintes, a fábrica cresceu e expandiu seus domínios, adquirindo novas unidades fabris em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro.[11]

Em Pau Grande, a expansão da CAF iniciou-se ainda em fins do século XIX: em 1890 ela comprou a Fazenda Judé e em 1896 as fazendas Cachoeira, Furtado e Porto Rico, todas vizinhas à Fazenda Pau Grande (WEID; BASTOS, 1986). Fez ainda outros investimentos. Em 1895, dispunha de uma linha férrea de sete quilômetros conectando a Fábrica Pau Grande à estação de ferro de Raiz da Serra, obra iniciada em 1889. Em 1922, foi cons-

10 Outros casos de disputas por terras envolvendo trabalhadores rurais e empresas aconteceram principalmente no Litoral Sul Fluminense, no início dos anos 1970.

11 Para saber mais sobre esse processo, ver Weid; Bastos (1986), Pimenta (2006) e Teixeira (2011).

truída uma ferrovia de nove quilômetros ligando a fábrica à Fazenda Cachoeira Grande, área onde foi construída uma unidade de alvejamento de tecidos nos anos 1950 e que, nos anos 1980, também foi objeto de disputas fundiárias.

A história da expansão da CAF em Magé ganha na narrativa dos entrevistados uma versão diferente daquela mencionada até aqui e da que consta nos trabalhos citados. Para eles, a CAF seria proprietária apenas das terras onde estava localizado o núcleo original da empresa, a Fábrica de Tecidos Pau Grande. O restante do seu domínio na região teria sido obtido através da "grilagem" de terras. Isso incluía a gleba América Fabril e a Fazenda Cachoeira Grande, local onde foi instalada a unidade de alvejamento e que serviu também como lugar de moradia de alguns operários. Há, portanto, uma memória coletiva de diversos moradores da região sobre a ilegitimidade da propriedade das terras sob domínio da América Fabril, assim como sobre a maneira como a empresa expandiu suas fronteiras territoriais.[12] Vale lembrar que na história do Brasil não há necessariamente uma correspondência entre domínios territoriais e titulação das terras, o que torna difícil precisar os limites dos domínios legais das propriedades rurais.

A concepção de que a fábrica havia grilado as terras correspondentes à gleba América Fabril e à fazenda Cachoeira Grande foi consensual entre os entrevistados, que contaram esta história com a intenção de mostrar a ilegalidade da situação da fábrica em relação às terras que foram disputadas. A concepção dos trabalhadores era que, uma vez que a Companhia América Fabril não era proprietária das terras griladas, elas deveriam pertencer a quem nelas trabalhava e delas tirava seu sustento.

Também uma matéria do jornal *Terra Livre*, de 1963, considerava a CAF como "grileira" de terras:

> A América Fabril, que possui apenas 11.650 metros quadrados de terras no sexto distrito de Magé, já há algum tempo está se apoderando das terras próximas, chegando a atingir um total de 2.000 alqueires do estado, proibindo a entrada de lavradores para o cultivo da terra. Os camponeses, conhecedores da ilegalidade com que age a companhia grileira e latifundiária, procurando fugir da miséria em que vivem e evitar que seus filhos morram

12 Sobre o conceito memória coletiva, ver Halbwachs (2004).

> de fome, resolveram entrar nas terras dos latifundiários grileiros que aumentam cada vez mais. Os camponeses da região resolveram, assim, começar a reforma agrária que o governo está retardando tanto a fazer, acuado pelos latifundiários que formam a maioria do nosso Congresso. (Terras griladas pela América Fabril ocupadas por camponeses de Magé. *Terra Livre*, jan. 1963, n. 118, p. 6).

Em alguns documentos dos anos 1970 e 1980 que compõem o processo administrativo do Incra referente à desapropriação da gleba América Fabril também está indicada a condição de "grileira" da CAF em relação à área disputada. A perícia realizada nos anos 1980 para o processo de desapropriação comprovou que ela realmente não era proprietária dessas terras.[13]

Há que se considerar uma particularidade na grilagem dessas terras em relação ao que ocorreu em geral no restante do território fluminense nos anos 1950 e 1960. Ao que parece, ela não tinha fins estritamente especulativos, ao contrário do que aconteceu em várias outras localidades. A fábrica buscava novas terras para utilizá-las como local de moradia para os seus funcionários, área de plantio de alimentos para o autoconsumo e comercialização para os moradores, em geral operários da fábrica e suas famílias, e local de produção e extração de matéria-prima para a produção fabril.[14] Vale lembrar que a expansão territorial da CAF para a área vizinha ao seu núcleo original remontava ao século XIX, quando a fábrica foi criada. O fato de a empresa conquistar terras e demarcar seus domínios por meio da fixação de plantações e casas na região não exclui o possível interesse especulativo da fábrica na conquista das novas terras, no sentido de mantê-las como reserva de valor.

13 O laudo pericial foi apresentado no dia 08 de agosto de 1984 por Anael Cesar de Oliveira, perito contratado pelo Juízo. Para uma descrição detalhada do processo que concluiu a condição de "grileira" da fábrica, ver Teixeira (2011).

14 Salmerck Cabral da Silva, ex-funcionário da CAF e ex-dirigente da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande (APPCG), explicou que a fábrica produzia mandioca para produzir goma, utilizada para engomar os fios na produção dos tecidos, e extraía lenha para alimentar as caldeiras da fábrica (Geremias Cabral da Silva e Salmerck Cabral da Silva, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em julho de 2001, disponível no acervo do NMS-PP/CPDA/UFRRJ).

Os grileiros da Fazenda Conceição de Suruí

Segundo os entrevistados, também os supostos proprietários da Fazenda Conceição de Suruí teriam adquirido aquelas terras por meio da *grilagem*. Um deles contou que havia quatro *grileiros* que dela se diziam donos. O primeiro era Júlio Cecílio Torres, dentista que morava em Copacabana. Depois apareceu Adriano Gonçalves Pereira e Conceição Izabel Fontes, que eram casados. Por último, surgiu Francisco Pereira Garcia, dono de uma rede de açougues em Niterói e São Gonçalo (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, moradores da região, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

De acordo com os entrevistados, o principal interesse dos *grileiros* naquelas terras era especulativo, no sentido de quererem as terras para vendê-las a um valor mais alto após a sua valorização no mercado. Conforme explicou Antonio Ernesto, liderança local, Albino Pereira Lobo, um *grileiro* que loteava terras em vários lugares do Rio de Janeiro, inclusive em Magé, ficava na Praça Mauá, centro do Rio de Janeiro, e lá encontrava pessoas interessadas em comprar terras. Ele então levava os interessados até algumas áreas para vendê-las:

> Naquela época, o ônibus pra chegar aqui, era tudo estrada de chão, ele levava umas oito horas. Ele marcava com o pessoal que ia comprar lote, fazia uns panfletos assim, pegava alguns, em 60 e pouco, tinha que sair duas horas da manhã, três horas da manhã da Praça Mauá pra chegar aqui onze horas do dia. Chegava onze horas do dia pra mostrar terreno pra vender. Teve quem comprou e depois sumiu, largou. Não tinha transporte, não tinha nada. Largou isso aí. (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Antonio Ernesto explicou ainda:

> Tinha os dias dos caras, um dia entrava a condução, marcava quem queria olhar o lote pra comprar, marcava o dia, trazia. Também não tinha escritura, promessa de compra e venda, que é escritura provisória, até o cara acabar de pagar, que é pra ir pro cartório, e formar a escritura legal. Não tinha. Tanto aqui, esses caras só faziam um bloco de talõezinhos, de cem

> talõezinhos cada bloco, e marcava. Você pagou a mensalidade e dava uma carteirinha pra você. (Idem).

Antonio Ernesto fala também que os *grileiros* tentavam conseguir o que na época se chamava de "escritura do abraço". Por meio dessa prática, buscavam comprar a terra de algum *posseiro* no interior de uma fazenda ocupada, fazendo-o assinar um documento reconhecendo a transação. O documento então era geralmente utilizado em um processo judicial com o argumento de que a terra adquirida referia-se à totalidade da fazenda, e não somente à posse comprada. Segundo alguns entrevistados, outra prática comum entre os *grileiros* era promover reuniões com *posseiros* para conseguir assinaturas deles em uma lista, utilizada para forjar documentos cujo teor registrava que os signatários do documento reconheciam a propriedade do *grileiro*.

Segundo Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres chegou à Fazenda Conceição de Suruí e comprou a terra de dois *posseiros* que já moravam lá. Conceição Izabel Fontes agiu de forma semelhante, de acordo com alguns entrevistados: ela teria comprado a posse de uma pessoa e, através deste documento, alegou que toda a área do entorno era sua. Um dos entrevistados conta: "Com esse documento, ela e os advogados, com testemunha e tudo, deu entrada na Justiça para retirar o pessoal. O pessoal não recorreu a ninguém. Quer dizer, houve uma vacilação. Aí ela foi e garfou" (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982).

As entrevistas indicam também que a ação dos *grileiros* na Fazenda Conceição de Suruí não dispensava ameaças aos *posseiros* que ocuparam aquela região. Segundo Pelé, quando se estava na terra, ainda em condições precárias, sem casa, mas vivendo em um barraco, o *grileiro* chegava para expulsá-los, usando da força que tinha para isso.

A ocupação das terras pelos posseiros

A ocupação da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí remonta aos anos 1950 e início dos 1960. Diversas famílias chegavam de variadas regiões do estado do Rio de Janeiro, mas também do Espírito Santo,

Minas Gerais e do Nordeste. Buscavam um pedaço de terra para viver e plantar, como de resto acontecia em toda a Baixada Fluminense. A maioria das famílias que chegou às terras da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí dedicou-se a lavouras de alimentos.

Os entrevistados, ao relatarem a chegada naquelas terras, em geral tentavam destacar como o processo de ocupação foi difícil: eram áreas relativamente desertas, pantanosas e cobertas de mato alto. "Nós abrimos tudo no peito: estradas...", disse um dos lavradores entrevistados (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982, disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ). Outro, ao falar sobre a ocupação de terras em Magé, contou que, no momento em que chegou na região, "era uma mata, um deserto. Só mesmo um trabalhador rural teria coragem de entrar aqui" (Idem). Os trechos citados remetem à imagem do trabalhador rural como um desbravador, valorização feita para justificar o mérito daquelas famílias em lá ficarem. Antonio Ernesto disse que os *grileiros* começaram a aparecer após os trabalhadores rurais abrirem os caminhos para cavalo: "Aqui não tinha estrada, não tinha nada, fizemos no braço. Até o trilho do burro pra tirar produção foi feito no braço, fizemos tudo no braço" (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

Foi comum a afirmação de que chegaram à região porque souberam que havia ali terras disponíveis para ocupar.[15] No entanto, não sabiam explicar como tiveram notícias sobre essas terras, mesmo quando questionados sobre isso, mas, ao longo da conversa, acabavam revelando que, antes de chegarem a Magé, era comum já haver alguém lá, um parente, vizinho ou conhecido que lhes informava sobre a possibilidade de ocupar uma área. Ao que parece, havia uma rede de contatos que divulgava notícias sobre terras e trabalhos disponíveis. Segundo Antonio Ernesto, novas pessoas chegavam à região trazidas pelos seus parentes, que mandavam buscar seus familiares em outros lugares: "Ah, um vem e compra, aí vai dando notícia.

15 Nessa época, também chegou a Magé um grupo de japoneses, vindo de São Paulo, como disseram alguns entrevistados. Ao contrário de grande parte dos brasileiros, eles já traziam tratores e até financiamento ou a certeza de comercialização de seus produtos através da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC). Contudo, as entrevistas não trouxeram dados que permitissem explorar o tema, que permanece como campo de pesquisa a ser desenvolvido.

Daí a pouco tá cheio de gente" (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

A ocupação também aconteceu como um resultado imprevisto da construção da Estrada Santo Aleixo-Piabetá, iniciada em 1956, e que provocou a valorização das terras em seu entorno. O começo da obra coincidiu com a intensificação da chegada de *posseiros* na região e a reivindicação das áreas pelos supostos proprietários (RIBEIRO, 2015). Nesse período, e até 1962, há diversos registros na imprensa denunciando a ação de capangas armados contra lavradores que ocupavam as terras, relata Ribeiro (2015).

A história da chegada de Antonio Ernesto é um dos exemplos desse processo. Em 1962, ele e sua família deixaram o estado da Paraíba rumo ao Rio de Janeiro.[16] Moraram em Duque de Caxias, município da região metropolitana do estado, que faz limite com Magé. Alguns meses depois já viviam em Conceição de Suruí, no mesmo local onde viviam no momento em que a pesquisa estava sendo realizada. Segundo Antonio Ernesto, em 1962 não havia muitas pessoas lá, tendo sido ele e sua família um dos primeiros *posseiros* naquelas terras. Entre os que estavam na região antes, citou Toizinho, que fazia parte de um grupo de agricultores que havia se instalado na fazenda com a permissão de Júlio Cecílio Torres, que alegava ter a propriedade das terras. Essa informação mostra que a Fazenda Conceição de Suruí não estava ocupada somente por *posseiros*, mas também por pessoas que faziam acordos com o suposto proprietário. Em uma conversa informal, a esposa de Toizinho explicou que morava na Fazenda Conceição de Suruí a convite do Júlio Cecílio Torres. Em troca da casa e da terra para plantio, eles cuidavam da fazenda e faziam companhia para o proprietário enquanto ele estava na região, pois ele sempre estava sozinho, uma vez que sua família vivia na cidade. A ênfase da esposa de Toizinho em destacar o modo como chegou à fazenda teve o propósito de se diferenciar das outras pessoas que chegaram à região, segundo ela, os *invasores*. É assim que ela e seu marido se referem à família de Antonio Ernesto, por exemplo. Eles contaram que, de repente, um dia viram uma família de *paraíbas* morando em uma área que supostamente pertencia a

16 Antonio Ernesto havia morado anteriormente no Rio de Janeiro e em Brasília, na área urbana. Em 1962, retornou à Paraíba para buscar sua família.

Júlio Cecílio Torres. Perguntados sobre o que Júlio Cecílio Torres fez com os *invasores*, Toizinho e sua esposa disseram que ele foi até lá conversar com eles e pedir que saíssem, mas os "paraíbas" o ameaçaram e disseram que ficariam ali, pois aquelas terras não tinham dono. Questionados sobre o que aconteceu depois, disseram que nada, pois Júlio Cecílio Torres, um senhor de idade já avançada, ficou com medo e preferiu deixar a situação como estava. Na narrativa de Toizinho e esposa, Júlio Cecílio Torres transformou-se na vítima do processo de ocupação de terras. Essa elaboração é compreensível, considerando-se que havia uma boa relação entre eles e Júlio, a quem consideravam um amigo e eram gratos por terem lhes concedido trabalho e moradia. Enquanto isso, os novos ocupantes eram vistos como os algozes.

Mas, de acordo com Antonio Ernesto, Júlio Cecílio Torres não aceitou passivamente a ocupação da Fazenda Conceição de Suruí e recebia de alguns *posseiros* parte dos produtos cultivados como meio de pagamento para permanecerem na terra. Para os *posseiros* estava em jogo evitar o enfrentamento direto, situação que lhes causava medo, insegurança, intranquilidade e, algumas vezes, violência física. Essa situação mostra que a relação entre *posseiros* e *grileiros* não foi só de enfrentamento direto. Entre a opção de ficar e lutar contra o *grileiro* e seus apoiadores e abandonar a terra havia dinâmicas de relações entre os dois segmentos que garantiam a permanência dos *posseiros* na terra.

Se em um primeiro momento, nos anos 1950 e início dos 1960, a ocupação parece ter sido a principal forma para as pessoas conseguirem um lote em Conceição do Suruí e na América Fabril, nos anos seguintes a "compra da posse" afigurou-se como a prática mais comum de acesso à terra. Esse foi o caso de Pelé, que explicou que "comprar a posse" ou "comprar o direito" significava comprar as benfeitorias que havia na terra, e não a terra em si. Pelé disse: "[...] quando a gente veio para cá era direito, você comprava o pé de planta que tinha ali, o pé de manga, o pé de banana, igual eu comprei na época, mas não era terra que a gente comprava". Entretanto, só depois, quando da investida dos *grileiros*, soube que "comprou o direito" e não a terra. Esta situação também aconteceu com outras pessoas.

A "compra do direito" de posse foi utilizada por um dos entrevistados como uma forma de se diferenciar daqueles que haviam ocupado as terras.

Jair disse que quando chegou à Cachoeira Grande, em 1960, já havia muita gente na região. Explicou que nunca ocupou terra porque gostava de "ter o direito na sua mão". Perguntado sobre o que é comprar direito, ele disse: "Direito é a pessoa que ocupava, a pessoa que tinha a sua posse da terra, né, e pegava e vendia o direito [trecho inaudível], suas benfeitorias, né, suas bananas, suas canas, seu barraco" (Jair da Anunciação, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Muitas pessoas que se deslocaram para a região estudada não foram identificadas como *posseiros*, porque nem todos foram ocupar terras, mas sim morar na Fazenda Cachoeira Grande, área vizinha à gleba América Fabril, onde viviam aqueles que eram contratados para trabalhar na fábrica. Eram operários da indústria têxtil, mas que dedicavam o tempo livre do trabalho na fábrica ou mesmo a mão de obra de membros da família que não eram empregados da indústria para produzir alimentos para o próprio consumo ou para a venda no local, feita a partir da intermediação da fábrica. Essas pessoas chegaram de diversos locais do estado do Rio de Janeiro e também de outras regiões do país. É o caso da família de Janice Duarte, que chegou a Cachoeira Grande em meados dos anos 1940, ainda criança, vindo de Italva, então distrito do município de Campos, estado do Rio de Janeiro. Seu pai mudou-se para Magé quando soube que havia oportunidades de emprego em uma fábrica. Trabalhador rural, pretendia continuar trabalhando na roça e planejava conseguir trabalho como operário para seus filhos. Sobre a distribuição da terra, Janice explicou: "A fábrica mandava uma pessoa ir lá, via a terra que a pessoa queria, o tamanho que a pessoa queria... Meu pai chamava Zé... 'Aqui é do seu Zé [...]' Eles davam... e comprava toda a produção" (Janice Duarte, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001). A exigência da empresa para a concessão das terras, segundo Janice, era que toda a produção deveria ser vendida para a própria fábrica.

Portanto, Janice já estava instalado em Magé no momento de ocupação da gleba América Fabril. Por meio do seu depoimento pode-se perceber como a ocupação de terras pelos *posseiros* foi vista por aqueles que eram empregados da fábrica e já estavam instalados na região. Na perspectiva de Janice, a área conhecida como gleba América Fabril estava sob o domínio da fábrica, mas um grande número de pessoas de fora foi chegando e "invadindo" as terras, e isso provocou uma reação da empresa, deflagrando

assim as lutas por terra na região.[17] Janice se lembra de que pessoas desconhecidas chegavam e pegavam seu pedaço de terra, não poupando nem mesmo as terras com lavoura dos funcionários da fábrica que lá se localizavam, embora essa prática não tenha sido muito comum (Janice Duarte, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 03/05/2001).

Manoel Ferreira contou que as pessoas chegavam e logo iniciavam plantação. Mas não faziam isso sem encontrar resistência. Algumas vezes, os *posseiros* eram hostilizados pela polícia e pelo pelotão do Exército, que atuavam com o objetivo de inibir sua instalação nas terras, a pedido dos agentes da fábrica. Alvino França, administrador da área rural da CAF, contou como a fábrica reagiu diante destas ocupações: "[...] primeiramente a Companhia botou policiamento aí para vigiar, para ninguém entrar. Aí veio outro policiamento mais alto que aquele e botou o pessoal para correr. Aí o pessoal entrou, mais de 500 pessoas..." (Alvino França, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001). Alvino França dizia que avisava à fábrica que havia pessoas "invadindo" as terras e que não se intimidava com a chegada dos ocupantes. De acordo com ele:

> Eu ainda tinha peito de entrar no meio deles, com revólver na cintura, aquela coisa, não é? [trecho inaudível] Eu tinha que andar armado. Chegava aquela turma de Minas, de mineiro para trabalhar comigo, como é que eu ia fazer? Eu tinha que andar armado. [trecho inaudível] Nunca me dei mal. O resto que trabalhava aí comigo é tudo mal falado até hoje aí. Administrador igual eu é difícil... (Entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 02/05/2001).

Este trecho revela não só a autovalorização do entrevistado, mas também dá indícios de uma possível intimidação que ele exercia sobre os demais trabalhadores, dando uma dimensão do tipo de tensão à qual os *posseiros* foram submetidos.

17 Antonio Ernesto disse: "Porque o pessoal tem um negócio de falar invasão, e diz que se invade uma coisa quando tá pronto pra comer ou beber, você bota essa mesa aqui cheia de salgadinho... Aí o dono, que tá acomodando, tem muita gente, principalmente, diz: 'espera a hora, que a gente vai anunciar, todo mundo tem a participação, de comer o bolo'. Daí a pouco nego invade, tem a invasão. Isso é invasão; mas a terra não. A terra é ocupada pra fazer dar fruto" (Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

Também parece ter influenciado na chegada de pessoas a atuação de Tenório Cavalcanti no município, político fluminense proprietário do jornal *Luta Democrática*, onde havia anúncios sobre a disponibilidade de terras livres para viver e cultivar, sobretudo a partir de 1959.[18] Um destes anúncios dizia:

> Sítios e chácaras em Magé. Sem entrada e sem juros. Centro de grande produção, todas as ruas abertas com valas laterais, sítios demarcados, muita água, matas e rios. Fornecimento gratuito de mudas. Cooperativa em final de organização e escola pública em funcionamento. Condução de trens e ônibus passando junto ao loteamento. Reserve um lugar em nossas caminhonetas, sem qualquer despesa (*Luta Democrática*. 26/02/1959, p. 4 apud RIBEIRO, 2015, p. 176, nota de rodapé).

Conforme indicam os documentos que compõem o processo BNM 302 que investigou as ocupações de terra em Magé, houve grupos de trabalhadores e de pessoas ligadas a Tenório Cavalcanti que organizaram a instalação de trabalhadores nas terras, algumas vezes em colaboração e outras não. Essa prática foi criminalizada e o processo BNM 302 é expressão disso. Talvez por isso alguns dos entrevistados tenham preferido dizer que não se lembravam de como souberam de terras disponíveis para ocupar ou que haviam esquecido como chegaram a Magé. Pode tratar-se de uma artimanha da memória, silenciar ou esquecer seletivamente um passado sobre o qual não se quer falar ou lembrar.

Tenório Cavalcanti foi importante não só no processo de ocupação da gleba América Fabril e Fazenda Conceição de Suruí, em Magé, mas também em outros municípios do estado do Rio, como Duque de Caxias e Cachoeiras de Macacu. Influente político, construiu sua liderança política na Baixada Fluminense através do uso da violência e de mecanismos clientelísticos, prestando assistência e dando segurança.

Além da atividade política, Tenório dedicou-se também às funções de jornalista e advogado. Como advogado, Tenório atuou nos anos 1950 em casos rumorosos.[19] Como jornalista, criou o jornal *Luta Democrática*, em

18 Para saber mais sobre Tenório Cavalcanti, ver Grynszpan (1987; 1990).

19 Como o "Crime da Machadinha" e o "Crime do Sacopã". No primeiro, Araci Abelha era acusada de matar seu marido e, no segundo, o réu era o tenente Bandeira (GRYNSZPAN, 1987; 1990).

1954, peça fundamental para ampliar sua área de penetração e legitimar seu discurso por meio da formação de uma opinião pública favorável. Com sede no Rio de Janeiro, o jornal foi se expandindo e criando filiais em alguns bairros, como Campo Grande, e municípios, como Niterói, capital do estado do Rio na época, Duque de Caxias e Magé. A inauguração da filial do jornal em Magé ocorreu em setembro de 1954, durante a campanha eleitoral de Tenório. Essa sede fechou no início de 1956 (RIBEIRO, 2015).

O vínculo entre Tenório e os lavradores começou a se formar na campanha para o governo fluminense, em 1962. A *Luta Democrática* manteve sua posição favorável aos lavradores após o pleito e a derrota de Tenório. Um grupo ligado ao jornal e ao deputado passou a incentivar e até mesmo promover resistências e ocupações de terras (GRYNSZPAN, 1987; 1990). De acordo com Silveira-Lindoso (1983), correligionários de Tenório Cavalcanti buscavam ampliar a influência de deputado no estado, sobretudo na Baixada Fluminense. Foi por isso que se aproximou dos trabalhadores rurais.

Em Magé, os correligionários de Tenório organizavam os *posseiros* para ocuparem as terras dominadas pela fábrica e os orientavam sobre como proceder após a ocupação: deveriam limpar a mata e construir um barraco para marcar presença nas terras ocupadas.

A aproximação de Tenório das classes populares deve ser entendida no contexto de seu afastamento da UDN, quando empreendeu uma virada em sua trajetória política, mudando de forma radical seu discurso, propostas e alianças e alinhando-se com as forças nacionalistas e democráticas. Fez parte da frente que lutou pela posse de João Goulart e deu respaldo às bandeiras reformistas (BELOCH, 1986). Sua nova posição política tornou-o inimigo do novo governo que se instaurou e por isso foi cassado após o golpe de 1964. De acordo com Grynszpan:

> Num quadro marcado pela polarização e a intensificação dos embates políticos, buscando diversificar e ampliar seu campo de ação alargando, ao mesmo tempo, suas áreas de penetração eleitoral, competindo localmente com setores de esquerda e trabalhistas, embora aproximando-se, no âmbito Federal, do Governo presidido por João Goulart, Tenório adotaria palavras de ordem como a da reforma agrária e o combate ao imperialismo, passando a dar suporte a manifestações e movimentos reivindicatórios operários e camponeses. (GRYNSZPAN, 1990).

A presença de Tenório em Magé é lembrada por alguns entrevistados. Antonio Ernesto, antes de mudar-se para Conceição de Suruí, havia conseguido um lote de terra por meio dos homens que trabalhavam para Tenório Cavalcanti e que ele havia conhecido em Duque de Caxias. A manutenção de um corpo de funcionários para atuar como intermediário local de Tenório se fez necessária na medida em que ele se tornou uma figura nacional, o que reduzia as oportunidades de um contato prolongado, direto e personalizado com seus clientes. Dessa maneira, os intermediários eram uma forma de garantir a manutenção, o fortalecimento e mesmo a expansão de seus vínculos com sua clientela local (GRYNSZPAN, 1990).

Antonio Ernesto contou que homens, a mando de Tenório, dividiam os lotes da região para as pessoas que chegavam de diversos lugares do estado e do país. Num contexto de crescente mobilização, no início da década de 1960, os próprios homens de Tenório ocuparam terras para em seguida trazer os *posseiros*. Para esta tarefa, o domínio no uso e na administração da violência e a experiência na constituição de grupos armados foram fundamentais (GRYNSZPAN, 1990). Uma vez ocupadas as fazendas, Tenório, em Brasília, e a *Luta Democrática* começavam a pressionar com o objetivo de obter a desapropriação e a entrega destas terras aos camponeses. Grynszpan diz que, concomitante a este trabalho, comissões de *posseiros* eram formadas e levadas por Paulo Valente, primo e antigo secretário particular de Tenório, às autoridades, e manifestações eram promovidas nas cidades, sobretudo em Niterói, então capital do estado, reivindicando a terra. Quando a desapropriação era obtida, tratava-se de alardear a notícia de que ela se devia ao esforço de Tenório (GRYNSZPAN, 1990).

De acordo com Antonio Ernesto, "[Tenório Cavalcanti] foi o braço forte de todo mundo aqui. Ajudou os *posseiros* a dar cobertura, que dividiu a terra da América Fabril" (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010). Ele, porém, não quis o lote obtido através de Tenório, pois era pequeno e não seria suficiente para abrigar toda a sua família. Foi então que rumou para Conceição de Suruí, onde havia notícias de terras ociosas.

Outro entrevistado que mencionou o apoio de Tenório Cavalcanti nas ocupações de terras em Magé foi Jair, morador da gleba América Fabril. Segundo ele, Tenório levava alimento para as pessoas da região; orientava-as sobre como proceder em determinadas ocasiões, como na elaboração de

um documento, e ficava do lado do trabalhador quando este sofria pressão para deixar as terras ocupadas: "Tenório foi um grande companheiro nosso" (Jair da Anunciação, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Ele conta ainda que os trabalhadores iam até a casa de Tenório em Duque de Caxias pedir ajuda quando era necessário. Além disso, o fato de Tenório receber as pessoas em sua residência revela o tipo de relação de proximidade que este político buscou estabelecer. Citando o livro de uma das filhas de Tenório (CAVALCANTI, 1986), Grynszpan (1990) relata que ele havia constituído um serviço que funcionava durante todo o dia para receber as pessoas que iam lhe fazer pedidos. Para este trabalho, havia três secretárias e 30 atendentes que segmentavam as pessoas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares.

Deve-se entender a atuação de Tenório junto ao campesinato como uma forma de afirmar-se como uma nova liderança no contexto nacional. Aproximar-se daqueles que ganhavam destaque como atores importantes na cena política, constituindo-se em seu legítimo representante e porta-voz, parecia ser uma estratégia rentável. "Por isso mesmo, seriam estabelecidos vínculos com as organizações camponesas existentes no estado, passando Tenório e seu jornal a apoiar, estimular e dar cobertura a ações suas como invasões de terras" (GRYNSZPAN, 1990, p. 18).

Apesar de manter um corpo de intermediários para atuar nos locais a seu mando, a aparição de Tenório em alguns eventos era uma maneira de o político marcar sua presença, sempre que possível, no estado e em manifestações e encontros, intervindo e prestando auxílio em problemas pontuais que surgiam (GRYNSZPAN, 1990).

Os entrevistados que fazem referência a Tenório são, em sua maioria, aqueles que estavam em Magé há mais tempo, pois sua atuação se deu no início dos anos 1960 e restringiu-se ao apoio no momento de ocupação daquela área por pessoas vindas de diferentes locais. A sua presença no município se encerrou nos primeiros meses de 1964: em 13 de junho desse ano, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos com base no Ato Institucional nº 1. Beloch relata os passos de Tenório após sua cassação:

> Afastado da cena política, Tenório recolheu-se a seu reduto eleitoral, confinou-se ao ambiente em que florescera como fenômeno político-social. Permaneceu desde então a maior parte do tempo em seu sítio de Gramacho,

> localidade do município. Manteve, contudo, os vínculos com a população caxiense, desenvolvendo sua obra filantrópica, a Fundação São José e o Colégio Maria Tenório. A *Luta Democrática* ressentiu-se da marginalização do proprietário e foi declinando, com tiragens cada vez mais reduzidas, até ser arrendada em 1973 a um grupo de jornalistas encabeçado por Raul Azedo. No final de 1977, o jornal esteve a ponto de deixar de circular, sendo editado apenas esporadicamente. Sob nova propriedade, voltou às bancas em 1980, mas não conseguiu recuperar o antigo prestígio. (BELOCH, 1986, p. 60).

Deflagração da luta pela terra na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí e repressão política contra os trabalhadores no pré-1964

Em linhas gerais, os conflitos na gleba América Fabril e na Fazenda Conceição de Suruí tiveram início a partir da resistência dos *posseiros* às ameaças de despejos empreendidas pela CAF e pelos supostos donos da Fazenda Conceição de Suruí. Alguns *posseiros*, entretanto, recusaram-se a deixar a terra ocupada. Foi o início de uma resistência que atravessou a segunda metade da década de 1960 e a primeira de 1970.

Em setembro de 1962, a CAF enviou um telegrama ao governador fluminense, José de Carvalho Janotti, informando que as terras da empresa estavam sendo invadidas por um grupo de pessoas, levadas para a região em caminhões, e cujo objetivo era subverter a ordem pública. De acordo com o documento, a intenção do grupo em permanecer nas terras era comprovada pelo fato de ali se instalarem com grande quantidade de alimentos, armazenados para durar dias (RIBEIRO, 2015). Concomitantemente, a empresa entrou com uma ação judicial solicitando reintegração de posse das áreas denominadas Cachoeira, Furtado e Porto Rico (área também conhecida genericamente como Rio do Ouro e que compreende a gleba América Fabril). O juiz concedeu o mandado de reintegração de posse a favor da Companhia. Enquanto isso, o governo fluminense acionou a Secretaria de Segurança Pública e enviou ao município um agente policial, Idemar da Silva Soares, destinado a "promover minuciosas investigações em torno das invasões de terra que vinham ocorrendo nas terras

da Cia América Fabril" (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189). Esse agente produziu um relatório, que serviu de base para a avaliação do juiz Nicolau Mary Júnior, que determinou que fosse instaurado um inquérito policial na delegacia de Magé contra um grupo de pessoas consideradas como líderes da ocupação da gleba e responsáveis por tentar desencadear, na prática, a reforma agrária. O inquérito foi desenvolvido pelo delegado Wilson da Silva Jardim (RIBEIRO, 2015).

O relatório apontou, a partir das investigações realizadas, a participação de Gerson Chernicharo, Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Terezinha Vilanova no que foi considerado como invasão das terras da Companhia América Fabril. De acordo com o relatório, todos eles eram "fiéis servidores de Gerson, incumbidos de transmitir suas ordens aos camponeses, cobrar-lhes as contribuições, distribuir-lhes as terras e acitá-los (*sic*) no sentido de perturbar a ordem social e política para objetivos do comunismo internacional" (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189). O grupo liderado por Gerson Chernicharo obedecia a ordens do então deputado federal Tenório Cavalcanti, e isso não foi identificado pelo investigador naquela ocasião, apontou Ribeiro (2015).

O relatório indica também a existência de outro grupo responsável pela ocupação das terras da gleba América Fabril. Dele faziam parte Astério dos Santos, Manoel Ferreira de Lima, Irun Sant'ana, Darcy Câmara (vulgo "Darcy Cananeia"), Manoel Paulo Filho, Valdemar de Souza (vulgo "Valdo") e Ismael Mesquita. O relator afirma que essas pessoas

> […] constituem outro grupo, que age de comum acordo com Gerson Chernicharo e seus prepostos, e que cooperam por todos os meios e modos para a subversão da ordem, desde a incitação à luta pela violência, até a desobediência da ordem judicial, com o mesmo objetivo de estabelecer a luta social e conflito armado para lograrem proveito ideológico, já que se trata de militantes do partido comunista. (Relatório da Delegacia de Polícia do Município de Magé de 19/12/1962, BNM 302, p. 178-189).

O relatório é estruturado em alguns tópicos, sendo o primeiro a descrição dos indiciados e os demais intitulados: "Luta pela violência, aten-

tado contra bens e desobediência coletiva"; "Comícios sem autorização da autoridade"; "Esbulho possessório"; "Atentado contra serviço de utilidade pública"; e "Estelionato". Cada um desses tópicos serviu de subsídio para o enquadramento penal dos acusados. Mencionar esses aspectos é importante para que se entenda a classificação feita pelos agentes de investigação e julgamento sobre os acontecimentos em questão, indicando uma posição favorável à CAF em detrimento dos trabalhadores.

O relatório é concluído com a indicação de indiciamento de todos os acusados supramencionados, pelos seguintes crimes com base no Código Penal: Esbulho Possessório (art. 161 §1º, II); Estelionato (art. 171); Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265). Também foram enquadrados na Lei 1.802/53 (Lei de Crimes Contra o Estado e a Ordem Política e Social) por "incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência" (art. 12); "incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos" (art. 15); "instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública" (art. 17); e "convocar ou realizar comício ou reunião pública a céu aberto, em lugar não autorizado pela polícia, ou desobedecer a determinação da autoridade competente sobre a sua dissolução, quando tumultuosa ou armada" (art. 19).

Em 25 de junho de 1963, ainda no período democrático, o Ministério Público Militar realizou denúncia contra os acusados e, a partir disso, se constituiu uma ação penal 7741 e sua apelação STM n° 38.350, que constituem o processo BNM 302. Os motivos elencados na acusação seguiram aqueles apontados no relatório mencionado, no que se refere ao Código Penal. Em relação à Lei n° 1.802, de 05/01/1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social e dá outras providências, repetiram-se as acusações com base nos artigos 12, 15 e 17, incluiu-se o artigo 22, alínea "a" (fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social) e se excluiu o artigo 19 (denúncia do Ministério Público, com data provável 25/07/1963, pois é uma data manuscrita no documento, 2ª e 3ª ocorrências, p. 10-16).

A denúncia feita pelo Ministério Público Militar apresenta uma "descrição dos fatos", da qual destacamos alguns pontos tidos como relevantes (BNM 302, p. 10-16, 1115-1116, 1277-1299). Os cinco primeiros indiciados, em ordem cronológica (Gerson Chernicharo, Terezinha Vilanova,

Aprígio Ferreira da Silva, Orlando Jacinto e Ismael Mesquita)[20], foram acusados de

> [...] a pretexto de darem início à reforma agrária, em meados de 1962, encetaram movimentos de natureza subversiva contra a ordem pública, através de ocupação de vasta área de terras de propriedade da Companhia América Fabril, no 6º distrito de Magé. Assim, sob orientação dos três primeiros e com efetiva participação dos outros dois, usando de artimanhas, semeando vãs promessas, lograram captar a boa-fé de mais de trezentos humildes camponeses, uns da própria região, a maioria de plagas distantes, deste e do estado do Espírito Santo, transportando-os por meio de caminhões para o 6º distrito de Magé (Piabetá e Rio do Ouro), onde invadiram e passaram a ocupar vários alqueires de terras da aludida Companhia América Fabril, o que fizeram com ameaças graves aos diretores da empresa e seus colonos. E, concomitante, com o esbulho possessório, apossaram-se de todas as lavouras brancas situadas na localidade, devastaram diversa reservas florestais, fizeram roçadas, erigiram choupanas e algumas plantações.

As cinco pessoas mencionadas foram ainda acusadas de incitar os lavradores à luta pela violência, instigando-os a resistir ao cumprimento da medida judicial. Quanto aos demais acusados no processo, Manoel Ferreira de Lima, Valdemar de Souza, Benício Fonseca, Levy Martins dos Santos e Pedro Silva Jordão, é afirmado que:

> [...] com o eventual afastamento dos integrantes do primeiro grupo, assumiram o comando das novas incursões às propriedades rurais do município, o que fizeram precedido da arregimentação de lavradores de regiões estranhas, elevando a mais de quatrocentos. De então, nos meses de março e abril do corrente ano (1963), invadiram vastas áreas que compreendem a Fazenda Cachoeirinha, de propriedade de Durval de Menezes, e integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda. e Sítio Santa Amélia, pertencente ao General Antônio Gomes Carvalheiro [...]. Como resultante do ilícito procedimento, nova eclosão se fez sentir contra a ordem político-social.

20 Há a informação no processo de que os cinco indiciados pertenciam à Associação dos Lavradores de Santo Antônio, presidida por Gerson Chernicharo.

O documento menciona ainda que novas *invasões* foram registradas por inspiração dos mencionados indiciados, dessa vez no 4º Distrito de Magé. De acordo com a denúncia do Ministério Público Militar, eles usaram de processos anteriores para dirigir a ocupação das fazendas Marylandia e Caioba, de propriedade de Benjamin Fonseca Rangel, e Vale das Cascatas, pertencente à Imobiliária Goulart Ltda.

Esse segundo grupo é considerado integrante do Sindicato dos Pequenos Lavradores e Produtores Autônomos de Magé, antiga Associação dos Lavradores, presidido, nas palavras do documento, pelo "extremista" Manoel Ferreira de Lima. O uso desse termo visa construir uma imagem de um inimigo que busca romper com a ordem social por meio de ações vistas como radicais, tais como ocupações de terras e resistências armadas.

No trecho do relatório aparece claramente a maneira como a investigação interpreta as atividades dos acusados:

> Ainda os mesmos indiciados, à guisa de promoverem a reforma agrária no município, sem os suportes da lei, lançam-se aos processos violentos, com exclusivo propósito de subverter a ordem pública: aqui realizando invasões de propriedades alheias; ali promovendo comícios, reuniões, e fazendo declarações ostensivas à imprensa, concitando sempre os camponeses a se rebelarem contra as autoridades; acolá pela distribuição ostensiva de boletins agitadores, além da elaboração de planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social.

É interessante notar que a denúncia oferecida pelo Ministério Público enquadrou os indiciados em uma série de sanções previstas em lei, e algumas delas nos permitem refletir sobre a dimensão política não só da denúncia em questão, mas também da repressão frente aos conflitos no campo, que se manifestam já desde o pré-64. No relatório, o investigador aponta que o grupo que ele identificou como de comunistas, formado por Manoel Ferreira de Lima, Darcy Câmara, Irun Sant'Anna, Astério dos Santos e Valdemar de Souza, com o propósito de investir na "subversão social", entrou em entendimento com Gerson Chernicharo, passando a colaborar com ele. O relatório menciona que sequer a reintegração de posse obtida pela empresa freou o processo de chegada de novas pessoas na região levadas por Gerson.

> Tudo isso sem mencionar as acusações habituais de que os líderes dos posseiros estavam elaborando "planos subversivos tendentes à implantação de um estado de convulsão social", tendo em vista que "sem os suportes da lei, lançaram-se aos processos violentos" [BNM 302. fl.10.]. Sob este aspecto, porém, a singularidade – ao menos para aquele município – era o registro de que homens armados percorriam a região em defesa dos posseiros. Dentre os depoimentos, destacamos a fala do advogado da América Fabril, Jayme dos Santos Figueiredo, afirmando que, devido à atuação desses "bandos" nas terras de sua cliente, o gerente da fábrica teria solicitado a cessão de três soldados à fábrica de pólvora Estrela, vinculada ao Exército Brasileiro (EB), para que pudessem vistoriar a área do manancial e da usina que abastece o bairro de Pau Grande. O advogado foi ainda mais incisivo ao afirmar que os posseiros "estão ali a mando do deputado Tenório Cavalcanti", que "garantiria a permanência nas terras". (BNM 302, fls.52-53 apud RIBEIRO, 2015, p. 179-180).

O trecho citado oferece também mais um indício da articulação existente entre agentes privados e públicos na atuação contra os trabalhadores. De acordo com o advogado da CAF, o gerente desta fábrica solicitou o apoio do Exército para vistoriar uma área da empresa. O trecho mostra também que em alguma medida havia uma articulação entre os atores locais em suas ações contra os trabalhadores, como ilustra o pedido de apoio da CAF à fábrica de pólvora Estrela.

A defesa armada que o deputado oferecia aos *posseiros* parece ter sido um dos elementos responsáveis pelo desencadeamento de uma separação entre o grupo do Manoel Ferreira e o grupo do Tenório. Em entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1982, citada por Ribeiro (2015), Manoel Ferreira afirma ter negado o apoio armado de Tenório. Em momento anterior, durante o depoimento que prestou no decorrer do processo do qual era acusado, a mesma liderança afirmou que, em razão de divergências políticas, Gerson Chernicharo teria se afastado da região aproximadamente em dezembro de 1962, desaparecendo logo depois junto com seus demais aliados. Por outro lado, Gerson também deixou claras, em depoimento, suas desavenças com Manoel Ferreira, que teriam se iniciado por "ciúmes do mesmo, devido ao seu trabalho assistencial" (BNM 302, fl.399 apud RIBEIRO, 2015, p. 180).

Ribeiro (2015) sugere que as investigações do processo aberto na delegacia de Magé sofreram influência das diversas ocupações de terra que se intensificaram na região no pré-1964, sobretudo na área da beira da estrada Santo Aleixo-Piabetá, tais como a Fazenda da Cachoeirinha, integrante do patrimônio da Imobiliária Durval de Menezes Ltda., e do Sítio Santa Amélia, pertencente ao general Antônio Gomes Carvalheiro. Com isso, o inquérito motivou a abertura de um processo no Superior Tribunal Militar (STM) após 1964 . O processo no STM se baseava na tese de que os trabalhadores acusados estavam colocando em risco a segurança nacional, como foi comum a outros processos semelhantes na época.

Um dos resultados desse processo foi a prisão preventiva de Manoel Ferreira de Lima e de outros trabalhadores, que havia sido decretada ainda em julho de 1963. Mas Manoel Ferreira esteve foragido até 1964, quando foi preso em 8 de abril, de acordo com Ribeiro (2015). Em entrevista concedida a Sonia Gonzaga em 1980, citada por Ribeiro (2015, p. 226), Manoel Ferreira relata:

> [...] Fui conduzido pra prisão de Itaboraí e naquela prisão passei sacrifícios. [...] Com dois dias veio um elemento oficial, me reconheceu e ainda disse o seguinte: "Ainda tá vivo? É muita sorte!" [...] Mais ou menos no dia 11 a polícia de Magé foi me tirar [...]. Me algemaram, os braços pra trás, vim sendo espancado desde Itaboraí até Magé, só na cara [...]. Pois bem, chegando na cadeia, [...] mais de dez me pisaram a pele, me seguraram, isto é, algemado, então a mais de dez fiquei um molambo. Fiquei duas horas quase sem sentido [...]. Fui tirado pra presença do juiz e ele então me fez a pergunta: onde é que eu estava refugiado quando da prisão preventiva. E eu contei onde estava e ele ficou um pouco duvidoso porque eu tava vizinho aqui do município. Pois bem, eu estava ali, e na hora eu disse ao Dr. Juiz que já estava quatro dias sem alimentação e que não aguentava mais pancada. [...] Então o juiz ordenou que me desse alimentação e que não me espancasse mais [...].

Manoel Ferreira de Lima e outros acusados responderam a esse processo até os anos 1970, quando ele foi concluído. Vale lembrar, entretanto, que o processo de contenção do que era visto como "atos subversivos da ordem" começou a ser desenvolvido ainda no pré-1964, durante o regime democrá-

tico, denotando que as forças conservadoras que buscavam abortar o processo de reforma agrária em gestação atuaram muito antes da instauração do regime civil-militar em 1964.

Repressão no campo: formas de violência contra os trabalhadores rurais

Em Magé, o STR foi mais um entre tantos sindicatos que fecharam no Brasil após o golpe. Nos arquivos do STR, após a ata da assembleia geral extraordinária do sindicato, realizada em 21 de junho 1962, somente foi encontrado um novo registro em 27 de julho de 1968, por ocasião de uma assembleia eleitoral. Embora a ausência de registro de atas de assembleias não signifique necessariamente a inexistência da atuação sindical, este dado é indicativo de que, por um momento, o STR provavelmente não funcionou normalmente.

Medeiros (1989) avalia a ação dos trabalhadores rurais no pós-golpe. Para a autora, onde os sindicatos se reestruturaram, suas ações se destinaram basicamente a garantir alguns direitos conquistados no período anterior. Em locais onde os conflitos fundiários existiam, quando o sindicato agia, era buscando garantir que os trabalhadores permanecessem na terra, seja por meio de ações na justiça, seja por pedido de desapropriação da área com base no Estatuto da Terra.

Em Magé, a mobilização dos trabalhadores do campo não desapareceu, pelo menos nos casos da gleba América Fabril e da Fazenda Conceição de Suruí. Entretanto, seguiu sob ameaças e perseguições. Antonio Ernesto conta que, após o golpe, a perseguição aos trabalhadores rurais cresceu. Os despejos passaram a acontecer do dia para a noite e as intimidações aumentaram. Os *grileiros* passaram a agir com mais intensidade, inclusive com apoio dos policiais, e começaram a despejar os trabalhadores rurais de suas casas mesmo sem mandado judicial. Segundo alguns entrevistados, os policiais apenas alegavam que eles eram "subversivos" ou "comunistas", e isto era suficiente para justificar o despejo. Conforme foi relatado em algumas entrevistas, os policiais agiam a mando dos *grileiros,* que os pagavam para executar os despejos. Para Antonio Ernesto, foi um tempo difícil, e qualquer ato podia ser utilizado pela polícia como justificativa para prendê-los e/ou agredi-los.

Estas falas dão materialidade à observação de Palmeira (1985) sobre a gravidade da repressão contra os líderes sindicais e trabalhadores com militância sindical no campo, uma vez que foram atingidos pela intervenção direta do aparelho repressor estatal e pela violência privada dos proprietários. O medo de ser despejado, agredido ou mesmo assassinado fez com que inúmeros trabalhadores e suas famílias deixassem a terra ocupada rumo a outro lugar. Outros, por sua vez, resolveram permanecer e lutar pela desapropriação.

Ao longo da década de 1960 e primeiros anos da de 1970 ocorreu também um movimento de saída de *posseiros* das terras ocupadas. Os entrevistados revelaram que este abandono deveu-se à forte pressão que sofriam por parte dos *grileiros.* A saída dos *posseiros* é, portanto, um indício de que a ação dos *grileiros*, pelo menos em parte, foi bem-sucedida. Indica também o grau de tensão a que estavam submetidos. De acordo com os entrevistados, o abandono da área aconteceu durante todo o período da luta pela terra na região, mas se intensificou nos momentos nos quais a repressão era mais forte, como no pós-golpe de 1964. A referência ao medo da violência em suas diferentes expressões (agressões, ameaças, destruição de benfeitorias etc.) foi o principal motivo para os trabalhadores deixarem suas casas e fugirem. Um deles relatou, por exemplo, que em 1964, após uma ação do Exército, que queimou as casas de alguns *posseiros* e os despejou, estes abandonaram a terra ocupada. Outro entrevistado contou que abandonou a vida no campo e foi trabalhar na cidade devido ao perigo constante de despejo. Outros trabalhadores rurais e suas famílias tiveram o mesmo destino (Entrevista com cinco lavradores de Cachoeira Grande concedida a Leonilde Medeiros em 30/09/1982). O depoimento de Antonio Ernesto coincide com os anteriores. O fato de eventualmente aparecer alguém morto gerava ainda mais medo entre as pessoas. Segundo ele, somente na gleba América Fabril foram três vítimas fatais, em circunstâncias que, até hoje, permanecem sem esclarecimentos.

A ameaça ou a ocorrência de despejos e/ou atos violentos, entretanto, não provocou a saída de todos os trabalhadores das terras ocupadas. Foi significativo o número de *posseiros* que, junto com suas famílias, permaneceram na terra. Ao que parece, foi principalmente a falta de alternativas de mudança para outro local que fez com que essa fosse a opção. Mas não foi só isso. Também a concepção de que a ação dos *grileiros* era um ato injusto,

pois a terra deveria pertencer a quem nela trabalhava, mobilizou famílias a não deixarem suas posses.

Antonio Ernesto está entre os que resolveram permanecer. Contudo, mesmo na sua família, esta opção não foi consensual. Alguns deles abandonaram a região após serem ameaçados de morte por um dos *grileiros*. No trecho a seguir, ele fala sobre suas motivações para ter permanecido na Fazenda Conceição de Suruí.

> Marco: Por que o senhor resolveu ficar?
>
> Antonio Ernesto: Porque eu digo ó, a minha família nunca correu de rastro de onça, só quando vê a onça. Botei na cabeça que ia ficar aqui. Fiquei aqui, comecei a trabalhar, logo depois eu casei aí mesmo, com uma menina da roça mesmo, vamos fazer 44 anos de casado. Estamos aí. O homem tem que ter coragem, primeira coisa é coragem, muita fé naquilo que ele faz. O cara não pode desanimar. Ou, se ele olhar assim, se voltar no meio do caminho, mais nada dele vai pra frente. (Antonio Ernesto, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010).

Mais do que a recusa em perder os bens que conquistou, está presente uma concepção de que não considerava justa sua saída da terra ocupada sem direito a nada, uma vez que, depois de ter passado por momentos difíceis, conseguiu se estabelecer na terra, construir benfeitorias e produzir alimentos.

Quase todos os entrevistados se referiram, com mais ou menos detalhes, a algum episódio de despejo ou ameaça de despejo. Era comum falarem também sobre intimidações, agressões e até mesmo assassinatos. Em geral, era por ocasião do despejo ou em virtude da sua ameaça que outros atos violentos eram cometidos. Contudo, as violências contra os trabalhadores rurais e suas famílias não se restringiram a estes momentos, embora ainda estivessem vinculados à questão da luta pela terra.

Despejos, destruição de benfeitorias, agressões físicas, assassinatos, tentativas de despejo e intimidações foram considerados atos violentos pelos atores que vivenciaram esses episódios. A quantidade de referências a despejo ou à sua ameaça parece proporcional ao desencontro destas informações. É difícil precisar sua recorrência e quando eles ocorreram. No entanto, a lembrança recorrente deste tipo de ação na memória dos entrevistados indica como estes atos foram marcantes.

Em geral, os entrevistados explicam que os despejos eram ações empreendidas pelos *grileiros* para expulsar os *posseiros* das terras onde moravam e trabalhavam. Para efetivarem os despejos e garantirem seu sucesso, os *grileiros* pareciam estruturar uma rede de colaboradores. O despejo era empreendido por policiais, Exército e/ou por uma polícia privada (identificados pelos entrevistados, muitas vezes, como *jagunços*) e contava com o apoio da Prefeitura de Magé, conforme mencionado no depoimento citado anteriormente. Todos eles estavam vinculados, na percepção dos trabalhadores, a algum *grileiro*, que era o mandante da ação. No trecho a seguir, Janice Duarte ressalta a vinculação entre a fábrica, no caso da disputa por terra na gleba América Fabril, o Exército e a polícia em uma ação de despejo.

> [...] a fábrica botava o Exército em cima deles [os posseiros], eles dormiam no mato, vinham aqui mesmo, tem muita história aí que eles dormiam no mato.
> Marco: Por quê?
> Janice: Porque senão a polícia vinha e apanhava eles a mando da fábrica. (Janice Duarte, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

A vinculação entre *grileiros* e policiais aparece também na fala de Antonio Ernesto, bem como a perseguição e vigilância a que estavam submetidos alguns *posseiros:* "O problema do *grileiro* naquela época é porque eles perseguiam com a polícia, com os jagunços, eles observavam até a hora que o cara ia à cidade fazer uma compra. O cara tinha que ir de dia e voltar de dia porque de noite era mais difícil" (Antonio Ernesto, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 05/05/2010). Na mesma entrevista, o trecho abaixo é elucidativo da vinculação entre ação privada (dos *grileiros)* e forças do Estado.

> Antonio Ernesto: Teve companheiro nosso, Manuel Francisco Flor, morava no quilômetro 5,5 da Rio-Friburgo, sumiram com ele. [...] Ficou quatro dias os urubus já estavam comendo ele no campo, trabalhando na roça. E outros companheiros que sumiram, que até hoje ninguém sabe onde que entrou. Tempo da ditadura eles sumiam com o cara que ninguém via.
> Marco: Quem era que sumia com essas pessoas?
> Antonio Ernesto: Eram os "grileiros" .

Antonio Ernesto atribui a violência à ditadura, mas, quando perguntado sobre quem cometeu o ato violento, responde que foram os *grileiros*. O que esta história revela, longe de ser uma confusão sobre os adversários dos trabalhadores rurais na luta pela terra, é a dupla perseguição a que estes sujeitos estiveram submetidos, como ressalta Palmeira (1985).

Para executar os despejos, os *grileiros* contavam também, em algumas situações, com a conivência do Poder Judiciário de Magé. Segundo Altamir Pettersen, que foi assessor jurídico da Fetag/RJ e do STR de Magé nos anos 1970 e posteriormente assessor jurídico da Contag, os despejos, até o final dos anos 1960, eram coletivos: os advogados dos *grileiros* argumentavam que a terra em questão havia sido invadida por várias pessoas antes de 1964 e requeriam sua posse de volta. A partir de fins dos anos 1960 e início da década de 1970, as ações de despejo passaram a ser individuais, visando à expulsão de um ou outro trabalhador (Altamir Pettersen, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 23/06/2011).

Em geral, após expulsar os trabalhadores e suas famílias das terras ocupadas, casas e lavouras eram destruídas. Mas as benfeitorias dos lavradores não eram o único alvo das ações dos *grileiros*. Os próprios *posseiros* foram fisicamente agredidos, segundo alguns entrevistados. Janice, que na época era funcionário da fábrica e vivia na Fazenda Cachoeira Grande, pôde ver os acontecimentos ocorridos na gleba América Fabril. Ele contou que a polícia tirava os moradores das suas casas por meio de agressões físicas: "Porque o pessoal era tirado daqui embaixo de porrete mesmo. A lei aqui, não discutia no Fórum não, a polícia chegava aqui e batia em todo mundo..." (Janice Duarte, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010). Antonio Ernesto e Celita também citaram casos de agressões físicas dos policiais contra os *posseiros* nos momentos dos despejos:

> Marco: E como eles despejavam todo mundo?
>
> Celita: A polícia.
>
> Marco: Eles chegavam e faziam o quê?
>
> Celita: Enfiavam o cacete.
>
> Antonio Ernesto: Bate, três, cinco, seis que tão ganhando dinheiro com isso, mete a mão, bota abaixo. [...]

> Marco: Quebravam as coisas...
>
> Antonio Ernesto: É, quebra tudo, não pode fazer nada. (Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 21/07/2010).

O próprio Antonio Ernesto foi vítima de uma tocaia dos *grileiros*, que tentaram matá-lo:

> Antonio Ernesto: Escapei da morte, me cercou pra me matar quatro da manhã, tocaia.
>
> Marco: Como foi isso?
>
> Antonio Ernesto: Aqui, nesse morro ali. 1975, por aí. Eu ia pra luta quatro da manhã.
>
> Marco: O senhor estava indo para onde?
>
> Antonio Ernesto: Trabalhar, pro Rio. A bem dos trabalhadores.
>
> Marco: E o que aconteceu?
>
> Antonio Ernesto: Os dois caras meteram a lanterna, igual caçador faz com a paca, com o gambá, com o bicho do mato. Fogo [...], pulei na pirambeira, cabei a camisa, igual lagarto, de costas, mais de cinquenta metros dentro do mato (Idem).
>
> (...)
>
> Quando eu escutei, mais de 40 metros, o cara gritou, sentou a lanterna na minha cara, "é ele mesmo, fogo nele!", vazei de costas mesmo, a pirambeira, sumi, no meio do mato. Saí na casa de um amigo que mora até hoje, chama-se Pelé. Hoje eu tô contando a história, mas muitos companheiros, muitos amigos, até hoje, velho, vai contar a história do que ele sofreu, que ele passou (Idem).

A perseguição contra Antonio Ernesto parece ter sido intensa, possivelmente por ele ter sido uma das principais lideranças na luta contra os *grileiros* na região. Já com o gravador desligado, ele contou que a cada dia saía com uma roupa diferente para escapar da vigilância. O controle sobre Antonio Ernesto foi feito também pela Polícia Federal. Ele precisou mensalmente, durante cerca de um ano, em 1970, se apresentar a ela. Em todas as situações, era interrogado sobre o que fazia, por onde passava, se viajava, entre outros assuntos. O interrogatório durava cerca de duas horas

e no fim ele era obrigado a aguardar ser liberado, o que só ocorria no fim do dia. Segundo Antonio Ernesto, foi sua passagem por Brasília, quando trabalhou como cozinheiro para os militares, antes de envolver-se com os conflitos sociais no campo, que o salvou desse interrogatório, pois ele tinha boas referências de pessoas importantes, e isso contribuiu para que ele não fosse preso.

Contou ainda que, em Magé, muita gente desapareceu durante a ditadura. Citou o destino trágico de dois dos seus companheiros, narrando detalhes de como os assassinos faziam para sumir com o corpo das suas vítimas.

> A gente tinha um companheiro chamado Zé da Bota, mataram ele trabalhando [...]. O outro companheiro que era [...], ficou três dias e três noites, o urubu já tava começando a comer ele [...]. Naquela época eles usavam muito. Pegavam o cara, as duas pernas, os dois braços, levava pro rio, com mais de três metros de fundura, quatro metros, amarrava um arame forte no pescoço e uma pedra de vinte quilos e jogava. A pedra afundava ele, levava, aí o peixe comia, acabou. Ia responder o quê? Acabou. O tempo da ditadura foi muito difícil. O Manuel Francisco Flor, é até pernambucano ele, a família dele passou a morar em [trecho inaudível], estive duas vezes lá para dar assistência à mulher dele, porque ele sumiu, não tinha nada. Para conseguir uma pensão por desaparecimento. (Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 31/10/2010).

Jair também afirmou em entrevista que, após 1964, muita gente sumiu e a pressão em cima dos líderes começou. Muitos colegas foram apanhados. Jair se salvou porque dizia para a polícia e para o Exército que não tinha nada a ver com aquele movimento de luta pela terra, que trabalhava com o frete do caminhão que tinha e os trabalhadores rurais eram um dos clientes. Segundo seu depoimento, alguns colegas estão em cadeira de rodas porque foram torturados, inclusive gente de Magé. Comenta ainda que a época da ditadura foi de muito sofrimento e tristeza, e que só não foi pego porque Deus o guardou, pois ele estava sempre junto com as pessoas envolvidas na luta pela terra (Jair da Anunciação, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 30/07/2010).

Além dos atos violentos em si, como as destruições de casas e lavouras, agressões, assassinatos e sumiços, a tensão vivida cotidianamente pelos tra-

balhadores com medo de que algum desses atos pudesse vir a acontecer é constantemente lembrada nas entrevistas. Pelé falou sobre a insegurança que vivia no tempo em que era *posseiro*, pois temia que os *grileiros* o expulsassem das terras ocupadas:

> A gente aqui tinha aquela coisa: você amanhecia, não sabia que ia anoitecer. Anoitecia... Era sempre assim. Porque os grileiros... [...] Então era aquilo, a gente plantava uma batata, não sabia que ia colher a batata, plantava o aipim, não sabia que ia colher. (Pelé, Antonio Ernesto e Celita, entrevista concedida a Marco Antonio Teixeira em 29/07/2010).

As entrevistas citadas aqui revelam casos de mortos e desaparecidos no período da ditadura civil-militar que não entraram nas estatísticas. Indicam que foi significativa a violência que se abateu sobre os trabalhadores rurais já no imediato pós-golpe. Embora se restrinja a um estudo de caso, a pesquisa, ao revelar aspectos da repressão política que se abateu contra trabalhadores rurais de Magé, situação até então pouco conhecida pela literatura acadêmica, aponta para a necessidade de realização de outros estudos que venham dar visibilidade às histórias de homens e mulheres que viviam no campo brasileiro, muitos deles atingidos pela ditadura e até hoje invisibilizados.

Referências

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder:* conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha:* Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record, 1986.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, Meu Pai*. São Paulo: Global, 1986.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro:* (1950-1964). 2 v. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

_______. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 14, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

______. *Lavradores, trabalhadores agrícolas e camponeses:* os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de memórias:* trabalho e identidade nas falas de operários têxteis do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política:* os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

SILVEIRA-LINDOSO, Maria José. *A ambiguidade na transformação:* um estudo sobre ideologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1983.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações:* um estudo de caso em Magé, RJ. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

WEID, Elisabeth Von der; BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O fio da meada; estratégia de expansão de uma indústria têxtil:* Companhia América Fabril: 1878-1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.

CAPÍTULO 5

"Luta-se pela terra livre"

Conflitos fundiários e ocupações de terra na região da Fazenda São José da Boa Morte

Ricardo Braga Brito

Introdução

Em novembro de 1961, cerca de 300 *posseiros* ocuparam duzentos alqueires de terra no município de Cachoeiras de Macacu. Segundo eles, as terras eram públicas e estavam sendo apropriadas de forma ilegal desde 1958 pelos donos da empresa Agrobrasil e da fazenda São José da Boa Morte (SJBM), vizinha da região. A ação dos *posseiros* se opunha aos despejos perpetrados pela empresa, marcados pela queima de casas e soltura de gado nas lavouras.

Na ocasião, os camponeses escavaram trincheiras, criaram senhas de entrada e se armaram para garantir sua permanência no local. Contudo, a ocupação foi desfeita pela atuação da polícia e da Comarca de Cachoeiras de Macacu. Dois anos depois a mesma área foi reocupada, mas com uma configuração diferente. Os lavradores hastearam uma bandeira nacional e uma grande bandeira com os dizeres: "Luta-se pela terra livre" (Despejados os lavradores de São José da Boa Morte. *Última Hora*, 14/12/1963). Com a ajuda de sindicatos, das associações, do prefeito local e da Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), os camponeses conseguiram a desapropriação da fazenda pelo então presidente João Goulart, em janeiro de 1964.

Cerca de três meses depois foi dado um golpe de Estado, iniciando a ditadura empresarial-militar que durou 21 anos e cujas marcas ainda podem ser reconhecidas. Para Arantes (2010, p. 205), 1964 é um "ano que não terminou". Ainda nos primeiros meses após o golpe, foram levados à prisão 50 mil pessoas em todo o Brasil.[1] Segundo o autor, em 1964 "os cárceres já

1 Arantes utiliza como fonte os trabalhos de Alves (1985), Huggins (1998) e Teles (2005).

gritavam" (Ibidem), tendo na tortura o ingrediente principal dos inquéritos. A ditadura reforçava a dimensão *desaparecedora* do poder[2], fazendo coexistir em sua prática cotidiana a tortura, o desaparecimento e a tentativa de garantir a legalidade do regime, tendo como principal alvo de suas atuações a capacidade organizativa das pessoas comuns. Seguindo as pistas do historiador Greg Grandin (2004), Arantes diz, citando-o: "ao longo de mais de três décadas de contrarrevolução – é este o nome – no continente, perseguiu-se de fato um só objetivo: *extinguir 'o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas*'" (ARANTES, 2010, p. 218, grifo nosso).

Quinze anos depois do golpe e da desapropriação da fazenda SJBM que, na segunda metade dos anos 1960, teve suas terras devolvidas à empresa Agrobrasil, os trabalhadores e trabalhadoras da região tornaram a ocupá-la. Em 1980 o novo contexto de mobilização nacional e distensão política do regime coexistia com a violência no campo e os despejos, alimentando e reproduzindo condições de indignação. Velhos e novos moradores, muitos dos quais participaram das ocupações de 1963 e 1961, tornaram a se organizar e conquistaram, agora de fato, o direito à terra em 1981.

Analisaremos neste capítulo esta experiência de luta que, ao longo de vinte anos, conformou uma experiência de classe e uma cultura política que foram acionadas em momentos de confronto e que ainda perdura e se revela em momentos críticos.

Resistência teimosa e ditadura

Compreenderemos aqui, como Arantes (2010), o golpe a partir de sua atuação política e ideológica de extinção da política enquanto dimensão de mudança. Entender o regime que se iniciou em 1º de abril de 1964 como uma contrarrevolução não pretende sugerir que havia de fato uma revolução comunista em curso no Brasil, mas sim que estava em jogo impedir a emergência e mesmo a formulação de projetos populares de sociedade, divergentes do desejado pelos militares e pelas parcelas civis que a eles se

2 O conceito de *poder desaparecedor* é de Calveiro (2013) e classifica o modelo repressivo de poder adotado pelo governo totalitário na Argentina.

associaram e financiaram, compreendendo também a virtualidade de uma revolução popular no imaginário daqueles que deram o golpe (MELO, 2014a). A característica que emerge neste momento é o dispositivo de Estado de emergência, acionado como medida de contenção das classes populares e opositoras ao regime e como garantia do desenvolvimento capitalista pelo mercado (ARANTES, 2010; LEMOS, 2014).

O modelo que teve seu auge no "milagre econômico" tinha suas bases na política permanente de arrocho salarial, no endividamento externo e na repressão às organizações políticas, sindicais, trabalhistas ou populares que não estivessem de acordo com a ideologia delimitada pelo regime. Estes elementos permitem a Melo (2014a; 2014b) e Oliveira (2003) afirmarem o caráter de classe do golpe de 1964.

Dreifuss (1981), ao propor uma nova formulação conceitual, cunhou o termo "ditadura civil-militar", onde "civil" teria um sentido classista, e não de homogeneização da sociedade na adesão ao golpe. O autor, contudo, afirma que também seria correto utilizar o termo ditadura empresarial-militar ou ainda tecno-empresarial-militar, devido à especificidade da classe envolvida na concepção, realização e continuação do regime que se estabeleceu. Esta explicação visa se afastar da mistificação com que o termo "civil" é utilizado em alguns casos e valorizar a participação ativa – e não reativa – do empresariado brasileiro no acirramento político pré-1964, no golpe e na formulação de políticas públicas:

> [...] a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos, tradicionalmente não-militares, é bastante notável. [...] Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários [...] ativistas do complexo Ipes/Ibad[3] ou [...] que compartilhavam

3 Para Dreifuss, a intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro e sua fração multinacional e associada se formaram ao redor do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad). Por estes institutos passaram representantes dos setores do empresariado e militares de alta patente que ocuparam cargos e produziram projetos de lei e de reforma aprovados durante a ditadura, tornando os interesses desta classe a razão de Estado.

> das metas daqueles e que haviam contribuído para os esforços dirigidos pelo Ipes para derrubar J. Goulart. (DREIFUSS, 1981, p. 417).

Desta forma, utilizaremos aqui os termos ditadura civil-militar e empresarial-militar como sinônimos, sendo o segundo uma delimitação mais acurada dos propósitos do golpe e daqueles que nele estiveram presentes de forma ativa.

Tomaremos emprestada a expressão "resistência teimosa" de Thompson (1998, p. 13), a fim de melhor compreender a resistência promovida pelo movimento camponês. Este autor a utiliza para se contrapor às concepções da historiografia que analisou o século XVIII inglês como de declínio dos costumes e de ascensão das reformas e do progresso, estando o povo sujeito passivamente às pressões por modernização e mudança na sua cultura.

Seguindo as linhas do autor, é preciso enxergar as funções dos costumes e da resistência, teimosa e cotidiana. Não se situam apenas na dimensão dos significados, atitudes e valores, mas também no ambiente material: um equilíbrio de relações sociais, um ambiente de exploração do trabalho e de resistência a essa exploração, nas rotinas de trabalho, nas atividades diárias, no paternalismo e nas relações de poder muitas vezes mascaradas. Também fazem parte dos costumes a transmissão oral de práticas, técnicas de trabalho, comportamentos e expectativas, em suma, experiências sociais que constituem um modo de se comportar, compreender e exigir no mundo sumamente ligado a uma experiência de classe, sem com isso assumir de imediato uma consciência de classe.

Apesar do conflito e da mudança serem partes inerentes da dinâmica social, os homens e mulheres que agem na história frequentemente não conseguem mudar suas bases sociais e materiais de modo efetivo ou duradouro. Contudo, é preciso conhecer estes agentes para entendermos o conflito, e isto implica conhecermos suas práticas e expectativas. Compreender é observar as múltiplas dimensões – econômicas, políticas, sociais, religiosas etc. – assumidas pela exploração e pela resistência.

A fim de abarcar de modo mais eficiente estas múltiplas dimensões, utilizamos o conceito de classe proposto por Thompson (2001), um conceito aberto à experiência como um fenômeno temporal e relacional de compartilhamento de vivências, tradições, valores e ações definidas pelos homens e mulheres que agem na história. Este termo só pode ser compreendido em

relação com outras classes, em conflito de interesses, valores, experiências e projetos; em suma, em luta de classes.

É deste modo que poderemos compreender a "resistência teimosa" como a constituição de uma cultura política ao mesmo tempo tradicional (pois busca os costumes anteriores às mudanças impostas) e rebelde (pois se contrapõe às inovações e modernizações impostas por governantes, proprietários, comerciantes e empresários). As inovações do capitalismo quase sempre são experimentadas como intensificação da exploração e da expropriação (da terra, dos direitos, dos lazeres).

Transportando este conceito, com as devidas limitações, para o caso em questão, é possível ver na atuação organizada do movimento camponês a resistência a um projeto de classe que foi instaurado em 1964, mas que já se apresentava nas décadas anteriores, período de formação do próprio movimento camponês. Podemos compreender este modelo empresarial-militar a partir das palavras de Dreifuss (1981, p. 489):

> A história do bloco de poder multinacional e associado começou a 1º de abril de 1964, quando os novos interesses realmente "tornaram-se Estado", readequando o regime e o sistema político e reformulando a economia a serviço de seus objetivos. Agindo dessa forma, levaram o Brasil e, poder-se-ia conjecturar, todo o cone sul da América Latina ao estágio mundial de desenvolvimento capitalista monopolista.

O movimento camponês em Cachoeiras de Macacu

Cachoeiras de Macacu é um palco privilegiado para a compreensão da luta por terra no Rio de Janeiro. Seu passado remonta à expulsão dos franceses da Baía da Guanabara, às sesmarias e à doação da área correspondente ao que hoje aproximadamente é o município à Companhia de Jesus em 1571, porém estabelecida na região apenas em 1579, devido aos conflitos decorrentes da invasão dos territórios indígenas pelos portugueses (CARDOSO, 2009). Com a doação de inúmeras outras sesmarias ao longo das margens do rio Macacu durante os séculos XVI e XVII, fundou-se em 1697 a Vila de Santo Antônio de Sá, considerado o primeiro nome oficial da região de

Cachoeiras de Macacu. Esta vila, também conhecida como Vale do Macacu, compreendia o que hoje são partes dos municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé, ocupando a porção nordeste do recôncavo da Baía de Guanabara.

A ocupação dessa área acompanhou o curso do rio Macacu, sendo traçadas rotas para escoamento de produtos, mas também para o estabelecimento de casas, povoados, fronteiras e portos. Os fluxos dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu também serviram como principais meios de comunicação entre a Baixada da Guanabara e a capital Rio de Janeiro. A maior parte da população produtora e residente em Cachoeiras de Macacu era composta por homens e mulheres livres e pobres que tinham como sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada. Alguns tinham alguns escravos que auxiliavam o trabalho na lavoura (CARDOSO, 2009; ROSA JR., 2014). A produção, transportada pelos rios, era voltada para o abastecimento do mercado interno da vila e do Rio de Janeiro: farinha de mandioca, arroz, feijão e milho, além de açúcar e extração de madeiras, trabalhadas para as construções civil e naval, ou para transformação em lenha e carvão.

No século XIX, a região viveu um processo de decadência econômica, devido a fatores como a migração da cultura do café para o Vale do Paraíba, levando a esta área maiores investimentos e instrumentos de trabalho; gradual extinção do trabalho escravo; a epidemia de malária, denominada "febre do Macacu", que atravessou a região a partir de 1830 e foi responsável por uma sensível baixa na população e consequente redução das áreas produtivas no baixo e médio curso do rio Macacu que, por ser área de brejos, favorecia a reprodução dos mosquitos transmissores da doença[4]; a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo, que contribuiu para o desuso do rio, inclusive no imaginário local: o que antes era visto como vetor do progresso e articulador da organização social passou a ser evitado pelo uso da linha férrea e pela possibilidade de contaminação (ROSA JR., 2014). A decadência do uso do rio também estava associada à mudança da sede da Vila de Santo Antônio de Sá para Santíssima Trindade (que na época teve seu nome mudado para Sant'Anna de Macacu). No final do século XVIII e

4 Ao fugir da epidemia que assolava o rio Macacu, a população que morava nas áreas de brejo passou a ir para outras freguesias dentro da Vila de Santo Antônio de Sá, como, por exemplo, a de São José da Boa Morte.

primeira metade do século XIX foram inúmeras as fragmentações de seu território, devido à anexação destas freguesias a outras vilas e, em alguns casos, à elevação de freguesias a vilas, levando consigo engenhos, escravos e produções diversas e significativas, deslocando também a população livre.

Este contexto foi se alterando ao longo do século XX quando as obras de revitalização da Baixada Fluminense não se traduziram em aumento da produção e melhoria de vida para os trabalhadores. Apesar de, em Cachoeiras de Macacu, segundo os Censos Agropecuários, aumentarem as terras de lavoura e pastagem, entre os anos 1950 e 1960 houve diminuição de 21,5% do trabalho permanente e de 61,5% do trabalho de parceria, enquanto o trabalho temporário aumentou 183,2%. O número de pessoas envolvidas em atividades de agropecuária e extração dobrou entre estas décadas (indo de 30% para 65,5% da população total do município). Estes dados evidenciam a saída de trabalhadores (possivelmente por dispensa ou despejo), particularmente intensificada nestes anos, além de significativa mudança nas relações de trabalho e avanço da criação de gado sobre terras que antes eram de lavoura (GRYNSZPAN, 1987, p. 50 e 61).

São apontados como causadores e perpetradores dos despejos os *grileiros*. Esta é uma categoria utilizada pelos *posseiros* no momento do confronto. Como dito anteriormente, cada polo dessa relação expressa a identidade de um conjunto de homens e mulheres que compartilham uma experiência social de classe e um conjunto de valores comuns. Para os *posseiros*, a terra é local de importância para a sua experiência social: local de trabalho, de moradia, de vinculação com outros homens e mulheres, de vivência religiosa, enfim, de sociabilidade, tendo, portanto, um valor moral. A identidade política assumida pelos *posseiros* compreende como central para a sua luta o fim da relação de dominação e o entendimento da terra como um direito de quem nela trabalha.

Desta forma, o termo *grileiro* assume imediatamente uma conotação negativa, significando aquele que se apodera de terras alheias por meio de documentação falsa, do uso da violência, da quebra de relações e normas comumente aceitas. *Grileiro* passa a ser aquele que impede a relação do camponês com a terra em sua realidade material e simbólica.[5] Para eles, a terra

5 A compreensão das categorias *posseiros* e *grileiros* como identidades políticas é realizada por Grynszpan (1987), remetendo ao trabalho e às categorias de análise de Thompson (1998).

é concebida como mercadoria e deve ser valorizada através da especulação fundiária e posterior loteamento urbano. Nesse contexto, a criação de gado é a forma de utilizar a terra com um mínimo de investimento, valorizando-a.

Contudo, a escolha ou não pelo enfrentamento depende do contexto vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras, não estando apenas ligada à exploração e dominação. Para que a revolta emerja, é necessário que o despejo tenha sido visto como uma ação injusta e possível de ser evitada – e não como um direito do proprietário – o que dilui a autoridade do patrão ou daquele que atua diretamente no despejo (juiz, polícia, jagunço). Como trabalhado por Thompson (1998), os estímulos econômicos (fome, pobreza, desemprego) devem ser observados na sua relação com o consenso popular, com o conjunto das normas tradicionais e de obrigações sociais assumidos e esperados por cada classe em relação. A reação dos camponeses vem, em grande medida, da percepção – quando esta ocorre – da quebra das relações de dominação tradicionais, que pode ser desencadeada pela violência empregada pelo patrão; mudança brusca nas relações de trabalho; chegada de um novo proprietário, *grileiro* ou *jagunço* com o qual não se tinha um contato prévio. Deve-se ressaltar que as relações entre os proprietários e os *posseiros* nos anos 1950 e 1960 estavam cada vez mais mediadas pelo uso da violência e pela presença de jagunço*s*, afrouxando os laços de subordinação que prendiam o lavrador ao patrão.

A transformação na relação entre trabalhador rural e patrão quebrou não apenas uma relação de trabalho e convivência, mas um pacto paternalista com valor simbólico e material, sendo o patrão visto como aquele que podia amparar na hora da necessidade, para comprar remédios, para ajudar com problemas pessoais (MONTENEGRO, 2003). Seguindo as pistas de Bourdieu (1996), é rompida uma relação de troca do dom e do contradom, baseada em uma economia de bens simbólicos, ou ainda uma economia moral (THOMPSON, 1998), deixando o patrão de arcar com os deveres e desejos esperados pelos camponeses.

O rompimento abrupto desta configuração se deve ao processo de objetivação da relação entre patrão e trabalhador, sendo a relação fundada a partir deste momento baseada na mercantilização da terra e no avanço da lógica da economia de mercado. Frente a esta nova configuração de ruptura das formas de associação tradicionais, os trabalhadores rurais começam a se mobilizar contra estes novos discursos e práticas que, com o uso cons-

tante das violências física e simbólica, perpetuavam modos de exploração, dominação e expropriação.

Deste modo, estava em jogo um conflito de valores e de interesses afetivos e morais, vividos no aprendizado cotidiano e que constituíam a experiência que pode resultar na composição de uma classe. A luta realizada pelos camponeses, portanto, também é conflito entre valores de uso e de troca, valores que trazem distintas e determinadas formas de se vivenciar, experimentar e significar a terra (THOMPSON, 1981; MARTINS, 1986).

Com o aumento da violência física e da exploração do trabalho, passaram a ser questionadas a propriedade da terra, a legitimidade de atuação do proprietário e a própria noção e caracterização de propriedade: os trabalhadores do campo passaram a negar a sua saída da terra e o pagamento pelo trabalho e moradia. O despejo, como medida que visava bloquear a possibilidade de acesso à terra, desencadeia a luta, assimilando e desenvolvendo a resistência teimosa contra a abrupta redefinição das relações entre *posseiros* e *grileiros*.

Ocupações e desapropriação (1961-1964)

O conflito de SJBM possui duas grandes fases. A primeira se inicia ainda nos anos 1950, com a gradativa ocupação de terra por lavradores, e vai até o golpe empresarial-militar, que representou uma inflexão nas suas lutas e vitórias obtidas, obrigando as lideranças a fugirem, desarticulando a organização do movimento camponês. A segunda fase tem início no final dos anos 1970, no período de reabertura política, quando a fazenda é novamente ocupada, já com novas organizações atuando, sendo novamente desapropriada em 1981. O caso dá indicativos da correlação de forças que remonta aos agentes envolvidos na deflagração do golpe de 1964 e na própria continuidade do regime ditatorial, revelando relações entre a classe empresarial, o Estado, as polícias e as Forças Armadas.

A gradativa ocupação de terra da fazenda remonta aos anos 1950, quando o município atingia considerável índice de produção agrícola. Uma de suas bordas limitava-se com o Núcleo Colonial de Papucaia, e a proximidade entre as duas áreas foi um dos principais fatores que geraram os conflitos

que têm seus pontos mais altos nas ocupações de 1961, 1963 e 1979, nas prisões que se seguiram às ocupações e nas desapropriações de 1964 e 1981.

A Fazenda Papucaia, ou Fazenda do Colégio (CARDOSO, 2009), fazia parte das terras doadas à Companhia de Jesus no século XVI. Em 1757 foi apropriada devido ao ímpeto laicista que o Estado português assumiu. Após uma sucessão de donos, em 1840 a fazenda foi subdividida em outras cinco fazendas menores, entre elas a Fazenda Papucaia. Sua última proprietária, antes da criação do Núcleo Colonial em 1951, foi a Companhia Nacional de Navegação Costeira, pertencente a Henrique Lage.[6]

Em 1951, com o intuito de criar um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro, o então presidente da República, Getúlio Vargas, por meio da Divisão de Terras e Colonização (DTC), desmembrou a Fazenda Papucaia e criou o Núcleo Colonial de Papucaia. Posteriormente, em 1954, com a mudança de órgãos responsáveis pelos projetos de colonização, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) passou a tomar conta destas terras. Com essa iniciativa, a região obteve altos índices de crescimento populacional ao longo da década de 1950, pois, além da produção frutícola, também apresentava a possibilidade de extrair madeira e fabricar carvão. Silva (1994, p. 40) destaca que a procura por lotes (de 10 a 15 hectares) do recém-criado núcleo foi tão intensa que em pouco tempo se chegou a mais de seis mil pedidos. Porém, existia então uma compreensão de que o imigrante estrangeiro era um agricultor mais eficiente, privilegiando-se, assim, italianos e japoneses na distribuição destes lotes. O descontentamento entre os *posseiros* que ali já viviam e trabalhavam foi grande e alguns decidiram ocupar áreas do Núcleo, acusando aqueles que

6 Henrique Lage, um dos filhos de Antônio Martins Lage, assumiu os negócios da família no ano de 1918, após o falecimento de seus irmãos mais velhos. Henrique já tinha experiência no ramo empresarial e, ao assumir a presidência da Companhia Nacional de Navegação Costeira, adotou uma estratégia baseada no trinômio carvão, ferro e navio. Sua atuação dependia do apoio do governo, a partir de incentivos fiscais e empréstimos. Apesar de alguns conflitos iniciais com o governo de Getúlio Vargas, Lage e Vargas logo fizeram parcerias e relações econômicas. Em 1941, Henrique Lage faleceu e no ano seguinte o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, após uma série de ataques alemães a navios brasileiros. Por intermédio de sua viúva, e também pela relação com Vargas e o momento de tensão vivido com os conflitos da guerra, as empresas e bens do espólio de Henrique Lage foram incorporadas ao patrimônio nacional a partir do decreto-lei nº 4.648, de 2 de setembro de 1942 (RIBEIRO, 2007).

se apropriavam dos lotes de exploração da mata e revenda para construções de chácaras.

De acordo com a bibliografia e com os documentos sindicais consultados, os proprietários da São José também invadiram uma área do Núcleo Colonial, o que acirrou os conflitos entre camponeses, proprietários e órgãos do Estado.[7] Embora a área da SJBM e a área invadida do Núcleo fossem alvos de reivindicação de posse por diversas pessoas que se diziam proprietárias, centraremos nossa atenção naqueles que eram os mais acusados pelos camponeses: os irmãos Coimbra Bueno.

Nos anos 1950, o proprietário da SJBM era Adalberto Corrêa. Com seu falecimento, em 1954, parte de sua herança foi vendida para os irmãos Coimbra Bueno. É interessante notar a relação entre estes indivíduos e o Estado: Adalberto Corrêa foi deputado pelo Rio Grande do Sul ainda no Estado Novo (1937-1945), tendo atuado pelo Partido Republicano Liberal (PRL), que apoiava o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Segundo Rosa Jr. (2009), Adalberto, muito ligado a Getúlio Vargas, teria adquirido as terras das fazendas SJBM, Fazendinha e do Carmo, todas no município de Cachoeiras de Macacu, por volta de 1933, ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, responsável por algumas obras de revitalização da Baixada. Parte das terras também foi comprada no governo democrático de Getúlio, em 1951, compondo o Núcleo Colonial de Papucaia, após uma série de obras de saneamento que valorizaram o terreno (ver também GRYNSZPAN, 1987).

Com a morte de Adalberto, em 1954, suas terras foram adquiridas pela empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., de propriedade dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno.[8] No ano de 1934, esses

7 Esta documentação pode ser encontrada no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (NMSPP/CPDA/UFRRJ).

8 O nome de Abelardo Coimbra Bueno é encontrado no Apêndice B "Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do Ipes" do livro de René Dreifuss (1981, p. 513). São citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrasil S.A., British-Americano Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (voltada para a mudança e interiorização da capital federal, com preferência para o estado de Goiás). Seu irmão Jerônimo foi governador do estado de Goiás de 1947 a 1950 pela União

irmãos, recém-formados em engenharia, foram convidados pelo primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalhar na concepção e construção da capital estadual, Goiânia, ficando responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938. Como forma de pagamento pelo serviço, receberam, além do dinheiro, um pedaço das terras da nova capital, onde iniciaram um loteamento privado para construção de residências operárias (MACIEL, 1996; MOTA, 2004).

Concluído o trabalho em Goiânia, foram convidados pelo então interventor do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, para elaborar os planos urbanísticos das cidades localizadas na metade norte do estado. Projetaram também núcleos de periferia em municípios da Baixada, como técnicos auxiliares no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense, dentre eles, Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu (SILVA, 1994).[9] Além disso, Jerônimo foi representante da Associação dos Pecuaristas do Brasil Central no Rio de Janeiro, colaborou na formação da Companhia Duratex Indústria e Comércio, organizou e dirigiu a Empresa Exportadora de Cristal de Rocha e foi autor dos planos e das obras de remodelação de Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Luisiânia (SP), Atafona (RJ), Araruama (RJ), Cabo Frio (RJ), Campos (RJ) e Petrópolis (RJ).[10] Por último, Abelardo Coimbra Bueno foi sócio fundador e membro do Conselho Orientador do Ipes – Seção Guanabara.[11]

Foi provavelmente por meio desse conjunto de atividades que Jerônimo e Abelardo conheceram a fazenda SJBM. De acordo com Marino Monteiro

Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio e João Goulart, e teve papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963.

9 Informações retiradas também do site www.urbanismobr.org, com base em uma entrevista concedida por Abelardo a pesquisadores de uma rede de estudos em urbanismo, no ano de 1998.

10 Informações retiradas do verbete biográfico de Jerônimo Coimbra Bueno no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-coimbra-bueno>. Acesso em: 22 mar. 2016.

11 Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_QL_0_OFU_001_d0019de0023, p. 276-277.

de Barros[12], administrador da Agrobrasil até meados dos anos 1970, em depoimento prestado em 30 de agosto de 1964, no Inquérito Policial Militar (IPM) que compôs o processo nº 7.477, sobre as "atividades subversivas" dos que participaram do movimento de ocupação da fazenda, Jerônimo comprou os imóveis de Adalberto Corrêa (SJBM, Fazendinha e do Carmo) em 1954, mas apenas em 1957 começou a produzir cereais e a criar gado. Como apontado por Rosa Jr. (2009), no ano seguinte, 1958, iniciou-se o cumprimento das ordens de despejo contra os lavradores por parte da empresa.

Em março de 1961, uma atuação de Marino Monteiro de Barros e da polícia resultou em um violento despejo de 30 famílias, queima de casas e plantações, apreensão e destruição de instrumentos de trabalho. A área ocupada pelos lavradores despejados era reivindicada por diversas pessoas que dela se diziam donas. Contudo, os camponeses argumentavam que aquela terra pertencia ao Estado e que, portanto, estavam sendo "griladas". A grande quantidade de diferentes pretensos proprietários acirrava o conflito dos *grileiros* com os camponeses e também entre si.[13]

A principal figura na articulação da resistência dos camponeses em 1961 foi Mariano Beser, vinculado às Ligas Camponesas. Natural da Espanha, Beser chegou ao Brasil em 1950 com 11 anos, já influenciado pelos ideais anarquistas e comunistas, presentes na luta antifascista daquele país, da qual sua família havia participado. Em entrevista concedida a Silva (1994), Mariano aponta que este histórico familiar de lutas o levou a entrar no PCB ainda novo.[14] Em 1961, após se formar como técnico em agricultura, Beser viveu uma experiência com *grileiros*, o que o fez se envolver com os dirigentes da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), co-

12 A figura de Marino ficou marcada no imaginário social dos lavradores mais velhos com os quais conversamos, especialmente entre aqueles que não tiveram uma participação direta na última ocupação de São José da Boa Morte, em 1979. Marino é constantemente lembrado como o dono da fazenda (chamada, por vezes, de "a fazenda do Marino"), o que é indicativo dos usos que os irmãos Coimbra Bueno davam às terras onde pouco ou nunca compareceram, e também da presença de Marino no cotidiano dos lavradores.

13 Segundo Silva (1994), além dos irmãos Coimbra Bueno, a área era reivindicada por Antônio Vaz da Eira, Maria Maia, Otávio Antônio Volpato, Odilon Alves de Melo, Paulo Velasquez, Orlando de Oliveira Dantas e Arlindo Dantas.

14 Esta talvez seja a única entrevista realizada com Mariano Beser (SILVA, 1994, p. 145-164).

nhecendo figuras importantes do movimento camponês fluminense, como José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues.[15] Beser conta que se indignou com a falta de ação direta do PCB e da Falerj, o que o aproximou das Ligas Camponesas[16], enxergando nelas uma luta mais local e imediata, influenciada pelo foquismo da Revolução Cubana de 1959.[17] A presença de Francisco Julião em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança de atuação de Beser. Apesar de no estado do Rio de Janeiro a presença da Liga Camponesa ser pequena, há indícios de sua atuação em Cachoeiras de Macacu e Campos dos Goytacazes[18].

Com as contínuas expulsões de lavradores na SJBM, Mariano queria promover uma ação imediata que não encontrou respaldo nos sindicatos dos rodoviários, portuários e marítimos, que apoiavam as lutas camponesas, e nem no Partido Comunista. Apresentando-se como presidente da União das Ligas Camponesas do estado do Rio de Janeiro e assessor da Falerj, Mariano decidiu ir ele mesmo para a fazenda e lá montar a resistência dos lavradores: derrubaram pontes, interceptaram passagens e se armaram, em um clima de radicalização causado pelas violentas expulsões; criaram senhas e pontos de acesso restrito; fizeram barricadas e estabeleceram lo-

15 Além de dirigentes da Falerj, José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues são personagens importantes para o movimento camponês fluminense, estando presentes na criação das primeiras associações do estado. Sobre suas trajetórias e lutas, ver os capítulos anteriores da presente publicação.

16 As primeiras Ligas Camponesas nasceram em 1945 como forma de associação civil e de iniciativa do PCB. Foram, contudo, desarticuladas com a cassação do partido em 1947. Em 1955, em Pernambuco, uma Liga Camponesa renasceu a partir da mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguiram ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que se inicia com a recusa ao aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião passou a denunciar na imprensa a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão e tornando público que as questões camponesas e agrárias eram, até então, tratadas como problema policial.

17 O termo foquismo era utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba. Para maiores detalhes, ver o capítulo seguinte, escrito por Fabrício Teló.

18 A respeito, ver o capítulo de Delma Pessanha Neves no presente livro.

cais de vigília. Os lavradores resistiram usando armas, tornando a ocupação uma alternativa às expulsões e à improdutividade da terra: queriam fazer valer seus direitos e costumes (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *A Noite*, 20/11/1961, p. 10; Lavradores e grileiros prontos para o choque. *A Noite*, 21/11/1961; Polícia invadiu QG camponês em Macacu. *Última Hora*, 29/11/1961 p. 7). Beser não deixou claro, contudo, se já tinha alguma presença na São José antes dessa ocupação.[19]

Um caso, todavia, repercutiu amplamente na mídia e marcou o conflito. No dia seguinte à ocupação da fazenda (realizada na madrugada), os camponeses e suas lideranças prenderam e julgaram indivíduos ligados à grilagem da fazenda. Foram presos os pretensos proprietários Antônio Vaz da Eira, Otávio Antônio Volpato, Paulo Velasquez e Orlando de Oliveira Dantas e também o oficial de justiça, Miguel Ferreira Macedo, encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu de entregar naquele dia a ordem de despejo aos lavradores. Todos foram condenados por um tribunal popular composto pelos que ocupavam a SJBM. O crime: a grilagem das terras. A sentença: a morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de SJBM. Os acusados foram, contudo, libertados da simulação do *paredón* com a condição de não retornarem mais.

O uso do termo *paredón* ficou marcado pelos julgamentos públicos durante a Revolução Cubana de 1959, que muitas vezes optou pelo fuzilamento dos acusados. Em Cachoeiras de Macacu o termo foi amplamente usado pela mídia e, devido à aproximação de Mariano Beser com a perspectiva foquista e de guerrilha rural de Cuba, podemos supor que o próprio teria assim chamado o tribunal popular e talvez até mesmo convocado este tribunal pensando no que ocorria em Cuba. Como relata o jornal *A Noite*:

> Francisco de Assis, lavrador de cor, bem falante, que se veste com apuro e usa chapéu gelo, foi o braço direito de Mariano Beser no planejamento do

19 Ele também não foi lembrado nas entrevistas que realizamos com moradores da região. Após o caso, Mariano foi duramente criticado e acusado de ter ligações com o governo norte-americano, para quem trabalharia como informante e "agitador" no campo, a fim de criar um clima de tensão que permitisse a repressão aos trabalhadores organizados. Estas acusações foram amplamente divulgadas por jornais, pela Falerj e pelo PCB. Desmoralizado, Mariano Beser não voltou a se envolver em lutas camponesas.

> ataque. [...] É resoluto, não usa "lurdinha" [nome popular de um tipo de fuzil], mas porta arma de longo alcance e diz que não tem medo de ninguém, afirmando que os grileiros devem ser levados ao "paredón". Estes foram tomados de surpresa e não puderam oferecer resistência aos bandos armados capitaneados por Beser e seus lugares-tenentes. Armados de fuzil, rifles de repetição e pistolas, fizeram os prisioneiros, que foram conduzidos para um ponto pré-determinado da mata, onde seriam julgados por um autêntico Tribunal Popular, onde Francisco de Assis fazia às vezes de juiz, Mariano Beser de promotor e os lavradores compunham o júri.
>
> [...]
>
> [O Tribunal Popular] encerrou seu veredicto condenando Macedo a abandonar a região no prazo de 15 dias, renunciando às funções de preposto do juiz local; Vaz da Eira foi obrigado a jurar que abria mão das terras em benefício dos lavradores, prometendo também que desapareceria para sempre da região; quanto a [Otávio Antônio] Volpato, que alega possuir documentos que remontam a 1703 provando que por direito de sucessão as terras que vende são de sua legítima propriedade, foi compelido a jurar solenemente que jamais voltará a pisar nas terras de Macacu. O próprio Beser, falando aos camponeses, advertindo os grileiros, afirmou: "Desta vez a coisa foi na base da conversa. Quero, porém, deixar claro, que se qualquer um deles voltar aqui, será encostado ao 'paredón', e todos vocês, de bom grado, estou certo, terão prazer em formar no pelotão de fuzilamento". (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *A Noite*, 20/11/1961, p. 10).

A prisão e o julgamento dos *grileiros* e do oficial de justiça acirraram o conflito, resultando na intervenção da polícia para libertação dos reféns e na ordem de prisão preventiva contra Mariano Beser, Francisco de Assis, José Cabral e Antonio Xavier, emitida pelo juiz da Comarca, Gastão de Alencastro Rush. Mariano Beser foi preso em Niterói em 27 de novembro de 1961, após tentativa de fuga.[20] A soltura dos presos contou com a ajuda de Ubira-

20 Além destes, constam também, no Prontuário de nº 0043 do Departamento de Polícia Social (DPS) do Rio de Janeiro, os nomes de mais dez indivíduos ligados à ocupação. Este prontuário pode ser encontrado no Fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Os nomes completos estão listados em Teló e Braga (2015, p. 113-114).

jara Muniz, então candidato a prefeito e com o apoio de diversos lavradores. Estes foram à delegacia de Cachoeiras protestar contra as prisões, o que foi interpretado pelo delegado local como uma tentativa de invasão da cidade, tal era o acirramento dos ânimos e o estado de tensão da região, sendo a mobilização dos lavradores enxergada como um perigo não apenas para os proprietários de terra, mas também para os órgãos de segurança.

Com o despejo, a maioria das famílias instalou-se nas terras do Núcleo Colonial de Papucaia. A luta por terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas tentativas de expulsão dos lavradores, agora enfraquecidos pela desarticulação de sua organização, promovida pela intervenção da polícia ainda em 1961:

> Mal circulou por Cachoeiras de Macacu a notícia de que a polícia invadira o reduto dos lavradores amotinados sem encontrar qualquer resistência, diversos indivíduos armados e a mando do "grileiro" Marino de Monteiro de Barros, administrador da fazenda Agrobrasil, invadiram e destruíram as terras e plantações do lavrador Arlindo dos Santos. (*Última Hora*, 29/11/1961 apud ROSA JR., 2009, p. 50).

Além das terras e plantações de Arlindo, outras foram destruídas. Segundo Silva (1994), os militares permaneceram na fazenda por cerca de 30 ou 40 dias, protegendo-a. A permanência da polícia e a rapidez dos mandados de prisão e despejo da Comarca de Cachoeiras de Macacu revelam um quadro de alianças entre empresários, no caso os irmãos Coimbra Bueno, e Estado, por meio do Poder Judiciário e da Polícia, que pretendia extinguir da política esta potência em encaminhar as expectativas e desejos das classes populares.

Esta aliança foi novamente acionada em 1963, quando cerca de 500 lavradores ocuparam novamente a fazenda SJBM. Mais uma vez o motivo alegado foi o avanço da empresa Agrobrasil sobre as terras do Núcleo Colonial de Papucaia, já então sob administração da recém-criada Superintendência de Política Agrária (Supra), órgão que substituiu o Inic na promoção de políticas agrárias.

O principal articulador desta ocupação foi a Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, entidade que tinha estreitas relações com o PCB (principal articulador da criação das associações de lavradores no Estado do Rio de Janeiro). À época, a associação era presidida por Anésio de Frei-

tas, militante do PCB, e secretariada por Alcídio Salvador, integrante do Grupo dos Onze.[21]

O governo local também foi extremamente importante para a realização da ocupação e para a conformação da luta e está fortemente presente no imaginário e na memória dos lavradores. Com efeito, Ubirajara Muniz, prefeito de Cachoeiras de Macacu pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), eleito em 1962 e deposto em 4 de abril de 1964, ainda é lembrado pelos moradores que entrevistamos. A partir de seu prontuário, elaborado pela polícia política do estado do Rio de Janeiro, é possível perceber suas relações com Manoel Ferreira de Lima e Bráulio Rodrigues da Silva (respectivamente então presidente e secretário da Falerj) e com os Sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil. Esses dados influenciaram a Polícia a tomar Ubirajara como a liderança principal da ocupação, atribuindo a ele a ordem de ocupação da fazenda.[22] O Prontuário traz ainda um depoimento de Ubirajara Muniz, dado em 26 de junho de 1964, ao Serviço de Diligências Especiais, do Departamento de Polícia Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Neste depoimento, Ubirajara conta ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, além de ter frequentado diversas vezes as ocupações de 1961 e 1963, procurando sempre promover a conciliação entre camponeses e polícia, sempre priorizando a defesa dos lavradores.

As mobilizações do final do ano de 1963 e início de 1964 em São José contaram ainda com o apoio de outros setores, como ferroviários, estudantes e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), apoio este de conhecimento dos órgãos de segurança.

Em 25 ou 26 de novembro de 1963, cerca de 300 lavradores ocuparam uma antiga área em litígio entre eles e os irmãos Coimbra Bueno.[23] Muitos deles se declaravam moradores do Núcleo Colonial de Papucaia e denunciavam a superpopulação das terras da Supra, cujo tamanho se reduzia pelo

21 Grupos inicialmente formados por Leonel Brizola no âmbito da Campanha da Legalidade e que se expandiram por diversos estados e municípios. Tinha como objetivo a defesa e o apoio às reformas de base e ao mandato de João Goulart.

22 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário 20.873.

23 A área ficou marcada no imaginário da região, e tanto hoje como antes é conhecida como Marubaí ou Duzentos Alqueires, por conta de seu tamanho.

avanço da grilagem dos Coimbra Bueno. Esta percepção de desrespeito e violação dos direitos de moradia e trabalho pelos camponeses aumentava e organizava a sua motivação para a resistência e a permanência na terra. Eles viam nas grilagens e invasões da Agrobrasil as injustas causas das situações de pobreza e miséria vividas. Questionavam, portanto, a violência, a veracidade da propriedade da terra e o uso desta como pasto para o gado, e traziam em sua organização uma alternativa de uso da terra, como local de trabalho, moradia e convivência. Em novembro de 2014, quando estivemos na região realizando entrevistas, escutamos o questionamento de um lavrador de Nova Ribeira que havia visto seu pai participar dos eventos de 1963/64 e novamente em 1979/80: "[...] parece que eles [os irmãos Coimbra Bueno] eram donos de muita terra lá em Goiás, pra que ter mais terra aqui?".

Para Snow e Benford (1992), os movimentos sociais têm o trabalho ativo de constituir novos enquadramentos de ação coletiva (*collective action frame*) capazes de apreender a realidade do grupo social como socialmente injusta, abolindo o registro que naturaliza as misérias e desigualdades e inviabiliza a mudança social. Além disso, o movimento social camponês do estado do Rio de Janeiro e sua presença no município de Cachoeiras de Macacu soube associar os despejos e as violências sofridas pelos *posseiros* à ação dos *grileiros*, tornando tarefa dos lavradores organizados a transformação de suas condições sociais através da ação coletiva. As experiências individuais de desrespeito e violência foram retraduzidas e interpretadas como experiências coletivas da categoria e identidade de "posseiro". A partir deste novo enquadramento, construído pela atuação do movimento camponês no município durante as décadas de 1950 e 1960, tornou-se possível a luta pela libertação da terra dos *grileiros* e pela democratização do acesso à terra.

Segundo o IPM do processo nº 7.477, foram feitas trincheiras e treinamento de guerrilha dentro da São José.[24] Além disso, ainda segundo este

24 Coletado pelo Projeto Brasil: Nunca Mais (BNM), este IPM nos oferece um rico material para compreender a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, o que pode ser indicado pelas inúmeras prisões e julgamentos de lavradores e políticos locais ainda nos meses de abril e maio de 1964. Além disto, o IPM traz pistas sobre as atuações do movimento camponês, além de um conjunto de depoimentos que esclarecem os motivos e desdobramentos do conflito. Por fim, o IPM também oferece a perspectiva ideológica do período, trazendo o uso de termos como "subversivos", "luta de classes" e a defesa da propriedade privada dos latifundiários.

IPM, foram realizadas reuniões em uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia com o objetivo de formar os lavradores para a ocupação e demais ações que a Associação e Ubirajara Muniz fossem realizar junto aos camponeses, tendo formado ainda um "Tribunal de Justiça Revolucionária". É possível que a memória da ocupação de 1961 tenha sido reativada para a formação deste novo tribunal, cujo objetivo era assassinar o administrador da fazenda, Marino, assim que ele chegasse a São José.

Apesar deste inquérito se apresentar como "um retrato fiel do clima de agitação e desordem que imperava no país à época do governo de João Goulart", Ubirajara Muniz foi elencado como o mentor do planejamento e da realização da ocupação. O processo destacava ainda que as incitações provocadas por ele, através de comício e instigações pessoais ou através de aliados dos camponeses, teriam provocado a subversão das camadas populares. Para os órgãos de segurança, o Estado e a classe empresarial, a mobilização camponesa só poderia vir por agentes externos que os cooptassem, pois os camponeses seriam incapazes de gerir politicamente a sua indignação. Por isso os frequentes usos de termos como "obrigar", "subverter" e a adjetivação dos camponeses como "pacíficos". Desta forma, reconheciam as causas de descontentamento dos lavradores (ausência de terra para trabalho, exploração, despejo e destruição de casas e lavouras, violências), expressas na inscrição "Luta-se pela terra livre" na bandeira da ocupação. Contudo, reconheciam estas causas identificando suas fontes em atores externos (comunistas, sindicalistas e trabalhistas) e as soluções a partir da modernização técnica e das relações de trabalho da agricultura, projeto que seria transformado em lei no Estatuto da Terra de 1964 (BRUNO, 1997).

Conforme Eliane O'Dwyer (1988, p. 214; ênfase no original), "o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passu* com as lutas caracterizadas como *radicais*". A autora observa que a partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961, que aconteceu em Belo Horizonte com presença das associações de lavradores de todo o Brasil, inclusive do Rio de Janeiro e da Falerj, o tom das organizações camponesas se aproximou da radicalização da luta e da ampla reivindicação por leis que viabilizassem a reforma agrária, sem perder de vista a luta por desapropriação por vias legais. A radicalização e a opção pelas ocupações de terra eram fruto das próprias condições de luta, acirradas cada vez mais pelos avanços da grilagem e

pelo aumento do número de violências e despejos. A identidade camponesa assumida pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com *grileiros* nos anos 1950 e 1960 contestava a atuação destes, propondo formas de resistência, organização, mobilização e luta, criando uma identidade comum, com práticas e vocabulários (ocupação, reforma agrária, camponês, *grileiro*) também comuns. O rompimento dos camponeses com os proprietários constituiu e levou à criação de uma identidade que resultaria em entidades representativas próprias e novas práticas.

Duas declarações de jornal sobre a ocupação de SJBM podem ser indicativas das novas estratégias para se atingir a reforma agrária. Para o *Novos Rumos*, Alcídio Salvador declarou que "o sentido da nossa luta não é libertar somente S. José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil" (Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra. *Novos Rumos*, ano V, n. 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2). Em outra reportagem, um dos ocupantes, chamado apenas de Pau-de-Arara, diz ao pisar com os pés na terra:

> [...] aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos. (Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses. *Última Hora*, Curitiba, 12/12/1963, p. 3; *Última Hora*, 12/12/1963, edição fluminense).

Ainda nesta reportagem ficou clara a participação ativa das mulheres na ocupação, em especial Elilia Cobb Ferreira, que foi indiciada pelo IPM realizado no Processo 7.477/69, por crime contra a Segurança Nacional. Elilia estaria na ocupação por conta de sua vivência com despejos, tendo sido o último a mando de Marino Monteiro de Barros, estando "disposta a lutar enquanto tiver vida". A insubmissão e a teimosia presentes na resistência camponesa envolvem não apenas as demandas presentes, mas também a memória e a redenção daqueles que desapareceram pelo avanço e progresso das classes patronais sobre a história (BENJAMIN, 2012).

A família Coimbra Bueno, diante da ocupação, recorreu à justiça de Cachoeiras de Macacu, tendo o juiz da Comarca, José Rodrigues Lema, decidido por conceder a reintegração de posse para a Agrobrasil, dando aos lavradores o dia 13 de dezembro de 1963 como prazo para deixarem

o local. Em uma reportagem de 17 desse mesmo mês e ano, poucos dias após o prazo de despejo dos lavradores, o jornal *O Fluminense* informava que dirigentes das associações patronais rurais de Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Magé e Itaboraí se reuniram neste último município a fim de organizar a resistência contra o que chamavam de "agitadores comunistas", homens e mulheres que haviam criado a "indústria das invasões de glebas" no estado do Rio de Janeiro. A reunião foi presidida pelo ex-senador Alfredo Neves (foi senador pelo Partido Social Democrático, PSD, de 1946 a 1955), e estiveram presentes o secretário de Interior e Justiça e ex-deputado Saramago Pinheiro (UDN) e Coimbra Bueno.[25] A reportagem não especifica qual dos dois irmãos, mas é bem provável que estivesse presente Jerônimo Coimbra Bueno, então senador pela UDN. Para os ruralistas, a reforma agrária se fazia necessária, mas sem redistribuição de terras. Seu objetivo deveria ser o aumento da produtividade para o mercado interno, elevando também o poder aquisitivo da população. Propunham a criação de escolas e postos de saúde em parceria com o governo, além de medidas para melhorar a produção como forma de diminuir os conflitos existentes. No final da sessão, Coimbra Bueno leu um relatório da União Soviética, onde dizia que naquela nação a propriedade privada no cultivo da terra estava se elevando, deslegitimando a estatização e desapropriação das terras realizada no Brasil, além de se referir à presença do ideário comunista nas ocupações e no governo de João Goulart (Ruralistas preparam Frente-única contra a invasão de terras. *O Fluminense*, 17/12/1963, p. 3).

Com a promessa do dirigente máximo da Supra, João Pinheiro Neto, de que o problema seria solucionado com a desapropriação da terra pelo presidente João Goulart, os lavradores deixaram a área sem resistência. Contudo, Ubirajara Muniz e eles distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até a cidade do Rio de Janeiro e lá montarem um acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras (Lavradores vieram pedir terras a JG. *Correio da Manhã*, 21/12/1963, p. 1).[26] O

25 Saramago Pinheiro também esteve envolvido no conflito da Fazenda do Largo, em 1960, tendo contribuído no despejo de lavradores e no desmatamento ilegal daquelas terras.

26 O Palácio das Laranjeiras era sede do governo do Estado da Guanabara, que estava recebendo a visita do presidente João Goulart. A cidade do Rio de Janeiro tornou-se Estado da Guanabara após a mudança da capital federal para Brasília, em 1960.

objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível.

Em 13/01/1964 a fazenda foi desapropriada por João Goulart por meio do Decreto Nº 53.404, fruto da ação da Supra. A justificativa utilizada foi o conflito que envolvia mais de 500 famílias e a iminência de seu agravamento (Decreto Nº 53.404 de 13/01/1964, *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 14/01/1964, p. 345). Com a desapropriação, os lavradores despejados retornaram às terras da fazenda e começaram a se instalar, mantendo-se mobilizados por conta da demora na entrega dos lotes definitivos. Eles não ficariam lá, contudo, nem dois meses.

Com o golpe, o processo de desapropriação não continuou, reafirmando o pacto existente entre o empresariado e o "novo Estado" (DREIFUSS, 1981) consolidado. Contudo, no dia anterior ao golpe de estado (31/03/1964), os ferroviários declararam greve e, no dia seguinte, Ubirajara Muniz organizou uma passeata no centro de Cachoeiras de Macacu a favor do governo de João Goulart e contra o golpe que se realizava.

Golpe e repressão

Nos dias imediatamente subsequentes ao golpe, o Exército entrou na área onde estavam os *posseiros* a fim de expulsá-los e prender as lideranças. Para evitar que isso acontecesse, muitos lavradores deixaram a terra, retornando para a casa de parentes ou buscando novas terras para trabalhar.

No *Diário Carioca*, há a informação de que, desde o dia 1º de abril daquele ano, portanto desde a deflagração do golpe, o Exército ocupava a fazenda, "procurando ex-líderes sindicais e camponeses":

> Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas. (Exército interdita terras em Cachoeiras. *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9).

Proteger a propriedade privada dos grandes proprietários, ignorando, no caso da São José, o decreto presidencial assinado por João Goulart, foi a atitude assumida pelos órgãos de segurança. Ao todo, 29 pessoas, envolvendo agricultores, ferroviários, políticos, lideranças e apoiadores foram enquadrados no artigo 2º, § IV da Lei de Segurança Nacional (Lei Nº 1.802, de 05/01/1953) por "subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo".

Na introdução ao relatório do IPM relacionado ao caso, o delegado adjunto da Divisão de Polícia Política e Social (DPS) de Cachoeiras de Macacu, Aloysio de Araújo Seabra, em 24/08/1964, escreveu:

> O crime por eles [os 29 indiciados no IPM] praticado foi eminentemente político. Além da subversão da ordem política e social por meios violentos, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, definida no artigo 2º, inciso IV, da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, praticaram o saque e a desordem, de modo a causar danos materiais e suscitar o terror, com o fim iniludível de atentar contra a segurança do Estado – artigo 4º, inciso II. [...]
>
> É evidente que indivíduos que opõem a resistência armada contra os poderes do Estado – artigo 3º – estão praticando insurreição armada contra esses mesmos poderes. A incitação das classes sociais à luta pela violência e os atentados contra a pessoa ou bens, por eles praticados, por motivos políticos e sociais, estão definidos nos artigos 12 e 15. Para isso possuíam – porque se apoderaram delas – armas utilizáveis como instrumento de destruição, em quantidade indicativa de intenção criminosa – artigo 16º.
>
> A mudança dos princípios constitucionais de respeito e proteção à propriedade privada vigentes no País, outra coisa não será senão um atentado à Constituição – artigo 5º. (BNM 17, Processo 7477, p. 433-434).

Do total de 56 pessoas oriundas de Cachoeiras de Macacu, ao menos 11 eram lavradores e no mínimo 30 exerceram algum tipo de liderança ou apoio à ocupação de 1963. Dez ficaram presos no Estádio Caio Martins.[27]

27 A lista dos presos e dos indiciados no IPM, bem como a fonte das informações, pode ser encontrada em Teló e Braga (2015).

Estas prisões indicam a amplitude da repercussão desta ocupação e da sua importância política enquanto ameaça ao princípio da propriedade privada no município de Cachoeiras de Macacu e em todo o país, na medida em que a ocupação repercutiu em outros locais.

Segundo Medeiros (2014), o imediato pós-golpe foi de repressão aos trabalhadores do campo e suas organizações, iniciando uma nova experiência política de medo e violência. "Onde havia mobilização, a resposta era mais repressão, fosse ela oficial, pelo Dops, fosse pela tolerância à ação violenta dos proprietários de terra, por meio de seus jagunços" (MEDEIROS, 2014, p. 202). Contudo, não diminuiu o número de conflitos que, em muitos casos, eram resistências dos trabalhadores não ao golpe, mas à ação dos proprietários e *grileiros.* Esta resistência se intensificou com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo e também pela expansão da colonização e atividade de empresas no campo brasileiro, sob o pretexto de levar o desenvolvimento às áreas rurais.

Raimundo Leoni dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Itaboraí, contou que, tendo vivido no início dos anos 1960 em São José da Boa Morte, acompanhou a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964. Foi também expulso da sua terra pelo Exército e perdeu uma extensa plantação de mandioca. Refletindo sobre o período, diz:

> Como você sabe, existe no Brasil todo muita terra grilada. O fazendeiro se diz dono, mas você vai ver na escritura e ele é dono mesmo, mas de um décimo, um quinto da área que ocupa. Em São José da Boa Morte o processo foi esse, quer dizer, suspeitava-se que uma vasta região não fosse dos pretensos donos. Os próprios arrendatários, meeiros na época, informados disso começaram a resistir [...]. E com a orientação dos movimentos sindicais, das associações da época, que ajudaram os trabalhadores a deixarem de dar as importâncias que davam [o pagamento pela renda da terra], aquilo naturalmente foi desembocando numa luta maior a ponto de começarem a ter pessoas interessadas e com disposição para entrarem nas terras e ocuparem as terras. Mas, como você deve estar sabendo, em [19]64 esse processo foi abortado. [...] Com esse aborto, a coisa ficou meio parada, e os pretensos proprietários começaram a manobrar nos bastidores dos órgãos do governo pra retomar a área, pra reconquistar a terra. [...] Em [19]67, a

> pretexto que a desapropriação havia caducado, o Ibra[28] devolveu as terras aos pretensos proprietários. Mas o problema não era só devolver a terra aos proprietários, porque de 64 a 67 o governo fazia o quê? Para preparar o terreno para devolução eles começaram a tirar o pessoal da área e desapropriaram uma outra área, do Vecchi e da Quizanga [...] para assentar esses posseiros. (Raimundo Leoni dos Santos, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 27/04/1982).

Em 5/6/1967, o presidente Costa e Silva, a pedido do Ibra, assinou o Decreto Nº 60.807, que revogou a desapropriação de cerca de 850 alqueires, devolvendo-os aos irmãos Coimbra Bueno, o que resultou no despejo dos lavradores das terras que haviam ocupado e legitimadas pela desapropriação em 1964. Uma grande parte deles, no entanto, já havia abandonado a fazenda nos dias subsequentes ao golpe ou mesmo sido expulsa. Em ofício enviado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) em 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) assim relata esse processo:

> A partir de 1967, ao tempo em que deslocavam famílias da área desapropriada para outras glebas, o Ibra começava a devolver sucessivamente as glebas desapropriadas. Em 1974, foi devolvida à Agrobrasil a última gleba desapropriada.[29] A justificativa era a mesma: a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorrera. Ressalte-se que todas as devoluções pautaram-se tão somente em expedientes administrativos, sem o imprescindível suporte legal, ou seja, o Decreto do Presidente da República (Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

28 Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), órgão que substituiu a Supra na regulamentação da reforma agrária, baseando-se no Estatuto da Terra de 1964.

29 Esta última gleba é a referida na alínea *c* do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, uma área de 940 alqueires. As alíneas *a* e *b* já haviam sido desapropriadas em 1967, como relatado. Ao final de 1974 foram devolvidos, portanto, 1.790 alqueires de terra à empresa Agrobrasil.

Contudo, segundo levantamento de João de Jesus Pereira, ex-presidente do STR de Cachoeiras de Macacu (1972/1994), ainda na década de 1970, havia mais de 800 famílias sem terra no município.[30] Este levantamento gerou novas práticas dos proprietários:

> Então, quando a gente começou a fazer petição ao Incra para que essa terra fosse assentada por essas famílias, aí também começou a aparecer os grileiros dizendo ser dono das fazendas e querer fazer movimento dentro da fazenda. Pegaram até um encarregado com o nome de João Alves, que o apelido era João Goiano, e colocaram na porteira da fazenda, numa casa, e que ali começou a fazer contrato de parceria com os trabalhadores pra desviar a desapropriação da fazenda. (João de Jesus Pereira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 28/01/1983).

Segundo moradores e lideranças de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, a desapropriação serviu para valorizar as terras. Em 1982, Raimundo Leoni dos Santos referiu-se a dois movimentos distintos por parte do governo, além das expulsões,

> […] eles faziam outra coisa, e isso não ficou muito claro na época, mas que hoje não deixa nenhuma dúvida, que foi um trabalho de desarticular todo o processo de luta que os trabalhadores concentraram em São José da Boa Morte. Então, eram dois esquemas: um estava bem claro, que era tirar o pessoal da região, e o outro que estava por trás das cortinas, e que para a gente não dava para perceber na época, que no fundo era pegar o pessoal que estava mais ou menos articulado […] e colocar um no Vecchi, outro na Quizanga, outro em Papucaia. (Raimundo Leoni dos Santos, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 27/04/1982).

30 Antigo morador de Marubaí, João de Jesus Pereira chegou ao sindicato em 1970, durante a presidência de Mateus Nunes da Silva. Trabalhando como fiscal, sua função era fazer um levantamento das condições de trabalho e das demarcações de terra. Em 1972 assumiu a presidência do STR devido à intervenção do Delegado do Trabalho. Não temos dados para compreender se esta intervenção foi de fundo político ou por irregularidade na administração. No novo cargo, João de Jesus tomou conhecimento dos conflitos fundiários em São José da Boa Morte, Boca do Mato, Areia Branca e Estrada do Carmo.

Estes anos de resistência à mudança ou, como estamos caracterizando aqui, de resistência teimosa, precisam ser resgatados de modo a recuperar as experiências dos momentos de desmobilização que, pelo fato de perdurarem, são indicativos de experiências de classe (PALMEIRA, 2009).

A ocupação mais uma vez: novos e velhos militantes (1979-1981)

Em 8 de agosto de 1979, o STR de Cachoeiras de Macacu enviou um relatório à Fetag/RJ informando sobre o surgimento de um novo conflito na Fazenda São José da Boa Morte e solicitando providências. Neste documento, o STR enfatizou seu esforço no sentido de evitar, por duas vezes, o despejo das 16 famílias que ocupavam áreas no local e trouxe um elemento a mais na descrição do conflito:

> A preocupação dos trabalhadores deve ser analisada na medida que os fatos evoluem, não só em relação ao despejo em si – preocupação maior –, mas na medida que a área em que estão localizadas está sendo disputada por senhores "proprietários de terra", onde de um lado os Srs. Edson José de Lemos e Dalton dos Santos Teixeira e do outro a Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., contendem com seus diversos "títulos" e argumentos sobre a propriedade da área ocupada. [...] Há, ainda, que se destacar o fato dos contendores serem partes em outros processos ajuizados na Comarca [de Cachoeiras de Macacu], especialmente, a Agrobrasil Empreendimentos S.A., versando sobre titularidade de terras e sendo, por coincidência, a área em questão encravada entre o Projeto de Colonização do Condomínio Marubaí e o Núcleo de Colonização de Nova Ribeira, áreas de Projeto de Colonização e Reforma Agrária do Incra, se afina com os objetivos de se posicionar esse órgão, como se posicionou em questões anteriores e em áreas diversas em todo país, a fim de que os fatos apurados e medidas cabíveis tomadas, seja possível o assentamento dessas famílias de posseiros, cujo objetivo maior é dar função social à terra, em consonância com o que dispõem a Constituição do Brasil e o Estatuto da Terra. (Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

De fato, desde 1978 estava em curso uma ação demarcatória contra a Agrobrasil, que vinha, novamente, tentando ocupar o terreno de moradores que lá residiam. Estas 16 famílias foram as únicas que conseguiram residir na fazenda após as expulsões e devoluções de terra para os irmãos Coimbra Bueno.

A retomada das expulsões reativou o conflito em SJBM. Em 1979, um grupo de 120 famílias ocupou novamente a fazenda.[31] Uma das primeiras violências sofridas por esses ocupantes ocorreu no dia 3 de janeiro de 1980, quando 25 policiais prenderam 11 pessoas, que foram levadas até o asfalto e ameaçadas de morte caso voltassem às terras de onde haviam sido retiradas (PM prende padre e posseiros no RJ. *Jornal do Brasil*, 31/01/1980). Posteriormente, no dia 30 daquele mesmo mês, a polícia foi acionada e prendeu 88 lavradores, além do padre Joaquim Maria Van Leewen, pároco de Japuíba, localidade próxima à área ocupada.[32] O religioso era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), principal organização articuladora da ocupação.

De acordo com a polícia, e confirmado em entrevista com padre Joaquim, realizada em Juiz de Fora, por Leonilde Medeiros, Ricardo Braga e Fabrício Teló em 9 de julho de 2015, o motivo alegado para a sua prisão foi o fato de ele não portar comprovante de que era realmente padre. Das 10 horas da manhã até a meia-noite ficaram todos incomunicáveis. Familiares, parentes, amigos e demais trabalhadores de Cachoeiras de Macacu, num total de mais de 500 pessoas, foram para a frente da Delegacia de Polícia exigindo a libertação de seus companheiros, como lembram estes antigos moradores de Nova Ribeira e SJBM:

> Nós chegamos lá [na delegacia], fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos, se cada um

31 Essa ocupação, segundo Afrânio Garcia Jr., na época assessor da Fetag/RJ, foi inicialmente pensada na volta dos representantes do Rio de Janeiro do III Congresso da Contag, ocorrido em maio de 1979. No entanto, o STR local não apoiou a ocupação, a não ser após a mobilização local e estadual que ela gerou, encabeçada por CPT, Fetag e Contag.

32 A lista incompleta dos presos de 1980, com 80 nomes, pode ser encontrada em Teló e Braga (2015, p. 164-167).

> da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa. (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).[33]

Dentre os presos, um grupo de nove trabalhadores, considerados os líderes da ocupação, foi indiciado pelo juiz Wellington Paiva para responder por invasão de terras e desmatamento. Eram eles: Johaanes Joachim Maria Van Leewen (padre Joaquim), Izaias Angelo Biazzatti, Braulio Francisco Cordeiro, Ayrton Ferreira de Lima, Luiz Correia de Paula, Reinaldo Baiense, Jailton Rodrigues Viana, Iberaldo Jorge Antônio e João Corrêa de Paula.[34] Os lavradores tiveram também suas ferramentas retidas, não tendo sido devolvidas, mesmo após a soltura (Posseiros nada resolvem no Incra. *O Fluminense*, 01/02/1980; Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão. *Folha de São Paulo*, 01/02/1980).

No Informativo nº 06/80 de 02/01/1980, o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro relatou que em Quizanga aconteciam reuniões semanais com a presença dos lavradores, dos padres Joaquim e Agostinho Von der Brock (padre holandês que também atuava em Cachoeiras de Macacu) e do presidente do STR, João de Jesus[35]. Em uma dessas reuniões, ainda segundo o informativo, compareceram como convidados Ubirajara Muniz, José Custódio de Souza e Alcídio Salvador, personagens importantes na ocupação de 1963.[36] É possível levantar a hipótese de que esta articulação com antigas lideranças do movimento camponês local tenha servido para intensificar o movimento dos anos 1980, reconstruindo a memória da luta pela terra para mobilizar o presente. Da mesma forma, se a data do Informativo é de 2 de janeiro de 1980, a primeira prisão aconteceu no dia seguinte, de modo a desestimular e desarticular a organização que os lavradores vinham preparando, indicando também a vigilância sobre o local e o movimento camponês.

33 O número correto de presos foi 89.

34 João Correa de Paula havia participado das ocupações de 1961 e 1963 e de conflitos por terra no município de Itaboraí. Foi preso e torturado após a deflagração do golpe.

35 Informativo nº 06/80 de 02/01/1980. Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 255-253.

36 Ubirajara Muniz concorreu às eleições para a prefeitura do município em 1981, mas foi derrotado. Em 1989, candidato pelo PDT, foi eleito.

A prisão ocorreu sem mandado judicial e, segundo os lavradores, o juiz Wellington Jones Paiva estava ameaçando intervir, ilegalmente, no STR, caso os *posseiros* não abandonassem imediatamente a área (Polícia prende padre e oitenta posseiros. *Folha de São Paulo*, 31/01/1980). Na ocasião da detenção, houve ainda a

> [...] tentativa de impedir que os advogados do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais se avistassem com os trabalhadores detidos e jagunços ligados aos grileiros sentindo-se respaldados pela coação diante da Delegacia Policial, ameaçaram espancar dirigentes sindicais e advogados. (Nota de apoio e solidariedade aos lavradores de Cachoeiras de Macacu assinada pela Fetag/RJ e seus sindicatos filiados e pelos sindicatos da Unidade Sindical, s/d. MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Apesar da repressão aos sindicatos, CPT e outras organizações, os camponeses de SJBM continuavam a resistir teimosamente, num quadro em que "a simples luta pelo cumprimento da legislação assume muitas vezes uma feição radical insuspeitada" (PALMEIRA, 2009, p. 194). O questionamento da autoridade e/ou do poder do proprietário invocava outras formas de legitimação das relações sociais, questionando também a dominação tradicional: "[...] nessas condições, qualquer conflito é quase por definição um caso político [...], passível, portanto, do tratamento que se costuma dar a casos políticos em regimes autoritários, isto é, aquele do caso de polícia" (PALMEIRA, 2009, p. 197).

As lutas entre *posseiros* e proprietários dos anos 1960 e 1970, abafadas pelo regime empresarial-militar, guardam continuidade com as dos anos anteriores ao golpe. Para Palmeira (2009, p. 198), "o mais correto seria, talvez [...] falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo, a produção cotidiana". O mesmo autor afirma que

> Se, ao nível de suas organizações, os trabalhadores conseguiram assegurar uma continuidade, difícil, mas eficaz, entre a mobilização pré-64 e o trabalho de resistência e reorganização que iria permitir a retomada da luta de massas no campo nos últimos anos, nas suas práticas do dia-a-dia, os

> trabalhadores tiveram que pagar o preço dessa continuidade que, se não era enxergada com nitidez a partir dos centros de poder, o era perfeitamente pelos grandes proprietários.
>
> [...]
>
> Nas áreas em que a mobilização sindical foi mais profunda, no período em que antecedeu a instalação do regime autoritário, houve uma espécie de internalização da luta de classes após 1964. Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo, como nas disputas permanentes entre trabalhadores e patrões na delimitação das tarefas diárias na área canavieira de Pernambuco, ou impedindo a destruição de lavouras, como nos incontáveis casos de disputa pela posse da terra por todo o país. (PALMEIRA, 1985, p. 48-49).

Palmeira compreende a "internalização da luta de classes" como uma mudança das relações de força entre o campesinato e o Estado/patrão a partir da diferenciação política em um processo de surgimento de novas mediações (STR, Igreja, partidos, cooperativas). Surgem, portanto, instituições que absorvem e expressam os interesses destes trabalhadores insubmissos (BRITO, 2014), sendo este um processo de diferenciação social em que as instituições assumem a própria luta local, marcada pelos conflitos não resolvidos, pelas lembranças de exploração e repressão, pelos desejos de ter a "terra livre". Se as lutas do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 ressurgiram e assumiram novas identidades, elas não perderam o seu significado comum: a reforma agrária como condição e resultado da democracia ao romper com um sistema de dominação, assumindo um caráter imediatamente político (PALMEIRA, 1985, p. 50).

No início de abril de 1980, dois meses após a prisão dos trabalhadores, segundo denúncia da Fetag/RJ, "um grupo de pistoleiros a serviço dos grileiros dispararam tiros na posse de uma das 16 famílias que permaneciam na área, diante da esposa grávida de um dos lavradores" (Relatório de atividades da Fetag/RJ no ano de 1980, p. 3. MSPP/Sr SC.frj.r – Pasta I). Tal situação provocou a mobilização de diversos setores e movimentos sociais. Os camponeses passaram a ter, então, o apoio do STR local e de outros (como Itaboraí e Magé), da Fetag/RJ, da Contag, da CPT local, além do apoio de setores urbanos, vereadores e deputados simpatizantes da cau-

sa. Depois da realização de diversos atos públicos, celebrações religiosas e manifestações na sede do Incra, a fazenda finalmente foi desapropriada pelo presidente João Batista Figueiredo por meio do Decreto Nº 85.661, de 22/01/1981 (Levantamento de conflitos de terra elaborado pela Fetag/RJ em junho de 198. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).[37]

O projeto era instalar 500 famílias, porém apenas 103 haviam sido assentadas até 1983, segundo a Fetag/RJ (Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II). A reivindicação do assentamento imediato no restante dos lotes era a principal queixa dos lavradores. Em uma última manobra, os irmãos Coimbra Bueno, segundo o então presidente da Contag, José Francisco da Silva, entraram com um pedido de alteração cadastral no Incra, oito meses após o decreto desapropriatório, excluindo duas áreas que juntas compunham 40% da fazenda desapropriada, sob a alegação de serem empresas rurais, e não latifúndios.[38]

Apesar de a desapropriação ter sido considerada uma vitória para os lavradores, o *modus operandi* dos organismos de Estado se manteve. O Incra continuou a agir de forma impositiva, sem se comprometer a dialogar com os lavradores e suas entidades de representação. A mobilização dos lavradores, contudo, fez com que os colonos do assentamento originário da desapropriação da fazenda se organizassem, fundando a Associação dos Produtores de São José da Boa Morte, em 1985, a fim de buscar melhorias nas condições de produção para aumentar a colheita de alimentos, que já eram, em 1987, cultivados por mais de 300 famílias.

37 Este é um momento de distensão política do regime autoritário, sendo também momento de novas ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro e em todo o Brasil. Assim como aconteceu com Cachoeiras de Macacu, outros diversos conflitos por terra foram resolvidos pela desapropriação.

38 Anexo intitulado "Depoimento prestado por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, perante a CPI que apura as causas e consequências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda do Brasil", presente no relatório do SNI, Informe nº 2539/30/AC/81 (Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_20708_81). A mudança do *status* do terreno para empresa rural não foi inocente. A declaração da área como empresa rural impedia a desapropriação por interesse social deste terreno. Desta forma, a mudança não só mantinha parte das terras dos Coimbra Bueno como diminuía o que podia ser reivindicado pelos camponeses.

Em 2017 aproximadamente duas mil famílias habitavam o Assentamento SJBM, que, mesmo afetado por alagamentos frequentes causados por falhas nas obras do assentamento na década de 1980, é responsável por parte do abastecimento de alimentos do Rio de Janeiro, fornecendo aipim, inhame, goiaba, milho verde, jiló, quiabo e berinjela (No estado do Rio, população luta para obter reparo de dano socioambiental. *Brasil de Fato*, edição on-line, 19/11/2017).

Considerações finais

Para o filósofo Paulo Arantes (2010), a ditadura foi vitoriosa em seus objetivos e, neste sentido, ainda não terminou, estendendo sem fim o ano de 1964 e a criminalização da organização das classes populares. Se os trabalhadores do campo conseguiram, após três ocupações e inúmeras resistências a incontáveis violências sofridas, a efetiva desapropriação da terra, isto não resultou na diminuição dos conflitos com o Estado.

No meio rural brasileiro, "a modernização não foi muito além do processo produtivo" (MEDEIROS, 1996, p. 134), reordenando relações sociais sem inserir os trabalhadores no universo dos direitos. Acirraram-se, assim, as tensões sociais já preexistentes e disseminadas. Um dos efeitos dessa modernização foi o de acelerar o processo de expropriação dos trabalhadores, aumentando o número de temporários e fazendo com que milhares buscassem na migração uma solução possível. Em Cachoeiras de Macacu não foi diferente.

A presença do arbítrio e da força foi contínua e intensa na luta pela terra, levando à morte inúmeros trabalhadores e lideranças. A intervenção no sindicato e a presença de jagunços, policiais e Forças Armadas na São José da Boa Morte, bem como em outras fazendas do município, intensificaram o clima de tensão e desmobilização, obrigando muitas famílias a fugirem e/ou aceitarem o silêncio frente às violências. Contudo, ao aumento da violência correspondeu o aumento das denúncias, incapaz, entretanto, de impedir sua continuidade, e a resolução dos conflitos na esfera privada, onde, na grande maioria dos casos, prevalece a força bruta.

A potência que emerge nas lutas dos anos de 1980, não apenas em Cachoeiras de Macacu, traz consigo a lembrança das lutas e das conquistas abortadas dos anos de 1960. A prisão de 89 lavradores e apoiadores não

imobilizou a organização camponesa, mas manteve tensionada a memória dos conflitos e o desejo pela terra: a contínua vivência de situações marcadas pela violência e pelo rompimento de relações sociais reatualiza a insubmissão camponesa (BRITO, 2014), esta teimosa e cotidiana resistência aos autoritários avanços sobre a terra de patrões e de parcelas do Estado. E, como vimos nas ocupações da década de 1960, também possibilitavam a redenção do passado como a realização e a reparação da felicidade individual e coletiva de uma geração e de sua época. De acordo com Benjamin (2012): a redenção do passado, orientada também para a salvação presente e futura, não se esquece daqueles que foram vencidos e oprimidos, instigando a luta pela sua memória.

As reivindicações e os sofrimentos de épocas passadas não podem ser desprezados: não há luta pelo futuro sem memória do passado. A contínua e teimosa resistência dos lavradores e lavradoras de SJBM – e tantos outros locais, municípios e estados do Brasil – constituiu uma cultura política de resistência que internalizou no corpo e no cotidiano destes a luta de classes e o confronto por projetos de classe distintos. Não só a lembrança das lutas dos anos anteriores ao golpe emergiram nos anos 1980, como também os próprios atores daquelas lutas. Conquistaram pela luta (também teimosa) a "terra livre" para si e para as gerações futuras.

O contínuo silenciamento promovido pela ditadura empresarial-militar brasileira excluiu e ainda exclui da realidade histórica uma memória e uma experiência de dor que constitui para muitos a própria realidade vivida. A dimensão do que se apaga na memória é a dimensão de uma vida que sofreu no próprio corpo as violências física e simbólica: apagam-se memórias coletivas, sociabilidades existentes e aquilo que se perdeu – casas, amigos, família, projetos, terra e futuros. Contudo, aquilo que é simbolicamente excluído tende a retornar com força: "[...] não há esquecimento quando sujeitos sentem-se violados por práticas sistemáticas de violência estatal e de bloqueio da liberdade socialmente reconhecida" (SAFATLE, 2010, p. 252).

Ainda hoje alguns moradores das áreas rurais de Cachoeiras de Macacu, vizinhas a SJBM, brigam pela posse de suas terras, algumas delas habitadas e cultivadas há mais de 40 anos. Esta é a realidade dos moradores de Vecchi, Quizanga e Serra Queimada. Alguns deles estão mobilizados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e ativamente reivindicam o passado de lutas para frear o avanço do projeto de barragem do rio Guapia-

çu, obra de compensação ambiental do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Para alguns destes moradores, a atuação do presente está ligada à memória dos desrespeitos sofridos e das conquistas alcançadas no passado, no período ditatorial e mesmo antes. Muitos foram para estas áreas após despejos e remanejamentos, e os seus relatos trazem a dimensão da memória que retorna: o medo de mais uma vez buscar terras, fincar raízes cada vez mais incertas, esboçar novos futuros, viver novas violações, empreender uma nova luta. Mais uma vez, a permanência na terra assume a centralidade da luta e do desejo destes moradores que superam o medo de relatar violências sofridas há mais de 50 anos. Nossa análise não pode desprezar as reivindicações de épocas passadas e nem o sofrimento de gerações submersas em um "tempo não redimido" (THOMPSON, 2001, p. 172), em especial quando estes próprios atores reivindicam o seu passado e a herança de lutas, vitórias e projetos de seus antepassados.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (Orgs.). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 205-236.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política:* ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras Escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. *Revista Mana* v. 2, n. 2, p. 7-20, 1996.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985). *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87, 2014.

BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento:* os campos de concentração na Argentina. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio*: família, fortuna e escravismo no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Salgado de Oliveira – Universo, Rio de Janeiro, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre:* Latin-America in the Cold War. Chicago: Chicago University Press, 2004.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias:* estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 71-88.

MACIEL, Dulce P. Goiânia (1933-1963): a cidade planejada*!* In: *IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador, 1996.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar nesse verão*. O cerco político das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo. Petrópolis: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 126-141, 1996.

______. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura:* o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 195-229.

______ (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/projetosfaperj>.

MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) *A miséria da historiografia:* uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. p. 157-188.

______. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias:* estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014b. p. 89-107.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano, vol. 3.* O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60:* a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilheim no campo do planejamento urbano. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em An¬tropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.

______. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009. p. 171-200.

RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira:* a história da empresa e sua inserção social (1891-1942). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a vala:* a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964). Monografia de bacharelado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

______. *Em águas turvas:* homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir Pinheiro (Orgs.). *O que resta da ditadura:* a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.

SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte:* participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Assis, 1994.

SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master frames and cycle of protest. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven: Yale University Press, 1992.

TELES, Janaina Almeida. *Os herdeiros da memória:* a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/pesquisasfaperj>.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

______. *Costumes em comum.* Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

______. As peculiaridades dos ingleses In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 75-179.

CAPÍTULO 6

Engajamento e desengajamento de camponeses na luta armada

Reflexões a partir da ação do Colina em Cachoeiras de Macacu

Fabricio Teló[1]

Introdução

Em meados do século XX, um dos grandes embates internos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) era sobre a pertinência da adesão à estratégia da luta armada como caminho para a tomada do poder e superação do capitalismo. Ainda antes do golpe de 1964, ocorreram diversas cisões a partir dessa divergência: foram criados a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), em 1961, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no ano seguinte. Ambos discordavam da tese defendida pelo PCB de que a revolução viria de forma pacífica, a partir de uma aliança com a burguesia.

Outra questão estratégica discutida era o lugar do campesinato nesse processo. Na teoria marxista, o líder da revolução russa, Vladimir Lenin, ainda nos primeiros anos do século XX, divergia de alguns aliados do Partido Socialdemocrata russo ao defender a necessidade de uma aliança operário-camponesa, tendo em vista o caráter majoritariamente agrário de seu país (LENIN, 1961). Depois dele, nos anos 1920, Gramsci (1987) e Mariategui (1975) também se posicionaram a favor dessa perspectiva, partindo das realidades italiana e peruana, respectivamente. Na história do PCB, o tema foi objeto de disputa. No segundo Congresso do partido, em 1925, o entendimento era o de que "a revolução brasileira seria em sua primeira

1 Agradeço a Alberto Santos pelas valiosas contribuições tanto em termos de envio de documentos, como de troca de ideias, sugestões e mediação de entrevistas.

fase democrática-pequeno-burguesa porque dirigida pela burguesia radicalizada que, no Brasil, diferentemente da Rússia, era urbana e não rural" (PANDOLFI, 1995, p. 97-98). O pressuposto era de que a contradição fundamental da sociedade brasileira era entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno. A tarefa dos comunistas, portanto, seria impulsionar as revoltas da pequena burguesia no sentido de direcioná-las para um processo de revolução permanente. No Terceiro Congresso do PCB, realizado na virada de 1928 para 1929, essa compreensão se modificou: o protagonismo da revolução deixou de ser projetado na pequena burguesia e passou para o proletariado e o campesinato, que, antes deixado de lado, agora entrava como um aliado prioritário. Pandolfi (1995) chama a atenção para o fato de que, já na década de 1930, começou a ser defendida no PCB uma proposta de embate mais radical, inclusive de criação de guerrilhas no campo. Nesse momento, o partido vivia uma intensa repressão da ditadura Vargas, o que pode ajudar a entender essa posição.

O PCB voltou à legalidade em 1945 e mudou novamente de estratégia. De acordo com Gorender (1987, p. 21), esse fato iludiu as lideranças do partido de que a luta institucional seria o caminho: "[...] acreditavam nos bons propósitos da burguesia nacional, então chamada de 'progressista', e recomendavam aos trabalhadores o entendimento com os patrões em benefício do desenvolvimento da economia brasileira". Luiz Carlos Prestes era o grande nome dessa linha. Foi um momento de fortalecimento do partido.

Em 1947, no entanto, o partido perdeu novamente o reconhecimento legal e voltou a atuar na clandestinidade, o que provocou uma nova guinada de estratégia, saindo do pacifismo e passando à pregação da "violência revolucionária imediata" (GORENDER, 1987, p. 21). Tal perspectiva culminou com o manifesto de agosto de 1950, cujas linhas foram reafirmadas no IV Congresso, em 1954. A proposta da luta armada, no entanto, não evoluiu. Conforme Gorender (1987), as únicas tentativas foram as revoltas de Porecatu (1944-1947), no norte do Paraná, e de Trombas e Formoso, em Goiás (1950-1957).

Em 1958, depois de mudanças na composição do diretório nacional, foi publicado um novo manifesto que expressava a nova linha política do partido, influenciada pelo VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928, que postulava a revolução em duas etapas: a primeira seria uma revolução nacional e democrática, de conteúdo anti-imperialista e antifeudal. Somente

depois é que se passaria à revolução socialista. Para a primeira etapa, propunha-se a composição de forças entre proletariado, campesinato, pequena burguesia e burguesia nacional. O caminho passou a ser novamente a revolução pacífica, ponto desencadeador das dissidências anteriormente mencionadas.

A nível mundial, o contexto era de expansão das organizações defensoras da luta armada, sobretudo nos países do chamado Terceiro Mundo, onde ocorriam movimentos de descolonização, com destaque para Indonésia, Indochina e países do norte da África. A greve geral de maio de 1968, na França, e as diversas revoltas estudantis que ocorreram no mundo nesse período também compunham o cenário de crescimento da perspectiva de que o uso da força, se não era o único, era o melhor meio de se transformar a estrutura da sociedade e superar a exploração e as opressões.

De acordo com Sales (2005), uma marca importante das organizações de esquerda no Brasil nos anos 1960 foi a incorporação dessa perspectiva política. A Revolução Cubana de 1959, onde as lideranças Fidel Castro e Ernesto Che Guevara contaram com o apoio dos camponeses de *Sierra Maestra* para a tomada da capital Havana, era o principal modelo inspirador. Ganhava força no Brasil o foquismo.[2] O autor aponta dois exemplos de organizações que se inspiraram nas bandeiras socialistas e antiburocráticas da Revolução Cubana: a ORM-Polop, já citada, e a Ação Popular(AP).[3]

2 Foquismo era um termo utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir da guerra de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba. Conforme teorizou Debray (1967), uma das principais características do foquismo era sua aversão ao burocratismo dos partidos comunistas, que separavam a atuação política da atuação militar, designando diferentes lideranças para cada frente de ação. A proposta foquista defendia que houvesse uma única liderança, que congregasse a direção política com a militar.

3 A Ação Popular foi uma organização criada no início dos anos 1960 por um grupo de participantes da Juventude Universitária Católica (JUC) insatisfeito com a falta de comprometimento social da organização e da excessiva interferência da hierarquia da Igreja nos seus rumos. A JUC era parte da Ação Católica, movimento existente em diversas partes do mundo e fundado no Brasil nos anos 1930 com a ajuda do então padre Hélder Câmara, posteriormente bispo auxiliar do Rio de Janeiro e arcebispo de Olinda e Recife (RIDENTI, 1998). A Polop, criada em 1961 a partir da fusão de diversas correntes críticas ao PCB, especialmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, se caracterizava por tentar mesclar o trabalho com as massas junto com o foquismo (SALES, 2005).

Ambas criticavam o PCB e estiveram na origem do que se chamou de Nova Esquerda Brasileira. Nas Ligas Camponesas também havia um grupo que defendia a via guerrilheira e iniciou algumas iniciativas nessa direção.[4] A estratégia da luta armada como proposta de atuação política já existia, portanto, ainda antes do golpe de 1964.[5] Contudo, é após a decretação do Ato Institucional número cinco (AI-5)[6], no final de 1968, que as organizações armadas passaram a crescer com mais força, sobretudo a partir de dissidências do PCB, em boa parte em função da intensificação da repressão do governo militar contra as organizações de esquerda e da avaliação de que a via pacífica não levaria a nada.

Neste contexto está o caso analisado neste artigo: o trabalho de militantes, que viriam depois a formar o Comando de Libertação Nacional (Colina), com um grupo de camponeses do município de Cachoeiras de Macacu, no estado do Rio de Janeiro, no sentido de estimular o engajamento deles à proposta de criação de um grupo de guerrilha rural. Tendo como base alguns documentos produzidos pelos órgãos estatais e as memórias de pessoas envolvidas, procuro compreender os elementos que promoveram o engajamento de camponeses e de lideranças religiosas na proposta da luta armada, como se criaram relações de confiança entre as lideranças do grupo e os trabalhadores e que redes de sociabilidade foram acionadas para facilitar tais aproximações.

A pesquisa envolveu inicialmente a leitura da documentação disponível no site do projeto *Brasil: Nunca Mais*, onde constam a denúncia do Ministério Público Militar ao Superior Tribunal Militar (STM) contra os envol-

4 As Ligas foram organizações de trabalhadores rurais, inicialmente criadas pelo PCB em vários estados do país a partir de 1945, com vistas à luta pela terra e melhorias no acesso a mercados para venda de seus produtos. Com a cassação do registro do partido, em 1947, as Ligas foram praticamente extintas. Em meados dos anos 1950, foram rearticuladas em Pernambuco, com apoio do advogado Francisco Julião, expandindo-se pela Paraíba. As iniciativas de guerrilha das Ligas ocorreram principalmente em Goiás e Bahia.

5 Na AP, contudo, essa proposta ganha força apenas após o golpe.

6 O AI-5 dava poderes quase absolutos ao presidente da República: autorizava-o a decretar o recesso do Congresso Nacional; promover intervenções nos estados e nos municípios; cassar mandatos de parlamentares; suspender direitos políticos dos cidadãos; confiscar bens considerados ilícitos e suspender a garantia do *habeas corpus* para crimes contra a Segurança Nacional.

vidos, a ação penal e a apelação dos advogados de defesa. Nesse material foi possível acessar depoimentos das cinco principais lideranças do grupo, presas no ano de 1971. A análise desses depoimentos foi realizada levando-se em consideração o contexto no qual eles foram elaborados: delegacias e centros militares em que a prática da tortura era recorrente para forçar os presos a passar informações e assumir responsabilidade por determinados atos. A segunda frente de investigação focou na realização de entrevistas com militantes e antigos moradores da localidade Gleba Nova Ribeira, também conhecida como Duzentos Alqueires, onde o grupo atuou.[7]

A formação do grupo guerrilheiro

Em Cachoeiras de Macacu, o grupo se formou a partir de um laço de amizade entre dois personagens que seriam posteriormente lideranças da iniciativa de criação de um grupo guerrilheiro: o então padre Gerson da Conceição, da Paróquia de Sant'Anna de Japuíba, distrito de Cachoeiras de Macacu, e a assistente social Rosalina Santa Cruz, antiga militante da Juventude Universitária Católica (JUC), que, como a maioria das pessoas que participavam dessa organização, migrou para a AP. Ambos se conheceram no Recife, Pernambuco, onde Rosalina morava. Gerson passou um tempo estudando nesta cidade para concluir os estudos de Teologia, já que, segundo o Serviço Nacional de Informações (SNI), havia sido expulso, em função de seu posicionamento político, do Seminário onde estudava em Petrópolis, no Rio de Janeiro, por uma decisão dos bispos Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Manoel Pedro da Cunha Cintra, bispo de Petrópolis, e pelo então padre (posteriormente bispo) José Fernandes Veloso, reitor do Seminário.[8] Por meio de uma negociação entre Dom Clemente Isnard,

7 O local era assim conhecido em função da extensão de seu território, que era limítrofe à Fazenda São José da Boa Morte, palco de um dos principais conflitos fundiários do Rio de Janeiro no pré-golpe. Sobre este conflito, ver artigo de Ricardo Braga Brito neste livro.

8 Gerson relata que seu pai e seu irmão participavam do PCB e que isso o colocava em crise: "O seminário me dizia uma coisa e a realidade era outra. Então, eu fiquei partido" (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros em 06/05/2015). Esse fato pode ajudar a entender sua posterior articulação com bispos alinhados a uma perspectiva política mais próxima da sua para retornar aos estudos para o sacer-

bispo de Nova Friburgo,[9] e Dom Hélder Câmara, bispo titular de Recife, mas que havia conhecido Gerson quando fora bispo auxiliar do Rio de Janeiro, foi-lhe concedida a possibilidade de concluir seus estudos na capital pernambucana. Lá, juntamente com seus colegas de seminário, partindo do método Paulo Freire, fazia trabalho pastoral nas periferias da cidade, atividade compartilhada com integrantes da JUC, dentre eles Rosalina. Assim ela relatou como conheceu o então seminarista:

> Eu estudava em Recife, e a gente tinha reuniões no seminário de Olinda. E a gente ia para lá, fazer serenata, discutir política. Principalmente os estudantes que eram da JUC, da Juventude Universitária Católica. E eu era JUC. [...] E lá, o Gerson era seminarista. E nós fomos fazer uma pesquisa com os camponeses, lá em Sapé e tal.[10] E o Gerson, um grupo de seminaristas e um grupo de estudantes de Serviço Social. Eu era do primeiro ano do Serviço Social. [...] E conheci o Gerson, fiquei muito amiga dele. (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

Rosalina, depois de formada (1966), decidiu participar de um curso de especialização organizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na Venezuela, sobre maneiras alternativas de construção de casas. Para isso, deixou a condição de militante orgânica da AP e passou a ser apenas simpatizante. Lá manteve contato com pessoas já envolvidas com a luta armada e conheceu o processo de construção das guerrilhas rurais lideradas por Douglas Bravo, antigo militante do Partido Comunista Venezuelano, que com ele rompeu e criou o Partido da Revolução Venezuelana.

dócio, desta vez em outro estado. A expulsão aconteceu justamente em 1964, ano em que os militares assumiram o poder, o que pode ter estimulado a decisão dos bispos, sobretudo levando-se em consideração o papel central que a Igreja teve na promoção do golpe.

9 Com perfil progressista, Dom Clemente exerceu, entre 1960 e 1992, a função de Bispo da Diocese de Nova Friburgo à qual pertence a Paróquia de Sant'Anna de Japuíba, onde Gerson trabalhou.

10 O município de Sapé, na Paraíba, foi um dos locais de maior visibilidade das Ligas Camponesas. No momento em que Rosalina e Gerson lá estiveram, interagiram com camponeses que haviam participado da organização, então já desarticulada. Esse fato pode ter relação com o trabalho que desenvolveram com os camponeses em Cachoeiras de Macacu.

Nesse período também recebeu a notícia da morte de Che Guevara, uma das figuras que mais estimulavam a juventude de esquerda da América Latina. Sobre esse momento, Rosalina comentou:

> Eu comecei a achar que a violência que existia no mundo e que é muito presente nos países de capitalismo dependente, que essa violência, ela justificava uma violência revolucionária. Uma violência, que era a única forma da gente realmente acabar com a violência institucional, com a injustiça. E essa violência tinha regras, era ética, mas era a forma do enfrentamento. Eu tinha, a gente tinha muito como modelo Cuba. E lá... Sim, o Che morrendo e tal, ficou mais claro para a gente que poderíamos fazer o que foi feito em Cuba, ou seja, oitenta homens invadindo a serra e derrubando o poder, o poder burguês, e criando uma sociedade socialista, uma sociedade sem classe, essa sociedade de justiça e igualdade. E eu, nesse momento, comecei a achar, mesmo vendo as pessoas ali, na Venezuela, morrendo e tal, que eu estaria disposta a morrer para ter um mundo melhor. Que isso era... era, talvez, algo que a nossa juventude teria que fazer em prol da humanidade, em prol das gerações futuras. (Rosalina Santa Cruz, entrevista concedida a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, São Paulo, 12/07/2002).

Na Venezuela, conheceu também alguns funcionários do Banco Nacional de Habitação (BNH) do Rio de Janeiro, que estavam fazendo o mesmo curso e a convidaram para trabalhar com eles. De regresso a Recife e tendo aceitado o convite, Rosalina pediu aos dirigentes da AP (com a qual mantinha o vínculo como simpatizante) uma carta de recomendação e indicações de militantes com os quais ela pudesse entrar em contato. Os contatos indicados foram os de um grupo de agrônomos que moravam no bairro de Botafogo. Entre eles estava Francisco Xavier Castro Alves, que estava prestes a mudar-se para o campo em razão do movimento estimulado pela AP de que seus militantes se integrassem com operários e camponeses como parte de sua estratégia revolucionária.[11]

11 Conforme Ridenti (1998), a AP passou por diferentes fases na sua história. Nesse momento pós-golpe, a organização viveu uma fase de disputa entre uma corrente foquista e outra maoísta, defensora da revolução cultural proletária. Depois do atentado malsucedido contra o ministro da Guerra e então pretendente ao cargo de presidente, Costa e Silva, a ala

Quando Gerson concluiu seus estudos, voltou ao Rio de Janeiro, trabalhou alguns meses como secretário de Dom Clemente Isnard, em Nova Friburgo – o que demonstra a relação de confiança entre os dois – e foi ordenado sacerdote em junho de 1965. Trabalhou nas paróquias de Santo Antônio do Alto e Madalena e, em 1968, foi enviado para a Paróquia de Japuíba, então uma área com características bastante rurais. Ali começou um trabalho de aproximação com os camponeses, celebrando missas em suas casas, distribuindo remédios, alfabetizando e atuando como um mediador entre os lavradores e os espaços externos a eles. Em depoimento manuscrito ao Dops da Guanabara assinado em 10/11/1971, o então padre relatou sua atuação da seguinte forma:

> Desde o início comecei a organizar o plano pastoral da paróquia. Não somente na sede, também nas capelas da mesma. Não somente a parte litúrgica, como também a parte social. Tive, como objetivo inicial nessa paróquia, formar lideranças populares e melhorar a situação dos pobres. Dentro da paróquia, havia uma localidade paupérrima que mereceu uma atenção especial. Era uma área rural, por nome de Nova Ribeira, que era parte do plano de colonização do ex-Ibra, hoje Incra. Juntamente com moradores, conseguimos construir uma capela, uma escola e um salão de festas. Tudo muito rústico e primitivo, de acordo com o nível econômico dos moradores. Pretendendo ser simpático aos lavradores e ensinar-lhes o amor ao trabalho, resolvi também trabalhar na agricultura durante dois dias por semana, de tal maneira que não prejudicasse o ministério pastoral do resto da paróquia. Nesse trabalho de agricultura, associei-me a um lavrador Joair Nunes [referenciado nos inquéritos policiais como Joair da Silva], que tinha um lote no então Ibra, mas não tinha meios financeiros para cultivá-lo.[12] As coisas estavam neste pé, quando

foquista foi sendo enfraquecida até a expulsão de seus representantes, dentre eles, o ex-padre Alípio de Freitas, Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, que fundaram posteriormente o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). É a partir desse momento, quando a perspectiva hegemônica passa a ser o maoísmo, que a AP começa a estimular os militantes a se integrarem à população das fábricas e do campo.

12 Joair participou da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte em 1963, sendo obrigado, juntamente aos demais ocupantes, a deixar a área no momento do golpe, tendo em vista a repressão militar. Ver mais sobre esse caso em Rosa Jr. (2009) e no artigo de Ricardo Braga Brito neste livro.

> o ex-Ibra resolveu avisar aos lavradores que eles seriam transferidos de Nova Ribeira para outra área, ainda a ser escolhida, pois as terras da localidade não eram propícias à agricultura, mas sim à pecuária.[13] Para resolver este impasse, reunimos várias vezes os moradores para descobrirmos uma saída que favorecesse os mesmos. Fomos então, em comitiva, ao prefeito do município, seu Hugo Coelho; ao administrador do ex-Ibra, Coronel Amauri [da Silva]; e ao senhor bispo diocesano, Dom Clemente Isnard, para que os lotes não fossem evacuados. Conseguimos, então, a promessa que a ação de despejo não seria levada a efeito, mas que seria implantada na área um planejamento rural, tendo em vista um maior aproveitamento das terras. (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no Dops/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 881).

Percebe-se, que Gerson estava a par das angústias dos lavradores de sua paróquia e se colocou como um intermediário importante para tentar solucionar seus problemas. Isso foi fundamental para que se criasse uma relação de confiança entre o padre e os camponeses. Embora marcada por uma ideia de ensinar e conscientizar, como se houvesse um saber superior a ser aprendido pelos camponeses, esta proximidade do padre na vivência cotidiana fortalecia a sua legitimidade.

13 Há dois processos envolvidos nesse caso que precisam ser compreendidos: o primeiro é o fato de que a localidade fazia parte do Núcleo Colonial Papucaia, criado por Getúlio Vargas em 1951, para formar um cinturão verde ao redor do Rio de Janeiro, então capital federal. No início dos anos 1960 a região foi palco de intensos conflitos fundiários envolvendo a área limítrofe entre este núcleo de colonização e a Fazenda São José da Boa Morte. Nova Ribeira estava justamente nesta região. Com o golpe de 1964, a então Superintendência de Política Agrária (Supra) foi substituída por um novo órgão, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra). A intenção era simbólica: mudar a linha do tratamento da questão agrária que vinha sendo desenvolvida pelo governo de João Goulart. No âmbito do Ibra, foram criadas Guardas Rurais para atuarem nos núcleos de colonização a fim de expulsar possíveis invasores e, o mais importante, reprimir os "subversivos" que estivessem atentando à "ordem". No Núcleo de Papucaia, onde está Nova Ribeira, há relatos de que esta Guarda atuou com intensa violência na expulsão de posseiros cuja ocupação foi considerada irregular. O incêndio de casas e lavouras era o procedimento mais recorrente. O segundo processo envolvendo o Ibra na região foi o projeto de criação de um condomínio agropecuário (PIC Marubaí), formado por um grupo de 42 famílias que produziriam leite de maneira coletiva. Era a esse projeto a que Gerson se referia em seu depoimento.

É notória a semelhança com outras experiências revolucionárias no mundo, entre elas a do general Vo Giap, auxiliar de Ho Chi Minh na Revolução Vietnamita e autor de um manual de guerrilha inspirado no líder da Revolução Chinesa, Mao Tsé-Tung. Ambos destacavam a importância de os militantes se esforçarem para estabelecer boas relações com a população, especialmente com os camponeses e eram muito lidos pelos militantes brasileiros. Ao resgatar a célebre frase maoísta de que o exército revolucionário deveria andar no meio da população com a mesma desenvoltura que um peixe nada na água, Giap destaca o ponto nove do juramento de honra do soldado vietnamita: "Nos contatos com o povo, ajustar-se a três recomendações: respeitar o povo, ajudar o povo e defender o povo [...] a fim de ganhar sua confiança e seu afeto e realizar uma perfeita aliança entre o povo e o exército" (GIAP, 1971, p. 65).[14]

No Rio de Janeiro, em 1968 Rosalina buscou retomar o contato com Gerson, com quem tinha feito amizade em Recife. Em entrevista em 2015, ressaltou o fato de que Gerson, enquanto um religioso, apesar de "bem-intencionado", não tinha "contatos políticos", ou seja, não estava articulado com nenhuma organização baseada na via armada. A contribuição de Rosalina, portanto, foi justamente fazer esse elo, como reconheceu Gerson em depoimento ao Dops:

> Rosalina ficou simpática com o trabalho da promoção social que eu estava levando na localidade de Nova Ribeira. Divergiu, todavia, do encaminhamento dos problemas rurais, dizendo que tal [a via não-armada] não levaria a coisa alguma. Ofereceu-se, então, para me colocar em contato com um "grupo" da Guanabara que haveria de ajudar-me a conduzir os trabalhos sociais na localidade de Nova Ribeira. Foi marcada uma reunião na Guanabara, na qual eu compareci com três lavradores: Pedro Gomes; Sebastião da Silva e Joair Nunes, moradores de Nova Ribeira [...]. Nessa reunião, eles pediram para que descrevêssemos a situação social de Nova Ribeira. Ficaram bastante animados em desenvolver um trabalho conjunto. Falaram que o importante não era resolver casos isolados dos moradores, mas fazer

14 Como demonstra Guimarães (2014), essa mesma estratégia de aproximação pela via da assistência foi utilizada depois pelas próprias forças repressivas do Estado brasileiro por meio do que foi denominado de Ações Cívico-Sociais (Aciso). Ver também Martins (1984).

a revolução. E que esta começaria no campo, para a cidade. (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no Dops/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 882).

Conforme Rosalina, na primeira fase da formação do grupo, ela levou para a localidade algumas pessoas da AP para discutir sobre questão agrária e estrutura da sociedade. Essa forma de atuação política, no entanto, não estava contemplando os seus anseios: ela desejava mudanças não demoradas e estava percebendo que a maneira como a AP atuava, baseada na concepção maoísta de revolução cultural prolongada, não levaria a essa transformação. Neste momento, os militantes mais simpáticos ao foquismo já haviam sido desligados da organização. Esse foi um fator que a estimulou a buscar o engajamento em uma organização alternativa:

> A gente estava lá, trabalhando com os camponeses. Tinha mais de vinte camponeses, a gente ensinando o que era socialismo, o que era sociedade de classes e tal... Eles participavam muito. Botavam isso na porta da igreja. A sociedade é de classes e tal [...]. E o trabalho em Cachoeiras começa a crescer. E as discussões também. [...] E eu digo: "Ah, eu não vou ficar na AP, eu vou para a luta armada. Eu vou para a luta armada, não tem jeito. Porque esse negócio da AP não vai acontecer nunca". [...] Aí eu peguei e falei para o padre: "Eu vou passar para a luta armada". [...]. Comecei a namorar com Geraldo [Leite], que era o agrônomo que estava junto com a gente, que também era de AP, e resolvemos, os dois, passar para a VAR-Palmares.[15] E eu levei o pessoal da VAR-Palmares para um contato... Enquanto isso, eu trabalhava todo dia no BNH e o Geraldo no Incra.[16] Mas já sem o coração

15 Antes de compor a VAR-Palmares, porém, Rosalina e Geraldo se articularam com lideranças do Comando de Libertação Nacional (Colina), já que, como apontado por Gorender (1987), a VAR-Palmares foi criada apenas em julho de 1969, a partir da fusão entre este grupo e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ou seja, a VAR-Palmares ainda não havia sido oficialmente criada. Por isso, em determinados momentos da entrevista com Gerson, ele afirma que, antes do contato com a VAR-Palmares, as interlocuções eram feitas com integrantes da VPR. No depoimento ao Dops, escreveu: "Nem, ao menos, sabíamos, ao certo, a que organização pertencíamos. No início, falaram que era OP não sei o que..." (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no Dops/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 881).

16 À época, ainda existia o Ibra. O Incra só foi criado em 1970, substituindo o Ibra e o Inda. A mudança corresponde a uma mudança de ênfase na política agrária do regime militar (MARTINS,1984).

> lá, sem muita... Fazendo uma coisa muito mais formal, o trabalho no BNH. (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Ângela Maria de Castro Gomes, CPDOC/FGV, em 12/07/2002).

O exposto até o momento nos leva a destacar a heterogeneidade política no interior da Igreja Católica: embora hegemonizada por apoiadores dos militares, especialmente no contexto do golpe, ela ainda dava espaço para vozes críticas que foram crescendo ao longo da ditadura e acabaram por ser fundamentais para o processo de redemocratização.

Naquele momento, os principais interlocutores de Rosalina e Geraldo eram Amilcar Baiardi, Severino Viana Colon, José Roberto Monteiro e João Lucas Alves, militantes do Comando de Libertação Nacional (Colina), organização que surgiu a partir de uma dissidência da Polop por uma divergência em relação ao lugar da luta armada na estratégia da organização. A crítica era dirigida ao fato de que a Polop, embora procurasse conciliar tanto a luta de massas como a via armada, privilegiava a primeira em detrimento da segunda (SALES, 2005).

As articulações contra o Estado por dentro dele

Ganha destaque nesse processo o Ibra como um espaço de articulação e recrutamento de militantes para a luta armada. Do grupo supracitado, três eram agrônomos da instituição: Amilcar, Geraldo e José Roberto. O primeiro relatou em entrevista que se aproximou da estratégia da guerrilha rural a partir de contatos estabelecidos por ocasião de um curso que fez em 1966, como funcionário do Ibra, no Centro Internacional de Reforma Agrária na Colômbia, espaço de formação ligado ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), onde discutiu a estratégia e adquiriu cartilhas:

> [...] estabeleci relações com venezuelano, argentino, peruano, um dominicano, um panamenho, um salvadorenho [...]. Nós fizemos um grupo e discutimos a possibilidade de ter um contato com representantes das Farc [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] que fossem lá falar da guerrilha e como isso teria sido determinado pela grilagem, pela apropria-

> ção de terras por parte do latifúndio [...]. Nesses contatos eu pedia a eles que nos permitissem visitar uma área de guerrilha e eles "Não, está descartado completamente". Eu disse assim "Então eu queria ter acesso ao que vocês tiverem produzido de reflexão teórica". Então eu juntei uma quantidade de documentos enorme. Depois, eu fiz uma visita ao México e encontrei o pessoal da FLN, da Frente de Libertação Nacional da Venezuela, que também me deu material. Então, quando eu terminei meu curso, eu voltei para o Brasil com um saco cheio de material sobre guerrilha. (Amilcar Baiardi, Salvador, entrevista concedida a Fabricio Teló em 04/02/2017).

De acordo com o depoimento de Baiardi em 6/8/1969 ao IPM que investigou o Colina, este mesmo curso foi feito também por José Roberto Monteiro, como bolsista da OEA entre os meses de julho e dezembro de 1967, tendo permanecido na Colômbia e na Venezuela, o que indica certa recorrência de quadros do Ibra participando de cursos em países latinoamericanos e absorvendo a influência das experiências políticas desses países, sobretudo de Cuba.[17]

Uma figura influente, ainda que de maneira indireta, nesse processo de ocupação dos espaços do Ibra por jovens críticos ao regime e, portanto, mais abertos à possibilidade de se engajarem na luta armada, foi o agrônomo José Gomes da Silva, que trabalhou como professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), em Piracicaba, e foi central na elaboração do Estatuto da Terra. Geraldo Leite e José Roberto Monteiro haviam sido colegas de graduação em Agronomia na Esalq e alunos de José Gomes:

> De Piracicaba, saiu um grupo que era um pessoal mais de esquerda, que, diante da perspectiva de vender adubo, não sei o que e tal, a gente queria fazer alguma coisa, vinculada ao campo e tal. Então, reforma agrária. Porque já havia pessoas, de Piracicaba, lá no Ibra. [...] Então isso aí pegou muito a gente, lá em Piracicaba. Porque o Zé Gomes [José Gomes da Silva] foi dar aula, depois disso aí, ele foi dar aula para nós, no último ano, sobre planejamento e tal. E ele era um entusiasta da reforma agrária. Então, ele falou: "O

17 O IPM utiliza a denominação Organização Político Militar para designar o Colina, tratando os dois como uma mesma organização (Ação Penal 25/69_BNM 233).

> nosso negócio é o seguinte: vamos trabalhar lá no Ibra. É o que nos resta". E então saímos e fomos em seis, para trabalhar no Ibra. Só que assim: já todos, com uma formação política, de organização popular e tal, tal, tal. (Geraldo Leite, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

Amilcar também relata que, como chefe de uma das seções do Ibra, contratou vários agrônomos desse grupo de Piracicaba, dentre eles Geraldo e José Roberto. Antônio de Pádua Perosa e Richard Dulley também fizeram o mesmo percurso.[18] O SNI chegou a elaborar um documento de sistematização dos "grupos subversivos no Incra", que reunia uma lista de 40 técnicos do órgão. Dentre os nomes referenciados, apenas o de Geraldo não consta, dado que até aquele momento (junho de 1971) não havia registro de "atividades subversivas" em seu nome.[19] Ainda que nesse caso o Ibra não tenha sido usado como ponte direta para chegar aos camponeses, porque Geraldo não se apresentava enquanto funcionário do Instituto, houve outras situações em que agrônomos da instituição valiam-se da oportunidade de fazer visitas aos agricultores para prestar-lhes assistência técnica e, ao mesmo tempo, realizar

18 A esse respeito, um trecho de um documento do SNI afirma: "Logo que os comunistas assumiram os postos-chave, trataram em seguida de colocar em todos os cargos os outros companheiros, os simpatizantes, os interesseiros e os ingênuos úteis, assim como requisitar e contratar elementos estranhos aos quadros da autarquia". (Informação nº 1372/71 – S – 102 – CIE. Arquivo Nacional, Projeto Memórias Reveladas, AC_ACE_39744_71_001, p. 10).
19 Atividades Subversivas do Incra. Informação nº 1372/71 – S – 102 – CIE (Arquivo Nacional, Projeto Memórias Reveladas, AC_ACE_39744_71_001 e AC_ACE_39744_71_003). Tiveram ainda relação com o Colina e/ou VAR/Palmares, conforme relato de Amilcar, os seguintes servidores do Ibra: Maria de Lourdes Siqueira, Virginia Leporacce e Alceu Fernandes Azevedo. Este último, em entrevista ao projeto Memória Incra, coordenado por Abdias Vilar de Carvalho, Antônio Pompeo Braga e Regina Landim Bruno, relatou ter tido contatos com os militantes do Colina e da VAR-Palmares, mas não de forma orgânica por conta de compromissos com a família (Entrevista disponível no NMSPP/CPDA/UFRRJ, código MI.trans.ALAZ). Conforme relato de Geraldo Leite, era muito importante para os militantes o apoio de uma rede de simpatizantes que ajudavam as organizações escondendo pessoas em suas casas, enviando recados, cobrindo pontos, guardando documentos e armas e assim por diante. Segundo ele, inicialmente os militares não reprimiam esses apoiadores de forma tão intensa, mas quando perceberam a importância dessa rede, a maioria da classe média, começaram a prender e a torturar também essas pessoas, o que teria sido uma das principais inflexões no desbaratamento das organizações armadas.

um trabalho político de aproximação à organização. Foi o caso, por exemplo, do assentamento Alexandre de Gusmão, próximo a Brasília, onde atuaram Raul do Valle e Antônio Perosa, ambos também egressos da Esalq.

Esses elementos nos levam a perceber que, mesmo em um contexto de ditadura, o Estado não é um bloco monolítico fechado a interferências de forças contra hegemônicas. Como apontou Poulantzas (1981), no Estado se dão lutas entre forças políticas do passado e do presente, com inconstante equilíbrio. As contradições de classe se expressam dentro do sistema estatal por meio de grupos e facções, mesmo nos contextos de estatismo autoritário.

A aproximação com os camponeses

Além de Rosalina Santa Cruz e Gerson da Conceição, uma das figuras apresentadas foi o ex-sargento Severino Viana Colon, que desempenhou importante papel de liderança junto ao grupo, com especial ênfase no treinamento militar.[20] Conforme depoimento de Gerson da Conceição, ele havia ficado responsável por mediar a relação entre os camponeses e o "pessoal da Guanabara", ou seja, os integrantes do grupo Comando de Libertação Nacional (Colina), que viriam posteriormente a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares).

Helvecio Ratton[21], que também militou na organização, relatou ter passado alguns meses de 1969 no aparelho que Viana coordenava em Magé:

> [...] A gente estava indo para Magé para fazer um trabalho na região e fomos eu e mais um outro que era um garoto militante do movimento estu-

20 Natural de Pernambuco, foi sargento da Polícia Militar do extinto Estado da Guanabara, onde atuou como presidente da Associação de Cabos e Sargentos. Após ter desertado, entrou para o Colina. Foi preso em maio de 1969 e morto nas dependências da 1ª Companhia da Polícia do Exército, no Rio de Janeiro.

21 Atualmente cineasta com reconhecimento nacional, diretor, dentre outros, de *O menino maluquinho* (1995) e *Batismo de Sangue* (2006), Helvécio iniciou sua militância ainda pelo movimento estudantil no Colina, em Belo Horizonte, onde conheceu Carlos Alberto Soares de Freitas, que veio a ser a grande referência da VAR-Palmares. Perseguido pela repressão na capital mineira, migrou ao Rio de Janeiro para militar na clandestinidade. Para maiores informações, ver Villaça (2005).

> dantil no Rio de Janeiro.[22] E na verdade se ambientar na região. Era essa a orientação. Inclusive eu acho que a direção tinha certos planos com a gente – porque volta e meia tinha uma pessoa da direção nacional com a gente – […] [no sentido] de a gente estar sendo preparado para a área. Estávamos digamos que fazendo uma espécie de estágio ali em uma região de campo. […] Trabalhávamos, ajudávamos lá essa família. (Helvecio Ratton, Belo Horizonte, entrevista a Fabricio Teló em 20/12/2015).

Ratton, no entanto, não chegou a ter conhecimento da iniciativa em Cachoeiras de Macacu. Por questões de segurança, as organizações repassavam aos militantes apenas informações estritamente necessárias. Não obstante, a informação a respeito da atividade liderada por Viana evidencia que eram diversas as formas por meio das quais as organizações buscavam se enraizar junto à população: ao mesmo tempo em que atuavam no recrutamento de estudantes e operários, buscavam aproximação também com camponeses, pescadores e possivelmente outros grupos sociais. É indicativo desse processo o fato de que, no aparelho de Magé, Viana contava com a parceria de Waldemar Santana de Souza, militante do PCB, que havia sido, em 1963, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, junto com Manoel Ferreira de Lima, quadro importante entre as lideranças comunistas no campo e também candidato a prefeito pelo partido em 1950 (RIBEIRO, 2015).

Helvécio conta que lhe chamava atenção o fato de que os filhos de Waldemar tinham nomes que homenageavam lideranças soviéticas importantes. Um deles, Luiz Stálin Santana de Souza, à época com 17 anos de idade, chegou a ser preso após a captura de Viana e foi obrigado a depor no inquérito que investigava as "ações subversivas" do Colina.[23] Waldemar

22 Helvécio não lembrou do nome do referido militante.
23 Termo de declaração de Luiz Estelio Santana de Souza ao IPM da OPM [Colina] (BNM_233, p. 107-111). Repare-se que os militares substituíram o segundo nome (Stálin), como consta em sua certidão de nascimento, por Estelio, possivelmente pela recusa a usar um nome soviético (Certidão de nascimento de Luiz Stálin Santana de Souza, disponível no Arquivo Nacional sob o código BR_DFANBSB_N8_0_PSN_IVT_0002_d30028). Em entrevista concedida a Fabricio Teló e a Felipe Ribeiro, em 7/5/2017, Luiz denunciou que tal depoimento foi dado sob tortura e que a versão que consta no inquérito foi, na sua quase totalidade, redigida de acordo com as hipóteses dos militares, e não de acordo com o que ele realmente havia falado.

não chegou a ser preso naquele momento porque conseguiu fugir assim que soube da prisão de Viana.[24] Em entrevista concedida em 2015, Gerson relatou que, por sorte, não foi preso junto com Viana, pois, no dia de sua captura, tinha ido até o aparelho para pegar dinheiro, mas saiu antes de os militares chegarem.

Tanto pelos documentos da repressão como pelas entrevistas, verifica-se que Viana parece ter sido uma figura central na estratégia do Colina. No IPM que investigou a organização, um dos relatórios parciais afirma:

> Na Guanabara destacou-se Severino Viana Colon, revolucionário profissional, experiente e audacioso, participante ativo de quase todas as expropriações realizadas pela OPM [Colina]. Como justificar a presença de um expropriador experiente, um líder capaz, um combatente ativo como Viana Colon, em Magé, longe dos acontecimentos urbanos de sua organização? Nos parece lógico que os recursos já capitalizados pela OPM tenham encontrado em Viana Colon o homem e em Magé o endereço certo [para] a guerrilha. (Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969, Ação Penal 25/69, BNM_233, p. 113-116).

Os diversos entrevistados também destacaram sua centralidade no movimento da organização de se aproximar do campo. Ao falar da relação que Viana estabelecia com os pescadores, Helvécio afirmou: "Percebia-se que eram companheiros". Quanto à relação com os camponeses de Nova Ribeira, Gerson da Conceição escreveu em seu depoimento:

> Viana conseguiu atrair a simpatia da área. Não só pela sua delicadeza, como pela sua maneira de se identificar com os lavradores. Ele morava em Magé e tentava organizar um grupo de pesca. Sua finalidade era aliciar rapazes desempregados, na cidade de Magé, e iniciar no trabalho da pesca e, ao

24 Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969 (Ação Penal 25/69, BNM_233, p. 114). A esposa de Waldemar, Luiza Aquino Santana, se viu na responsabilidade de cuidar sozinha de seus 13 outros filhos enquanto Luiz Stálin estava preso e Waldemar foragido. Ela relatou a aflição na petição de *habeas corpus* enviada ao STM por meio do advogado Heleno Fragoso (Gueiros relatará no STM habeas corpus da Susipe. *Correio da Manhã*, 16/08/1969).

> mesmo tempo, dar-lhes uma consciência política e ideológica. (Gerson da Conceição, depoimento manuscrito, firmado em 10/11/1971, no Dops/GB, Ação Penal 01/72, BNM_057, p. 883).[25]

Para compreender essa relação, recorremos à abordagem proposta de uma análise processual do engajamento, elaborada por Fillieule (2015). Para o autor, cada etapa da biografia política dos atores sociais é delimitada por etapas anteriores que condicionam o campo de possibilidades. Daí a importância de se dar atenção às trajetórias tanto dos indivíduos, como dos espaços que eles ocupam e dos grupos nos quais se engajaram e se desengajaram. Até 1964, Waldemar era um militante do PCB e atuava no STR de Magé. Joair participou da ocupação de 1963 da Fazenda São José da Boa Morte.[26] Ambos foram obrigados a se desengajar de seus grupos em função da repressão advinda com o golpe.

Essas duas trajetórias individuais retratam também um pouco da história dos municípios onde atuavam. Magé e Cachoeiras de Macacu foram espaços de intensa atuação do PCB desde os anos 1950, sobretudo por meio do sindicalismo. Ribeiro (2015) e Rodrigues (2015), respectivamente, analisaram esse processo nesses municípios chamando atenção para os sindicatos da indústria têxtil, no caso de Magé, e dos ferroviários, no caso de Cachoeiras de Macacu, ambos com uma relação muito próxima com os camponeses. Não por acaso, os militares do IPM do Colina apontaram como um dos elementos a serem considerados na investigação sobre Viana em Magé "os antecedentes e as características peculiares dessa região".[27]

A despeito das especulações dos militares, não identificamos indicativos de que em Magé tenha se criado algum grupo para treinamento guerrilhei-

25 Atente-se para o fato de que Viana já havia sido morto no momento do depoimento de Gerson. Era uma estratégia dos presos a atribuição do máximo de responsabilidade possível para pessoas que já não estivessem mais vivas ou livres a fim de diminuir a probabilidade de novos militantes serem capturados.

26 Há um relato de uma antiga moradora de Nova Ribeira de que Amaro do Andrade (também conhecido como Amaro Barbudo), que exerceu certa liderança na referida ocupação, também fazia parte do grupo.

27 Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969 (Ação Penal 25/69, BNM_233, p. 114). Sobre conflitos fundiários e a resistência camponesa em Magé, ver o capítulo de Marco Antonio Teixeira neste volume.

ro, diferentemente da Gleba Nova Ribeira, onde, de acordo com os diversos depoimentos encontrados na Ação Penal 01/72 (BNM 57), houve um treinamento para utilização de armas, em fins de 1968, em um local denominado “Mata do Marino”, a cerca de 12 quilômetros da Gleba Nova Ribeira. Um antigo morador da área, que foi amigo de Gerson, relatou como foi preparado o ambiente para o treinamento:

> Dentro da mata eles fizeram um galpão sem derrubar um pau. Entendeu? Não derrubaram um pau. Trouxeram vara lá, para não mexer aqui, trouxeram de lá os varões e amarravam o varão numa árvore, arrumaram um lugarzinho estratégico, eles fizeram uma cobertura, para as reuniões, [de modo que] quem passava por cima não sabia. Só se viesse por baixo. Porque passava muito helicóptero e avião pequeno aqui. Mas não dava para ver. Não dava de jeito nenhum para ver. […] Vinha muita gente de fora. (Aposentado de 73 anos, Marubaí, Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida em 08/11/2014).

Conforme o relato de Ana Francisca Santos da Silva e de Maria Gomes dos Santos, filhas de um dos camponeses que mais se engajou, o grupo era composto apenas por homens: “Tinha essas reuniões e a gente não sabia o que estava acontecendo. A gente não participava de nada. Era só homens”. Para justificar a saída para reuniões, conta Maria que diziam ir para reuniões dos Alcoólicos Anônimos, já que seu marido, Daniel Nunes, tinha problemas com alcoolismo. Elas contaram ter ficado sabendo do que se tratava nessas reuniões “quando estourou”, ou seja, quando chegou a repressão (Ana Francisca Santos da Silva e Maria Gomes dos Santos, entrevista concedida a realizada por Fabrício Teló e Alberto Santos em 18/09/2015, em Papucaia, Cachoeiras de Macacu).

A adesão dos camponeses

Entender esse processo implica buscar compreender o que estava em jogo nas situações de aproximação das organizações com os camponeses, o que cada ator colocava como prioridade, quais as principais dificuldades, quais eram os estímulos ao engajamento e de que forma esses casos específicos nos ajudam a entender a violência política enquanto ação coletiva.

Gerson da Conceição relatou que a aproximação com os lavradores de Nova Ribeira se deu a partir do dia em que a família de um deles, Pedro Gomes dos Santos, foi até a Paróquia de Japuíba para batizar uma criança. Era o dia de Sant'Ana, padroeira da paróquia, e muita gente aproveitava a data para batismo. Como a família de Pedro chegou tarde, o padre já estava cansado e contou ter conduzido o ritual de modo um pouco relaxado. Tendo Pedro notado essa postura do padre, fez um comentário crítico em voz baixa. Gerson contou ter ouvido esse comentário e ficado tocado. Concluiu que Pedro era uma pessoa corajosa e questionadora e, portanto, alguém com quem poderia se articular. A amizade que surgiu dessa aproximação foi central para a inserção de Gerson na localidade de Nova Ribeira.

Com a acolhida dos lavradores de Nova Ribeira, por meio da assistência religiosa e iniciativas de cunho comunitário, Gerson da Conceição pôde iniciar um trabalho de formação política com eles e aos poucos foi criando condições para a sua afirmação como líder político. Mas não foi apenas seu capital religioso que garantiu o engajamento dos lavradores. Em entrevista com um antigo morador, que acompanhou o processo e era amigo de boa parte das pessoas que compunham o grupo, perguntamos o que motivou os camponeses a aderirem ao convite das lideranças do grupo. Ele respondeu: "Eles davam bicicleta novinha para o camarada, espingarda nova, rifle novo". Perguntado sobre quem dava as bicicletas, o entrevistado, inicialmente, disse não saber. Depois disse: "Quem dava era justamente o..." e deixou a informação no ar. Percebeu-se claramente uma preocupação em não nos dar informações que pudessem prejudicar as lideranças do grupo. Ele também afirmou que não participava: "A gente não fazia parte, porque eu e meu pai escapamos dessa por milagre mesmo, porque nós vivíamos no foco mesmo. Em volta todo mundo participava". Esta era uma tônica em quase todas as entrevistas realizadas. Como o tema objeto de análise ainda é relativamente próximo, há uma preocupação muito grande dos atores envolvidos em evitar constrangimentos para quem quer que possa sofrê-los, inclusive para o próprio entrevistado.

Outro elemento destacado pelo antigo morador foi o fato de que, à época dos acontecimentos, ele era ainda adolescente, o que lhe dificultava realizar uma leitura do processo político em questão: "A gente não tinha também, assim, clareza do que exatamente eles queriam, não, sabe. Fosse hoje, a gente já saberia mais ou menos. Naquela época eu era moleque".

Uma das famílias que aderiu foi a de Pedro Gomes dos Santos, imigrante do Rio Grande do Norte, muito católico, que havia chegado à localidade, segundo um entrevistado local, por volta do ano 1965. No depoimento de Gerson da Conceição anteriormente transcrito, lemos a menção à parceria estabelecida entre o religioso e Joair Nunes, em cujo lote o então padre trabalhava duas vezes por semana, tal foi a relação de proximidade construída. Essa amizade entre as duas famílias foi, talvez, a principal base na qual se sustentou a adesão dos camponeses de Nova Ribeira ao grupo.

Destaca-se nesse caso a centralidade da formação católica presente em três das principais personagens envolvidas no processo: um padre, uma antiga militante da JUC e da AP e um camponês muito devoto. Esse é um elemento merecedor de investigação mais aprofundada para verificar tanto a influência da Teologia da Libertação, crescente na América Latina nesse período, quanto as disputas no interior da Igreja Católica. Ao mesmo tempo em que crescia uma interpretação bíblica mais próxima do marxismo, o golpe de 1964 teve amplo apoio eclesiástico, ou, mais que isso, foi produto, em boa medida, de articulações protagonizadas por católicos. Nas conversas que estabelecemos com antigos moradores da localidade, diferentes interpretações sobre o processo são evidenciadas. Uma senhora, parente de Pedro, relata:

> No tempo em que eu morava nos Duzentos Alqueires, que agora se chama Marubaí, eles [Seu Pedro e família] moravam lá. Aí entraram uns comunistas lá naquele tempo. Os comunistas eram escondidos. E eles, pobres, preguiçosos [palavra falada com ênfase], não tinham coragem de trabalhar mesmo... [Os comunistas] ofereceram muita coisa boa para eles, dinheiro, comida... Na época do padre Gerson. Aí eles entraram nessa. E nessa aí eles foram embora. (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista concedida em 11/02/2015).

Esta fala foi feita em uma roda de conversa na qual estavam presentes diversas pessoas que haviam morado na localidade à época dos acontecimentos. No momento em que a senhora estava se referindo aos "comunistas" que haviam entrado lá, uma outra a interpelou: "Disseram que eram comunistas, né?!", ou seja, quis evidenciar que havia controvérsias sobre se tais figuras eram ou não comunistas. Nota-se ainda um tom fortemente

pejorativo do termo, como um xingamento. Havia até mesmo dúvidas a respeito da própria veracidade do fato de Gerson ser padre. A mesma entrevistada prossegue:

> Esse padre, ele não era padre. Ele se vestia de padre. Levava as mulheres vestidas de freira lá para o meio do mato lá, para fazer as desgraças lá, com os pobres morrendo de fome, não tinham coragem de trabalhar. Eles [Gerson e companheiros] chegaram lá, davam dinheiro, davam comida, davam tudo e entraram nessa. Eu morava lá nesse tempo, com meu marido. E meu marido falou assim: "Eu, entrar nessa? De jeito nenhum!". A gente pulou fora. (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista concedida em 11/02/2015).

Perguntada sobre o que eram as desgraças a que se referia, a entrevistada respondeu: "Ah, era que eles levavam as mulheres vestidas de freira". E estabeleceu-se um diálogo entre as duas mulheres:

> – Aquilo não era freira coisa nenhuma. Era só para enganar o povo!
>
> – Padre Gerson que era o cabeça do movimento.
>
> – E o seu Pedro, muito bobão...
>
> – Seu Pedro, muito católico, foi na onda. A pessoa é católica, é da Igreja, mas não pode ser tanto bobo assim igual eles eram. Ele foi na onda. Padre Gerson era como um deus para eles. (Diálogo entre duas antigas moradoras de Marubaí, Papucaia, entrevista concedida em 11/02/2015).

Perguntadas se havia muita gente que participava dos encontros promovidos pelo padre Gerson, ambas foram enfáticas: "Não! A gente não participava. Seu Natalino era um que participava, mas saiu fora". Chama atenção o medo das entrevistadas em serem enquadradas também como comunistas, porque a pergunta foi: "Havia muita gente que participava?". E elas entenderam como se fosse (ou desconfiaram que fosse) uma tentativa de incriminá-las por terem participado também do grupo, o que poderia lhes trazer problemas. Esse medo não existe por acaso. É fruto de um processo no qual muitas pessoas sofreram os efeitos colaterais da repressão às lideranças, como veremos no item seguinte.

No trabalho de campo tivemos ainda um relato de que houve também quem se opusesse de maneira tal ao grupo que chegou a denunciá-lo ao Dops. Foi o caso de um camponês, também perseguido político por ter participado da ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, em 1963. Segundo o relato de um filho desta liderança, a denúncia foi feita porque "os paraíbas" (a família de Pedro Gomes dos Santos) teriam ocupado um dos lotes de seu pai, enquanto este esteve preso. Ao sair da prisão, irritado com o fato, teria denunciado os ocupantes. Ele também desconfiava da veracidade do sacerdócio de Gerson, tendo em vista os armamentos levados por ele até a localidade.

Percebe-se, com base nessas falas, que houve diferentes reações dos agricultores residentes na região em relação à tentativa de organização de um grupo de guerrilha. Houve quem aderisse completamente; quem simpatizasse, mas que não tinha ido às últimas consequências; quem tenha ficado indiferente e quem tenha sido contrário, atuando no sentido de colaborar com a repressão. E houve ainda um caso peculiar relatado pela viúva de Daniel Nunes, Maria Gomes dos Santos, filha de Pedro: "Depois que estourou, Maninho [codinome de Daniel] falava assim comigo – que ele bebia muito – ele dizia – 'Eu bebia para ver se eles me largavam de mão. E ninguém me largava de mão'". É possível que essa justificativa tenha sido apenas uma forma de legitimar seu consumo de álcool. No entanto, o relato de Maria nos faz perceber a possibilidade de uma forma específica de comprometimento: pode haver situações em que o comprometimento se desprende da vontade individual e sustenta-se em outras bases a serem identificadas.

Além disso, há que se observar a dimensão da dinamicidade desses perfis de engajamento. Della Porta (2009) aponta para esse fator como um dos elementos a serem analisados nos estudos sobre violência política e radicalização. Uma pessoa pode ter aderido completamente e, aos poucos, começar a se desmobilizar, como ocorreu com Joair, por exemplo, em função da intensificação da repressão, como será visto mais adiante. Outra pessoa pode ter começado mais desconfiada e depois ter aderido com mais empenho. Foi o que aconteceu com Gerson. Em suma, são muito diversas e dinâmicas as possibilidades de engajamento, de modo que é preciso manter sempre uma visão processual e nunca essencialista em relação a esse objeto de pesquisa.

Justificativas para a luta armada

Rosalina Santa Cruz comentou sobre as motivações que a levaram, junto a seu companheiro Geraldo, a participar da luta armada:

> Eu acho que tem uma dimensão ética, a revolta de todos os oprimidos. Por exemplo, a revolta do menino que hoje está na rua e te assalta no farol, eu acho justa, extremamente justa. Porque numa sociedade tão injusta como essa, e numa sociedade onde você está lutando por direitos... Eu acho que aquele texto do [Franz] Fanon, que fala que a revolta dos condenados, dos colonizados, elas [as ações armadas] têm um princípio ético justo.[28] Porque você está lutando por direitos da humanidade, não só pela tua. É muito maior. É pelo ser humano. Pela liberdade humana. (Rosalina Santa Cruz, São Paulo, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 13/01/2015).

As ações armadas, nesse discurso, são vistas, mais do que como uma simples forma de ação política, como um dever ético/moral. A indiferença diante da injustiça social, nesse caso, é interpretada como certa conivência com a opressão. Essa forma de conceber a política coloca em xeque a teoria weberiana de que apenas o Estado pode fazer, legitimamente, uso da força física. No caso dos adeptos das ideias de Fanon (1968), que atuaram na oposição ao regime inaugurado em 1964 no Brasil, a legitimidade do uso da força física estava justamente no enfrentamento aos agentes do Estado, tendo em vista a forma ilegítima como haviam chegado ao poder – por meio de um golpe.

28 Psiquiatra de formação, Franz Fanon, cuja obra está focada na Argélia e no processo de luta pela descolonização daquele país, publicou *Os Condenados da Terra* em 1961 e, com ele, influenciou inúmeros grupos políticos que acreditavam no uso de armas como instrumento de ação política. No Brasil, onde sua obra foi publicada em 1968, era uma referência para grupos da esquerda armada que resistiram à ditadura iniciada em 1964. Um dos seus principais argumentos é que, antes da resistência à colonização, o processo colonizador foi o mais violento, em função da exploração e da apropriação das riquezas, causa de tanto sofrimento para os argelinos. Se a colonização é um processo violento, a descolonização, por consequência, também o é. Daí a legitimidade das ações armadas na luta pela independência do país ou pela revolução.

Ana Francisca, viúva de Joair, em entrevista ao autor em 2015, apresenta uma moralidade para a luta revolucionária como oposta à vagabundagem ou a alguma forma de ação coletiva voluntarista. Ao ser perguntada sobre a participação do então marido na ocupação da Fazenda São José da Boa Morte, negou veementemente que ele tivesse participado "daquela lambança toda". Ao ser informada de que os documentos do IPM que investigou a ocupação da fazenda apresentavam o nome de Joair, respondeu de imediato: "Mentira! Mentira! O meu marido, ele foi um revolucionário, mas não vagabundo".[29] Percebe-se, portanto, uma visão da ação coletiva via ocupação de terra como sinônimo de imoralidade, de algo condenável e depreciativo e da luta armada como uma atuação com um sentido respeitável.

A adesão à luta armada como forma de atuação política é condicionada por uma mudança de enquadramento desse tipo de ação, no sentido atribuído por Goffman (2012) ao termo *framing*, ou seja, à forma como ocorre a definição de uma situação, o que se dá sempre de acordo com determinados princípios de organização que orientam as pessoas a definirem do que se trata a situação em que se encontram e, a partir disso, decidirem qual deverá ser o melhor comportamento a ser adotado.

Snow et al. (1986) utilizam a perspectiva desenvolvida por Goffman para analisar as interações em geral e a adaptam para os estudos das ações coletivas. Eles promoveram uma reflexão a respeito de como os movimentos sociais, enquanto processo de ação coletiva, e as organizações de movimentos sociais, enquanto entidades, promovem processos de mudanças de quadros interpretativos – ou de enquadramento – e, por consequência, de comportamentos. Quando bem-sucedidos nesse processo, ocorre o que esses autores chamam de *frame alignment*, ou alinhamento interpretativo, isto é, a

> [...] ligação entre as orientações interpretativas das organizações dos movimentos sociais e dos indivíduos, de tal forma que o conjunto de interesses, valores e crenças dos indivíduos e as atividades, objetivos e ideologia das organizações dos movimentos sociais estejam congruentes. (SNOW et al., 1986, p. 464).

29 É possível que Ana Francisca soubesse da participação do marido e tenha negado para preservar sua imagem, como também é possível que ela não soubesse, já que o conheceu alguns anos depois do episódio. O que nos interessa aqui, no entanto, é a moralidade em questão.

Se partirmos do pressuposto de que antes da aproximação às organizações armadas as pessoas enxergavam o uso de violência na política como algo negativo, como é comum acontecer, poderíamos dizer que, neste caso, a adesão à luta armada passou por um processo de mudança na forma de enquadrar esse tipo de ação: não mais como imorais, mas como necessárias para se libertar das opressões, especificamente aquelas exercidas pelo regime político autoritário vigente no país naquele período.

Utilizamos a palavra pressuposto para levar em consideração a possibilidade de que uma visão não negativa da violência já pudesse existir antes da aproximação com as organizações armadas, de modo que a ideia de um completo reenquadramento pode ser relativizada. Alguns trechos da entrevista de Gerson são exemplos: "O Sebastião era um paraíba muito violento, muito bravo, […] destemido". E ainda: "Seu Pedro gostava muito do Viana. Todo nordestino gosta muito de armas. Eles eram encantados. E o Viana tinha armamento pesado". Outro exemplo (que deve ser lido com as devidas relativizações) é um trecho de um ofício trocado entre militares a respeito de Joair: "Gabava-se em Papucaia de possuir armas para a revolução que estava prestes a eclodir".[30] Observe-se que este último exemplo precisa ser lido com mais cuidado, tendo em vista a fonte. Não era comum que os engajados na luta armada propalassem aos quatro ventos sua adesão justamente por questões de segurança. Era possível que Joair se gabasse de ter armas, mas pouco provável que dissesse publicamente que eram para a revolução. Sua esposa, entrevistada em 2015, relata que naquele momento nem mesmo com ela Joair comentava sobre a luta armada revolucionária.

Os exemplos trazidos acima demonstram que os camponeses não tinham uma compreensão da violência ou do uso de armas como algo necessariamente imoral.[31] O reenquadramento, portanto, não era relativo ao uso da violência, que parecia lhes ser próxima, mas do sentido do seu uso, agora coletivo, organizado e voltado para uma finalidade política. Nesse

30 Ofício 314/2ª Sec, do major Ênio de Albuquerque Lacerda, comandante da Primeira Companhia da Polícia do Exército, para o Tenente Coronel Ary Pereira de Carvalho, responsável pelo Inquérito Policial Militar que investigou a Organização Político Militar (OPM), também conhecida como Colina (Ação Penal no STM nº 25/69, BNM_233, p. 54-55).

31 Nordstron e Robben (1995) destacam que a violência é uma dimensão inerente à própria existência humana e também a própria definição do que é ou não uma prática violenta varia no tempo e no espaço, daí a necessidade de superar uma visão essencialista dessa ação.

sentido, embora pudesse haver uma disposição prévia para uma forma de atuação com uso de violência, a interlocução com militantes já engajados em organizações pautadas pela via da luta armada fornece ao sujeito político argumentos que justificam e dão legitimidade a essa forma de atuação. Nessa mesma entrevista, Gerson da Conceição procurou explicitar o sentido do termo ao se referir à personalidade de Sebastião: "Quando eu digo violência, não é violência de bandido. Quero dizer que o cara era destemido". Ele diferencia, portanto, a violência ilegítima, imoral e condenável, *de bandido*, e a violência positivada, aquela que liberta da opressão, sinônimo de coragem, de disposição.

Para Benford e Snow (2000), as significações atribuídas pelos membros dos movimentos sociais a seus antagonistas, a eles mesmos e aos que os rodeiam, não são algo dado, ao contrário, são produzidas de maneira processual pelos atores. O *framing*, portanto, é uma construção de significados, um "fenômeno ativo e processual que implica agência e contestação no nível da construção da realidade" (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614). Os autores propõem, então, o conceito de "*frames* da ação coletiva", isto é, os produtos resultantes do *frame alignment*. Por meio deles,

> [...] os adeptos dos movimentos negociam um entendimento compartilhado de alguma condição problemática ou situação que eles definem como tendo que mudar, fazem atribuições demarcando de quem é a culpa ou qual é a causa dos problemas, articulam um conjunto de alternativas combinadas, incitam outros para agir com vistas a contribuir para a mudança. (BENFORD; SNOW, 2000, p. 615).

A "condição problemática", no caso, é a maneira autoritária como os agentes do Estado chegaram ao poder e se relacionavam com a sociedade civil. Especificamente em relação aos camponeses, a expulsão das famílias cujo lote fosse considerado irregular e a violência que marcava essas ações eram os principais elementos que compunham essa condição problemática que foi definida como "tendo que mudar". A "culpa" seria dos "latifundiários" e dos militares, e a "causa" seria o golpe de 1964. A luta armada, portanto, seria a "alternativa" para a mudança.

As características até aqui apresentadas sobre os frames da ação coletiva são apontadas pelos autores como predicados constantes, invariáveis, mas

haveria também um conjunto significativo de características variáveis que os constituiriam, dentre as quais destaca-se o grau de ressonância, ou seja, a sua capacidade de mobilização. O grau de ressonância varia conforme a credibilidade do *frame* que o movimento social está promovendo, o que depende de três fatores: consistência, credibilidade empírica e credibilidade dos articuladores do *frame* e das lideranças dos movimentos (*claimsmakers*). Nesse sentido, a relação de proximidade que Gerson construiu com os camponeses, ajudando-os quando precisavam e criando laços de amizade, foi fundamental para garantir sua credibilidade no processo de criação do *frame* da ação coletiva que definiu a ação armada como a estratégia a ser adotada.

Os quadros da ação coletiva são definidos por Snow (2001, p. 28) como um "conjunto de crenças e significações orientadas para a ação, que inspiram e legitimam as atividades e campanhas dos segmentos organizativos de um movimento social". Eles são o produto do enquadramento que os atores sociais realizam, ou seja, o trabalho de significação – de atribuição de sentido aos fatos e objetos – que os participantes e os dirigentes dos movimentos realizam constantemente (SNOW, 2001). Por esse alinhamento, quando bem-sucedido, o movimento social promove uma adaptação dos quadros de significados das pessoas mudando sua tradicional forma de ver o mundo para uma visão baseada nos valores do movimento. Inicialmente, os movimentos sociais apenas ampliam ou abrem o quadro interpretativo das pessoas para novos valores. Depois procuram transformá-los de fato, o que constitui a fase mais desafiadora, pois é justamente a transformação dos valores dos atores que condiciona o sucesso do movimento. Isto seria o ideal. Na prática, porém, estas tentativas de alinhamento são sempre muito limitadas.

Embora em alguns trechos o autor mencione um processo de negociação entre organizações de movimentos sociais e seus adeptos na construção do *frame*, essas ideias demonstram que o conjunto de textos de Snow e colaboradores dá mais ênfase para um processo marcado por uma verticalização de cima para baixo das organizações de movimentos sociais em relação aos seus adeptos do que a um processo negociado de construção do *frame*. Nesse sentido, adota-se o conceito de alinhamento proposto, porém chamando a atenção para o fato de que o *frame alignment* não é um processo no qual apenas as organizações impõem um determinado entendimento e os seguidores aceitam, mas um processo de constantes negociações em

que aqueles também impõem às lideranças seus próprios enquadramentos a respeito das situações.

De todo modo, o que nos interessa ressaltar é que há uma associação direta entre a adesão a um movimento social e um processo de "mudança de quadro", nos termos de Goffman, ou reenquadramento/reinterpretação da realidade, nos termos de Snow. É essa mudança, essa quebra de valores, que condiciona a possibilidade de mobilização. Por si só, ela não mobiliza, mas é condição para os atores se mobilizarem.

A repressão interrompe a tentativa

O trabalho de mobilização e de formação do grupo não chegou a durar mais de um ano. Ainda em janeiro de 1969, o SNI já tinha conhecimento das atividades desenvolvidas, como demonstra um documento informativo datado de 27/02/1969 (Inf. 232/69), no qual consta a referência a um ofício (024/SNI/ARJ/969 – não encontrado até o momento) enviado pela Agência Rio de Janeiro do SNI à Agência Central do órgão, em 13/01/1969, com informações sobre "atividades subversivas" desenvolvidas pelo padre Gerson da Conceição, pároco de Japuíba. O documento afirma:

> Padre GERSON DA CONCEIÇÃO ALMEIDA, originário de FRIBURGO, foi, há cerca de dois anos, transferido para CACHOEIRAS DE MACACU. Sua atuação subversiva estende-se a municípios vizinhos, como BEM-POSTA (localidade próxima do Areal),[32] onde, por ordem sua, elementos procuraram aliciar camponeses para atividades de guerrilha. Leciona no Ginásio do CACHOEIRAS DE MACACU, cuja direção aspira, a fim de servir de cobertura para outras atividades ilegais. É vigário de JAPUÍBA/RJ, jurisdição da Diocese de NOVA FRIBURGO. É protegido do Bispo D. CLEMENTE ISNARD, daquela Diocese e muito amigado ao Padre ANTÔNIO DA COSTA CARVALHO.[33] Tem exercido atividade de arregimentação na zona rural

32 Aqui parece haver um equívoco. Não se tem notícia deste município nas proximidades de Cachoeiras de Macacu.

33 Padre Antônio foi uma figura controversa. Com um perfil reconhecidamente anticomunista, era coordenador dos Círculos Operários Cristãos do Rio de Janeiro e foi diretor

> do Estado do, Rio, particularmente nos municípios de MAGÉ, ITABORAÍ, CACHOEIRAS DE MACACU e NOVA FRIBURGO. Há informe não confirmado de que estaria organizando escolas de líderes rurais. Trata-se de elemento muito conhecido e estimado na região, conhecedor profundo da mesma e de seus habitantes. [...] Por se tratar de autoridade eclesiástica, gozando do prestígio que é inerente à classe no interior do nosso país, obtendo grande profundidade nas suas pregações, conviria ser estudada fórmula para afastá-lo da sua Diocese e colocá-lo em área de maior facilidade de observação de suas atividades. (Atividades subversivas desenvolvidas pelo padre Gerson da Conceição Almeida. Informação 232/69 enviada pela Agência Rio de Janeiro para a Agência Central do SNI em 27/02/1969, Arquivo Nacional, ARJ_ACE_3745_69).

É muito provável que essas informações tenham sido repassadas ao SNI pelos soldados da Guarda Rural do Ibra.[34] Conforme relato de Júlio Ramirez, antigo técnico do Instituto, tais soldados repassavam constantemente informações sobre atividades suspeitas no Núcleo Colonial Papucaia. Segundo ele, havia uma paranoia em relação aos Grupos dos Onze,[35] de modo que toda e qualquer atividade dos técnicos agrícolas do Ibra que tivessem algum grau de suspeita de proximidade com a esquerda ou com esses gru-

do Plano de Ação Agrária no governo Badger da Silveira (1963-1964). Depois do golpe, ao criticar as práticas violentas da Guarda Rural do Ibra no tratamento com os camponeses, chegou a ficar um dia preso, sendo necessária a intervenção do bispo de Niterói à época junto ao governador do estado para soltá-lo.

34 A Guarda Rural foi criada pela Lei nº 4.947, de 06/04/1966, que fixava normas de direito agrário e dispunha sobre o sistema de organização e funcionamento do Ibra. Em seu capítulo II, artigo 12, esta lei previa a criação de "Comissões Especiais de Verificação e Regularização", que ficaram conhecidas como Guarda Rural, cujo objetivo era garantir nos Núcleos Coloniais o cumprimento do Decreto-Lei nº 6.117, de 16/12/1943, especificamente seu artigo 32, que previa a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um período maior do que três meses, que não cultivasse a área mínima estabelecida, que desvalorizasse o lote ou que não observasse qualquer dos dispositivos desse decreto-lei.

35 Os Grupos dos Onze (ou Comandos Nacionalistas) foram uma iniciativa liderada pelo então deputado federal pela Guanabara, Leonel de Moura Brizola, no fim de 1963, a fim de pressionar o presidente João Goulart a implantar as Reformas de Base, principalmente a reforma agrária. Por meio da rádio Mayrink Veiga, Brizola mobilizava a sociedade a formar os grupos. Os estados onde houve maior adesão foram o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Tiveram vida curta, pois foram destruídos completamente após o golpe de 1964 (FERREIRA, 2004).

pos deveria ser vigiada: reuniões com os lavradores, visitas aos lotes, tudo precisava ser controlado pelos guardas para depois ser informado ao SNI. Participavam das reuniões com a justificativa de que estavam garantindo a segurança dos participantes, mas o objetivo era o controle do conteúdo das falas:

> [...] a Guarda Rural tinha essas funções... Ela era informante do que acontecia no projeto e do que os próprios técnicos do Ibra que iam visitar [faziam]; quantas pessoas que iam para lá [...]. Porque o rádio [utilizado como uma espécie de telefone] ficava do lado da administração. Por isso eles estavam sempre... eram cinco guardas: dois sempre ficavam no escritório; um no rádio e um guardando a administração [...], e três sempre estavam em campo, rondando de jipe. Nós tínhamos um colega, também agrônomo, responsável pela garagem [das instalações do Ibra] de Papucaia. Cuidava dos tratores, dos veículos, do combustível, da oficina mecânica – havia uma oficina mecânica muito grande, lá –, e esse colega nosso havia servido ao Exército. Então, tinha essa linha militar. Ele se dizia que era do SNI. Mas a gente não acreditava. Porque quem é do SNI não vai se identificar – "Eu sou do Exército!" –, mas, de qualquer forma, alguma coisa ele tinha. Porque ele dava privilégios à Guarda Rural. (Júlio Ramirez, Brasília, entrevista concedida a Fabricio Teló em 29/04/2015).

Os guardas rurais faziam parte, portanto, da grande rede de informantes que alimentava a Comunidade de Informações do SNI com dados sobre "subversivos". Segundo Ramirez, os mais visados eram o padre Carvalho e o "padre de Japuíba".[36] Não acessamos nenhum documento que nos demonstrasse que a Guarda Rural soubesse, de fato, da existência da iniciativa de formação do grupo de guerrilha, porém, conforme relato de Ramirez, eles tinham essa desconfiança. Além disso, o então padre Gerson, assim como o padre Carvalho, havia se posicionado contra a expulsão dos lavradores pelo Ibra, sobretudo em função de sua proximidade com os moradores da Gleba Nova Ribeira, e estimulou os lavradores a permanecerem na terra: "Não vamos, não. Nós já estamos aqui dentro e vamos ficar aqui. E aí, eu já

36 Até 1969, o vigário dessa paróquia era Gerson da Conceição e, depois, o holandês Joaquim Van Leewen, ambos do clero progressista.

comecei a ficar manjado" (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros em 06/05/2015).

Uma outra hipótese sobre pessoas que podem ter atuado como informantes do Exército foi levantada por outro entrevistado:

> Naquela época, antes um pouquinho de o Exército vir, chegou um senhor aí com duas filhas, […] a mulher e um garoto. Chegou aí como um vento, ninguém sabia de onde veio nem nada. […] Aí quando o Exército vinha, ele vinha com a folha na mão, no [banco do] caroneiro, com a lanterna assim à noite. Geralmente […] à noite. Por exemplo, se estivéssemos nós três assim, andando nos trilhos – que não tinha estrada, era trilho –, aí ele: "Pare aí. Qual seu nome?", "Fulano de tal". O cara olhava [na sua folha com uma lista de nomes]: "Então fica aqui. O seu?", "Fulano de tal". Se o nome tivesse aqui, "fica aqui. E o seu?", "Fulano de tal" [e assim por diante] […]. Depois de tudo nós fomos saber que ele que passava a informação para o Exército, entendeu? […] Ele não era daqui. Mas ele convivia numa harmonia danada com todo mundo, o pessoal não ia adivinhar. […] Até hoje o pessoal fala dele. Se pertencia ao Exército, a gente não sabe. (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Já o IPM que investigou as ações do Colina na Guanabara indica que foi por meio da perseguição a Viana que a iniciativa de Nova Ribeira foi descoberta:

> Entre as diligências efetuadas na região [da Guanabara], destaca-se aquela que procurou localizar o sítio e a fábrica de farinha que Colon encarregou "Moises" de adquirir. Essa diligência conduziu militares da 1ª Cia. PE a Nova Ribeira, distrito de Papucaia (Cachoeiras de Macacu) e à localização de uma casa onde duas bicicletas novas, encostadas, indicavam presença humana. (Relatório parcial nº 2 do IPM da OPM/Colina, de 11/07/1969. Ação Penal 25/69, BNM_233, p. 114).

O excerto anterior confirma a informação de que os militares não associaram a figura de Gerson da Conceição ao codinome Moisés, já que no documento referem-se aos dois nomes como se fossem pessoas diferentes. Por isso é que ele só foi preso mais de um ano depois, em outubro de 1970,

quando estava em uma viagem a trabalho, na companhia do sociólogo Lucio de Brito Castelo Branco, que trabalhava na Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (Fase), sendo ambos barbaramente torturados.[37] É possível que tenha sido preso em função dos depoimentos dados por Pedro e Joair na prisão, em Brasília, para onde foram levados quando detidos em Imperatriz/MA. No entanto, o relatório de uma reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971, informa que a prisão de Gerson no ano anterior havia se dado graças às denúncias feitas por outro militante que havia sido preso.[38]

Independentemente da forma como o Exército chegou ao conhecimento do caso, a desarticulação do grupo se consolidou no dia 30/05/1969, quando soldados se dirigiram a Nova Ribeira, entrando em confronto com um filho de Pedro Gomes dos Santos, de nome Sebastião, e com o irmão de Gerson, Carlos Alberto da Conceição, que, embora residisse em Magé, assim como Viana, também fazia parte do grupo e participava dos treinamentos. Carlinhos, como era conhecido, conseguiu fugir, ficando apenas ferido em uma mão, mas o primeiro acabou sendo morto. O episódio gerou medo e terror em toda a vizinhança.

Ana Francisca relatou o episódio:

> Chegaram dois rapazes e falaram assim: "Você é a mulher de Joair?". "Sou." Eram da polícia. Mas não estavam de farda. Estavam de carro. Eles chegaram até o sítio de Valdomiro. Porque para chegar no sítio do meu pai, não dava para passar de carro. E aí eles falaram: "Me acompanhe, que nós vamos para a sua casa com você". E eu falei: "Mas o que é que está acontecendo?" "Quando chegar lá, você vai ver." E eles já tinham tirado o meu irmão de lá; trouxeram para Papucaia. Itamar falou assim: "Olha, seu irmão virou carne moída".[39] E eu falei: "Mas para que tamanha covardia, se um tiro só mata uma pessoa? Ele não fez nada para poder morrer. E ainda fizeram isso?". E

37 Nesse período o religioso já havia deixado a paróquia de Japuíba, passado por São Sebastião do Alto e começado a trabalhar na Fase.

38 Encaminhamento 3.175/71/ARJ/SNI, de 15/10/1971. Relatório da Reunião da Comunidade de Informações do 1º Exército do Rio de Janeiro, realizada em 14/10/1971 (Arquivo Nacional, AC_ACE_39659_71_001).

39 Refere-se provavelmente ao vizinho Itamar da Silva, que também participava das reuniões e chegou a ser detido para interrogatório, mas foi liberado em pouco tempo.

> ele falou: "Daqui da sua casa até Papucaia, ficou um rastro de sangue assim onde passaram com ele". [...] E eu não sabia o que fazer. Fiquei transtornada. E aí, começaram a me interrogar para saber do meu marido; onde ele estava; que Sebastião só tinha morrido porque eles foram procurar Joair e não encontraram Joair[40] [...]. E eu falei: "Olha só: meu marido sai para trabalhar. Eu sei que ele foi trabalhar. Agora, se ele chegou do serviço, eu não sei. Para onde ele foi, eu não sei. Como é que eu vou saber qual foi o itinerário que ele pegou pelo caminho?". E eu tinha 16 anos. Estava descalça, descabelada [...]. Eles quebraram o carrinho da minha filha, todinho! Dois, três homens sentados no carrinho da minha filha. Quebrou tudo. E diziam: "Filho de comunista não tem direito a ter nada, não!". (Ana Francisca Santos da Silva, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Alberto Santos, em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, em 18/09/2015).[41]

Muitos que viviam na região naquele período decidiram deixar o local em virtude da truculência do Exército quando da tentativa de captura de Gerson e companheiros:

> A gente também naquela época saltou fora.[42] O nosso sítio que tinha lá dentro, a gente deixou para lá. A gente nunca mais... Nem sei mais o que é aquilo lá. Deixamos tudo. Poxa, você acordava de manhã com o Exército na sua porta, de arma em punho assim. Eu tinha na época três filhos, uma

40 É recorrente essa informação tanto nas entrevistas como nos documentos. Porém, há documentos no IPM do Colina que indicam versão distinta: o procurado seria Moises, codinome utilizado por Gerson. Era assim que o conheciam as pessoas que conviviam com Severino Viana Colon em Magé, que também foram presas para depor e informaram sobre as visitas de Moises, que ia buscar dinheiro para construir a casa de farinha em Cachoeiras de Macacu.

41 Em julho de 2015, Alberto Santos, pesquisador que tem se debruçado de maneira voluntária na investigação desse episódio, encontrou diversas pessoas que vivenciaram esse processo. Uma delas foi Natanael, genro de Seu Pedro. Ele tinha guardado em sua casa um documento que indica que Sebastião foi enterrado como indigente por determinação da chefia da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

42 É importante lembrar que o "saltar fora" tem sido uma constante na história do campesinato brasileiro desde o período colonial, dado o caráter sempre precário de acesso à terra, o que tornava as famílias suscetíveis a pressões de *grileiros* e latifundiários sedentos por aumentar seus domínios.

> menina e dois meninos, os três mais velhos, e a gente falou assim: "Vamos sair daqui, vamos embora". E voltamos para a nossa casa aqui [em Papucaia] e largamos o sítio para lá. Deixamos lá. A gente perdeu tudo. (Antiga moradora de Marubaí, aproximadamente 70 anos, Papucaia, entrevista concedida em 11/02/2015).

Outros eram interpelados para prestar contas. José Gomes da Silva, por exemplo, mais conhecido como Zequinha Paraíba, primo de Pedro Gomes dos Santos, ficou preso e incomunicável durante uma semana no Rio de Janeiro para que desse outras informações sobre os filhos e a esposa de Pedro. Um senhor, que foi casado com uma irmã de Joair e que morava nas proximidades, também relatou ter sido preso por um dia para ser interrogado:

> Eu estava chegando em casa e os homens me abordaram. Me abordaram com uma certa violência. [...] Me colocaram dentro do camburão e me levaram para Papucaia. Eu não sabia de nada. Me levaram preso. [...] Tinha mais três [moradores que também foram presos]: Itamar [da Silva] e mais dois cujo nome não lembro. [...] Quando eu fui interrogado já eram onze horas da noite. Isso sem comer, desde sete horas da manhã. [...] Só cheguei em casa às duas horas da madrugada. Minha mãe estava desesperada. Quando ela me viu foi um céu aberto. [...] Porque pelo que ela sabia, [o comum] era: pegava, sumia e matava. (Cunhado de Joair da Silva, aproximadamente 70 anos, Duque de Caxias, entrevista concedida em 18/09/2015).

Outro trecho do depoimento de um antigo morador amigo do grupo evidencia como o Exército vasculhou todas as casas em busca dos armamentos:

> Dentro da minha casa mesmo ficaram dois rifles, mais de dois meses dentro da minha casa, o cara mandou guardar. [...] Três dias antes da revista, que eles faziam revista em tudo, da minha casa, papai falou assim: "Meu filho, pega esse rifle e leva lá naquela beirada daquela mata lá, escolhe num lugar bem... e larga isso lá, isso não é seu, você vai acabar pagando por isso". Mas foi a conta! Eles [os militares] chegaram lá em casa um dia de tardinha, aquele monte de gente, entraram. Não fizeram muita cerimônia, não, né. Entraram, barraco de telha e tudo, mas... acharam uma espingarda, que eu

> tinha uma espingardinha daquelas [para] matar passarinho. E o soldado veio [e disse]: "Oh, achei uma arma". Aí o superior: "Rapaz, bota isso onde você achou, isso lá é arma?", mas não acharam nada. De fato, não tinha, nem panfleto tinha lá em casa. Chegava e papai mandava botar fogo. Papai era semianalfabeto, mas tinha uma cabeça que... Né? Era uma beleza, senão a gente tinha morrido, né? E eu com uma inveja danada, os outros meninos com bicicleta nova, eu não podia comprar porcaria nenhuma [risos]. (Aposentado de 73 anos, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ, entrevista concedida em 08/11/2014).

Depois deste fato, Gerson, Rosalina e Geraldo procuraram formas para esconder Pedro, Joair e suas famílias a fim de evitar que fossem presos. Ficaram um tempo em um sítio em Nova Friburgo, até que foram levados para uma área da VAR-Palmares em Imperatriz, no Maranhão, onde chegaram apenas no início de 1970. Lá permaneceram até serem presos em agosto do mesmo ano, juntamente com Eliezer Vaz Coelho, também militante da organização, oriundo do movimento operário de São Paulo.

Maria Gomes dos Santos relatou um pouco desse processo:

> O meu pai veio de lá, convidou ele – Daniel – para ir para o Maranhão. Eu disse para ele: "Olhe, eu não lhe dou conselho para você acompanhar meu pai [...]". E ele quis ir e eu fui. [...] Era meu marido. Quando eles chegaram lá procurando ele, para fazer reunião, ele disse assim: "Vamos fugir?". E eu disse: "Agora é tarde. Eu lhe avisei. Você veio porque você quis. Agora, dê o que der, eu não vou". (Maria Gomes dos Santos, em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Alberto Santos em 18/09/2015).

E Ana Francisca complementou o relato, chamando atenção para elementos importantes:

> Mas isso teve consequências diferentes. Por quê? Daniel queria ir junto com meu pai, porque ele confiava muito no meu pai, certo? A gente não sabia da gravidade da situação. Porque naquela época também – conforme eu te falei – eu tinha 16 anos. Se eu fosse... se eu tivesse a cabeça que eu tenho hoje, eu ia trocar cana de braço com esse povo. Eu não ia deixar meu povo

> cair numa furada, não. Não ia. Está certo que era um objetivo bom? Era um objetivo bom. Mas acontece o seguinte: a corda só quebra para o lado mais fraco. Se tem corda aqui e se tem cabo de aço lá, você acha que vai quebrar no cabo de aço? Não vai. (Ana Francisca Santos da Silva, em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Alberto Santos em 18/09/2015).

Percebe-se nesse trecho um sentimento de mágoa em relação aos militantes da organização pelos sofrimentos que ela e sua família passaram depois da adesão à proposta da luta armada. Maria, por exemplo, estava grávida quando o Exército entrou na localidade onde viviam no Maranhão e acabou perdendo o bebê por conta da tortura sofrida para revelar o paradeiro de Daniel, seu marido, que havia fugido. "Eles me pegaram assim: pelo cabelo, outro pela mão, e botavam a faca aqui: "Cadê teu marido? Eu corto tua língua". E eu: "Corte. Eu não sei onde ele está. Pode cortar". Depois desse episódio, Maria e o esposo nunca mais se reencontraram, assim como outros dois irmãos de Maria e Ana Francisca: os então adolescentes Jorge e Josué, que fugiram junto com Daniel.[43]

Gerson relatou em sua entrevista que soube da mágoa de Pedro em relação à sua pessoa:

> Eles [os militares] conseguiram catequisar o seu Pedro, dizendo que eu o levei para o mal caminho: "O filha da puta do padre... vocês estavam bem. O filha da puta de um padre é que levou vocês para o mal caminho. Enganou vocês". E então essa foi a cartilha: "O senhor perdeu um filho por causa dele". E o seu Pedro acabou me odiando. Porque ele perdeu o filho por causa de mim. (Gerson da Conceição, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Fabricio Teló e Leonilde Medeiros em 06/05/2015).

43 Em março de 2016, Ana Francisca viajou ao Maranhão na companhia do autor deste texto e de Cristina Chacel, autora do livro *Seu amigo esteve aqui* (CHACEL, 2012), que conta a história de vida de Carlos Alberto Soares de Freitas, líder da VAR-Palmares e responsável pela instalação da área estratégica da organização para a formação de um foco guerrilheiro. A intenção da viagem era encontrar informações sobre o paradeiro dos três desaparecidos. Foram encontradas diversas pessoas conhecidas de Ana Francisca da época, porém ninguém tinha informações a respeito deles.

Ana Francisca conta ainda que, antes de ser preso, Joair já estava apresentando sinais de que estava querendo deixar a organização, tendo em vista o risco cada vez mais iminente de serem pegos:

> [Joair] estava vendo falha da organização, muita gente caindo: uns presos, uns mortos. Ele pegou e expôs para o [Carlos] Alberto [Soares de Freitas], que era esse grandão que eu te falei: "Eu não fujo mais". E ele disse: "Por quê?". "Eu não vou. Eu estou botando a vida do meu povo em risco. Eu já perdi o meu cunhado. Minha cunhada ficou para trás, doida. Eu não sei o que fazer. E eu não posso liderar esse povo desse jeito, não. Eu só estou vendo pedaço caindo para trás? Não vou mais não." E vai não vai; vai não vai: "Não vou. Já falei que não vou". "Mas rapaz, agora vai ficar melhor; vai ficar bom." E não sei o que; não sei o que lá... (Ana Francisca Santos da Silva, em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, entrevista concedida a Fabricio Teló e a Alberto Santos em 18/09/2015).

A VAR-Palmares foi rapidamente desmantelada pela repressão, porque, somada à perda de quadros em função das prisões e mortes, havia também o desengajamento de militantes em função do medo de ser o próximo alvo. Mais uma vez evidencia-se a importância da abordagem proposta por Filleule (2015), para quem o estudo do desengajamento é tão importante quanto o estudo do engajamento e que ambos devem ser compreendidos como processos – que envolvem diversos elementos –, e não como simples decisões individuais.

Considerações finais

Alguns elementos podem ser destacados como centrais para entender o processo de criação do grupo de guerrilha rural em Cachoeiras de Macacu: a centralidade da Colina (posteriormente VAR-Palmares) no movimento de aproximação dos camponeses para promoção da ideia de luta armada, com destaque para o ex-sargento Severino Viana Colon, morto sob tortura nas dependências da Polícia do Exército; a escolha de locais com uma tradição de luta no pré-64 para iniciar o trabalho de busca de novos militantes; o papel do Ibra como um espaço de refúgio dos agrônomos de esquerda para

trabalhar com reforma agrária, que acabou sendo um espaço de articulação para o recrutamento de novos militantes para a luta armada; a importância da proximidade e da relação de confiança construída entre o então padre Gerson da Conceição e os camponeses. Nesse sentido, a aproximação com atores que já possuíam um histórico de militância no pré-golpe foi central. Waldemar de Souza em Magé e Joair da Silva, em Cachoeiras de Macacu, são exemplos desse processo, especialmente levando-se em consideração o contexto de forte clima anticomunista, como se pôde perceber pelos diálogos entre antigas moradoras de Nova Ribeira sobre Gerson.

Além disso, a dimensão da religiosidade católica presente na trajetória de três dos principais envolvidos (Gerson, Pedro e Rosalina) favoreceu a aproximação entre eles e garantiu a credibilidade necessária para gerar um processo de mudança de enquadramento dos camponeses em relação à luta armada.

Por fim, ganha destaque também a dimensão do desengajamento que atingiu boa parte dos envolvidos, quer em função da prisão, quer por medo de ser a próxima vítima, o que acabou garantindo aos militares o rápido desmantelamento das organizações armadas.

Referências

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing Process and Social Movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000.

CHACEL, Cristina. *Seu amigo esteve aqui*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

DEBRAY, Regis. *Revolution dans la revolution?* Paris: Maspero, 1967.

DELLA PORTA, Donatella. *Social Movements Studies and Political Violence*. Centre for Studies in Islamism and Radicalisation (CIR) Department of Political Science. Denmark: Aarhus University, 2009.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Jorge. A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964. *Clio* - Série Histórica do Nordeste, n. 22, 2004.

FILLIEULE, Oliver. Propuestas para un análisis procesual del compromiso individual. *Intersticios* - Revista Sociológica de Pensamiento Crítico, v. 9, n. 2, 2015.

GIAP, Vo N. *Guerra del Pueblo, Ejército del Pueblo* (1959). México: DR Ediciones, 1971.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antônio. *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Plínio F. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LENIN, Vladimir. *A aliança operário-camponesa*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

MARIATEGUI, José C. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1984.

NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C. G. M. The Anthropology and Ethnography of Violence and Sociopolitical Conflict. In: NORDSTROM, Carolyn; ROBBEN, Antonius C. G. M. (Eds.). *Fieldwork under Fire:* Contemporary Studies of violence and Survival. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1995.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros*: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RIDENTI, Marcelo. O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo. Trabalho apresentado no *Congresso da Latin American Studies Association*. Chicago, 1998.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política:* os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

RODRIGUES, Isabel J. *Ombro a ombro*: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a bala:* a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964). Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução cubana sobre as organizações comunistas brasileiras* (1959-1974). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SNOW, David et al. Frame alignment processes, micromobilization and movement participation. *American Sociological Review*, v. 51, n. 4, 1986.

______. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny. *Les forms de l'action collective*: mobilizations dans des arènes publiques. Paris: École de Hautes Études em Sciences Sociales, 2001.

TEIXEIRA, Marco Antonio. *Conflitos por terra em diferentes configurações:* um estudo de caso em Magé, RJ. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

VILLAÇA, Pablo. *Helvécio Ratton*: o cinema além das montanhas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005.

CAPÍTULO 7

Posseiros e comunistas

Reparações diferenciais de direitos humanos

Delma Pessanha Neves

Introdução

Designação de reconhecimento mais difundido, a *ocupação do Imbé* ocorreu em 1º de abril de 1963, em Mocotó, área integrante da Serra das Almas, na parte correspondente ao então município de Campos (hoje Campos dos Goytacazes), estado do Rio de Janeiro. Os ocupantes, contexto em que politicamente foram categorizados como "posseiros", definiram-na como área devoluta. A qualificação correspondia à legitimidade da posse e da reivindicação da aplicação dos princípios proclamados para fazer acontecer o programa de reforma agrária. Ademais, ela encontrava amparo legal ou oficial, estando incluída como área de litígio a ser colonizada pelo Estado nos diversos programas que, em 1959/60, foram editados visando ao enfrentamento de diversos conflitos fundiários no estado. Portanto, a *ocupação do Imbé* se associava a investimentos políticos devotados ao reconhecimento e às tentativas de órgãos estatais de procederem à demarcação de terras devolutas, tal como especificamente, ao final da primeira metade do século XX, contemplavam muitos dos projetos de apropriação produtiva ou especulação imobiliária publicamente registrados (GRYNSZPAN, 1987).

Além desses fatores, destacam-se os investimentos governamentais no sentido de disciplinar e orientar, para fins precípuos, a apropriação da terra, processos que se fizeram acompanhar não só por expulsão, mas também pelo reconhecimento de direitos de tradicionais posseiros. Nessa configuração política estão ainda integrados diversos mecanismos de pressão pela

manutenção da posição de trabalhador agrícola autônomo. Essas ações coletivas vieram a ser reconhecidas como *movimento camponês* (GRYNSZPAN, 1987).[1]

O ideário do programa de colonização no Estado Novo foi crença ideológica fundamental para legitimar, naquele contexto, a migração, a ruptura com tutelas paternalistas diante de grandes proprietários e a negação de vínculos como colonos-parceiros ou moradores. Complementarmente, os sistemas de crenças inculcados pela propaganda governamental nutriram, principalmente, o sonho de conquista de autonomia e de alcance de melhores condições básicas de vida para as famílias de muitos agricultores. Por significativa adesão, eles terminaram por pressionar o cumprimento de boa parte daquelas promessas e trouxeram para o palco do debate político diversas formas de grilagem que estavam em prática em todo território nacional.[2]

O governo federal, ao assumir o controle de áreas onde delimitou os núcleos coloniais, também estimulou muitas investidas de apropriação por posse nas áreas do entorno das que foram definidas para implantação daquele programa de colonização (NEVES, 2013). Enfim, havia clima político propício para embalar sonhos de apropriação (oficialmente concedida) de terra para instalação de famílias de agricultores, para a circulação de rumores quanto aos modos da respectiva realização. Eles eram ampliados por relativas objetivações, mas principalmente pela legitimação fundamentada em sistemas de crenças e de justiça social que eram elaborados pelos trabalhadores. Eles próprios guardavam longa experiência de vida na condição de colono ou morador tutelado, posição articulada à compreensão do mundo coordenado por autoridades centralizadas, cujas práticas faziam crer formas de controle de cunho totalizante e advertidamente inquestionável.

À *ocupação do Imbé* foi atribuída a condição de ato inaugural da apli-

1 Investindo na visibilidade de múltiplos desdobramentos do processo de colonização agrícola colocado em prática no governo Vargas durante o Estado Novo, elaborei reflexões em torno da construção de núcleos agrícolas que foram instituídos no Estado do Rio de Janeiro (NEVES, 2013).

2 Embora anteriormente instituído por medida relativamente isolada, o Centro Agrícola instalado na Fazenda de Santa Cruz veio a se integrar à política de colonização pela associação a dois outros núcleos coloniais, criados entre 1938 e 1941, em terras da Fazenda Nacional de Tinguá e em Duque de Caxias e, posteriormente, ao Núcleo de São Bento, criado em 1938, todos em municípios do entorno do então Distrito Federal.

cação prática da conjuntural proposta de reforma agrária, reivindicada por militantes que compunham o quadro de instituições que embasavam ideologias e ações políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Diante dessa qualificação reivindicativa de atos de ruptura na ordem social e política, para uns, ela foi façanha a ser exemplarmente celebrada; para outros, os opositores ao projeto de construção e expansão de direitos de trabalhadores rurais e urbanos, ela deveria ser imediata e exemplarmente banida.

No ato de produção imediata do fenômeno é possível contar com os registros de semanários como *Terra livre*, jornal vinculado à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), editado entre 1949 e 1964, e *Novos Rumos*, jornal do PCB, criado em 1959, circulando até 1964. Também jornais da grande imprensa (*Última Hora*, *Luta Democrática*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *O Fluminense*), especialmente aqueles cujos diretores e alguns dos editores, apoiando as intenções de reforma da organização da sociedade brasileira, investiram em registros quase que cotidianos do evento. E ainda jornais locais ou regionais (*Monitor Campista, A Notícia, Norte Fluminense*), cujos diretores e editores geralmente acentuavam a defesa dos interesses dos proprietários de terra, transubstanciados em defesa do princípio da propriedade privada e ordem moral (social).

Mais recentemente, tornou-se possível contar com inúmeras versões do processo, posto que, pela repressão militar após o golpe de 1964, o ato foi provisoriamente objeto de produção de esquecimento social e silêncio coletivo; ou também de versões de julgamentos em Inquéritos Policiais Militares (IPMs) que, da mesma forma, por pressão social para certificação coletiva da repressão, passaram a estar disponíveis no portal *Brasil Nunca Mais* (www.bnmdigital.mpf.mp.br).

Em correspondência a esse recente processo de demanda política para (re)construção e divulgação de outras versões diferenciadas sobre os atos ocorridos no imediato pré e pós-64, muitos relatos de experiências foram assim dignificados. Vieram à luz outras versões correspondentes a interesses e intenções dos que as construíram, especialmente por aqueles que, pelo golpe militar de 1964, foram condenados pela defesa do projeto de reforma agrária capitaneado pelos dirigentes do PCB (GOMES, 2000; NUNES, 1979; PESSANHA, 1999; PUREZA, 1982).

No entanto, outras secundarizações são ainda reproduzidas, em decorrência das condições em que as versões memorialísticas dos *posseiros* vie-

ram a se enraizar no universo local ou na oralidade patrimonializada em cada testemunha vivente e seus contemporâneos imediatos. Portanto, o trabalho coletivo de memorialização dos intrincados processos de repressão política é bastante distinto, em conformidade à diferenciação de posições entre esses mesmos agentes, ainda que aglutinados de múltiplas maneiras e cumplicidades para produzir o fenômeno da *ocupação do Imbé.*

É de fundamental importância destacar essas distinções quanto ao protagonismo na construção de outras memórias coletivas sobre a repressão intensificada pelas ações decorrentes do Golpe Militar; e, da mesma forma, sobre os atos tomados como objeto de recriminação. Tal reconhecimento coloca em relevo alguns dos limites dos recentes movimentos de verdadeiro desvelamento de versões apagadas pela repressão.

Do patrimônio de versões diferenciadas sobre o ato propriamente dito e dos seus desdobramentos inerentes, mesmo que avançando na construção nacional de visões políticas distintas sobre diversos acontecimentos e agentes que precederam e sucederam ao Golpe Militar, estão excluídas experiências de trabalhadores não atingidos pelo registro da linguagem escrita dos IPMs. Sendo relativamente anônimos, sobre eles restaram versões sobre torturas e espancamentos, no entanto altamente banalizados quando associados aos desaparecimentos (*ninguém mais soube dele*), supostamente posteriores aos meses que estiveram na cadeia municipal. Portanto, a proteção dos trabalhadores não recebeu apoio das lideranças identificadas como pertencentes ao PCB, também presas, todavia, após registro e condenações nos inquéritos que conduziam à prévia sentença. Por essas diferenciadas formas de viver a repressão instalada no país após o Golpe Militar, revela-se de grande importância a construção do objeto deste capítulo, pautado na análise da diferenciação de modos de atuação dos agentes sociais implicados na *ocupação do Imbé,* para este efeito contrapostos entre trabalhadores e comunistas, categorização construída pelos primeiros.

Tomando essa dimensão da experiência humana alcançada por atos condenados pelo Golpe Militar, ao reconhecimento ainda restam inúmeros procedimentos de destruição e subtração de registros individuais e institucionais praticados na relativa clandestinidade. Limites de complexa reparação, como também exprime o exercício desta pesquisa, posta em prática 50 anos após o fato ocorrido e visando diminuir o correspondente obscurecimento. Portanto, destacando aqueles limites, também coloco em relevo

as circunstâncias atuais de construção de dados: a análise aqui apresentada corresponde à *presentificação* de interpretações seletivas de fragmentos de recordações mais significativas à rememorização. Os dados aqui considerados correspondem a investimentos sociais pautados em leituras atuais de documentos ou de recordações associadas a tantas outras experiências, de qualquer maneira modificadas segundo a percepção daqueles que então por lá estiveram como agentes sociais. Refletindo tempos depois quanto à condição de participação no fenômeno social, esses princípios de interpretação não podem ser subtraídos da compreensão de diversos pontos de vista em jogo na construção da ação coletiva.

A *ocupação do Imbé* pelos anônimos posseiros

Neste item, volto-me para a reflexão sobre as condições de participação, condenação moral e criminal de agentes situados em posição coadjuvante: *trabalhadores* (rurais) que recorrentemente assim se autodistinguiam dos *comunistas, grandãos ou chefãos,* ao defenderem referências próprias, nem sempre contempladas (embora valorizadas e mobilizadas) pelo ideário das lideranças gestoras da apropriação coletiva da terra em consonância com o programa de reforma agrária. Daqueles em muito dependeu a eficácia prática do ato de apropriação de lotes de terra: permanência no local por meio de construção de casebres, instalação de roçados e criação de pequenos animais, resistência a atos de intimidação e violência e reafirmação do projeto de vida.

Eram praticamente trabalhadores rurais (ex-colonos na cafeicultura, assalariados da cana, campeiros e diaristas nas fazendas próximas ao local da ocupação), oficialmente anônimos e até mesmo irreconhecidos, posto que muitos deles nem estavam dotados de certidão de nascimento. Participavam então de universos construídos com base em relações face a face: circulavam socialmente ou ganhavam existência social entre fazendas interconectadas; apresentavam-se referenciados a fazendeiros e demais trabalhadores ali integrados. Por consequência, eram e são citados por atributos de posição na família, na vizinhança ou pela reconhecida trajetória de inserção anterior como moradores de fazendas. No universo local eram nomeados por apelidos ou por única referência ao primeiro nome, atributo

socialmente autoevidente para os que compunham este mundo experiencial, a ponto de jamais se verem diante da necessidade de incorporar sobrenomes.

A questão privilegiada neste tópico é dar notoriedade social a esse esquecido agente e seu modo de participação. Afinal, tais anônimos *posseiros* da *ocupação do Imbé*, mesmo no atual contexto de luta por restituição de direitos e recompensas às vítimas da repressão militar, continuam excluídos da oportunidade de requerimento desses serviços e recursos de dignificação social ou reparação moral. Apresentam-se assim inalcançáveis, pelo menos diante dos recursos de levantamento de informações que nos foi possível colocar em prática. Em conclusão, permanecem desprovidos de atributos inerentes ao reconhecimento estatal.

Ressalva e realce reivindicados, o privilegiamento da perspectiva de participação de um dos agentes integrados ao processo de *ocupação do Imbé* não pode prescindir do entendimento relacional da diversidade de modos de atuação e de conteúdos de versões. Neste caso especial, de registro oral, porque é única fonte de dados possível. As condições em que elas foram elaboradas estão associadas ao sistema de diferenciação social e política dos participantes no campo de disputa ou desse lugar objetivante de encontros de interesses distintos. Por isso mesmo, esta condição de análise se embasa na perspectiva relacional, sem também se descuidar de que os agentes sociais, em quaisquer das posições interdependentes, elaboraram e elaboram interpretações plausíveis, perenizando, com maior ou menor intensidade, atributos do acontecimento enquanto fato dotado de crível realidade.

Colocando em prática projetos próprios, mas em ambientes políticos cujos sentidos mais gerais lhes pareciam estranhos, referenciavam-se, e muito mais após o Golpe Militar, por ideários qualificados como anticomunistas. Associaram-se à elaboração de sistemas de ideias legitimadoras da apropriação por concessão de uma suposta autoridade oficial, um chefe de governo variadamente personificado (Getúlio Vargas, Brizola, João Goulart, os mais importantes). Da posição em que oralmente elaboravam e coletivamente reproduziam os sistemas de crenças e projeção de ordem e justiça sociais, autorizavam-se para a incessante reprodução de versões valorativas dessas práticas. Essas versões, pelo decurso de tempo e pelas diferentes inserções sociais que eles foram mobilizando e adotando, tornam-se cada vez mais fugidias, fragmentárias e descoladas de práticas objetivantes.

No atual contexto, foram muitas vezes explicitadas para acentuar processos de mudanças sociais, mas, principalmente, para corresponder às provocações dos pesquisadores.

Consequentemente, estudar os modos de participação dos *posseiros* ou *trabalhadores* na *ocupação do Imbé,* mais de 50 anos após o fato ocorrido, é praticamente se contentar em valorizar versões que foram mais ou menos intensamente elaboradas e reelaboradas nesses universos de pertencimento; é incorporar à análise os limites e as ausências interpretativas como dados de mesmo porte explicativo. Tudo isso acrescentado dos reordenamentos interpretativos, decorrentes dos próprios atos de repressão. Mas é também denunciar outros efeitos da longa repressão militar, que só permitiu relativo conhecimento público dos procedimentos em questão em momentos em que esse próprio conhecimento, condicionado a muitas limitações, padece de diferenciadas impossibilidades de construção por perspectiva contraposta.

Por intempestivas mudanças de rotas, os *posseiros-colonos* que dão sentido a este texto dispersaram-se física e socialmente e cultivaram o silêncio e a negação do vivido enquanto partes desse mesmo percurso de reconstituição social. Os que conseguiram se deslocar da experiência relativamente livres de repressão imediata percorreram caminhos tão diferenciados que, muitas vezes, o relato da vivência enquanto integrante da *ocupação* corresponde a gestos de gentileza para com o pesquisador. Enfim, no ato da entrevista, ainda operando deslocamentos de situações desvalorizadas, eles acediam ao convite para tematizar aquela experiência, contudo mediante recorrente direcionamento do entrevistador, para que logicamente não se desviassem da temática a eles proposta para o diálogo.

Constituindo-se no decorrer do evento por atos e interpretações e se perenizando como acontecimento exemplar para os diversos agentes que direta ou indiretamente dela participaram apoiando ou condenando, a *ocupação no Imbé*, independentemente dos diversos contextos de aproximação interpretativa, pressupõe o estudo de narrativas sobre ela produzidas. Afinal, está-se diante de um típico fenômeno celebrado por disputas quanto à elaboração da alegórica memória coletiva, tanto dos feitos como dos desfeitos, tanto dos significados que na disputa política foram atribuídos, quanto também pela singularidade da repressão que exemplarmente os militares por ela responsáveis desejaram demarcar. As versões que são passíveis de

reapropriação por registros escritos, assim, se patrimonializaram marcadas pelas tentativas de atribuição de alguma legalidade e institucionalidade formal à repressão (IPMs) ou não foram totalmente dissimuladas no tocante a formas de repressão.

A exclusão de registros indicativos da produção e ressignificação das versões, é bom frisar, não é apanágio do segmento de participantes basicamente dotados de comunicação fundamentada na oralidade. A clandestinidade e os cuidados com a repressão política sobre agentes identificados com o ideário atribuidamente *comunista* – real ou supostamente pertencentes ao PCB – são praticamente elementos constituintes das respectivas práticas. Linguagens cifradas, cognomes, seletividade do universo de inter-relações de confiança, todos esses fatores dificultam o reconhecimento social e civil de muitos deles. Enfim, versões advindas dos diversos contendores, se elaboradas com base na oralidade, em sua maioria foram sendo enterradas com seus autores.

Posseiros-colonos no Núcleo Colonial do Imbé/Supra

Complementando essa delimitação dos problemas em jogo analítico na elaboração deste capítulo e das fontes de informações possíveis, quero também sinalizar outras formas de registro da experiência coletiva, agora qualificadas por algumas inscrições alcançadas pela formalização de medidas objetivas e oficiais para implantar o Núcleo de Colonização do Imbé. Criado mediante decreto federal de desapropriação da área (Nº 52.108, de 11/06/1963)[3], cem

3 Para os objetivos mais precisos aqui delineados, destaco os dados de delimitação da área oficialmente desapropriada: "Art. 1º É declarada de interesse social, para fins de desapropriação, a área de terras de aproximadamente 8.500 ha, situada no Estado do Rio de Janeiro, Município de Campos, distrito de Morangaba, lugar denominado Imbé, integrada por várias glebas com os seguintes limites e confrontações: partindo, do Norte, do ponto mais alto do pico de São Mateus, na divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis, na direção geral Sul, pela linha que liga aquele ponto ao ponto mais alto do Morro do Viana até o rio Segundo Norte, seguindo por este rio águas abaixo, acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e Santa Maria Madalena, até a sua confluência com o Rio Imbé e seguindo por este rio, águas abaixo, cerca de seis quilômetros, até encontrar uma estrada carroçável na sua margem direita; seguindo por esta estrada, na direção Sul, cerca de 10 quilômetros até a ponte sobre o rio Urubu; daí, seguindo por este rio, águas abaixo, até encontrar o rumo com rio Imbé e seguindo por este,

dias após o ato de *ocupação*, o reconhecimento da reivindicação política pela instalação do Núcleo fora seguido de ações da Superintendência de Política Agrária (Supra), criada em 1962, além do apoio do governo estadual (Plano de Colonização). Destaco então que a *ocupação do Imbé* não se esgota na ruptura de ordens consagradas e nos atos de repressão.

Embora o reconhecimento recaia sobre a nominação *ocupação do Imbé*, o registro das ações políticas que fundamentaram tal ato foi desdobrado em outras tantas modalidades oficiais de reconhecimento dos direitos requeridos. Diversas reportagens jornalísticas narraram a construção de casas e roçados; muitos testemunhos, mesmo em registro de inquérito militar, patentearam a fartura de frutas, tubérculos, cana de açúcar, animais de criação. Os *posseiros*, integrados ao Núcleo Colonial do Imbé, ultrapassaram essa categorização e foram oficialmente qualificados como *colonos*. Desta posição, colaboraram no abastecimento do mercado de compra e venda de lenha, toras e palmitos no então município de Campos, mediante a presença de intermediários que possuíam caminhões, inclusive prestando serviços para usinas de açúcar que consumiam grande quantidade de lenha para as máquinas ferroviárias e fornalhas industriais. Diante da deficitária locomoção e uso de transportes, os *colonos* valeram-se de barcos, caminhões ou ônibus, neste caso se, após uma hora de caminhada, eles fossem alcançados na rodovia estadual Amaral Peixoto, atual BR-101, construída em 1943 (CAMARGO, 1986, p. 172-174). Quando dotados desses recursos, eles conseguiam vender algum excedente produtivo na cidade.

Além disso, foram assistidos, antes do Golpe Militar, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos do Imbé, proposto e dirigido por José Pureza, e oficialmente reconhecido dia 30 de março de 1964, por ato tornado público em 02 de abril do mesmo ano, portanto, imediatamente após a intervenção militar.[4] Em seguida, pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, mais tarde renomeado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), que ali se expandia pela representação institu-

água acima, até encontrar o rumo Geral Oeste da divisa da 'Fazenda Opinião' e seguindo por esta linha e direção em reta, até o ponto de cruzamento com o divisor de águas da Serra do Mocotó; seguindo por este divisor e acompanhando a divisa dos Municípios de Campos e São Fidélis até o ponto mais alto do pico de São Mateus, que serviu de ponto de partida".

4 A referência ao sindicato assim nomeado foi objeto de divulgação pelo jornal *Monitor Campista*.

cional do delegado sindical. Da criação do Núcleo até a sua dissolução, os *colonos* contaram com relativo apoio institucional por representação local da Supra e, mais tarde, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), cujos funcionários se instalaram no *casarão-sede*, antiga residência do administrador da fazenda, reclamada como propriedade privada da Usina Cupim. Nessas circunstâncias, a presença dos funcionários estatais acenava com relativa estabilidade (em contraposição aos sobressaltos vividos pelas lideranças que se constituíram na *ocupação*) e até mesmo para um trabalho de construção de imagens positivas sobre as alternativas de integração à vida social dos munícipes, tanto que o espaço, por convite público, esteve aberto à visitação de autoridades e repórteres dos jornais locais. Os *colonos* também puderam contar com apoio de locomoção de emergência, mediante o jipe da Supra e, em tese, visitas médicas semanais e presença de professoras.

Imediatamente após a publicação do decreto de desapropriação, seguida do anúncio da constituição do Núcleo de Colonização do Imbé, a imprensa local registrou a projeção dos serviços públicos a serem instalados e a definição do número de famílias (200) associadas ao programa de objetivação da unidade produtiva e residencial. Em contraposição, reacenderam as informações sobre a resistência dos proprietários de terra, reproduzindo rumores que impregnavam de medo os trabalhadores e acenavam o malogro ou futuro incerto da alegada ousadia.

As contrapartidas imagéticas pós-golpe militar, destinadas a humanizar os *colonos* (ex-*posseiros*) e suas famílias e a angariar simpatia da população local para a causa, foram registradas por Gomes (2000), destacando os investimentos midiáticos das lideranças ocupadas com a gestão do Núcleo. Reação de longe relativizadora dos atos violentos anunciados pela imprensa local, no sentido de demonstrar as tensões constitutivas da unidade e os perigos de desordens sociais. Essas reações foram proporcionais aos investimentos políticos das lideranças locais do PCB e daquelas vinculadas à Ultab, que proclamaram grande reconhecimento da conquista, tornando o local da *ocupação* um espaço de festejos e comemorações, mas também de demonstração interpessoal de apoio político, inclusive material, mediante arrecadação e transferência de alimentos, roupas e medicamentos.[5]

5 Segundo avaliação de Pessanha (1999), a *ocupação do Imbé* repercutiu em todo o país, mas também agregou forças sociais que o autor considerou mais progressistas, tanto que, de

Trabalhadores e comunistas: construção diferencial de memórias sociais

Na medida dos limites possíveis, analiso alguns registros sobre o sistema de relações inerentes à configuração local, inicialmente da *ocupação x invasão do Imbé*, posteriormente do Núcleo Colonial do Imbé. Contei com a inestimável e generosa contribuição de Marcelo Ernandez, Renata Figueira e Binta Rodrigues, que, no decorrer de 2005, conseguiram ter contato com alguns dos *colonos do Imbé* que foram, aproximadamente em 1966, transferidos para o núcleo colonial constituído para tal fim, na gleba Vecchi, em Papucaia, município de Cachoeiras de Macacu. Eles cederam o arquivo de entrevistas então obtidas para os pesquisadores do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, do qual este texto é parte. Ainda autorizaram a utilização de uma série de documentos (relatórios, filmes, vídeos) acumulados no decorrer do trabalho de campo.

Passados mais de 50 anos do evento *ocupação do Imbé*, diversas formas de perscrutação foram colocadas em prática, mas os resultados são tênues, em face das dificuldades de acesso a redes sociais de pertencimento ou porque a maior parte dos remanescentes dessa experiência já se encontra falecida ou ainda porque muitos se deslocaram para outros ambientes sociais, caso, por exemplo, daqueles que acompanharam filhos em mobilidade para inserção no mercado de trabalho. Outros tantos, guardando sobre a experiência algumas referências pontuais, definem e limitam os desejos intelectuais e políticos de aproximação compreensiva dos fatos pelos pesquisadores.[6]

Estimular entrevistados na faixa de 80 a 90 anos, como é o caso daqueles chefes de família que participaram da *ocupação*, a comentar aquela experiência é lhes impor um recorte temporal e experiencial que nada tem a ver com as condições em que eles socialmente se constroem. A despeito de

forma mais ou menos sistemática, prestou colaboração e apoio aos *colonos*. Entre elas, algumas unidades do quadro institucional do sistema católico local, como o Caritas, constituído desde 1956, e que, em parceria com a Aliança para o Progresso, foi acionado para oferta de alimentos e roupas.

6 Ver, por exemplo, Macedo (2007) e Sigaud et al. (2010).

enfrentarem as limitações que a idade biológica vai impondo ao ser humano, especialmente se nos iludirmos pela consideração dos dados como supostamente lembranças objetivas de memória, os entrevistados se apresentam por unidade do ser social. Desse modo, só podem falar de si mediante concepções muito próprias da elaboração de temporalidades que os referenciam ou segundo a imagem que de si construíram em inúmeras experiências de interação social. Afinal, envelhecemos percebendo-nos como os mesmos.

Os ciclos de vida nas diversas temporalidades externamente formuladas se agregam por fios condutores que podem juntar o que enquadraríamos como presente e passado, como presente e futuro. Como afirma Marc Augé (2014), quanto mais tomamos idade, mais se acumulam em nós tempos diversos, diferentes passados, lembranças variadas. As lembranças podem ser jogadas na realidade do momento presente, demonstrando, assim, diferentes tomadas de consciência de nós mesmos. Acumulando diversos passados, cada um de nós saberá construir esse conjunto e essa unidade contextual, inclusive para reagir a definições exteriores, como as que nós, pesquisadores, imputamos, ao propormos ao entrevistado determinadas temáticas e emergência de propositivas lembranças e associações interpretativas de experiências de vida.

Os dados aqui analisados se referem a vivências reelaboradas por incitação, 42 anos após o início da *ocupação* (1963/2005). Por conseguinte, estão sendo por nós retomados mais de 50 anos após aquela delimitação temporal (supostamente inaugural) e 10 anos após a realização da pesquisa aqui referida.

A contribuição fundamental que Marcelo Ernandez e colegas de trabalho de campo emprestam à elaboração deste texto só pode ser compreendida nos limites que eles traçaram para os objetivos da pesquisa que colocavam em prática. Desejavam eles, antes de tudo, conhecer as condições de participação de José Pureza na constituição do *acampamento do Imbé* e a que forma de organização correspondia a experiência social da *ocupação*. Eles seguiram a rede de informações localizando os acampados que alcançaram a condição de *colono*, situação mais facilmente viável pelo contato com os que foram transferidos do Imbé para o Vecchi. Além dessa colaboração, tem destaque especial a concessão de gravações realizadas e transcritas (infelizmente descontínuas por problemas de registro magnetofônico) por Eliane Cantarino O’Dwyer, em 02/09/1981, por ocasião do reencontro

de José Pureza com os colonos anteriormente referidos. Na ocasião, cada participante comentava a origem social e as condições de inserção e permanência no acampamento e na Colônia, além de, por vezes, indignadas avaliações e o deslocamento a que se submeteram por interposição de militares (identificados por eles como dois generais) do Imbé para Papucaia.

Somente levando em conta essas situações de construção de informações, todas posteriores ao momento da *ocupação* e da vida na colônia (abril de 1963 a janeiro de 1967), poder-se-á acompanhar o exercício que se segue: considerar rememorações individuais (por vezes familiares e uma das vezes em grupo) elaboradas por provocação de pesquisadores.

Origem social dos entrevistados

Quanto à origem social dos *colonos*, os entrevistados fizeram referências aos designados *flagelados de Campos,* anteriormente habitantes de favelas situadas nas margens do rio Paraíba do Sul, atingidos por sucessivas enchentes no início da década de 1960. Segundo eles, no encerramento das atividades do Núcleo Colonial do Imbé, os *flagelados* preferiram permanecer no município, havendo apenas dois casos de deslocamento para Papucaia. O conjunto das 84 famílias, entre as acampadas e registradas na Supra e que aceitaram a proposta de ida para Papucaia, advém basicamente de desligamentos de fazendas vizinhas ao local do acampamento, dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, bem como do norte do estado do Rio de Janeiro, diante da expropriação da condição de colonos na cafeicultura. Portanto, todas enfrentaram processo de expropriação do acesso aos meios de produção assegurados por contrato de colonato, algumas delas já vivendo condições mais degradadas de vínculo, diante das dificuldades enfrentadas pelos fazendeiros para reprodução da cafeicultura nas condições socioeconômicas e técnicas então vigentes.[7]

No primeiro caso que tomo para exemplo, Seu Helio (85 anos em 2005) operava como tropeiro no deslocamento de produtos, tanto para escoa-

7 Esse processo de deslocamento foi bastante massivo, tanto que é possível encontrar famílias nessas condições em diversos outros casos de constituição pacífica ou conflitiva de formas de apropriação da terra (NEVES, 1999).

mento de café, milho e banana, como retornando com bens necessários à subsistência dos colonos e fazendeiros. Pela descrição que apresentou quanto ao deslocamento para o Imbé, confirma análises por mim já apresentadas considerando toda essa região do norte do estado do Rio e sul do Espírito Santo pela articulação dos mesmos princípios de ordenação de relações econômicas e políticas constitutivas da cafeicultura (NEVES, 1997). Os trabalhadores mais especializados, como carpinteiros, marceneiros e ferreiros, circulavam de fazenda em fazenda aí localizadas, demonstrando nominalmente os fazendeiros e as fazendas, a diversidade e homogeneidade de situações. Muitos dos colonos puderam se valer de referências mútuas para transferir vínculos entre fazendeiros (NEVES 1997; 2004).

O caso que Seu Helio representa corresponde a uma das alternativas constituídas para adesão dos trabalhadores do entorno da área de *ocupação*. Da leitura da entrevista concedida, depreende-se o percurso de mobilidade física possível naquele sistema de produção e trabalho, de início articulando fazendeiros e trabalhadores dedicados ao cultivo de café, de banana e farinha de mandioca. Após o abandono massivo da cafeicultura, a banana foi transformada em um dos produtos principais entre os destinados ao mercado, complementando os meios necessários para o desenvolvimento da pecuária e da cultura canavieira. Esta última foi estimulada pelo projeto de crescimento da Usina Novo Horizonte, que, na década de 1960, ampliou a produção própria de cana e a concentração da propriedade privada da terra, bem como o número de trabalhadores, visto que, por ser região montanhosa, fora mais lenta a incorporação de instrumentos mecanizados ao processo produtivo. Destaco então que o redirecionamento da atividade produtiva se pautou por um processo de concentração das propriedades agrícolas na região (NEVES, 1997; 1999).

Seu Helio, constituindo-se como trabalhador de moralidade socialmente reconhecida para circular entre unidades produtivas agrícolas e agroindustriais, alcançou a condição de *colono* no Núcleo Colonial do Imbé. No decorrer da entrevista, ele acrescenta outras informações cuja análise permite compreender os efeitos da diversidade de formas de afiliação. Neste caso, o deslocamento acompanha a expansão da cultura canavieira e da pecuária em fazendas situadas na base da Serra das Almas, situação em que inicialmente ele se afiliou. Foi na condição de assalariado ou meeiro de fazendeiros, cujas propriedades eram relativamente vizinhas à área de

Mocotó, que o Sr. Helio tomou conhecimento da *ocupação*, ou melhor, se integrou aos demais *colonos*. No entanto, como evoca veementemente o entrevistado, isso ocorreu depois da instalação da Supra e da intervenção militar, posto que, anteriormente, ele havia se negado a participar de *invasão*.

Juraci (60 anos em 2005), considerado na sequência, veio com a família e alguns outros grupos domésticos do estado do Espírito Santo. Ele faz referência a um fluxo migratório de tais famílias para a região da Baixada Fluminense em busca de construção de novos vínculos produtivos em fazendas ali situadas. Solteiro e ainda jovem, ele optou por assegurar um lote de terra no Imbé, comparecer com certa sistematicidade ao local, mas vincular-se produtivamente segundo o fluxo de afiliações anteriormente já constituído. Na ocasião da transferência dos *colonos* do Imbé para o Vecchi, ele se dedicou com mais afinco à própria constituição como agricultor, situação, entretanto, assegurada após ou em concomitância a algumas experiências de trabalho assalariado.

Em situação de entrevista, Marcelo Ernandez e colegas da sua equipe de pesquisa insistentemente propunham a explicação das razões ou motivações pelas quais a decisão de se tornar um acampado no Imbé foi tomada. Diante das respostas dos entrevistados, tecerei alguns comentários a respeito das diversas situações que os casos representam. O Sr. Sebastiãozinho (aproximadamente 90 anos em 2005) destacou as alternativas abertas mediante circulação boca a boca de informações sobre a distribuição de terras. Ressalta-se, na elaboração da sua narrativa, a construção oficial da autorização para se integrar ao acampamento. Não tendo esclarecido o nome do jornal pelo qual obteve a informação da *distribuição de terreno*, não se pode tentar entender essas formas escritas de mobilização. Mas o caminho seguido por ele e pelo colega para se sentirem autorizados à apropriação do lote reafirma a crença em autoridades centralizadas que redistribuíam terra. A referência incide sobre João Goulart, mediante alguém no Palácio do Catete, que por este falou e os tornou portadores do *documento oficial* ou *papel* autorizando o acampamento.

No decorrer da reunião da qual participou José Pureza, houve diversas referências à tomada de conhecimento da ocupação por leitura do jornal *Terra Livre* e contato com João Guarda, que havia criado em Itereré (distrito de Campos situado próximo à Serra do Imbé) uma unidade da Liga Camponesa. O próprio José Pureza confirmou a ação de João Guarda, des-

tacando a capacidade que detinha de mobilizar trabalhadores, mas com limites para colocar em prática a ocupação, por não contar com mediadores adequados ao controle da associação de famílias anteriormente sem vínculos entre si. Coube então, como ele esclareceu, a dirigentes da Associação dos Lavradores Fluminenses mobilizar agricultores de Pedra Lisa, que detinham experiência de resistência a pressões no sentido de assegurar a conquista alcançada. Ao apresentar essa explicação, José Pureza também acentuou a pouca experiência política dos acampados no Imbé porque para lá se dirigiram por ruptura de relação com fazendeiros locais, motivação que não poderia, em princípio, corresponder a expectativas de resistência.

Pela associação da chegada do Sr. Sebastiãozinho ao início de construção de palhoças no acampamento do Imbé, tudo leva a crer que a notícia por ele considerada foi circulada imediatamente após o ato de desapropriação da área, bem como da instalação de representantes da Secretaria Estadual de Trabalho e Serviço Social ou mesmo da Supra. Ele ressalta o até então impedimento de abertura de clareiras para constituição de *roçado* no interior da mata. Essa prática foi politicamente considerada para o período anterior à desapropriação. Da mesma maneira, ele opera a referência à ocupação da casa do anterior administrador da fazenda, reconhecida como *sede, casarão* ou *casa grande,* como ele qualificou. Esta apropriação também só foi possível após aquele ato legal, quando os funcionários da usina abandonaram essa residência.

Segundo o entrevistado, tão logo souberam do processo de redistribuição, eles tomaram aquelas providências administrativas e se encaminharam ao local da *ocupação*, pois temiam não mais encontrar lote de terra. E com os demais presentes, também passou a investir na construção de casa.

Reafirmando os princípios de crença na autorização oficial da concessão da posse, no decorrer da entrevista, ele nomeia os colegas e familiares com os quais constituiu um dos segmentos de *colonos* no Núcleo: Genio e Cleriel. A importância da nomeação pessoal dos colegas, assim como da autoridade central que, para Seu Sebastiãozinho, recaía sobre quem *tomava a dianteira das decisões*, leva-o, paradoxalmente, a atribuir a João Goulart a decisão do deslocamento de famílias para o Vecchi, de fato ocorrido nos primeiros anos do regime ditatorial.

Incorporando mais um caso demonstrativo da diversidade de situações e motivações que referendavam a opção pelo acampamento, Marcelo Ernan-

dez entrevistou um casal, marido e mulher, que se deslocou do Espírito Santo acompanhando algumas outras famílias. Também nesses casos, todos estiveram referenciados ao mesmo sistema de autoridade e crença na possibilidade de distribuição oficial de terras aos camponeses. A pessoa que agora encarnava a autoridade era Brizola, que supostamente teria aplicado esse princípio fora (no estado do Rio Grande do Sul, onde fora governador) e estendido tais ações para o estado do Rio de Janeiro. Pelas salvaguardas que o Seu Almerindo faz questão de explicitar, ainda diante do receio do tão mal propagado *comunismo*, ele destaca que o pai titubeou, mas apostou na alternativa vislumbrada no Imbé. Ressaltou Seu Almerindo que o pai acompanhou o fluxo de mobilidade constituído por tantos outros, exemplificando, entre os componentes desse deslocamento, o Sr. Sebastiãozinho, também entrevistado.

Pelas narrativas que naquele trabalho de campo foram construídas, julgo possível destacar a convergência de duas ações coletivas na constituição da *ocupação*: a) a dos militantes do processo de resistência a despejos e de adesão ao deslocamento das ações para ocupações antecipativas (ou pressionadoras) de tomadas de decisão oficial pela desapropriação e aplicação do Plano de Ação Agrária ou de instalação da Supra (no caso, acompanhadas de apoio direto de militantes do PCB no plano local); b) a dos camponeses que se encontravam *catando terra* ou como um deles foi qualificado, *maluco por um terreno*, e que estiveram atentos a rumores, pagando para ver pelo engajamento familiar ou de diversos grupos domésticos na experiência do acampamento.

Até aqui atribuí ênfase às situações de adesão familiar e de grupos de trabalhadores alcançados por ações expropriatórias praticadas nos sistemas de produção canavieira e cafeeira. Para tanto, como venho destacando, contei com as contribuições feitas por Marcelo Ernandez e equipe. A seguir incluirei a análise de outra situação de inserção, nesse caso de trabalhadores que assumiram o ato da *ocupação* coletiva. Para tanto, valho-me de informações obtidas em entrevista realizada por equipe de pesquisadores do Projeto *Conflito e repressão no campo no Rio de Janeiro*, no ano de 2014, especialmente com Dona Roseli Borges, que chegara no Imbé aproximadamente aos onze anos de idade, como neta de um dos principais líderes da *ocupação*: Satiro Borges.

A situação que a entrevistada representa ultrapassa as qualificações imediatamente adiantadas para a experiência local do Imbé. Ela traz luz

às articulações de diversas experiências de luta contra o despejo de posseiros no estado do Rio de Janeiro, encabeçadas pela Ultab. Nesses termos, também demonstra o quanto a *ocupação do Imbé* pode ser compreendida como desdobramento do malogro na luta dos posseiros na genericamente reconhecida como Fazenda do Largo (na época localizada no município de São João da Barra e, a partir de desmembramento ocorrido em 1995, no de São Francisco do Itabapoana).

Dentre as situações de conflito contempladas pelo Plano de Ação Agrária, figuravam as fazendas do Largo, Ponta do Largo e Atalho, em São João da Barra. Os desdobramentos dos conflitos, inicialmente na fazenda Ponta do Largo, ampliam o número de contendores e os apoios institucionais a eles tributados. Parte da fazenda Ponta do Largo foi concedida aos escravos libertos pela proprietária à época da abolição da escravidão, Mariana. Com o passar dos anos, o número de famílias aumentou, todas tendo permanecido como agricultores de mandioca e legumes diversos.

A fazenda do Largo, nome genérico que terminou por politicamente abarcar as demais, tinha 800 alqueires, dos quais 611 correspondiam propriamente àquela unidade. Embora desapropriada em 1960 para assentar 300 famílias de agricultores, os órgãos do governo estadual não puderam decretar a imissão de posse por demora no pagamento de parcelas ao desapropriado. Essa situação facilitou a continuidade dos atos agressivos dos grileiros.

Os conflitos que se sucedem indicam as dificuldades de os posseiros reverterem o quadro de tensão, até mesmo pelas implicações políticas das alianças constituídas entre os considerados grileiros. Ações violentas, como destruição de roças, cercas e casas, bem como impedimento de circulação dos posseiros na área tradicionalmente ocupada, eram patrocinadas por capangas amparados por policiais militares. Dentre os grileiros acusados, figuravam nomes de deputados e vereadores. Simão Mansur e Jorge Abreu foram os enfaticamente citados.

As formas de resistência dos posseiros contaram com apoio dos representantes da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), com presença imediata de José Pureza, conforme comentários de entrevistados e depoimento deste líder (PUREZA, 1982). Mais ainda, com o apoio de todo quadro institucional que veio também assumir a *ocupação do Imbé*: Conselho Sindical de Campos, que aglutinava a organização sindical

local e cujos dirigentes, nesse contexto, mantinham significativa aproximação com representantes do PCB. As lideranças dos posseiros acossados pelos grileiros também contaram com a simpatia de jornalistas do município de Campos e da cidade do Rio de Janeiro, tanto que esta situação é uma das mais noticiadas entre a década de 1950 e o golpe militar nos jornais *Última Hora*, *Luta Democrática*, *A Notícia* e o *Monitor Campista*.

Reagindo às inúmeras agressões, o Sr. Satiro Borges, em defesa própria, terminou por balear um dos capangas do grileiro e viu-se obrigado a se refugiar em matas circundantes para evitar o próprio massacre. Por ocasião da *ocupação do Imbé*, ele foi integrado como liderança no acampamento, ali permanecendo até o golpe militar, quando foi preso, inclusive em virtude da situação anterior, pela qual não respondeu criminalmente por ter permanecido como foragido. Posteriormente também respondeu pelo apoio político imediato a José Pureza. Os familiares do Sr. Satiro Borges permaneceram no acampamento do Imbé, até que foram transferidos para a gleba Vecchi. Tal como tradicionalmente na Fazenda Ponta do Largo, o Sr. Satiro agregava família extensa, composta por irmãos e filhos e respectivas unidades conjugais, bem como alguns outros grupos domésticos violentamente expulsos da Fazenda do Largo. Esse segmento de lavradores contribuiu decisivamente para os desdobramentos e conquistas alcançadas na *ocupação do Imbé*, Satiro Borges figurando, como destacou a neta entrevistada, como *braço direito do Zé Pureza*.

Legitimando as ações das lideranças na *ocupação* para a tomada de decisão do engajamento na condição de ocupante, geralmente os entrevistados relativizavam os atributos do risco da empreitada de caráter *comunista*: de fato, segundo eles, não se tratava de *comunistas*, mas de pessoas que se empenhavam em *dar terra para os pobres* (mesmo que o nome por eles reconhecido para designar o processo fosse *reforma agrária*).

No decorrer do tempo da experiência em causa e no tocante à composição social dos *colonos*, vale ainda destacar a reafirmação do engajamento pela reprodução dos grupos familiares que se compuseram no processo, mediante a recorrente união conjugal dos filhos dos *colonos* entre si.

No próximo caso considerado, a rede de relações constitutivas do conhecimento sobre situações de redistribuição de terra se consignou pela articulação política das diversas experiências de trabalhadores afiliados à Ultab. Volto a destacar as oportunidades abertas de reprodução intergera-

cional na mesma posição, tanto que o entrevistado, tendo se integrado ao grupo de resistência na apropriação de lotes de terra em Pedra Lisa após o investimento produtivo dos *colonos*, veio a *comprar um direito lá*, isto é, pagar ao anterior ocupante o custo dos investimentos em trabalho. Logo após, repassou o *direito* à filha para instalação na mesma posição e deslocou-se para tentar outra chance no Imbé.

Continuando a caracterização das famílias entrevistadas que aderiram ao acampamento no Imbé, integrarei as informações de Dona Maria Moura, também ex-trabalhadora no sistema cafeicultura, com deslocamento iniciado supostamente do sul de Minas Gerais, onde, desde há muito, se desenvolveu a exploração agrícola do café. Embora por motivos diversos, a considerar a especificidade das razões do abandono da terra por dois irmãos que davam prosseguimento à vida familiar e produtiva (diante do falecimento de todos os demais membros), a entrevistada acentuou o fato de a mobilidade de diversos trabalhadores pautar-se em referências vagas ao que ela qualificou como *sem destino*.

A economia cafeeira operava por princípios autárquicos, a despeito de ser atividade produtiva acentuadamente mercantil e visar basicamente à exportação. Os trabalhadores se vinculavam (em tese) por tempo indeterminado e por previsão de reprodução intergeracional, se não na mesma fazenda, nas fazendas que compunham o sistema socioprodutivo. As crises de reprodução dessa economia, enfrentadas pelos fazendeiros por abandono dos tratos culturais e expansão da pecuária, empurravam os trabalhadores para espetacular processo de migração, como demonstram os casos aqui citados.

A confirmar as interpretações que estou elaborando, conto com a contribuição de Dna. Maria Moura e seu esposo, em viagem migratória para Jacarepaguá, bairro da cidade do Rio de Janeiro, mas que, no caminho, encontraram outro trabalhador (Francisco Faria), nesse caso, embora diferente, com destino previamente definido: integrar-se à *ocupação no Imbé*. Ambas as famílias advinham da relação com a produção cafeeira no estado do Espírito Santo. O casal que convidara Dona Maria Moura e esposo a acompanharem outros grupos domésticos que de lá já haviam se instalado no Núcleo Colonial do Imbé confirmava notícias de que, nessa região, estava-se *loteando terra*.

Em outro contexto da entrevista, melhor situada em termos temporais para definir sua chegada ao Núcleo por eventos para ela marcantes, Dona

Maria Moura qualifica sua integração logo após o golpe militar, desde que levadas em conta as considerações por ela destacadas de que os *presos estavam de volta* e *alguns ainda se encontravam presos*.

A partir de informações de outros participantes da *ocupação*, com exceção das lideranças publicamente vinculadas ao PCB, os colaboradores mais diretos na organização do acampamento estiveram presos na cadeia de Campos entre três e oito meses. Dona Maria Moura, a despeito dessa precisão, reafirma as dificuldades de, 50 anos após o golpe militar, localizar os que sofreram violências, porque eram dotados apenas de personalidade pública entre os pares. Sendo socialmente qualificados em plano vicinal pelo reconhecimento assegurado por relações personalizadas, de proximidade e confiança, são assim por ela nomeados dois acampados que estiveram presos: Paixão e Zezé (pai de Ivana).

Os trabalhadores e os presos (políticos)

Quero ainda destacar uma clivagem fundamental na qualificação social das formas de inserção dos que, em diferentes momentos, participaram da constituição do acampamento ou do Núcleo Colonial do Imbé. Os que foram alcançados pelos pesquisadores haviam se submetido a intervenções ideológicas no sentido da demonstração de total desvinculação com os objetivos qualificados *comunistas*. A partir do golpe militar, os que se integraram ao Núcleo deveriam fazer prova de bons antecedentes, obtendo declaração correspondente da Polícia (instituição relativamente indefinida, mas condição nem sempre equivalente para os que a nomeiam). Portanto, novas clivagens tornaram-se fundamentais na definição social da posição e das motivações dos que se integravam ao Núcleo, operando pela negação plena daquelas que animaram muitos dos que inicialmente aderiram ao acampamento. Os recém-chegados e os que permaneceram deveriam fazer prova da desvinculação ideológica com os que organizaram a *ocupação*.

Independentemente dessas ações posteriores ao golpe militar, isto é, no contexto de redefinição política institucional do Núcleo Colonial do Imbé, durante a anterior intervenção policial à procura de *comunistas*, todos, salvo incapacidade de demonstração ou de desrespeito à autodeclaração, deveriam encontrar meios para dar provas do distanciamento. Muitos deles,

correspondendo ao estereótipo de *inocentes* úteis, *povo bobo,* afirmavam que nada entendiam de *comunismo*. Essas comprovações ideológicas não eram de difícil argumentação, porque a maioria dos participantes era levada à inserção por outros objetivos e princípios de legitimidade, como venho demonstrando. Identificavam-se à crença de que ocorria redistribuição pacífica de terra ou *loteamento de terrenos* que, na falta de autoridade legítima, legal ou atribuída, eles próprios não tardavam a condecorá-la, todavia, no contexto da entrevista ou de reelaborações coletivas. Nesses exercícios políticos de atribuição de legitimidade ao exercício da autoridade, eles eram muitas vezes levados pela crença no líder carismático, sem considerar a base ideológica e política que permitia as condições de construção da liderança para esses atos excepcionais.

Além desses aspectos, ressalto que as concepções atribuídas aos designados *comunistas* eram de tal ordem desumanizantes que as construções quase sempre eram fantásticas ou fantasmagóricas, mas pouco explicitadas, objetivadas ou encarnadas. Para a imprensa local, os *comunistas* eram quase sempre caricaturados como *barbudos* e altamente armados, *dotados de metralhadoras* etc., em referência ao projeto político de adesão à construção do socialismo, especialmente em Cuba. Como os trabalhadores interessados em obter um *terreno* não os encontravam segundo as caricaturas previstas ou fantasmagoricamente anunciadas, eles relativizavam tais pressuposições ou se pautavam em outras próprias, afirmando que lá *as pessoas não eram comunistas*, mas *apenas queriam ajudar os pobres*. Por essa crença, abundavam os exemplos de engajamento legitimado na *ocupação*. E, para os que demonstraram atento cuidado na identificação dos *comunistas* no acampamento, esses eram colados a comportamentos que designavam como *brabões* (quem demonstrava radicalizada capacidade de luta e uso de violência física, inclusive assassinatos).

Ainda em desqualificação do pressuposto ambiente do acampamento por tensões e conflitos abertos, o Sr. Almerindo, em resposta à pergunta de Marcelo Ernandez, que indaga sobre pressões de fazendeiros, demonstra que estes se mantiveram presentes em fazendas vizinhas. Dentre estas, a fazenda Opinião era das mais citadas, mas principalmente o nome dos fazendeiros (como já exemplifiquei). Evoca então as diversas referências a trocas entre os *colonos* e os fazendeiros vizinhos, estes últimos reafirmando papéis consagrados pela dominação personalizada: empréstimo de caminhão ou

outro meio de locomoção para socorrer familiar doente e desatolar veículos; construção de vínculos de trabalho assalariado ou por empreitada; concessão de área para constituição de sítio de cultivo de laranja em parceria. Além disso, aproveitamento de caminhão que se dirigia até a área para transportar lenha e palmito, produtos de trabalho extrativista, inclusive dos próprios *colonos*.

Marcelo Ernandez, aproveitando a referência do entrevistado à participação do Partido Comunista nas lutas sociais levadas a efeito na reafirmação do direito de lavradores em Pedra Lisa, procura compreender como o interlocutor, nessa situação, percebeu tal presença mediadora. Das informações prestadas pelo entrevistado, quero acentuar a continuidade entre práticas de lideranças constituídas na luta contextual pela terra e, no caso do Núcleo Colonial do Imbé, ainda que precariamente, apoio político que, após o golpe militar, foi oferecido por dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Este apoio foi fundamentalmente importante quando, segundo o entrevistado, os funcionários da Supra foram retirados dessa unidade de intervenção estatal. Nesse contexto liminar de reconhecimento de ausência de autoridade oficial, o entrevistado, talvez por ser detentor de experiências mais amplas ou por manter rede de relações com representantes de outros casos de construção de núcleos coloniais (relativamente suspensos no período pós-golpe), constituiu-se em liderança neste novo contexto. Entretanto, não sem insistir na advertência de que não era *comunista* ou contagiável por atributos correspondentes a essa posição política e ideológica. Definiu-se respondendo a anseios e projetos de colegas remanescentes que se retiraram e retornaram, quem sabe, para assegurar o direito à instalação em lote situado em outra unidade de ação institucional oficial. Constituiu-se, como demonstra, em principal mediador no projeto de deslocamento dos *colonos* do Imbé para Papucaia.

Quanto à relação dos *colonos* com representantes do PCB, Marcelo Ernandez interroga seu Cleriel, que se contrapõe, revidando supostamente uma compreensão negativamente atribuída ao comportamento de *comunistas*. Fazendo referência a caricaturas e reificações, seu Cleriel explica jamais ter participado de qualquer fato que comprovasse as suspeitas. De qualquer modo, adverte que todos se precaviam de expressar atributos e atitudes identificáveis como *comunistas*. A partir desses raciocínios e diante das propostas de reflexão apresentadas por Marcelo Ernandez, Seu Cleriel

sintetiza a identificação de *comunista* para quem se encontrava afiliado ao Partido Comunista, todavia, só amplamente reconhecida se participasse de promoção de distúrbio e desrespeito à vigente definição de ordem pública.

Todos os entrevistados demonstraram desconhecimento ou irreconhecimento da presença de Zé Pureza no acampamento, no máximo se referindo a visitas descontínuas desta liderança ao Núcleo Colonial do Imbé, até porque, é de se supor, ele se encontrava vinculado à organização política mais geral (MACEDO et al., 2007).

Refletindo sobre a diferenciação e os conflitos internos ao acampamento, alguns entrevistados fizeram referência a tensões, por vezes exacerbadas, diante da diferenciação de engajamentos políticos e, ao final do processo, pela recompensa àqueles que negaram responsabilidade imediata com a organização da *ocupação* ou apoio direto às lideranças. De outro modo, também se justificavam pela ausência de condições objetivas para participação política na gestão de estratégias e recursos para consolidar o projeto de reforma agrária previsto pelas lideranças no pré-64.

Por correlação de alguns comentários sobre essa questão, conclui-se que, por rumores e críticas comportamentais, construiu-se, pela antítese da regra, um modelo ideal de integrante: aquele que se ocupava de tarefas coletivas, que se engajava na luta para além de se dedicar disciplinadamente à produção agrícola e que não saltitava em afiliações a múltiplas oportunidades de trabalho, fidelizando-se ao movimento de luta pela objetivação do projeto político de consolidação enquanto agricultor parcelar. Os comportamentos diferenciados entre os acampados eram geridos por acusações fundadas em rumores, incidindo no reconhecimento de que um colega procurava prejudicar outro *fazendo macumba*, mas principalmente operando prática de violência sobre os bens acumulados pelo desafeto: soltar o gado da corda, impedir passagem de água por riachos, discordar da pesagem da produção de cada colono na entrega à cooperativa etc., e até mesmo a suspeita de que o companheiro armava tocaia para o assassinato do desafeto.

Sr. Almerindo, fiel admirador de Brizola, reage à definição do comportamento deste por aqueles atributos negativamente colados ou naturalizados para os chamados *comunistas*. Por isso, enfaticamente apresentou-se ao administrador do Núcleo como um *trabalhador* em busca de condições de reprodução social na posição. Por esses destaques, insiste na demonstração

de sua entrada no Núcleo após o golpe militar (ou momento da *limpeza dos comunistas*). No entanto, ao advogarem e reafirmarem o desconhecimento dos que *foram presos* ou *apanharam*, eles se excluem da condição de testemunha ocular, sem contudo patentear que o tema foi intensamente reproduzido, tanto que os castigos e violências são relembrados e dramatizados. Quase todos os entrevistados comentam as agressões como se estivessem presentes, mas negam essa condição quando convidados a precisar quem *apanhou* e como se deu tal ação violenta. Nesses termos, grande parte do conhecimento produzido sobre a experiência da *ocupação do Imbé* se fundamenta em rumores ou do ouvi dizer, mas não vi ou diretamente vivenciei.

Para a maioria dos entrevistados, a diferenciação política foi fortemente reconhecida: os *trabalhadores* e *eles lá*. Esta última categorização encobria os chamados *comunistas* pela antecipada ressalva da distância física e social, principalmente os que, por tal posição, *foram presos e apanharam*. Outrossim, eram, para os entrevistados, agentes externos a universos imediatos deles: adotavam comportamentos reservados e seletivos em relação aos *colonos* que correspondiam às expectativas de fidelidade; faziam reuniões *secretas* e depois *impunham ordens;* praticavam proselitismo e demonstravam certezas incontestes.

Valorizando o papel dos chamados *trabalhadores*, o Sr. Almerindo, contrastivamente, exaltou o produto do trabalho imediato e prático. Salvo os que foram *postos para fora* por suspeita de adesão proselitista e prática aos *comunistas,* os categorizados *trabalhadores* construíram um patrimônio de tenacidade, provisoriamente demarcado nos plantios que lá deixaram.

Dona Roseli, em situação de entrevista, informou que, quando foram transferidos para Papucaia, deixaram muitas fruteiras crescidas e dando frutos. Computou, para a própria família, seis pés de mexerica, diversas jaqueiras, mangueiras, muitas touceiras de inhame, bananeiras, roça de aipim e arroz, colhidos às pressas para trazerem mantimentos para o próximo assentamento. Comparativamente à produtividade da terra, ela acentuou a prodigalidade do solo no Imbé e o sobretrabalho e aumento do custo da prática agrícola em Papucaia: "Aqui você tem que arar para plantar o inhame. Lá não, lá era dentro da mata, a gente arrancava com facilidade".

Todos os entrevistados demonstraram que, quando residentes no Imbé, mesmo diante de tantas adversidades e crises pontuais de abastecimento, por efeito de fenômenos naturais e falta de estrada para circulação de mer-

cadorias, puderam contar com momentos de *fartura:* de peixes, de caça, de frutas, de mandioca e farinha e puderam constituir pequenos patrimônios objetivados especialmente em algumas cabeças de gado.

O Sr. Almerindo (e seu pai, chefe do grupo doméstico) assevera que não se constituiu *invasor* porque sua família foi convidada, pressupostamente por funcionários da Supra, embora o convite recorrentemente fosse apresentado por outro trabalhador. Enfim, eles foram autorizados a receber um lote previamente demarcado. Operando com a representação reificada de *comunistas*, nesse caso figura dotada de atributos translúcidos e visíveis, Sr. Almerindo reafirma nunca tê-los visto. Até porque, demonstra convincentemente ao pesquisador que havia divisão de trabalho que separava as ações políticas das economicamente produtivas. Os *trabalhadores* se encarregavam de plantar, colher e possivelmente vender algum excedente, enquanto as lideranças do movimento, *eles lá*, contavam com delegação local constituída por alguns lavradores, considerados, nesses casos, *braços fortes de Zé Pureza* ou *dos mandões*.

As razões dos conflitos entre os *trabalhadores* e os chamados *comunistas*, aqueles principalmente em decorrência de terem permanecido e convivido com outras tantas famílias autorizadas por gestores da Supra, permitem-me afirmar: *após limpeza dos comunistas,* no imediato pós-64, já no governo militar, ocorreu e foi dada continuidade à redistribuição de terra.

No entanto, a inserção de *trabalhadores* após o golpe se fundamentou, suponho, para diversos casos, na apropriação do trabalho alheio, objetivado na contextual patrimonialização do acampamento pela construção de casas, roças e pomares. Estes recursos foram aproveitados pelos que vieram a se integrar supostamente sem risco político. A apropriação de produtos do trabalho dos colegas (presos ou que abandonaram o acampamento, intimidados pela violência dos militares) foi então banalizada, porque concebida como ato sobre o qual os incorporadores dos bens não se consideravam responsáveis. Os que objetivaram tal apropriação, em entrevista, se apressavam em destacar que, caso aqueles colegas que, saindo da prisão, voltassem a residir no Núcleo Colonial, tais bens seriam e foram restituídos. Essa apropriação também ocorreu pelos que já se encontravam instalados. Valendo-se da vacância de lotes e casas dos que foram presos, geralmente os ocupantes do primeiro momento buscaram alcançar melhor localização

diante de riscos de inundação e proximidade com centros de poder que o *casarão* monumentalizava.

A referência aos expropriados como *os que foram presos* dificulta minha tentativa de aquilatar a que números eles correspondem. Associando-se a algumas das dispersas nomeações, pressuponho que, na condição de agricultores, eles corresponderiam a meia dúzia. Ainda refletindo sobre informações fragmentadas, relevo a recorrência das investidas dos militares no espaço de instalação da colônia. Ela também se fundamentava na convicção, algumas vezes comprovada, de que os homens, passíveis ou não da impositiva culpabilidade diante da acusação de *comunistas* e *subversivos* e que direta ou indiretamente assumiram a *ocupação do Imbé,* esconderam-se nas matas da Serra das Almas. Diversos entrevistados fizeram referência a esse fato. Alguns, enaltecendo a própria dignidade moral, advertiam que não se acovardaram e aceitaram a humilhação de se esconder.[8]

Dona Maria Margarida é uma das que se refere às diversas incursões policiais que se sucederam. Segundo ela, quase todos os lavradores (homens) do Núcleo Colonial do Imbé se esconderam nas matas adjacentes, antecipando-se ou na chegada dos agentes policiais. Estes sempre supunham que alguns dos procurados poderiam ter escapado ao cerco e/ou que os agricultores davam apoio aos vizinhos e familiares escondidos. Um dos entrevistados fez referência a sobrevoos de pequenos aviões no espaço, para ele, tentando identificar *comunistas* ou agricultores considerados cúmplices. Por todas essas razões, internalizar comportamentos de total negação de vínculo com o que ou quem supostamente seria qualificado *comunista* era estratégia fundamental para preservar o projeto de apropriação de lote produtivo de terra.

Apenas os entrevistados que gozaram de relações de proximidade e cumplicidade com o tão personificado José Pureza apresentaram versões moralmente abonadoras dos chamados *comunistas*. Dona Roseli, sendo neta de Satiro Borges, como já destaquei, companheiro próximo de José

8 Os entrevistados relatam que Pureza se escondeu pelas matas e de lá conseguiu chegar a localidades onde se apresentava por desconhecimento pessoal. Outros casos de fuga pelas matas e fazendas são relatados pelos afiliados remanescentes do PCB. Vale ressaltar, nesse caso, o saber adquirido por agricultores nas áreas ocupadas por matas, conhecimento nem sempre operado pelos militares.

Pureza, quando da entrevista que nos foi concedida, na ocasião (novembro de 2014) com 62 anos, releva a diferenciação de posições e de perseguições. Algumas intervenções operavam nos meandros da burocracia repressora, outras, naquela distância e isolamento físico e social (moral), eram praticamente clandestinas e assim impunes, operando como desvios de conduta funcional fundamentados na disseminação do pavor entre trabalhadores. O silêncio dos *colonos* também se fundamentava no fato de nem sempre compreenderem muito bem o que se passava, além de, como já demonstrei, justificarem seus atos de rebeldia e resistência por outros valores morais e sistemas de crenças.

Euzir Oliveira (filha de Tancredo de Oliveira, Vilela por cognome no PCB, que era funcionário da Estrada de Ferro Leopoldina e participante da base de apoio à *ocupação do Imbé*), aos 68 anos, em entrevista na sua residência, em 14 de novembro de 2014, relembra analiticamente essas distintas formas de identificação nominal oficial e por cognome. Além disso, demonstra como o reconhecimento e a perseguição pelos agentes da repressão militar eram seletivos, superdimensionando a participação dos que eram identificados como ideólogos do projeto político referenciado à reordenação das relações de classes sociais no Brasil de então.

> Papai, eu acho que antes do golpe ele já estava visado. Ele sempre prevenia a minha mãe e os filhos. Um pouquinho antes da Revolução, já estava um pessoal atrás dele. Logo depois do golpe, porque ele não foi preso de imediato, ele foi preso dias depois, prenderam um senhor, seu Manuel Vieira de Carvalho, que morava em Cachoeiro do Itapemirim, mas ele estava trabalhando aqui em Campos no telégrafo da Leopoldina. Ele mandou uma mensagem lá para os companheiros, porque ele era telegrafista. Aí abotoaram seu Manuel Vieira de Carvalho. Enfiaram dentro de uma litorina e pegaram o Fufu, que não era maquinista e nem também era um comunista, era simpatizante da causa, para conduzir a litorina. Aí botaram seu Manuel Vieira de Carvalho com Fufu, juntos dirigindo a litorina, só a máquina. E não sei como que resolveram por lá, porque Fufu saiu articulando que estavam levando Carvalho. E se levassem Carvalho, iam matar no caminho, porque, na verdade, era assim que eles estavam fazendo: botavam no trem, matavam e jogavam pelo caminho. Parece que aconteceu com Humberto da Rocha Azevedo (Francisco era o nome de guerra): sumiu lá de casa

para Belford Roxo e dentro do trem não chegou ao destino. As pessoas que viajavam, ouviram ele gritando, porque os policiais bateram muito...! E ele nunca mais voltou para nossa casa! A gente pensa que desapareceu, porque nunca mais ninguém soube notícias dele.[9] Eu não sei quem era a família dele, a gente não conhecia ninguém. Ele morava na nossa casa, aparelho do Partido. Era um mentor que organizava as reuniões. Era o que dizia o que tinha que fazer.

Tinha uma senhora que vendia laço de coco. Meu pai falava: "Vá lá na casa de dona Leci comprar laço de coco". Eu falava: "Cadê o dinheiro, pai?", "Vai lá comprar o laço de coco e entrega isso aqui, ela vai saber o que é". Era um bilhetinho que nós levávamos para convidar, para vir para reunião, porque era tudo clandestino. Aí dona Leci já sabia as pessoas que iam. Aí tinha Seu João Guarda, que controlava o pessoal por lá pelo Imbé. Eu ia com papai no trem. Ele me soltava, eu entrava no meio do mato e ia lá na casa de seu João Guarda para avisar. João Guarda morava em Itereré. Esse trem passava pela linha que ia para São Fidélis. Meu pai, quando chegava ali perto, via com o maquinista do trem para dar uma paradinha, ele me soltava. Quando o trem voltava, ele parava um pouquinho e eu entrava no trem e vinha de novo para casa. [...] Não lembro o sobrenome dele, mas era Fernando, ele era de Cachoeira (Espírito Santo) e estava sempre lá em casa porque era ajudante de Manuel Vieira de Carvalho. Quando seu Carvalho foi preso [...], todos eles "Tem que dar um jeito da gente libertar. São dois meganhas de merda que a gente tira de letra [...]".

No caso do meu pai, o pessoal ficou avisando: "Tancredo, você foge, se esconde". Mas aí tinham lá as tarefas dele do dia, dele apanhar o trem. Ele nesse período era manobreiro, nesse dia ele estava escalado e não queria deixar o trem. Eles botaram na escala: ou ele aparecia, ou ele ia para rua. Ele foi tirar o trem. E quando ele chegou na estação, tinha alguém esperando ele. Foi o Sebastião Piedade, que era ferroviário também, mas era da direi-

9 Nome citado na lista do edital de convocação para depoimento pelo IPM-709, no Diário Oficial da União, Seção I, de 16/11/1965, p. 16, em processo instituído para apurar "fatos e as devidas responsabilidades de todos aqueles (no documento categorizados cidadãos) que nos órgãos dirigentes do extinto Partido Comunista do Brasil, tenham desenvolvido atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social"

ta. Aí Sebastião Piedade apontou: "Olha ali, aquele ali é o Tancredo". E eu estava chegando com a marmita dele. Meu irmão tinha uma quitandinha, que ele fez para vender umas coisas, então ele ouviu: "Prenderam o Tancredo!". Meu irmão veio correndo, ficou com medo de acontecer alguma coisa comigo, veio me proteger. Fui chegando, olhei para papai! Um moleque, novinho, deu um pescoção nele. Foi assim, dando pescoção, até entrar, não era um camburão, era um carro de polícia meio esquisito, com umas portas grandes atrás...! Não sei se era verde...! Pegaram ele na plataforma e vieram com ele para o carro: "Comunista vagabundo, subversivo". Aí ele caiu lá dentro. Quando ele caiu, machucou um pouquinho, machucou a cabeça, aí ele sentou. Eu fiquei olhando, segurando a marmita, e comecei a chorar. Ele me disse: "Levanta a cabeça, preso político é honra, vá para casa cuidar de obrigação". Ele sempre falava comigo, com minha mãe, meus irmãos, e eu prestava muita atenção: "Se acontecer alguma coisa, tem que queimar tudo, não pode deixar nada aqui". Aí quando ele falou: "Vai cuidar da obrigação", eu saí correndo porque eu me lembrei: Acho que ele quer... [...] Obrigação, minha obrigação...! Eu peguei um latão grande, eu joguei tudo dentro, fui jogando, botei fogo, botei querosene. [...] Aí eles foram lá em casa pegar provas contra papai, mas não acharam nada.

Nesse dia, metade do povo estava escondido. Acho que estava João Duro, estava um que andava com Jacir Barbeto..., estava Jacir Barbeto. Seu Humberto tinha sumido. Seu João Guarda, esse que andava sempre com Jacir Barbeto, Herval Arueira.[10] Tinham ido para um canto lá no meio do mato. Tinha Cláudio Rosa, um marinheiro, não era de Campos, não. Ele era marinheiro e foi preso em Niterói. Este foi para uma prisão, não sei se era no Rio, uma que atravessava de barca. Lá também, escondido, tinha Seu Raulino, que era do Paraná.

Prenderam meu pai. Ele foi para lá e a gente não sabia onde ele estava. Meu irmão foi procurar, mas não sabia, não sabia, não sabia onde ele estava, quer dizer, a Polícia não informava. No Dops, eles eram bem diferentes. Não encontraram prova do meu pai, não tinha como provar o que ele era porque a lista eu comi, então não achou nada, mas era comprovado para eles que meu pai era subversivo. E meu pai sumiu. A gente não sabia onde ele estava.

10 Todos aparecem citados no IPM já referido.

A gente procurou, procurou, acho que tinha um senhor que foi preso com ele, José Cláudio, um escuro, ficou até cego..., de tanto apanhar! Esse Seu Cláudio depois falou com a gente, coisas que a gente não sabia. Quando ele ficou preso com meu pai, eles vinham e batiam muito, puxavam unha, do seu Cláudio não, mas do meu pai. Eles faziam necessidade nas mãos deles, esfregavam no rosto deles. Foi um negócio de assombrar. Mas, nessa coisa, meu pai quebrou a perna, porque eles batiam muito, botavam choque. As pessoas contam que uns presos eram feito de mulher lá dentro. Uns não aguentavam e acabavam dedurando os outros. Meu pai era muito..., ele tinha um negócio...! Arrancaram as unhas dele. Diziam: "Não é possível que a gente foi lá e não achou ninguém. Onde eles estão?". Mas nem pensavam que alguém podia ficar ali no telhado...! Era um negocinho tão assim junto do telhado! Eles estavam tudo deitadinho lá dentro, aí não achou nada. "Aqui é o quê?", "Aqui meus filhos que dormem...", "Então tá bom, não tem nada. Mas tem, porque disseram que era aqui o esconderijo". Como não acharam prova lá em casa, eles disseram para a gente: "Vão bater nele até ele dizer". Aí tiraram as unhas, tirava com alicate, puxava e ia arrancando. Aí meu pai desmaiou, eles botaram num carro e jogaram num matagal. A gente não achava papai porque jogaram no matagal, na continuação da Alberto Torres, que era só terra e o resto assim, canavial. Eram lugares de mato. Ficavam ali as crianças brincando, soltando pipa, pessoal soltava porco para pastar... Eles jogaram meu pai ali. Uma mulher [...] foi lá em casa avisar que ele estava lá. Com as crianças brincando dentro desse matos, estavam caçando preá, acharam ele. Aí a Neia apanhou ele e escondeu em casa. Depois eles procuravam na casa da gente, não achavam, a gente também não sabia onde ele estava. Quando ele se recuperou, que ele pôde falar, estava com a perna quebrada, mas o osso encaixou errado, aí ele ficou com uma deficiência na perna. Mais tarde tiveram que operar, mas não teve jeito, ele ficou puxando, andava meio de lado. Estava também com costelas quebradas. Nós pensávamos que ele tinha morrido, que ele tinha sumido. Quer dizer, ele foi ficando para lá porque tinha medo de aparecer e prenderem ele de novo. Porque eles jogaram lá pensando que tivesse morrido. Se ele morreu, então ele não esteve preso aqui. Não esteve aqui, não passou por aqui. Isso que aconteceu lá foi por ele mesmo.

Nós ficamos numa situação muito ruim, a gente sem comer, porque ele não tinha mais dinheiro, era da Ferrovia, não tinha salário. Foi a pior fase da

nossa vida. A gente não comia. Comprava no armazém, mas passaram a não vender mais porque era subversivo, era comunista, não ia pagar. Lembro que eu tinha uma tia, esposa do meu tio, mamãe falou assim: "Vão quietinho[s] lá para arranjar alguma coisa para comer". A última coisa que a gente tinha comido nesse dia foi uma lata de marmelada. Nós repartimos a marmelada, dividimos e comemos. "Vai lá na sua tia, não pede comida, não, fica lá sentada. Quando ela der o almoço, se ela oferecer, vocês comem". Aí ficamos lá sentados na casa da minha tia, mas minha tia, também já morrendo de medo, porque já sabia que papai estava preso...! Era a única pessoa que tinha uma condição melhor. Meu tio não se metia com isso, trabalhava numa loja Neves & Irmãos, então ele tinha uma condição melhor. E aí nós ficamos lá, não sei se ela ficou com medo, que ela falou assim: "Zizi, você quando quiser comer, você vem sozinha, não traz esse pessoal todo não". Era muita gente lá em casa. Ela disse: "Não traz essa gente toda para cá". Aí ela tirou dois mamões, grandes, verdes e disse: "Leva para casa e vê o que vocês fazem lá". A gente só tinha sal, não tinha mais nada. Cozinhou aquele mamão para comer porque a gente já estava praticamente a uns três dias sem comer direito. Comemos aquele mamão verde, negócio horroroso, cheiro ruim, tinha sal e água, mas a gente precisava comer. Aí eu saía, tinha uma barraquinha, o dono jogava aquelas bananas estragadas, queimadas, que não ia mesmo vender, ele jogava no canto, eu ia lá, catava e passamos a comer aquelas bananas. Às vezes um tomate que estava estragado, passamos a viver assim, comendo o que aparecesse. Eu não sei quanto tempo...! Mas nesse período de papai preso, eu, já mocinha, falei: "Vou trabalhar". Eu tinha saído do Nilo Peçanha (escola), e pensei: "Eu vou dar um jeito de trabalhar [...]".

Reproduzi esse longo trecho de entrevista por ser a única narração elaborada por maior controle de demarcações nominais e temporais e para exemplificar as condições de perseguição política aos que se afiliavam ao PCB ou estavam dotados de vínculo empregatício formal, facilitador de identificação em domínios de relações de referências mais amplas.

Dona Roseli e Seu Helio encarnam duas das posturas adotadas pelos colonos. Ela pode nos trazer informações a respeito da adesão ao projeto de reafirmação da justiça social, como registra o seguinte depoimento.

Nessa época, eu estava com onze anos, eu era muito criança ainda! O Pureza estava lá com o pessoal. Eles começaram a trabalhar, a fazer a roça outra vez. [...] Nisso que nós entramos, era tudo mata fechada. Eu já estava com uns treze para catorze anos. Fizeram as derrubadas, mas nisso que os homens foram presos, meu padrasto foi preso também, a gente plantava pelo meio das derrubadas. Eu e minha mãe com traçador, nós traçava a madeira, fazia as toras e, com aquelas cunhas, a gente fazia as achas e vendia para poder sobreviver. Vendia as achas de lenha. Eu, minha mãe, minha irmã e minha avó. Estávamos trabalhando, quando chegou em 64, que veio a revolução, estava todo mundo lá dentro: Pureza, Itamar, Pernambuco [...]. Itamar era colega de Pureza, Pernambuco também. Tinha um baiano, tinha uma porção deles também. [...] Adão Pereira Nunes ia bastante lá também. Ele era até compadre da minha mãe. Ia bastante lá também, ajudava muito a gente lá. Aí, quando anunciou que eles tinham que sair fora, que ia ter a revolução, saíram muitos, mas também ficaram outros lá. Meu avô [Satiro Borges] ficou tomando conta daquilo tudo lá. Como sempre, era o braço forte de Pureza. Aí meu avô pegou os negócios que Pureza tinha por lá, porque tudo ele entregou para o meu avô, fez, no meio da mata, um esconderijo, escondeu tudo, guardou tudinho lá e deixou.

[...] O Pureza ficou muito pouco tempo escondido por lá. Antes dos homens entrarem, Pureza saiu fora. O Pernambuco foi pego lá dentro, tem outro que foi pego lá dentro. É... Não lembro os nomes certos. Era muito difícil dar nome. Era mais companheiro, companheira. Eles pegaram e ficaram lá. E passaram uns oito dias, pegaram meu avô, levaram meu avô. Aí eles acharam o nome do meu avô, por causa do tiro que ele tinha dado no cara, eles prenderam meu avô, meu avô ficou preso. Ele ficou preso, mas como meu tio era sargento, ele ficou tomando conta dele. Todo fim de semana meu tio trazia ele em casa, passava o fim de semana em casa. Aí nós ficamos em casa: eu, minha mãe e minha irmã, ainda lá no Imbé, trabalhando...!

– Nesse período que os homens ficaram presos, alguém ajudava?

Aí ninguém ajudava mais, a gente sobrevivia mais porque vendia acha de lenha, vendia o que tinha, e sobrevivia daquilo. E os outros que não tinham, uns foram saindo, outros foram ficando, a gente plantava aipim, fazia farinha lá dentro, eu já aprendi a mexer farinha, minha mãe fazia alguma

coisa e vendia lá fora. Tinha um irmãozinho pequenininho que lá dentro ele morreu também. A gente vivia de caça, de arroz, plantava arroz e socava no pilão. Fomos vivendo assim. E aí ficamos. E aí foi quando, foi indo, meu avô saiu da cadeia, mas já estava velhinho, retornou doente, arrebentado de pancada. Aí descobriram lá que meu avô tinha essas coisas de Pureza. Muita arma. Arma [...] tem umas fotografias que ele está dentro da mata com uma porção de homem, onde eles foram buscar [...]. Eu olhei as fotos e falei: "Não quero falar sobre isso não!" [...]. Ele ainda ficou outro tempão lá preso, aí depois tiraram ele, foi quando a usina ganhou a questão, aí a usina tirou a gente de lá. Nessa época, das 200 famílias só tinham 84 famílias. [...] Já foi para o final, 1966, por aí afora, 1966, 1968, quando nós saímos de lá, mais ou menos. Foi bem depois.

Seu Helio, ao contrário, demonstra-nos como foi possível incorporar-se ao Núcleo negociando perspectivas ideológicas contrapostas. Intransigente marcador da identidade social pela contraposição ao projeto qualificado de *comunista*, beneficiou-se de um lote aceitando como dados os maus tratos impetrados, porque correspondentes à incorreta posição política assumida pelas lideranças *invasoras*. Além desses aspectos, como tradicional morador na região, imputou atributos negativos aos chamados *comunistas*, não somente porque associados à alegada subversão. Em entrevista, tomou a condição de migrante de estados do Nordeste que alguns colonos-líderes representavam como justa razão da suspeita de que eram matadores refugiados do controle policial civil.

– Teve um cara lá que apanhou muito e muito. Pernambuco ou Baianinho ficaram presos, sofreram muito, apanharam muito, depois eles soltaram. Mas eles eram tudo matador profissional fugido da polícia. Estavam lá acoitados.

– Quem era Pernambuco?

– O nome dele eu não sei. Ele era conhecido com esse nome. Teve o Manequinho. Depois que voltou da prisão, ficou por lá. Chorou muito porque perdeu a terra, perdeu o trabalho dele, mas ainda quis dar ordem para cima da gente...! (Helio, 85 anos, Vecchi, entrevista concedida a Marcelo Ernandez e equipe em maio de 2005).

Os entrevistados que viveram direta e localmente a experiência da *ocupação do Imbé* em grande parte construíram as justificativas para os fatos da repressão a partir de rumores, antecipadas justificativas de prevenção ou colando atributos de pessoalização às lideranças. Esta perspectiva se torna evidente na referência a Zé Pureza. De fato, como veio a se tornar conhecimento público, inclusive por depoimento do próprio líder, no dia do golpe militar ele fugiu do Núcleo Colonial do Imbé, onde se encontrava, evitando a prisão imediata. E só veio a ser preso tempos mais tarde, mas por decisão própria de se apresentar às autoridades policiais no Nordeste (PUREZA, 1982).

Muitos dos entrevistados, integrando os mesmos atributos desabonadores e desqualificadores projetados para as práticas das lideranças consideradas subversivas e desrespeitosas das leis do país, salvaguardando-se de castigos pela condição de ocupante, insistiram em contar e recontar, de fato pressupostamente, que o Zé Pureza *apanhou muito*, que *só faltaram matar ele no pau*. Assim concebendo esse ambiente de conflito e repressão, também justificaram porque eles foram poupados. Nesses termos, à clivagem *eles lá e os trabalhadores,* superpõem ou associam: *povo inocente ou trabalhadores versus os que foram presos ou apanharam da polícia*. Por fim, adotando formas de julgamentos criminalizantes, diferenciaram a composição do acampamento/núcleo colonial entre *invasores*, *os mais brabão* e *o povo bobo,* constituído de *inocentes ou ignorantes chefes de família*, integrados pelo afã de trabalhar e se constituir autonomamente.

O sistema de crenças pautado na organização do mundo social por autoridades externas que lhes impõem a internalização das condições de subordinação também orientava muitos deles a indefinirem ou indiferenciarem as supostas autoridades oficiais. Por esses esquemas de pensamento, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), como posterior instituição coordenadora de programas de redistribuição de terra, encobre o reconhecimento de todas as outras que a antecederam, inclusive as extintas por terem sido criadas em outros contextos e/ou terem os dirigentes tentado colocar em prática algumas das medidas preconizadas no pré-64. O reconhecimento generalizante do Incra (entre 1964 e 1970, de fato Ibra) dificulta qualquer oportunidade de apreender diferenciadamente outras instituições que lá também atuaram, negando mesmo a presença da Supra, até porque, apenas o funcionário local ou o que participou da transferência dos colonos são ainda identificados.

Qualificando-se como *trabalhadores*, a distinção operava na contraposição do trabalho manual e imediatamente produtivo àquele devotado à prestação de serviços de representação delegada e de ação coletiva e política. Os *colonos* geralmente eram avessos ao tempo considerado perdido com o trabalho de formação política. Seu Helio exprimiu a reação reclamando que *os mandões*, termo cujo conteúdo deslegitima formas abusivas de autoridade, "ficavam falando, falando, repetindo a mesma coisa; ficavam lá com eles com muita conversa".

A *limpeza policial* que excluiu os *colonos* suspeitos de vínculo e prática de ideologia comunista (geralmente homens) também incutiu ânimos mais serenos naquele espaço social. A despeito das reclamações decorrentes das constantes inundações e dos sofrimentos derivados da falta de recursos de assistência médica, carência mais dramática diante da morte e enterro de pessoas que lá se encontravam, em todo o contexto da *ocupação do Imbé*, as condições sociais de vida foram qualificadas por instigadora abundância de caça e de pesca, de alternativas de venda de palmito e, em certas condições, da madeira obtida pela derrubada de partes da mata para constituição das roças, da fartura de frutas.

As mulheres se encontravam em situação de mais proximidade com as lideranças nos diversos momentos aqui delimitados. Elas comentaram a divisão de trabalho sexual que a elas se atribuía: no *casarão*, preparar o café para visitas e pessoas em reunião, como também a subdivisão dos alimentos que lá chegavam para redistribuição.

Após o golpe militar, tudo indica ter sido instituída uma cooperativa para compra e venda de produtos. A despeito das dificuldades de adoção de periodicidade oficial, o Seu Almerindo a ela se refere pela eficácia. E o Seu Helio, pelo espírito crítico, narra episódio de confronto com o mesmo Seu Manequinho, ao retornar da prisão e reassumir como *mandão* a cooperativa. Nesse caso, então, é de se supor que a cooperativa fora criada em momento anterior ao golpe militar.[11]

Enfim, manteve-se entre os entrevistados a distinção entre punidos e poupados; as lideranças administrativas e os *trabalhadores*, isto é, aqueles

11 Essa cooperativa e a respectiva capacidade de apoio à instalação dos colonos foram recorrentemente citadas pelos assentados do Projeto de Assentamento Novo Horizonte enquanto recurso legítimo para garantir o progresso do assentamento e dos assentados.

que lá permaneceram e deram continuidade ao processo produtivo para atender à subsistência da família.

E a luta continua!

Ressaltando ainda as dificuldades para alcançar um dos objetivos da pesquisa aqui textualizada, reafirmo a questão pela qual este texto se estrutura: como clamar pelo dignificado reconhecimento político e justiça social para os que, aderindo por ações práticas ao projeto político de objetivação do programa de reforma agrária, não alcançaram e ainda não podem alcançar reconhecimento público e oficial. Todavia, nesse plano de reconhecimento por agentes da repressão militar, foram vítimas de violência física e moral, tiveram vidas mutiladas, física e moralmente. Reafirmo então a impossibilidade de se dar por encerrada a luta pela dignificação de *posseiros* ou *trabalhadores,* situacionalmente reconhecidos por apelidos e cognomes específicos a essas relações pautadas em vínculos imediatamente interpessoais.

Os efeitos dessas secundarizações se exacerbam diante dos irreparáveis efeitos disciplinares de práticas de violência (dirigidas e difusas), até porque elas próprias eram recursos de repressão fundamental a reações e resistências. Pautavam assim o afastamento de qualquer outra mobilização imediata em defesa dos objetivos negados pelo golpe militar, dos vizinhos e parentes ou mesmo dos que ainda tentavam dissimular cooperações menos evidentes em atos de participação política tão condenados: "Arrebentaram eles no pau. Arrebentaram no pau! A polícia botou eles tudo pra fora". Tais ações ao final facilitavam desautorizações de cumplicidades e de apoios aos que foram recriminados, violentados e presos.

Na expectativa da continuidade da luta social pela revelação pública e oficial da violência impetrada pelo regime militar, restam então as esperanças de digno reconhecimento social de tantos outros, alguns presos na Cadeia Municipal de Campos e, pelos que os conheceram, considerados desaparecidos, como Pernambuco, Baianinho, Fufu, Manequinho, Agostinho, Daniel, Paixão e Zezé (pai de Ivana)! Em respeito à memória pública, por tantas lutas travadas na Fazenda do Largo, em São João da Barra, e posteriormente colaborando imediatamente com a gestão do acampamento, ao lado de José Pureza, homenageio a todos esses mártires da luta pela terra,

individualizando o destaque para Satiro Borges, que, após a prisão, voltou ao convívio dos familiares, todavia basicamente inválido fisicamente por efeitos de agressões físicas dos (também anônimos) *militares,* ou seja, aqueles que nessa experiência do Imbé se encarregaram de consagrar exemplar violência e desrespeito aos direitos humanos.

Referências

AUGÉ, Marc. *Une ethnologie de soi*. Le temps sans âge. Paris: Seuil, 2014.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara (Coord.). *Artes da Política, diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CPDOC/FGV, 1986.

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos*. Memórias de um partido revolucionário. Miracema: Editora Jornal Dois Estados. 2000.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

MACEDO, Marcelo Ernandez; CORRÊA, Elisa F. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos de Sociedade e Agricultura*, v. 15, n. 2, p. 368-392, 2007.

NEVES, Delma Pessanha. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Revista Tempo*, PPG História/UFF, v. 4, p. 47-69, 1999.

______. *Assentamento Rural:* reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

______. *Do Imbé, novos horizontes*. 1. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

______. Getúlio Vargas e os muitos oestes brasileiros: colônias agrícolas no estado do Rio de Janeiro. In: MARIN, Joel O. B.; NEVES, D. P. *Campesinato e Marcha para Oeste*. Santa Maria: Universidade de Santa Maria, 2013. p. 101-143.

NUNES, Adão Pereira. *Do Planalto à Cordilheira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

PESSANHA, Ivan Senra. *Campista.* Nem fiado, nem à vista. A saga dessa gente que não se vende. Niterói: Imprensa Oficical, 1999.

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; ERNANDEZ, Marcelo. *Ocupações e acampamentos*. Estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CAPÍTULO 8

Quando o coelho montou a cavalo na onça

a vitória dos trabalhadores na luta pela terra em Trajano de Moraes[1]

Elizabeth Ferreira Linhares

Introdução

Em 15 de janeiro de 1987, o então presidente José Sarney assinou o Decreto Nº 93.936/87 desapropriando as fazendas Barro Alto e Caixa D'Água, integrantes da Fazenda Santo Inácio, em Trajano de Moraes, estado do Rio de Janeiro. Chegava-se assim ao fim de um longo período de conflitos, dos quais os trabalhadores saíram vitoriosos, obtendo por parte do Estado o reconhecimento da legitimidade de suas posses e o direito de permanecer nas terras pelas quais lutavam. Neste mesmo ano foi criado o Projeto de Assentamento Santo Inácio, que, delimitado em área de 705 ha, integrou 52 famílias de antigos colonos do município, oriundos em sua grande maioria da própria fazenda. Esta vitória se revestiu de grande importância quando se considera o cenário no qual ocorreu, dominado por um grande número de conflitos e pela recorrente derrota por parte da classe trabalhadora em seu esforço de acesso à terra, tratando-se a alta concentração fundiária, urbana e rural, de um aspecto histórico definidor e estruturante da sociedade brasileira (SILVA, 1996). Renovaram-se governos, alteraram-se legislações, mas o poder político dos grandes latifundiários no país segue sendo continuamente recriado e aparentemente inabalável.[2] No caso do Rio de

1 O presente artigo baseou-se em grande parte em dados levantados na pesquisa *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada* (2000-2002), coordenada por Leonilde Medeiros, Sérgio Leite (CPDA/UFRRJ), Afrânio Garcia Jr. (CRBC/EHESS) e Mário Grynszpan (CPDOC/FGV), da qual participei como pesquisadora. Entrevistas relativas a este período, aqui referidas, foram realizadas no âmbito desta pesquisa, doravante identificada como ARPC.
2 Dados recentes (2010) do cadastro de imóveis do Incra apontam um aumento na con-

Janeiro, no período aqui enfocado (anos 1970 e 1980), de acordo com a Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF, 1991), a concentração da terra se manteve menos por um processo de ampliação das grandes áreas, e mais pela fragmentação das inferiores a 10 ha, processo este acompanhado da precarização e do empobrecimento dos pequenos produtores e um decorrente acirramento da luta pela terra no estado.

Levantamentos realizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) demonstram de fato um significativo aumento no número de conflitos em áreas rurais fluminenses nesse período, registrando, em 1979, a ocorrência de conflitos em 47 fazendas, distribuídas por 15 municípios e atingindo cerca de 25 mil pessoas; em 1981, já eram 57 áreas, em 20 municípios e 36 mil pessoas atingidas; e, em 1985, eram 137 fazendas, 38 municípios e cerca de 43 mil pessoas. Em relatório posterior, de 1990, a Federação consolida o número de conflitos em andamento no estado entre 1970 e 1990, registrando a ocorrência de um total de 184 conflitos. Entre estes, os conflitos identificados nas antigas regiões cafeicultoras do estado (atuais regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba), onde se encontra Trajano de Moraes, somavam 28, ou seja, cerca de 15% do total.[3]

De acordo com os registros dos órgãos responsáveis pela questão fundiária no estado (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra/RJ e Instituto de Terras e Cartografia do Rio de Janeiro – Iterj), neste mesmo período (entre 1970 e 1990), foram criados no Rio de Janeiro 31 assentamentos, envolvendo um total de 4.654 famílias (Incra/RJ e Iterj apud ALENTEJANO, 2003). Entre estes, oito encontram-se localiza-

centração da terra e na improdutividade entre 2003 e 2010 (SANTOS, 2010). De acordo com o autor, no cadastro do Incra consta que em 2003 eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares; em 2010, 130 mil proprietários de terras concentravam 318 milhões de hectares. Nesse período (2003-2010), mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle de latifundiários, que controlavam em média mais de 2.400 hectares.

3 Fetag/RJ, *Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990*. Rio de Janeiro, 1990 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II); e Fetag/RJ, *Conflitos de Terra no Estado do Rio de Janeiro – 1985*. Relatório produzido pela Fetag e incluído em um dossiê elaborado pela CPT com cópias de documentos e matérias da imprensa sobre conflitos por terra no Rio de Janeiro (MSPP/Ig – CPT.se – pasta I).

dos em antigas regiões cafeeiras do estado, abrangendo um total de 709 famílias.[4]

Se, por um lado, as desapropriações de terra e a criação de projetos de assentamento ocorreram via de regra a fim de equacionar contextos de tensão social decorrentes de conflitos já instalados, demonstrando a inexistência de um efetivo programa governamental de reforma agrária (ALENTEJANO, 2003), por outro, a recíproca não é verdadeira, na medida em que entre os muitos casos de conflito ocorridos no estado, foram relativamente poucos (31 em 184) os que obtiveram vitória por parte dos trabalhadores e a subsequente desapropriação da terra. Em outras palavras, esta disparidade entre o grande número de conflitos e pessoas envolvidas e de áreas efetivamente desapropriadas e pessoas beneficiadas chama a atenção sobre o caso da fazenda Santo Inácio, levando-nos à indagação sobre as condições que teriam permitido, ou contribuído, nesse caso, para que os trabalhadores obtivessem o seu direito à terra reconhecido, salientando-se, como veremos mais à frente, o fato bastante relevante do fazendeiro ser na época um coronel do Exército e de ter se valido dessa condição no enfrentamento aos antigos colonos da fazenda, utilizando-se de práticas arbitrárias e muitas vezes violentas a fim de expulsá-los da terra. Isto é, para além dos aspectos histórico-estruturais marcantes da sociedade brasileira no que tange à alta concentração da terra e do correspondente poder político nas mãos dos

4 Desses 31 assentamentos listados, 15 foram criados sob responsabilidade do Incra/RJ e 16 do Iterj. No que tange às "comunidades" criadas e assistidas pelo Iterj, é importante observar, primeiro, em relação ao período enfocado, que nos anos 1980 o governo Brizola de fato teve importante atuação na resolução de conflitos por terra no estado e isso se fez via Iterj; segundo que, por se tratar de um órgão com atuação mais diversificada, incluindo áreas urbanas, o cuidado com suas listagens deve ser redobrado. A título de exemplo, encontra-se na listagem do Iterj de "comunidades assistidas" a Fazenda Santa Mônica, com referência entre parênteses a Monte Scylene, em Juparanã, Valença, criada em 2000 com área de 251,68 ha e 19 famílias beneficiárias. Tratando-se de uma fazenda, esta "comunidade", assim como outras nesta condição, entra quase que naturalmente em listagens feitas sobre assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. No entanto, a Fazenda Santa Mônica foi apropriada nos anos 1970 pela Embrapa, que até os dias atuais mantém na área um centro de pesquisa de gado leiteiro, tendo conseguido a expulsão da quase totalidade das famílias de antigos colonos da fazenda. A intervenção do Iterj em Juparanã diz respeito à desapropriação do solar da antiga Fazenda Monte Scylene, que foi adquirida pelo estado e adaptada para transformar-se na primeira clínica pública de recuperação de dependentes químicos do interior. É, portanto, com certa cautela que devemos considerar essas listagens e os aspectos quantitativos nelas contidos.

grandes fazendeiros, em Santo Inácio esse poder encontrava-se, durante os conflitos, representado pela categoria que então dominava arbitrariamente o poder no Brasil, os militares. Trata-se, portanto, de tentar entender quais condições contribuíram para que este poder fosse ao menos em parte superado, rompendo-se de certa forma com um processo histórico de longa duração, e como, neste caso, esta reconstrução não se deu, permitindo que os trabalhadores, antigos colonos da fazenda, saíssem vitoriosos de um enfrentamento, afinal de contas, tão desigual.

Ascensão e queda do café em Trajano de Moraes

Trajano de Moraes se localiza na chamada Região Serrana do Rio de Janeiro, a cerca de 220 quilômetros da capital. A ocupação inicial dessa região se deu nas duas últimas décadas do século XVIII, com a vinda de garimpeiros portugueses e mineiros em busca de ouro. Eram as "Novas Minas dos Sertões de Macacu", cujo garimpo rapidamente se esgotou. Nesse período o café começava a se disseminar pelas serras fluminenses, chegando em 1817 as primeiras mudas para a região, que se chamava Cantagalo e incluía diversas localidades, entre elas São Francisco de Paula, hoje Trajano de Moraes.

No que atualmente corresponde a este município, a ocupação inicial ocorreu no princípio do século XIX, em decorrência de uma política de colonização implementada por D. João VI. De acordo com Pinheiro (1993), essa fase, anterior à expansão da cafeicultura, caracterizou-se pela presença de pequenos produtores que combinavam a produção de mantimentos básicos com o café. Era um grupo formado em parte por pequenos produtores oriundos de Cantagalo, de onde vinham sendo expulsos com a expansão do café e a apropriação de grandes extensões de terras por fazendeiros cafeicultores (Cantagalo antecedeu Trajano nesse processo), e em parte por uma leva de imigrantes suíços que vieram para a região nesse período, que representa, segundo o autor, a primeira fase do ciclo cafeeiro de Trajano, estendendo-se aproximadamente até 1850. O período de maior riqueza da cafeicultura no município ocorreu aproximadamente entre 1860 e 1890, caracterizando-se, como nas demais áreas cafeicultoras fluminenses da época, pela expansão e predomínio da grande propriedade e da mão de obra

escrava. Pinheiro observa, no entanto, como uma peculiaridade de Trajano, a permanência de pequenos produtores, que se mantiveram combinando a lavoura de café com lavouras de subsistência.[5]

Como vimos em outros capítulos do presente livro, os últimos anos do século XIX foram marcados pelo desencadear de um processo de decadência da cafeicultura fluminense. Em Trajano esse processo se deu de forma gradual, estendendo-se por toda a primeira metade do século XX. A partir da abolição da escravatura, os trabalhos nas grandes fazendas do município haviam sido reorganizados com base no colonato, que, permitindo a combinação da produção de subsistência com a produção para o mercado, possibilitou a permanência da lavoura cafeeira por esse longo e lento período de declínio. Um período que se caracterizou não só pela decadência da grande lavoura, mas por um progressivo isolamento do município, resultando na formação de "uma camada camponesa pauperizada, composta pelos pequenos proprietários e pelos ex-escravos, que iria encontrar no colonato a forma de se manter na terra" (PINHEIRO, 1993).

A partir dos anos 1950, a decadência se acentuou e o café perdeu de vez importância econômica para o município. Nos anos 1960, com a implementação de um plano governamental de erradicação de cafezais, eliminou-se a base de sustentação agrícola do município, que, embora decadente, ainda se apoiava nessa atividade. Expandiu-se a pecuária extensiva, que não conseguiu reverter o quadro de decadência, contribuindo ainda para uma intensificação da expulsão dos trabalhadores e suas famílias, e para a crescente marginalização socioeconômica da região. Segundo o depoimento de um antigo colono, atualmente assentado em Santo Inácio, nesse período era comum a vinda de caminhões do Paraná, que voltavam carregados de famílias de colonos com prática na cafeicultura. Era a "onda verde" do café, referida por Lobato (1946), que mais uma vez se deslocava.

Dados levantados pelo IBGE materializam exemplarmente o processo histórico vivido pelo município, marcado, do ponto de vista produtivo, por

5 São considerados pelo autor como "pequenos" os possuidores de áreas de 10 a 15 ha; e "médios", os de 15 a 60 ha (PINHEIRO, 1993, p. 64). Nesse sentido, parece ser grande o contraste com o Médio Paraíba, marcado nesse período por uma extrema concentração da propriedade. Ver capítulo "Quando (e como) o Estado se fez presente: Conflitos por terra na Fazenda Santa Mônica, Valença/RJ", na presente publicação.

três aspectos fundamentais: a decadência da cafeicultura, a paralela e progressiva implantação da bananicultura, em sua substituição, e o igualmente progressivo aumento nos efetivos de gado bovino, sob a forma de pecuária extensiva, cuja área utilizada vai superando sempre mais a área utilizada pelas lavouras (permanentes e temporárias). Em 1940 a área ocupada pelas lavouras correspondia a 11.776 ha, para 14.500 ha de pastagens (naturais e plantadas); em 1996, as lavouras ocupavam um total de 3.574 ha, para um total de 26.816 ha de pastagens. Com relação à produção agrícola, o café e a banana passaram, respectivamente, de 1.481 toneladas e 103.983 cachos, em 1940, para 270 toneladas e 1.140.000 cachos, em 2000. Quanto aos efetivos de gado bovino, passaram de 7.980 cabeças, em 1920, para 21.739, em 1980, caindo para 18.000 cabeças em 2000. Vale observar que, primeiro, o período em que se desenrola grande parte dos conflitos pela terra na Fazenda Santo Inácio corresponde ao período dos mais altos efetivos bovinos no município (1970-1985); segundo, o enorme salto ocorrido (617%) entre 1985 (período de intensificação desses conflitos) e 1996, especificamente na área de pastagens plantadas (embora haja uma discreta diminuição na área total de pastagens), possivelmente está relacionado a uma estratégia de preservação do patrimônio através da caracterização de uma condição supostamente produtiva, no sentido estudado por Rangel (1962).[6]

A decadência foi vivida de formas diferenciadas de acordo com a condição e a posição dos produtores. Entre os proprietários, os mais atingidos por esse processo foram os pequenos e médios, que utilizavam o café como complemento à lavoura branca, e para quem a pecuária extensiva era inviável. Nesse grupo, as perdas foram ainda agravadas pelas subsequentes subdivisões das propriedades entre seus herdeiros, no processo de fragmentação anteriormente referido (SEAF, 1991). Entre os trabalhadores, colonos, o avanço do gado levou à redução ou à extinção da área disponível para a lavoura familiar. Esse processo foi descrito, nos depoimentos que coletamos com antigos colonos em Trajano, sob a prática denominada *amansar pasto*: os proprietários propunham uma determinada área de mata (ou capoeira), ou mesmo antiga área de lavoura abandonada, *suja*, para que os colonos ali implantassem uma

6 Foram analisados os Censos Agrícolas do IBGE de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996 e a Produção Agrícola e Pecuária Municipal 1990-2000. Consultas realizadas em 2001 e 2002, em edição física (impressa), no próprio IBGE.

nova lavoura, em geral no sistema de *meia*. Era feito então o pesado trabalho de limpeza, incluindo muitas vezes destocamento e preparação da área para o plantio (é o *amansar*). Logo após a colheita, primeira e única, era semeado o capim e a área transformada em pasto: ali não se plantaria mais.[7] Intensificava-se assim o processo de esvaziamento econômico e social do município, assim como o ritmo de urbanização dessa região serrana de um modo geral. Pinheiro (1993) aponta como exemplo, nesse sentido, as cidades de Teresópolis, Petrópolis e Friburgo, que combinam atividades industriais com veraneio e absorvem parte da população vinda de áreas rurais do estado.

Os dados demográficos do IBGE são indicadores do esvaziamento sofrido pelo município no decorrer do século XX, particularmente a partir do período em que se generalizou a substituição da cafeicultura pela pecuária bovina extensiva. Entre 1920 (período anterior à grande crise do café da década de 1930) e 1950 (fim do café como principal produto do município), a população total residente em Trajano teve uma queda de 24,5%, passando de 22.221 (1920) para 16.771 (1950). Entre 1950 e 2000 (período de maior expansão, seguida de estabilidade e pequena queda na pecuária extensiva), a população total caiu em 40,1%, chegando a 10.038 em 2000. No tocante a este último período, vale observar a queda mais acentuada da população rural: 56,8%, passando de 14.710 para 6.354, em comparação ao crescimento de 78,7% da população urbana (de 2.061 para 3.684 pessoas). Em período mais recente (2010), observam-se variações pouco significativas em relação a 2000, registrando-se um pequeno aumento na população total, que passou a 10.289, e uma também pequena diminuição na população rural, que passou a 5.509 habitantes.[8]

7 Trata-se de processo similar ao analisado por Garcia (1983) na Zona da Mata pernambucana, que tem na oposição das expressões *terra de trabalho* e *terra de gado* seu eixo central. Similar ainda ao ocorrido na Zona da Mata mineira, antigo município de Rio Preto, a partir da decadência da pecuária leiteira e da desconstrução do colonato na região (LINHARES, 1998).
8 IBGE – Censos Demográficos 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 2000, Contagem Populacional 1996 e Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de 1960 e 1970. Os dados sobre população rural e urbana de 1960 e 1970 foram obtidos nas respectivas Sinopses Preliminares, apresentando uma pequena diferença com relação aos totais dos censos definitivos. Consultas realizadas em 2001 e 2002, em edição física (impressa), no próprio IBGE, para as referidas pesquisas desenvolvidas em Trajano de Moraes; e IBGE – Censo Demográfico de 2010. Base SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática). Disponível em: <http://

Assim como em outras áreas outrora cafeicultoras no estado, o esvaziamento socioeconômico em Trajano no decorrer do século XX foi acompanhado por uma intensificação dos conflitos pela terra. Áreas abandonadas em fazendas de proprietários absenteístas possibilitaram a permanência de muitos colonos que, em um processo de resistência, a partir da ruptura das antigas relações com a fazenda, passaram a reivindicar a posse da terra, identificando-se e sendo identificados como *posseiros* (GRYNSZPAN, 1987), tornando-se foco de crescentes tensões a partir dos anos 1960 – um período marcado, no município, não só pela ruptura nas relações de colonato, mas pela organização do movimento sindical. É dentro desse quadro que devem ser considerados os conflitos ocorridos na Fazenda Santo Inácio.

Em 1962 havia sido fundada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj) e, em 1963, a partir da mobilização dos trabalhadores na luta pela terra no município, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Esse sindicato exerceu um papel central nos conflitos na Santo Inácio e, na percepção dos seus fundadores, a sua própria história e a história do assentamento se confundem e não devem ser consideradas separadamente. De acordo com Álvaro Roldão, a mais antiga liderança sindical de Trajano a quem pudemos entrevistar, quando o sindicato foi criado, "o trabalho já começou em alta, com bastante luta", referindo-se aos conflitos na fazenda e à intensificação das tensões em decorrência do golpe de 1964 (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).[9]

Santo Inácio: origens da fazenda

A Fazenda Santo Inácio, localizada em área limítrofe ao centro urbano de Trajano de Moraes, possuía originalmente 2.548 ha, subdividindo-se em seis glebas: Barro Alto, São Joaquim da Soledade (mais conhecida como

www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2015.

9 Álvaro Pereira da Silva, mais conhecido como Álvaro Roldão, nasceu em 1916 em Itaocara, noroeste do estado, e em meados dos anos 1950 mudou-se com a família para Trajano de Moraes. Era antigo posseiro da fazenda e uma das principais lideranças entre os trabalhadores do município. Faleceu em 2009, aos 93 anos. Entrevista realizada para a pesquisa ARPC.

Caixa D'Água), Santo Inácio, Retiro, Monte Claro e Calambau, consideradas constituidoras de um só imóvel, denominado Fazenda Santo Inácio. Pertencia à família de Trajano de Moraes e, segundo o depoimento de seu neto, general José Antonio Barbosa de Moraes, foi comprada pelo avô em 1872. Nesse período a fazenda era inteiramente dedicada à cafeicultura e suas terras se estendiam do atual centro municipal até o distrito de Visconde de Imbé. Para se ter uma ideia da sua importância para a economia municipal naquela época, até o período imediatamente anterior à crise do café da década de 1930, a Santo Inácio tirava por ano cerca de 450 toneladas de café, o que equivalia a aproximadamente 20% da produção total do município (2.263,7 toneladas, segundo o IBGE).

Inicialmente utilizando mão de obra escrava, a partir da abolição Trajano de Moraes reorganizou sua produção com base no colonato, valendo-se não só da reincorporação, então em outros termos, dos trabalhadores libertos, mas também da mão de obra de colonos europeus, principalmente italianos. Segundo o general, na década de 1950 havia ainda "umas cento e poucas" famílias de colonos na Santo Inácio, incluindo-se trabalhadores de diferentes origens (José Antonio Barbosa de Moraes, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 25/05/2001).

Com a crise de 1930, a fazenda entrou em progressivo declínio e, a partir da década de 1950, o café começou a ser substituído pelo gado de corte. O referido plano de erradicação dos cafezais em 1962 parece ter marcado o fim definitivo dessa cultura na fazenda.[10] A Santo Inácio viveu assim a histórica passagem de uma cafeicultura decadente para a pecuária extensiva, onde o gado representava, entre outras coisas, uma forma de garantir e legitimar a posse de grandes extensões de terra, de um modo geral enfraquecidas e improdutivas após um longo período de uso sem qualquer ação para preservar ou repor os nutrientes consumidos. De acordo com o relatório de vistoria preliminar do Incra, de abril de 1986, a fazenda não estava

10 Nesse mesmo ano faleceu José Antonio de Moraes, pai do general e dos demais proprietários da fazenda. Embora seguisse carreira política e residisse com a família no Rio de Janeiro, José Antonio de Moraes esteve até então à frente da fazenda que, a partir de sua morte, passou a ser administrada sob a forma de um "condomínio", não sendo dividida entre os herdeiros. Porém, o estar à frente da fazenda deve ser entendido aqui no sentido da responsabilidade, no interior da família, pela fazenda, cuja administração cotidiana ficava a cargo de Antonio Cordeiro, empregado com grande poder de deliberação junto aos colonos.

> [...] sendo adequadamente explorada pelo proprietário, uma vez que da área total de 2.548 ha, somente utiliza[va] aproximadamente 500 ha com pastagens, para alimentação de 500 cabeças de bovinos. Exist[iam] ainda 2.000 pés de cafeeiros, mas em fase decadente, uma vez que a produção do ano [anterior havia sido] de apenas 33 sacas (dados fornecidos pelo administrador da fazenda). (Incra/RJ. Processo Administrativo nº 21480.001424/87-31, consultado em 2000/2001 em versão impressa arquivada no Incra/RJ).

Como acima mencionado, a decadência do café resultou numa grande proporção de lavradores sem trabalho, não absorvidos pela pecuária extensiva, que tinham em princípio como alternativas partir para outras regiões ou cidades maiores em busca de emprego ou permanecer na terra, batalhando seu sustento por meio de atividades agrícolas desenvolvidas nos próprios sítios em que moravam e trabalhavam, originalmente, na condição de colonos. Esta parece ter sido a opção de grande parte das famílias de trabalhadores da Santo Inácio, que, não mais como *colonos*, mas como *posseiros*, resistiram e insistiram em permanecer nessa terra, na qual muitos deles nasceram e viveram por toda sua vida.

De colono a posseiro: ruptura e resistência

Entre os diversos elementos participantes da passagem da condição de colono para a de posseiro, na Fazenda Santo Inácio, três nos parecem ter sido fundamentais: em primeiro lugar, os termos em que se davam as negociações para entrada e saída dos colonos dos respectivos sítios no interior da fazenda; segundo, a condição absenteísta do fazendeiro (já referida por PINHEIRO, 1993); e terceiro, a bananicultura, implantada pelos colonos em substituição à cafeicultura decadente da fazenda.

De acordo com depoimentos de antigos colonos, o primeiro passo no processo de entrada e saída de um colono da fazenda consistia na negociação de *compra e venda dos direitos* sobre as lavouras, a casa e demais benfeitorias existentes no sítio em questão.[11] De acordo com as regras da

11 Estamos nos baseando em depoimentos de antigos colonos da Santo Inácio que, em sua maioria, já haviam trabalhado como colonos em outras fazendas do município e/ou da região. Por ocasião dessas entrevistas, realizadas entre 2000 e 2003 (para a referida pesquisa

fazenda para o colonato, as benfeitorias feitas pelo colono não poderiam ser retiradas ou destruídas no caso de sua saída da fazenda, independentemente de qualquer indenização feita pelo fazendeiro (que, via de regra, não indenizava). Ou seja, a única forma de ressarcimento que restava ao colono ao sair era negociar uma possível indenização com o trabalhador que entraria em seu lugar. Nessas condições, a primeira pessoa procurada por um trabalhador interessado em ingressar na fazenda não era o fazendeiro nem seu administrador, mas sim o colono morador de determinado sítio, que se soubesse igualmente interessado em sua venda. Uma vez acertado, entre os dois trabalhadores, um valor para a negociação, o segundo passo era então o contato com o fazendeiro ou o administrador da fazenda, a fim de se obter a autorização final para mudança. Para essa avaliação, o fazendeiro se valia das possíveis referências vindas da rede local de trabalhadores a ele vinculados e submetidos. Como nos relata um antigo colono da Santo Inácio atualmente assentado, quando indagado sobre a conversa que teve com o fazendeiro, após ter acertado o valor de compra de um sítio:

> Ah, eu falei que ia sair da fazenda de lá, que não ia ficar mais, e aí ia apanhar isso aqui. Aí até que tinha um tio da... [sua esposa] que morava aqui embaixo, na fazenda, aí chegou lá ele perguntou: "Você conhece esse seu José?". E ele falou "conheço, ela é minha sobrinha, que era casada com o..." Aí ele falou "não, então pode apanhar". Porque se ele não conhecesse bem também, né, o fazendeiro não podia deixar apanhar. (Antigo colono, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2001).

Embora a autorização final para *apanhar* o sítio fosse do fazendeiro ou de seu administrador, essa forma de negociação direta entre os trabalhadores como condição prévia parece contribuir para um sentimento de posse da terra trabalhada, como nos indica o depoimento de outra antiga colona que na época encontrava-se separada do marido:

ARPC e para minha pesquisa de doutorado), foi feita uma opção por não identificar os nomes dos depoentes, à exceção de lideranças sindicais e daqueles diretamente envolvidos nos conflitos com o fazendeiro. Estes estão apresentados com seus nomes completos. Os demais nomes são fictícios, e por essa razão não estão acompanhados de sobrenome. Cumpre ainda esclarecer o recurso do itálico, aqui utilizado para destacar certas passagens e categorias locais importantes para a presente análise.

> Então eu... abriu essa porta aqui, né? [Mas] eu não tinha um centavo, nem um centavo, vamos dizer assim, eu não tinha nem um real pra dar aqui. Aí eu comecei a orar. [...] Eu disse: "Jesus vai me dar aquele lugar lá...". E de repente chega meu irmão e fala assim: "Maria, vai lá negociar com Seu João [outro colono da fazenda], pra ver se vocês vão pra lá". *Aí, você acredita que aconteceu, né? Nós negociamos com o dono, com o dono daqui*, né, e ele nos vendeu, pediu quatro mil [...]. (Antiga colona, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2001).

Como D. Maria já era colona da fazenda, segundo seu depoimento, foi suficiente *participar* a mudança ao administrador. Indagada sobre o modo como teria sido essa *participação*, ela nos relata, explicitando o objeto da *negociação*:

> Ora, eu disse pra ele que eu... que eu tinha comprado o direito. Que antigamente era assim: se eu sair daqui, alguém vai ter que comprar; a terra não, mas *o direito das plantas, o direito é as plantas. E a casa que eu fiz com meu dinheiro.* Então isso a gente vende, entendeu? O negócio é esse. Então ele ficou sabendo, e aí deu tudo certo, né? [...] E foi onde que eu consegui isso aqui. Mas não foi fácil, *não, porque tinha dez na minha frente!* [risos] Dez pessoas na minha frente! (Antiga colona, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2001).

É importante registrar a ação do tempo na construção e na consolidação desse sentimento de posse, considerando-se as subsequentes negociações e transmissões dos sítios entre os trabalhadores: aquele que compra o direito sobre determinado sítio está comprando de alguém (outro trabalhador) que também pagou por ele, e assim sucessivamente, consolidando sempre mais a legitimidade das suas posses. Ao ser questionada sobre o fato de a referida *participação* não ter sido dirigida ao fazendeiro, mas sim ao administrador, D. Maria nos fala, por um lado, da força que este detinha nos negócios da fazenda: "O Seu Antonio [Cordeiro] tinha muita força, mandava e desmandava na fazenda, o que ele fizesse, pro patrão estava certo"; e, por outro lado, de uma certa ausência e desligamento da parte do próprio fazendeiro:

> Porque o fazendeiro mesmo, ele tinha as coisas, mas ele nem sabia o que é que ele tinha. Porque ele era da aeronáutica, esses negócios de... [nós lhe adiantamos: "militar"]. *É, militar. Ele era militar. Então ele... ele estava por fora. Quem mandava [em] tudo era o* administrador. (Antiga colona, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2001).

É interessante observar que, para D. Maria, o desconhecimento a respeito dos assuntos da fazenda pelo fazendeiro não se devia ao fato deste residir no Rio de Janeiro, mas sim de dedicar-se profissionalmente a uma área diversa. Seu relato nos alerta, assim, para a importância de considerarmos a condição absenteísta do fazendeiro em sua efetiva dimensão, que não se restringe simplesmente ao nível de uma ausência física ou distância geográfica. A família residia há pelo menos duas gerações no Rio de Janeiro, mas, de acordo com o depoimento do general, praticamente todos os finais de semana ia para a fazenda. Portanto, parece tratar-se, sobretudo, de uma progressiva ausência de priorização dos interesses da fazenda no caminho profissional da família. Pelo que podemos apreender dos diferentes relatos coletados, incluindo-se o de José Antonio Barbosa de Moraes, a crescente (em termos geracionais) ausência do fazendeiro na administração da fazenda relacionava-se de fato a um progressivo deslocamento de seus interesses profissionais: Trajano de Moraes, avô de José Antonio, dedicava-se quase que exclusivamente à vida da fazenda, à produção cafeeira, sendo responsável, entre outros, pela criação de soluções consideradas inovadoras do ponto de vista técnico-produtivo. E, apesar de exercer forte poder político, nunca ingressou diretamente na política enquanto carreira. Seu filho, pai de José Antonio, seguiu carreira política como deputado estadual e federal. Residia no Rio de Janeiro, mas dedicou-se ainda à produção cafeeira e, principalmente, aos interesses do município – ao que tudo indica, sua base eleitoral. E, por último, seus filhos – a geração que estava à frente da fazenda por ocasião dos conflitos (e ainda na época da pesquisa) – foram educados e escolarizados para caminhos profissionais a princípio sem qualquer relação com a vida produtiva de uma fazenda.[12]

12 Vale observar que esse distanciamento não significa ou não conduz à perda dos laços afetivos existentes para com a fazenda, relacionados ao passado, à infância e a toda uma memória afetiva familiar positivamente valorizada. Por outro lado, embora seja necessário

Finalmente, cabe destacar a implantação da bananicultura em substituição à cafeicultura, que, na condição de *bem de raiz* plantado por conta exclusiva dos colonos, contribuiu também na legitimação de suas posses. Segundo o general, a fazenda jamais teria participado da opção por esse cultivo, introduzido, em sua visão, pelos colonos por não estar incluído no regulamento da *renda*. Para um antigo colono, no entanto, essa escolha se deu em função da baixa produtividade dos velhos cafezais e da eficiência produtiva da banana, que proporcionava um rendimento mensal garantido, além de ter sido na época um produto especialmente valorizado. Sua introdução foi feita de modo gradativo e discreto, a fim de que não fosse, na medida do possível, percebida pelo fazendeiro.[13] De todo modo, o fato é que a bananicultura teve participação na consolidação de suas posses e, por decorrência, na legitimidade e na intensidade dos conflitos que se seguiram.

De posseiro a assentado: resistência e enfrentamento

"A onça é muito brava, mas o coelho montou a cavalo na onça."
(Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001)

Os conflitos na Santo Inácio tiveram início nos anos 1960 e se estenderam por um longo período, ao fim do qual se deu a desapropriação das duas glebas da fazenda onde se concentrava a maior parte dos posseiros envolvidos – Barro Alto, foco inicial dos conflitos, e Caixa D'Água, segunda área atingida. Como já referido, foi no bojo desses conflitos que os trabalhadores de Trajano se mobilizaram e se organizaram em termos sindicais, tendo à

investigar as condições de produção desse distanciamento na trajetória da família, certamente estas se relacionam, em algum nível, às crises de mercado e às mudanças políticas e institucionais operadas em todo esse período. Sobre o modo como essas alterações no espaço político e institucional brasileiro interferem nas condições e possibilidades das trajetórias dos indivíduos, ver Garcia (1994).

13 A banana permite cortes com intervalos de 30 a 40 dias, ao longo de todo o ano. Essa regularidade quase mensal parece ter sido central na opção. Esse colono nos relatou que, a cada pé de milho que era colhido, ele plantava uma mudinha de banana em seu lugar, e aos poucos o bananal se formou sem que o fazendeiro percebesse.

frente do movimento lideranças que eram, em sua maioria, antigos colonos e posseiros da fazenda.

O STR de Trajano foi fundado em 12 de outubro de 1963, por iniciativa de Júlio de Oliveira, posseiro em Córrego Vermelho e importante liderança entre os trabalhadores nessa localidade, e de Álvaro Roldão, a quem Júlio procurou com a finalidade de juntos darem início ao movimento no município, em cuja sede ele próprio era desconhecido. Segundo Roldão, o medo era então muito forte entre os trabalhadores, o que teria dificultado o início de sua organização: "Pra criar o sindicato aqui eu sofri", diz Roldão (Entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001). A organização inicial se tornou possível com o apoio dos ferroviários, nesse período já sindicalizados e com grande capacidade de mobilização.[14] Segundo Roldão, por muito custo conseguiram reunir 11 trabalhadores para integrar uma diretoria e fundar o sindicato. Contaram ainda com o apoio de Antonio Lopes, liderança dos ferroviários, e de João Pinheiro Neto, então presidente da Superintendência da Política Agrária (Supra), a quem Roldão procurou diretamente pedindo ajuda para a fundação. Nesse esforço de mobilização, fizeram uma reunião em Niterói onde conseguiram reunir 60 lavradores do município, "para eles verem que tinham direito, para perderem o medo" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

A diretoria sindical, no início dos anos 2000, baseada em entrevista feita na época com Roldão, registrou assim sua história inicial:

> No ano de 1964, chegou na cidade de Trajano de Moraes o Sr. Júlio, trazendo uma proposta de criação de um sindicato de trabalhadores rurais. Porém, naquela ocasião, muitos trabalhadores ficaram meio assustados com a ideia, desconfiados com essa ideia, pois não sabiam o que isso realmente significava, por isso não partiram para esse movimento de início. Portanto ele bateu em muitas portas dos trabalhadores com esta proposta, mas nin-

14 Em reportagem da *Gazeta Trajanense* ("O trem: uma história que não se esquece") de 02 a 11/06/2003, sobre reunião realizada pela categoria para protestar contra a extinção da ferrovia no município em 1964, no barracão da Leopoldina em Trajano, Álvaro Roldão aparece (e é nominalmente identificado) entre os ferroviários presentes, sinalizando a proximidade já existente entre trabalhadores de diferentes categorias (possivelmente outros rurais encontravam-se presentes, não sendo identificados).

> guém queria concordar, por não o conhecer e por nunca ter ouvido falar a respeito do movimento no município. Mas logo ele conheceu o Sr. Álvaro Pereira da Silva (o Sr. Roldão), que conhecia o movimento, disse que aceitaria ajudar a fundar o sindicato no município […].
>
> Esta direção composta por Sr. Júlio, Sr. Roldão, Sr. João da Mira [João Peçanha], Sr. Antonio Rodrigues e outros, tomando o primeiro passo, foi a oficialização deste sindicato, começando na luta com a documentação para que o sindicato fosse registrado […]. (STR de Trajano de Moraes, 2001).[15]

De acordo com essa diretoria, o sindicato recém-criado deu início a ações visando a desapropriação de terras em áreas de conflito no município. São mencionadas as fazendas Santo Inácio, São Joaquim,[16] Bico da Coruja e Cafofo, esta última escolhida inicialmente por ser, na visão do sindicato, "a melhor na produção agrícola".

> Estava então a direção sindical envolvida nesse processo [de desapropriação], buscando a melhor maneira para tomar uma decisão coerente e definitiva, quando chegou em Trajano de Moraes um carro do Estado, de chapa branca, procurando-os para ajudá-los na resolução do problema, chamando-os para que fossem conversar com o advogado. Mas quando eles estavam reunidos com o advogado, já tomando um passo importante na solução deste caso, com três meses de gestão do sindicato, estoura a revolução no país, foi em 1964. (STR de Trajano de Moraes, 2001).

15 A diretoria do STR, no início dos anos 2000, era composta por Arnaldo Fortunato (presidente), Renato Vieira (tesoureiro) e Alielso Ferreira da Silva (secretário, filho de Roldão). João Pinheiro Neto, referido por Roldão, foi ministro do Trabalho de João Goulart e entre 1963 e 1964 foi presidente da Supra, sendo, em seguida, cassado pela ditadura militar. Na Carta Sindical de fundação do STR, de 12 de outubro de 1963, quem assina como ministro do Trabalho e Previdência Social de João Goulart é Amaury Silva.

16 A Fazenda São Joaquim aqui mencionada provavelmente é São Joaquim da Soledade, mais conhecida como Caixa D'Água, integrante do conjunto denominado Fazenda Santo Inácio. Em relatórios da Fetag/RJ encontramos referências a Caixa D'Água como constituidora de um conflito à parte, mas aqui levamos em conta o ponto de vista dos trabalhadores diretamente envolvidos, que consideram como um só conflito, incluindo-se as posses de Barro Alto e Caixa D'Água.

As principais lideranças sindicais foram perseguidas, algumas presas e levadas para interrogatórios; o sindicato foi fechado e a tensão se generalizou entre os trabalhadores. Como relata a diretoria sindical:

> Neste período de revolução as coisas ficaram difíceis de se resolver. Muitas confusões nas ruas, qualquer pessoa era suspeita, ainda mais quem estava no movimento sindical. Por isso o advogado que estava junto com os trabalhadores e com o sindicato na luta foi preso e ninguém mais soube do seu paradeiro. Todos ficaram em vigilância, todos em suas residências, sem se arriscar a cair em mãos dos soldados, que por qualquer motivo quebravam o pau, e muitas gentes estavam sendo presas em Trajano de Moraes. (STR de Trajano de Moraes, 2001).[17]

Roldão menciona que nesse período Trajano ficou "uma guerra". Foram presos, além do referido advogado, o próprio Roldão, seus filhos Alielson e Elias, João Rocha (tesoureiro do sindicato) e seu filho Nilinho (secretário).[18] O presidente, Júlio de Oliveira, conseguiu ficar escondido e depois fugir. Roldão relatou ter sabido do golpe pelo rádio. Estava sozinho em casa, já ciente do que se passava, quando parou um carro em sua porta e dele desceram soldados do Exército armados, que cercaram a casa e lhe deram ordem de prisão, assim como fizeram com os outros diretores. Roldão se apresentou como o "responsável por tudo" relativo ao movimento sindical e pediu que os soldados liberassem os demais. "Não deixei levar ninguém." Foi levado preso junto com seus filhos Alielson e Elias para o Forte Marechal Hermes, em Macaé (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).[19]

17 Indagados, nem Roldão nem as demais lideranças entrevistadas (como Arnaldo Fortunato, entre outros) se lembravam do nome desse advogado.
18 Alielson havia sido mencionado inicialmente como secretário do STR, ou seja, pode ter havido um engano de registro, mas, de todo modo, fica claro que fazia parte da direção sindical, e provavelmente seu irmão Elias também. Não por acaso foram presos junto com o pai (eles não eram os únicos filhos de Roldão).
19 Roldão explica que ficaram "três horas no xadrez". Em seguida, foram levados para interrogatório em uma sala com 30 soldados armados. Um major o interrogou em tom acusatório: "Você está lá em Trajano dando instrução de comunismo, de comunista?". Roldão respondeu: "Não senhor, doutor, a gente só ensina o que a gente sabe. Eu não sei o que é isso,

Apesar de serem rapidamente liberados, Roldão foi fichado como subversivo e permaneceu sob a vigilância das forças repressivas. Alguns dias depois estava em casa, "torrando mandioca ralada para fazer farinha", quando chegou o delegado de Polícia de Trajano, acompanhado de dois soldados, "procurando armas" e ameaçando prendê-lo novamente. Diziam estar "a serviço da polícia e que seu trabalho era o desarmamento da cidade". Nas palavras da direção sindical, "isso não assustou ao Sr. Roldão, porque ele, um homem de bem e trabalhador, as únicas armas que tinha em casa eram apenas as facas para o uso no corte das mandiocas" (STR de Trajano de Moraes, 2001). Como de fato nada encontraram, não o prenderam, mas montaram em frente à sua casa, em meio a um cafezal, uma espécie de barraca coberta com folhas de bananeira, onde soldados permaneceram fazendo guarda e vigiando a casa e a família de Roldão. A tensão nesse período foi muito forte, e Roldão conta que por um bom tempo, quando anoitecia, permaneciam todos dentro de casa no escuro, sem acender sequer uma vela, com medo de tomar um tiro dos "soldados de tocaia".

Certo tempo após o fechamento do sindicato, Roldão foi procurado por representantes do Ministério do Trabalho, que lhe solicitaram organizar sua reabertura. Segundo seu depoimento, nessa ocasião foi marcada uma reunião entre os trabalhadores e "representantes do governo federal" – incluindo-se agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) – a fim de reabrir formalmente o sindicato. O poder local, representado pelo delegado de Polícia, tentou intervir, convocando 60 homens do Exército de Campos; um agente do Dops os teria impedido de agir, garantindo o prosseguimento da reunião (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001). De acordo com o registro da diretoria sindical, tratava-se de cumprir com a legislação, ou seja, de legalizar (e enquadrar) o movimento:

> Sr. Roldão veio atender esse comunicado, pois era essa a lei. Ele marcou uma reunião com a diretoria para o dia 24 de outubro de 1964. Mas quando o Sr. Roldão e a diretoria começaram a tomar providências para que o sin-

doutor, como é que eu podia ensinar?" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Elizabeth Linhares e Luciano Padrão em 01/07/2000). Em sua visão, o modo tranquilo como respondeu às perguntas contribuiu para que fossem rapidamente liberados.

> dicato viesse novamente ter as suas portas abertas, alguém os denunciou. Então, o delegado Adão, para impedir que isso acontecesse, convidou ao Sr. Roldão que fosse até a delegacia, mas foi só para uma entrevista. O trabalho desse recomeço não terminou por aí, veio uns folhetos que o ministro do Trabalho mandou distribuir, convidando os trabalhadores rurais no reforço para que o STR fosse reaberto; também o delegado Adão tentou impedir que isso acontecesse, mas também não surtiu efeito esta tentativa de impedir a realização desse evento.
>
> O chefe da polícia pediu para que fosse oficializada esta documentação de reabertura, tivesse três assinaturas, e o acordo aconteceu em frente do hotel. Foi assinado este tratado com três assinaturas: pelo Sr. Miguel Francisco, Sr. João da Mira [João Peçanha] e o Sr. Zé Penavila. (STR de Trajano de Moraes, 2001).

Embora Álvaro Roldão permanecesse sendo uma referência para os trabalhadores de Trajano, não pôde assumir oficialmente nenhum cargo no sindicato, pois estava fichado como subversivo, o que o tornava inelegível. Ficou, porém, responsável por indicar pessoas da sua confiança, que seriam submetidas à avaliação do Dops, que acompanhava de perto e exercia um rigoroso controle sobre o movimento sindical rural. Segundo ofícios arquivados na Subdelegacia do Trabalho de Nova Friburgo, foram indicados para compor uma junta governativa, em setembro de 1968, os nomes anteriormente referidos: João Peçanha, Miguel Francisco da Silva e José Pena Vila.[20] Em dezembro desse mesmo ano, o delegado regional do trabalho do Rio de Janeiro, Milton Baldanza, encaminhou ao diretor do Dops a "relação dos candidatos à Junta Governativa designada para dirigir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes", solicitando que fosse informado, com urgência, o que constasse registrado a respeito deles, a fim de que a delegacia pudesse determinar a exclusão daqueles que, pela "má conduta", fossem considerados "inelegíveis".

20 Ofícios consultados diretamente na Subdelegacia do Trabalho de Nova Friburgo em 2001/2002. Não houve na época autorização para fazer cópias dos documentos, sendo as principais informações registradas em manuscrito. A julgar pelos registros da direção sindical e por esta documentação analisada em Nova Friburgo, chega-se à conclusão de que este foi um processo demorado, iniciado ainda em 1964, mas que só seria efetivado em 1968.

Nessas condições, em 1968 o sindicato foi formalmente reaberto, permanecendo, porém, inativo. De acordo com depoimentos, sequer possuía um espaço físico para funcionar como sede. O período era de grande tensão, agravada pelo fato de a direção sindical ser integrada por posseiros da Santo Inácio e a fazenda ter como proprietário um militar, o então coronel do Exército José Antonio Barbosa de Moraes. Mesmo assim, os conflitos se intensificaram, mobilizando, sobretudo, os trabalhadores atingidos pelas arbitrariedades do coronel.

As condições nas quais se baseava o colonato na fazenda vinham há vários anos se desfazendo, e, junto com elas, as regras pelas quais se orientava o próprio sistema. Assim como o café havia sido substituído pela bananicultura, a relação de subordinação dos colonos para com a fazenda vinha também sendo substituída por uma condição de gradativa autonomia. Aos poucos, diversos colonos começaram a falhar no pagamento dos *dias de turma*, a não aceitar tal tipo de cobrança por parte do fazendeiro; a banana não estava incluída na obrigatoriedade de pagamento da *renda*, sendo, portanto, comercializada livremente pelos trabalhadores.[21] O sentimento de posse com relação à terra trabalhada vinha sendo construído ao longo do tempo. E as iniciativas (ou tentativas) para retomada dessas posses, por parte do fazendeiro, seguiriam por um caminho de extrema afronta aos direitos legitimamente conquistados pelos trabalhadores, entre eles, o *direito das plantas*, como se refere D. Maria, adquirido por meio de pagamento monetário.

O acirramento dos conflitos e a retomada do movimento sindical

De acordo com a documentação reunida pelo Incra, a intensificação dos conflitos na fazenda ocorreu a partir de janeiro de 1969, quando José Antonio Barbosa de Moraes invadiu as áreas que vinham sendo cultivadas

21 As regras do colonato na fazenda incluíam, entre outros, o pagamento de *dias de turma*, significando dias de serviço não remunerado integralmente dedicados à fazenda (em número que variou ao longo do tempo, sendo originalmente determinado que o colono não poderia se negar a nenhum chamado para *turma* ou qualquer auxílio à fazenda) e o pagamento da *renda*, um percentual entre 10 a 20% sobre as suas colheitas de lavoura branca (principalmente milho e feijão).

pelos antigos colonos em Barro Alto, colocando bois sobre suas lavouras, que foram assim destruídas (Incra/RJ. Processo Administrativo nº 21480.001424/87-31, consultado em sua versão impressa, em abril/maio de 2000). Aquilo que em outras fazendas da região vinha ocorrendo por meio de "negociações" entre trabalhadores e fazendeiros, especialmente pelo processo acima descrito de *amansar pasto* – e que atingia seu objetivo central, que era a efetiva expulsão dos trabalhadores –, na Santo Inácio se tentou fazer com base em violência, uma vez que os laços necessários para uma forma "negociada" de expulsão haviam sido de alguma maneira rompidos. Essa afronta a um direito que era percebido como legítimo e fundamental pelos trabalhadores serviu de estímulo e encorajamento à luta pela terra e à efetiva retomada do movimento sindical no município que, na prática, se encontrava ainda inativo.

Na experiência pessoal de Francisco Fortunato Filho, que na época tinha 20 anos, os conflitos tiveram início quando o fazendeiro impôs a seu pai uma limitação radical da área de lavoura, dando 24 hastes de cerca e um rolo de arame, dizendo que era para eles cercarem a casa, pois os bois seriam soltos. D. Geni, idosa, também assentada em Santo Inácio, conta que o fazendeiro lhes disse que colhessem o feijão, tirassem as bananeiras e levassem as mudas para o quintal. Em suas palavras, "um quintalzinho" em volta da casa, deixando-os, assim, sem área para lavoura.[22]

Francisco conta que, quando o fazendeiro percebeu que eles não fariam a cerca, soltou os bois na lavoura (antes, ele havia cercado todo o perímetro da fazenda). Durante três noites ficaram tomando conta dos animais para que não comessem as plantas. Depois chegaram à conclusão de que aquilo era "um desaforo" e puseram os bois todos para fora. A atitude dos trabalhadores foi considerada subversão, e a polícia e o Exército foram acionados pelo fazendeiro. Segundo Francisco, quando olharam, "era polícia saindo por todo lado", cercando a casa; puseram arma de fogo na cabeça deles,

22 Francisco Fortunato Filho e D. Geni, ambos assentados em Santo Inácio, respectivamente em Barro Alto e Caixa D'Água, entrevistados pela repórter Ana Dalla Pria em março de 2009 para o programa *Globo Rural*, sobre a produção do livro *Vida de Colono*, escrito por um grupo de trabalhadores do assentamento. Projeto *Saberes do Cotidiano: práticas da casa e da lavoura de antigos colonos de Trajano de Moraes*, coordenado por Elizabeth Linhares, com patrocínio do Programa Petrobras Cultural (2007-2008). Reportagem exibida em julho de 2009.

dando voz de prisão: "Agora vocês estão todos presos! Levanta as mãos pra cima!", ordenando que ficassem de mãos para o alto e ao mesmo tempo arrancando as correias das calças deles. "Aí encostou um jipe, eles pegaram a gente assim pelo meio [cintura] e jogaram lá de cabeça pra baixo, dentro do jipe. Quando chegou lá na delegacia, teve dois que não resistiram. Teve um que se sujou todo na roupa [de medo], e o outro adoeceu, ficou doido". Com essas lembranças, Francisco se emociona e chora: "[...] porque a ameaça que a gente viveu foi muito grande. Se fosse num dia de hoje eu não aguentava".

Jorge Fortunato, irmão mais novo de Francisco, em depoimento à revista *Isto É*, registra a destruição das lavouras de seu pai e as agressões sofridas pela família. "Foi um massacre", acusa. "Os soldados e policiais bateram em todo mundo. Eu mesmo, com apenas 15 anos, fui espancado e preso. E meu pai morreu, há sete anos, de desgosto" (Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes. *Isto É*, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional).[23]

Reconstituindo esse período inicial dos conflitos, Roldão relata que anos antes havia feito uma proposta de compra do sítio em que era meeiro do fazendeiro, que a princípio disse que lhe venderia. Então Roldão acumulou o valor necessário e ao mesmo tempo fez uma série de investimentos e benfeitorias, acreditando que futuramente o sítio seria seu. Passados alguns anos, depois de várias tentativas de definir um valor para fechar o negócio, ele procurou pessoalmente o fazendeiro, que lhe disse ter desistido de vender. Roldão propôs então que fossem juntos avaliar o valor das benfeitorias, pois, mediante indenização, estava disposto a sair. Mas Moraes não quis e não foi para essa avaliação. Roldão então cercou o sítio, decidido a defender sua posse e os valores investidos. Foi nesse momento que o fazendeiro começou a cercar Barro Alto e a colocar os bois nas áreas dos colonos (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

Segundo Roldão, quando os bois foram colocados nas lavouras em Barro Alto, João Peçanha o procurou e ele o aconselhou a reunir os trabalhadores, cortar as cercas e pôr os bois na estrada: "Tem que enfrentar, deixa

23 Tendo em vista o ano desse depoimento (1987), conclui-se que Francisco Fortunato (o pai) faleceu em 1980, ou seja, em meio aos conflitos e processos judiciais envolvendo os trabalhadores e o fazendeiro.

vir o que vier". Nessa ocasião, lembrou ao companheiro a sua condição de responsável pelo sindicato, observando ainda que se tratava de um momento especialmente favorável à sua reativação: "Agora está muito fácil [comparando com o período de sua abertura inicial], porque o povo está apavorado com negócio de boi comer lavoura, todo mundo vai te ajudar" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).[24]

Duas levas de gado (na primeira, cerca de 250 e, na segunda, 400 cabeças) foram usadas nessa tentativa de expulsão dos trabalhadores. Nas duas vezes a cerca foi cortada e os bois retirados e postos na estrada. Segundo depoimentos, o fazendeiro não possuía esse número total de cabeças, mas tinha pedido emprestado a arrendatários seus com a finalidade de completar a ocupação e aumentar a destruição das lavouras. Frustrado em suas pretensões, na segunda vez que os bois foram postos para fora, convocou o apoio da Polícia e do Exército contra os trabalhadores.

No episódio relatado por Francisco, dez trabalhadores foram detidos e levados para a delegacia de polícia, sendo Francisco Fortunato (pai de Francisco e Jorge) e João Peçanha reconhecidos como lideranças e transferidos para o Comando Regional do Exército em Macaé, no Forte Marechal Hermes. Os demais foram liberados. De acordo com Roldão, a Fetag havia sido prevenida sobre o que estava se passando. Quando ocorreram as prisões, ela foi avisada, e dois dos seus dirigentes, Eraldo Lírio de Azeredo e Acácio Fernandes dos Santos, foram no mesmo dia para Trajano, indo em seguida a Macaé, a fim de liberar os trabalhadores detidos. Chegando lá, foram informados de que os trabalhadores permaneceriam alguns dias presos e seriam levados para o Dops em Niterói. A Federação acompanhou o caso, obtendo a liberação dos dois. Sua atuação foi referida como fundamental nesse momento (essas ocorrências foram entre 1969 e 1970).

Seguiu-se um período marcado não só pelo agravamento das tensões na Santo Inácio, mas também por um significativo aumento no número de

24 A responsabilidade a que Roldão se referia era relativa ao fato de João Peçanha ter assinado (junto com Miguel Francisco da Silva e José Pena Vila) pela reabertura formal do sindicato em 1968: "Ué, o senhor lembra o dia que o senhor assinou pra reabrir o sindicato? O sindicato está funcionando, o senhor procura o sindicato, vai a Niterói, na Federação, procura lá, porque o sindicato está reaberto em teu nome. O senhor é responsável por tudo que está havendo lá" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001). Vale lembrar que o sindicato não tinha sede e não desenvolvia nenhum tipo de atividade.

trabalhadores despejados em todo o município. Segundo a Fetag/RJ, entre 1966 e 1974 chegou-se a cerca de quatro mil despejos, incluindo-se os que se realizaram pelas vias legal e ilegal.[25] No caso da Santo Inácio, como já mencionado, havia ainda um agravante pelo fato do fazendeiro ser um militar e por grande parte das lideranças sindicais serem posseiros da fazenda.

Como previsto por Roldão, as violências cometidas contra os posseiros de Barro Alto tiveram como resultado imediato o fortalecimento da sua resistência e capacidade de mobilização. Estimulados pelos acontecimentos e apoiados pela Fetag, no início de 1970 movimentam-se para reativar o sindicato. João Peçanha se propõe a assumir efetivamente a presidência, reunindo 11 pessoas para integrar a diretoria. Seu nome, no entanto, acabou sendo rejeitado pela Delegacia Regional do Trabalho, por ter sido também incurso no inciso VII do artigo 530, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referente à "má conduta, devidamente comprovada": não poderia "ser eleito para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, nem permanecer no exercício desses cargos".[26] João Peçanha propôs então ser substituído por seu filho, Nilo Peçanha, também posseiro em Barro Alto, que, nessas condições, assumiu a presidência sindical.

Em maio de 1970, o delegado regional do trabalho, Camilo Silva, enviou um ofício ao sindicato dando um prazo de 120 dias para que fossem constituídos os seus "órgãos administrativos" por meio de eleições, "sob pena de decaírem da investidura sindical" (ao que tudo indica, o STR estava até então dirigido pela junta governativa instituída em 1968). Essa exigência não foi atendida e, de acordo com os ofícios arquivados na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e com o depoimento de Eraldo Lírio de Azeredo, na época secretário da Fetag/RJ, o sindicato permaneceu formalmente inativo até 1972, quando foram tomadas as providências necessárias à realização das suas primeiras eleições (Eraldo Lírio de Azeredo, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2001).

25 Fetag/RJ. Levantamentos de conflitos de terra no Rio de Janeiro. Agosto de 1979 e junho de 1981 (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)

26 Conforme fica mais tarde explicitado em ofício da Delegacia Regional do Trabalho, de 29 de dezembro de 1972, enviado ao presidente do STR de Trajano (Nilo Peçanha). Este inciso havia sido acrescentado à CLT pelo Decreto-Lei nº 507, de 1969. Ao que tudo indica, o mesmo enquadramento ocorrido com Roldão.

Mas essa inatividade era relativa e devia provavelmente se restringir a aspectos formais, pois a partir desse mesmo ano (1970) registra-se uma intensa correspondência entre as diferentes instâncias sindicais em busca de apoio aos posseiros da Santo Inácio. Em julho de 1970, João Peçanha se dirigiu ao presidente da Contag, José Francisco da Silva, relatando as violências sofridas pelos trabalhadores e pedindo a intervenção e ajuda da Confederação. Como o Sindicato em Trajano ainda não possuía endereço próprio, a correspondência foi enviada por meio do STR de Conceição de Macabu.[27] A partir desse relato, em agosto do mesmo ano, a Contag encaminhou ofícios aos STRs de Conceição de Macabu e Trajano de Moraes, acusando recebimento da correspondência e informando que enviaria o seu advogado, Walter Silva, a Trajano, a fim de conversar com o presidente do STR. Informou ainda que o conflito da Santo Inácio não era o único no país e que a Contag estava fazendo denúncia de vários casos semelhantes, solicitando providências às autoridades e incentivando a união dos trabalhadores para que continuassem exigindo do Incra as medidas cabíveis. A Contag solicitava ainda que João Cândido Peçanha entrasse em contato diretamente com a Fetag/RJ, expondo a situação para que esta pudesse fazer as necessárias verificações.[28] Mas, nessas alturas, os trabalhadores já haviam procurado a Federação, tendo esta encaminhado ao Incra um relatório sobre as violências sofridas. Com base neste relatório, em outubro de 1970 o Incra enviou a Trajano o advogado Alberto Saavedra de Souza, que se reuniu com os trabalhadores atingidos e o advogado da Fetag, decidindo-se que a Federação procuraria o fazendeiro para tentar um acordo. Caso este não acontecesse, seria requerida uma vistoria *ad perpetuam rei memoriam* e, em seguida, o *interdito proibitório*.[29]

27 Carta dos presidentes do STR de Conceição de Macabu/RJ, Jocílio de Souza, e do STR de Trajano de Moraes/RJ, João Cândido Peçanha, à Contag em 26/07/1970, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I.
28 Ofício nº SE/715/70 da Contag ao STR de Conceição de Macabu em 18/08/1970; e Ofício nº SE/755/70 da Contag ao STR de Trajano de Moraes em 26/08/1970, MSPP/Sr SC.frj.csr – Pasta I.
29 Trata-se de duas medidas judiciais destinadas, a primeira, a produzir um registro a fim de resguardar um direito a ser demonstrado oportunamente nos autos da ação (o que hoje seria uma medida cautelar para produção antecipada de provas, no caso, a existência das lavouras que vinham sendo destruídas); e a segunda, um pedido de liminar para impedir

Em ofício enviado pela Fetag à Contag em fevereiro de 1971, o Comissário de Polícia de Trajano justificou a prisão arbitrária dos trabalhadores, com reforço do Exército em Macaé, com base no receio de que houvesse um enfrentamento e que pudesse haver da sua parte uma possível ação violenta. Neste ofício, a Fetag manifestou estranhamento em relação a essa acusação, pelo "caráter pacífico" desses trabalhadores e por terem buscado a justiça, sem empregar a força. Disse também que os trabalhadores contavam com a simpatia da população local e citou o fato de o comandante do Forte de Macaé desconhecer "qualquer ato de agitação ou tumulto em cuja área de jurisdição atua, e que inclui o Município de Trajano de Moraes". Conforme este ofício, até aquele momento João Peçanha e Francisco Fortunato ainda se encontravam detidos, e a Fetag suspeitava de seu "possível enquadramento nos dispositivos da Lei de Segurança Nacional", por terem sido eles transferidos para o Dops em Niterói.[30]

Além dos atos de violência e destruição de lavouras, de acordo com a documentação reunida pelo Incra, a partir de 1970 o fazendeiro decidiu mover uma ação de reintegração de posse contra os *ocupantes* de Barro Alto (categoria utilizada pelo Incra), incluindo no conflito uma dimensão jurídica. Esta primeira ação foi perdida e motivou um grupo de nove posseiros a entrar também na justiça, em fevereiro de 1971, movendo uma ação possessória contra o fazendeiro. Os posseiros reivindicavam a manutenção da posse e uma indenização pelas plantações destruídas.[31]

Em março de 1971, a Contag, em busca de apoio político para defesa dos trabalhadores em Trajano, encaminhou um relatório elaborado pela Fetag

a ocorrência de novas invasões (das áreas dos colonos). (Fetag/RJ. Ofício nº 65/DA/71 encaminhado à Contag em 25/02/1971; e Incra/RJ. Processo nº 247/70. Relatório do advogado Alberto Saavedra de Souza ao delegado do Incra/RJ, Gal. Demóstenes, em 30/10/1970, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I).

30 Ofício nº 65/DA/71 da Fetag à Contag em 25/02/1971, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta I.

31 Em 12 de fevereiro de 1971 foi ajuizada uma Ação de Manutenção de Posse Cumulada (ação possessória) com pedido de indenização (perdas e danos), movida por nove posseiros da fazenda (Manoel Fortunato, Diolinda Soares Pinto, Antonio Valdir da Silva, Irineu de Souza Gonçalves, José Carino, José Viana, Amaro Antonio da Rocha, João Cândido Peçanha e Francisco Fortunato), contra José Antonio Barbosa de Moraes. Os autores da ação afirmavam ter contrato de parceria com o réu; o réu teria desrespeitado a posse dos autores, cortando a cerca das suas plantações e lá colocando seu gado, destruindo as plantações (Incra/RJ. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001).

a diversos setores do governo federal: para Luiz Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura; Julio Barata, ministro do Trabalho; major Saraíba, ministro da Guerra; general Orlando Geisel, do Palácio da Guerra; José Francisco Moura Cavalcante, presidente do Incra; e para o general Emílio Garrastazu Médici, presidente da República.[32]

Em dezembro do mesmo ano, sem que a ação possessória tivesse sido julgada, o fazendeiro propôs procedimentos de notificação para desocupação do imóvel contra três dos seus autores: José Carino, Francisco Fortunato e João Cândido Peçanha. Os três notificados não desocuparam e foram propostas ações de despejo. Os despejos chegaram a ser decretados, porém tiveram suas sentenças cassadas para que fossem julgados de forma conexa com a referida ação possessória.[33]

Em fevereiro de 1972, a Fetag encaminhou mais um relatório ao Ministério da Agricultura, apresentando os diversos casos de conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro naquele período e destacando as ocorrências na Santo Inácio:

> Em Trajano de Moraes, o Sr. José Antonio Barbosa de Moraes promoveu atos arbitrários contra 10 famílias de lavradores, prendendo-os na Delegacia Regional de Macaé e na Delegacia de Ordem Política e Social, não sem antes soltar centenas de cabeças de gado nas benfeitorias de homens que moram na área há mais de trinta anos, sempre pagando *in natura* o arrendamento respectivo. Felizmente foram mantidos na posse liminarmente e aguardam o julgamento do mérito, mas o inconformado já ingressou em Ação de Despejo. (Fetag/RJ. Relatório enviado ao Ministro de Estado para os Negócios da Agricultura em 21/02/1972, MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I).

32 Contag. Ofícios enviados em 24/03/1971: Ofício nº SE/270/71, enviado ao Ministério da Agricultura; Ofício nº SE/271/71, ao Ministério do Trabalho; Ofício nº SE/272/71, ao Ministério da Guerra - I Exército; Ofício nº SE/274/71, ao Palácio da Guerra; Ofício nº SE/275/71, ao Incra; Ofício nº SE/276/71, ao presidente da República (MSPP/Sr SC.frj.csr – Pasta I). Oficiar às autoridades era um procedimento rotineiro da Contag em casos de conflitos.

33 Mesmo assim, em junho de 1974, dois posseiros desistiram da ação (Incra/RJ. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001).

Somente em maio de 1984, transcorridos quase 15 anos desde o início da primeira ação, saiu a sentença judicial da Comarca de Trajano de Moraes, julgando de forma conexa a ação possessória movida pelos posseiros contra o fazendeiro e a ação de despejo movida por este contra três desses posseiros. Foram julgados procedentes e decretados os três despejos, e foram mantidos na posse do imóvel os outros quatro que haviam permanecido na ação. Quanto às indenizações, foram julgados como equivalentes (e, portanto, compensadores) os prejuízos causados pelo fazendeiro nas plantações dos trabalhadores e uma suposta dívida destes para com o fazendeiro, decorrente do não pagamento de um percentual de 20% sobre as suas colheitas, então designado, pela justiça, como "cotas de parceria". Os três posseiros despejados seriam indenizados somente nos valores relativos às edificações por eles erigidas.

A partir dessa sentença, a situação se agravou ainda mais. Segundo Roldão, na medida em que não conseguiu expulsar judicialmente todos os posseiros que pretendia, o fazendeiro sentiu-se de certo modo enfraquecido e passou a adotar novas estratégias, como o arrendamento de outras áreas da fazenda para criadores de gado. Foram assim arrendadas duas áreas em Caixa D'Água: uma para o delegado de polícia e outra para o dono de um posto de gasolina da cidade, atingindo os posseiros dessa gleba que tiveram suas lavouras também invadidas pelo gado dos arrendatários. Além disso, o fazendeiro entrou em acordo com um dos três posseiros que seriam despejados, propondo a venda de 23 alqueires fluminenses (55,2 ha). Essa área abrangia o domínio de outros posseiros, que deveriam, portanto, entrar em entendimentos e negociações com o comprador, que era ninguém menos que João Cândido Peçanha, como vimos, um dos fundadores do sindicato e pai de Nilo Peçanha, então presidente. Como estratégia visando criar rupturas internas entre os posseiros, isto parece ter em parte funcionado, mas, como veremos a seguir, não a ponto de inviabilizar a mobilização dos trabalhadores em sua luta.

Oposição sindical e desapropriação nos anos 1980

É importante registrar que as atitudes traidoras dos Peçanha começaram a se manifestar bem antes da referida sentença judicial, ainda nos anos 1970.

Em janeiro de 1973, foram realizadas as primeiras eleições para a direção sindical em Trajano, e Nilo Peçanha, como vimos, em decorrência do impedimento legal de seu pai, foi oficialmente eleito presidente do sindicato. De acordo com diversos depoimentos, entre eles o de Roldão, após uma gestão inicial considerada produtiva na defesa dos trabalhadores, Nilo deixou-se corromper e passou a defender os interesses dos fazendeiros, tornando-se, nas palavras da oposição sindical, "um boneco do prefeito e dos fazendeiros, além de traidor dos trabalhadores".[34] Segundo Roldão,

> Nilo entrou pra lá, entrosou com os fazendeiros e virou contra a gente. Durante o tempo que o Nilo governou o sindicato, ele não atendia trabalhador, só atendia o rico. Então se o trabalhador chegava lá, dava uma reclamação, tinha direito. Na hora de apurar, a razão era do fazendeiro. *(Álvaro Roldão,* entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

O movimento sindical entra, assim, em um período difícil, com sua diretoria acusada e de fato agindo contra os interesses da categoria. E foi, mais uma vez, em função e em torno da luta pela terra na Santo Inácio que os trabalhadores se reuniram e, apoiados pela Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), encontraram força e estímulo para se reorganizarem, fundando nos anos 1980 um movimento de oposição sindical.

Para compreender o desenvolvimento dos acontecimentos em Trajano nesse período, é preciso considerar que a situação geral do país começava a mudar. Vivia-se um processo de transição e abertura política. A Igreja, cuja atuação no campo tornara-se fundamental, estimulava a consciência e o debate sobre a luta pela terra. O tema da reforma agrária ganhava importância, representando uma das principais reivindicações dos trabalhadores rurais em todo o país. Em 1979, havia sido fundada em Trajano de Moraes uma Comunidade Eclesial de Base (CEB). O número de trabalhadores despejados em todo o município havia crescido muito, e a CEB buscava incentivar a discussão e a conscientização quanto ao seu direito em permanecer na terra. Suas atividades em Trajano duraram cerca de um ano.

34 Trecho de uma carta aberta aos associados do STR assinada pela Oposição Sindical de Trajano de Moraes, em 11/06/1986. Documento impresso arquivado pelo STR de Trajano de Moraes.

No início dos anos 1980, a CPT começou a atuar também no município, dando continuidade ao que tinha sido iniciado pela CEB. As discussões estimuladas por essas duas entidades foram de grande importância para os trabalhadores que lutavam pela terra, sobretudo pelo fato de nesse período eles não contarem nem com o espaço nem com o apoio do próprio sindicato. Novas lideranças se formaram, entre elas Paulo César Mendonça, que se tornou um elemento também fundamental para a reorganização do movimento sindical.[35] E a assessoria jurídica da Pastoral, com a advogada Vera Tavares, passou a acompanhar todo o processo entre os trabalhadores e o fazendeiro da Santo Inácio.

Nilo Peçanha permaneceu por vários anos seguidos na presidência do STR. Segundo Roldão, Paulo César e outros, ele se reelegia com o apoio, inclusive material, dos fazendeiros do município. Sua campanha seria mais disputada e mais movimentada do que as eleições para prefeito: "Ele tinha todo o recurso dos fazendeiros para se reeleger de novo. Então ninguém ganhava dele. Era noite e dia carro na estrada" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001). Mas, aos poucos, foi crescendo a insatisfação dos trabalhadores com seu comportamento.

Nas eleições de 1982, começou a se organizar um grupo de oposição, tendo em vista a disputa pela direção sindical. Inscreveram-se então duas chapas distintas: uma com João Peçanha disputando a presidência (e seu filho Nilo como um dos membros da diretoria executiva) e outra encabeçada por Nicodemos Mendonça, lavrador de Córrego Frio. Registraram-se pela primeira vez protestos de trabalhadores da Santo Inácio que se recusaram a votar. Dois deles pediram que fossem retirados seus nomes da chapa de João Peçanha, na qual haviam sido incluídos sem a devida autorização. Segundo denúncia da oposição, houve nessas eleições falsificação da lista de votantes, com eleitores de Nilo Peçanha votando duas vezes. Mas, de todo

35 Paulo César é filho de agricultores familiares, nascido em Córrego Frio (localidade em Trajano de Moraes), e nunca foi posseiro na Santo Inácio. Segundo seu depoimento, chegou à sede municipal de Trajano em 1980/81, com a finalidade inicial de estudar. Participando em 1979 da CEB, no lugarejo onde nascera, ao mudar-se para Trajano, começou sua militância política, tanto partidária (participou da fundação do PT no município) quanto sindical, tornando-se desde então um elemento fundamental na história de Santo Inácio. É atualmente assentado em Santo Inácio e foi presidente da cooperativa do assentamento (Paulo César Mendonça, entrevista concedida a Mário Grynszpan e Sérgio Leite em 06/06/2000).

modo, João Peçanha foi eleito e, em 1985, seu filho, Nilo, voltou a se eleger para a presidência, completando assim cerca de 15 anos contínuos no poder do sindicato.

O poder dos Peçanha só foi de fato abalado a partir de 1986, quando o grupo de oposição, além de denunciar as falsificações no processo eleitoral, divulgou a postura genericamente traidora de Nilo Peçanha para com a própria classe. Esse grupo era fundamentalmente liderado por Roldão e Paulo César, mas contava com o apoio e uma forte participação dos antigos colonos e então posseiros da Santo Inácio, que ainda lutavam, nesse período, pela manutenção de suas posses.[36] Seu objetivo era reorganizar o movimento e conseguir uma efetiva defesa dos seus interesses. Discutia-se especialmente o processo jurídico da Santo Inácio, a traição de Nilo Peçanha e a definição de uma estratégia para sua expulsão e uma completa renovação sindical.

Nesse movimento os trabalhadores receberam o apoio da Fetag e da CPT, tanto pela atuação da advogada Vera Tavares, que acompanhou o processo de desapropriação, como pela participação de Paulo César Mendonça, originalmente ligado à Pastoral, apoios considerados fundamentais pelos trabalhadores envolvidos. Formou-se assim um grupo de oposição sindical, que assumiu o processo para a desapropriação da Santo Inácio, à revelia do presidente traidor.[37] Em abril de 1986, enviaram à Fetag uma carta solicitando formalmente a abertura de um processo de desapropriação. A Fetag enviou em seguida um ofício ao Incra, dirigido a Agostinho Guerreiro, diretor regional, onde denunciava as ameaças de despejo contra os posseiros da fazenda e encaminhava suas reivindicações. De acordo com

36 Podemos mencionar, entre outros, Arnaldo Fortunato, Francisco Fortunato Filho, Antonio Rodrigues, Adair Coelho e Lucas Evangelista, todos posteriormente assentados em Santo Inácio.

37 Roldão relatou, por exemplo, a enorme dificuldade que tiveram para enviar à Fetag um determinado documento que estava em poder de Nilo Peçanha e que poderia favorecer o processo de desapropriação. Ele combinou então com Paulo César, que frequentava o sindicato, que se aproveitasse de "um momento de distração" de Nilo para xerocar o tal documento. Roldão lhe diz: "A onça é muito brava, mas o coelho montou a cavalo na onça. Então você vai fazer isso com ele". Em 15 dias Paulo César conseguiu xerocar o documento, que foi devidamente encaminhado à Fetag/RJ (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

Roldão, inicialmente o Incra, por meio de Paulo Amaral (na época Procurador da autarquia), questionou se o caso da Santo Inácio seria para desapropriação, alegando que a reforma agrária só se justificaria onde houvesse muito conflito. Os dois discutiram e Roldão contra-argumentou:

> Doutor, o fazendeiro botando 400 cabeças de boi pra comer lavoura dos lavradores, sem pagar nada, sem direito a nada, não é conflito, não? Conflito só se matar tudo, os trabalhadores? [...] O que é que o senhor quer mais, que mata todo mundo lá, para ser conflito? (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

Ao que tudo indica, Roldão foi ouvido. Em abril de 1986, o Incra deu início ao processo de desapropriação, enviando técnicos ao local para uma vistoria preliminar. No mês seguinte, Agostinho Guerreiro enviou um ofício ao juiz da Comarca de Trajano de Moraes, manifestando estar ciente da ação de despejo movida contra “arrendatários” da Fazenda Santo Inácio e “preocupado com possíveis conflitos e tensão social na área em face de iminente despejo”, e apelou para que o juiz,

> baseando-se na compreensão dos elevados propósitos do Estatuto da Terra, venha sobrestar a execução da medida até que, a curto prazo, se decida nos altos escalões do Governo Federal sobre a possível desapropriação do imóvel em apreço, cujos estudos estão bastante adiantados. (Incra/RJ. Ofício/Incra/DR(07) nº 114/86, de 12/05/1986. Documento arquivado pela Fetag/RJ, na pasta “Trajano de Moraes”, subpasta “Documentos recebidos pela Fetag do Incra e Mirad”, digitalizado pela presente pesquisa, Fundo Fetag – NMSPP/CPDA/ UFRRJ).

Entre diversos procedimentos burocráticos e alguns de ordem técnica, foram desenvolvidos os trabalhos de avaliação das condições então apresentadas pela fazenda. Foram examinadas, entre outras, as condições de produção, a situação cadastral e tributária, assim como a cadeia dominial do imóvel. Após muitas idas e vindas, no final de 1986, Agostinho Guerreiro encaminhou a proposta de desapropriação ao ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, e este a remeteu ao presidente da República, José Sarney. Como já mencionado, o decreto de desapropriação foi assi-

nado em 15/01/1987, desapropriando 705 ha desmembrados da Fazenda Santo Inácio, correspondentes a somente duas das áreas que compunham a totalidade da fazenda: Barro Alto e Caixa D'Água, diretamente envolvidas nos conflitos ocorridos. A partir do decreto, em 23 de fevereiro, o Incra deu início a uma ação de desapropriação por interesse social movida contra José Antonio Barbosa de Moraes e outros (seus irmãos).[38]

A exclusão de cerca de dois terços da área originalmente visada para a desapropriação não se explica efetivamente. Na segunda vistoria realizada pelo Incra, em julho de 1986, em função dos chamados "estudos técnicos", os técnicos teriam concluído que as áreas em condições de serem objeto de desapropriação eram somente Barro Alto e Caixa D'Água, entre as seis áreas componentes da fazenda. De uma área total de 2.251 ha seriam desapropriados somente 705 ha, ou seja, cerca de um terço da área em questão. Vale observar que esses "estudos técnicos" não são explicitados nesse relatório, não ficando claro o que justificaria o descarte das demais áreas – os aspectos comparativos de capacidade de uso e uso atual das terras, por exemplo, tão importantes como critério para desapropriação, foram posteriores a esse descarte (na explanação do relatório), enfocando exclusivamente as duas áreas citadas e, finalmente, desapropriadas.[39] A única justificativa téc-

38 Decreto presidencial Nº 93.936/87, de 15/01/1987, publicado no D.O.U. de 16/01/1987; Ação de Desapropriação por Interesse Social, nº 00.0930442-8, em curso na Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro. Processo Administrativo do Incra Nº 21480.001424/87-31 (arquivos Fetag/RJ digitalizados, pasta Trajano de Moraes, subpasta "Conflito na Fazenda Santo Inácio – cópia de processos administrativo e judicial – 1980").

39 Essa discrepância é tanto mais significativa se considerarmos que, na primeira vistoria realizada pelo Incra, os técnicos assim concluíram: "Após observações locais e consultas aos técnicos da Emater de Trajano de Moraes, chegamos à conclusão de que é viável a implantação de um projeto de assentamento na Fazenda Santo Inácio. Da área de 2.548 ha, após eliminação de 500 ha compreendidos por áreas inaproveitáveis, caberiam nos 2.000 ha restantes aproximadamente 86 novas famílias e a regularização fundiária das 44 famílias de posseiros que já ocupam o imóvel, com o tamanho das propriedades em torno de 15 ha. Torna-se importante salientar que o tamanho exagerado dos lotes é necessário devido às condições topográficas já assinaladas anteriormente e ao tipo de cultura (banana) preconizada para o local". Vale também observar a diferença na área total do imóvel registrada nessa primeira vistoria (2.548 ha) em relação à última vistoria (2.251 ha) (Incra/RJ. Relatório de vistoria do imóvel de 29/04/1986. Documento arquivado pelo Incra/RJ, integrante do Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001).

nica para exclusão de área, explicitada pelo Incra no processo, se refere a uma das seis partes da fazenda, a chamada Santo Inácio (onde se encontra a casa-sede da fazenda), cuja desapropriação não seria possível por serem os seus atuais proprietários "desconhecidos". Como explica Paulo Amaral, em ofício encaminhado a Agostinho Guerreiro em setembro de 1986:

> A Fazenda denominada Santo Inácio é constituída por vários imóveis, a saber: Barro Alto, Retiro, São Joaquim da Soledade (Caixa D'Água), Santo Inácio e Monte Claro [faltou referência a Calambau]. O imóvel denominado Santo Inácio, de propriedade de José Antonio de Moraes, possui a seguinte *particularidade jurídica*: José Antonio de Moraes é falecido, conforme consta da Certidão de fls.35, e seus bens foram inventariados, não tendo sido incluído no inventário, no entanto, o imóvel denominado Santo Inácio (documento anexo). Neste caso, para promover-se a desapropriação desse imóvel seria necessário propor a Ação de Desapropriação contra os atuais proprietários, que são desconhecidos. O ideal assim é excluir-se da desapropriação o referido imóvel (Santo Inácio) para ser desapropriado no futuro, se for o caso... Assim, a SR (07) propõe a desapropriação somente de 705 ha, correspondentes aos imóveis denominados São Joaquim da Soledade (443 ha) e da Fazenda Barro Alto (262 ha), transcritos sob os números... (Incra/RJ. Ofício interno encaminhado a Agostinho Guerreiro por Paulo Amaral, em 10/09/1986, grifo nosso).[40]

A percepção do que justificaria essa posterior restrição na área a ser desapropriada varia de acordo com a posição do observador. Para Paulo César Mendonça, esta seleção foi orientada por diferenças na qualidade dos solos, e, embora o pedido de desapropriação tenha se referido à "fazenda inteira", acabaram desapropriando "só 705 ha, onde a terra era pior e onde já estava ocupada pelo pessoal. O resto, onde a terra era mais fértil e estava vazia, não foi desapropriado" (Paulo César Mendonça, entrevista

40 Vale observar que os proprietários das seis fazendas (Calambau inclusive) encontram-se nominalmente listados no próprio relatório de vistoria do Incra, de 12/08/1986. Processo administrativo nº 21480.001424/87-31. Consulta realizada nos documentos impressos, arquivados no Incra, em 2000/2001.

concedida a Mário Grynszpan e Sérgio Leite em 06/06/2000).[41] Segundo Agostinho Guerreiro, essas restrições teriam se devido, por um lado, ao fato de a demanda do movimento sindical ter se concentrado nas duas áreas, apesar de ter sido formalmente reivindicada a fazenda inteira, e, por outro lado, às dificuldades e contradições internas do próprio Incra, cuja máquina funcional (abrangendo o chamado "corpo técnico") era em grande parte conservadora e dissonante com relação ao I Plano Nacional de Reforma Agrária. Ou seja, em sua visão, no final foram desapropriadas as duas áreas pelas quais os trabalhadores efetivamente lutaram (Agostinho Guerreiro, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 2000).[42]

Contudo, é bastante plausível supor que a restrição da área a ser desapropriada tenha se devido principalmente ao poder político e às intervenções do próprio José Antonio Barbosa de Moraes, nessa época general do Exército. Na sua visão, o processo de desapropriação foi extremamente injusto, tanto no que se refere aos procedimentos por parte do Incra, relacionados inclusive ao valor de indenização da área desapropriada (até o início dos anos 2000 não efetivada), quanto à relação com os posseiros, antigos colonos, dentro da qual considera que a família teria sido sempre muito correta e respeitadora das regras então definidoras, nessa região, para o colonato (José Antonio Barbosa de Moraes, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 25/05/2001).

Apesar de ter conseguido preservar a maior parte da fazenda (incluindo a casa sede), em declaração à revista *Isto É*, o general se queixou da falta de apoio das autoridades para evitar a desapropriação. Segundo a revista, ele teria procurado se valer da amizade com o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, e com o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, chegando a ir a Brasília, onde, para seu desapontamento, "ninguém fez nada":

41 De fato, tanto na carta encaminhada pela Comissão de Trabalhadores Rurais de Trajano à Fetag (em 08/04/86) quanto no ofício encaminhado pela Fetag ao Incra (em 09/04/86), o que estava sendo reivindicado era a "desapropriação imediata de toda a área, para que a propriedade cumpra sua função produzindo muito mais". Documentos impressos arquivados pela Fetag/RJ, consultados em 2000/2001.

42 Embora nessa entrevista Agostinho Guerreiro desconsidere as fortes pressões políticas sofridas pelo Incra, contrárias à desapropriação da Santo Inácio (o que ele havia reconhecido em reportagem da *Isto É* em 1987), seu depoimento de algum modo vem reforçar a importância legitimadora da bananicultura nesse processo, no sentido anteriormente referido.

> Tudo foi em vão. Nem mesmo as promessas que teriam sido feitas pelo então ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Dante de Oliveira, e pelo próprio presidente José Sarney, de que o processo de desapropriação seria suspenso, surtiram efeito. "O INCRA passou por cima de todos", lastima. (Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes. *Isto É,* São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional).

A ocupação do sindicato e o encerramento dos conflitos

Apesar da vitória obtida com a desapropriação das duas áreas, a mobilização dos trabalhadores se manteve intensa, não só pela motivação com os acontecimentos, mas pelas novas necessidades que surgiam em função da criação do assentamento (cadastramento de famílias, distribuição dos lotes, pedidos de créditos etc.). O sindicato encontrava-se mais uma vez inativo, com uma direção não reconhecida pelos associados, e essas questões tornavam necessária e mesmo urgente a sua regularização. Diversas iniciativas precisavam ser assumidas e faltava aproximadamente um ano para que se pudesse eleger uma nova diretoria. Nessas condições, o grupo de oposição optou pela sua retomada imediata, o que ocorreu ainda em 1987, mais uma vez com a presença e o apoio da Fetag.

Segundo Roldão, cerca de 80 trabalhadores se reuniram na frente do sindicato. Exigiam a imediata saída de Nilo Peçanha, que, sentindo-se encurralado, pediu ajuda ao delegado. A polícia de Trajano foi acionada, sendo, porém, impedida de agir pelos representantes da Federação: "Polícia não entra lá porque a autoridade hoje é dos trabalhadores. Não vão quebrar nada, porque aquilo lá é deles. [...] E o povo gritava: 'joga ele pela janela!'" (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001). Nas palavras de Paulo César, Nilo foi tirado da presidência *não através* do voto, mas com a ocupação do sindicato: "Nós não ocupamos a terra. Santo Inácio não ocupou a terra, mas serviu de experiência para a gente ocupar o sindicato" (Paulo César Mendonça, entrevista concedida a Mário Grynszpan e Sérgio Leite em 06/06/2000). Iniciou-se então um processo de regularização administrativa, nomeando-se uma junta governativa que assumiu

provisoriamente a direção. Em abril de 1988 foram realizadas as primeiras eleições dessa nova fase, e os membros da oposição sindical concorreram como chapa única, passando a partir desse momento a exercer sua direção.

Mas os conflitos não haviam acabado. Em Caixa D'Água, os arrendatários insistiam em permanecer, ignorando o decreto presidencial que criava o assentamento. Ao que tudo indica, esse arrendamento representava uma das últimas estratégias do fazendeiro para tentar evitar que a desapropriação se efetivasse e, não por acaso, os arrendatários eram o delegado de Polícia e o dono do posto de gasolina da cidade. Os trabalhadores tentaram obter alguma solução junto ao Incra, que, segundo Roldão, "não se posicionou" a respeito. Nessas condições, e com a expectativa de resolver definitivamente o problema, Roldão decidiu procurar Paulo Amaral, no Incra, confrontando-o com o absurdo da situação:

> Doutor, isso é uma vergonha pra vocês. Vocês serem uma repartição federal, com todo apoio do presidente da República, e o senhor deixar um delegado ameaçar os trabalhadores, como nós lá em Trajano, ameaçados. Isso é uma vergonha pra vocês. E eu quero levar uma decisão do senhor. Eu vim pra aqui hoje e não quero sair sem levar uma resposta. É um abacaxi que eu trouxe pro senhor cascar, porque o senhor tem faca boa, e eu não tenho, pra cascar esse abacaxi. (Álvaro Roldão, entrevista concedida a Afrânio Garcia em 08/09/2001).

Embora Paulo Amaral tenha então se comprometido a tomar alguma providência, a julgar pelos depoimentos, este foi mais um abacaxi que os trabalhadores *cascaram* sem o apoio do poder público, sendo apoiados somente pela Fetag. Segundo Paulo César, como "o Incra não se posicionou, daí nós resolvemos botar o gado dele [do delegado de polícia] pra fora, e tiramos o gado dele também na marra" (Paulo César Mendonça, entrevista concedida a Mário Grynszpan e Sérgio Leite em 06/06/2000). Foram marcados dia e hora (seis horas da manhã) para a retirada dos bois, que contou com a participação de praticamente todas as famílias do assentamento – e de todos os membros das famílias, inclusive mulheres e crianças. A polícia de Trajano foi acionada, confrontando-se com a presença dessas famílias e de representantes da Federação. De acordo com os depoimentos, não houve violência. Os primeiros bois a serem retirados foram os de Carlinhos

Pacheco, dono do posto de gasolina; os do delegado teriam sido retirados pelo próprio, ao considerar a situação como perdida.

Encerrava-se a luta pela terra em Santo Inácio, com a vitória parcial, porém definitiva, dos trabalhadores. O sindicato, com sua regularização encaminhada, deu prosseguimento aos trabalhos de divulgação da desapropriação, cadastramento das famílias e acompanhamento do processo de seleção, feito pelo Incra, para o assentamento.

Considerações finais

No presente capítulo procuramos relatar a luta pela terra dos antigos colonos da fazenda Santo Inácio, tendo em vista as diferentes instâncias em que se deu, buscando, sobretudo, identificar quais fatores teriam contribuído para a vitória alcançada, em condições tão particularmente desiguais e adversas. Entre estes, destacam-se, como vimos, (1) os termos em que se davam as negociações para entrada e saída dos colonos dos respectivos sítios no interior da fazenda, a nosso ver consolidadores, ao longo do tempo, da percepção de legitimidade das suas posses; (2) a distância – não apenas geográfica – do fazendeiro em relação às atividades e interesses da fazenda, que, nesse período, estava sob o comando direto de um administrador, com grande poder de deliberação junto aos colonos; e (3) a bananicultura, implantada por iniciativa dos colonos em substituição à cafeicultura decadente da fazenda, cuja produção comercializavam de modo igualmente independente.

Gostaríamos de incluir duas últimas considerações. A primeira diz respeito ao caráter parcial dessa vitória, na medida em que, como visto, os trabalhadores não obtiveram a desapropriação de toda a fazenda. Agostinho Guerreiro (na época diretor regional do Incra/RJ) aponta três fatores importantes para a parcialidade dessa vitória: (1) o conservadorismo do corpo funcional do Incra (o que reforça a visão de Paulo César Mendonça quando denuncia que a desapropriação excluiu as áreas de melhor qualidade de solo, restringindo-se às duas áreas onde se encontrava a maioria dos posseiros); (2) a forte pressão política sofrida pelo órgão, oriunda da esfera federal, onde o coronel tinha bom trânsito e aparentemente uma certa influência; e (3) o que define como ausência de elementos reivindi-

cadores politicamente mais ativos, o que teria feito com que a força da luta se concentrasse e se limitasse às áreas que eram percebidas, pelos próprios posseiros, como uma reivindicação legítima. Ou seja, aquelas ocupadas pela bananicultura. Nessas condições, a exclusão das demais áreas não teria conseguido desencadear nenhuma resposta eficaz por parte dos trabalhadores ou de seus representantes sindicais.

Não é o caso de tentarmos avaliar aqui a atuação ou a presença maior ou menor de lideranças políticas atuantes nesse conflito. O fato que gostaríamos de destacar é que essas famílias lutaram com todas as suas forças para defender a posse da terra na qual viviam e trabalhavam há muitos anos, onde criavam seus filhos, onde morava grande parte de seus amigos e familiares e onde não apenas produziam para o seu sustento, mas praticavam aquilo que sabiam e gostavam de fazer, a lavoura. Foi, portanto, uma luta em defesa de um espaço que dava sentido à própria vida (ELIAS, 1995), e em defesa do direito de trabalhar a terra em condições de alguma liberdade. Em pesquisa anterior (LINHARES, 2004), os antigos colonos de Trajano demonstram clareza em sua percepção do colonato enquanto continuidade da escravidão, significando a reforma agrária, nesse contexto, a sua efetiva libertação. Parece-nos que aí se encontra o cerne da sua resistência, e talvez uma possível resposta para o fato de não terem abraçado, com a mesma garra, o enfrentamento pela desapropriação de toda a fazenda. A terra pela qual lutaram era, simplesmente, a sua terra; a terra cuja posse consideravam legítima e onde poderiam viver e produzir com liberdade. Uma terra que, portanto, cumpria integralmente a sua *função social*, porque era ocupada e produtiva – como determinado em 1964 no Estatuto da Terra e elevado, em 1988, a artigo constitucional – e atendia plenamente, para irmos mais longe no tempo, ao *interesse coletivo*, como definido pela Coroa Portuguesa no instituto das sesmarias, ainda em tempos coloniais (SILVA, 1996).

Finalmente, gostaríamos de refletir sobre o aspecto quantitativo do quadro de conflitos em andamento no Rio de Janeiro, no período aqui enfocado, dentro do qual, como procuramos sublinhar, se destaca, em sua relativa raridade, a vitória obtida pelos trabalhadores em Trajano. Nesse sentido, duas questões nos parecem relevantes (embora não sejam as únicas): em primeiro lugar, é importante definir o que entendemos por conflito, ou melhor, o que entendiam por conflito as entidades de representação dos

trabalhadores que na época realizavam esses registros; segundo, qual seria o alcance de atuação dessas entidades e a sua efetiva possibilidade de identificar e registrar os ditos conflitos, considerando toda a extensão do estado e suas diferentes regiões, e o fato de não haver então representação sindical em todos os municípios.[43]

De acordo com a Fetag/RJ, como vimos, os anos 1980 foram marcados por um acirramento da luta pela terra no estado e por um significativo aumento no número de conflitos em áreas rurais, que em 1985 chegaram a envolver 137 fazendas e cerca de 43 mil pessoas. Este acirramento da luta por terra foi acompanhado de um correspondente agravamento das violências cometidas contra os trabalhadores.

> Por detrás desses números [...], o que encontramos são despejos e violências de toda ordem empregadas contra posseiros e outras categorias de trabalhadores rurais, seus representantes, advogados e aqueles que, de uma forma ou de outra, a eles se vinculam. [...] Chegando-se mesmo, não raro, como resultado das disputas, ao assassinato de pessoas. Longa é, assim, a lista de crimes que, segundo um documento sobre *Assassinatos no Campo* produzido pelo MST, em 1986, teriam ocorrido na área rural fluminense. (SEAF, 1991, p. 99).[44]

As antigas regiões cafeicultoras do estado eram percebidas como áreas de menor incidência de conflitos. Entre os 184 conflitos registrados pela Federação no período de 1970 a 1990, aqueles registrados nas antigas regiões cafeicultoras (atuais regiões Serrana, Centro Sul e Médio Paraíba) somavam, como vimos, 28, ou seja, cerca de 15% do total.

43 De acordo com documentos da Federação, havia no final dos anos 1970, início dos anos 1980, 34 STRs no Rio de Janeiro, o que correspondia a 53% dos municípios do estado (de acordo com o IBGE, em 1980 o RJ se subdividia em 64 municípios. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=1 &uf=00>. Acesso em 14 jun. 2017. *Relatórios de Viagens (anos 1970)* e *Relatórios das reuniões das Equipes Sindicais (e ofícios relacionados) enviados à Fetag e vice-versa (anos 1970 e 1980)*. Documentos produzidos no contexto da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro – 1946-1988*, cuja equipe colaborou na preservação e organização dos documentos de valor histórico da Fetag/RJ. Arquivados no NMSPP do CPDA/UFRRJ.

44 O texto se refere ao levantamento feito pelo MST, sobre assassinatos no campo (MST, 1986).

Uma quantificação precisa sobre a incidência desses conflitos no estado demandaria uma pesquisa extensa que, definindo qualitativamente "conflito" como categoria de análise, levasse em conta as mais diversas formas de enfrentamento e não enfrentamento envolvendo trabalhadores rurais e fazendeiros. Esta pesquisa por ora não está feita, mas uma hipótese aparentemente plausível aponta para uma ocorrência maior do que aquela oficialmente registrada (por órgãos públicos, entidades sindicais, imprensa etc.), cujo foco parece em princípio restrito à ocorrência de crimes e aos enfrentamentos de caráter coletivo que contaram, em alguma medida, com a mediação sindical ou de outras organizações criadas com a finalidade de representação e defesa de trabalhadores, tais como a CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Estariam possivelmente excluídos desses registros, por exemplo, um grande número de processos trabalhistas onde se discute, entre outros, o direito à indenização ou ressarcimento pela perda de lavouras e outras benfeitorias feitas pelo trabalhador, antigo colono, em terras da fazenda. Estariam, sobretudo, excluídas as violências sofridas por aqueles cuja reação tenha sido simplesmente partir em busca de outras alternativas. Podemos, no entanto, considerar que, de um modo ou de outro, um conflito trabalhista entre um fazendeiro e um trabalhador, cuja moradia e lavoura encontram-se implantadas em terras do outro, possui em si um significado fundiário (MARQUES, 1978).

É importante sublinhar, ainda, o caráter parcial e limitado dos registros sobre conflitos, considerando, por um lado, que as violências registradas restringem-se, via de regra, a agressões no plano físico pessoal e material, incluindo-se no máximo sob a categoria "ameaça" uma ideia mais difusa de violações que podem se referir a um plano mais sutil, imaterial, mas que de todo modo nem sempre é explicitado. Ficam, portanto, em geral excluídas desses registros as violações de ordem psicológica, como as diferentes formas de constrangimento a que foram expostos muito provavelmente um grande número de trabalhadores e suas famílias, levando em conta o alto grau de desigualdade social e o aspecto clientelístico que caracterizam grande parte dessas relações, historicamente herdadas de um contexto escravocrata ainda bastante próximo, tanto do ponto de vista sociocultural quanto temporal. Por outro lado, não podemos desconsiderar, embora não tenhamos nesse momento condições

de aprofundar a pesquisa nessa direção, os diferentes tipos de violação sofridos por trabalhadores que sequer chegaram a constituir ou a ser reconhecidos como "conflitos", merecedores da mediação e do registro por parte das entidades sindicais e demais defensores da categoria. Quantas famílias terão sido expulsas e saído da terra silenciosamente, temerosas, por exemplo, de que uma denúncia pudesse trazer violências ainda maiores, em um contexto no qual o poder público tende a estar do outro lado, defendendo os interesses dos detentores do poder econômico, social e político? Que tipos de constrangimentos, humilhações e violências terão sofrido cotidianamente até chegarem à decisão de saída da terra? O que significa, nesse sentido, o alto número de despejos registrados pela Federação, assim como os números do IBGE indicando o esvaziamento demográfico das áreas rurais do estado? É, portanto, levando em conta toda a sua limitação que essas listagens de conflitos devem ser vistas, como um panorama aproximado de parte das violações ocorridas no campo fluminense no período enfocado, e sobretudo dos critérios utilizados pelos movimentos sociais para o registro dessas ocorrências, em seu esforço de dar visibilidade e obter uma possível intervenção política sobre o que vinham sofrendo os seus representados. É ainda, dentro desse quadro, em toda a sua complexidade e com todas essas ponderações, que deve ser considerado o desfecho vitorioso obtido pelos antigos colonos da fazenda Santo Inácio.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2003.

ELIAS, Norbert. *Mozart:* Sociologia de um Gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

GRYNZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Agropecuários de Trajano de Moraes* (1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1985 e 1996); *Censos Demográficos de Trajano de Moraes* (1872, 1890, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1991 e 2000); *Sinopses Preliminares dos Censos Demográficos de Trajano de Moraes* (1960 e 1970); *Contagem Populacional de Trajano de Moraes* (1996); *Produção Agrícola e Pecuária Municipal 1990-2000 (Trajano de Moraes)* (2000); *Censo Demográfico 2000: primeiros resultados da amostra (Trajano de Moraes)* (2000).

______. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1959.

______. *Censos Demográficos de 1950 e 2010* (Base SIDRA).

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Passos e Espaços:* Casas e Universo Simbólico de Ex-colonos em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado) – Escola de Belas Artes Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. *Entre escravos e anjos*: condições e significados da infância em um assentamento rural fluminense. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARQUES, Nilson. *Contratos Inominados no Direito Agrário:* Doutrina, Legislação, Jurisprudência. São Paulo: Pró-Livro – Comércio de Livros Profissionais Ltda., 1978.

MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio; GARCIA, Afrânio; GRYNSZPAN, Mário (Coord.). *Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada.* Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, CPDOC/FGV; Paris: CRBC/EHESS, 2000-2002.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST). *Assassinatos no Campo:* Crime e Impunidade (1964-1985). São Paulo: MST, 1986.

NEVES, Delma Pessanha. Os trabalhadores tangidos pelo gado. *Tempo*, v. 4, n. 7, jul. 1999.

PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e Associações em Trajano de Moraes – Rio de Janeiro:* um Estudo sobre a Diferenciação da Representação Política dos Pequenos Produtores nos Anos 80. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1993.

RANGEL, Ignácio. *A Questão Agrária Brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento de Pernambuco, 1962.

SANTOS, Igor Felippe. Terras estão mais concentradas e improdutivas no Brasil. *Reforma Agrária em Debate*. Disponível em: <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/11/terras-estao-mais-concentradas-e.html>. Acesso em: 6 jun. 2017.

SEAF – SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E ASSENTAMENTOS HUMANOS DO RIO DE JANEIRO. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.

SILVA, Lígia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio:* efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

STR de Trajano de Moraes. *Ato Histórico:* História do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes do Estado do Rio de Janeiro. Registro datilografado feito pela diretoria sindical com base em depoimento de Álvaro Roldão, 2001.

Centros de documentação consultados

Arquivo Nacional – Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). Acervo digitalizado de documentação do Serviço Nacional de Informação – SNI.

CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Acervo digitalizado.

NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Acervo de documentação sindical e outros e Fundo Fetag/RJ, acervo digitalizado.

STR de Trajano de Moraes – Documentação sindical.

CAPÍTULO 9

Conflitos fundiários, repressão e resistência camponesa na Fazenda Campos Novos em Cabo Frio

De posseiros a quilombolas

Aline Borghoff Maia

Introdução

Se você me permitir um pouco da sua atenção,
eu vou te contar uma estória
que se deu cá no sertão.
Em Cabo Frio e São Pedro,
onde vive os lavrador,
por causa de tanta injustiça,
nos tornamos lutador.
(Rosa Geralda da Silveira)[1]

Os conflitos que envolveram as terras pertencentes à Fazenda Campos Novos são, em diversos sentidos, emblemáticos no que se refere às lutas

1 Rosa Geralda da Silveira, Dona Rosa da Farinha, foi trabalhadora rural e uma das principais lideranças dos lavradores de Botafogo/Caveira. Neta de escravos, nasceu em 1929 na Fazenda Campos Novos, onde também nasceram seus pais. Desde criança, conviveu com uma rotina de despejos e conflitos por terra. Esteve diretamente envolvida na criação e organização da Associação de Lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia e do Sindicato de Trabalhadores Rurais dos mesmos municípios. Foi detida em mais de uma ocasião por sua participação na resistência camponesa. Além da importância de sua atuação na luta pela terra, merece ser lembrada por sua militância na organização das mulheres do campo em um período e espaço em que as atividades políticas eram majoritariamente conduzidas por homens. Dona Rosa também foi poetisa e narrou em versos décadas de conflitos fundiários ocorridos na Fazenda Campos Novos. Foi casada com Joaquim, com quem teve três filhos. Em 2013, foi inaugurada em Botafogo, São Pedro da Aldeia, a primeira escola quilombola do estado do Rio de Janeiro, a Escola Municipal Quilombola Dona Rosa da Silveira.

fundiárias no estado do Rio de Janeiro. A intensidade das violências perpetradas pela articulação entre fazendeiros e agentes do poder estatal contra os lavradores ocupantes da área; o potencial turístico que, a partir da metade do século XX, domina o projeto político e econômico direcionado ao desenvolvimento dos municípios componentes da Baixada Litorânea;[2] e as especificidades próprias de uma história de ocupação territorial rural por comunidades camponesas negras constituem, de maneira bastante geral, os pilares fundamentais de compreensão do conflitivo quadro agrário do qual a Fazenda Campos Novos e suas subsidiárias fazem parte.[3]

O presente capítulo tem como objetivo narrar e analisar a trajetória de ocupação do complexo fundiário que compõe a fazenda e os conflitos por terra que permearam – e ainda se fazem presentes – de maneira praticamente ininterrupta a dinâmica fundiária de todo o seu território. De maneira mais específica, almeja lançar luz sobre os diversos atores e mecanismos de violência e repressão, estatais e privados, acionados contra os trabalhadores rurais na tentativa de expulsá-los das terras ou coagi-los a aceitar determinadas relações de trabalho. Pretende, também, ressaltar a emergência de um significativo leque de resistências camponesas cotidianas (SCOTT, 1985), que, ademais de colaborar para a construção de uma coesão da luta e da coletividade entre os lavradores, foi fundamental para a organização de entidades representativas de seus interesses.

Temporalmente, precisaremos, ainda que em poucas linhas, remontar ao passado jesuítico e escravocrata onde tem origem a Fazenda Campos Novos. Com efeito, as particularidades desta origem, salientada por diver-

2 A região da Baixada Litorânea corresponde a aproximadamente 6,2% da área total do estado do Rio de Janeiro. É formada atualmente por nove municípios: Araruama, Iguaba Grande, Saquarema, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu e Rio das Ostras.

3 Segundo Tosta (2005, s.p.), "o nome Campos Novos faz referência a três localidades distintas: à antiga 'Fazenda Campos Novos', sede da sesmaria jesuítica; à 'região da Fazenda Campos Novos', área geográfica formada pelas áreas rurais e/ou periféricas dos municípios de Cabo Frio, Búzios e São Pedro que faziam parte do patrimônio jesuítico; e ao 'povoado de Campos Novos', um dos inúmeros povoados que compõem essa região". A sede da Fazenda, onde atualmente funciona a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Cabo Frio, situa-se na Rodovia Amaral Peixoto (RJ106), Km 104, próxima às atuais divisas de Cabo Frio com Búzios e São Pedro da Aldeia.

sas narrativas locais, são chave para a compreensão da luta pela terra na região. Saltando ao século XX, tentaremos analisar a sucessão de pretensos proprietários que assumiram o controle da Fazenda e acionaram diferentes formas de lidar com a sua ocupação. Discutiremos, especialmente, as dimensões de violência e repressão que, mesmo antes do golpe de 1964, se abatia contra os lavradores, bem como as resistências que contra elas foram se delineando. Dedicaremos especial atenção aos efeitos do período ditatorial e da redemocratização no cotidiano e nas organizações dos trabalhadores de Campos Novos. Por fim, a título de provocação destinada a imersões futuras de pesquisa, esboçaremos os atuais processos de reconhecimento de territórios da região como remanescentes de quilombo. Ensaiamos a hipótese de que as novas formas de luta engendradas em defesa do território tradicional podem e devem ser pensadas na chave das continuidades de uma trajetória secular de espoliação e resistência.

Para o desenvolvimento do capítulo, foram consultados trabalhos e artigos acadêmicos sobre a região da Baixada Litorânea e, especificamente, sobre a Fazenda Campos Novos. Também analisamos laudos e relatórios técnicos elaborados pelo Ministério Público Federal, pela Fundação Cultural Palmares e pela organização ecumênica Koinonia referentes ao reconhecimento de determinados territórios da Fazenda como remanescentes de quilombo. Embora não caiba, no escopo deste trabalho, adentrar profundamente em tal discussão, os documentos fornecem um bom panorama histórico e antropológico da trajetória de ocupação das terras da região. Debruçamo-nos, também, sobre entrevistas, datadas dos anos 1980 e 2000, realizadas por pesquisadores com alguns lavradores e lideranças de Campos Novos, todas disponíveis no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do CPDA/UFRRJ, onde também puderam ser acessados ofícios e documentos sindicais. Realizamos, também, duas viagens a Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, onde realizamos nove entrevistas, além de conversas informais com atores diversos.

Partimos da premissa, transversal a toda esta publicação, de que a reconstrução histórica dos conflitos, por meio, especialmente, da recuperação de memórias por muito tempo silenciadas (POLLAK, 1989), revela um complexo universo de práticas e resistências sociais invisibilizadas pela narrativa da história única (BLOCH, 2001). Contribui, desta maneira, para

que possamos pensar processos contemporâneos na chave do compromisso com a não repetição de ações violadoras de direitos, justificadas, em grande medida, pelas demandas da modernização e do crescimento econômico. Se, por um lado, a análise de um largo período histórico evidencia atores e estratégias próprios a determinadas conjunturas, por outro permite que tracemos paralelos entre situações que, embora diferenciadas no tempo, compartilham uma origem comum e resultam em dinâmicas de reação por parte daqueles que, pela terra ou pelo território, se organizam em defesa de direitos.

Origem jesuítica, escravidão e a "escritura de Santo Inácio"

Doada como sesmaria aos padres da Companhia de Jesus em 1630, a sede da Fazenda Campos Novos – assim batizada para diferenciar-se da também jesuítica fazenda de Campos dos Goytacazes – e a igreja de Santo Inácio foram construídas apenas em 1690. As atividades desenvolvidas inicialmente pela congregação, que empreendeu obras de drenagem e abriu canais para escoamento da produção, eram voltadas principalmente para a criação de gado, produção de alimentos e exploração econômica de madeira (ENGEMAN; AMANTINO, 2010).

Localizada estrategicamente, próxima o bastante da cidade do Rio de Janeiro e com vasto litoral, a Fazenda foi ponto importante de desembarque e venda de escravos trazidos da África. Os que não eram vendidos permaneciam na propriedade, ou em suas subsidiárias, e eram encaminhados para o trabalho agrícola. Mais tarde, já a partir do decreto de 1831, que instituiu a ilegalidade do tráfico intercontinental de escravos, a região da Fazenda Campos Novos, assim como toda a região da Baía Formosa, como era conhecido no século XIX o trecho do litoral entre o Peró (Cabo Frio) e Rio das Ostras, foi usada como importante base de apoio e intermediação para o comércio clandestino de africanos.[4]

A relação entre o patrimônio jesuítico e a escravidão é evocada pelos moradores mais antigos de Campos Novos – e, mais recentemente, pelos

4 Segundo Acciolo (2012), entre 1844 e 1845 foram desembarcados 7.040 escravos só em Cabo Frio.

que reivindicam o reconhecimento de determinadas comunidades do local como remanescentes de quilombo – como forma de explicar a origem das propriedades e de justificar direitos de posse com base na história e na antiguidade do povoamento da área. Há uma articulação notável, perceptível nas narrativas, entre a memória comunitária dos conflitos e lutas pela terra e as heranças, passadas de geração em geração, do período escravocrata e pós-escravocrata na localidade. Há, desta forma, a construção de uma historicidade que remete sempre ao par memória/direitos, comumente acionado, apesar das especificidades conjunturais de cada momento histórico, como fundamentação básica da legitimidade das reivindicações fundiárias das comunidades negras rurais, secularmente sujeitas a processos de espoliação (ARRUTI, 2005).

Os depoimentos a seguir ajudam a ilustrar como a presença e a proximidade deste passado de escravidão fazem parte da história de vida dos lavradores mais antigos da região:

> Os meus pais eram filhos dos escravos daqui, tá? Dos escravos da Fazenda Campos Novos. A minha mãe era filha de um filho de escravo, e o meu pai era filho de escravo. Eles chegaram aqui, aí os filhos nasceram, casaram e nós ficamos aqui. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Hernandez em 11/03/2005).
>
> Eu conheci o tronco. Brinquei muito ali quando garoto, com aquelas argolas de enfiar os braços. (Grasselássio de Almeida Filho, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1980).

No mesmo sentido, trechos do relatório *Quilombo Caveira: Acompanhamento do processo de regularização e titularização das respectivas terras de acordo com o art. 68 do ADCT* salientam o passado escravocrata da Fazenda Campos Novos como elemento fundamental para a compreensão de suas dinâmicas agrárias, considerando que:

> A contiguidade espacial reconstruída pelas histórias de vida e presentes na memória social representa uma forma originária de ocupação que sofreu mudanças significativas através de processos de territorialização, com a intensa especulação imobiliária, grilagem de terras, movimentos sociais de luta pela reforma agrária e intervenção do Estado a partir de regras próprias.

> A área da Fazenda Caveira esteve continuamente habitada desde os tempos do tráfico e da escravidão dos povos africanos, por escravos e ex-escravos, até o estabelecimento definitivo das famílias Santos, Silveira, Souza e Rodrigues, descendentes diretos de escravos que serviam à fazenda Campos Novos. Gerações inteiras dessas famílias ali nasceram e se criaram, tendo não só presenciado, mas também participado de mudanças que envolviam a posse e o domínio da terra. (PRRJ, P.A. 08120.000907/99-09, p. 10).

Como nos sugere Gomes (2015), a história da luta pela terra em determinadas regiões do país, como a que estamos estudando, entrelaça-se intimamente com a formação de um campesinato descendente de pessoas escravizadas. Valendo-se de ideias como "brecha camponesa do sistema escravocrata" e "protocampesinato escravo", o autor se refere ao campo negro, espaço *a priori* conflitivo, como uma complexa rede social caracterizada por formas próprias de ocupação e sentidos específicos de resistência e solidariedade. Não nos cabe aprofundar teoricamente esta importante temática, mas a acionamos por compreender que o meio rural é diverso e precisa ser apreendido em suas particularidades. Os camponeses que atuaram nos conflitos deflagrados nas terras da Fazenda Campos Novos são camponeses negros descendentes de africanos escravizados, e esta é uma característica intrínseca à gramática das lutas por direitos (HONNETH, 2003) que analisaremos a seguir.

Se o acionamento do passado escravocrata exerce papel central na construção do entendimento coletivo dos lavradores em relação à noção de direito às terras por eles ocupadas secularmente, as histórias, transmitidas de geração em geração, sobre o desaparecimento da escritura da Fazenda após a saída dos jesuítas da região também contribuem para consolidar as demandas de seus moradores.

O período jesuítico em Campos Novos chegou ao fim em 1756 quando, no bojo das reformas pombalinas, suas terras foram confiscadas pelo governo português e rebatizadas como Fazenda d'El Rey. Em 1759 foram a leilão e, arrematadas por Manoel Pereira Gonçalves, voltaram à alcunha original. A saída dos jesuítas da região é recorrentemente mencionada nos relatos colhidos por esta pesquisa como um marco para a questão da posse e ocupação das terras. Embora divirjam em alguns detalhes, todos os depoimentos apontam no sentido de que, desde a retirada dos padres da Companhia de Jesus, a Fazenda Campos Novos não possuía documento

de registro legal da propriedade. Uma moradora afirmou que os jesuítas teriam transferido seu patrimônio para os "filhos do lugar" (TOSTA, 2005). Outras narrativas, como as destacadas a seguir, fazem referência ao roubo, sumiço ou enterro de uma imagem de Santo Inácio que teria gravada em sua base a escritura da Fazenda.

> Eles diziam que a escritura da Fazenda Campos era de Santo Inácio, gravada no pé desse santo, que alguém roubou e carregou. Aí é que começou essa grilagem de terra. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).
>
> Os jesuítas escreveram que essa fazenda não podia ser vendida nem negociada, nem nada. Tinha um Santo Inácio de ouro com 1m 20cms de altura e meio metro de largura. Se tirasse o santo, tinha que quebrar o quadro. Tinha um letreiro no peito: "Convento de Santo Inácio de Loyola não será vendido nunca. É pra usufruto do povo". Padre Joaquim, querendo negociar a fazenda, mandou fazer uma sepultura, que nunca ninguém descobriu.[5] Meu pai morreu dizendo: "Pode ninguém acreditar, mas o santo continua enterrado aí". (Grasselássio de Almeida, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).
>
> Tem pessoa com 80 anos que conta que a Fazenda Campos Novos nunca teve documento. A escritura que Campos Novos tinha era uma escritura em uma imagem de Santo Inácio, gravada na pedra. O padre Joaquim sumiu com esse santo e aí que começou a negociata da Fazenda Campos Novos. (Sebastião Lan, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 10/01/1983).

As variadas versões em torno do desaparecimento dos documentos da Fazenda Campos Novos embasam a argumentação de que, sem a escritura, ninguém poderia, ao menos legalmente, se apropriar das terras reivindicando prerrogativas de dono. A não existência dos papéis que legitimassem a propriedade da região por fazendeiros que dela se apossaram, desempenhou, em diversas frentes, lugar central na construção do entendimento coletivo dos lavradores em relação à noção de direito às terras por eles ocu-

5 Provavelmente o depoimento se refere ao padre Joaquim Gonçalves Porto, reverendo da igreja de Santo Inácio de Loyola, que exerceu domínio na Fazenda Campos Novos em meados do século XIX.

padas. No mesmo sentido, contribuíram para consolidar entre eles a ideia de que todos os pretensos proprietários eram, na verdade, *grileiros*.

Há pouca informação sobre o período que transcorreu entre a saída dos jesuítas e a década de 1920. Para além do funcionamento da Fazenda como base de apoio ao tráfico clandestino de escravos africanos, sabe-se que, em 1847, D. Pedro II esteve em Campos Novos, que, à época, estava sob domínio do reverendo Joaquim Gonçalves Porto. Dentre os relatos a que tivemos acesso, a principal menção a este período se relaciona à permanência de muitos ex-escravos nas terras pertencentes à antiga propriedade jesuítica. Tais depoimentos ressaltam a continuidade das formas de imobilização da força de trabalho negra, já que, para garantir sua permanência na área, a maioria dos libertos continuou subserviente aos fazendeiros por meio de práticas costumeiras de ocupação da terra e de trabalho.

Sucessão de "proprietários", conflitos e resistência

Eugénne Honold: arrendamento e "cordialidade"

A década de 1920 inicia-se com a compra da Fazenda Campos Novos pelo alemão Eugénne Honold, que fundou naquelas terras a Companhia Odeon – grande empreendimento baseado na produção agrícola diversificada e na criação do gado. Segundo Tosta (2005), o novo proprietário tinha ligações diretas com o governo da Alemanha nazista e seu projeto era adquirir terras em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia para transformá-las em uma base de produção alimentícia para seu país. Corroborando esta afirmativa, os depoimentos analisados para a elaboração deste relatório asseveram que, durante o domínio de Honold, várias fazendas menores foram adquiridas e anexadas à sede original.

De acordo com os moradores mais antigos entrevistados por Tosta, Honold transformou a propriedade em um "arraial" com comércio e ocupação populacional mais intensos do que nas zonas urbanas das cidades das redondezas. Havia, em torno da sede, farmácias, armazéns, correios e pequenas lojas, e a luz elétrica já era utilizada na região de maneira pioneira. Para além de tal estrutura, o período de posse do fazendeiro alemão também é

lembrado pelas missas, festas e relações de "cordialidade" entre ele e seus funcionários. Nos relatos acessados por nós, parece haver um consenso entre os lavradores de que Honold "não era um *grileiro*, mas um homem bom" que "tratava todos muito bem, socorria quem precisava e fazia a festa de Santo Inácio".

Este último trecho ilustra bem o argumento de Grynszpan (1987) de que o termo *grileiro* é, fundamentalmente, uma categoria política acionada em determinados contextos de relação social e política que explicitam o antagonismo entre pretensos proprietários e os ocupantes, ou *posseiros*, de determinado território. Assim, para além da existência ou inexistência de documentos que comprovassem a legitimidade da posse da Fazenda Campos Novos por Honold, a memória dos moradores mais antigos da área tende a ressaltar, talvez até de maneira idealizada, a boa relação entre o fazendeiro e os trabalhadores como forma de diferenciá-lo de outros supostos proprietários.

No que diz respeito à produção e ao acesso à terra, este momento é descrito como "uma época produtiva, com muita criação e lavoura", em que "não faltava oportunidade de trabalho" e a "terra era farta e à vontade". O proprietário concedia a cada família o direito de explorar suas terras para moradia e trabalho em troca de um dia de serviço por semana nas plantações da Fazenda. O arrendamento, neste período, parece ter tido para os *posseiros* uma conotação positiva. A não demarcação dos limites do uso da terra, a abertura desimpedida de novas roças em meio à mata que cobria toda a área, a prática do cultivo itinerante e a autodeterminação e autonomia dos lavradores são frequentes nos relatos sobre o "tempo de Honold" (TOSTA, 2005).

No início da década de 1940, a exportação dos produtos da Companhia Odeon foi embargada e Eugénne Honold foi forçado a abandonar a Fazenda Campos Novos como consequência da política de migração do governo Getúlio Vargas empreendida durante a Segunda Guerra Mundial.[6] A saída do alemão é presente, na memória dos moradores da região, como um marco do início do desmembramento da propriedade e do fim da convivência pacífica entre lavradores e supostos fazendeiros. Sob administração de Joaquim Português, antigo funcionário de Honold, a Fazenda entrou em decadência.

6 Em 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, foi intensificada a repressão às nacionalidades ligadas às potências do Eixo: alemães, italianos e japoneses.

O tempo do Marquês: repressão, grilagem e primeiras resistências

Em 1950, a Fazenda Campos Novos foi vendida a Antonio Paterno, um italiano conhecido como Marquês. Esta aquisição representou um divisor de águas na história da propriedade, na medida em que deu início a um período descrito pelos moradores como diametralmente oposto, em vários sentidos, às décadas de abundância e cordialidade associadas ao domínio de Honold. Datam desta gestão as primeiras referências ao loteamento das terras da Fazenda, associado diretamente ao recrudescimento do processo de despejos violentos, ameaças, destruição de lavouras, incêndios de residências, repressão armada e controle estrito do trabalho dos *posseiros*. No entanto, é neste contexto que emergem também as primeiras reações organizadas de defesa coletiva contra os supostos *grileiros*, empreendidas pelos lavradores por meio de estratégias de cooperação comunitária, ocupação de terras, reorganização espacial e, mais tarde, da atuação da Associação de Lavradores e do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR).

Embora Marquês tenha fundado a Companhia Agrícola Campos Novos, os depoimentos colhidos em entrevista afirmam que o empreendimento "de agrícola não tinha nada, nem um pé de alface", e que as lavouras do italiano eram "farsas". Seu interesse seria, antes de mais nada, lotear as terras para fins especulativos. Tal objetivo justificou as primeiras investidas do fazendeiro no sentido de expulsar os *posseiros*.

O primeiro episódio significativo e desencadeador das resistências e lutas subsequentes refere-se a uma proposta feita pelo fazendeiro aos moradores do entorno da sede da Fazenda Campos Novos. Em troca de um alqueire de terra em outros terrenos, os posseiros deveriam deixar suas casas. Os contratos, entretanto, eram assinados em folhas em branco. Marquês derrubou todas as casas ao redor da sede e, pela soltura de gado nas plantações e deflagração de incêndios, destruiu as lavouras dos antigos arrendatários. As mesmas propostas foram feitas a outros povoados da região de Campos Novos e, mediante a resistência dos moradores de Botafogo, Antonio Paterno decidiu restabelecer a cobrança do arrendamento das terras, que havia sido suspensa como forma de desvincular os lavradores das áreas por ele demandadas.[7]

7 Botafogo consiste em uma grande área dividida ao meio pelos atuais limites geográficos de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A parcela do povoado que se encontra no município de

De maneira contrária à conotação positiva que a situação de arrendamento parecia ter nos tempos de Eugénne Honold, a imposição de regras rígidas de trabalho e a presença constante de jagunços armados[8] nas lavouras atribuiu ao pagamento da renda e à relação dos posseiros com a produção da Fazenda um caráter, nas palavras usadas por moradores que vivenciaram a época, *escravizador*.

> Era uma escravatura disfarçada. Marquês foi quem fez novamente a escravatura do povo. Vocês sabem o que é pagar renda? As pessoas viviam pagando renda num regime escravo. Tinha que ter hora pra tudo. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

> O Marquês formava pequenos grupos de trabalho em determinados lugares, sempre acompanhados de jagunços, para que não ficassem todos juntos. Para não ter contato, para não decidir juntos que não queriam mais ser escravos. Não podia tomar água, não podia fumar, não podia fazer xixi, não podia conversar. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

É notória a importância concedida aos relatos sobre a proibição de fumar nas lavouras ou durante o pagamento do arrendamento, bem como a associação de tal privação à origem da luta organizada contra as regras impostas por Marquês. De acordo com diferentes narrativas, um *posseiro*, Seu Severino, teria contrariado a ordem dos jagunços e acendido um cachimbo, tendo recebido logo em seguida um tapa na cara. Dona Rosa nos narra o episódio:

> O confronto foi o seguinte: foram pagar a renda, todo mundo, né? E eles chegaram lá, não deixaram os velhos conversar um com o outro, não podia ninguém conversar, tinha que ficar calado. As crianças não podiam nem rir.

Cabo Frio é, atualmente, ocupada por um assentamento do Incra chamado Campos Novos. A outra parcela é a chamada Fazenda da Caveira, uma das muitas subsidiárias da sede da Fazenda Campos Novos.

8 Alguns nomes ou apelidos de jagunços são citados nas narrativas dos entrevistados: Chico Goaquica, Joaquim Coelho, Manoel Sobrinho.

> E não fumavam, não podia fumar. Então o velho Severino e o seu Marcelo Vaz, pai de Teodoro, resolveram a não aceitar mais aquela vida. Resolveram a fumar, a largar a enxada pra fazer xixi, a largar a enxada pra ir tomar água por conta própria. Não esperavam mais o sujeito mandar. E o capataz foi lá e disse ao dono do serviço que tavam desobedecendo. Ele veio, aí começou a briga. Ele veio e mandou seu Severino tirar o cachimbo da boca. Severino disse que não tirava, aí ele veio e foi dar um sopapo. Ele disse assim: "Tira o cachimbo da boca, você não pode fumar. Se não obedecer as ordens já pode se retirar". Então começou por aí. Os meninos não aceitaram, os velhos não aceitaram e nós começamos a lutar, tá? (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

Ainda segundo Dona Rosa, o caso foi parar na delegacia de Cabo Frio e vários lavradores foram detidos.[9]

Como consequência de tal mobilização e com o objetivo de desocupar as áreas, Marquês decidiu proibir o pagamento do aluguel da terra pelos posseiros. Os moradores de Botafogo, no entanto, decidiram permanecer pagando o arrendamento em juízo, iniciando, assim, as disputas no campo jurídico que se travaram ao longo dos anos seguintes. Por conta desta primeira investida na seara judicial, Antonio Paterno foi intimado a comprovar a documentação que legitimaria sua posse sobre as terras por ele requeridas. Como a obrigação legal não foi cumprida, o juiz devolveu os depósitos aos posseiros e permitiu que permanecessem na Fazenda. O episódio serviu para consolidar a argumentação de que, sem escritura, não há legalidade na posse dos pretensos donos da Campos Novos e colaborou para o entendimento de que a ocupação produtiva da terra é o que define a legitimidade de sua posse. Sobre as mobilizações por direitos desencadeadas a partir de então, Tosta afirma que:

9 Dona Rosa, nas entrevistas de 1983, cita o dr. Nilton Lavelino como o advogado que os tirou da delegacia. Nas entrevistas de 2005, ela se refere ao advogado Ilton Sérgio de Oliveira, de Niterói. Cunha (1994), entretanto, faz menção ao advogado Edílson Santos. Outros relatos garantem que antes de 1964 os lavradores nunca tiveram apoio jurídico algum. São dados desencontrados e não nos foi possível, com os documentos e as entrevistas a que tivemos acesso, chegar à informação precisa.

> As mobilizações dos moradores ocorreram em dois momentos distintos. No primeiro, identificado como aquele no qual o Marquês suspendeu o arrendamento e exigiu a saída dos moradores, a reivindicação era pelo pagamento das benfeitorias. Enquanto aguardavam a comprovação formal da propriedade da terra exigida pela Justiça, permaneceram pagando o arrendamento em juízo para que, após a confirmação da propriedade, lhes fossem pagas as indenizações. Num segundo momento, com a derrota judicial do Marquês, os moradores instituíram um processo coletivo reivindicando a manutenção da posse da terra como "posseiros". *A escravidão e a derrota judicial do Marquês são evocados pelos moradores antigos de Botafogo como a base da legitimidade de suas pretensões aos direitos*. (TOSTA, 2005, p. 67, grifo nosso).

Visando aumentar a pressão para que os lavradores saíssem das terras, o fazendeiro firmou acordos com pequenos proprietários e comerciantes que, em troca de porções da área, deveriam colaborar para a desocupação da Fazenda Campos Novos. A região foi desmembrada, sendo apropriada por inúmeros *grileiros*. Torna-se difícil, pelas narrativas a que tivemos acesso, organizar com precisão uma linha cronológica e espacial a respeito dos territórios e seus pretensos donos, embora um ou outro apareça com mais ênfase na memória dos entrevistados, como teremos a oportunidade de discutir mais adiante.

> Tudo era domínio do Marquês: Botafogo, Caveira, Campos Novos, Restinga, Fazendinha, Piraúna, Reta da Rasa. Ele é quem começou a desmembrar a terra para outros grileiros. A Fazenda da Caveira ele cedeu pro Dácio, que cedeu para Félix Valadares, que cedeu uma parte para João Zeca e outra para Rodrigo, seu Joaquim e Pedro Diabo. João Zeca cedeu para João da Hora. Teve também o Joaquim Ribeiro Gama e o Manoel Jatobá. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

Para além da mobilização de cunho jurídico, o recrudescimento das ações do Marquês contra os *posseiros* inaugurou, também, diferentes formas de reação organizadas contra a grilagem. Como forma de fortalecer a resistência, houve a instituição de uma política de ocupação das terras por famílias "de fora". Tal estratégia é fundamental para a compreensão da

reorganização populacional e espacial que caracterizaram esta época e repercute, atualmente, nas discussões sobre o reconhecimento de partes do território da Fazenda Campos Novos como remanescentes de populações quilombolas.

Outra notável estratégia adotada pelos ocupantes da terra revela-se na adoção de diferentes formas de cooperação para o trabalho. Os lavradores passaram a se organizar em *mutirão* para "evitar que fossem raptados pelos fazendeiros", e revezavam, assim, os dias de trabalho nas lavouras uns dos outros. O desenrolar de tais conflitos e o surgimento da necessidade de formulação e execução de estratégias de resistência empreendidas pelos trabalhadores rurais os levaram a se organizar em torno de associações representativas, até então inexistentes na região.

A Associação de Lavradores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Saímos dali pra casa.
Fizemos uma reunião.
Chamamos os trabalhadores
e tomamos uma decisão.
Uma palavra de ordem:
Nunca mais pagamos renda.
Morre a palavra "patrão".
Todo mundo junto,
lutaremos por um pedaço de chão. (D. Rosa)

O versinho supracitado, declamado por D. Rosa, faz menção ao dia em que, na fila do pagamento do arrendamento, alguns posseiros foram proibidos de fumar pelos capangas do fazendeiro Antonio Paterno. É deste cenário que emergiram os primeiros esforços de criação de uma associação que ajudasse a organizar as demandas dos *posseiros* da Fazenda e de suas subsidiárias.

> Foi daí que começou a vontade de se unir, se organizar. Fizemos uma comissão organizadora que estabeleceu o seguinte: "não vai pagar renda, não vai assinar papel, se ele gritar vocês não revidem, mas também não se en-

treguem, não vai trabalhar sozinho, só em mutirão. Nessa época a polícia também vivia nas roças. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

Fizemos a Associação dos Lavradores pra poder fugir do cativeiro. Nós fomos fazer o grupo pra tirar a corda do pescoço, que ser escravo de fazendeiro e pagar quantia por mês não é brincadeira, não. (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandes em 2005).

Entre os anos de 1952 e 1954, ainda no "tempo do Marquês", esta comissão se formalizou, dando origem à Associação de Lavradores de São Pedro da Aldeia e Cabo Frio.[10] Presidida por membros das famílias Santos, Silveira e Marciano, as "famílias originais" da região, foi a primeira entidade de representação coletiva de Botafogo e de toda a extensão de Campos Novos. Sua sede foi construída com sapê no terreno do lavrador Genil da Silveira[11] e, segundo Dona Rosa, funcionou também como escolinha do movimento popular de alfabetização.[12] Muito embora em um primeiro momento a organização tenha se limitado a atuar frente às demandas dos moradores de Botafogo, "mais ou menos 200 lavradores", a reorganização do espaço físico dos povoados da região, provocada por despejos, fugas e alianças comuni-

10 Como mostrado por Medeiros no capítulo 1 do presente livro, os anos 1950 foram intensos no que tange à mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que incentivou a realização de vários encontros locais e estaduais para estimular a expansão da organização dos *camponeses*, termo que começava a circular e ganhar significado político. Como parte desse esforço, foi criada, em 1959, a Falerj, Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro, várias associações de lavradores foram criadas desde o final da década de 1940.
11 Genil da Silveira ainda vivia em Botafogo com sua família, na época da realização da pesquisa. Em conversa informal realizada em junho de 2015 com Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares, sua esposa nos confirmou que, à época, seu companheiro cedeu parte de seu terreno para tais atividades, tendo sido este um "investimento bem feito". Atualmente há, neste mesmo terreno, uma escola pública e um posto de saúde em funcionamento.
12 Para além do depoimento de Dona Rosa, não encontramos maiores informações sobre a presença deste movimento na região analisada. No entanto, o estudo de outros casos nos sugere que a organização de escolinhas comunitárias pelas associações de lavradores era, nesta época, uma prática comum.

tárias, acabou por expandir a zona de influência de suas atividades, o que, mais tarde, ajudaria a justificar a necessidade da fundação de um sindicato.

As principais atividades da Associação endossaram as mobilizações empreendidas pelos trabalhadores no sentido de se fortalecerem diante do avanço dos *grileiros* e das ameaças de despejo. Assim, como já dito, os *mutirões* passaram a ser concebidos como uma forma eficaz de ocupação coletiva da terra com plantações e também como forma de proteção aos lavradores, na medida em que trabalhar sozinho tornava-se cada vez mais arriscado com a presença de jagunços e da força policial acionados por fazendeiros. Do mesmo modo, a ocupação do território por novos moradores continuou a ser incentivada, desta vez de maneira mais organizada. O objetivo de tal estratégia era ocupar a terra para evitar sua apropriação por fazendeiros que se proclamavam proprietários, bem como impedir a ação de jagunços contratados para pressionar violentamente a saída dos moradores.[13] Por meio deste tipo de ações de cunho coletivista, a Associação de Lavradores contribuiu significativamente para a mudança na modalidade do uso da terra e na reorganização espacial da Fazenda Campos Novos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia substituiu a Associação em 1961. Até então, alguns relatos dão conta de que a Associação de Lavradores era "praticamente isolada" e que "não tinha contato com o pessoal de fora". Seu Sílvio Silveira e Dona Rosa, entretanto, chamam atenção para algumas "visitas" que José Pureza teria feito à Cabo Frio nesta época, embora não entrem em detalhes.[14]

> Tinha uns elementos lá dentro do Rio de Janeiro que eram mais maduros no sindicato. Me ajudou muito, me orientou muito, tudo o que eu tenho hoje eu dou graças a ele. Tinha um tal de Zé Pureza, um cara muito falado,

13 A organização da entrada de novos moradores pelas instituições locais se assemelha à forma de organização contra os despejos praticada pelos moradores da Baixada Fluminense, estudada por Grynszpan (1987).

14 José Pureza foi uma importante liderança nas lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro, tendo atuado, principalmente, em conflitos fundiários deflagrados na Baixada Fluminense. Foi um dos fundadores da Associação de Lavradores Fluminenses e chegou a ser membro da direção estadual do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sabe-se que, em 1977 e 1978, Pureza foi designado pela Fetag para acompanhar a Região dos Lagos. Entretanto, não encontramos informações precisas sobre sua presença e atuação na região na década de 1960.

> que é um líder sindical muito importante. Ele vinha aqui de vez em quando visitar a gente. Vinha aqui bater papo. Mas ele não falava nada não. [...] Era um grande homem, um sujeito bom. Ele chegou aqui foi por Cabo Frio, o sindicato de Cabo Frio era ligado a nós daqui. O sindicato de Álcool [sic]. (Sílvio Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

> Eu não sei como o Pureza chegou aqui. Só lembro que quando nós estávamos reunidos ele apareceu. Apareceu o Pureza. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

O primeiro depoimento faz menção, provavelmente, ao Sindicato dos Trabalhadores da Companhia Nacional de Álcalis, fundada em Cabo Frio em 1943, no bojo da criação das grandes indústrias nacionais de base.[15] Tosta (2005) argumenta que a criação do STR foi influenciada pela aproximação das lideranças de Botafogo com sindicatos urbanos, favorecida pela ocupação das terras iniciada pelas ações da primeira entidade de representação dos *posseiros* do povoado. Um dos novos moradores desta leva, Deoclácio Avelino, ex-funcionário da Companhia Nacional de Álcalis e sindicalista, é apontado, pela autora, como um dos responsáveis pela relação mais estreita de Botafogo com as organizações de trabalhadores urbanos e com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag). Corroborando tais argumentos, os depoimentos de Aldir José de Souza e Altamiro Inácio de Oliveira, presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Extração do Sal de Cabo Frio entre 1960 e 1964 e presidente do Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio entre 1962 e 1964, respectivamente, prestados em 1965 no Quartel do Primeiro Batalhão de Guardas e disponíveis no acervo digital do Projeto Brasil: Nunca Mais, nos fornecem pistas de que, de fato, a Associação de Lavradores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia teria tido algum tipo de articulação com sindicatos de trabalhadores urbanos. É o que nos indica o trecho destacado a seguir:

15 A Companhia Nacional de Álcalis produzia barrilha (carbonato de sódio) para fins industriais e sal. Em 1992, durante o governo do presidente Fernando Collor, a empresa foi privatizada. Em 2006 sua produção foi interrompida.

> PERGUNTADO se em Cabo Frio foi fundado o Conselho Sindical Municipal, RESPONDEU afirmativamente, esclarecendo mais que esse Conselho funcionava através de uma Diretoria que era composta do depoente, DOMINGOS RODRIGUES – presidente do Sindicato dos Estivadores, BENEDITO MENDES – presidente do Sindicato dos Arrumadores, ALDIR JOSÉ DE SOUZA – presidente do Sindicato de Trabalhadores da Indústria da Extração do Sal, WALTER TRINDADE – presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, e *um outro companheiro que exercia a função de presidente da Associação de Lavradores de Cabo Frio*, de cujo nome não se recorda no momento. (grifos nossos).[16]

A participação da Associação de Lavradores em tal Conselho Municipal Sindical não foi abordada em nenhuma das entrevistas que fizemos ou a que tivemos acesso. Tampouco obtivemos informações mais detalhadas sobre a organização intersindical dos trabalhadores de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. A relação dos lavradores com as organizações sindicais urbanas, entretanto, é lembrada por João dos Santos, irmão de Wilson dos Santos, pela cooperação dos primeiros com as atividades políticas deflagradas na cidade. Em entrevista concedida em junho de 2015, ele nos narrou que, "quando tinha uma greve do pessoal do Sindicato de Álcalis, do pessoal dos Estivadores, o pessoal daqui mandava mercadoria de feira e também contribuía com mercadoria para o hospital da cidade".

As análises empíricas de várias situações de conflito por terra tratadas nesta publicação sugerem que as dicotomias urbano/rural e operariado/campesinato, ainda predominantes na literatura sociológica, são insuficientes para que possamos compreender a complexidade da questão agrária no estado do Rio de Janeiro. São diversas as configurações de articulação, trânsito e sociabilidade entre os atores que, em sua heterogeneidade de origens, experiências e atuações produtivas, compuseram os conflitos que se deflagraram ao longo dos anos 1950 e 1960 e que tiveram desdobramentos nos anos seguintes. Neste sentido, embora a delimitação dos universos camponês e operário seja fundamental a nível de categorização política e

16 IPM 709. BNM_279. Disponível em:<http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib= BIB_03& pesq=lavradores+cabo+frio+aldir>. Acesso em: Maio 2015.

acesso a direitos, as identidades dos atores em cena não são tão engessadas quanto somos induzidos a imaginar.

O período de atuação da primeira experiência sindical dos *posseiros* da Fazenda Campos Novos é caracterizado pela sistematização dos trabalhos coletivos e pela expansão das atividades agrícolas, datando desta época o surgimento das primeiras feiras livres da região. O uso da terra passou a ser orientado pela entidade, que estabeleceu o *patrimônio*, área reservada cujos frutos seriam de propriedade coletiva, e concentrou as moradias e lavouras de cada posseiro em espaços delimitados, como forma de facilitar a comprovação de ocupação dos territórios.

A pauta da defesa de uma reforma agrária também foi, aos poucos, sendo incorporada pelo Sindicato como bandeira, como relatam os depoimentos a seguir:

> Os lavradores entendiam que a reforma agrária era a solução do homem do campo, mas a polícia e os grileiros sempre nos perseguiam por causa desse nome "reforma agrária" – só de falar esse nome eles vinham, prendiam, perseguiam, mesmo antes de 1964. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Tinha uma lei que dizia que quem apoiava a reforma agrária era comunista, então eles olhavam todo mundo que lutava pela terra como comunista. (Inácio Joaquim da Silveira e Antônio da Silva Fernandes, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

Como pudemos constatar ao longo de pesquisas em torno dos conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro, as primeiras resistências camponesas organizaram-se como reação à intensificação da violência contra os trabalhadores rurais ainda antes da deflagração do golpe de 1964. Embora cada região possua especificidades que devem ser consideradas, a articulação entre o poder privado, corporificado na figura de fazendeiros, *grileiros*, capangas, empresários e especuladores, e o poder público estatal, representado por governos, oficiais de justiça e forças de segurança, constitui-se em característica basilar para a compreensão da questão agrária estadual. Se antes de 1964 esta aliança já se fazia presente nas disputas por terra, a instauração do governo ditatorial a legitimou sob o argumento da segurança nacional.

O período ditatorial na Baixada Litorânea: recrudescimento da repressão e intensificação da grilagem de terras

Como já argumentado, a política de desmembramento da Fazenda Campos Novos empreendida por Marquês provocou a compra e a venda desmedida de lotes e, nos documentos e relatos disponíveis, há informações desencontradas sobre os fazendeiros e suas áreas de domínio. Cunha (1994) afirma que, no início da década de 1960, a Companhia Agrícola Campos Novos vendeu à Destilaria Medellín S.A. 25% de sua área, referente à Baía Formosa, Fazendinha e Emerências, todas situadas em terras que hoje pertencem ao município de Búzios, à Destilaria Medellín S.A. Tempos depois, já na década de 1970, essa região foi vendida a Henrique Cunha Bueno. O mesmo autor descreve que, após a saída de Antônio Paterno, o fazendeiro Jamil Mizziara assumiu a direção da Companhia Agrícola e contratou Manoel Jatobá para ser o chefe de jagunços. Já a área de Botafogo/Caveira foi, segundo Dona Rosa, vendida por Marquês a Dácio Pereira de Souza, que, por sua vez, cedeu partes da terra a Félix Valadares e a João Cândido. Manoel Jatobá, para Dona Rosa, era o *grileiro* contratado por Dácio para ajudar na expulsão dos trabalhadores. Os nomes e episódios parecem se confundir nas narrativas dos ocupantes da região, e isso se explica pela rotatividade de pretensos proprietários, propiciada por processos de compra e venda pouco claros e pela fragmentação das terras para atividades especulativas, intensificadas, como discutiremos mais adiante, a partir da década de 1970.

O que unifica os discursos em torno destes nomes, entretanto, é a intensificação da perseguição, muitas vezes articulada com agentes estatais, como policiais e delegados, aos posseiros – especialmente àqueles vinculados de alguma forma ao Sindicato – de todo o território da Fazenda Campos Novos desde antes do golpe de 1964.

> O Dácio colocou o gado na roça dos posseiros e ele teve o apoio do delegado daquela época, o Péricles Gonçalves, que autorizou que ele tirasse a cerca de todos os lavradores pra colocar o gado. O Dácio só chegou com agressão, acobertado pelo delegado e com a ajuda da polícia. Nós tivemos muita represália do delegado, que espancou lavradores, prendeu lavradores. Naquela época muitos lavradores se apavoraram com o espancamento dos

> grileiros e da polícia e deixaram as suas terras. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Botaram um bordel aqui. Botava as meninas nuas e os rapazes nus passeando. Eu fui lá no juiz. Cheguei lá e o doutor Raul disse assim: “Dona Rosa, a senhora foi intimada porque a senhora disse que ia botar fogo na fazenda”. Eu disse que eu ia botar fogo no bordel, e não na fazenda, porque o pessoal lá anda nu e tem meninas ficando moças. Ele disse: “é mentira”. Eu levei um sopapo na cara tão grande que quase quebrei a cara. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandez em 2005).

Os depoimentos acima demonstram que a repressão pela omissão (ou participação direta) do Estado já acontecia antes do regime ditatorial. Após o golpe, entretanto, tornou-se ainda mais fácil para os *grileiros* a prática de violências, dado o clima de impunidade criado em relação a ações de perseguição a qualquer pessoa ou grupo que não representasse os interesses dos mandatários locais, tivesse ou não algum tipo de proximidade com as ações de resistência.

A tomada do poder pelos militares em abril de 1964 constitui um marco nas narrativas dos moradores. Todas as atividades organizadas pelo STR de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia foram interrompidas e, em nome da “revolução”, a liberdade dos jagunços e pistoleiros para queimar casas, destruir lavouras e espancar, ameaçar e assassinar posseiros aumentou consideravelmente.[17] Além disso, cresceram as parcerias estabelecidas entre os pretensos donos da Fazenda e agentes policiais, o que facilitava detenções e fortalecia a certeza da impunidade (CUNHA, 1994). Os relatos a seguir fazem menção a este período:

> Eles se uniram e fizeram coisas terríveis, que eu acredito que nem foi a própria revolução – eu acho que alguém se apoderou da época e fez as mal-

17 Há diferentes versões sobre o que aconteceu de fato, com o Sindicato após o golpe. Cunha e Tosta (1994) afirmam que ele foi fechado. Dona Rosa e seu Silvio corroboraram tal afirmativa. Posseiros entrevistados durante trabalho de campo realizado em novembro de 2014, entretanto, relatam que o sindicato “beirou a fechar”, mas continuou funcionando com outras lideranças e com auxílio de mediadores da Fetag/RJ ligados aos Círculos Operários Católicos, com destaque para Acácio Fernandes.

> dades. Na época da revolução a polícia veio aqui e prendeu, espancou, levou várias pessoas ao desespero, como teve um senhor que se suicidou. [...]
> Nós sofremos muito. Era muita casa incendiada, lavoura destruída, lavradores presos. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).

> Na revolução todo mundo teve que correr mesmo, porque a polícia veio, prendeu, bateu e tal. Todo mundo se afastou. Incendiaram o sindicato e nós ficamos sem sindicato. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Marcelo Ernandes em 2005).

> Naquele tempo, se a gente sorria, era preso. Só aqui foram 20 e poucos. Quem era associado era preso. Eu levava umas comidas pro pessoal escondido no mato. (Antonio da Silva Fernandes, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

As perseguições se ancoravam no combate à subversão e ao comunismo, muito embora estes fossem termos pouco conhecidos entre os posseiros da Fazenda Campos Novos. Os pretensos fazendeiros valiam-se das estratégias e do aparato estatal de repressão para atingir seus objetivos de desocupar as terras e amedrontar todos aqueles que ensaiassem qualquer tipo de resistência aos despejos.

> Os fazendeiros queriam roubar o nosso direito e a gente não deixava. Aí o que eles faziam? Taxavam a gente de comunista. (Inácio Joaquim da Silveira, entrevista concedida a Fabrício Teló em 2014).

> Inventaram que aqui tinha armas, que tinha comunista. Queriam aproveitar o momento da revolução para expulsar a gente. (João dos Santos, entrevista concedida a Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares em 17/06/2015).

No mesmo sentido de tais depoimentos, reportagens de jornais como o *Jornal do Brasil* e *Última Hora* noticiaram a agudização da violência na região:

> Uma comissão de lavradores da Fazenda Campos Novos, localizada em São Pedro da Aldeia, estado do Rio de Janeiro, esteve ontem na redação do Jornal do Brasil denunciando a derrubada de suas casas e os espancamentos que vêm sofrendo de um grupo de homens liderado pelo Sr. Dácio Pereira de Souza, o qual, afirmando que "justiça é só dinheiro", procura expulsá-los das terras que cultivam há 30 anos. [...] Após a revolução de Março, a situação dos lavradores piorou, pois suas terras foram invadidas por um oficial de Justiça e dois soldados que os obrigaram a assinar um papel concordando com o despejo. (Lavradores denunciam grupos que tentam tirar-lhes a terra empregando o terror. *Jornal do Brasil*, 16/06/1964, p. 13).

> Jagunços armados de espingardas e dizendo-se "agentes secretos" da DOPS voltaram a aterrorizar os lavradores da Fazenda Campos Novos e Caveira. [...]. Aproveitando-se da cobertura policial que receberam nos primeiros dias de abril, quando denunciaram dezenas de lavradores como "agentes subversivos", incendiaram barracos e destruíram lavouras, os grileiros e seus capangas voltaram a perseguir os camponeses [...]. Logo após a vitória do movimento chamado "revolucionário", os grileiros Dácio e Zé Gringo desfecharam verdadeira ofensiva de terror contra os lavradores, no que contaram com a ajuda da Polícia e com a omissão da Justiça local [...]. França, que se proclama investigador da DOPS, expulsou vários lavradores de suas lavouras, inclusive João Povoas que, desesperado, bebeu veneno e está entre a vida e a morte no hospital de Campos. (Grileiros voltam a aterrorizar lavradores de Cabo Frio e São Pedro. *Última Hora*, 17/07/1964, p. 5).

A *revolução* e os anos que a sucederam representaram o fim de todo o trabalho organizado pelos moradores, mas foi também o período em que eles obtiveram o primeiro reconhecimento judicial do direito àquelas terras. Ainda em 1964, o fazendeiro deu início a um processo judicial reivindicando a reintegração de posse da área, alegando que os posseiros eram comunistas e tinham invadido sua propriedade (TOSTA, 2005). Nesta ocasião, o juiz responsável pela condução do litígio solicitou ao pretenso dono do complexo Campos Novos que comprovasse a legitimidade de sua afirmação através da apresentação da escritura da área demandada, o que nunca ocorreu. Em 1966, uma decisão judicial foi expedida em favor dos moradores de Botafogo, concedendo-lhes o direito a permanecerem no

território.[18] Tal decisão, entretanto, não conferia a posse juramentada aos moradores e não encerrou os conflitos e violências decorrentes da situação de disputa.

A década de 1970 foi especialmente conturbada para os lavradores. Conforme já discutimos, as informações sobre os supostos fazendeiros e suas posses na Fazenda Campos Novos são desencontradas, especialmente a partir da década de 1970, quando, segundo Dona Rosa, "passaram pra mais de 10 ou 20 donos". Mais do que uma imprecisão factual, esta dificuldade de visualização cronológica da sucessão de proprietários associa-se intimamente à intensificação dos processos de grilagem para fins de loteamento urbano e especulação imobiliária, capitaneados por projetos turísticos que caracterizaram o sentido político e econômico dos municípios da região no período que estamos agora analisando.

De acordo com Luz (2012), o processo de transformação das terras agrícolas em empreendimentos imobiliários destinados à especulação obedece a um expediente operacional observado em quase todas as áreas agricultáveis do Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XX. Debruçada especificamente sobre o que é hoje reconhecido como "Quilombo da Rasa", área de Búzios pertencente à antiga Fazenda Campos Novos, a autora faz referência a uma expulsão em massa de moradores na década de 1960 por conta do empreendimento "Loteamento Praias Rasas", administrado por José Neves Pinto. Também menciona a empresa Serviços Aéreos do Sul, presidida por José Bento Ribeiro Dantas, que teria "atuado muito em Búzios, abrindo muitas estradas e começando uma indústria do grilo na região". Em 1974, por sua vez, foi inaugurada, após quase uma década de obras, a Ponte Presidente Costa e Silva, popularmente conhecida como Ponte Rio-Niterói. Simultaneamente, iniciou-se a construção da Rodovia Litorânea que, com traçado de 180 quilômetros, ligou Niterói a Rio das Ostras. Ambos os empreendimentos caminhavam de mãos dadas com um projeto de desenvolvimento econômico pautado em investimentos de cunho turístico no litoral do estado do Rio de Janeiro.[19] Trechos destaca-

18 Ver/. Ação garante posse aos lavradores da Fazenda. *O Fluminense*, 28/06/1973, onde há uma síntese com a história da região e a íntegra da ação. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: Junho 2015.

19 A respeito, ver capítulo de autoria de Iby Montenegro de Silva, neste volume.

dos de uma matéria do *Jornal do Brasil* dão a dimensão do que estamos buscando demonstrar:

> O turismo em bases amadoras, que ainda se realiza em algumas cidades da Região dos Lagos, onde o bucolismo da paisagem e a vida sem sofisticação ainda são os maiores atrativos, estão com os dias contados com a construção da Rodovia Litorânea, que vai transformá-las em balneários com as características dos centros internacionais do gênero. [...] grupos imobiliários e financeiros se movem reservando áreas e realizando projetos milionários que prevêem cidades para 50 mil pessoas. [...] Na Fazenda Campos Novos, 3 mil e 300 alqueires de terra estão reservados para o grupo paulista Lutfalla S/A, que vai erguer no local um balneário. [...] A notícia da construção da Rodovia já se espalhou e um pequeno pedaço de terra passou, pelo conhecimento da presença da estrada, a ter seu valor quintuplicado. (Rodovia Litorânea valoriza áreas na Região dos Lagos. *Jornal do Brasil*, 21/10/1973, p. 5).

Intimamente associada à valorização das terras por este processo de incremento turístico, somado à perseguição conduzida pela ditadura a todos aqueles que se envolvessem, direta ou indiretamente, nas lutas por terra, a violência contra os posseiros de Campos Novos se intensificou na década de 1970 de maneira a rememorar os episódios do imediato pós-golpe. Os depoimentos corroboram para a construção do cenário de repressão privada articulada com a repressão estatal para fins de expulsão dos lavradores em prol dos interesses especulativos.

> O negócio deles era expulsar os posseiros visando coisas futuras. Na década de 1970 o Jatobá fez miséria. Desde a época do Marquês já tinha loteamento, mas depois ficou pior. O Jatobá veio dizendo que era do Forte Marechal Hermes, um quartel que tem em Macaé. Tudo que ele pode fazer de maldade, ele fez. Ele trouxe o nome do Forte pra amedrontar os lavradores, para os lavradores deixarem suas terras, para eles fazerem sua especulação imobiliária. Não tinha um lavrador que tivesse um pé de laranja, que ele tinha arrancado tudo. Tinha incendiado casa, tentaram incendiar a minha casa de farinha. E as chácaras? Não deixaram nada. Então de 70 pra cá nós tivemos que fazer novas lavouras, porque Manoel Jatobá destruiu tudo.

> [...]
> 1970 foi uma época que reviveu tudo o que teve em 1964. Muitos lavradores foram embora. Antes era uma coisa maravilhosa. Tudo que você procurava de lavoura tinha aqui. O Cunha Bueno jogou todo mundo da Baía Formosa na rua, todos os lavradores. Mas ficaram 14 famílias que resolveram resistir e fizeram ali uma lavoura grande. O Cunha Bueno, acobertado pela polícia de Cabo Frio, pelo comandante Bianchinni, passou o trator ali, destruiu tudo. (Rosa Geralda da Silveira e posseiros não identificados por nome, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sonia Lacerda em 1983).

As violências não se restringiam a ameaças, prisões ou destruição de benfeitorias. Em alguns casos, chegaram ocorrer assassinatos, como relata o seguinte documento da Fetag/RJ:

> Em 1973, o posseiro conhecido na região como "Manoel Mangueira", um dos mais antigos ocupantes do imóvel, após ter sido ameaçado pelos ditos proprietários da fazenda, Jamil Cury Mizziara e França Cesário Cury, fora assassinado misteriosamente em sua área de posse, durante a noite". "O aguçamento da situação prende-se ao fato de o irmão do Sr. Jamil Mizziara, Sr. França Mizziara, atual (1973) administrador da Fazenda, tentar entrar na área ocupada pelos posseiros com trator para construção de ruas, destruindo, consequentemente, a lavoura dos posseiros. Como houve resistência dos trabalhadores em permitir a entrada da máquina, o Sr. França, arbitrariamente, convocou força policial para, numa verdadeira guerra simulada, intimidar os trabalhadores, expondo, assim, a vida deles. (Ofício nº AJ/296/77 da Fetag/RJ à Coordenadoria Regional do Leste Meridional do Rio de Janeiro do Incra em 28/11/1977, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

Em 28/11/1977, a Fetag/RJ enviou ofício ao coordenador regional do Incra no Meridional Leste do RJ apresentando um novo relatório da situação. Nele constavam os depoimentos de seis posseiros da Fazenda Campos Novos. Diz o ofício:

> [...] o clima de violência, antes latente, passou a concretizar-se na forma de tiroteio, com utilização de policiais à paisana armados de revólveres e metralhadoras. Felizmente, por enquanto, não houve mortes. Mas é de se

> ressaltar a prisão ilegal do filho de um dos posseiros, menor que foi solto no mesmo dia. (Ofício nº AJ/296/77 da Fetag/RJ à Coordenadoria Regional do Leste Meridional do Rio de Janeiro do Incra em 28/11/1977 – MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

No ano seguinte, a Fetag/RJ relata outro caso de violência, que também resultou na morte de um *posseiro*, ocorrido em 20/02/1978. Há de se destacar, neste documento, a denúncia sobre o envolvimento de agentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

> O posseiro Benício Gomes de Oliveira, foi violentamente agredido pelo jagunço da Fazenda, de nome José Cordeiro, vulgo José Florzinha, o qual, além de ter realizado derrubadas a trator na área de Benício, durante vários dias, culminou por desfechar vários tiros contra o citado posseiro, vindo um deles a penetrar no peito de Benício, que somente por sorte não lhe tirou a vida. Vale enfatizar que a violência e crueldade do jagunço Zé Florzinha é tal, que além de ter atirado a queima-roupa no peito do posseiro Benício, atingindo-o quase mortalmente, sequer prestou-lhe o menor socorro, tendo abandonado o Sr. Benício ferido no meio de sua roça e fugido imediatamente do local no carro oficial do IBDF, acompanhado por duas pessoas conhecidas no local como sendo guardas florestais da referida entidade, e que inclusive instigaram o jagunço a atirar no posseiro e que tudo assistiram. Este fato foi registrado na Delegacia de Polícia de Cabo Frio, no livro Par às folhas 107 e 108, sob o nº 489/78 e está sendo apurado através de inquérito policial. (Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

> Chamamos ainda a atenção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão responsável pela preservação de nossas reservas florestais, para a atitude que certos funcionários dessa instituição vêm assumindo naquela Fazenda, os quais, fugindo de suas atribuições, vêm ao que tudo faz crer, contribuindo com as arbitrariedades investidas contra os posseiros.[20] Conforme depoimento de várias testemunhas, estes funcionários

20 No documento a palavra está ilegível, mas, pelo contexto, é possível inferir que se trata de uma palavra que conota favorecimento, contribuição, acordo.

> estão acobertando as perseguições aos posseiros, conforme ocorreu no dia 20 de fevereiro do corrente (1978) quando o jagunço Zé Florzinha foi conduzido até a área de Benício em carro oficial daquela repartição e praticou a agressão contra o Sr. Benicio em presença de duas pessoas que o acompanhavam e que são conhecidas como guardas florestais do IBDF. E o que é pior, foram tais guardas que instigaram o Florzinha a atirar em Benício e deram fuga ao jagunço no mesmo carro oficial da Repartição, abandonando o posseiro baleado no meio de sua lavoura, sem qualquer socorro. (Ofício nº 128/AJ/78 da Fetag/RJ à Contag de 10/05/1978, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

Os relatórios da Fetag sobre as situações de violência na região de Campos Novos adentram a década de 1980 e seguem denunciando a parceria entre agentes públicos e privados nas tentativas de despejo e ameaças dirigidas contra os trabalhadores rurais. Se os imediatos primeiros anos da ditadura militar e a década de 1970 representaram, para os lavradores, os momentos de maior repressão e violação de direitos, a trajetória que estamos buscando apresentar deixa claro que as situações conflitivas na região rural de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia são anteriores ao golpe e mantêm-se mesmo durante o processo de redemocratização.

Redemocratização, reorganização dos trabalhadores e desapropriações

No tópico anterior, acionamos diversos relatórios sindicais, materiais jornalísticos e depoimentos que descrevem bastante bem o tensionamento que, nas duas primeiras décadas de regime militar, caracterizou o cotidiano dos *posseiros* do complexo de terras da Fazenda Campos Novos. Embora, pelos motivos já discutidos, a década de 1970 tenha sido especialmente conflitiva e violenta no tocante à questão agrária dos municípios da Baixada Litorânea, algumas iniciativas de mobilização, suprimidas pelo regime de exceção, voltaram à pauta dos camponeses da região.

Em 28/02/1974, em uma assembleia que reuniu "pra mais de 500 lavradores", o grupo que esteve à frente do STR de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia no pré-64 conseguiu reorganizar uma entidade sindical no segundo

município. Sobre este processo, D. Rosa e Sebastião Lan,[21] importante liderança sindical da região e presidente do STR de São Pedro da Aldeia entre 1975 e 1981, nos contam, respectivamente, que:

> A Federação nos dizia que não tinha nada com os lavradores de Campos Novos porque não existia o sindicato. [...] Se era a Federação dos Lavradores do Rio, eu ia lá pra perturbar o Eraldo pra conseguir reabrir o sindicato. Foi aí que começou o sindicato novamente. O sindicato custou muito a formar. Não era o Acácio que não queria o sindicato, eram os lavradores que tinham medo, porque só de falar na reforma agrária a polícia vinha prender. Mas veio a necessidade do sindicato. Veio o Nicanor e uma pessoa que eu não me lembro o nome. Fomos pra São Pedro da Aldeia, tivemos o apoio do Padre Aldo que nos ajudou muito e cedeu um salão na igreja pra ser a sede. (Rosa Geralda da Silveira, entrevista concedida a Leonilde Medeiros e Sônia Lacerda em 1983).[22]

> Sobre a formação do nosso sindicato, eu queria dizer que foi uma questão de necessidade. Na época, em 1974 não existia sindicato na região. Mas em 1968 já tinha muito problema. O fazendeiro começou a pressionar na justiça, com jagunço, com administrador botando cerca e boi na nossa roça. Então nós ficamos em desespero. Em conversa lá no Gragoá, na Reta da Rasa, pensamos como resolver nosso problema. Aí algum falou que tinha uma tal de federação em Niterói, doutor Rodolfo lá da federação. Aí fizemos uma vaquinha e foram três companheiros. A Federação marcou uma primeira reunião, a gente já ficou com esperança. Aí a Federação entrou com uma ação na justiça, Dr. Rodolfo e Dra. Angélica, que pegou a batata quente. Mas

21 Sebastião Lan nasceu em 23/09/1942 no Espírito Santo. Chegou à Fazenda Campos Novos em 1969.

22 Padre Aldo Ramasauskas, nascido em São Paulo, mas de família lituânia, foi pároco de São Pedro da Aldeia entre 1965 e 1993, quando faleceu. Em entrevista concedida a Aline Borghoff, Fabrício Teló e Ana Claudia Tavares em junho de 2015, Inês de Oliveira Leite, diretora do Centro Educacional Missão de São Pedro – escola fundada por Padre Aldo (assim como o Hospital da Missão) em 1967 para "atender as necessidades educacionais dos filhos de militares que se instalavam na Base Aérea Naval de São Pedro da Aldeia" – contou que o pároco era "fã da Teologia da Libertação" e que, inclusive, teria escondido em sua escola o Frei Beto e outros religiosos perseguidos pelo regime ditatorial.

> como não tinha sindicato ficava difícil. Como a gente ia acompanhar esse processo? A Federação disse que não dava pra acompanhar aqui toda semana, que tinha outros municípios pra olhar, e que a solução era reunir pra ver se conseguia fundar um sindicato. (Sebastião Lan, entrevista concedida a Leonilde Medeiros em 1983).

Inicialmente, a pretensão dos lavradores era fundar um sindicato de Cabo Frio. Lan e Dona Rosa, entretanto, chamam atenção para as dificuldades que encontraram para atingir, em 1974, este objetivo. Segundo eles, a Fetag teria analisado que, naquele momento, "Cabo Frio era uma área de atrito e conflito, onde os companheiros estavam sendo taxados de comunistas e subversivos" e que, portanto, seria melhor que se fundasse um sindicato em São Pedro da Aldeia. Até 1976, esta organização teria "representado também todo o pessoal de Cabo Frio, que não tinha sindicato", e tal arranjo é narrado como positivo até "que veio uma necessidade de desmembrar a entidade". Por um lado, esta necessidade é associada à importância de incentivar os trabalhadores de Cabo Frio a terem seu próprio espaço de representação. Por outro, há depoimentos que argumentam que a separação teria ocorrido como consequência de atritos entre correntes e que o pessoal teria começado a "se dividir" e a "ter problemas pessoais".

O STR de Cabo Frio foi fundado em 1978, como nos narra a reportagem do jornal *O Fluminense*:

> Em assembleia realizada na Câmara de Vereadores com a presença de dezenas de lavradores, acaba de ser fundado o STR de Cabo Frio. A sessão, presidida pelo presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Rio e pelo vereador Wilmar Monteiro, não só aprovou o estatuto da entidade como também elegeu sua primeira diretoria. O Sr. Jonail Pereira é o dirigente sindical. [...] A fundação do sindicato "é uma luta de muitos anos, e dependeu do apoio do sindicato de São Pedro da Aldeia, onde já existem cerca de 1600 trabalhadores sindicalizados. [...] A criação do STR de Cabo Frio partiu do apoio por parte do congênere de São Pedro da Aldeia, onde o Sr. Jonail era suplente do presidente Sebastião Lan. A primeira diretoria é a seguinte: Efetivos: Jonail Bento Pereira (presidente), Nilso de Anchieta (secretário), Darci Gonçalves (tesoureiro). Suplentes: Luis Ribeiro de Macedo e Virgílio Ribeiro Ismeirim e Geraldo Martinho Leal. Conselho fiscal: Joa-

quim Rodrigues, Silvio da Silveira e Evaristo da Silva (efetivos). Suplentes: Gessi Fernandes de Souza, Antônio Carlos Gonçalves e Ademar Moreira da Silva. (Trabalhadores rurais de Cabo Frio já têm sindicato defendendo seus direitos. *O Fluminense*, 14/04/1978, p. 3).

Não muito depois de sua fundação, segundo relatos acessados por esta pesquisa, "começou a entrar muito companheiro no movimento dizendo que era trabalhador rural, mas que fazia parte de uma corrente mais ligada aos fazendeiros". Teria havido, nesta época, uma grande desmotivação dos trabalhadores em acompanhar o trabalho do sindicato. O diretor citado por Dona Rosa e Lan como responsável por esta corrente, que "dava mais cobertura ao administrador que ao posseiro e fazia reunião com a fazenda", era Darci Gonçalves. Como reação à "traição" que Darci representava aos lavradores da região, Sebastião e outras lideranças foram à rádio de Cabo Frio denunciar publicamente os arranjos entre ele e os fazendeiros. Por causa destas denúncias, a Fetag "notificou o sindicato", "deu um curso de uns dias", mas "botou panos quentes na situação". Mais tarde, em 1985, Sebastião Lan foi eleito presidente do STR de Cabo Frio.

A Lei da Anistia, de 1979, marcou o início do que se costuma chamar de "abertura democrática" e se tornou mais fácil para os trabalhadores se organizarem e promoverem manifestações no intuito de disputar a definição dos problemas públicos a serem objeto de preocupação societária. Assim, para além das disputas entre correntes sindicais que puderam se tornar mais explícitas e competitivas, outras questões entraram na pauta dos trabalhadores rurais. Neste sentido, o início da década de 1980 marcou um novo cenário para as questões fundiárias no país. O tema da redistribuição de terras ganhou algum espaço na pauta do poder público, que delegou ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a instauração e o acompanhamento dos processos de desapropriação de áreas para a reforma agrária.

Em 26/06/1980, o jornal *O Fluminense* publicou uma matéria sobre a iminência de eclosão de novos conflitos fundiários na Fazenda Campos Novos. De acordo com a reportagem, um documento da Fetag enviado ao general Luiz José Torres Marques pedia medidas urgentes para a solução da situação da posse da terra na região. O STR de Cabo Frio reiterava o pedido de desapropriação do imóvel visando o assentamento de 350 famílias de agricultores. Também segundo o jornal *O Fluminense*, os campone-

ses da Região dos Lagos, liderados pelo STR de Cabo Frio, realizaram um ato público na Praça Porto Rocha para "sensibilizar as autoridades para a desapropriação das terras ocupadas por posseiros" (Camponeses em ato público pleiteiam posse de terras. *O Fluminense*, 13/03/1981, p. 8). Em nota publicada pelo mesmo periódico em dezembro de 1981, os critérios do Incra não consideravam a Região dos Lagos prioritária na ordem das desapropriações motivadas por tensão social, apesar das diversas denúncias de violência relacionadas à Fazenda Campos Novos e da "duvidosa origem da papelada em posse de seus supostos donos" (Mais um capítulo da retrospectiva-81. *O Fluminense*, 21/12/1981, p. 8).

Em entrevista concedida ao *O Fluminense*, os advogados do STR de Cabo Frio, Márcio Pucú e Alves Ribeiro, levantaram hipóteses para buscar compreender os entraves relativos ao encaminhamento do processo de desapropriação da fazenda em questão:

> Cabo Frio é o município do estado do Rio de Janeiro onde ocorrem as maiores lutas em torno da posse da terra. A origem do problema se reduz, segundo os advogados do sindicato, a dois pontos básicos: a hipervalorização da terra, ocorrida depois da construção da Ponte Rio-Niterói, que tornou o valor do solo mais alto que a sua capacidade de produção, e a alta concentração de propriedades nas mãos de poucos. [...] Márcio Pucú revela que muitas vezes o interesse do grande proprietário em expulsar o posseiro está ligado aos lucros imobiliários envolvidos na venda de uma terra que vale mais parada e estéril do que produzindo víveres. [...] A posição dos advogados coincide com a do presidente do STR: a solução é a desapropriação por Decreto Federal, como recomenda o Estatuto da Terra em casos de área com tensão social. [...] O dr. Pucú diz: "Embora os posseiros tenham todo o direito à posse das terras por usucapião, a lei recentemente promulgada pelo presidente Figueiredo é inaplicável no caso, pois dá um encaminhamento individual enquanto que o problema dos posseiros da fazenda é coletivo. Caberia, no caso, a desapropriação geral das terras por decreto, e a posterior titulação das terras a cada família de proprietários". (Polícia prende lavradores na Fazenda Campos Novos. *O Fluminense*, 21/09/1982, p. 12).

Depois de diversas mobilizações em frente à sede regional do Incra no Rio de Janeiro, finalmente foi conquistada, no ano de 1983, a desapropria-

ção para fins de reforma agrária de uma área de 3.203 hectares da parte da Fazenda Campos Novos referente à Fazenda Botafogo, situada no município de Cabo Frio. Sob a alegação de que "não havia hectares suficientes que atendessem a desapropriação", a parte da fazenda localizada em São Pedro da Aldeia ficou excluída da iniciativa. O processo, portanto, foi controverso e repercute até os dias de hoje nas novas demandas dos moradores da região. Segundo Tosta (2005), os critérios utilizados pelo Incra para definir as famílias que seriam assentadas (a definição de trabalhador rural referia-se apenas àqueles que não tivessem qualquer tipo de trabalho em áreas urbanas; estabelecimento da idade de 65 para os beneficiários e a forma de delimitação dos lotes) chocavam-se com os costumes e a história dos ocupantes de Botafogo de modo a excluir e ameaçar aqueles que seriam os maiores detentores do direito à posse da terra. Desta forma, "ao distribuir terra a todos de maneira padronizada e ao desconsiderar as práticas costumeiras, o Incra não garantia a regularização das terras onde os posseiros já se encontravam trabalhando há décadas (TOSTA, 2005, p. 77).

Sendo assim, a desapropriação da Fazenda Campos Novos relativa a Botafogo/Cabo Frio não encerrou as disputas por terra na região, e a parte referente a São Pedro da Aldeia continuou sendo alvo de frequentes conflitos entre posseiros e pretensos fazendeiros. Segundo Ivo Saldanha, prefeito de Cabo Frio entre os anos 1989 e 1992, o Incra não teve competência para resolver a questão de terras, pois todo o entorno da área desapropriada permaneceu tomado por "monoculturas, especulação imobiliária e grilagem".[23] Como já discutimos através da reprodução de uma série de documentos e entrevistas, embora o processo de redemocratização e a primeira desapropriação de parte da fazenda tenham representado a abertura de algumas possibilidades de reorganização e mobilização dos trabalhadores, as violências perpetradas por *grileiros* e suas milícias privadas, por vezes acobertadas por agentes estatais de repressão, não cessaram ao longo dos anos 1980, mesmo após a desapropriação de parte da Fazenda.

No dia 6 de junho de 1988, o presidente do STR de Cabo Frio e principal liderança dos camponeses da Baixada Litorânea, Sebastião Lan, foi abordado por dois homens no ponto de ônibus do Km 123 da Rodovia Ama-

23 Depoimento retirado do documentário "Lan", de Milton Alencar Jr. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yBcMmc7u5PE>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ral Peixoto e levou seis tiros. Quatro dias depois faleceu. Segundo matéria do *Jornal do Brasil* (Posseiro de Cabo Frio é baleado por desconhecidos, 07/06/1988, p. 10), ele se reuniria no dia seguinte em Brasília com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, para denunciar violências contra posseiros. De acordo com a mesma nota, Lan já havia alertado as autoridades para as ameaças de morte que vinha sofrendo há pelo menos três meses por defender a desapropriação de áreas da fazenda e de outras terras ocupadas por posseiros nos municípios de Cabo Frio e São Pedro da Aldeia.

O *Jornal do Brasil*, na matéria "Posseiro faz denúncia contra a UDR antes de sofrer atentado", publicada no dia 8 de junho de 1988, também noticiou que o assassinato de Sebastião Lan teria sido articulado numa reunião da UDR realizada em Botafogo, área da Fazenda Campos Novos. Segundo Hélio Luz, delegado responsável por apurar o caso, "os únicos que teriam a ganhar com a morte do líder seriam o dono da sede da Fazenda Campos Novos, Jamil Mizziara, o seu administrador Hermes Vicente e os demais grileiros da região". A matéria salienta que, após a desapropriação de parte das terras, eclodiu uma série de conflitos entre os posseiros e estes pretensos proprietários. No dia 5 de julho de 1988, reportagem do mesmo jornal informou que o delegado Luz havia indiciado Mizziara como "mandante do assassínio contra o líder rural Sebastião Lan". Foi encontrado no apartamento do fazendeiro um bilhete que autorizava Hermes Vicente a pagar 50 mil cruzados (moeda da época) ao soldado da polícia militar Di Stefanno Ananias de Jesus para executar o crime. O policial, o gerente da fazenda e o jagunço Zé Florzinha corroboraram a responsabilidade de Mizziara na concepção do crime. Em maio de 1990, entretanto, o Tribunal de Justiça decidiu inocentar o latifundiário.

Em 1993, pouco depois da posse do prefeito José Bonifácio Ferreira Novellino, as áreas da Fazenda Campos Novos referentes à sua sede, à igreja de Santo Inácio, ao cemitério anexo e demais benfeitorias situadas na elevação, além da planície no seu entorno que se estende até a margem direita do Rio Una, foram desapropriadas pela administração municipal. A Prefeitura de Cabo Frio instalou ali a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e a sede local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). O salão principal da fazenda passou a abrigar a Biblioteca do Araçá (CUNHA, 1994). Em 15 de maio de 2014, o sítio da antiga Fazenda Campos Novos foi tombado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio

Cultural, que se reuniu no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Demarcação de territórios quilombolas na Fazenda Campos Novos

Escapa às possibilidades deste trabalho o estudo aprofundado sobre os processos de regularização e titulação de terras da Fazenda Campos Novos como territórios remanescentes de quilombo.[24] Esta discussão, além de uma bibliografia e instrumentos teóricos específicos, demandaria um esforço de pesquisa e trabalho de campo que ultrapassa nossos objetivos iniciais. No entanto, acreditamos ser importante situar o leitor sobre processos que correm neste sentido, entendendo-os, em alguns aspectos, como continuidade da trajetória de ocupação, conflito e resistências que tentamos delinear ao longo deste texto.

O artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 reconheceu aos "remanescentes das comunidades de quilombo" a "propriedade definitiva" das terras que "estejam ocupando", assim como a obrigação do Estado em "emitir-lhes os títulos respectivos". Segundo Arruti (2005, p. 66), essa cláusula implicou em inovações no plano do direito fundiário e agrário, mas, também, no plano do imaginário social, da historiografia, dos estudos antropológicos e sociológicos sobre as populações camponesas e das políticas públicas que envolvem tais populações. A institucionalização da categoria "remanescentes de quilombo", portanto, foi criada pelo mesmo ato que a instituiu como sujeito político de direitos fundiários e, de forma mais geral, "culturais". Há, de acordo com esta análise, uma correlação direta entre o reconhecimento de direitos

24 Em 1999, a Fundação Cultural Palmares reconheceu, na forma do art. 68 da ADCT, a existência de duas comunidades remanescentes de quilombo na área pertencente à Fazenda Campos Novos, localizadas nas Fazenda da Caveira, em São Pedro da Aldeia, e Rasa, em Armação de Búzios. Embora reconhecidas, as comunidades ainda não receberam os títulos de suas terras e, portanto, permanecem em conflito com supostos proprietários de terras. A comunidade de Preto Forro, localizada no bairro Angelim, em Cabo Frio, entre duas fazendas subsidiárias da Fazenda Campos Novos (Vinhático e Palmeiras), deu entrada no seu pedido de reconhecimento através do Ministério Público Federal em 2001, e foi a primeira no país a ter o título de posse inserido no Registro Geral de Imóveis.

territoriais embasados em identidades socioculturais e a problemática fundiária, que passa a ser condicionada à construção de uma nova política agrária que tenha entre os seus princípios o reconhecimento das diversas formas de ocupação do campo (ANDRADE; TRECANI, 1991, p. 36).

Dentre toda a complexidade que envolve o reconhecimento jurídico destes grupos sociais pelo Estado, nos interessa apenas, neste texto, salientar que a mobilização cada vez maior pela busca de direitos, impulsionada pelo artigo 68, caminha de mãos dadas com um largo processo de recuperação e reenquadramento de memórias, até então recalcadas, que revelam laços históricos entre as comunidades negras rurais contemporâneas e grupos de escravos que ocuparam toda a extensão do território brasileiro. Como sugerimos no início deste artigo, memória associa-se a direitos, e o que está em jogo em qualquer esforço coletivo pelo reconhecimento oficial como comunidade remanescente de quilombos são sempre os conflitos fundiários em que tais comunidades estão envolvidas, "e não qualquer desejo memorialístico de se afirmar como continuidade daquelas metáforas da resistência escrava e do 'mundo africano entre nós', que foram os quilombos históricos" (ARRUTI, 2005, p. 82).

Como pudemos notar, as menções ao passado escravocrata da Fazenda Campos Novos são recorrentes nos depoimentos dos moradores que destacamos ao longo deste capítulo. Dentre estes relatos, há alguns que datam de anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988 e outros mais recentes. Ainda que não possamos, portanto, costurar uma associação direta entre o acionamento destas memórias e os direitos especificamente conquistados pelo artigo 68, nos parece razoável sugerir que o reconhecimento de uma experiência comum de um desrespeito histórico típico, a escravidão, e sua tradução em resistências perpassaram a trajetória dos conflitos fundiários na região e foram se reenquadrando no arcabouço político e jurídico de cada conjuntura. Em outras palavras: se ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970 a menção à descendência escrava fortalecia as demandas pelo direito à terra com base na ocupação ancestral pelos lavradores, após 1988 esta mesma luta atualiza-se, ao menos em alguns povoados de Campos Novos, como luta pela garantia de direitos territoriais diferenciados. A dimensão conflitiva da situação fundiária é, desta forma, substantiva aos diferentes momentos históricos que estamos trazendo à discussão, embora, em cada um deles, variem os instrumentos, atores e repertórios de ação atuantes e disponíveis.

É preciso sublinhar também que, da mesma forma que as desapropriações de terras nos moldes de uma incipiente reforma agrária não são sinônimo de resolução de conflitos, como nos demonstrou a experiência de Botafogo, as desapropriações calcadas no reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos também não cessam, necessariamente, os tensionamentos sociais preexistentes ao novo enquadramento jurídico da questão agrária. O processo burocrático que envolve a demarcação, além de fazer eclodir novos atritos entre quilombolas e fazendeiros/*grileiros*, também pode gerar determinados desconfortos entre os ocupantes da região a ser desapropriada, já que nem todos se autoidentificam como remanescentes ou estão dispostos a se adequar às condições que a titulação pressupõe. Esta situação é particularmente notável na área da Fazenda Caveira.

O primeiro laudo antropológico elaborado, em 1998, para o reconhecimento deste território reivindicava a área delimitada em 720,73 hectares compreendida em sua totalidade dentro dos limites do município de São Pedro da Aldeia como território remanescente de quilombo. Esta delimitação foi amplamente questionada, uma vez que excluía, com base em questões administrativas e não históricas, a área da fazenda situada em Cabo Frio. Por outro lado, uma nova revisão destes limites territoriais acarretaria um significativo atraso no processo de regularização fundiária para os moradores da Caveira, uma vez que a situação do assentamento Campos Novos, em Cabo Frio, deveria ser revertida. Outra situação delicada deste processo se refere à composição social heterogênea da população que ocupa a área. O histórico de conflitos fundiários promoveu, ao longo dos anos, como pudemos observar nos tópicos anteriores, uma série de reestruturações espaciais e organizativas no cotidiano dos ocupantes da fazenda e, para além dos "troncos originais, descendentes de escravos", o território foi ocupado por moradores de "boa fé" – aqueles que vieram convidados pelos moradores antigos e se somaram à luta pela terra nos conflitos iniciados nos anos 1950 – e por moradores "infiltrados", que não possuem nenhum vínculo direto com a comunidade original. Há, neste sentido, uma preocupação entre os que reivindicam o reconhecimento em não desapropriar os ocupantes que ajudaram a construir a resistência de permanência na região (MPF, 2009).

Trata-se de uma situação formada, nitidamente, pelas constantes reordenações populacionais e espaciais ocorridas ao longo dos anos através de

ações de expulsão e despejo, mas que também reflete as consequências das diversas estratégias acionadas pelos *posseiros* no sentido de permanecerem em suas terras. Acreditamos, portanto, ser possível e necessário pensarmos os conflitos e resistências atuais na chave das continuidades de uma situação fundiária instável e, *a priori*, conflitiva.

Considerações finais

Discutimos ao longo do presente capítulo, e em consonância com os demais casos trabalhados nesta publicação, que os conflitos deflagrados na Fazenda Campos Novos entre camponeses e supostos proprietários de terra possuem raízes na fluidez dos limites das propriedades rurais e na fragilidade dos processos de seus registros formais de posse, compra e venda. A origem jesuíta e escravocrata do território em questão, doado como sesmaria à ordem religiosa em meados do século XVII, nos ajudou a pensar, neste sentido, sobre a conformação de uma situação permanentemente controversa em relação às fronteiras e sucessões da Fazenda e suas subsidiárias, além de ter nos fornecido uma contextualização necessária para a compreensão das dinâmicas sociais e de trabalho travadas entre ocupantes, ou *posseiros*, e fazendeiros, muitas vezes denominados, nos processos de luta e resistência, *grileiros*.

Chamamos a atenção para a histórica articulação entre agentes privados e públicos na organização e efetivação da violência e da repressão dirigidas aos lavradores nos processos de tentativa de despejo e perseguição política. Embora o golpe de 1964 e o projeto de desenvolvimento econômico da Baixada Litorânea, pautado em investimentos turísticos, tenham dado maior suporte às demandas dos supostos proprietários das terras do complexo de Campos Novos, as situações de violação de direitos capitaneadas pela aliança com forças polícias, políticas e judiciárias são anteriores à ditadura e permanecem vigentes mesmo após a redemocratização.

Ainda que não tenhamos podido nos debruçar com a atenção merecida sobre as especificidades do campesinato negro que historicamente foi sendo formado na região estudada, achamos importante incitar algumas reflexões sobre a relação entre passado escravocrata, memória e direitos. Argumentamos, neste sentido, que, apesar das particularidades próprias de

cada conjuntura histórica, a memória social e coletiva sobre determinadas situações reconhecidas como injustas são acionadas em defesa do direito à terra e ao território. Esta memória não é, portanto, estática.

Finalmente, defendemos que a reconstrução do passado de lutas e a formulação de uma história a contrapelo (BENJAMIN, 1986) constituem-se em condição basilar para a compreensão crítica dos processos contemporâneos, corporificados nas demandas por reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombo. Estamos falando, grosso modo, em situações diferenciadas no tempo, mas que compartilham uma origem comum e resultam em dinâmicas de expropriação, violação de direitos e organização de resistências.

Referências

ACCIOLI, Nilma. *José Gonçalves da Silva à Nação brasileira:* O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio. Niterói: Funarj (2012).

ANDRADE, Lúcia; TRECCANI, Girolamo. *Terras de quilombo*. [S.l.: s.n.], 1999.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo*: antropologia e história do processo de formação quilombola. Florianópolis: Edusc, 2005.

BARBOSA, M.; LAN, Sebastião. *Histórico do conflito fundiário* – Fazenda Campos Novos, Cabo Frio/RJ. [S.d.]. (MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I).

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas.* Magia e técnica, arte e política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CUNHA, Márcio W. A história da Fazenda Campos Novos. *O Canal*, 19 mar. 1994 e 29 abr. 1994. Disponível em: <www.fazendacamposnovos.blogspot.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ENGEMAN, Carlos; AMANTINO, Marcia. A fazenda de Campos Novos e sua história: séculos XVII e XVIII. In: *XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio*. Rio de Janeiro, UniRio, 19 a 23 de julho de 2010.

GOMES, Flávio dos S. *Mocambos e quilombos:* uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro:* 1950-1964. 2 v. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

KOINONIA. *Relatório parcial de caracterização da comunidade negra das terras de Preto Forro (bairro Angelim, município de Cabo Frio).* Rio de Janeiro, 2002.

MEDEIROS, Leonilde S. de (Coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br>.

MPF/PRRJ. P.A.08120.000907/99-09. *Quilombo Caveira – Acompanhamento do processo de regularização e titularização das respectivas terras de acordo com o art. 68 do ADCT – São Pedro da Aldeia*, 2009.

MPF. *Ação Civil Pública n° 2003.5108000313-7.* São Pedro da Aldeia, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCOTT, James. *Weapons of the weak:* everyday forms of peasant resistance. New Haven and London: Yale University Press. 1985.

TOSTA, Alessandra. *Contando histórias:* uma etnografia das narrativas e usos do passado em um povoado fluminense. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAPÍTULO 10

Turismo, ação empresarial e conflitos por terra no litoral sul fluminense

Iby Montenegro de Silva

Introdução

Entre os anos de 1964 e 1985 o Brasil viveu um período de negação de valores democráticos (RODRIGUES, 2014), muito embora não tenha sido homogêneo, tanto no que se refere às ações políticas, econômicas e sociais implementadas pelo governo, quanto no que diz respeito à repressão sobre aqueles que não se conformavam com suas concepções e ações.[1]

Os autores apontam para perspectivas diferentes no que diz respeito à periodização do governo civil-militar, em especial sobre seu término. Melo (2014), por exemplo, não concorda com a tese de que a abertura política se iniciou em 1979 e usa como argumento a forte repressão sobre o movimento operário que, em março desse mesmo ano, realizou, na região do ABC paulista, uma grande greve. Já Campos (2014), cujo trabalho tratou da relação entre as empreiteiras e o Estado ditatorial, critica a visão de que o fim da ditadura ocorreu em 1985, visto que no governo de transição perduraram traços de continuidade das relações entre o empresariado e o governo. Há várias outras discordâncias sobre o tema, mas não vamos explorá-las aqui.

1 Para Pereira (2010), a repressão foi marcada por dois atos institucionais. O Ato Institucional nº 1 (AI-1) conferiu ao Executivo Federal o poder de alterar a Constituição e cassar mandatos legislativos e direitos políticos de adversários do regime. Permitia a repressão a trabalhadores e inclusive a setores militares críticos à nova ordem, além de pessoas suspeitas de serem comunistas ou partidários de João Goulart. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) suspendeu o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, conferindo liberdade de ação às forças de segurança. Com o AI-5, a repressão e a violência se intensificaram sobre estudantes, acadêmicos, jornalistas e clérigos.

As relações das empresas com o Estado e com o golpe foram analisadas por analisadas por Dreifuss (2008). No que se refere ao meio rural, Garcia e Palmeira (2001) mostram que, no início do século XX, o poder social e econômico encontrava-se concentrado nas mãos dos detentores de grandes propriedades rurais. Não se tratava de "comunidades rurais isoladas", mas sim de comunidades com relações comerciais que mantinham contatos sistemáticos com as cidades que as interligavam aos portos por onde se fazia exportação, uma vez que se tratava de plantações voltadas, sobretudo, para os mercados internacionais (café, cana-de-açúcar, algodão, borracha, cacau, fumo). Szmrecsányi (1996), ao refletir sobre o surgimento da agroindústria no país, também ressalta que as atividades de produção de insumos para a agropecuária não eram novidades na história do país, muito embora não figurasse como uma relação de mercado propriamente dita, onde houvesse uma clara separação entre consumidor e produtor, mediada por agentes e instituições de industrialização e comercialização dos produtos. A mudança se deu no início do século XX, quando a produção de insumos começou a se dar fora dos domínios do setor agropecuário. Houve uma diminuição das "indústrias rurais" e a formação da agroindústria moderna (SZMRECSÁNYI, 1996).[2]

Com os eventos políticos de 1930, que culminaram com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, configurou-se um novo tipo de Estado, consolidando um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais, voltado para atender um mercado interno em franca expansão (SZMRECSÁNYI, 1996). A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933.[3] As investidas desenvolvimentistas se perpetuaram ao longo do tempo e leva-

2 O processamento de produtos se dava dentro ou junto aos estabelecimentos agropecuários desde o tempo colonial, como era o caso da produção açucareira. A novidade do século XX é a forma de produzir e o fato da transformação cada vez mais ocorrer fora dos estabelecimentos do setor, dando origem a novas formas de relacionamento entre produtores e consumidores, que vão se consolidar com a agroindústria moderna, marcada por investimentos de processamento em escala industrial dos produtos, articulados a uma rede de fornecedores de bens agrícolas (GARCIA; PALMEIRA, 2001)

3 Para Fausto (2008), tal aliança não significou identidades de opiniões: a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na crítica à presença do capital estrangeiro.

ram à abertura do Brasil ao capital estrangeiro, além de provocar uma ainda maior concentração de renda e, no final do governo de Juscelino Kubitschek, endividamento externo, alta da inflação e recessão econômica. Contudo, este novo Estado manteve uma forte relação com o capital agrícola.[4]

Ao longo desse processo, os interesses empresariais se fortaleceram e formou-se um aparelho civil e militar de perfil modernizante: a *intelligentsia* empresarial emergia da junção de diretores de corporações multinacionais e diretores e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais e oficiais militares (DREIFUSS, 2008). Ela apoiou o golpe de Estado em 1964 e, ao longo do regime militar, teve seus interesses favorecidos (DREIFUSS, 2008; CAMPOS, 2014).[5]

Esse processo de mudanças do país para um padrão de desenvolvimento baseado na substituição de importações também estimulou a urbanização, que acabou por promover um grande êxodo rural, posto que o centro dinâmico da economia e os poderes social, cultural e político passaram se localizar nas grandes metrópoles (GARCIA; PALMEIRA, 2001; SZMRECSÁNYI, 1996). Albuquerque (1987) alerta sobre outro aspecto dessas mudanças: analisando a evolução do padrão da posse da terra entre os anos de 1940 e 1980, a partir do censo agropecuário, conclui que muito pouco foi modificado em termos de estrutura fundiária no Brasil e que houve aumento da concentração de terras.[6]

4 Dois processos se refletiram no desenvolvimento da produção agropecuária por volta dos anos 1930. A crise econômica mundial em 1929 diminuiu bruscamente os preços internacionais do café, fato que fez com que muitos fazendeiros ficassem endividados. Paralelamente, foram se estabelecendo novos vínculos entre a atividade agrícola e os setores urbanos e industriais emergentes.

5 Conforme Dreifuss (2008), além do apoio militar, os interesses multinacionais no Brasil de 1960 também receberam assistência das organizações políticas de seus países de origem, bem como dos governos destes países. A fonte básica do poder das multinacionais encontrava-se na sua capacidade tecnológica e controle de capital.

6 O autor afirma que o número total de estabelecimentos rurais aumentou 171% durante estes anos. A área agrícola total aumentou em 87%. Contudo, os estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares, que em 1940 eram responsáveis por 34,4% do total e ocupavam apenas 1,5% do total da área rural, em 1980, correspondiam a mais de 50% e ocupavam 2,4% da terra. O tamanho médio das propriedades neste grupo diminuiu de 4,42 hectares para 3,45 em 1980, agravando o problema dos minifúndios, segundo o autor.

Ao longo do regime militar, qualquer questionamento da ordem colocava os críticos ao governo como subversivos: "os contrários ao regime, os opositores, as pessoas que não concordavam com a falta de democracia e com o autoritarismo instalado no país desde 1964" (GUAZEZELLI; TORRES, 2014, p. 230). Muitos foram mortos, torturados ou presos ao serem classificados pelo governo como pessoas perigosas à segurança nacional, ou seja, como parte de organizações de propagação das ideias comunistas no país (nesse conjunto, também eram englobadas as pessoas questionadoras ao regime).

As lutas dos trabalhadores rurais se fizeram neste tempo muito em razão do sentimento de injustiça e inconformidade em relação ao lugar a eles destinados dentro dos planos desenvolvimentistas governamentais.[7] Na década de 1970, as políticas se voltaram principalmente para a modernização das atividades produtivas e para o estímulo à ocupação das áreas de fronteiras, por meio de projetos agropecuários de grandes empresas do setor industrial e financeiro, em detrimento dos modos de vida tradicionais dos agricultores.

As lutas no campo entraram em refluxo com a repressão que passaram a enfrentar e a se dar como resistências isoladas. No entanto, elas foram se intensificando e, não por acaso, no final da década de 1970, os trabalhadores rurais surgiram como atores importantes do processo de redemocratização do país (MEDEIROS, 1989). Eles contaram, em muitos casos, com o apoio de seus sindicatos (STRs) e, a partir de meados dos anos 1970, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Também advogados e padres de perfil progressista apoiaram a luta destes trabalhadores.

O presente capítulo discute a ação empresarial no litoral sul do Rio de Janeiro, no tempo da ditadura civil-militar, bem como a repressão que se verificou no local. A pesquisa "Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)" mapeou 56 conflitos nesta região, que recobre

7 Barrigton Moore Jr. (1987), que observou a vida dos operários alemães do final do século XIX e começo do século XX, dedicou-se a entender o sentido da injustiça social desenvolvido no interior de processos conflitivos. Para ele, as normas que governam a conduta de uma sociedade antecedem ao sentimento de injustiça. A indignação se baliza por essas normas, seja pela percepção de seu descumprimento, seja pela indagação a respeito de sua razão ou eficácia.

os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.[8] Nela, os projetos de desenvolvimento atraíram uma multiplicidade de empresas turísticas, resultando no despejo das populações locais, repressão e violência. Como veremos, estas foram marginalizadas quanto às decisões sobre a reconfiguração socioespacial em curso. As ações de despejo e a violência foram, em grande medida, feitas por agentes privados que agiam em nome das empresas (sobretudo do setor industrial e turístico), mas também por policiais e outros representantes do Estado. A violência se manifestou na queima de casas, ameaças à mão armada, entre outras ações. Ao mesmo tempo, houve repressão às organizações emergentes dos trabalhadores, constituídas ao longo dos conflitos, bem como às que se colocaram como apoiadoras de suas lutas: os STRs de Angra dos Reis e de Paraty, a CPT, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) e padres progressistas.

Destacam-se, em Paraty, os casos ocorridos na Praia do Sono, Trindade, Fazendas Taquari, São Roque e Barra Grande, Campinho da Independência e São Gonçalo; em Angra dos Reis, Santa Rita do Bracuí e Japuíba. Em todos esses casos, a construção de um trecho da estrada BR-101, conhecido como Rio-Santos, aparece como emblemática no desencadeamento de conflitos. Muito embora o projeto dessa parte da rodovia existisse desde os anos de 1950, ele apenas efetivou-se nos anos 1970, a partir do Projeto Turis, da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para a reordenação física e social do litoral, de forma a facilitar a implementação do turismo de luxo. Observando o processo de implementação dos projetos de desenvolvimento na região do litoral sul fluminense e o perfil e as práticas das empresas que ali chegaram nesta época, apresentamos neste artigo uma reflexão sobre uma das faces da relação do Estado com o empresariado no regime ditatorial brasileiro e as maneiras pelas quais os trabalhadores do campo resistiram.

Para a investigação foram utilizadas fontes da imprensa que, de alguma maneira, publicizaram o contexto em que ocorreram os conflitos; documentos produzidos pelos STRs de Angra dos Reis e de Paraty, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), CPT, Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro, Igreja, Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e relatórios feitos pelo Sistema Nacional de Informações (SNI),

8 Foram 25 conflitos ocorridos em Paraty, 28 em Angra dos Reis e 3 em Mangaratiba.

além de documentos elaborados pelos próprios atingidos e entrevistas com moradores e lideranças que vivenciaram os conflitos.

Os projetos de desenvolvimento e a eclosão dos conflitos por terra no litoral sul fluminense: breve histórico

Como salientado, desde o governo Vargas, o Brasil passou por um intenso processo de industrialização e modernização econômica. O estado do Rio de Janeiro seguiu na mesma direção e, ao longo desse tempo, industrializou-se, principalmente a partir da criação de empresas estatais como a Fábrica Nacional de Motores (1942), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Nacional de Alcalis (1943). Desde então, o território fluminense recebeu uma significativa quantidade de migrantes de diferentes pontos do país, principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba. Também houve uma intensa mobilidade interna da população, em especial a saída de trabalhadores rurais das zonas decadentes da cafeicultura em busca de novas oportunidades de trabalho, em especial na cidade do Rio de Janeiro e arredores.

No litoral sul fluminense, esse processo começou a ser sentido quando da implantação da política estatal de importação de máquinas e equipamentos sem tarifas alfandegárias, nos anos 1950 e 1960 (PACHECO, 2010). A industrialização que se iniciou nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba resultou numa reordenação do litoral, que antes era considerado como uma região "estagnada",[9] que não sofreu grandes modificações socioespaciais após a decadência das grandes fazendas de cana e café no final do século XIX e era habitada por comunidades descendentes de escravos destas antigas fazendas e por caiçaras, além de índios guaranis.[10]

9 Colocamos aspas na ideia de estagnação, posto que foi o isolamento destas populações que propiciou sua independência econômica e sua particularidade social e cultural (DIEGUES, 2005; GUANZIROLI, 1983).

10 Diegues (2005) aponta que no litoral sul fluminense, paulista e norte paranaense existiam grupos sociais que, ao longo de gerações, deram origem a características culturais e sociais específicas. Esses grupos ficaram conhecidos como caiçaras, produto da miscigenação entre europeu, índio e escravo, portadores de um modo particular de ser que vai desde a sua forma de festejar e de morar até a sua linguagem.

Segundo Ribeiro (2007), o marco do início do processo de mudanças no litoral sul fluminense foi a construção dos estaleiros da Verolme, na Baía de Jacuecanga, em Angra dos Reis, na década de 1950. Foi quando a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios. Paralelamente, houve uma expansão urbana. Ainda nesta década foi iniciada a exploração de carvão por metalúrgicas.[11] Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e uma organização social bem distinta. Ao longo dos anos 1950 e 1960, Angra dos Reis se tornou um polo industrial de influência sobre Mangaratiba e Paraty. Iniciou-se simultaneamente uma corrida de trabalhadores para se empregarem nos estaleiros e um decréscimo nas áreas antes dedicadas à agricultura (PACHECO, 2010). No final da década de 1960, também em Angra dos Reis, foi instalada a Central Nuclear, ocupando a praia de Itaorna, próxima à enseada da Piraquara, onde se encontram os rios Ariró, Bracuí e Mambucaba, e foram feitos conjuntos residenciais na praia Brava. O município foi declarado área de Segurança Nacional (Decreto-Lei Nº 72, de julho de 1969). Com isso, os moradores passaram a não poder mais escolher seu prefeito, que passou a ser indicado pelo presidente da República.[12]

No que se refere à Paraty, em 1947 o seu Código de Obras foi alterado, visando a delimitação de um bairro histórico, previsto no Decreto de Tombamento Estadual. Porém, em 1950 foi sugerido pelo chefe de Seção de História do Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que o conjunto arquitetônico e paisagístico do município fosse inscrito no Livro de Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, criado pelo Decreto-Lei Nº 25, de 30/11/1937 (ALMEIDA, 1997). Em janeiro de 1965 foi enviada pelo DPHAN ao ministro de Educação e Cultura uma proposta sugerindo que fosse encaminhada ao presiden-

11 Outros exemplos de indústrias que foram implantadas desse tempo em diante na região são: a Companhia de Comércio e Navegação, a Ishikawajima do Brasil Estaleiros S/A, o estaleiro Emaq, o porto de minérios de Mangaratiba, além da construção de subestações de Furnas Centrais Elétricas.

12 Segundo Ribeiro (2007), a inclusão de Angra dos Reis como município de Segurança Nacional atendeu à solicitação de um grupo de proprietários que faziam parte da Associação Comercial local. Ainda para o autor, neste tempo também houve cassação de lideranças políticas e sindicais.

te da República uma minuta de decreto para que o município passasse a ser considerado monumento nacional, mas tal iniciativa não teve êxito. Almeida (1997) enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois, no início da década de 1960, Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal, uma vez que já havia a promessa da construção de uma estrada que ligasse o Rio de Janeiro a Santos, cortando todo o litoral sul fluminense.

A Rio-Santos foi desenhada para servir de via de comunicação entre as indústrias do litoral sul fluminense, a cidade do Rio de Janeiro e o porto de Santos, e permitir a entrada do turismo na região. A ideia de construção de uma estrada com esse intuito já aparecia em jornais e revistas da época: nos anos de 1960, o jornal *Gazeta de Angra* já apresentava matérias sobre o tema, sendo o exemplo que mais chama atenção a construção da BR para ligar Angra dos Reis à Paraty, em 1966, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER).

Segundo a reportagem: "Como se sabe, essa rodovia é pioneira e há locais onde a ação dos trabalhadores e das máquinas é feita em plena selva virgem" (Estrada Angra-Parati. *Gazeta de Angra*, 25/05/1966, p. 1). Em 21 de agosto de 1966, o mesmo jornal noticiou a visita do governador do estado da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, e sua comitiva ao local por onde passaria a estrada.[13] Após o evento, o DNER acelerou a execução dos serviços de terraplanagem da área, sendo um dos argumentos para isso o fato de que "o traçado da rodovia pioneira foi considerado pelos técnicos que a visitaram como um dos mais bonitos do Brasil" (Idem).

Entre 1966 e 1968, estudos de viabilidade técnica e econômica para construção da Rio-Santos foram realizados pela empresa Sondotécnica, contratada pelo DNER. Segundo Pacheco (2010), a Sondotécnica chamava a atenção para a importância da rodovia para a segurança nacional, dada a presença das indústrias de interesse nacional em Angra dos Reis, mas também pela sua importância para o bem-estar social, dada a numerosa presença de praias, ilhas e matas existentes na região. Para Fratucci (2005), a ação teve por meta prioritária desvelar locais propícios para um turismo "sol e praia", aquele onde a natureza era o elemento catalisador do lazer.

13 O estado da Guanabara foi criado em 1961, com a transferência da capital federal para Brasília. Em 1975, houve a fusão do estado do Rio de Janeiro com o da Guanabara.

Em 10 de maio de 1967, o jornal *Gazeta de Angra* publicou uma matéria sobre a visita da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) à Angra dos Reis, realizada entre os dias 29 e 30 de abril daquele ano. Os responsáveis pela instituição visitaram diversas autoridades ("as classes empresariais e seus representantes") para traçar planos e tomar providências para o desenvolvimento turístico da região sul fluminense. O presidente da Flumitur, Omar Fontoura, e o dirigente, Sinésio Pires Cavalcanti, também visitaram Paraty. O objetivo das visitas era o de preparar, para o final de maio de 1967, a assinatura de um convênio entre o estado do Rio de Janeiro e o da Guanabara "de modo a serem aproveitados os aspectos favoráveis da ampla costa marítima dos estados, numa conjunção de esforços da Secretaria de Turismo da Guanabara e da Flumitur do Estado do Rio" (p. 4).

A construção da Rio-Santos se iniciou na primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. Foi neste período que o litoral sul fluminense sentiu de maneira contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais. Também foi o momento em que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico (PACHECO, 2010; SANTOS FILHO, 2008).

Como mencionado, a construção da estrada foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pela Embratur. Como o governo civil-militar mostrava preocupação em tornar o turismo um espaço de investimento empresarial, projetos de gestão estatal no setor receberam destaque. A Rio-Santos fazia parte do Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis) criado em 1970 para o reordenamento territorial do trecho do litoral entre o distrito de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e Santos, no estado de São Paulo. Elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur, o Projeto Turis era "um planejamento normativo global, com estudos e normas de ocupação que integrassem as construções aos ambientes e às destinações turísticas, visando à maximização da rentabilidade de toda a região aliada a uma implantação adequada" (SIQUEIRA, 1989, p. 62).

O Projeto se inspirava em três modelos franceses de desenvolvimento turístico: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine. Tinha também por meta capacitar técnicos brasileiros nas metodologias estran-

geiras de planejamento turístico. A intenção, ao contratar a Scet Internacional, era, portanto, a de nivelar a tecnologia brasileira em turismo ao que era então o centro mais especializado na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico, com base em projetos de grande envergadura, a partir da lógica de transformar o lazer em objeto de consumo de camadas de alta renda (FRATUCCI, 2005).

A Embratur balizava a concepção governamental de progresso e unia diretrizes para atividades da indústria do turismo ao interesse governamental de desenvolvimento econômico. Foi inclusive aberta a possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para atividades turísticas: em 31 de janeiro de 1973, o Decreto Nº 71.791 dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para a Embratur a tarefa de celebrar os convênios com os municípios onde elas estavam situadas. Ribeiro (2007, p. 57) reproduz o seguinte trecho do depoimento de José Marcos Castilho[14] no Seminário "A trajetória da SAPE: e a influência dos movimentos de resistência socioambiental na conformação sócio-espacial de Angra dos Reis, a partir da década de 70", promovido pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades, em Angra dos Reis em 2006:

> Lá em 74, Angra, ao longo de toda a Rio-Santos, é declarada como área prioritária para a reforma agrária. Seis meses depois, essa mesma área é declarada Zona Prioritária de Interesse Turismo e [as ações locais do] o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - passa a ser subordinado à Embratur. O Plano de Desenvolvimento Físico e Territorial de Angra, feito em 81 pela Secplan, porque o município não tinha gente para isso, incorpora já essas modificações. Incorpora também todas as propostas feitas pelo Projeto Turis, um projeto feito por uma consultoria contratada pela Embratur, que propõe a segregação do solo.

Com efeito, áreas do litoral sul fluminense que haviam sido consideradas prioritárias para a reforma agrária, pelo Decreto Nº 70.986 de 16 de agosto

14 Foi prefeito de Angra dos Reis de 1997 a 2000, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) local, do qual foi fundador juntamente com diversas lideranças rurais que participaram dos conflitos da região, como Manoel Moraes, líder do conflito ocorrido em Santa Rita do Bracuí.

de 1972, mudaram de destino: a Resolução Nº 413, expedida pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur), tornou a faixa litorânea entre Mangaratiba e Bertioga, de até um quilômetro após o eixo da Rio-Santos, como Zona Prioritária de Interesse Turístico. A mudança de planos deu espaço para a eclosão de conflitos de terra em diversos pontos do litoral, como é o caso das localidades de São Roque, Barra Grande e Taquari, todos em Paraty.

A revista *Rodovias*, produzida pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), fez uma reportagem sobre a Rio-Santos, onde se dizia que a meta era receber 500 mil visitantes estrangeiros durante o ano de 1973. Isso porque, segundo a revista, o ano de 1973 fora declarado como o "Ano Nacional do Turismo".[15]

O setor rodoviário recebeu reforços consideráveis para a construção de novas estradas, para "o desenvolvimento das indústrias sem chaminés" (*Rodovias,* p. 40). É exemplo desse empenho governamental não só a Rio-Santos, mas também outras obras feitas no início dos anos 1970, como a nova Rio-Bahia litorânea. Para esta rodovia havia um projeto turístico semelhante ao Turis: o Projeto Tursa. Além disso, havia projetos mais gerais para a implementação do turismo no país, como o Rotur, para preparação de roteiros turísticos, e o Tursen, que previa a instalação de centros turísticos, começando por Fernando de Noronha. A ideia do governo era fortalecer as bases de um turismo rodoviário:

> O Ano Nacional do Turismo terá também o apoio de novas ligações multinacionais com o Uruguai, com a conclusão da pavimentação dos trechos da BR 116, ligando Pelotas a Jaguarão; da BR 153 entre Jeribá-Bagé-Aceguá; da BR 158, que ligará Rosário do Sul a Santana do Livramento – todas partindo de pontos na fronteira e favorecendo o intercâmbio comercial e turístico com os países da Prata. (*Rodovias,* p. 40).

A construção da Rio-Santos se iniciou pelo trecho entre Angra dos Reis e Paraty, em ritmo acelerado, "registrando-se um autêntico recorde em matéria de volume de terraplanagem no país" (*Rodovias,* p. 40), uma vez que as

15 A matéria não tem data e foi encontrada pela autora do presente texto no acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis, em dezembro de 2015.

obras teriam de ser concluídas até fevereiro de 1973.[16] Para o Projeto Turis, o esperado era que a estrada atendesse à densificação ocupacional das localidades consideradas de interesse turístico, dentro "dos padrões ditados pela natureza e pela realidade nacional" (*Rodovias,* p. 41). Ainda,

> A filosofia adotada para a ocupação adequada da região não significa instalar, em suma, o contingente máximo de pessoas que ela comporta, mas equilibrar o número de residentes e o de visitantes, de modo que o total não venha nunca a comprometer as condições naturais e ecológicas da área. O princípio metodológico fundamental do projeto visa a alinhar as contingências que induzem a um planejamento lógico, em nível global, às tendências empresariais particulares. Só assim se poderá concentrar esforços para a consumação efetiva das metas conceitualizadas.
>
> [...]
>
> Revigorando a economia precária de um litoral de 500 km, entre os dois maiores centros nacionais (Rio e São Paulo), o turismo na Rio-Santos deverá permitir a expansão harmoniosa, equilibrada do litoral. Para isso, foram examinadas e analisadas todas as áreas entre Santa Cruz e Santos. Como resultado ficou estabelecido que a costa entre Mangaratiba (RJ) e Bertioga (SP) apresenta condições efetivas para um desenvolvimento turístico orientado. (*Rodovias,* p. 41).

Os elaboradores do Projeto Turis tinham certeza das consequências negativas que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região no que diz respeito à preservação ambiental: "Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do 'Brasil Grande'" (SIQUEIRA, 1989, p. 62).[17] Apesar de todo o planejamento para a reorganização territorial do litoral sul

16 Informações contidas no relatório enviado pelo diretor-chefe do DNER, Eliseu Resende, ao ministro Mário Andreazza, obtidas na revista *Rodovias*. Também consta na revista que, até julho de 1973, o DNER receberia da firma construtora o projeto de engenharia necessário à abertura do segundo trecho da Rio-Santos, entre Ubatuba e o Morro do Cabrão, perto de Bertioga, São Paulo.

17 Na década de 1970, o PIB do Brasil cresceu (11,7% em 1972). O período ficou conhecido como "milagre econômico".

fluminense pelo Turis, ao cabo, declarou-se a vocação turística da região e legitimou-se sua reordenação a partir da especulação imobiliária e da apropriação das terras por pretensos proprietários, feita através do uso da repressão física e psicológica aos moradores locais, visando sua expulsão (GUANZIROLI, 1983; ALMEIDA, 1997; RIBEIRO, 2007).

Conjuntamente, iniciou-se uma intensa e desordenada devastação ambiental em todo o litoral, como aponta Siqueira (1989, p. 63): "Com frágeis equipamentos legais de proteção de uso do solo, as prefeituras dos municípios cortados pela estrada viram, aos poucos, muitas de suas florestas darem lugar a campos de golfe e quadras de tênis de poderosos empreendimentos turísticos".[18]

José Marcos Castilho, ao falar do prefeito nomeado para Angra dos Reis no período de vigência da Lei de Segurança Nacional e que esteve no cargo entre 1971 e 1983, almirante Jair Carneiro Toscano de Brito, relata aspectos de como a prefeitura reagiu à chegada dos empreendimentos:

> Ele chamava a atenção para os impactos decorrentes destes projetos. Tinha uma preocupação muito grande que isso ia trazer um impacto grande para a cidade, o município, e de alguma forma ele estimulou os trabalhadores a reagir ao processo de expulsão da terra e a se organizar. (José Marcos Castilho, Angra dos Reis, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 16/11/2015).

Castilho remete a organização dos trabalhadores à chegada do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) à região, estimulado pelo prefeito.[19] Sua argumentação baseia-se no fato de que, por ter sido foi nomeado, o almirante Jair Carneiro Toscano de Brito não tinha relações orgânicas com as disputas locais. Assim, e por conta das diretrizes militares, suas

18 O predomínio foi de empreendimentos de médio e grande porte, como o Condomínio Porto do Bracuhy, em Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, ou o Condomínio Laranjeiras, entre a Praia do Sono e Trindade, em Paraty.

19 O Mobral foi criado pela Lei N° 5.379, de 15 de dezembro de 1967, no governo Costa e Silva, para a promoção da alfabetização e educação de jovens e adultos. No governo do presidente Médici, passou a receber incentivos de empresas, por meio do Decreto-Lei Nº 1.124, de 8 de setembro de 1970, que dava até 2% de desconto no imposto de renda para pessoas jurídicas que destinassem recursos ao programa.

ações se voltaram para a diminuição de situações dos conflitos, contudo, sem buscar deter a violência privada.

Os conflitos e violências foram denunciados pelos documentos sindicais, pastorais e pelos moradores. No caso de Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, a luta foi deflagrada entre os moradores da localidade, existente desde os tempos da escravidão, e o Condomínio Porto do Bracuhy. Já no caso do Condomínio Laranjeiras, em Paraty, entre a *holding* Atlantic Community Development Group for Latin America (Adela)-Brasilian Canadian Corporation (Brascan) e os caiçaras que ali viviam também desde longa data.

Fratucci (2005) salienta que, mesmo depois de iniciada a construção da Rio-Santos, o desenvolvimento turístico da região continuou a ocorrer de modo espontâneo e agressões ao ambiente continuaram. Em razão deste descontrole, entre 1970-1980, tanto o governo nacional quanto o estadual investiram em ações de preservação florestal. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a atuar na região para garantir o patrimônio ambiental do litoral. Diversas unidades de preservação foram criadas. Para Ribeiro (2007), o planejamento do uso e ocupação do solo com áreas protegidas, ao menos em Angra dos Reis, foi expressão da pressão social para a proteção de áreas ambientalmente sensíveis à especulação imobiliária.[20] Uma destas áreas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, com 130 mil hectares, abrangendo também um parte do estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Federal Nº 68.172 de 04/02/1971. Outra foi o Parque Estadual de Paraty-Mirim, em 1972, a partir do Decreto Estadual Nº 15.927, composto por terras das Fazendas Paratimirim e Independência, desapropriadas para colonização agrícola pelo Decreto Estadual Nº 6.897 de 1960.[21] Além desses parques, na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; em Paraty, foram

20 Dentre outros, esta movimentação em torno da preservação do ambiente desembocou na formação da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica (Sape), fundada em 1983. Para Ribeiro (2007), o surgimento do movimento ambientalista em Angra dos Reis deveu-se também ao surgimento de um incipiente movimento ambientalista nacional. A Sape acabou se expressando através de manifestações antinucleares e pela redemocratização da cidade.
21 O conflito nessa área específica será objeto de análise no próximo capítulo, em artigo de autoria de Annagesse Feitosa.

criadas a Área de Preservação Ambiental do Cairuçu, em 1983, e a de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986. Para tanto, foi feita a desapropriação das terras afetadas.

Alguns destes parques foram objeto de questionamento quanto à sua instituição e demarcação. O Parque Nacional da Serra da Bocaina, por exemplo, sofreu redução de extensão de seu território pelo Decreto Nº 70.694 de 1972. Segundo Almeida (1997), não foi consumada a totalidade da área planejada porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty, justamente a parte envolvida no conflito entre caiçaras e a Adela-Brascan, em Trindade. Já as terras do Parque de Paraty-Mirim, ainda ocupadas por posseiros, foram doadas, por intermédio da Lei Nº 7.220 de 19 de julho de 1973, à Flumitur. Em 1976, por meio do Decreto Estadual Nº 996, este Parque Estadual passou a ser Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim, destacada para aproveitamento turístico.

O impacto da construção da rodovia é associado por Ribeiro (2007) ao surgimento de um questionamento dos projetos de desenvolvimento feitos pelo estado no litoral. Chama a atenção em particular a reportagem de capa da revista *Veja* de 28/11/1973, que fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de apoio (CAMPOS, 2014).[22] Intitulada "As pobrezas de um país rico", a matéria aborda a devastação das florestas brasileiras e traz Roberto Burle Marx como porta-voz da defesa ambiental do Brasil. O texto mostra a preocupação do paisagista com a construção da Rio-Santos: para ele, havia um descaso notório do governo em relação à questão ambiental, que teria trazido a devastação do litoral sul fluminense e norte paulista "cobrindo matas, matando bichos e construindo uma estrada de primeira classe" (*Veja,* 28/11/1973, p. 82). Na mesma matéria, em nome do IBDF, o agrônomo João Bernardino Filho disse:

22 Além desta revista, outras também enalteciam os projetos governamentais que atendiam aos interesses empresariais, como a Q*uatro Rodas*, também publicada pela Editora Abril. Um número desta última revista, de dezembro de 1967 (tempo em que ainda eram feitos os estudos da Sondotécnica), deu destaque à estrada, demonstrando a expectativa por parte do empresariado quanto às positividades turísticas da sua abertura: a natureza e a presença de um conjunto arquitetônico e cultural, referindo-se a Paraty.

> Com relação à agressão que a Rio-Santos está fazendo àquela área, não tem dúvidas que está fazendo, porque quem não trabalha não realiza, não faz, não erra. Fazemos uma grande estrada de primeira classe naquela região por determinação, naturalmente, superior. (*Veja,* 28/11/1973, p. 82).

Ou seja, embora o Estado tivesse conhecimento da devastação ambiental que a estrada causava, suas ações para a preservação priorizaram a lógica desenvolvimentista e o atendimento aos grupos empresariais industriais e turísticos.

No geral, os conflitos por terra ocorridos no litoral sul fluminense se relacionavam à maneira pela qual o Estado ditatorial agiu com relação às críticas feitas ao reordenamento "desordenado" que se processava, bem como não escutou as denúncias, feitas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações pastorais ou mesmo por pessoas sensíveis às suas demandas, por meio de ofícios, jornais, revistas e documentários, sobre violências feitas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações pastorais ou mesmo por pessoas sensíveis às suas demandas. Ao mesmo tempo, permitiu a repressão feita pelo setor empresarial, quando não agiu em favor dela.

O setor empresarial turístico e a apropriação das terras do litoral sul fluminense

A implementação de projetos como o Turis e a construção da estrada Rio-Santos nos mostra que não podemos entender o regime político que se configurou entre os anos de 1964-1985 como regido por segmentos militares autônomos: o regime também seguiu diretrizes dadas preponderantemente pelo setor empresarial. Os projetos apresentavam claras diretrizes voltadas para a entrada do setor turístico na região, fato que ocasionou o descontentamento de parcelas das populações que ali residiam, sobretudo frente à pressão para saída de suas terras.

O empresariado do turismo que lá chegou buscou convencer os trabalhadores a saírem de suas casas e roças, mas também usou repressão física e psicológica, para expulsar os resistentes. A ação penal número 866/73, envolvendo Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, do acervo do projeto *Brasil: Nunca*

Mais, traz pistas sobre como ocorreu a apropriação das terras pelo empresariado turístico na região do litoral. Na ação há uma discussão referente aos conflitos fundiários ocorridos em Paraty, baseada na matéria "Rio-Santos: a descoberta do paraíso", da revista *Veja* de 1/11/1972, chamando a atenção para as violências dos empresários contra as populações locais e afirmando que elas se davam num contexto de disputas de interesses entre "grupos das classes dominantes" que ocorriam por trás do projeto governamental. O fato do projeto da Rio-Santos ter sido noticiado pela *Veja,* uma revista de alcance nacional, mostra a importância que o assunto assumiu na época.[23]

A reportagem da *Veja* apresenta como foi a entrada do turismo na região, a partir da narração da chegada de alguns empresários. Duas das trajetórias apresentadas são as de Gibrail Nubile Tannus e de Maria Dutra, que disputavam a região da praia do Sono, em Paraty. Esta praia fica junto à divisa do estado do Rio de Janeiro com São Paulo, situada numa bacia entre a antiga Fazenda Laranjeiras e a localidade de Trindade e destaca-se pela beleza. No início da década de 1970, após o anúncio da construção da Rio--Santos, estes empresários, que se diziam proprietários, chegaram ao Sono.

Maria Dutra era filha de criação do general Idálio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Era chamada de "Maria Brasa" porque mostrava "[…] que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça" (*Veja,* 01/11/1972, p. 65). Consta desse número da revista que Maria Dutra viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado, sendo esta uma das ações repressivas dos demais empresários aos seus empreendimentos. Ainda assim,

> […] ela passou a comprar terras no litoral, mesmo sabendo que algumas eram disputadas às vezes até por quinze supostos proprietários. E, à medida que obstinadamente lutava para regularizar os títulos de propriedade, foi colecionando inimigos cada vez mais rancorosos e intrigantes. (*Veja*, 01/11/1972, p. 65).

23 Esta edição é anterior à mencionada anteriormente, que destacamos por trazer as preocupações de Roberto Burle Marx. Isso mostra que houve uma exaltação do projeto turístico da Rio-Santos por parte da revista. Contudo, um ano depois, ela já evidenciava que tal plano havia se desorganizado.

As disputas com Maria Dutra mostram conflitos também entre os empresários, dado o grau da especulação, inclusive com recurso à violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores. Mas havia concordâncias entre a classe empresarial: em outra ocasião, Maria Dutra teria entrado em acordo com um ex-fazendeiro, Carlos Borges, chefe de uma Central de Abastecimento no Rio e diretor de uma fábrica de tecidos, e que, dos anos 1950 em diante, teria se transformado em proprietário de três mil hectares e 12 quilômetros de uma área de frente para o mar num trecho da baía da Ilha Grande.

Gibrail Nubile Tannus, o outro empresário apresentado pela *Veja,* era presidente da Engenheiros Associados S/A (Easa), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão e transformadores, situada em São Paulo. Há diversos relatos de ações repressivas exercidas por ele contra os moradores da Praia do Sono e da Praia Grande de Cajaíba, próxima à primeira, e que igualmente abrigava centenas de caiçaras. Para se apropriar da área, Tannus procurou convencer os agricultores a assinarem contratos de comodato. Argumentava que assim eles teriam a posse da terra em seus nomes. Contudo, com as assinaturas, o empresário passava a terra para si, posto que o agricultor se reconhecia como comodatário e dava ao empresário o estatuto de patrão. Para Cavalieri (2003), com esse argumento, o empreendedor forjava uma cobertura legal às suas ações.

Quando os moradores da Praia do Sono e da Praia Grande de Cajaíba resistiam a assinar os contratos, Tannus utilizava-se de violência, com queima das casas, inviabilização da sua produção e reprodução social por meio do cercamento das áreas e da soltura de gado nas roças. Segundo o empresário, os trabalhadores atuavam à revelia dos contratos assinados. De modo geral, esse foi o procedimento utilizado pelos empresários da região do litoral sul fluminense.

O caso de Trindade é exemplo de que a ação repressiva não foi apenas desencadeada por indivíduos que eram ou se diziam representantes de empresas, mas pelas próprias corporações. O conflito foi deflagrado entre os caiçaras e a *holding* Adela-Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras, com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas. O empreendimento visava a construção de três hotéis, um *camping,* dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e festivais de música e de teatro.

Szmrecsányi (1986), analisando a origem do grupo empresarial Light no Brasil, traz elementos importantes sobre a Adela-Brascan. A Light foi um empreendimento gerador de altos lucros para seus acionistas. Tais lucros foram se acumulando ao longo do tempo, até o momento da compra de ativos da empresa pelo governo brasileiro, dando origem ao conglomerado financeiro Brascan (SZMRECSÁNYI, 1986).[24] Por sua vez, Dreyfuss (2008) considera a *holding* Adela como a mais representativa do processo de integração capitalista, internacionalização e centralização organizacional que ocorreu entre as décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Sua formação se deu em 1962, a partir de recomendações de um grupo de especialistas empresariais, encabeçadas pelo vice-presidente da Standart Oils New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da Fiat (complexo Agnelli). A *holding* entrou em ação em setembro de 1964, momento em que foi registrada no Grão Ducado de Luxemburgo. Ela operava na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru, e a partir de parlamentares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e senadores dos Estados Unidos. A organização consolidou-se no fim da década de 1960 e, em 1972, incluía cerca de 240 companhias industriais, bancos e grupos de interesses financeiros de 23 países (DREIFUSS, 2008, apêndice A). Era um dos maiores complexos industriais e financeiros internacionais, o que fez com que tivesse consideráveis recursos e canais de informação e pudesse exercer forte pressão sobre os governos dos países em que operava. Sua função era, ainda de acordo com Dreifuss,

> [...] explorar as oportunidades de investimentos para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais, um papel político que era interiormente exercido pelos governos dos países onde as matrizes destas companhias estavam situadas. Além disso, a Adela objetiva o desenvolvimento de uma estratégia de penetração através de investimentos diretos, assistência técnica e perícia administrativa, análi-

24 Para o autor, isso se deu devido ao porte empresarial e financeiro da Light, que lhe permitiu criar formas alternativas para a reprodução ampliada de seu capital. Dentre outros, ela acumulou patrimônios imobiliários nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a baixo preço, via desapropriações para fins de utilidade pública – distribuição de energia –, ampliado para muito além do que seria o estritamente necessário para isso (SZMRECSÁNYI, 1986).

> se de mercado e comunicações com instituições financeiras internacionais, estendendo suas atividades a praticamente todos os setores econômicos. (DREIFUSS, 2008, p. 70).

Além de uma organização supranacional, a Adela ainda operou como investidora, envolvida nas atividades econômicas de diversas companhias brasileiras, como a Klabin Irmãos e Cia., o Banco de Investimento Industrial S.A., o Banco Safra de Desenvolvimento S.A. e outros. A *holding* também assumiu o papel de mediadora entre instituições financeiras internacionais e os países latino-americanos, no planejamento do desenvolvimento destes. Dreifuss (2008, p. 71) afirma que, para garantir seus interesses, as companhias participantes da *holding* estiveram à frente da campanha contra o governo de João Goulart, "dando apoio financeiro e agindo através de seus diretores que operariam como ativistas políticos".

Se não podemos dizer com precisão que as investidas da Adela-Brascan no entorno da Praia do Sono e Trindade tiveram favorecimento direto do governo ditatorial, podemos afirmar que suas ações repressivas sobre os moradores destas localidades foram facilitadas pelos projetos de desenvolvimento tanto nacionais como estaduais. Títulos de propriedade da Fazenda Laranjeiras, então pertencente ao ex-governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, foram vendidos à Adela-Brascan. Conforme entrevista com Jair da Anunciação, na época pescador e morador de Trindade e uma das lideranças na resistência dos caiçaras contra a Adela-Brascan, concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014, a compra foi uma ação compartilhada entre o ex-governador e José Santinoni. Este a teria vendido para Carlos Lacerda, que, por sua vez, a teria repassado para a *holding*. A fazenda foi dividida em diversas partes, sendo que a Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda. ficou com a gleba maior. Essa Companhia era subsidiária do grupo Adela-Brascan e tinha por presidente o general Candau da Fonseca, que havia sido presidente da Petrobras.[25] Com um gasto total de 15 milhões de dólares, a *holding* construiu o Condomínio Laranjeiras. A execução dos planos foi entregue à Paraty Empreendimentos e Melhoramentos Ltda.

25 SNI. Relatório. Incidente envolvendo equipe de técnicos do Mirad-RJ. Relatório elaborado por Sheyla O. da Fonseca, em 25/11/1987. Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_64558_87.

Jair da Anunciação, ao refletir sobre os impactos do conflito em sua vida cotidiana, disse: "A gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando" (Entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva em 30/11/2014). O medo de ficar longe da família por conta da presença de jagunços da Adela-Brascan em Trindade mudou brutalmente a rotina de trabalho e a sociabilidade da população local: muitos abandonaram suas casas e roças por não resistirem às ameaças constantes. Isso fez com que diminuísse a prática do mutirão, quando a comunidade operava conjuntamente nos afazeres, seja de cultivo, doméstico ou religioso.

Outro exemplo da ação empresarial na região é o da White Martins S/A, que, também na década de 1970, agiu violentamente contra os moradores da localidade de São Gonçalo, em Paraty. Aproximadamente em 1936, a área foi comprada pela empresa, que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, ainda naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não. Por ocasião da construção da Rio-Santos, a White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação de origem duvidosa. Era também acusada de tentar se apoderar de terras públicas. Em torno de 1972, a empresa tentou expulsar os moradores locais, "sendo que algumas vezes portavam metralhadoras" (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty,* 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Siqueira (1984) aponta que a empresa chegou a contratar um policial carioca (Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar) que espancou alguns posseiros, desrespeitou-os e acabou matando dois deles: o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vitório. E "quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui, como fez no caso do Ciro Machado" (Fetag/RJ. *Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty*, 15/10/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Antes da chegada das empresas e dos empresários ao litoral sul fluminense, havia certa esperança entre as populações locais de que a abertura da estrada seria um benefício, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, a carta da Sociedade de Defesa do Litoral

Brasileiro (SDLB),[26] intitulada *Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela*, afirma:

> Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural. (SDLB, 09/1978).

Segundo os relatos dos antigos moradores, exemplo de empresa que levou as populações locais à marginalização social e cultural é o *resort* Porto do Bracuhy, que chegou à área de Santa Rita do Bracuí nos anos 1970. Situada em Angra dos Reis, a área fora uma antiga fazenda de café que, no século XIX, havia pertencido ao comendador José de Souza Breves. Ele e seu irmão Joaquim eram donos de diversas fazendas na região do litoral sul fluminense, uma delas em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir como escravos de fazendas da região (BRAGATTO, 1996).[27]

Narrativas dos moradores de Santa Rita do Bracuí sobre os conflitos vividos na década de 1970 foram coletados por nós durante a pesquisa, mas também pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF). Aparecem também no documentário de 2007, dirigido por Paulo Carrano, *Bracuí - Velhas lutas, Jovens Histórias*,

26 Sociedade criada por estudantes que frequentavam a praia de Trindade e pelos caiçaras locais para juntos atuarem contra a Adela-Brascan. A Sociedade contou com o apoio do advogado Sobral Pinto, por meio de um advogado ligado ao seu escritório, Jarbas Penteado. Ao longo de sua existência, a SDLB não só atuou em Trindade, mas também em outras praias de Paraty que passaram por situações semelhantes, como a Praia do Sono.
27 Após a proibição do tráfico de escravos, o local ficou sendo usado para desembarque clandestino.

e em jornais da época, disponíveis na Biblioteca Municipal de Angra dos Reis. Elas revelam uma relação desta população com a terra que passa pela representação coletiva da história das lutas travadas nos anos 1970/1980 e pela sua origem, remetida ao tempo da escravidão.

Os depoimentos de José Adriano da Silva e de Manoel Moraes, lideranças do conflito e presentes no documentário anteriormente citado, são expressivos:

> A gente é cria daqui. Nasceu, sofreu aqui dentro e está até hoje. Então, eu acreditava que eles não mexessem com a gente. (José Adriano da Silva).

> Sou descendente da escravidão. Meus bisavós foram escravos. E o José Breves de Souza, ele era dono dessas fazendas aqui. Aqui tudo. E antes de morrer ele fez uma "dalva" [dádiva] para o pessoal que era escravo da fazenda. E nós vivemos até hoje na fazenda, apesar de muita grilação. Tem grilação destas terras batendo aí, querendo roubar. A Bracuhy mesmo, esse porto, a Bracuhy. (Manoel Moraes).

Bragatto (1996) e os documentos que tratam do conflito mostram que as terras da fazenda do comendador Breves foram doadas por ele à padroeira da localidade, Santa Rita: havia sete imagens dela e uma continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras aos ex-escravos e seus descendentes de três gerações.[28] Após a morte do comendador Breves, antigos escravos da fazenda passaram a viver no local, sem perturbações de grande escala. Pelas narrativas coletadas por Bragatto (1996, p. 112), "nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970". A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.

No início dos anos 1960, uma pessoa chamada Correia e então presidente de uma "sociedade civil de proteção dos lavradores" propôs à popu-

28 Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves fez um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem. O testamento foi registrado no cartório de Piraí no ano de 1879, ano da morte do comendador. Narrativa semelhante é presente em Campos Novos, município de Cabo Frio, conflito tratado também na presente publicação.

lação local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuí.[29] Também propôs que, a cada dez alqueires de terras legalizadas, três ficassem para a associação. Muitos aceitaram. Dois anos depois, nenhuma terra tinha sido legalizada (BRAGATTO, 1996). Segundo José Adriano da Silva, entrevistado por Bragatto, Correia era um *grileiro* e tinha influenciado Antonio Azevedo, apelidado de Âmbar, a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda. Âmbar era comerciante e, conforme a autora, tinha certo prestígio econômico junto aos demais moradores e exercia certa liderança sobre eles. Em 1967, entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde já viviam famílias, e os vendeu para Renato Xavier, que era dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, passou a fazer contratos com os antigos moradores para apropriação das terras da fazenda, por valores irrisórios. Muitos deles aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

No jornal angrense *A Maré*,[30] de dezembro de 1980, página 3, há uma carta escrita por Manoel Moraes, liderança dos posseiros, que explicita a situação dos moradores após a chegada da Empresa Incorporados Bracuhy:

> Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pela Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. O empreendimento tinha por objetivo construir na região um condomínio de luxo, o Portal do Bracuhy, e, para tal, houve colocação de cercas de arames, soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores e desvio de leito do rio Bracuhy, impedindo os moradores de terem acesso à água.

29 Não conseguimos maiores informações sobre esta organização.
30 O jornal foi fundado em 1980. Desde o final da década de 1990, passou a se chamar *Maré Alta*.

Sobre este último ponto, Maria Emília Pacheco, que neste tempo trabalhou pela CPT na região do litoral sul fluminense, afirma que o objetivo era fazer ancoradouros, pois o empreendimento turístico era à beira-mar (Maria Emília Pacheco, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros em 31/03/2015). Manoel Moraes, na mesma carta anteriormente citada, afirma que a ação, para além do impedimento de acesso ao bem, causava transtornos no dia a dia da população, uma vez que a retirada das pedras do rio impedia a travessia dos alunos da região para a escola.

Na leitura de Bragatto (1996), a questão do rio foi outro artifício usado pelos empreendedores para retirar os moradores de Santa Rita do Bracuí: a ideia era confundi-los quanto aos seus direitos às terras. José Adriano da Silva relatou para a autora que o empreendimento tinha oferecido a ele um lote no alto da serra (BRAGATTO, 1996, p. 40). Porém, as terras onde o agricultor até então morava possuíam uma fonte de água, que alimentava as casas construídas pelo empreendimento. Ele, além de não ter aceitado sair de suas terras, passou a não mais deixar que tirassem água da sua fonte. A partir de então, José Adriano da Silva encontrou "homens de Bracuhy" rondando sua área.

O processo de expropriação foi "até do nome", afirmam José Adriano da Silva e Deodata, em depoimento também coletado por Bragatto. O nome da fazenda e de Santa Rita viraram o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, "[…] isso tudo foi uma tentativa de confundir o povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome" (BRAGATTO, 1996, p. 40).

Segundo Maria Emília Pacheco, a mudança de ordenação territorial do litoral sul fluminense como um todo, e a situação de pressão e violência em que se encontravam os moradores em relação à chegada destes empreendimentos, acabaram por causar divergências entre as próprias famílias. Sobre a chegada da Usina Nuclear, Maria Emília Pacheco diz: "E tinha divergência entre os parentes porque havia aqueles que achavam que já não era possível mais viver da terra e que era preciso buscar trabalho na Usina. Muitas mulheres foram trabalhar de empregada doméstica para os engenheiros da Usina" (Maria Emília Pacheco, Rio de Janeiro, entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva e Leonilde Medeiros em 31/03/2015).

Siqueira (1984) sintetiza da seguinte forma o que ocorreu às comunidades do litoral sul fluminense com a chegada do setor empresarial as suas terras:

> Na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao litoral norte paulista são melhoradas, a Petrobrás se instala na região (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho) e o turismo na Baixada Santista inicia seu processo de saturação, fazendo com que pessoas de maior poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer. Além disso, em 1965, um ano após a "Revolução de 64", a Rede Globo de Televisão começa a penetrar no litoral, invadindo recantos distantes, difundindo outros padrões de comportamento e provocando exigências nunca antes imaginadas
>
> [...]
>
> Nesses vintes anos, os caiçaras que conseguiram sobreviver em suas terras descobriram um fenômeno novo em sua sociedade: os que foram para a cidade receberam dela somente o pior, a favela, a periferia infecta, a marginalização. E o preconceito que o "homem da cidade", o "branco civilizado" tem em relação a eles. Aurélio Buarque de Hollanda, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, registra o consenso capitalista sobre o caiçara. Para quem só vê o lucro e a ganância como a grande finalidade de vida, o caiçara com sua maneira calma de ser, com sua mística e sua visão de mundo, é o mesmo que "vadio, preguiçoso e indolente".
>
> Essa experiência amarga e sofrida lhes ensinou uma lição: a de que é preciso se mobilizar para enfrentar não somente os grupos econômicos nacionais interessados em suas terras, mas até mesmo os poderosos *holdings* internacionais que vêem nesse litoral o paraíso do lucro.
>
> E nessa luta dos caiçaras pela posse da terra e manutenção de sua identidade e cultura, o apoio que outros setores possam lhe dar é de fundamental importância. Pois o que aconteceu com os indígenas, os primeiros posseiros nestas terras brasileiras, se repete com os caiçaras: genocídio. (SIQUEIRA, 1984, p. 16-17).

Percebe-se que, além da violência sofrida, as populações locais também se viram lutando pela permanência da sua forma de ser, sua sociabilidade,

sua mística, sua visão de mundo. Além do direito à terra, esta foi uma luta por identidade.

No já citado documentário *Bracuí – Velhas lutas, Jovens Histórias*, tanto os antigos moradores de Santa Rita do Bracuí quanto os jovens e atuais moradores associaram as lutas da década de 1970 a um processo de construção de identidades: as narrativas revelam heranças de tradições construídas ao longo de gerações e revelam que a existência dos conflitos fez construir entre eles símbolos de luta pela permanência na terra e pela reprodução social. É exemplo disso a forma como os moradores de Santa Rita do Bracuí se referem ao jongo. O ritmo, também conhecido como caxambu, é de origem africana, tendo chegado ao Brasil junto com os negros de origem bantu trazidos como escravos para trabalhar nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba. O Relatório Histórico-Antropológico sobre Santa Rita do Bracuí, que registra a definição dos moradores como remanescentes de quilombo, afirma que a ancestralidade desta população, bem como suas reivindicações, encontram-se relacionadas à opressão histórica sofrida pelo grupo, pelo tráfico de escravos e pela expropriação de seus territórios tradicionais. Dentre os marcos definidores de sua identidade étnica e cultural, o grupo afirmou ser o jongo uma expressão histórico-cultural como outras expressões simbólicas e sociais, feitas em torno da memória construída em torno da terra.

Essa visão de processo histórico relacionada à luta pela terra e pela identidade é reiterada por Délcio Marques, filho de moradores atingidos pelo conflito ocorrido em Itapinhoacanga, Angra dos Reis, e participante da Pastoral da Juventude nos anos 1980 (órgão que esteve junto às lutas dos trabalhadores do campo no município):

> A gente começou a perceber que o jongo foi ganhando no Bracuí uma dimensão interessante. Isso foi legal. A criançada entrou, e os mais velhos retornaram. [...] Foi um momento que eu não consegui viver; falar do jongo com o orgulho que eles falam hoje. Angra hoje, a galera sempre convida para fazer um jongo. Você tem essa coisa de falar do jongo muito dentro dos espaços. Mas, assim, numa caminhada difícil para caramba. Mesmo o jongo tendo ficado parado esse tempo todo, ele era muito presente na fala das pessoas, nas lembranças. (Délcio Marques, em entrevista para o documentário *Bracuí - Velhas lutas, Jovens Histórias,* dirigido por Paulo Carrano, 2007)

Ele também se refere ao tempo ditatorial, quando muitos agricultores foram morar nas periferias de Angra dos Reis e Paraty. No depoimento, afirma ainda que a sociabilidade existente nos antigos espaços rurais – festas e ritos religiosos – encontrou dificuldades para se perpetuar nestes novos ambientes, seja pela dispersão dos antigos moradores nas distintas favelas, seja pelo preconceito dos novos moradores (veranistas e pessoas vindas de outras regiões) às suas formas de ser.

Além da resistência que desembocou na construção de símbolos de luta, ressalta-se também o surgimento de sujeitos políticos. O termo *caiçara* foi acionado como uma categoria política para nominar os nativos da zona costeira que resistiram em suas terras ante a apropriação delas pelo empresariado. Ainda hoje o termo é usado para caracterizar estes mesmos moradores, frente aos conflitos atuais ou no sentido de marcar um turismo diferente ao existente atualmente: um turismo regido pelas comunidades, ou, como é denominado, um turismo de base comunitária e de caráter tradicional.

Na outra ponta, o termo *grileiro* foi (e é) utilizado para designar agentes externos que se instalaram (a ainda seguem se instalando) na região, dizendo-se proprietários das terras, utilizando-se de violência para tanto. Os termos não surgiram espontaneamente, mas lado a lado com um processo de organização política das comunidades, mediada por pessoas (estudantes, advogados, padres) e por instituições (como é o caso da CPT, da Pastoral da Juventude, da Fase, dos STRs de Angra dos Reis e Paraty).[31]

Considerações finais

A peculiaridade dos conflitos ocorridos no litoral sul fluminense em relação a outros ocorridos no estado do Rio de Janeiro no período ditatorial consiste no fato de que, apesar da intensa violência cometida contra as populações camponesas, nos documentos da polícia política da ditadura não houve denúncias de tentativas de "subversão da ordem" (com exceção das feitas contra alguns de seus mediadores, como o clero local). Tais violações, portanto, estão relacionadas a um contexto de grandes transforma-

31 O uso dos termos *posseiro* e *grileiro* é semelhante ao analisado por Grynzpan (1987).

ções econômicas; crescimento do interesse nas terras por agentes externos, expropriação, dificuldade de organização e denúncia dos que ali estavam. Os casos ilustram a outra face do que foi a repressão exercida pelo regime civil-militar: ações de violações de direitos voltadas para a facilitação dos interesses empresariais.

Contudo, só existiram conflitos porque houve resistências. Foi no processo provocado pelo reordenamento territorial, promovido pelos projetos de desenvolvimento, que ocorreu um "fazer-se" de sujeitos políticos, para tomar como perspectiva a discussão de Thompson (2011) sobre a formação das classes. De um lado formaram-se os *caiçaras*: as populações locais, ao se depararem com a ameaça de serem expulsos de suas terras, organizaram-se, constituindo-se como atores políticos. Do outro, constituíram uma representação do empresariado que os ameaçava: o *grileiro,* ou os empresários que utilizaram de diversos artifícios – aliciamento, repressão – para expulsá-los de suas terras e para se apropriar delas.

A formação destas categorias representativas sugere que as lutas de resistência não se formaram apenas com base na demanda pela "terra em que se planta o que comer", mas também por um lugar que contém uma dimensão social e cultural: lugar onde estas comunidades construíram seus ritos, suas relações familiares e afetos. Ou seja, para além de terem sido conflitos por um espaço de sobrevivência, foram conflitos pela permanência de identidades construídas por estas populações há gerações: valores e significados compartilhados.[32] Desta forma, a identidade destas comunidades assumiu forma defensiva no desenrolar dos projetos de desenvolvimento do regime ditatorial, colocando-se em oposição aos limites e controles impostos pelos governantes e empresários. Tratou-se, portanto, de lutas contra uma "ditadura do desenvolvimento" que extinguia populações e tradições, muito embora tais lutas tivessem precedido ao regime e permanecido após o seu término.

O costume, a tradição, a memória dos povos que viviam há gerações nas terras do litoral sul fluminense se viram diante de situações semelhantes às da plebe descritas por Thompson (1998): diante da reforma territorial

32 Para Thompson (1998, p. 16-17), é no romper do costume que ele é disputado: "[...] longe de exibir a permanência sugerida pela palavra 'tradição', o costume era um campo para a mudança e disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes".

promovida pelo Estado em atendimento aos interesses empresariais, não cabiam os "remanescentes do passado". A justificativa que se dava para a expulsão e negação da participação das comunidades era a de que elas eram frutos de antigos costumes, não condizentes com a marcha do progresso.

Na "Nota para o leitor" publicada pela *Veja*, de 15 de julho de 1970, encontra-se esta visão do modo de vida caiçara:

> Trindade fica no litoral sul fluminense, entre São Paulo e Rio, mas os seus habitantes, com raríssimas exceções, conhecem essas duas cidades só "de ouvir falar". O repórter Nello Pedra Gandara e o fotógrafo Carlos Namba foram à procura de Trindade, 55 quilômetros de morros, lama, pedra e mato ao norte de Parati, antes que lá chegasse uma comissão nomeada pelo governo fluminense para levantar as condições de vida do povoado esquecido. Na página 52 o repórter e o fotógrafo da Veja mostram a vida primitiva e precária da gente de Trindade, que ignora a Coca-Cola e a televisão e chama o visitante de "irmão" em conversas recheadas de citações do Evangelho. (*Veja*, 15/07/1970, p. 15).[33]

Trata-se de uma visão de distanciamento e subordinação por parte do empresariado das práticas sociais destes grupos. Perdia-se, com a ideia de busca pelo progresso, o sentido de costume como algo singular, como algo legítimo destas populações. Perdia-se o sentido de suas histórias, suas memórias: a conduta inercial e habitual dos homens, para usar os termos de Thompson (1998) sobre o conceito de cultura.

Apesar de, na década de 1950, quando começou o processo de industrialização no litoral sul fluminense, alguns moradores terem ido realizar trabalhos não agrícolas e, apesar da esperança deles na construção das indústrias e das rodovias como forma de ter acesso à infraestrutura básica (como luz e transporte), a chegada dos empreendimentos estatais causaram, por fim, um rompimento social e cultural que se refletiu na saída de grande parte destas populações da região: alguns relatos apontam que este foi um artifício de despejo, por parte do Estado empresarial. Na fala de Margarida, uma antiga moradora da fazenda Santa Rita do Bracuí:

33 A citação encontra-se numa nota de apresentação da Revista, e a página citada refere-se ao local da Revista onde a reportagem se encontra.

> Eu era moça, a gente conheceu o mutirão, depois a gente casou, a coisa foi mudando. E acabou esse costume antigo do povo, parece que a Rio-Santos tinha trazido progresso, que não era importante estar naquela luta, né, que veio trazendo as indústrias, firmas, trabalho assim de emprego, então as pessoas foram se iludindo com o trabalho de emprego e foi largando um pouco suas benfeitorias, então por aí terminou aquele costume, aquela união do mutirão da roça. (BRAGATTO, 1996, p. 108-109).

Percebe-se na fala que o "progresso", além de ter trazido a repressão física, trouxe a extinção das formas sociais que regiam as práticas cotidianas destas populações. Num contexto de ausência de liberdades democráticas, houve um recrudescimento da valorização do costume entre as comunidades do litoral sul fluminense em razão da imposição de novas codificações pelo Estado desenvolvimentista, muitas delas traduzidas em termos de leis e decretos que pouco prestaram atenção à existência das populações. Contudo, a luta de resistência na terra passou a se dar também nesses termos, como, por exemplo, a reivindicação pelo cumprimento da legislação fundiária, artifício utilizado pelo sindicalismo rural.[34] A reivindicação pela posse das terras a partir de denúncias feitas às autoridades políticas e a imprensa, com argumento no cumprimento do Estatuto da Terra e no direito aos costumes imemoriais das populações, trouxe, de alguma maneira, visibilidade política a disputa da terra por parte dos trabalhadores do campo, o que resultou em algumas vitórias.

34 A luta dentro da lei era uma diretriz do sindicalismo rural nacional, conduzido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que foi seguida pelos STRs de Angra dos Reis e de Paraty. Maiores informações sobre as estratégias do sindicalismo rural nacional no período da ditadura, ver Novaes (1991) e Medeiros (1989).

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 3, jul./set. 1987.

ALMEIDA, Mariza Costa. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BRAGATTO, Sandra. *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy:* Memórias e Identidades na luta pela terra. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais:* as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CAVALIERI, Lucia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga.* Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

COLETIVO MAIS VERDADE. *A ditadura militar e o capitalismo brasileiro.* 2015. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/Mello-D-A--ditadura-militar-e-o-capitalismo-brasileiro-Mais-Verdade.pdf>.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (Org.). *Enciclopédia Caiçara:* falares caiçaras. Vol. 2. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB, CEC/USP, 2005.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado*. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* 13. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício; BADIN, Luciana (Org.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Brasil:* um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro:* 1950-1964. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional* – O Caso de Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. O Estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil- militar brasileira (1964-1979). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, jan./jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo.* Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MOORE JR., Barrington. Injustiça. *As bases sociais da desobediência e da revolta.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>.

PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão:* O autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia:* SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RODRIGUES, Vicente. Lenta, gradual e segura? A Comissão Nacionalda Verdade e a lei de acesso a informações na construção da justiça de transição no Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 183-208, jan./jun. 2014.

SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7 n. 84, 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf>.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno; Ismael Guarnelli Editores, 1984.

______. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 3, n. 4. p. 62-64, out./dez. 1989. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf>.

SZMRECSÁNYI, Tamás. Apontamentos para uma história financeira do grupo Ligth no Brasil, 1988/1939. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 1, p. 132-135, 1986.

______. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

______. *Costumes em comum:* estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Documentários

CARRANO, Paulo (Dir.). *Bracuí – Velhas Lutas Jovens Histórias*. Niterói: Observatório Jovem do Rio de Janeiro/Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal Fluminense, 2007.

CAPÍTULO 11

Embates Invisíveis

As formas de resistência em Campinho da Independência, Paraty[1]

Annagesse de Carvalho Feitosa

Introdução

O estado do Rio de Janeiro é conhecido por ser um dos mais urbanizados do Brasil, mas pouco se fala sobre suas áreas rurais, marcadas, no período abrangido por esta pesquisa (1946-1988), por intensas disputas por terra e conflitos trabalhistas (MEDEIROS, 2015). Dentre eles, dedicamos nossa atenção ao conflito de Campinho da Independência, uma comunidade composta por descendentes de escravos, moradores da antiga fazenda Independência, localizada a 15 quilômetros ao sul de Paraty, no seu 2º Distrito, às margens da rodovia Rio-Santos. O lugar sofreu diversas mudanças ao longo das décadas em razão de "medidas de cunho local, estadual e federal" (GUSMÃO, 1990, p. 130). A abertura da rodovia ligando o Rio de Janeiro a Santos está entre os episódios que atraíram indivíduos de origens diversas para a região, agentes que chegaram reivindicando terras de pessoas com posse ancestral. Após vários processos de disputa e resistência, o grupo obteve a titulação das terras enquanto remanescentes de quilombo, em 21 de março de 1999, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição de 1988.[2]

1 Este artigo é parte da dissertação apresentada ao CPDA/UFRRJ (FEITOSA, 2016) e derivada da pesquisa realizada no âmbito do projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

2 Diz o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

No intuito de fornecer algumas contribuições à literatura já existente sobre os aspectos da resistência desse grupo, apresento uma reflexão à luz das formulações de James C. Scott (2002, 2011, 2013) sobre as formas de resistência cotidiana empreendidas pelos moradores de Campinho que contribuíram para sua permanência na terra em meio a tantas tramas sociais envolvendo atores diversos. Essa resistência antecedeu ou foi associada àquelas de caráter mais público, empreendidas pelo grupo por meio de seu envolvimento com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Paraty.

Para a concretização deste trabalho, além do levantamento bibliográfico e documental, realizamos entrevistas com os membros mais antigos das famílias residentes no local.[3] Através dos relatos das experiências (THOMPSON, 1987, p. 13) dos moradores de Campinho, coligidas por nós e/ou aquelas já registradas por outros autores, buscamos rememorar a história das lutas dos moradores ao longo dos anos (COMERFORD, 1999). Nosso intuito foi apreender o momento no qual se defrontaram com outros atores para tentarmos uma aproximação dos momentos em que foram surgindo os contextos de ameaças que desencadearam o tipo de resistência que nos propomos a apresentar.

As experiências dos moradores só podem ser apreendidas através do filtro da memória. Essa memória, individual ou coletiva, é composta, segundo Pollak, por acontecimentos vividos pessoalmente e pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São "acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não" (POLLAK, 1992, p. 201).

Sobre a memória, Portelli (1998, p. 7) afirma que "não é um núcleo compacto e impenetrável […], mas um processo moldado ('elaborado') no tempo histórico". O autor salienta que sua elaboração e o ato de lembrar são sempre individuais, mas, por meio dos relatos orais, constrói-se uma memória coletiva. Ela é fundamentada nas experiências dos atores sociais, mas "distinta das memórias pessoais nas quais se baseia" (Idem, p. 22).

Nesse sentido, percebemos uma memória coletiva cristalizada em Campinho, no sentido de Halbwachs (2004), ou seja, uma história que se per-

3 Os nomes dos entrevistados cujos depoimentos aparecem neste capítulo são pseudônimos.

petua através dos relatos orais sobre a escravidão, sobre as três mulheres herdeiras da terra e a respeito das lutas. Analisando essas memórias, podemos inferir que os moradores locais operaram a partir de duas noções de resistência frente aos processos de assédio às suas terras ao longo dos anos. A primeira é a resistência cotidiana silenciosa, "a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros" (SCOTT, 2011, p. 219), e a segunda concerne à confrontação direta.

Optamos por pensar os moradores de Campinho a partir de sua classificação enquanto camponeses, terminologia adotada inicialmente por Gusmão (1990; 1995) em suas reflexões sobre o grupo. O objetivo de tal escolha não é ignorar a categoria quilombola, pois esta reflete, inclusive, uma das suas maiores conquistas, mas sim fazer jus às especificidades do grupo ao longo dos anos que antecederam a titulação.

O lócus empírico da pesquisa: Campinho da Independência

A história das lutas e da resistência em Campinho está diretamente relacionada ao destino de três fazendas limítrofes: Pedras Azuis, Paraty-Mirim e Independência. Campinho é parte da área denominada Independência, fazenda onde, por volta da metade do século XIX, plantavam-se cana-de-açúcar e café. Provavelmente lá existiu um engenho e nele vivia uma significativa população escrava (LIMA, 2008).

Para explicar a origem daquelas terras, seu José (71 anos, entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015), morador de Campinho, rememorou o que ouvia de sua avó quando era criança. Segundo seu relato, os donos das áreas correspondentes às três fazendas na época da escravidão eram três irmãos portugueses. Cada um deles era proprietário de uma delas. O proprietário da fazenda Independência era o mais cruel com os escravos: "Esse de cá [proprietário da Independência], dizem que *judiava* de escravo pra caramba". Ainda segundo ele, ao fugir um dos escravos das fazendas Pedras Azuis ou Paraty-Mirim, o capataz logo era acionado para localizá-lo. No entanto, após a captura, não era levado para o seu senhor: as ordens prévias determinavam que fosse levado para Independência. Ao lá chegar, era realizada uma troca entre os irmãos: o senhor da Independência

recebia o escravo fujão e entregava um dos seus para substituí-lo na fazenda do irmão. Esta era uma das maneiras de punir os escravos de Pedras Azuis e Paraty-Mirim, uma vez que "aquele fujão ia *padecer* na mão do irmão dele lá [proprietário da Independência]".

A decadência econômica que atingiu Paraty no final do século XIX, associada à abolição da escravatura, fez parte de uma gama de fatores que contribuíram para o abandono das terras das fazendas da região ou até mesmo para situações de doação de parcelas aos negros que permaneceram nesses locais após esse período. Segundo relatos dos moradores, Campinho foi fundado por três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza. Gusmão (1995, p. 148) aponta que eram escravas diferenciadas e viviam na sede da fazenda Independência.[4] Antonica era, inclusive, mãe de um dos filhos do proprietário. Após o fim da escravidão, as três mulheres receberam terras do senhor através de doação, que, porém, não foi documentada.

Os habitantes do lugar informam que, posteriormente à abolição do regime escravocrata, o dono da fazenda cedeu aos primeiros libertos algumas ferramentas e os mandou adentrar as terras (FEITOSA, 2016). "Aos poucos os negros foram ocupando o sertão da fazenda, que depois ficou conhecido como Sertão da Independência" (LIMA, 2008, p. 55), e lá continuaram vivendo e se reproduzindo de modo que hoje no lugar habitam várias famílias descendentes das três mulheres.[5] Gusmão (1990, p. 33) explica que quando o grupo se estabeleceu em Independência, após a doação das terras, fez-se uma divisão espacial. Dentro da área da fazenda formou-se uma *comunidade-bairro*, correspondente à área demarcada para legalização da posse e que corresponde ao que é Campinho atualmente.[6]

4 Esse fato não era incomum e produzia também, por vezes, certa diferenciação no tratamento dos escravos. Versiani (2007, p. 173), citando Gilberto Freyre (1981), demonstra que havia de fato uma diferenciação, uma hierarquia entre eles, ocupando os domésticos posição superior aos escravos do eito.

5 Os moradores contam que havia no local um campo utilizado pelas crianças da comunidade para suas atividades recreativas e também pelos adultos, que possuíam a preferência na hora dos jogos. Um dos moradores cedeu às crianças uma área para construírem o seu próprio campo, porém o lugar não era tão amplo. Com a ajuda dos adultos, as crianças prepararam o campo e, a partir da inauguração, os adultos também passaram a dar preferência à realização dos seus jogos no "campinho", pois ficava mais próximo das casas de morada.

6 A autora utiliza esse termo fazendo referência ao espaço físico e social dos sítios. Ela

Essas famílias reproduziram-se nas terras utilizando os recursos naturais de que dispunham e que eram usufruídos em um sistema de classificação entendido como *uso comum*[7] (GUSMÃO, 1990). Nos anos de 1940, em Campinho, as terras não eram entendidas como posse de qualquer morador. Todos utilizavam as terras e os recursos sem distinção e com total liberdade, inclusive, relacionando-se com outras comunidades do entorno.[8] Lima (2008, p. 55) registra que "as pessoas das comunidades que hoje são conhecidas como Cabral, Camburi e Fazenda usavam o mesmo território que Campinho". O alcance dessa ocupação compreendendo locais no estado do Rio de Janeiro e no estado de São Paulo demonstra que a comunidade se espraiou por um território vasto. Lima (2008) assinala, inclusive, que havia ocupação continuada, rompendo-se apenas quando surgiram os locais denominados Patrimônio, Pedras Azuis e Córrego dos Micos, formados pela migração, na década de 1960, de pessoas de outros locais para região.

O depoimento abaixo reforça a ideia de que, enquanto existiu a igualdade de uso da terra, os conflitos eram inexistentes:

> *Naquela época aqui ninguém tinha terra. A terra não era de ninguém, todo mundo usava de todo mundo*. Vamos supor: aqui esse sítio aqui, por exemplo, hoje é nosso, mas naquela época outras pessoas chegavam ali e podia botar uma roça. A gente podia sair daqui chegar no sítio do outro e botar uma roça do lado do outro. *Não tinha conflito de terra porque todo mundo usava a terra igual.* Não tinha esse negócio de que esse pedaço é meu e aquele é do fulano. (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Nesse sentido, é imprescindível analisar como as transformações ocorridas na região ao longo dos anos afetaram sua autonomia demográfica,

explica que, além disso, "a 'comunidade-bairro' tem por conteúdo o conjunto de relações entre moradores da área territorial específica, unidos por sentimentos ligados ao parentesco, à localidade, vizinhança etc." (GUSMÃO, 1990, p. 32).

7 Para melhor compreensão sobre esse sistema de classificação, sugerimos consulta aos trabalhos de Almeida (1989), Paula Andrade (1994) e Silva (1996).

8 Entre as comunidades que mantinham diversos tipos de relações sociais com Campinho da Independência, como veremos adiante, Cabral fica em Paraty, estado do Rio de Janeiro, e as demais (Camburi, Sertão da Picinguaba e Fazenda da Caixa) no estado de São Paulo.

social e econômica, característica fundamental do campesinato (WANDERLEY, 1999).

Até o início dos anos de 1970 ainda não havia estrada que ligasse Campinho e imediações a Paraty, exceto um caminho chamado localmente de *trilha*. Os habitantes enfrentavam a dureza dos caminhos nas ocasiões em que se dirigiam a outros lugares. Lima (2008, p. 66) informa que, antes da construção da rodovia Rio-Santos, o movimento entre o centro da cidade de Paraty e as outras comunidades acontecia exclusivamente de barco ou a pé. O trajeto até Paraty durava entre três e quatro horas e meia de caminhada (FEITOSA, 2016).

A economia do grupo, inicialmente, era baseada no plantio da mandioca para produção da farinha, comercializada em fazendas próximas, como a Itatinga, ou em Paraty, e o dinheiro arrecadado era destinado à aquisição de itens que não produziam em suas lavouras. O trabalho nos roçados das famílias era realizado coletivamente, em *mutirão*, um sistema de ajuda mútua e coletiva no qual um grupo de moradores auxiliava um de seus vizinhos durante as etapas do trabalho na lavoura.[9]

Dona Luiza (60 anos, entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015) explicou que, mesmo aqueles que não participavam dos *mutirões*, por vezes recebiam os alimentos distribuídos nessas ocasiões: "O Gilberto tinha uma plantação grande de arroz, então eles faziam mutirão, colhia o arroz e o Gilberto dividia com toda a comunidade". A interlocutora destaca, fazendo alusão ao forte sentimento de solidariedade vicinal, que "um não deixava o outro sem comer". Aqueles que não participavam dos mutirões era porque estavam fora da fazenda, utilizando seu tempo livre em um *trabalho acessório* (KAUTSKY, 1980) para complementar a renda familiar.

Feitosa (2016) aponta que a solidariedade era tão importante para a manutenção desses grupos quanto os espaços de socialização que, por vezes, se compunham pelos *mutirões* e encontros na igreja católica.[10] As comunidades do entorno, tais como Camburi, Sertão da Picinguaba, Fazenda da

9 Autores como Candido (1964) e Queiroz (1963) também fazem referência a esta modalidade de ação dos trabalhadores frente às dificuldades que lhes eram apresentadas.

10 Campinho é uma comunidade negra católica cuja primeira igreja foi construída por moradores locais em 1960.

Caixa, Paraty, entre outras, se visitavam durante as festividades relacionadas à religiosidade, Carnaval etc. Essa proximidade das relações entre essas populações mostra que seu isolamento era apenas parcial.

As narrativas em Campinho denunciam uma "reflexão sobre o sentido da comunidade e da união" (COMERFORD, 1999, p. 20) entre o grupo, marcado, inclusive, por uma "ética de subsistência" que pressupõe, além de outros fatores, a manutenção de regras sociais baseadas em relações de reciprocidade do camponês com vários atores da sociedade inclusiva (SCOTT, 1976; HAGGIS et al., 1986 apud MENEZES E MALAGODI, 2011, p. 15), mas também uma situação que descreve um período crítico de sua vida. A fase após a doação das terras aos moradores de Campinho foi se configurando como um cenário de disputas na medida em que passaram a sofrer várias investidas de agentes diversos na região, como detalharemos à frente. À medida que as situações de assédio se intensificaram, os atores sociais se viram obrigados a agir de modo a garantir sua permanência no lugar. Nesse sentido, a noção de luta é também utilizada aqui para qualificar a experiência de reação desse grupo de pessoas que foram atingidas de forma tão desfavorável por processos de transformação no campo (COMERFORD, 1999, p. 26).

Os processos de pressão nas terras da fazenda Independência

Feitosa (2016) aponta que a chegada do primeiro migrante em Independência data de 1926. Benedito Elias, procedente de Trindade, decidiu adentrar as terras de Independência e demarcou uma área para ali estabelecer sua moradia. Vinte anos após a sua chegada, em 1946, vieram outras quatro famílias em fuga para o Brasil no período da Segunda Guerra Mundial e utilizaram essas terras como esconderijo.

De acordo com documentos do Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP), alguns anos depois, o prefeito Derly Ellena,[11] que governou o município entre 1950 e 1953, estimulou a migração de capixabas, mineiros,

11 Derly Ellena era mineiro e foi para Paraty atuar como médico sanitarista. Casou-se na cidade e constituiu família. Foi afastado da prefeitura em 27/05/1953 (ATOS E RETRATOS, IHAP).

entre outros, para ocupar as terras da fazenda Pedras Azuis e imediações. Por essa época, existiam questionamentos sobre qual seria a área exata correspondente às fazendas Paraty-Mirim e Independência, entendidas, muitas vezes, como uma área contínua, findando os seus limites próximo ao estado de São Paulo.

Entre as décadas de 1950 e 1960, um antigo fazendeiro de Paraty-Mirim alegava ser o proprietário também das terras da fazenda Independência. Gusmão (1990, 1995), Lima (2008) e Feitosa (2016) apontam os artifícios utilizados por ele com o intuito de açambarcar a área. Gusmão alerta que este foi um dos primeiros desafios do grupo com relação à questão das terras. Dona Cristina comenta que os fazendeiros reclamavam a posse das terras de Paraty-Mirim passando por Independência até a divisa com o estado de São Paulo. Os moradores de Campinho que trabalhavam em Paraty-Mirim temiam voltar à fazenda em razão das investidas dos pretensos proprietários:

> E a gente já tinha lutado um bocado, porque quando eu vim pra cá menina, o pessoal já trabalhava em Paraty-Mirim dois dias na semana batendo na terra. *Sendo que essas três mulheres deixou pra eles. Sendo deles, mas o pessoal do Paraty-Mirim eram ricos e dizia que essa terra toda era deles até lá o morro do Papagaio. E aí o pessoal não ia trabalhar lá. Não confiava na conversa da mulher que eles não conheceram, né? Porque naquele tempo era criança. Aí os maior dizia, a vovó Camila sempre dizia, mas ela não podia, toda aleijadinha... Aí até que apareceu a Neuza aí fazendo uma pesquisa igual você tá fazendo, aí ela descobriu que a terra é de quilombo*. (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015, grifo nosso).

Ainda em 1960, após as investidas dos fazendeiros de Paraty-Mirim, os moradores sofreram outra intervenção no local, mas desta vez a partir da presença de colonos atraídos para a região pelas ações governamentais durante a gestão de Roberto Silveira (1959-1960), por meio do Plano de Colonização e de Aproveitamento das Terras Devolutas do Estado.[12] Através

12 No Plano estava previsto que fossem demarcadas as terras devolutas, priorizando aquelas situadas em Paraty, nas regiões do Imbé e Mocotó, no município de Campos, e nos mu-

deste Plano, conhecido como Plano de Ação Agrária, foram encaminhadas diversas desapropriações no estado até 1963, e entre elas as das fazendas Paraty-Mirim e Independência (Decreto Estadual Nº 6.897, de 13/01/1960).[13] Essa iniciativa atraiu muitas famílias de vários estados brasileiros, como Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, entre outros. Acreditamos que talvez essa área tenha sido incluída no Plano de Ação Agrária devido às tensões sociais na região ocasionadas pela chegada de pessoas nos anos de 1950.

Seu Justino (51 anos, entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 16/10/2015) assegura que os remanescentes dessas iniciativas governamentais foram se instalando na zona compreendida pela fazenda e muitos outros lugares surgiram a partir desses processos de intervenção fundiária. Dentro dos limites da fazenda Independência existem, atualmente, as localidades de Coqueiro, Novo Horizonte, Patrimônio e Forquilha.

Segundo notícias veiculadas na década de 1970, as famílias que Roberto Silveira alojou nas fazendas Paraty-Mirim, Independência e imediações não receberam nenhuma ajuda técnica e, por falta de meios para se ocuparem da agricultura, foram apontadas como destruidoras da reserva florestal (*Jornal do Brasil*, 23/08/1972). Com a perspectiva de instituição do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), nos anos de 1970 o governo fluminense decidiu implantar um projeto de colonização com a transferência das famílias, apontadas como depredadoras, do local onde seria instituído o Parque para a área pertencente às duas fazendas.

Após a efetiva instituição do PNSB (Decreto Federal Nº 68.172, de 04 de fevereiro de 1971), seus administradores definiram normas para a vida da localidade, voltadas a impedir e/ou controlar atividades ali consolidadas. Como pontuou Almeida (1997), vários foram os conflitos gerados pela falta de informação sobre os objetivos da Unidade de Conservação e os limites de uso do território.

Em 1972, a área onde se pretendia implantar o Núcleo Rural, as fazendas Paraty-Mirim e Independência, foi transformada no Parque Estadual de Paraty-Mirim, que, por intermédio da Lei Nº 7.220, de 19 de julho de 1973, foi incorporado, por doação, à Companhia de Turismo do Estado

nicípios São Fidélis, Santa Maria Madalena e Conceição de Macabu (*Correio da Manhã*, 05/05/1959).

13 A área da fazenda Pedras Azuis constava como parte da fazenda Independência.

do Rio S.A. (Flumitur). Com isso, os colonos ficaram sem perspectivas de transferência (*Jornal do Brasil*, 25/02/1973, p. 5) e continuaram sobrevivendo nas áreas do Parque, havendo muitos embates com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Ainda na década de 1970, Paraty foi ligada ao Rio de Janeiro e a São Paulo pela rodovia Rio-Santos. Aberta ao tráfego em 1975, foi um dos fatores determinantes para o fim do relativo isolamento da região. O início de sua construção, em 1972, fomentou investimentos turísticos e o desenvolvimento de inúmeros projetos governamentais de grande porte, como a usina nuclear de Angra dos Reis. Além disso, gerou especulação fundiária, atraindo pretensos proprietários, por vezes chamados de *grileiros* (GRYNSZPAN, 1990), dando origem a um rápido processo de incorporação das terras, à custa, principalmente, dos *caiçaras*[14] e potencializando os conflitos (MEDEIROS et al., 2009).

No ano de 1975, apareceu na área da fazenda, em Campinho, um homem dizendo-se filho do proprietário daquelas terras ou da maior parte delas (CPT, 1977). Seu nome era Raul, morava em São Paulo e era filho de Romualdo, antigo trabalhador da fazenda Itatinga, próxima à Independência. Essa fazenda, segundo os entrevistados, era propriedade de um comerciante de pinga, melado, entre outros produtos, e que possuía grande plantação de cana-de-açúcar e tropas de burros. Era considerado rico pelos moradores do lugar. Seu Gilberto (91 anos, entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015) esclarece que Romualdo trabalhava na lavoura da fazenda e era um homem pobre como os demais. Entretanto, é possível que, devido à existência de algum vínculo de amizade ou compadrio entre o proprietário da Itatinga e Romualdo, o primeiro pudesse ter cedido parte das terras da fazenda ao segundo, fato que o encorajou a reclamar também as áreas próximas (FEITOSA, 2016). Em março de 1986, "diante do não cumprimento, pela Flumitur, dos encargos previstos da referida doação, o imóvel reverteu ao patrimônio do Estado mediante a revogação da doação" (ESTADO EM JUÍZO, 2002, p. 525). Arruti (2008, p. 48) salienta ainda que

14 Em entrevista concedida a Annagesse Feitosa, o professor da Universidade de São Paulo Antônio Carlos Diegues explicou que o termo caiçara começou a ser utilizado no litoral sul de São Paulo e que somente se alastrou até o litoral sul do Rio de Janeiro quando começaram os processos de especulação imobiliária por volta dos anos de 1940.

neste mesmo ano "a União Federal alegou estar interessada na área devido à criação da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu". Esta APA está sobreposta ao território do Campinho, que passa a ser considerado como Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR).[15]

As lutas em Campinho foram forjadas no cenário demonstrado acima, no qual os moradores da antiga fazenda Independência passaram por múltiplos processos de pressão que se convertiam em ameaça à posse da terra ou limitavam o seu aproveitamento.

Como aponta Scott, a "resistência tem origem, pois, não apenas na apropriação material nas relações de classe, mas também nos mecanismos de humilhação pessoal que caracterizam essa exploração" (SCOTT, 2013, p. 163). Em consonância com Scott, Axel Honneth trata das ofensas à dignidade como experiências de desrespeito, materializadas muitas vezes por meio de lesões físicas, mas também de outras violações ligadas a experiências de rebaixamento, ao "sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção" (HONNET, 2003, p. 215). Esse sentimento de indignação termina por desencadear resistências práticas, o que entendemos aqui como as formas de luta desses atores. Para Honneth, as lutas sociais devem ser explicadas a partir de sentimentos de injustiça e de desrespeito.[16]

O termo luta, neste artigo, assume diferentes conteúdos no sentido de indicar momentos em que as ações de resistência dos atores sociais evocam um caráter mais ou menos expressivo a partir de suas experiências. No caso de Campinho nos interessa apresentar que as lutas se sucederam em dois planos, ou seja, em um nível menos explícito, no qual as ações dos moradores eram silenciosas, caracterizadas por formas cotidianas de resistência, ou também em embates mais visíveis, caracterizados pelas disputas declaradas.

15 A Zona de Conservação da Zona Rural (ZCZR) é uma área que compreende a maior parte da zona rural da APA situada entre a Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) e a Zona de Expansão Residencial e Turística (ZERT), e é composta basicamente por mata secundária em estágio inicial de regeneração, bem como pelos campos antrópicos e áreas cultivadas (ICMBIO, 2011, p. 20).

16 Comerford (1999, p. 19) explica que o termo luta "assume diferentes significados e esses diferentes significados remetem a diferentes situações, agentes e relações, e fazem parte de discursos distintos".

Os indícios das formas de resistência cotidiana em Campinho

Metodologicamente, trabalhar com a memória nos forneceu um espaço privilegiado, por "dialogar com o ator longe da face do poder" (SCOTT, 2013, p. 38). Atualmente, passados os processos de confronto mais intenso, esse caminho nos ofereceu uma interpretação mais clara daquilo que expunham no *discurso público*[17] em cada situação vivenciada. Compreender as expressões que compõem os discursos desses atores é fundamental para o estudo das formas de resistência.

Vários pontos do pensamento de Scott nos remetem às situações descritas por nossos interlocutores de Campinho. No período que nos propomos estudar, as décadas de 1940 até 1980, os primeiros indícios de formas de resistência cotidiana foram percebidos durante o contato com o estudo de Neusa Gusmão. A autora aponta que as terras da fazenda sofriam um processo de divisão, sendo entendidas como de *gente do lugar* – os moradores de posse ancestral – e de *gente de fora* – pessoas oriundas de outros estados brasileiros que seguiram para a região em razão das promessas de colonização agrária do governador Roberto Silveira:

> Em Campinho conta-se que eles chegaram querendo terras no bairro, *mas os daqui não deixaram*. Foram para Trindade, área praiana, limite com Independência, mas o povo de lá também não deixou. *Restou aos de fora ir ficando na vila próxima*, Patrimônio, e ao seu redor, Independência. (GUSMÃO, 1995, p. 35, grifos nossos).

A autora explica que as terras de Campinho eram aquelas protegidas pelos parentes: terras que não se vendem. O parentesco era um elemento organizador dos padrões de ocupação das áreas de moradia e, junto com o casamento, eram fundamentais para organização e resistência do grupo. O casamento era considerado o reforço da própria descendência que, assim,

17 A partir das contribuições de Scott (2013), Feitosa (2016) explica que, no caso de Campinho, o termo *discurso oculto* é empregado para marcar as expressões que tem lugar fora do campo de observação dos poderosos, mas também em oposição ao termo *discurso público*, caracterizado pelo comportamento dos atores na presença da figura dominadora, ou seja, é o discurso que tem lugar no campo das relações explícitas.

diferenciava cônjuges parentes e não parentes (GUSMÃO, 1995). E era nesse sentido que o grupo impedia a presença de *gente de fora* em terras do bairro, naquela área que chamam, atualmente, de Campinho, pois poria em risco a segurança do grupo. Como demonstrado em outro tópico, os casamentos ocorriam entre parentes, dentro da comunidade, mas Gusmão explica que, nos casos em que ocorriam exceções, o externo era entendido como *de fora* e os descendentes dessa união eram entendidos como *aparentados*. Além disso, recebiam tratamento diferenciado em relação àqueles que se consideravam parentes. Este caso nos remete às afirmações de Menezes:

> As relações entre iguais nem sempre ocorrem dentro de linhas democráticas, mas se constroem também sob critérios de sanção, reprovação para aqueles que se comportam a favor do dominante, *quando rompem com algum costume, valor ou regra social da comunidade*. (MENEZES, 2002, p. 36).

Essas observações inspiram nossa reflexão sobre a existência de algum grau de conflito formado dentro do próprio grupo em razão das situações impostas a eles. A autora explica que Scott (1985) também dedica alguma atenção a esses conflitos internos, abalizados por parentesco ou relações de vizinhança (MENEZES, 2002, p. 42). Scott (2013) apresenta alguns indícios de um *discurso oculto* que se desenvolve no interior das relações entre os próprios subordinados no sentido de criticar e julgar os próprios pares, aqueles que mais ou menos tentam se adequar ou tirar proveito das estruturas de poder:

> Mesmo que as relações entre subordinados se caracterizem pela simetria e pela reciprocidade, o discurso oculto que se desenvolve nestas circunstâncias pode ser igualmente tirânico, ainda que todos participem na sua modulação. Veja-se, por exemplo, a atitude que tantas vezes impera entre os trabalhadores no sentido de penalizar qualquer elemento que se esforce por conquistar a simpatia dos patrões. As palavras usadas pelos seus pares para descrever tal comportamento (lambe-botas, lambe-cus, vendido, bajulador) destinam-se a impedi-lo, podendo ser complementadas por olhares discriminatórios, comportamentos de exclusão ou mesmo violência física. (SCOTT, 2013, p. 59).

A partir da análise empírica, observamos que os de Campinho desenvolveram entre si algumas normas: condenavam, por exemplo, qualquer membro que casasse fora do grupo ou que tentasse vender as terras. Os que arriscavam tomar atitudes como estas eram avaliados como quem visava apenas seus interesses pessoais, ignorando o coletivo, ajustando-se ou tirando algum proveito das mudanças em curso. Há casos daqueles que violaram as regras, como os parentes de dona Regina, que venderam terras em Independência; há o marido de dona Alice, que se casou e a levou com ele para a comunidade, uma mulher *de fora*; há também o caso de seu Gilberto, que também se casou com uma mulher *de fora*.

Aqueles oriundos das uniões com os *de fora*, ou aqueles que venderam terras, eram repelidos, muitas vezes de modo implícito, pelas pessoas da comunidade. As sogras, por exemplo, limitavam a inclusão das noras nos sistemas de trocas vicinais na comunidade. Nesse sentido, no caso de Campinho, notamos a existência de um sistema de dominação interno, fruto das relações no interior de um sistema mais amplo, o qual envolve uma gama de atores, como o Estado, entre outros, sob sua influência. As ações no âmbito desse subsistema ajudavam a refrear aqueles agentes que pretendiam adotar ações que contrariassem as expectativas do grupo.

O grupo subordinado às forças externas que provocavam as mudanças em curso exercia sua própria vigilância e sancionava aqueles que agiam contra suas prerrogativas. Utilizavam essas técnicas para manter a unidade face à dominação exercida a partir das ações estatais, mas também para suprimir a dissidência entre aqueles que estavam sendo afetados pelas mudanças em curso. Para Scott, "estas sanções podem assumir as mais variadas formas, desde pequenos gestos de reprovação, passando por atitudes ostensivas de desprezo até, claro está, a atos de intimidação ou violência física" (SCOTT, 2013, p. 186):

> As relações de forças entre os subordinados se tornam mais acentuadas na medida em que os perigos são elevados a partir de deserções. Os mecanismos de controle são dolorosos e por vezes sórdidos. Calúnias, difamações, mexericos, rumores, manifestações públicas de indiferença ou desprezo, injúrias, maledicência e ostracismo são apenas algumas das sanções que os subordinados podem exercer sobre os outros. (SCOTT, 2013, p. 187).

As armas que usavam, como os olhares reprovadores e a negação dos parentes, são sanções relativamente brandas contra determinados poderosos, mas eficazes contra os dissidentes dentro do próprio grupo (SCOTT, 2013, p. 203). Notamos a eficácia dessas formas de sanção, como a *rejeição*, quando conversamos com uma das moradoras da comunidade. Sua história é conhecida por alguns pesquisadores que estiveram no lugar e, segundo eles, os fatos foram narrados pela própria, pois, de acordo com as regras locais, por não ter nascido lá e ter se casado com um filho daquela terra, sofreu rejeição. A moradora só se legitimou frente à comunidade após a morte da benzedeira do lugar, pois cumpriu uma espécie de profecia. A benzedeira afirmou que deixaria seu legado para a primeira mulher que, desavisada, cruzasse o seu cortejo de morte, e esta mulher foi a nossa entrevistada. Embora essa história tenha sido contada por ela mesma a outros pesquisadores, atualmente, ela apresenta uma outra versão: trata apenas de como herdou o "dom de rezar nos outros". Esse caso nos remete mais uma vez a Pollak, quando este autor afirma que, no que concerne a algumas memórias, muitas vezes os atores sociais optam pelo silêncio, pelos "não ditos", em decorrência de situações traumatizantes, de lembranças comprometedoras ou até mesmo para evitar mal-entendidos (POLLAK, 1989, p. 6). Portelli (1998, p. 11) explica que temos que considerar não apenas os fatos ocorridos, mas também a sua omissão nos depoimentos. A atitude pode ser entendida como uma tentativa de reescrever uma história dolorosa:

> Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros [...]. Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história. (POLLAK, 1989, p. 13).

Ainda como forma de resistir às ameaças de ocupação por pessoas de outros lugares que chegavam por meio das ações governamentais, as terras da fazenda, antes usufruídas em sistema de *uso comum* pelos moradores locais, passou a ser dividida: "cada um ficou com a medição para poder se segurar [na terra]" (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015). Passaram a exigir que cada

família se responsabilizasse por proteger uma extensão do terreno. Isto significou, inclusive, um reforço das diferenças entre as terras de parentes e não parentes:

> *O Dr. Derly avisou o pessoal do Buriti que tinha muita terra, para o pessoal vir. Aí o pessoal começou a invadir. Até que eles chegavam aqui em casa conversando, mas a gente empurrava lá pra longe*. Porque senão... Aí tinha o Benedito Elias lá em cima arrumava lá pra eles... (Cristina, 85 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 12/10/2015, grifo nosso).

> Ele [Derly] anunciou para Minas, Espírito Santo, que tinha muita terra devoluta aqui em Paraty. E terra boa, fértil. *Aí invadiu de gente aqui. Aí quando eles viram isso vieram todo mundo, muita gente para cá. Aí foi quando abriu aí o Patrimônio, Forquilha, lá em cima, Corte 70, lá na divisa que vai pra Ubatuba... aí encheu de gente aqui na... Córrego dos Micos... muita gente entrou aí. Aí a gente, nós que ficamos cá pra baixo, aí foi quando começou a dividir os pedaços. Porque senão eles invadiam tudo e a gente ia ficar como ficamos, praticamente ficamos quase encurralados por eles aí.* Que eles vieram abrindo, abrindo, não tinha mais lugar pra eles ficarem lá pra cima aí... (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifos nossos).

Ao utilizar o termo *invadir* para se referir à ação daqueles que chegaram à região requerendo as terras, a interlocutora reforça o direito à posse dos que já estavam estabelecidos e fornece pistas, inclusive, para se pensar que este foi um contexto de forte ameaça, fazendo com que agissem frente a essa situação, *empurrando* os recém-chegados para longe. É exatamente nesse momento, quando os moradores de Campinho se negam a ceder parte de seu território aos recém-chegados, que notamos os indícios de uma resistência mais cotidiana interposta no sentido de garantir as suas terras. Além de resistir aos de fora “empurrando-os para longe” e através da divisão em núcleos, repelem qualquer ameaça externa negando o parentesco com os descendentes dos *de fora,* mesmo que haja qualquer ligação, pois não se deve “citar como parente para não requerer a terra” (GUSMÃO, 1995, p. 64).

Quando os *de fora* não foram aceitos em Campinho, saíram em busca de outros locais para viver, inclusive, em Trindade, conforme Gusmão. Alguns, como apontaram os dados coligidos neste trabalho, conseguiram terras na área da fazenda Independência, mas em local diferenciado, oposto àquele do grupo mais coeso, nas terras cedidas por Benedito Elias, como visto no tópico anterior, e naquelas vendidas pelos próprios moradores da fazenda, descendentes de escravos. Além destes, outros ocuparam também terras nas imediações, fora da área da fazenda Independência. A partir desses deslocamentos e dessa dinâmica de ocupação, dentro e fora da fazenda, surgiram novos lugares, tais como Patrimônio, Córrego dos Micos, Novo Horizonte, entre outros.

> Aquele lugar para lá era do meu avô e do meu tio, meu avô era Venâncio. Então, aquele mato pra lá, ali era deles, mas para os fundos já era *gente de fora* que veio e comprou, então, meu avô morreu aí ficou meu tio e um primo, mas meu tio morava em Santos, trabalhava lá, lá morava. Aí meu avô primeiro, antes de morrer, vendeu um pedaço, depois vendeu mais outro pedaço. *Aí sei que ele vendeu para um senhor lá, depois o senhor foi loteando também, aí dali já tem a minha prima Clarinda, que pertence aquele lado ali do Novo Horizonte*, ela também foi vendendo uns pedaços, então, ali se formou, dizem que já está uma cidade... *eu não fui lá não. Nunca fui lá, mas dizem que é muito bonito Novo Horizonte, mas eu nunca fui lá*. (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, grifo nosso).

Nota-se que a moradora, ao fazer referência ao processo de ocupação das terras por pessoas que vieram de outros locais a partir da venda por parte de seus parentes, deixa claro que eles pertenciam ao outro lado da fazenda, agora denominado Novo Horizonte, e que nunca fora ao local, ou seja, não mantinha relações. O lugar denominado atualmente Patrimônio era considerado por muitos como parte das terras de Independência, mas foi sendo povoado por pessoas vindas de outros locais.

Feitosa (2016) registra que, na década de 1940, a relação do grupo com Benedito Elias, o primeiro migrante, não parecia ser demasiadamente conflituosa, pois realizavam, inclusive, troca de produtos da lavoura. Essa relação sofreu mudanças quando Benedito Elias passou a ceder terras a outras

famílias, como já apontamos. Mas, além disso, em 1956, ele enviou documento ao governador Miguel Couto solicitando a legalização do direito à terra que estava ocupando, argumentando sua ocupação desde a década de 1920 e a existência de suas benfeitorias. Neste mesmo documento, Benedito Elias argumenta: "Achei de acordo ceder uma área de 25 hectares [para as famílias que chegavam pedindo terras] para formar o 'Patrimônio Dr. Miguel Couto Filho'".[18]

Como apontam as notícias difundidas na época, aqueles que foram viver nas terras da fazenda Independência na década de 1960 não receberam nenhuma ajuda técnica e, na década seguinte, foram acusados de desmatar uma área de mata ainda intocada, em volta da fazenda, em um curto intervalo de tempo, isto é, desde o período em que saíram de seus lugares de origem e foram viver no local (*Jornal do Brasil*, 22/08/1972, p. 23).

Com a instituição do PNSB, nos anos de 1970, englobando também outras áreas além daquelas onde estavam os posseiros desde a década de 1960, os limites passaram a ser considerados pelo Governo Federal como área de preservação natural e foram instaurados vários esquemas restritivos sobre o uso da terra. Aqui percebemos também que esses eventos foram elementos desencadeadores de formas de *resistência cotidiana* acionadas pelos grupos que passaram a viver ali, frente às dificuldades que lhes eram apresentadas, pois enquanto o governo dava prosseguimento aos planos que traçou para essas famílias, elas continuavam sobrevivendo nas áreas do Parque, havendo muitos embates com o IBDF.

Para sobreviver, os grupos, que dependiam do uso daquelas áreas que o Parque alcançava, passaram a usar os recursos de forma clandestina. Notícias veiculadas no mês julho de 1972 informavam que o IBDF mobilizou agentes especiais na busca daqueles que tratavam por "caçadores e desmatadores clandestinos", sob o discurso da necessidade de preservação das espécies onde a caça era proibida (*Jornal do Brasil*, 30/07/1972, p. 29).

As ações desses grupos eram empreendidas através do anonimato, o que nos lembra Thompson (1998) quando trata dos atos furtivos que ocorriam em terras comunais que foram cercadas. As ações furtivas eram totalmente

18 O documento foi enviado ao governador Miguel Couto em 1956 e protocolado sob o número 5.094 em 21 de agosto de 1956 na Secretaria do Governo. Contava com a assinatura de 18 testemunhas (Documento do arquivo pessoal do entrevistado Justino).

justificadas pelo costume, pelo modo de vida dos moradores. Thompson sugere que o costume estava impresso num contexto de normas e tolerâncias sociais e que "vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento" (THOMPSON, 1998, p. 89).[19]

Em Paraty, as famílias se organizaram em terras localizadas na fazenda e em seu entorno, e as várias modalidades de atividades que utilizaram para garantir sua subsistência, incluindo a caça considerada clandestina, foi uma das maneiras que os estabelecidos e os recém-chegados utilizaram para resistir aos efeitos das ações governamentais. Os recém-chegados foram qualificados como invasores. No entanto, é necessário relativizar esse posicionamento, pois, do ponto de vista da atuação do Estado, foram tão lesados quanto os de Campinho, uma vez que foram atraídos por promessas governamentais que instauraram na região um estado de todos contra todos. Como informou seu João, morador de Patrimônio (Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 18/10/2015), foram "jogados na terra sem qualquer assistência".

A resistência cotidiana e os embates visíveis

A passagem da rodovia Rio-Santos, em meados da década de 1970, facilitou o acesso à região e trouxe consigo a figura de pretensos proprietários, como o filho de Romualdo, como visto no item anterior. Para Ângelo (41 anos, entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015), antes da rodovia dificilmente apareciam pessoas reclamando as terras da fazenda. Havia apenas um homem chamado Zolino que se dizia proprietário da Independência:

> *Foi depois da Rio-Santos [que pessoas de fora passaram a reclamar a propriedade]. Até antes não passava ninguém aqui, ninguém dizia ser dono*. O único que dizia ser dono de tudo isso aqui até chegar lá na divisa do estado de São

19 Para Thompson não deve ser considerada a permanência sugerida pela palavra tradição, pois o costume deve ser entendido como "um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitivas" (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

> Paulo era um senhor lá do Rio, um tal de Zolino. (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Zolino, segundo os moradores, ia ao local apenas uma vez ao ano para praticar atividades de caça. Segundo José, seu tio ficava encarregado de não permitir a entrada de pessoas externas no local nessas ocasiões. Zolino caçava no lugar hoje denominado de Forquilha, próximo a Independência, e não oferecia grande risco sobre a manutenção da posse da terra.

Os moradores parecem ter compreendido que, naquela circunstância, na qual o pretenso proprietário reclamava a posse da terra, mas não os *incomodava*, sua resistência só poderia ser bem-sucedida na medida em que se ocultavam atrás da máscara de submissão (SCOTT, 2011, p. 224), bem representada pela atitude servil do tio de seu José, de modo que o pretenso proprietário não necessitasse utilizar o seu *discurso público*. Como informa Scott, "se é verdade que a subordinação requer uma representação credível de humildade e respeito, também a dominação requer uma representação credível de altivez e controle" (SCOTT, 2013, p. 39).

Os de Campinho vestiam uma máscara de submissão, mas nesse comportamento ponderado dos moradores em relação à Zolino transparece o aspecto estratégico dessa atitude, pois ele, enquanto alvo das representações do grupo, era reconhecido como um agente que poderia lesá-los, mas também socorrê-los em determinadas ocasiões. Tal atitude vai mais uma vez ao encontro das proposições de Scott: "Com raras, mas significativas exceções, os subordinados tendem, por prudência, medo e desejo de cair nas boas graças dos mais fortes, a moldar o seu comportamento público as expectativas dos poderosos" (SCOTT, 2013, p. 28).

A *gestão da impressão* é vista a olhos nus como atitude de deferência e submissão, mas é uma técnica fundamental de sobrevivência dos grupos subalternos. Pois "um subordinado prudente tende a conformar o seu discurso e os seus gestos àquilo que sabe que dele se espera – mesmo que essa submissão mascare uma opinião muito diferente daquela que é revelada fora de cena" (SCOTT, 2013, p. 71). No âmbito do *discurso oculto*, por exemplo, a opinião do grupo de que aquelas terras eram deles.

Esses atores sociais agem de modo espontâneo ou, por meio de esforços para serem convincentes, controlam os sentimentos que poriam em risco a

farsa, tais como a raiva, o rancor e o desejo de vingança por uma injustiça sofrida e/ou presenciada. Devemos estar atentos ao fato de que "a representação compreende não apenas os atos discursivos, mas também uma atitude de submissão nos gestos e nas expressões faciais, bem como obediência concreta a ordens que podem ser desagradáveis ou humilhantes" (SCOTT, 2013, p. 62), como pode ser o caso do tio de seu José ao ter que impedir que outros moradores entrassem na área enquanto Zolino caçava.

Ao contrário de Zolino, Raul, o filho de Romualdo, oferecia um risco mais declarado à posse da terra, pois dizia aos moradores de Campinho que as terras eram de seu pai e, a partir de tal argumento, tentava proibir a manutenção das lavouras e a construção das casas. José destaca que Raul espalhava placas pela localidade com advertências aos moradores sobre a propriedade: "*Ele dizia ser dono disso aqui.* Aí andou botando placa aí na beira da pista, dizendo que era propriedade do seu Romualdo, não sei de quê" (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Nos anos de 1970, já havia no local muitos habitantes e, para resistir às investidas de Raul, os moradores também advertiam o pretenso proprietário à sua maneira. Iam para os caminhos do bairro, por vezes crianças, munidas com pedaços de madeira para amedrontá-lo. Quando não eram vistos, os habitantes também tombavam as placas fixadas por Raul, onde informava: "É terra com dono". Mas além de tirarem as placas, dispunham outras no local com frases em resposta: "Não ia pegar mais aquela terra", "Essa terra era nossa", "Não entra" (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015). Essas placas certamente eram também uma advertência aos que chegavam à região e bastante indicativas do cenário que se instalava com os rumores da abertura da rodovia.

Ao longo dos anos 1970, o grupo reivindicava na justiça as terras enquanto *posseiros*, e é nesse sentido que dona Luiza lamenta que nessa ocasião ainda não existia o conhecimento por parte dos moradores de que aquela é uma terra de quilombo, pois poderiam ter usado essa informação nas placas e até mesmo para argumentar, assim não seria necessário acionar a divisão das terras dos núcleos familiares. Como pode ser visto no depoimento abaixo, a divisão das terras ocorreu como uma forma de garantir o controle e a permanência do grupo na área:

> Ninguém sabia nada de quilombo, pra falar assim: "Essa terra aqui é de quilombo, essa terra é nossa. Essa terra aqui é da comunidade. Essa terra é nossa", e então tanto é que ficou assim dividido em núcleo familiar, porque aqui... A terra daqui não pegava, lá não pegava e um ia brigar pela terra do outro. Aí cada um tirou seu pedaço para que não invadisse aquele pedaço, aí outro cercava outro pedaço para não pegar. (Luiza, 60 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015).

Scott nos alerta que é necessário observar que o nível de repressão empreendido nas situações de poder termina por estruturar as opções de resistência dos segmentos sociais, ou seja, "dependendo das circunstâncias que enfrentam, os camponeses devem oscilar de atividades eleitorais organizadas a confrontações violentas, a atos anônimos e silenciosos de 'fazer corpo mole' e de roubar" (SCOTT, 2002, p. 29).

É necessário atentar que os estudos para construção da rodovia ficaram prontos no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, quando começou seu traçado nas terras de Campinho, mas foi aberta ao tráfego somente em 1975. No entanto, no período imediatamente anterior à sua construção, houve uma intensa corrida imobiliária no munípio de Paraty acirrando os conflitos (GARCIA JR. et al., 2003). Os moradores em Campinho acreditam que o interesse de Raul surgiu apenas com a passagem de fato da rodovia pelo local:

> Era difícil. Acesso era difícil. Ele [Romualdo] morava em Santos. De Santos para cá, pra vir aqui, ele tinha que descer... Vir até Guará [Guaratinguetá, vale do Paraíba paulista], de Guará pegar um ônibus, que só tinha um ônibus que vinha de Guará pra cá pra Paraty, descendo por essa serra de Cunha. Isso mesmo com o tempo bom, quando não chovia, porque senão não dava pra passar. Ou então ainda tinha que dar a volta lá por Barra Mansa, ir até Barra Mansa e de lá pegar um ônibus pra Angra dos Reis, para de Angra dos Reis pegar uma barca pra vir pra cá. Por terra não vinha, a não ser com tempo bom também, que a estrada era... Estradinha, lugar que tinha que subir morro, tudo de barro, ninguém subia quando chovia... nem a pé quase dava pra subir, quanto mais de carro, então. Era difícil o acesso para vir aqui. *Então, para ele não interessava muito vir aqui. Só que depois que a Rio-Santos passou pra eles ficou fácil, porque de Santos aqui fazia em*

> *duas, três horas de viagem*. (José, 71 anos, morador de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 11/10/2015, grifo nosso).

Os episódios ocorridos em Campinho se expressam de forma eficiente como mobilizadores políticos, no sentido de abrirem possibilidades de confrontação no *discurso público*. Quando as ameaças chegaram a um ponto no qual passaram pelo risco de perder definitivamente a autonomia sobre a área onde sempre viveram, optaram por reagir em outro plano, explicitando seu discurso. A resistência cotidiana se desdobrou em outras ações que implicavam o reconhecimento público. Para Menezes (2002, p. 35), a "expressão política mais nítida é a ruptura da transcrição oculta, tornando-se pública".

Quando resolveram apelar para ações mais declaradas, em primeira instância recorreram ao STR de Paraty, que indicou seu advogado, Antônio Francisco Mayer, para assumir o caso. Feitosa e Silva (2015) explicam que nesse período quem estava à frente do STR era uma junta governativa presidida por Jair Alves da Silva. Durante sua administração iniciaram-se preleções sobre a ineficiência da atuação do Sindicato na resolução dos conflitos envolvendo os trabalhadores, mas, além disso, foram evidenciados vários casos de desfavorecimento dos sindicalizados durante ações que envolviam o sindicato. Segundo Lhotte, o Sindicato era o órgão oficial mais procurado pelas comunidades no início dos anos de 1970, mas seu advogado ou cobrava muito caro ou, por transações desonestas, convencia os próprios clientes a venderem as posses (LHOTTE, 1982, p. 26).

Em documento da CPT consta que, no caso de Campinho, Mayer propôs uma ação de usucapião onde as famílias pagariam um valor exorbitante pelos serviços prestados. Nessa circunstância, os moradores foram obrigados a desistir (CPT, 1977). Higino, morador de São Roque, uma área onde também havia conflitos fundiários, e que atuava no STR como parte do Conselho Fiscal em 1974, explica que presenciou quando os de Campinho procuraram o Sindicato em busca de ajuda com o processo de usucapião e lhes foi cobrado 20% das terras pela assessoria no processo (STRAUCH, 2015).

Vários são os exemplos em que notamos que houve uma postura desfavorável aos trabalhadores por parte do Sindicato durante esse período em Paraty:

> [...] [Assim como ocorreu em Campinho] Do mesmo modo lá no Patrimônio, onde tinha um grileiro, doutor Luciano, lá de Santos, que tava invadindo a terra dos trabalhador e enterrou o Sindicato. E o sindicato começou engavetar, Jair Silva e o advogado Maia [Mayer][20], né? E começou engavetar. Aí o pessoal procuraram o Pe. Pedro e através da CPT, a Pastoral da Terra, o bispo Dom Valdir é que entrou com a CPT, a Pastoral da Terra, que ganhou a causa. Patrimônio e Campinho. E foi nessa época... CPT atuou desde de 76 pra cá. (Higino, morador de São Roque. Entrevista concedida a entrevistador não identificado em 1983. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Gusmão (1990, p. 161) esclarece que, quando o conflito foi instaurado, entre 1975 e 1976, seu Gilberto, que já atuava no STR, entendia os limites da atuação do órgão e por isso conduziu o grupo a buscar orientação da luta fora dele. Segundo Gusmão, "o trabalho pastoral da Igreja Comunidade Eclesial de Base (CEB) já existia em Campinho" (GUSMÃO, 1990, p. 134), os moradores estavam organizados em torno de uma Comunidade Eclesial de Base, mas uma visita do bispo ao local no final dos anos de 1960 foi fundamental:

> O bispo da região – na época Diocese de Volta Redonda – fala da necessidade da Igreja, mas aponta para a necessidade de união de todos para "problemas futuros" que viriam abalar a comunidade. A referência pouco clara então dizia respeito à construção da BR-101 – Rio/Santos que cortando as terras habitadas pelos negros de Campinho (70/73), trouxe sobre eles a especulação e reivindicação de sua propriedade. O bispo da Diocese contou perante o povo que "com o desenvolvimento de uma estrada federal dentro do lugar ia aparecer também problemas. E, quando esses aparecessem, que fossem à paróquia", que ele iria ajudar a comunidade. [Quando tiveram início as proibições relacionadas à construção da rodovia] o Bispo foi procurado e os encaminhou ao pároco local, que "viajou muito com a gente aí, fora de hora, fazendo reunião aqui, discutindo o problema com o povo que houvera de fazer o povo comunitário, arrumá dinheiro, arrumá advogado". (GUSMÃO, 1990, p. 133, adendo nosso).

20 Nos documentos, o nome do advogado aparece escrito de formas diferentes.

Inferimos que a formação da CEB funcionou também como um espaço de crítica do grupo que, por sua vez, se converteu em um *espaço social seguro* para os trabalhadores no sentido de ser "um espaço de discurso anti-hegemônico" (SCOTT, 2013, p. 176). A igreja, nesse sentido, funcionava também como o ponto de encontro para reunião das ideias dos grupos subordinados.

Apesar dos entraves citados acima, no interior da CEB estruturou-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), contando com o apoio de Pedro Geurts, padre local, em 1975. Por meio do bispo Dom Vital, o advogado Thomaz Miguel Pressburguer foi levado à região e passou a assessorar juridicamente o grupo em busca de seus direitos. Os moradores aceitaram a proposta de Pressburguer, que iniciou o trabalho com as famílias a um preço mais acessível e pago em mensalidades. As famílias se esforçavam para cada um reunir por mês um montante, alguns mais, outros menos, para cobrir as despesas da causa (CPT, 1977).

Aqueles moradores que decidiram não participar da ação de usucapião também passaram a ser diferenciados pelos demais moradores do lugar. Segundo Gusmão (1990, p. 37), os que faziam parte da vida coletiva do grupo, mas não aceitaram integrar o processo, fizeram-no por entender que as terras já lhes pertenciam. A autora citou o caso de um morador que teve sua área cercada entre a de seus parentes, sem condições de expandi-la. É importante ressaltar que a autora reforça que seus direitos não foram negados pelo grupo, pois tem sua condição no lugar garantida pela descendência, mas como ainda destaca: "Entende-se não serem atuantes e cooperadores com a coletividade" (GUSMÃO, 1990, p. 37). Este caso ainda é um dos "exemplos da pressão mais ou menos coerciva que pode ser desenvolvida para monitorizar e controlar os desvios no seio de um dado grupo subordinado" (SCOTT, 2013, p. 59).

Os moradores de Campinho consideram aquele período como emblemático de grande *luta* para a comunidade, não apenas porque reivindicavam abertamente as suas terras, mas porque, naquele momento, para além da própria subsistência, começaram a trabalhar para produzir farinha para pagar o advogado. Nesse sentido, aproximamo-nos mais uma vez das colocações de Comerford, para quem o termo *luta* também é utilizado para caracterizar o cotidiano de trabalho dos *pobres*:

> Neste discurso, o trabalho, visto como dimensão da luta cotidiana, aparece menos como um objeto de troca em um mercado de trabalho do que como um aspecto da dignidade e do valor de quem, ao buscar cumprir as responsabilidades em relação à sua família, enfrenta todo tipo de dificuldade. (COMERFORD, 1999, p. 19).

Apresentamos abaixo um indicativo de como se deu a organização das famílias para quitar as despesas da causa:

> *Por causa do Gilberto o povo já estava acostumado a se reunir, principalmente nas celebrações religiosas. Com o aparecimento dos "donos" da terra, o povo foi se unindo mais para estudar a situação.* Atualmente, se organizaram, com provas e documentos necessários, para conseguir usucapião. Arcaram com as despesas na medida do possível. Tem uma caixa para a qual contribuem mensalmente com uma parte, ao alcance de cada um, como se fosse pagamento de prestação. Assim vão pagando, aos poucos, os advogados e agrimensor. Tem uma comissão representativa escolhida por eles mesmos. (DIOCESE DE BARRA DO PIRAÍ, 1977, grifo nosso).

> Nessa época, eu tava solteira, aí depois eu casei e a gente começou a trabalhar e fazer farinha e vender para poder pagar o advogado. Aí tinha advogado que ia embora, a gente ficava de boca aberta. Depois aparecia outro e era a mesma coisa. Aí sei que depois veio um padre, o padre Pedro, ficou aí em Paraty trabalhando. E o Gilberto trabalhava no Sindicato, aí veio uma senhora [Neusa Gusmão] de São Paulo, ela era antropóloga. Aí ele pegou e falou que aqui estava precisando de uma pessoa para dar ajuda. Aí ela veio pra cá, e ficou aí no Gilberto, e conversava, aí veio nas casas da gente, mas vinha com as filhas do Gilberto porque a gente tinha medo. Aí veio, perguntava, a gente falava. Então daí ela foi botando isso para a frente. Foi botando pra frente. Aí depois fizeram o livro [...]. Aí depois os meninos entraram de frente, aí começaram a andar, e andar, e lutar e a gente faz farinha e paga advogado, os meninos em cima... (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015).

A atitude dos moradores de Campinho expõe a passagem do discurso público de subserviência em relação aos diversos agentes com os quais ti-

veram contato, que de uma forma ou de outra ameaçavam sua autonomia e permanência no local, para uma atitude de confronto com o poder que, naquele momento, estava associado à figura de Raul, que chegou ao local em decorrência da construção da Rio-Santos.

Passaram-se as primeiras audiências sem a presença de Romualdo, pois este ainda não havia sido solicitado. No entanto, durante as últimas ele foi intimado, mas não compareceu.[21] Com isso, algumas famílias de Campinho logo tiveram sua posse legitimada. Esperava-se o mesmo resultado para as restantes, durante as audiências que ocorreram até o fim do mês de agosto do ano de 1977. Havia pouca dúvida sobre um julgamento positivo no final do processo a respeito do título definitivo de propriedade em favor de todas as famílias (CPT, 1977).

Segundo Scott, se "o primeiro ato de desafio ao poder conhecer uma derrota decisiva, dificilmente será imitado por outros" (SCOTT, 2013, p. 307), mas, se o ato de tornar público o seu discurso de indignação for bem-sucedido, "a sua capacidade de mobilização como ato simbólico é potencialmente assombrosa" (Idem, p. 307). A partir das primeiras vitórias em favor das famílias, o caso da comunidade começou a servir de exemplo e de esperança para muitos outros moradores do município e da região que estavam envolvidos em conflitos fundiários.

Tal informação pode ser constatada a partir da leitura de um trecho da correspondência datada do mês de maio de 1976 enviada pelo padre Pedro Geurts a Ivo Poletto, primeiro secretário-executivo da CPT, onde relata a situação de Campinho:

> Em primeiro lugar te mando alguns relatórios atualizados. Especialmente o caso de Campinho e o outro de Barra Grande podem ser interessantes para você. Campinho está indo muito bem e para nós é considerado um caso ganho no foro [sic], *mas tem ainda certos problemas em relação à própria comunidade, que tem alguns elementos que estão atrapalhando por falta de entendimento de causa.* Mas em geral vai ótimo. O Dr. Miguel aparece

21 Em um dos documentos consultados no arquivo da CPT consta que ação movida pelas famílias foi contestada por Romualdo e também pelo Estado, por não estar claramente definido se essa área em litígio estava situada dentro da fazenda Paraty-Mirim, desapropriada em 1960.

> dois a três vezes por meses [sic] aqui e está bastante animado pela causa. E com ele tem outros interessados. Até a Eni já esteve aqui, acompanhando o movimento. O trabalho mais importante agora é o fortalecimento da comunidade, e isto não é fácil por causa das mudanças sociais e o aliciamento da sociedade de consumo. A cidade está muito perto... E os turistas andam por aí para mostrar que a vida poderia ser mais cômoda... (GEURTS, Pedro. 20/05/1977. Trecho de Carta Remetida a Ivo Poletto. Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino da CPT, grifo nosso).

Quando Pedro Geurts cita que alguns elementos estavam "atrapalhando por falta de entendimento da causa", remete ao que discutiu Gusmão. A autora explica que, durante a interposição da ação de usucapião, as famílias foram chamadas individualmente para reconhecer o perímetro de suas terras, mas isso causou "a introdução da ideia de posse individual, ou seja, a ideia da possibilidade de venda da área demarcada" (GUSMÃO, 1990, p. 141).[22]

Assim, a partir de um consenso no grupo sobre a impossibilidade de venda da terra, a qualquer possibilidade de ameaça, o coletivo impetrava alguma intervenção. Essa divisão, que foi eficaz numa época, ainda hoje não se diluiu. Pelo contrário, são reforçados ainda alguns laços comunitários frente às possibilidades que se abrem para o grupo.

A utilização do instituto jurídico do usucapião visava assegurar direitos individuais (ainda que usucapião coletivo). Esse era o instrumento jurídico disponível e, sob seu respaldo, foram encaminhadas grande parte das lutas por terra em todo o Brasil, tanto pelo sindicalismo rural quanto pela CPT. O não reconhecimento do *sujeito coletivo de direito* era uma constante na história do direito no Brasil, alterando-se essa realidade somente com a Constituição de 1988.[23]

No caso das lutas dos moradores de Campinho, é imprescindível destacar o papel da CPT, que passou a desempenhar papel fundamental na defe-

22 O total da área em lítigio era 142 ha, correspondente a 12 dos 16 sítios. No entanto, não conseguimos esclarecer exatamente quantas famílias entraram ou não no processo. Esses dados foram levantados por Gusmão (1990, p. 32) nos Editais do Fórum de Paraty acerca da medição oficial realizada em 1970 para o processo de usucapião.

23 A este respeito, ver Wolkmer (2001). O autor faz uma discussão sobre a ideia dos movimentos sociais – incluindo o movimento quilombola – como *sujeito coletivo de direitos* e capaz de ordenar a vida no seu território.

sa dos posseiros. Como desdobramento, de 1976 a 1983 a Pastoral da Terra assessorou a oposição sindical, pois, como visto anteriormente, o STR na época fazia acordos que prejudicavam os trabalhadores rurais (GARCIA JR. et al., 2003).

Em meio às ocorrências de conflitos, inclusive em Campinho, com a aprovação do artigo 68 das disposições transitórias da Constituição de 1988, Neusa Gusmão alertou a comunidade sobre a necessidade de organizar uma Associação de Moradores no lugar, "segundo os moldes necessários, para receber o título da terra em nome da comunidade" (LIMA, 2008, p. 68). A Associação dos Moradores do Campinho da Independência (Amoc) foi fundada em 1994. Nesse momento, os posseiros passaram a resistir como quilombolas. O processo contou com a ajuda da pesquisadora Neusa Gusmão, como foi visto, e da vice-governadora Benedita da Silva. Porém se viabilizou também em função da resistência do presidente do STR do período ao projeto estadual de conceder títulos individuais que certamente descaracterizariam a área e a comunidade (GARCIA JR. et al., 2003). De acordo com a Comissão Pro-Índio de São Paulo, esta foi a primeira comunidade quilombola do estado do Rio de Janeiro a ter suas terras tituladas com base no artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal. Em março de 1999, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e a Fundação Cultural Palmares (FCP) entregaram o título definitivo à Comunidade Remanescente de Quilombo do Campinho da Independência.

Neusa Gusmão (1990, p. 225) explica que "Campinho é a primeira luta organizada de trabalhadores e igreja, a conseguir resultados favoráveis para o trabalhador rural. A prova disso é que mesmo não tendo seus direitos reconhecidos, a comunidade permanece na terra". Mesmo com a vitória judicial na década de 1970, Campinho ainda enfrentaria outras situações conflitantes com relação às terras nos anos de 1980, como visto anteriormente, mas notamos que traços da resistência cotidiana de outrora ainda persistem para garantir o controle do grupo sobre o local, mesmo após a titulação:

> *Mas sempre ainda aparece gente aqui. Até hoje, ainda aparece gente dizendo que a família morava aqui, que foi nascido aqui. Às vezes nem a gente não conhece o pessoal, mas sempre ainda vem […].* Até o mês passado [setembro de 2015] veio um pessoal. Eu tava na igreja, aí chegou procurando seu

> Gilberto, que eles eram da família Martins, só que eles não eram daqui, essa família. Essa família era lá da Jabaquara. Lá do outro lado. Pra baixo do Paraty-Mirim. Então, como eles são morenos igual a gente, da cor da gente... Quer dizer, que os pais deles e a mãe já morreram e eles não sabem certo o endereço, então, vem, como agora é quilombo... aí certo alguém bota na cabeça deles: "Não, vocês eram de lá, quilombo". Mas não eram daqui! (Regina, 68 anos, moradora de Campinho. Entrevista concedida a Annagesse Feitosa em 17/10/2015, grifo nosso, adendo nosso).

Após a abertura da rodovia Rio-Santos ao tráfego, a chegada de pretensos proprietários é uma constante na vida da comunidade, agora quilombola. Além das ameaças já mencionadas, atualmente surgem pessoas em Campinho argumentando que foram embora antes da titulação, alegam ser ex-moradores e acionam o parentesco no intuito de reclamar o seu direito à terra (FEITOSA, 2016).

Considerações finais

Apesar dos problemas enfrentados ao longo do trabalho de pesquisa, em especial a dificuldade de acesso ao grupo, aparentemente comum a estranhos aos de Campinho, buscamos nos debruçar sobre a identificação das formas cotidianas de resistência por meio do resgate das experiências vividas pelos moradores durante eventos ocorridos entre os anos 1940 e 1980.

Com base em análises anteriores, pudemos avaliar como a memória do grupo vem se reproduzindo ao longo do tempo, demonstrando, inclusive, em muitos casos, inclusão ou retirada de dados nas narrativas. Nesse sentido, foram valiosas mais uma vez as considerações de Pollak (1992) ao esclarecer que devemos reconhecer a memória como um fenômeno construído, tanto a individual quanto a coletiva, atentos a que ambas sofrem modificações em função do momento no qual são estruturadas e quando são expressas. Além disso, o autor aponta que essa memória é também um objeto de disputa no âmbito dos conflitos gerados entre pessoas que presenciaram os mesmos acontecimentos, mas vivenciaram de modos diferentes, no sentido de ver reconhecida a sua interpretação do passado ou memória específica.

Entre as consequências dos processos de interferência na região está a transformação do local em um cenário de disputas na medida em que os moradores sofrem as investidas de agentes diversos e passam a agir de modo a garantir suas demandas em detrimento daquelas dos detentores do poder.

Os moradores, a partir desses vários processos, começaram a reagir através de ações práticas entendidas como formas de *resistência cotidiana*, no sentido que James Scott dá ao termo. Mas, além dos de Campinho, procuramos ainda apontar como as mudanças desencadearam, inclusive, reações que também podem ser entendidas como formas de resistência cotidiana por parte de outros grupos, dado que reforça o nível dos impactos dos desdobramentos da influência exercida pelos empreendimentos no meio rural do litoral sul do Rio de Janeiro. Nesse sentido, chamamos atenção para o fato de que as lutas na região possivelmente se sucederam em mais de um plano. Ou seja, além daquela mais organizada politicamente envolvendo o Sindicato, a CPT, entre outras organizações, houve uma outra, permeada de ações práticas, mais cotidianas, menos visíveis.

As formas de reação do grupo foram descritas por Gusmão (1990) ao tratar das divisões através do parentesco empreendidas pelos moradores, e as formas de utilização e divisão das terras e dos recursos. Mas, além destas, é possível apontar ainda algumas ações, como o amedrontamento dos pretensos proprietários nos caminhos e aquelas resistências empreendidas pelo grupo recém-chegado ao operar através da caça e extrativismo, considerado clandestino, para sobreviver em terras proibidas.

Como nos orienta Scott, devemos estar atentos à natureza das mudanças que os atores sociais têm experimentado, pois talvez ela seja o dado mais importante que estrutura as opções de enfrentamento das vítimas (SCOTT, 2002). Há também necessidade de estarmos atentos às experiências desses atores, "não devemos ter como único critério de julgamento o fato das ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior" (THOMPSON, 1987).

Chamamos atenção mais uma vez para as considerações de Scott quando nos alerta sobre ser necessário voltar nossa atenção também às ações menos explícitas dos grupos em situações de subordinação, pois, como assegura o autor, não é apenas "através de revoltas ou da pressão política legal que o campesinato tem marcado presença política" (SCOTT, 2002, p. 13), mas também pela resistência mais silenciosa, cotidiana.

Simultaneamente, à medida que resistem, os atores sociais explicitam, embora genericamente, o que aferem como ameaça. A resistência é fruto de experiências variadas, ela pressupõe uma luta, e esta, velada ao não, objetiva a aquisição ou a reconquista de direitos, costumes, acesso aos recursos, garantia à qualidade e a um modo de vida.

Campinho da Independência resistiu ao longo do tempo, conquistando, inclusive, o título de propriedade definitiva das terras nos anos de 1990, obtendo seu reconhecimento como comunidade quilombola. Apesar de todas as tensões internas que recortam há muito o grupo, as famílias ainda são a referência para sua manutenção, principalmente por estarem imersas em uma região com enorme potencial turístico, onde ainda hoje "eclodem ofensivas de expropriação sobre as populações tradicionais, utilizando na maioria destes casos a legislação ambiental para tanto" (BARATA, 2013, p. 26).

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflito. *Cadernos NAEA*, Belém, UFPA, NAEA, n. 10, 1989.

ALMEIDA, Marisa Costa. *Concepções de Natureza e Conflitos Pelo Uso do Solo em Parati/RJ.* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ARRUTI, José Maurício Paiva Andion. *Relatório histórico-antropológico de-reconhecimento territorial da comunidade quilombola de Cabral* – município de Parati – RJ. Rio de Janeiro: INCRA, 2008.

BARATA, Jade Prata Bueno. *Educação Entre Alienação e Emancipação:* um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

CANDIDO, Antonio. As formas de solidariedade. In: ______. *Os parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

COMERFORD, Jonh Cunha. *Fazendo a luta:* sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

CPT. Relatório. 1977. *Relatório sobre Conflitos de Terra – Campinho da Independência.* Arquivo do CEDOC Dom Tomás Balduino.

FEITOSA, Annagesse de Carvalho. *Formas de Resistência Cotidiana:* o caso de Campinho da Independência no litoral sul do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

______; SILVA, Iby Montenegro de. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Coord.). *Conflitos e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).* Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 293-391. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala:* formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

GARCIA JR., Afranio Raul; GRYNSZPAN, Mário; LEITE, Sérgio Pereira; LINHARES, Elizabeth; ALENTEJANO, Paulo Raposo; MEDEIROS, Leonilde de; PADRÃO, Luciano *Assentamentos rurais em perspectiva comparada:* dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais. Relatório de pesquisa, 2003.

GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. *Revista Dados*, v. 3, n. 2, 1990.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A dimensão política da cultura negra no campo:* uma luta, muitas lutas. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

______. *Terra de Pretos Terra de Mulheres*: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: MinC/Fundação Cultural Palmares, 1995.

HAGGIS, Jane; STEPHANIE JARRETT, Dave Taylor.; MAYER, Peter. By the Teeth: A Critical Examination of James Scott's The Moral Economy of the Peasant. *World Development*, v. 14, n. 12, p. 1435-1455, 1986.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 2004.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento:* a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ICMBIO. Relatório. *Relatório da Monitoria do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu,* 2011..

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

LIMA, Lívia Ribeiro. *Quilombos e Políticas de Reconhecimento:* o caso do campinho da independência. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MEDEIROS. Leonilde Servolo de (Coord.). *Conflitos por Terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988*Relatório de Pesquisa. CPDA/UFRRJ, 2015. p. 293-391. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no--campo-no-RJ.pdf>.

______; LEITE, Sérgio Pereira; BENEDETTI, Adriane; SOUZA, Ines Cabanilha; ALENTEJANO, Paulo Raposo. Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil:* processos sociais e políticas públicas. 2. ed. Porto Alegre: Editorada UFRGS, 2009.

MENEZES, Marilda Aparecida; MALAGODI, Edgard. Os camponeses como atores sociais: a perspectiva da autonomia e da resistência. In: SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural* – perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: URGS, 2011. p. 49-66.

______. O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, v. 21, n. 1, p. 32-44, jan./jun. 2002.

PAULA ANDRADE, Maristela de. Terras de Uso Comum, Identidade e Território Numa Situação de Terra de Índios No Maranhão. *Desenvolvimento e Cidadania*, v. 3, p. 28-33, 1994.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

______. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Uma categoria rural esquecida. *Revista Brasiliense*, n. 45, p. 83-97, 1963. Republicado em: WELCH, Clifford Andrew et al. (Orgs.). *Camponeses brasileiros vol. 1.* Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora da Unesp; Brasília, DF: Nead, 2009.

SCOTT, James C. *Moral economy of the peasant:* rebellion and subsistence in southeast asia. New Haven and London: Yale University Press, 1976.

______. *Weapons of the weak:* everyday forms of peasant resistance. New Haven and London: Yale University Press. 1985.

______. Formas cotidianas da resistência camponesa. Trad. Marilda Menezes e Lemuel Guerra. *Raízes*, v. 21, n. 1, 2002.

______. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, p. 217-243, jan./jul. 2011.

______. *A Dominação e a Arte da Resistência:* discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio:* efeitos da Lei de Terras de 1850. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

STRAUCH, Guilherme de Freitas Ewald. *Redes sociotécnicas camponesas*: inovações agroecológicas, autonomia, e articulação territorial em Paraty, estado do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Programa de Doctorado en Recursos Naturales y Sostenibilidad, Universidade de Córdoba/Espanha, 2015.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

______. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VERSIANI, Flávio Rabelo. Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha razão? *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 163-183, june 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101- 31572007000200001&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 25 maio 2016.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar:* realidade e perspectivas. 1. ed. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.

Sítios eletrônicos

Comissão Pró-Índio de São Paulo. *A conquista da titulação em Campinho da Independência.* Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/rj/rj_conquista.html>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Instituto Histórico e Artístico de Paraty (IHAP). *Exposição Atos e Retratos.* Disponível em: <http://www.ihap.org.br/?page=atoseretratos&content=atoseretratos>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Koinonia. Um Território: Campinho da Independência. In: *Boletim Territórios Negros*, v. 1, n. 1, fev. 2001. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq/artigos-detalhes.asp?cod=12573>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Revista Estado em Juízo, n. 56, 2002. Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/781176/DLFE-46968.pdf/Revista56EstadoemJuizo_pg_523_a_533.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2015.

CAPÍTULO 12

Quando (e como) o Estado se fez presente

conflitos por terra na Fazenda Santa Mônica, Valença

Elizabeth Ferreira Linhares

> A partir das áreas cinzentas de marginais que se formam à volta da maior parte das grandes cidades mais desenvolvidas, as pessoas, em especial os jovens, olham através das janelas para o mundo estabelecido. Podem ver que é possível uma vida com mais sentido e mais realizada do que a sua própria vida. Seja qual for o seu sentido intrínseco, isso possui um significado para eles e sabem, ou talvez apenas possam sentir, que estão privados disso para toda a vida. E embora por vezes acreditem que lhes foi feita uma grande injustiça, nem sempre é claro saber por quem foi cometida.
>
> Norbert Elias

Introdução

Se há um aspecto da sociedade brasileira marcado pela longa duração histórica, no sentido braudeliano do termo, é o que diz respeito à alta concentração fundiária e à persistente dificuldade de acesso à terra, urbana e rural, por parte da classe trabalhadora. Tais características têm origem em tempos coloniais, no modo como a terra foi distribuída e apossada, sob regulação da Coroa portuguesa, principalmente sob a forma de sesmarias. No entanto, como demonstra Silva (1996), o caráter persistente dessas características não pode ser explicado somente por suas origens coloniais: é preciso considerar o longo processo histórico – incluindo-se os períodos colonial, imperial e republicanos – em que tais estruturas foram continuamente construídas e reconstruídas.[1] Entender o modo como essa reconstrução se deu no caso das

1 Como ressalta Ligia Silva, em 1822, quando foi proibida a concessão de sesmarias, era

famílias de antigos colonos e posseiros da Fazenda Santa Mônica, localizada no distrito de Barão de Juparanã, em Valença, e o papel assumido pelo Estado nesse processo, são objetivos fundamentais deste capítulo.

Do ponto de vista teórico-metodológico, consideramos, com Sahlins (1990), que somente pela via de uma mediação entre estrutura e história se torna possível apreender as permanências estruturais, que são ressignificadas e, portanto, culturalmente alteradas de acordo com os diversos contextos historicamente constituídos. Entendemos, assim, como a estrutura social pode mudar diante de um evento cujo entendimento ou sentido se produz de acordo com ou a partir de um sistema simbólico que lhe é preexistente, que comunica as mudanças estruturais necessárias à manutenção do próprio sistema (que dessa forma vai sendo ao mesmo tempo alterado). Ou seja, é preciso incorporar a dimensão dialética entre estrutura e história para apreender os eventos históricos em sua plena abrangência, assim como em suas muitas contradições: haverá necessariamente uma pluralidade de sentidos, na medida da alta segmentação sociocultural de uma sociedade industrializada e complexa.

Assim, quando analisamos a promulgação da Lei de Terras de 1850, em um quadro histórico que apontava para o inevitável fim da escravidão formal e legal no país e a criação de uma lei que tinha, entre seus objetivos fundamentais, garantir que não restaria aos trabalhadores libertos e imigrantes pobres outra alternativa que não permanecer nas fazendas cafeicultoras em condições similares à escravidão (ou partir para periferias urbanas em ocupações igualmente subalternas), ou seja, de um modo ou de outro mantendo-se como mão de obra socialmente submetida e fadada a permanecer no seu lugar social, entendemos a centralidade dessa lei para os desdobramentos históricos subsequentes, evitando a armadilha de imaginá-los temporal e socialmente circunscritos à segunda metade do século XIX, início do XX. Em outras palavras, é possível perceber, na continuidade histórica acima referida, a atualidade dos seus efeitos sobre os trabalhadores do campo no Brasil – incluindo-se aí as mais diversas categorias, sejam colonos, meeiros, arrendatários, boias frias, assalariados, assentados da reforma agrária, agricultores familiares etc.

ainda ínfima a parcela ocupada do território brasileiro. Silva relativiza, assim, o papel do regime de sesmarias no caráter latifundiário da nossa estrutura agrária (SILVA, 1996, p. 74).

Do mesmo modo, propõe-se aqui pensar o golpe de Estado de 1964 e o período ditatorial que se seguiu como eventos cujos significados precisam ser pensados à luz dessa mesma estrutura, que, nos termos de Sahlins, para se manter, precisou mudar, garantindo assim, na mudança social abruptamente produzida – com a instauração de um regime de força –, a sua própria continuidade histórica. Nas palavras de Skidmore, tratava-se "da suspensão do processo democrático, em defesa da democracia" (SKIDMORE, 1982, p. 192).

É dentro desse quadro que o presente artigo pretende refletir sobre os conflitos ocorridos na Fazenda Santa Mônica, considerando: (1) as diferentes formas como o Estado brasileiro se fez (e se faz) presente na vida de trabalhadores cujas famílias e ascendentes, ao que tudo indica, em parte já *moravam e produziam* em terras da fazenda, quando, em 1912, o Ministério da Agricultura ali instalou uma Fazenda Experimental de Criação; (2) o significado do golpe de Estado nessa perspectiva histórico-estrutural, considerando sua ocorrência quando parece estar em andamento a organização de um movimento político progressista que tinha entre seus objetivos primordiais diversas reformas estruturais, entre elas a reforma agrária, ou seja, quando se tinha em vista uma ruptura estrutural de maior alcance (ou que se pretendia assim); e (3) a mudança radical operada na relação do Estado com essas famílias a partir do golpe e os conflitos daí decorrentes, particularmente a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da instalação, em terras da fazenda, de um Centro Experimental pertencente a esta empresa. O período enfocado pela pesquisa se estende aproximadamente entre 1964 e 1988, sem deixar de considerar as décadas precedentes na história dessas famílias, e sobretudo de reconhecer que o limite temporal final dos enfrentamentos ocorridos e das injustiças por elas sofridas não tenha essa precisão: prova disso é que ainda está em tramitação pelo menos um processo judicial visando a expulsão de uma família de antigos colonos, posseiros da fazenda.[2]

A Fazenda Santa Mônica é considerada uma das mais importantes fazendas do Vale do Paraíba do período áureo da produção de café fluminense. Consideremos então, brevemente, as condições em que se desenvolveu a

2 Isto em setembro de 2015, na etapa final da pesquisa de campo.

cafeicultura no estado nesse período, destacando em seguida alguns aspectos específicos do município de Valença.

Café, latifúndio e conflitos no Rio de Janeiro: contextualização histórico-social[3]

A partir do início do século XIX até meados do século XX, a monocultura do café se espalhou no estado do Rio de Janeiro, ocupando uma extensa área serrana, de norte a sul do estado. Em toda ela, o cultivo do café e a riqueza por ele produzida basearam-se na exploração de terras muito férteis, porque recém-desmatadas, e na mão de obra escrava, seguida do regime de colonato que substituiu, no Sudeste brasileiro, a escravidãoaté então utilizada nas monoculturas de exportação.

Inerentes a esse modo de exploração, destacam-se alguns aspectos fundamentais que, de um modo ou de outro, marcaram a história dessa região: as subsequentes concessões de enormes extensões de terra por parte do governo a particulares, sob a forma de sesmarias, na medida em que crescia a importância comercial do café, e a concomitante apropriação irregular de terras devolutas, igualmente em grandes extensões, por particulares, que assim se configuram como "fazendeiros-posseiros" (SILVA, 1996, p. 60, 343); o processo contínuo de desmatamento, devastando a Mata Atlântica fluminense; a degradação dos solos, uma vez que, em geral, não se utilizava qualquer meio de reposição dos nutrientes necessários ao exigente cultivo do café, fazendo-se necessárias sucessivas derrubadas de mata para que se obtivesse a manutenção da lavoura (que, por isso, se deslocava); o esvaziamento econômico e social produzido pela inevitável decadência produtiva e subsequente abandono da atividade naquela propriedade e naquele município – dando origem às diversas "cidades mortas" referidas por Lobato (1946), ou "paisagens desoladoras", como prefere Melo (1982 apud SANTOS, 2010); e a ocorrência, nesse processo, de uma série de conflitos entre

3 No presente texto, as aspas são utilizadas para indicar termos e expressões extraídos de depoimentos e fontes documentais, assim como para citações bibliográficas, e o itálico para destacar categorias e expressões locais especialmente importantes para o desenvolvimento da análise.

fazendeiros e trabalhadores (ou entre grandes e pequenos posseiros), em grande parte resultante justamente do modo como se deu a distribuição e a posse da terra no Brasil, e da ambiguidade que caracterizou os contratos de trabalho via de regra praticados, fossem verbais ou escritos, explicitada em todas as suas contradições no momento de ruptura dessas relações (MARQUES, 1978).

A ideia de contextualização em que nos baseamos aqui, muito além da visão de um cenário ou pano de fundo sobre os quais a história se desenvolve, tem por referência o conceito de "configuração social" conforme definido por Norbert Elias (1987, 1995). Ou seja, representa um esforço de compreensão da teia de relações de interdependência na qual se encontravam envolvidos e dentro da qual se moviam os indivíduos, assim como dos lugares sociais respectivamente ocupados, dos constrangimentos possivelmente sofridos e, sobretudo, do leque de possibilidades então colocadas a cada um nessa história. Nas palavras de Elias, a teoria sociológica da interdependência

> […] baseia-se na observação de que cada indivíduo é tributário, desde a infância, de uma multidão de indivíduos interdependentes. É no interior desta rede de interdependências, em que o homem se insere à nascença, que se desenvolve e afirma […] a sua autonomia relativa de indivíduo independente. (ELIAS, 1987, p. 117).

Assim, quando examinarmos, por exemplo, o fato de um ex-colono do café, posseiro em determinada fazenda, tomar (ou não) a decisão de mover uma ação possessória ou trabalhista contra o antigo patrão ou parceiro agrícola, é preciso levar em conta, entre outros, os efeitos e desdobramentos possivelmente produzidos junto a outros possíveis patrões e parceiros, considerando-se a forte possibilidade de um futuro fechamento de portas para esse trabalhador – isto em um cenário de reconhecida escassez de oportunidades de trabalho para pessoas com baixo nível de escolaridade. O mesmo entendimento é necessário para se avaliar, em mais um exemplo, o impacto do recebimento de um documento oficial, a ser assinado pelo próprio trabalhador, onde ele se vê obrigado a reconhecer um falso contrato de aluguel ou comodato, determinando-se assim um curto prazo para sua saída da terra. Entender os constrangimentos produzidos nesse jogo, assim como as alternativas efetivamente disponíveis ao trabalhador, deve cons-

tituir uma base fundamental a partir da qual podemos tentar conhecer o que de fato se passou na história dos conflitos no campo no Rio de Janeiro, assim como no Brasil em geral. Como diz Elias, é importante que possamos "traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo". Não se trata, para o autor, do estudo de uma narrativa histórica, "mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa [...] formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época" (ELIAS, 1995, p. 18-19).

Ao examinar os conflitos ocorridos na região no período enfocado, é preciso tentar perceber a complexidade dessa teia, que envolve, dentro de uma conjuntura política de forte repressão, muito além de uma oposição entre fazendeiros/grandes posseiros/empresas/grileiros etc. e trabalhadores rurais/colonos/meeiros/pequenos posseiros etc., um conjunto diversificado de atores, muitas vezes disputando entre si o lugar de acusadores ou defensores dos trabalhadores em questão (tais como representantes sindicais, setores da igreja, advogados, jagunços, policiais, partidos políticos, governantes, órgãos públicos responsáveis pela questão agrária em nível local, estadual ou nacional).

Por outro lado, é importante observar que a configuração social em questão não é restrita a aspectos necessariamente relacionados à cafeicultura nesse período, mas envolve elementos de um processo histórico mais amplo, no tempo e no espaço, da sociedade brasileira. Assim, nem todos os conflitos ocorridos nessa região podem ser diretamente vinculados ou atribuídos ao processo de decadência do café, devendo ser percebidos também como resultantes de uma lógica muito mais abrangente que permeou a distribuição, a posse e a aquisição de terras no Brasil em toda a nossa história, desde os tempos de colônia, passando pelos períodos imperial e republicano (sem descartar a sua continuidade contemporânea, nos termos acima referidos). Trata-se de um processo muito mais generalizado, que assume formas diferenciadas em cada região ou microrregião.

A apropriação do território

Ressalvadas as especificidades locais e as diferenças possivelmente existentes nas condições de implantação e na cronologia da produção cafeeira

nos diversos municípios por onde passou, podemos nos basear em um fio comum pelo qual passa a história de grande parte dessa região. Até o século XVIII, as atuais regiões Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba no Rio de Janeiro eram ainda esparsamente povoadas, reduzindo-se ao entorno de ranchos estabelecidos ao longo dos caminhos para Minas, que serviam de suporte a tropeiros e viajantes. O ouro era ainda o centro das atenções coloniais. Com a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro no início do século XIX, há um aumento da população da cidade e um consequente crescimento na demanda por alimentos. Nesse contexto, D. João VI não somente investe na melhoria dos antigos caminhos e na criação de novos, ligando o interior à cidade do Rio de Janeiro, mas implementa ao mesmo tempo uma política de doação de sesmarias e instalação de núcleos coloniais na região (SEAF, 1991, p. 21).

O café foi introduzido no Norte do Brasil em 1727, espalhando-se no decorrer do século XVIII por quase todo o país, em produção e consumo ainda de pequenas proporções. No Rio de Janeiro, onde a cultura apresentava excelente adaptabilidade, o plantio foi se generalizando, expandindo-se a sua comercialização e os interesses por ela despertados (TAUNAY, 1945; STEIN, 1961). Segundo Stein, "entre 1850 e 1900 o Vale do Paraíba foi a zona de maior produção cafeeira do mundo", tornando-se não somente a base da economia nacional, mas "seu núcleo político, econômico e social" (STEIN, 1961, p. IX). Até a década de 1880, o Rio de Janeiro se manteve na liderança da produção nacional de café, basicamente no Vale do Paraíba, que, além dos fatores geográficos e climáticos favoráveis, se beneficiava da proximidade do porto do Rio de Janeiro e das vantagens governamentais para a aquisição de terras.

O regime de concessão de sesmarias havia sido transposto de Portugal para regular a propriedade da terra no Brasil colonial. Em Portugal, o regime visava estabelecer condições de reocupação do território, concedendo pequenos lotes de terra àqueles que tivessem interesse e condições de cultivá-la (SILVA, 1996). Assim, o sentido original do regime sesmarial, visando o "interesse coletivo", correspondia aproximadamente, na época, ao que mais tarde se definiria juridicamente em termos de função social da propriedade. Segundo Silva, os senhores de terras que não as cultivassem nem as dessem em arrendamento perdiam o direito a elas, "e as terras devolutas (devolvidas ao senhor de origem, à Coroa) eram distribuídas a outrem

para que as lavrassem e aproveitassem e fosse respeitado, assim, o interesse coletivo" (SILVA, 1996, p. 37). As sesmarias concedidas no Brasil estavam condicionadas ao aproveitamento das terras num certo prazo de tempo, caso contrário, como em Portugal, deviam voltar ao senhor de origem, a Coroa.

Outra forma recorrente de apropriação do território foi através da posse. No início da colonização, esta foi principalmente a forma acessível aos pequenos lavradores, que não tinham condições de demandar uma sesmaria. Mas, com a expansão das grandes lavouras de exportação, a posse se tornou também uma forma de apropriação de grandes latifúndios. Assim como, malgrado os esforços da Coroa, não havia controle no tamanho efetivo das sesmarias, não havia para o tamanho das posses, cujos limites eram dados pelo próprio posseiro. "'Sesmarias são verdadeiros latifúndios', disse Joaquim Ribas, no século XIX, 'mais extensas, porém, ainda eram as posses de terras, cujas divisas os posseiros marcavam de olho, nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia'" (RIBAS, 1883 apud SILVA, 1996, p. 60). Ou seja, a apropriação da terra estava de um modo ou de outro totalmente fora do controle das autoridades coloniais, fosse pela extensão desmedida (literalmente) das sesmarias, fosse pelo simples apossamento de enormes extensões, feito igualmente sem qualquer controle ou restrição governamental, fazendo com que "as autoridades não tivessem como ter certeza, ao efetuarem novas concessões, de que *não estavam desrespeitando o direito de terceiros*" (SILVA, 1996, p. 61, grifo nosso).

Com o adensamento populacional e produtivo durante o século XVIII, a confusão em torno da propriedade territorial se agravou e foi percebida pela Coroa como resultante da falta de uma legislação específica para as condições da colônia. Além de gerar conflitos entre moradores, a situação desafiava a autoridade e era motivo de grande preocupação. O que para Silva escapava à percepção das autoridades governamentais era o fato dos sesmeiros e grandes posseiros terem fortes motivos para resistir ao cumprimento das obrigações, especialmente às cláusulas de medição e demarcação das terras. Isto porque o tipo de agricultura praticada, como já mencionado, esgotava rapidamente os solos e os obrigava a uma contínua incorporação de novas terras – processo que só era possível "graças ao trabalho escravo e à disponibilidade de terras por apropriar. A exigência de medição

e demarcação era extremamente inconveniente, tendo em vista esse padrão de ocupação" (SILVA, 1996, p. 69)

Esvaziamento e conflitos

A decadência da cafeicultura no estado do Rio de Janeiro produziu, em grande parte das antigas regiões produtoras, uma tendência à estagnação e ao esvaziamento econômico e social, acentuados pela implantação de uma pecuária extensiva ou semiextensiva em substituição ao café e à chamada *lavoura branca* – mantimentos produzidos pelos trabalhadores em áreas da fazenda paralelamente ao café. A partir da crise econômica mundial de 1929, há um esforço nacional para superar o modelo econômico agrário-exportador, incentivando-se a implantação e o fortalecimento da industrialização no país. Este processo, somado à decadência produtiva das áreas rurais do estado, veio acentuar "uma dinâmica populacional marcada pelo contínuo esvaziamento do interior e pelo intenso crescimento urbano" (SEAF, 1991, p. 31).

A temporalidade e as condições de ascensão e declínio da grande lavoura cafeeira no Rio de Janeiro guardam, como já mencionado, algumas diferenças, quando comparamos as diversas regiões e municípios produtores. Do mesmo modo, observam-se diferenças nos rumos e atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas em substituição à cafeicultura decadente. Mas, do ponto de vista da população rural, sejam quais forem os caminhos e em que tempo tenham sido seguidos, em todas essas regiões a substituição do café pela criação extensiva de gado ao longo do século XX parece não somente não ter sido capaz de reverter o processo de perdas sociais, econômicas e ambientais, já em curso, como gerou ou intensificou um quadro de esvaziamento demográfico, instabilidade e graves conflitos sociais. Em linhas gerais, esses conflitos, marcados por uma profunda assimetria social, colocavam, de um lado, famílias de fazendeiros que, embora economicamente decadentes, mantinham ainda um forte poder político, nos níveis local, regional e mesmo federal; e, de outro, famílias de trabalhadores rurais, lavradores, cujo capital cultural voltava-se basicamente à sua reprodução social na lavoura e que, uma vez expulsos da terra, encontravam-se em grande parte dos casos em situação de extrema pobreza e falta de alternativas. É dentro desse quadro

que devemos considerar os atos de violência e as diferentes formas de violação dos direitos humanos ocorridos nessa região, agravados pela conjuntura ditatorial e repressiva que caracteriza o período pesquisado.

Muitos dos trabalhadores envolvidos em conflitos possessórios (e trabalhistas) nessas antigas fazendas viram-se, portanto, confrontados com a iminência de expulsão da terra onde haviam nascido e onde haviam trabalhado, ao lado dos pais, por toda sua vida; e uma grande parte acabou sendo efetivamente expulsa, a julgar pelos dados demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram uma significativa (e inquestionável) proporção de esvaziamento das antigas áreas cafeicultoras, assim como do interior do estado de um modo mais geral.[4] Será preciso, no entanto, uma pesquisa aprofundada para que possamos entender de fato em que condições e sob que pressões esses trabalhadores partiram, sabendo-se que uma minoria, em princípio exposta a um quadro geral de constrangimentos comuns, negou-se a partir, lutando das mais diversas formas pelo seu direito à terra. Ainda que se considere a existência de algumas alternativas ao antigo lugar de colono ou posseiro, como tornar-se servidor público, operário fabril ou migrar para outras áreas de terra onde ainda houvesse possibilidade de posse, a julgar por pesquisas anteriormente realizadas, parece-nos pouco provável que a saída da terra tenha se dado como resultado de uma escolha – entendida como uma ponderação entre diferentes possibilidades disponíveis, entre as quais se prioriza uma, percebida como mais rentável ou mais interessante.

Uma quantificação precisa sobre a incidência de conflitos envolvendo trabalhadores rurais nas antigas regiões cafeicultoras do estado demandaria uma pesquisa extensa que não foi possível neste momento. Mas uma hipótese aparentemente plausível aponta para uma ocorrência maior do que aquela oficialmente registrada (por órgãos públicos, entidades sindicais, imprensa etc.), cujo foco parece em princípio restrito à ocorrência

4 Para uma ideia aproximada desse processo, consideremos alguns dados demográficos de Valença: entre 1950 e 2010, a população rural do município passou de 19.796 para 9.619 habitantes (uma perda populacional de 51,4%), em um processo inverso ao que ocorria com sua população total, que no mesmo período teve um importante crescimento, passando de 36.126 para 71.843 habitantes. (IBGE. Censos Demográficos de 1950 e 2010; Base SIDRA [Sistema IBGE de Recuperação Automática]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 jul. 2015.)

de crimes e aos enfrentamentos de caráter coletivo que contaram, em alguma medida, com a mediação sindical ou de outras organizações criadas com a finalidade de representação e defesa de trabalhadores, tais como a CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Estariam possivelmente excluídos desses registros, por exemplo, um grande número de processos trabalhistas onde se discutia, entre outros, o direito à indenização ou ressarcimento pela perda de lavouras e outras benfeitorias feitas pelo trabalhador, antigo colono, em terras da fazenda; estariam, sobretudo, excluídas as violências sofridas por aqueles cuja reação tenha sido simplesmente partir em busca de outras alternativas. Podemos, no entanto, considerar que, de um modo ou de outro, um conflito trabalhista entre um fazendeiro e um trabalhador rural, cuja *moradia e lavoura* encontram-se implantadas em terras do outro, possui em si um significado fundiário.

Nilson Marques (1978) chama a atenção para o uso frequente da figura jurídica do *comodato*, por parte dos fazendeiros, em contratos verbais ou escritos, como forma de transformar uma relação que de fato era de trabalho em uma espécie de locação gratuita, passível, portanto, de ser rompida a qualquer momento e sem geração de qualquer ônus de caráter trabalhista para o empregador. Eram o que ele tratou como "contratos inominados no Direito Agrário", referindo-se aos diversos modelos ilegais de contratos de trabalho largamente praticados no interior do estado, assim disfarçados pela figura do comodato. Ao assim defini-los, Nilson Marques os considera legalmente submetidos às regras do Estatuto da Terra, assim como à legislação pertinente ao trabalho rural.

O caráter parcial e limitado das listagens em geral produzidas sobre conflitos no campo se acentua ainda mais pelo fato das violências registradas restringirem-se, via de regra, a agressões no plano físico pessoal e material, incluindo-se no máximo sob a categoria "ameaça", uma ideia mais difusa de violações que podem se referir a um plano mais sutil, imaterial, mas que de todo modo nem sempre é explicitado. Ficam, portanto, em geral excluídas desses registros as violações de ordem psicológica, como as diferentes formas de constrangimento a que foram expostos muito provavelmente um grande número de trabalhadores e suas famílias, levando-se em conta o alto grau de desigualdade social e o aspecto clientelístico que caracterizavam boa parte dessas relações, historicamente herdadas de um contexto

escravocrata ainda bastante próximo, tanto do ponto de vista sociocultural quanto temporal. O caso da Fazenda Santa Mônica, como será visto mais à frente, traz exemplos dessa ordem de violações.

Por outro lado, não podemos desconsiderar os diferentes tipos de violação sofridos por trabalhadores que sequer chegaram a constituir ou a ser reconhecidos como "conflitos", nesses termos merecedores da mediação e do registro por parte das entidades sindicais e demais defensores da categoria. Quantas famílias terão sido expulsas e saído da terra silenciosamente, temerosas, por exemplo, de que uma denúncia pudesse trazer violências ainda maiores, em um contexto no qual o poder público tende a defender os interesses dos detentores do poder econômico, social e político? Que tipos de constrangimentos, humilhações e violências terão sofrido cotidianamente até chegarem à decisão de saída da terra? Estas e muitas outras questões de mesmo teor não serão por ora respondidas, mas nem por isso devem ser esquecidas ou desconsideradas.

Valença: prosperidade para poucos

Valença foi um dos mais importantes municípios cafeicultores do estado do Rio de Janeiro que, assim como outros, na virada do século XX encontrava-se já em forte decadência, com muitas de suas fazendas sendo hipotecadas e perdidas para o sistema bancário. Mas enquanto diversos municípios permaneceram "desolados" com as perdas na lavoura, Valença partiu rapidamente em busca de alternativas econômicas, substituindo o café por um processo de industrialização que o fez contribuir, precocemente, para que o Médio Paraíba se tornasse, em meados do século XX, um importante polo industrial, com destaque no cenário socioeconômico estadual. Logo no início do século, Valença implantou indústrias têxteis na sede municipal e de laticínios em seu interior, com a conversão de antigas fazendas cafeicultoras em áreas de pecuária leiteira e a formação de diversas cooperativas de produtores. Santos (2010) destaca esse pioneirismo do município e o impacto sofrido com a crise da sua agricultura, mas que, "já na década de 1910, através de uma série de esforços locais, consegue erguer um parque têxtil que [iria] perdurar por 80 anos", fazendo com que Valença se tornasse "uma das principais aglomerações urbanas do Vale do Paraíba fluminense, ainda

hoje a microrregião mais industrializada do interior do Estado" (SANTOS, 2010, p. 49). É preciso, no entanto, relativizar o papel dessa dinamização econômica no município e a quem objetivamente ela beneficiou, considerando-se que não impediu a desconstrução de um mundo de trabalho e de vida central para famílias de lavradores, antigos colonos, que se viram, em grande parte, na contingência de instalar-se em periferias urbanas, em um processo de possíveis ganhos (proximidade de serviços de educação e saúde, por exemplo), mas certamente de muitas perdas.

Uma pesquisa aprofundada seria necessária para sabermos como essas mudanças foram vividas por essas famílias. Mas, de acordo com entrevista realizada com Marilda Fernandes, que atuava pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) como integrante de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) em Valença nos anos 1970 e 1980, era alta a incidência de casos de depressão entre trabalhadores rurais que haviam perdido a terra e sido constrangidos a instalar-se na periferia da cidade e a adaptar-se a funções, por assim dizer, "urbanas", como trabalhos braçais na Prefeitura Municipal (varredor de rua, lixeiro), operário fabril etc. Explicando o sofrimento dessas famílias e as dificuldades que então viviam (e ainda vivem) para se adaptar ao ambiente e à vida na cidade, Marilda relata: "[...] Não tem mais espaço para essas pessoas que vêm da roça, essas pessoas têm um outro ritmo de vida, a vida inteira... E agora, não tem uma festa pra eles, não tem nada, tudo é diferente. Então está ficando tudo em depressão" (Marilda Fernandes, Valença, entrevistada concedida a Elizabeth Linhares em 23/01/2015).

É preciso entender, na direção indicada por Elias (1995), que o que se perde, o que se desconstrói (ou é ameaçado de desconstrução), com o fim do colonato e a expulsão ou abandono forçado da terra por esses trabalhadores, é muito mais do que um emprego, um trabalho ou meio de subsistência: é todo um conjunto de valores e referenciais culturais em torno dos quais a vida se organiza e ganha sentido. Podemos tentar assim (e somente assim) dimensionar o impacto das perdas sofridas por essas famílias ao perderem a terra – talvez a mais profunda violência, entre as muitas possivelmente ocorridas no desenrolar de sua história.

É, portanto, importante sublinhar que, mesmo nesses municípios onde a implantação de indústrias nesse período teve um papel econômico tão relevante e dinamizador, essa dinamização não foi capaz de alterar o quadro de perdas verificado no campo. Em Valença, inegavelmente, a implantação

de indústrias têxteis e leiteiras no decorrer do século XX foi geradora de emprego e renda, e de fato fortaleceu a economia municipal (e estadual, conforme Santos, 2010); e é muito provável que essa industrialização tenha absorvido parte considerável dos lavradores oriundos das antigas fazendas de café, não somente de Valença, mas de outros municípios do estado. Mas isso não significa que a prosperidade possivelmente produzida por essa industrialização tenha atingido (positivamente) as famílias de trabalhadores, especialmente os do campo. Muito pelo contrário, em um manifesto dirigido "às autoridades e ao povo em geral", em janeiro de 1962, Gervásio Gomes de Azevedo, então presidente da União Operária Valenciana,[5] expõe com clareza as contradições desse processo, denunciando que Valença, apesar de tão rica, tinha sua população rural:

> [...] na mais extrema pobreza, sem escolas e sem assistência médica [...], implacavelmente explorada pelos fazendeiros [...]. Não comem carne, *não comem queijo e manteiga, e não bebem leite*. Muitos nem mesmo a verdura, pois o "senhor todo poderoso" dono da terra lhes tomou a horta". (Gervásio Gomes de Azevedo, *Terra Livre*, janeiro de 1962, p. 6, grifos nossos).

Por outro lado, vale observar que não só em Valença, mas em Volta Redonda e Barra Mansa – não por acaso os três municípios mais industrializados do interior do estado (SANTOS, 2010) – a concentração de um operariado organizado e politicamente apoiado por partidos e políticos de esquerda e por membros da Igreja progressista fez com que a repressão pós-golpe chegasse de modo particularmente rápido e violento. Santos (2010) chama a atenção para a localização estratégica do Médio Paraíba para o desenvolvi-

5 Fundada em 1920, a União Operária se definia originalmente como uma associação de caráter beneficente e mutualista. Com o passar do tempo, a entidade passou a desenvolver um trabalho de organização sindical, incluindo em seus quadros, no princípio dos anos 1960, trabalhadores rurais das mais diversas categorias, com os quais realizava uma série de eventos e atividades tendo em vista a sua conscientização política e o desenvolvimento de estratégias para uma futura reforma agrária no município. Segundo Ney Fernandes, na época um dos seus principais dirigentes, em abril de 1964 a União Operária foi completamente desmantelada; sua sede, que funcionava em edifício próprio no Centro de Valença, foi invadida, teve seus arquivos e demais objetos apreendidos, alguns integrantes presos e outros obrigados a foragir-se.

mento do estado e do país e para a importância econômica e política dada a essa região no período militar, particularmente a Volta Redonda.[6]

De acordo com o depoimento de um antigo morador da Fazenda Santa Mônica, que na época tinha cerca de 14 anos, nesse período (1969-1972) era frequente o surgimento de corpos que vinham boiando nas águas do rio Paraíba do Sul (cujas margens em Juparanã fazem a divisa das terras da Santa Mônica). Todos de homens, relativamente jovens, alguns amarrados com arames e pedras. Em geral eram vistos por pescadores e lavradores, que os retiravam do rio para que pudessem ser enterrados. Para isso chamavam a polícia, que os levava para Valença. Após certo tempo (que ele não lembra com precisão), veio "uma ordem do quartel" ou da própria polícia proibindo que esses corpos fossem retirados. Ordem à qual a população de Juparanã prontamente obedeceu.[7]

Os conflitos na Fazenda Santa Mônica

De acordo com o Cartório do 2º Ofício da Comarca de Valença, a Fazenda Santa Mônica possui atualmente área de 1.677,94 ha, remanescentes da fazenda original, "em pastos, matas e capoeiras". A partir de 2002, em cumprimento à legislação ambiental, foi formalmente subdividida em três áreas de destinações distintas: 18 APPs (Áreas de Preservação Permanente), em um total de 203,26 ha; área de Reserva Legal, com 804,14 ha; e área de "destinação livre", com 670,54 ha.[8]

6 Poucos dias após o golpe, a diretoria da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) cedeu 16 casas para o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa, permitindo assim que membros do BIB passassem a residir dentro da Cidade Operária. Citando Bedê (2004), Santos relata ainda o clima de intimidação e os atos arbitrários praticados pelo Exército e pela diretoria da CSN a partir de 1º de abril de 1964 (SANTOS, 2010, p. 137).

7 O rio Paraíba do Sul, antes de passar por Juparanã e Vassouras, passa pelos municípios de Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí.

8 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 2-AD, fls. 213. Expedida em 26/02/2015. Averbação feita em 08/02/2002 e, de acordo com a certidão, devidamente registrada no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), sob o nº 517054 015784 8.

Sua história, como a da maioria das grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, tem início quando D. João VI doou uma enorme extensão de terras, situadas na margem esquerda do rio Paraíba do Sul, a Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy. Essas terras abrangiam três sesmarias: parte da sesmaria de São Bráz do Paraíso, concedida em 1792 e a mais antiga do município de Valença; parte da sesmaria de Santa Mônica, concedida em 1814; e a sesmaria de São Jacintho, concedida também em 1814. O marquês e seus herdeiros *cultivaram parte dessas terras* constituindo três fazendas: Santa Mônica, Santana e Paraíso, além dos sítios Papagaio e Desengano Feliz.

No auge da sua produção cafeeira, a Santa Mônica chegou a possuir cerca de 700 escravos, além de feitores, capatazes e outros profissionais (NOVAES, 2008). Segundo Novaes (2008), em 1809 o marquês se casou e teve três filhos: Braz, Manoel Jacinto e Francisco Nicolau, que futuramente herdaria a fazenda e se tornaria o Barão de Santa Mônica. Em novembro de 1884, atravessando grandes dificuldades financeiras, Francisco Nicolau hipotecou a Santa Mônica e outras propriedades. Após sua morte, em 1885, os credores executaram a hipoteca e a fazenda foi transferida ao Banco do Brasil. Vale observar que essa transferência ocorreu em período anterior à proibição legal da escravidão, o que significa que, muito provavelmente, naquele momento a Santa Mônica possuía ainda em suas terras escravos, seus familiares e descendentes.

De acordo com as certidões de registro do imóvel, em fevereiro de 1900 o Banco do Brasil vendeu a Santa Mônica à Fazenda Federal do Brasil, atual União. Nessa época, segundo o registro cartorial, a fazenda possuía 400 alqueires (correspondentes a 1.936 ha) com 564 mil pés de café, "e nela [existiam] casas de moradia, engenho de café e cana, enfermarias, o palacete Monte Alegre, casa do Pinheiro, que lhe fica[va] anexa, junto à Estrada de Ferro Central do Brasil, caieiras, carroças, gado de trabalho, outros instrumentos de lavouras, acessórios e benfeitorias".[9] Considerando que, a partir de 1850, em função da Lei de Terras, a única forma legal de aquisição da propriedade seria por meio de compra, e que para possuir valor de hipoteca a fazenda precisaria ser uma propriedade legalizada, é possível supor que

9 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 2.468, Livro 3-A, fls. 105. Registro realizado em 22/03/1900. Certidão expedida em 03/03/2015.

em algum momento dessa história a posse sobre essas terras foi regularizada, independentemente de atenderem às "condicionalidades" exigidas pelo regime sesmarial (do qual se originavam), de estarem sendo integralmente de fato utilizadas (com atividades produtivas) e de se superporem a outras posses eventualmente pré-existentes. De todo modo, uma vez de posse da Santa Mônica, a Fazenda Federal a transferiu para o Ministério da Agricultura, que em 1912 ali implantou uma Fazenda Experimental de Criação, que funcionou nas décadas seguintes desenvolvendo pesquisas e prestando diversos serviços a produtores locais e provavelmente regionais. Em todos esses anos (aproximadamente de 1912 a 1965), não parece terem ocorrido alterações significativas de gestão, nem se verifica a existência de alterações nos registros cartoriais da fazenda, o que só veio a ocorrer a partir do período ditatorial.

A primeira alteração é registrada em agosto de 1974, com a venda de 169,18 ha da fazenda ao município de Valença, que ficaria responsável pelo desmembramento e subdivisão da área adquirida em três partes, sendo uma delas destinada a um futuro loteamento urbano.[10] Em julho de 1977, a Santa Mônica foi formalmente vendida pela União à recém-criada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Registra-se então como constituída por uma área remanescente de 1.766,81 ha, desmembrados de uma área total de 400 alqueires ou 1.936 ha. Nesse registro, a fazenda é descrita com as mesmas características de 1900, o que significa que de algum modo haviam sido mantidas as *atividades produtivas* e a *moradia habitual* das muitas famílias que há tempos ali se encontravam, além daquelas que em períodos mais recentes haviam ingressado na fazenda.[11] Como veremos

10 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 15.060, Livro 2-C, fls. 47. Registro realizado em 22/08/1974. Certidão expedida em 26/02/2015. Entre 1994 e 2012 são registrados diversos desmembramentos feitos nessa área comprada pelo município, incluindo-se a venda de partes. De acordo com depoimentos de moradores de Juparanã, a Prefeitura nunca chegou a realizar o loteamento da área, que foi aos poucos sendo irregularmente ocupada, provavelmente por famílias de trabalhadores oriundas da roça que haviam perdido a casa e a terra para lavoura. Algumas famílias expulsas da Santa Mônica moram nessa área, que é de encosta e limítrofe à área urbana de Juparanã.

11 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 631, Livro 3-U, fls. 188. Registro realizado em 01/07/1977. Certidão expedida em 25/02/2015.

a seguir, de acordo com depoimentos de trabalhadores antigos moradores da Santa Mônica, durante todos esses anos havia um grande número de colonos e posseiros com intensa atividade produtiva. Faziam lavouras (arroz, feijão, milho, café, frutas, verduras etc.), possuíam criações (inclusive gado leiteiro) e comercializavam grande parte da produção diretamente nas casas e feiras do município, além de abastecerem o Centro Experimental do Ministério.

Finalmente, em 1997, a área denominada Agrião, com 92,5 ha, onde há décadas moravam e produziam três famílias de antigos colonos, foi vendida pela Embrapa a um administrador de empresas de Vassouras. De acordo com o depoimento de integrantes dessas famílias, nenhum deles foi consultado ou previamente informado a respeito dessa negociação, não lhes tendo sido, portanto, oferecida qualquer possibilidade de se candidatarem à compra.[12]

A Santa Mônica nos tempos do Ministério

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado em 1909, tendo como objetivo central investir na diversificação e na modernização da produção agropecuária brasileira, marcada, até então, pelo predomínio da monocultura de exportação (STANCIK, 2012). Nesse contexto foram criadas, em 1912, as chamadas Fazendas-Modelo de Santa Mônica, no Rio de Janeiro, e de Ponta Grossa, no Paraná, em princípio subordinadas ao Serviço de Veterinária do Ministério.

Conforme depoimentos e a documentação arquivada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Valença, desde a implantação do Centro Experimental na fazenda e por um longo período, o Ministério da Agricultura aceitou, conviveu e – tudo leva a crer – se beneficiou da presença

12 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 10.403, Livro 2-AA, fls. 244. Registro realizado em 22/09/1997. Certidão expedida em 26/02/2015. Três anos depois, em 30 de maio de 2000, foi feita nova averbação sobre essa escritura, para fazer constar que a área vendida era a “área livre e desembaraçada [das áreas ocupadas pelos colonos] medindo 888.684,00 m², constante do Memorial, devidamente acima matriculado”. Ou seja, a área das três famílias correspondia a 36.316 m² e não integrava a parte vendida.

e do trabalho de diversas famílias de lavradores, antigos colonos, que lá se encontravam desde o início da sua gestão, em 1912, além daquelas que ao longo dos anos ali se instalaram, fixando moradia e fazendo lavouras; e, ainda, das que foram sendo incorporadas como empregados pelo próprio Ministério. Ora, uma fazenda de criação com objetivos de pesquisa e extensão certamente precisava tanto do plantio e manutenção de grãos e forrageiras para alimento das criações quanto da produção de mantimentos para os empregados que ali morariam e trabalhariam. Não é difícil supor, ainda que preliminarmente, que o trabalho desses lavradores tenha sido na verdade uma condição fundamental para a implantação inicial deste Centro. E assim permaneceu, nesse aparente misto de tolerância com conveniência e interesses, até o golpe de 1964.

É importante considerar, por outro lado, que, se em meados da segunda metade do século XIX a fazenda possuía cerca de 700 escravos, e pelo histórico de outras fazendas com histórias semelhantes, é de se supor que, ao ser apropriada pelo Banco do Brasil e em seguida pelo Ministério da Agricultura, a área se encontrasse ainda ocupada por famílias de trabalhadores libertos, antigos colonos, cuja vida e trabalho como lavradores dependiam totalmente da permanência naquelas terras. A própria Embrapa, em 1975/1976, ao encaminhar notificações para que os trabalhadores comparecessem para assinatura de um "Termo de Compromisso" de saída da área, se dirige aos agricultores moradores da Santa Mônica como "colonos".

De acordo com depoimentos de antigos moradores da fazenda e arredores, aproximadamente entre os anos 1920 e início dos anos 1960, o Ministério lá mantinha a criação de diversos animais de raça e, além de desenvolver pesquisas para o seu aperfeiçoamento genético, recebia animais de produtores da região para cruzamento com os seus, de raça pura, visando a melhoria da produtividade das mais diversas criações: bois de corte, vacas leiteiras, porcos, carneiros, cavalos, burros, jumentos etc. Em certo período houve também uma criação experimental de bicho da seda. Osvaldo Medeiros, lavrador, nascido em Valença em 1926, conheceu bem jovem a Santa Mônica e as famílias de colonos que então moravam e trabalhavam na fazenda, e nos relata que ele mesmo, ainda jovem, era incumbido de levar animais da fazenda onde trabalhava para deixar na Santa Mônica para cruzamento, para "tirar produção", ou seja, aperfeiçoar

a raça (Osvaldo Medeiros, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 22/11/2014).

A organização do trabalho

Segundo o Sr. Osvaldo, nesse período o trabalho na fazenda se organizava em pelo menos quatro categorias distintas. Além dos serviços internos, de escritório, de caráter técnico e administrativo, havia três modalidades de trabalho de campo – os chamados *serviços de roça*: em primeiro lugar, o trabalho dos *colonos*, que moravam e faziam suas lavouras em terras da fazenda, pagando por isso um carro de milho por ano ao Ministério; sobre as demais lavouras não precisavam pagar nada. O milho era armazenado e utilizado na alimentação dos animais ao longo do ano.[13] Em segundo lugar, havia os *empregados* do Ministério, responsáveis pelos serviços diretamente envolvidos com a manutenção das criações, como limpeza, alimentação, ordenha, cruzamentos dos animais etc. Entre estes, havia os *mensalistas*, que eram fixos, e os contratados no sistema de *verba,* que eram contratos temporários, renovados a cada seis meses. Os *empregados* também tinham casa e moravam com suas famílias na fazenda, e muitos, além de trabalhar nos referidos serviços, pediam ao Ministério áreas para fazer lavouras, dando, em contrapartida, a *terça* do milho colhido para alimentação das criações. Um antigo empregado, neto de colonos, *nascido e criado* na Santa Mônica, relata que era comum os filhos dos colonos trabalharem como empregados para o Ministério.[14] Sua família é nesse sentido exemplar: sua mãe era filha de antigos colonos da fazenda e, entre seus tios maternos, vários foram trabalhar no Ministério. Finalmente, havia os *camaradas de fora*, ou seja, trabalhadores não residentes na fazenda, que eram *diaristas* contratados para os trabalhos de manutenção da área, como roçar pastos, consertar cercas, cavar valetas etc.

13 Conforme Sr. Osvaldo, um carro de milho corresponde a cerca de meia tonelada (10 sacos de 50 kg).

14 A seu pedido, este antigo empregado não será identificado, o mesmo ocorrendo com os demais entrevistados e entrevistadas cujos nomes não se encontram aqui mencionados.

Redes de parentesco e vizinhança e espaços de sociabilidade

Os depoimentos referem-se ao tempo do Ministério como um período de muita fartura, liberdade, união e solidariedade. Fartura, apesar do baixo rendimento monetário, especialmente na alimentação, pois produzida pelos próprios trabalhadores. Lúcia Helena, neta de antigos colonos, enfatiza o fato dessa fartura resultar do esforço dos trabalhadores, da alta produtividade e da diversidade das suas lavouras: arroz, feijão, milho, café, entre muitos outros produtos. De início, o arroz era descascado manualmente, sendo socado no pilão; depois o Ministério trouxe uma máquina de descascar, que era utilizada por todos (incluindo-se colonos e empregados). O Ministério emprestava também o moinho para as famílias moerem milho e fazerem fubá. "Era como se fosse uma cooperativa, um ajudando o outro", diz Lúcia, que relembra com nostalgia a vida nesse tempo:

> Era uma vida simples, sem luxo, mas era uma beleza, a gente teve uma infância assim tipo Sítio do Pica-pau Amarelo, com tudo aquilo que tinha no sítio […]. Eu lamento que as minhas duas filhas não tiveram uma infância assim. (Lúcia Helena, Valença, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 19/09/2015).

De fato, além de cercados por uma natureza ainda bastante preservada (as partes mais altas da fazenda eram e são até hoje de mata fechada), os depoimentos apontam para a existência na Santa Mônica, em todo esse período, de um denso tecido social, constituído pelas muitas famílias de trabalhadores que, em diferentes condições, moravam na fazenda, faziam lavouras e mantinham uma estreita convivência cotidiana. A grande maioria (talvez a totalidade) dos empregados em *serviços de roça* eram filhos de colonos. Além disso, os relatos indicam que com grande frequência os casamentos ocorriam no interior dessa mesma rede social: na geração a que tivemos acesso, netos de antigos colonos, filhos de empregados, casaram-se frequentemente entre si; e eventualmente, no caso das moças, com empregados que vinham de fora para trabalhar na fazenda. Ou seja, eram relações de grande proximidade, onde muitas vezes se superpunham a vizinhança, o parentesco e o compadrio, marcadas por uma intensa sociabilidade cotidiana e por fortes laços de solidariedade.

Os diversos depoimentos nos levam a refletir sobre a peculiaridade da presença do Estado na vida dessas famílias nesse período. Por um lado, uma presença em parte semelhante à de um grande fazendeiro, dotado, como nos tempos áureos do café fluminense, de um enorme poder, altamente centralizado, visando manter sob seu estrito controle o espaço da fazenda e todos que ali viviam e dele dependiam, e substituindo, em diversos aspectos, o próprio Estado. Este, nos elementos pelos quais deveria se fazer presente – sobretudo na oferta de serviços públicos essenciais em saúde, educação, segurança, transporte, entre outros –, encontra-se quase absolutamente ausente ou deficitariamente presente (como nas áreas rurais em geral, nesse período). Não por acaso se observa na fazenda a rede social de próximos com tamanha densidade. O sentimento e a percepção dos antigos moradores de que antigamente havia mais união e solidariedade entre as pessoas decorre justamente, como demonstra Elias (1993, 1994), da necessidade de encontrarem, no interior do próprio grupo, a proteção – em sentido abrangente – que lhes é negada pelo Estado.[15] A presença de uma escola pública no casarão da fazenda talvez represente, nesse sentido, uma das poucas exceções, ainda assim bastante limitada na escolaridade que oferecia. Para atendimentos na área da saúde, em casos simples, sem gravidade, contavam com o Posto de Saúde Municipal, em Juparanã, ou com a ajuda de parentes e vizinhos, fosse para um remédio ou curativo caseiro ou para ajudar nos cuidados e tarefas domésticas. Nos casos mais graves, de doença ou acidente, pediam ajuda à direção do Ministério e eram levados de carro, pelo motorista da fazenda, até o hospital mais próximo, em geral em Vassouras. A criação de uma cooperativa de consumo por iniciativa de empregados do Ministério materializa exemplarmente a peculiaridade dessa relação, na medida em que, embora fosse uma iniciativa de empregados e, portanto, particular, tinha à sua frente o diretor da Fazenda Experimental, que representava, perante colonos e empregados, o próprio Ministério.[16]

15 Norbert Elias chama atenção para a alta coesão social decorrente dessa ausência estatal, observando a ocorrência de um progressivo afrouxamento dos laços na medida em que o Estado se faz presente, substituindo o grupo social em questões fundamentais, relativas, sobretudo, à sua proteção. É o que demonstra, entre outros, ao analisar os processos de consolidação dos Estados nacionais europeus, acompanhados, do ponto de vista cultural, de um correspondente avanço no processo de individualização (ELIAS, 1993, 1994).

16 Além de instalar no casarão um armazém e comercializar, sem fins lucrativos, produtos

Por outro lado, o fato é que o diretor da fazenda não era um fazendeiro. Não tinha, portanto, pretensões de atingir o mesmo grau de controle do espaço que se observava nas fazendas particulares. Além disso, como vimos, dependia da produção dos colonos e empregados para manter os animais do Ministério, base de todas as atividades ali desenvolvidas, que davam sentido e razão de ser à sua própria presença, viabilizando a existência da Fazenda Experimental de Criação. Esta dependência em grande parte resultava na relativa facilidade de se obter áreas para moradia e lavoura, na referida liberdade usufruída por antigos moradores, e na relativa integração, do próprio Ministério, a essa rede social e à intensa troca de dons que então lhe dava sustentação. Os trabalhadores, por seu lado, na condição de lavradores sem terra, dependiam da sua autorização para ter onde morar, produzir, sobreviver. Configurava-se, assim, esta poderosa teia de interdependências (ELIAS, 1987), percebida, pelas famílias, como uma grande *cooperativa*, como uma *comunidade rural*, onde se vivia em relativa harmonia e confraternização.[17]

É somente a partir de 1964, com o golpe, que o Estado passa a se fazer de fato presente na vida dessas famílias, visando, acima de tudo, afastar qualquer possibilidade ou pretensão de distribuição de terra aos trabalhadores, ou seja, de fazer valer um projeto local de reforma agrária. Vale lembrar, conforme depoimento de Ney Fernandes, na época integrante da União Operária Valenciana, o fato do Ministério da Agricultura de João Goulart, por volta de 1962-1963, ter procurado o STR no intuito de planejarem, conjuntamente, a desapropriação de parte da fazenda para regularização das posses das diversas famílias que há tempos lá estavam *morando e produzindo.*

alimentícios e outros de uso doméstico, a cooperativa se propunha a realizar atividades de fins recreativos e culturais, tais como bailes, exibição de filmes e instalação de um salão de sinuca, que representavam importantes espaços de sociabilidade para moradores da fazenda e arredores.

17 Observa-se aqui a configuração de uma rede de interdependências nos termos demonstrados por Elias, integrada por indivíduos de diferentes posições sociais e detentores de graus muito distintos de poder, incluindo-se aqueles em geral percebidos como possuidores de uma autoridade "absoluta" e, nesse sentido, totalmente independentes. Elias demonstra a relativa fragilidade e, sobretudo, a dependência dessas figuras poderosas em relação àqueles em princípio submetidos à sua autoridade (ELIAS, 1987).

Entra em cena a Embrapa e o Estado se faz (fortemente) presente [18]

O mais antigo documento encontrado, emitido pelo Ministério, com a finalidade de regularizar a situação dos colonos da Santa Mônica data de 1965, ou seja, logo após o golpe. De acordo com depoimentos de familiares de José Sertório, colono da fazenda, este foi o primeiro documento recebido pela família no intuito de registrar ou definir os termos da sua "ocupação". O Ministério chamava este documento de "Boletim de Locação", o que já sinaliza uma estratégia de desqualificação da relação mantida com esses trabalhadores e, nesse caso, das condições da sua posse, em termos semelhantes aos demonstrados por Marques (1978). Mas os problemas e ameaças a esses trabalhadores estavam só começando. O agravamento da situação ocorre a partir dos anos 1970, com a criação da Embrapa e a sua subsequente instalação na fazenda.

De acordo com depoimentos e a documentação sindical consultada, a chegada da Embrapa mudou radicalmente a situação na fazenda. Do ponto de vista produtivo, acabou a anterior diversidade de criações e pesquisas, passando-se o foco somente para o gado leiteiro. Eliminou-se também a prestação gratuita de serviços de reprodução e melhoria genética, antes oferecidos aos produtores locais. Do ponto de vista social, o desastre foi ainda maior. Uma das primeiras providências da empresa foi encaminhar ofícios aos antigos colonos, notificando-os para que desocupassem a área em curto prazo. Quanto aos empregados, independentemente do quanto produzissem ou tivessem produzido ao longo da sua vida para o Ministério, ao se aposentarem eram obrigados a sair ime-

18 Gostaríamos de destacar aqui dois pontos importantes. Primeiro, o atual quadro técnico da Embrapa nada tem a ver com o quadro político no qual a empresa foi originalmente criada. Desde a sua criação até hoje, a Embrapa teve um importante crescimento, tornando-se de fato uma referência de excelência em diversas áreas de pesquisa agropecuária. É preciso, portanto, distinguir a sua diversificada e inquestionável excelência técnica da dimensão social e política das suas não menos diversificadas práticas. Segundo, é preciso salientar que a Embrapa até hoje é a principal empregadora do distrito de Juparanã, sendo, portanto, compreensível que muitos moradores do lugar não queiram ter seus nomes identificados com críticas ou denúncias relacionadas à empresa. Isto deve ser considerado, na medida em que inevitavelmente restringe o acesso, em campo, a informações que possam manchar a sua imagem.

diatamente da fazenda. Segundo Lúcia, o loteamento Duque de Caxias havia sido feito para moradia dos antigos empregados do Ministério. Mas os empregados dessa geração não tinham Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e muitos não tinham recursos para construir uma nova casa, ficando, portanto, sem moradia ao sair da fazenda. Mesmo assim, aos poucos, antigos moradores, colonos e empregados foram sendo todos "colocados para fora" pela Embrapa e, conforme os depoimentos, sem receber qualquer tipo de indenização. Assim que deixavam a fazenda com suas famílias, suas casas e benfeitorias eram totalmente destruídas, e aqueles que tentaram resistir à expulsão passaram a viver, como veremos mais à frente, permanentemente ameaçados.

Em meio a expedientes burocráticos e às muitas formas extraoficiais de pressão utilizadas pela Embrapa para conseguir que as famílias desocupassem seus sítios, uma iniciativa teve um grande impacto prático e simbólico: segundo depoimentos, em 1975, ou seja, com a empresa recém-chegada à fazenda, foi fechada a escola pública que funcionava no casarão. A se confirmar sua participação em tal iniciativa, a empresa iguala-se (e talvez se alie) aos segmentos dominantes locais, fazendeiros e representantes do poder público municipal, que, juntos, utilizavam-se dessa estratégia para inviabilizar a permanência das famílias na terra, forçando-as a se mudar para periferias urbanas para que seus filhos pudessem estudar.[19] De um jeito ou de outro, as diferentes estratégias surtiram efeito e a Santa Mônica aos poucos se esvaziou: no momento em que a pesquisa foi realizada (2015), eram em torno de 30 *funcionários* e uma última família de antigos colonos, que ainda lutava na justiça pelos seus direitos.

O Estado começava assim a se fazer fortemente presente na vida das famílias: pela via da injustiça e da acentuação da desigualdade social e pelo monopólio da força, mas não de uma força controlada tendo em vista a proteção das pessoas, ao contrário, uma força que se direcionava contra os trabalhadores, pela repressão, violência e autoritarismo instaurados a partir de 1964.

19 De acordo com Marilda Fernandes, essa estratégia foi largamente utilizada em Valença com a finalidade de expulsar da terra as famílias de antigos colonos.

A história da Santa Mônica do ponto de vista sindical

De acordo com a documentação arquivada pelas entidades sindicais, em novembro de 1975 a Embrapa, "em atendimento ao projeto de incorporação ao Centro Nacional de Pesquisa Gado de Leite", deu início ao envio de ofícios aos colonos moradores da fazenda, solicitando sua presença em dia e hora marcados na secretaria da "Estação Experimental de Santa Mônica", a fim de "esclarecer assuntos relacionados com a ocupação irregular de terrenos e casas da União".[20] Inicia-se assim um longo período de enfrentamentos que se desenrolariam por quase quatro décadas, para os quais os trabalhadores buscaram o apoio do STR de Valença, e este o da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Por meio da documentação produzida e reunida por essas entidades, que inclui relatórios, ações judiciais, documentos dos trabalhadores atingidos e ofícios enviados e recebidos, podemos conhecer em parte o processo que culminou com a efetiva expulsão de praticamente todos os lavradores então residentes na fazenda.[21]

Um dos colonos a receber este primeiro ofício foi o Sr. Mário, que poucos dias depois, em 27 de novembro de 1975, assinara um "Termo de Compromisso" redigido pela Embrapa, no qual se comprometia a desocupar a casa nº 84, que seria "de propriedade da Embrapa", até o dia 30 de janeiro de 1976. Nem o texto datilografado nem a assinatura referem-se a qualquer sobrenome, constando somente "Mário", neste ofício referido como "colono". No Termo de Compromisso, logo abaixo de seu nome,

20 CESM, Ofícios de 21 de novembro de 1975: nº 98/75, dirigido ao "Sr. Mário (colono)" – sem registro de sobrenome; e nº 100/75, dirigido ao "Sr. Sebastião Costa (colono)". Estes são os ofícios arquivados pelo STR de Valença e pela Fetag, respectivamente. Mas provavelmente foram enviados em grande número, dirigindo-se a todos os trabalhadores que então viviam e tinham lavouras na Santa Mônica.

21 A maior parte desses documentos encontra-se arquivada pelo STR de Valença. Outros encontram-se arquivados pela Fetag/RJ e foram digitalizados (NMSPP/CPDA/UFRRJ-Fundo Fetag/RJ). Desse ponto em diante serão respectivamente identificados como Arquivo STR de Valença e Arquivo Fetag/RJ. Além da pesquisa sobre essa documentação, durante trabalho de campo em Valença (2014-2015) foram realizadas entrevistas com integrantes de famílias de antigos colonos e empregados da fazenda e obtidas diversas informações.

constava somente a expressão "sem vínculo".[22] Poucos dias depois, em 2 de dezembro do mesmo ano, o Sindicato escreveu à direção da Fetag/RJ relatando essas ocorrências e solicitando orientação. Neste ofício, o presidente do STR, Alcino Ângelo de Oliveira, explica ter sido procurado por "alguns trabalhadores rurais, posseiros ou semelhantes, residentes em terras da Embrapa", que haviam informado terem sido convocados por representantes da empresa para assinar um compromisso "para saírem da referida propriedade dentro de 60 dias, sem nada receberem pelas benfeitorias, que há mais de 50 anos alguns vêm *cultivando e morando* no mesmo local". De acordo com o documento, eram nesta ocasião mais de 15 famílias, todas com mais de 10 anos de posse, que não teriam para onde ir caso fossem despejadas. Por essa razão, o sindicato pedia ajuda e orientação à Federação.[23] Na semana seguinte, em 9 de dezembro de 1975, talvez já orientados pela Federação, escreveram também à Contag um ofício referente à "ameaça de reintegração liminar de posse" que pairava sobre os trabalhadores "colonos, posseiros e semelhantes" da Fazenda Santa Mônica. Neste ofício, o presidente do STR comunicou à direção da Contag que a Embrapa estava na "iminência de despejar mais de 100 famílias de posseiros e parceiros da 'Fazenda Santa Mônica' [...], pertencente ao Ministério da Agricultura. Para tanto, explorando a boa-fé do trabalhador rural, fez seus colonos assinarem o documento em anexo". Reitera este ofício o fato de muitas das famílias ameaçadas viverem na fazenda há mais de 50 anos, não tendo outra opção de moradia e trabalho, destacando o fato de que os trabalhadores haviam construído "muitas benfeitorias, consistentes em *plantações de culturas permanentes e temporárias, e edificações*", estando na iminência de perderem tudo e serem "escorraçados como cães famintos". O STR propunha, nesse contexto, que fossem distribuídas as terras da Santa Mônica aos trabalhadores nela residentes, fazendo-se assim "uma autêntica reforma agrária".[24]

22 Seu nome completo provavelmente é Mário Anastácio Rodrigues, que em agosto de 1976 escreveu ao Sindicato relatando a destruição das suas plantações por parte da Embrapa.
23 STR de Valença, ofício nº 78/75, de 2 de dezembro de 1975, arquivo STR de Valença. Grifo nosso. Vale registrar a não referência, por parte do STR, do fato de haver nesse grupo ameaçado famílias de trabalhadores *nascidos e criados* na Santa Mônica.
24 STR de Valença, ofício nº 80/75, de 9 de dezembro de 1975 (arquivo STR de Valença, grifos nossos).

Em fevereiro de 1976, o Sindicato encaminhou à Fetag um relatório detalhado sobre os posseiros e empregados que então viviam na Santa Mônica e estavam na iminência de perder tudo o que possuíam. O documento relata a história da fazenda e explica as condições da sua "ocupação irregular" pelos colonos como resultante da sua grande extensão. Por essa razão, "ao longo dos últimos 50 anos, muitas famílias começaram a ocupar a área ou as áreas mais remotas diretamente ou através de posses compradas". Além disso, os próprios empregados do Ministério haviam também construído benfeitorias. Por tudo isso, "o Ministério da Agricultura, percebendo a *gravidade daquela ocupação irregular,* fez um levantamento das benfeitorias e animais existentes, impedindo de certa forma que os mesmos aumentassem". Segundo o relatório, o Ministério nunca havia tomado "atitudes drásticas" para expulsá-los, mas a Embrapa, "explorando sua boa-fé", vinha tentando bani-los da área, fazendo cercas de arame que os isolava, introduzindo animais em suas plantações e encaminhando "documentos pré-fabricados, inocentemente assinados pelos posseiros", dando-lhes um curto prazo (dois meses) para desocuparem suas casas e plantações, "sem qualquer indenização ou sem lhes reconhecer o direito ao usucapião".[25]

Finalmente são referidos os "antigos empregados do Ministério da Agricultura". Segundo o relatório, alguns desses empregados, ao se aposentarem, permaneceram na fazenda, morando e fazendo lavouras. Ao se implantar na fazenda, a Embrapa "não quis ficar com nenhum deles", passando a exigir que entregassem suas casas e benfeitorias, colocando, assim, na visão do sindicato, antigos empregados e posseiros "em pé de igualdade". O relatório

25 Assinaram este "termo de compromisso": Waldemar dos Santos Sertório, José Sertório, João Sertório, Manoel Marcelino da Silva e João Luis da Silva. Além destes cinco, outros oito posseiros não haviam assinado, encontrando-se por isso, na visão do STR, em "uma posição melhor". São eles: José [Marques] Costa, José Felício, Josefa Ferreira, Mário de Tal, José Paulista, Emanuel Alves Pires, Manoel de Tal, Valdemiro Luís da Silva. Havia ainda várias "viúvas aposentadas" que, segundo o Sindicato, moravam então na fazenda como posseiras, igualmente possuidoras de benfeitorias. O relatório não explica a condição de suas aposentadorias, mas provavelmente refere-se a viúvas de antigos colonos e empregados do Ministério (Relatório do STR de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, 03/02/1976. Arquivo STR de Valença. Grifos nossos). Vale observar o fato do Sindicato assumir como "irregulares" as posses dos trabalhadores, desconhecendo ou desconsiderando o caráter de continuidade e legitimidade das posses a partir do colonato na fazenda.

conclui manifestando a expectativa sindical de que a repercussão negativa na imprensa sensibilizaria a Embrapa e o governo federal, levando-os a "ouvir o sofrido clamor do obreiro rural".[26]

A Embrapa dá início a violações e a maioria desiste da terra

A Embrapa não somente não ouviu o clamor dos trabalhadores, como, findo o prazo arbitrariamente definido para a desocupação das casas e respectivas posses (janeiro/fevereiro de 1976), retomou as ações de violência e desrespeito aos direitos dos agricultores residentes na fazenda, iniciadas no ano anterior. Derrubada de casas, colocação de animais para destruição de lavouras e instalação de cercas para isolamento da área parecem ter se somado à violência psicológica que já vinha sendo exercida sobre os trabalhadores que, desde o ano anterior, viviam sob ameaça de iminente despejo, além de terem sofrido a humilhação de serem levados a assinar documentos sobre os quais não tinham domínio e sem estarem acompanhados de qualquer assessoria.[27]

Cerca de sete meses após o referido relatório, o STR enviou novo ofício à Fetag/RJ, denunciando as graves violações cometidas sob a responsabilidade do chefe local da Embrapa, que havia determinado a destruição de casas, cercas e plantações. E cita o caso de Mário Anastácio Rodrigues, que, ao se ausentar para um tratamento médico, teve o seu sítio completamente destruído. A situação se agravava. O Sindicato reiterou o pedido de apoio e orientação à Fetag/RJ, afirmando permanecer no aguardo das "providências necessárias para o caso atual e futuros junto da Embrapa e do Governo".[28]

No decorrer dos anos seguintes, a Embrapa foi aos poucos atingindo seus objetivos de expulsão dos antigos colonos e posseiros da fazenda, em

26 Relatório do STR de Valença sobre a situação de posseiros e empregados da Fazenda Santa Mônica, 03/02/1976, arquivo STR de Valença.
27 Não se pode deixar de considerar o fato, seguramente sabido pela empresa, de tratar-se de pessoas com baixa escolaridade e dificuldades de leitura e escrita, como demonstra uma carta manuscrita por um sobrinho do agricultor, arquivada pelo STR.
28 STR de Valença. Ofício nº 059/76, de 1º de setembro de 1976, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, então presidente da Fetag/RJ, arquivo STR de Valença.

condições que não se encontram registradas, ou cujo registro não nos foi acessível até o momento. É provável que muitos tenham saído por medo ou por não suportar a pressão. Importante considerar que além dos constrangimentos diretamente sofridos no interior da fazenda, os trabalhadores estavam cientes do momento político vivido no país e dos riscos a que se expunham aqueles que contrariavam interesses e representantes do governo ditatorial. Vale lembrar, como anteriormente referido, do frequente aparecimento, aproximadamente no final dos anos 1960 e início dos 1970, de corpos amarrados que desciam boiando pelo rio Paraíba do Sul, margeando a Santa Mônica.

De acordo com o depoimento de antigos colonos e empregados do Ministério, as famílias saíram da fazenda sem receber indenização alguma, nem mesmo pelas lavouras permanentes e benfeitorias edificadas, que eram logo em seguida destruídas. Em relatório sobre conflitos de terra em andamento no Rio de Janeiro em 1981, a Fetag/RJ registra as violações de direitos dos "posseiros" na Santa Mônica, destacando a instalação de cercas que inviabilizavam a circulação das famílias, isolando-as, a colocação de gado em suas lavouras e o constrangimento para assinatura dos referidos documentos.[29]

Segundo os documentos consultados, somente no início de 1982, ou seja, quase seis anos após o início das ações da Embrapa, observa-se o envio de mais um relatório do STR de Valença à Federação, após terem sido procurados pelos trabalhadores que permaneciam resistindo e tentando defender seu direito àquelas terras e aos investimentos ali realizados.[30] De acordo com este relatório, restavam na Santa Mônica somente três famílias: os Sertório (João Sertório, José Sertório e a viúva e filhos de Waldemar Sertório), reunidos em um mesmo sítio que havia sido comprado em 1919 por seu pai; Paulo Rosa Medeiros, que em 1973 havia comprado a posse de José Felício; e José Patrocínio de Souza, cuja posse não é explicada. Os demais, ou a sua grande maioria, em abril de 1982 já tinham deixado a Santa Mônica. Havia, no entanto, pelo menos mais duas famílias que, embora não

29 Fetag/RJ. Levantamento de Conflitos de Terras, junho de 1981 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II).

30 STR de Valença. Ofício não numerado, de 19 de abril de 1982, acompanhado de relatório, dirigido a Eraldo Lírio de Azeredo, presidente da Fetag/RJ. Arquivo STR de Valença.

referidas no relatório, permaneciam resistindo, inclusive judicialmente: as de Ademir dos Santos Moreira e de José Marques Costa.

Os poucos que resistem são acionados na justiça

Não sabemos qual encaminhamento foi dado pela Federação imediatamente após o recebimento deste último relatório, mas o fato é que, no decorrer dos anos 1980, a Embrapa aumentou a pressão sobre os trabalhadores que permaneciam na fazenda, entrando com ações judiciais de despejo contra Ademir dos Santos Moreira, José Sertório, João Sertório e Izabel Sertório, Paulo Rosa Medeiros e José Marques Costa.[31] Resta verificar se continuava a se utilizar, paralelamente, das violências antes mencionadas, ocorridas nos anos 1970. De todo modo, os anos 1980 são marcados por um acirramento da situação. O caso de Ademir, assim como os demais, deverá ser ainda melhor examinado, mas, a se confirmarem certas observações, configurar-se-á uma estratégia de extrema má-fé por parte da Embrapa em relação a esse trabalhador, em moldes semelhantes aos descritos por Marques (1978).

Ademir, “residente no imóvel nº 51, Campo Experimental Fazenda Santa Mônica”, era ex-empregado da Embrapa e seu contrato de trabalho incluía, segundo consta no processo, o aluguel do imóvel. O trabalhador estava se recusando a deixar a casa após rescisão contratual de trabalho. Em sua defesa, porém, Ademir declarou ter nascido na Santa Mônica, onde seus pais moravam desde 1928, e onde sua mãe, já viúva, continuava morando. Havia trabalhado para a Embrapa poucos anos antes e de fato assinado (em 1º de setembro de 1981) um contrato de trabalho que incluía a locação de um imóvel que, na realidade, já era de uso da família há mais de 40 anos. Por tudo isso, foi pedida pela defesa a improcedência da ação. Mas a sentença, emitida em junho de 1986, reconheceu a procedência da ação assim como os direitos da autora, argumentando, entre outros, que o réu, instado a apresentar provas dos fatos alegados, manteve-se em silêncio; e considerando pouco plausível que alguém, que de fato morasse em como-

31 Estes foram os processos até o momento localizados nos arquivos do STR de Valença e da Fetag/RJ, o que não significa que correspondam à totalidade das ações impetradas pela Embrapa contra os colonos e posseiros da Santa Mônica.

dato há tantos anos no local, aceitasse ter o salário descontado de valores correspondentes ao aluguel de um imóvel ao qual teria direito prévio.[32] Ignora solenemente o juiz a dimensão social do desemprego e a profunda assimetria regente de relações de trabalho como esta de que tratava a ação. O réu foi condenado a desocupar o imóvel no prazo de 15 dias e a arcar com as custas judiciais e os honorários advocatícios. Em abril de 1987 foi expedido um Mandado de Despejo contra Ademir e os demais ocupantes que eventualmente estivessem no imóvel.[33]

Em outubro de 1987 foi a vez dos Sertório, que receberam da Embrapa uma carta comunicando a "extinção do comodato do imóvel" e dando um prazo de seis meses para que desocupassem as áreas de 7,33 ha e 0,48 ha que ocupavam na Fazenda Santa Mônica.[34] Mas a família permaneceu na terra e, em julho de 1988, a Embrapa entrou com uma Ação de Reintegração de Posse. Durante cerca de seis anos, José Sertório tentou, não sem esforço, demonstrar perante a Justiça a legitimidade da sua posse, comprada pelo pai cerca de 70 anos antes (1919). Mas não conseguiu. Quando ocorreu o despejo, em 1994, Waldemar e João já haviam falecido. Restavam no sítio José, Izabel, seus filhos e sobrinhos. Não possuíam mais nada além daquele sítio e não receberam nenhum tipo de indenização, perdendo o patrimônio de uma vida inteira de investimentos e, sobretudo, muito trabalho, ficando literalmente sem ter para onde ir.[35]

32 Ação de Despejo Reg. nº 701.921-1. Autora: Embrapa; Réu: Ademir dos Santos Moreira. Poder Judiciário da União; Justiça Federal da Primeira Instância; Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro; Juízo Federal da 10ª Vara. Ação ajuizada em dezembro de 1984 (Arquivo STR de Valença).

33 Segundo o depoimento de familiares, Ademir foi trabalhar na Embrapa e aceitou pagar o aluguel acreditando que estaria assim garantindo a permanência da mãe na casa da família, em um contexto em que seu pai já havia falecido e a grande maioria das famílias já havia sido constrangida a sair da fazenda. No final, Ademir, *nascido e criado* na Santa Mônica, foi demitido e despejado, junto com sua mãe, da própria casa.

34 Embrapa, 13 e 14 de outubro de 1987, notificação extrajudicial e carta. Arquivo STR de Valença.

35 Segundo seus filhos, alojaram-se em uma espécie de garagem no terreno de uma pessoa próxima que lhes ofereceu em condição provisória, para não ficarem ao tempo. Por ocasião da pesquisa, em 2014, Sr. José, já bem idoso e adoentado, morava na casa de uma filha na periferia de Juparanã, onde em 2015 faleceu. Vale reiterar o quanto carece de sentido técnico e econômico o percentual a que correspondiam os 7,81 ha ocupados pela família

Em setembro de 1997, como antes referido, a Embrapa vendeu 92,5 ha da fazenda a um particular, administrador de empresas, reforçando, por um lado, a constatação de que a empresa de fato possuía uma extensão de terras além das suas efetivas necessidades. Por outro lado, parece tratar-se de mais uma estratégia ou tentativa de desincumbir-se da responsabilidade frente às três famílias que há tempos ali moravam e produziam, contra as quais movia processos judiciais: as famílias de Paulo Rosa, José Marques Costa e Sebastião Corrêa. Tratava-se, de acordo com os registros cartoriais, da gleba denominada Agrião, localizada no extremo leste da fazenda, constando na escritura a existência das três áreas em litígio.[36] Como antes mencionado, três anos depois se registra uma nova averbação nesta escritura, para "fazer constar" que a área vendida era somente a área "livre e desembaraçada". Ou seja, o litígio não poderia ser transferido ao adquirente particular e continuaria envolvendo a Embrapa e as referidas famílias, com as quais pudemos conversar e obter algumas informações.

Paulo Rosa Medeiros veio com a esposa e os três filhos para a Santa Mônica em 1973, quando comprou a posse de um antigo colono, José Felício. Por ser limítrofe à área urbana de Juparanã, registrou a posse e durante mais de 20 anos pagou imposto territorial à prefeitura de Valença. A partir do processo movido pela Embrapa, a família viveu um período de intenso sofrimento, sobre o qual ainda hoje tem grande dificuldade de falar. Não tiveram recursos para contratar um advogado e não conseguiram contar com o acompanhamento regular do advogado do STR. Perderam o processo, em 2006 foram despejados, e sua casa e demais benfeitorias foram demolidas. Paulo Rosa caiu em profunda depressão, adoeceu e quatro anos depois faleceu.

José Marques Costa recebeu o sítio no Agrião como herança de seu pai, antigo colono da Santa Mônica. Segundo sua filha Cristina, seu avô havia

Sertório, em relação à área total da Embrapa: 0,44%; e ainda mais desproporcional no caso de Manoel Antonio da Silva e Albertina Medeiros da Silva, possuidores de 738 m² e 140 m², respectivamente, a quem a Embrapa encaminha notificações semelhantes em setembro de 1988 (as posses de Manoel e Albertina correspondiam, juntas, a cerca de 0,005% das terras da fazenda). Esses percentuais parecem jogar luz, entre outras coisas, sobre o caráter político desse enfrentamento.

36 Cartório do 2º Ofício de Valença-RJ. Certidão de Registro de Imóveis, Matrícula nº 10.403, Livro 2-AA, fls. 244. Registro realizado em 22/09/1997. Certidão expedida em 26/02/2015.

comprado essa posse em 1936 e ali fazia diversas lavouras, pagando ao Ministério um carro de milho anual. Cristina relatou que seu avô era *dono de muitas terras*, plantava muito e tinha boa condição financeira. Além de ter várias posses e muitas lavouras, era também um homem muito organizado e registrou em cartório tudo o que possuía. Essa documentação integra o formal de partilha feito após sua morte.[37] Assim como na família vizinha, o processo movido pela Embrapa trouxe à família de Cristina uma série de sofrimentos e prejuízos. Ressalva-se aqui o fato de até dezembro de 2015 não ter sido ainda concluído, e da família ter condições para contratação de um advogado particular, que vem acompanhando o caso. Mesmo assim, segundo Cristina, em razão desse processo, seu pai se deprimiu e, desde 2010, quando um oficial de justiça esteve lá, desanimou de vez e resolveu que não ia plantar mais nada. "Dispensou os camaradas que ajudavam, [e] abandonou, está tudo abandonado" (Cristina Costa, entrevista concedida a Elizabeth Linhares em 18/09/2015). Sua mãe também já não estava bem e em dezembro de 2015 faleceu.[38]

Ou seja, pelo conjunto de documentos acessados, que certamente não representam a totalidade da documentação na época produzida, observa-se ter havido um certo esforço por parte do movimento sindical. Mas, embora os processos tenham se prolongado muito além do período ditatorial, de acordo com o que foi possível levantar até o momento, as sentenças foram todas a favor da empresa e praticamente todos os trabalhadores que *moravam e cultivavam* as terras da Santa Mônica foram expulsos, incluindo-se aqueles nascidos na fazenda, cujas posses haviam sido compradas por seus

37 Sebastião Costa morreu relativamente novo, quando José tinha 10 anos de idade. Desde essa época, José foi morar na atual casa, com a mãe viúva. Hoje ele tem 76 anos, ou seja, essa casa é da família há pelo menos 66 anos. Depois de casado, chegou a morar em outro lugar, voltando quando sua mãe faleceu, no final dos anos 1960. Foi nela que Cristina e seus irmãos nasceram e cresceram.

38 Sua mãe era espírita e há muitos anos dirigia o Centro de Nossa Senhora da Aparecida e São Cosme e Damião, criado por sua sogra nesse mesmo terreno em que moram há 63 anos. Em razão do processo, o trabalho espiritual precisou ser interrompido, sua mãe adoeceu e entrou em profunda depressão. Chegaram a propor à Embrapa que ficasse com o sítio, deixando com eles somente o terreno onde se encontram a casa e o Centro – proposta que foi recusada pela empresa. Sobre a terceira área em litígio, em nome de Sebastião Corrêa, não obtivemos maiores informações além do que consta na escritura. Seria um pequeno lote com uma residência em alvenaria. Sebastião Corrêa é também falecido.

pais há décadas. A única exceção, como acima referido, é a família de José Marques Costa, que até 2015 continuava lutando na Justiça pelos seus direitos.

Os casos das famílias de José Sertório e José Marques Costa se destacam pelo prolongamento do processo judicial. Mas não diferem dos demais casos de trabalhadores expulsos no que essa expulsão representa de injustiça e violação de direitos. Trata-se, em todas as situações, da perda de um patrimônio construído por essas famílias ao longo de muitos anos de trabalho (em diversos casos, toda a vida), seja em decorrência de ameaças e violências sob as quais saíram por iniciativa própria, seja como resultado de processos judiciais politicamente enviesados, que visivelmente tenderam a defender os interesses da empresa, culminando com o seu despejo. É preciso considerar, finalmente, no sentido indicado por Torres (2004), não somente a dimensão jurídica, mas também ética, moral e social envolvidas nessa ordem de injustiças, assim como na questão posse-propriedade de modo mais abrangente,

> […] uma vez que o trabalhador (rural ou urbano) não é apenas um sem-terra: é um sem-emprego, é um sem-teto, é um sem-alimento. Só não é um sem-processo, porque sempre haverá de ser réu de alguma ação ajuizada por algum proprietário, devendo ser considerado ainda um sem-cidadania, pois é sempre visto como um problema marginal, como salienta Silva Santos. (TORRES, 2004, p. 15).

Considerações finais

Buscaremos destacar aqui alguns aspectos que nos parecem jogar luz sobre a gravidade das violações de direitos sofridas por essas famílias, por iniciativa do Estado brasileiro, a partir do golpe de 1964. Enfocamos, portanto, em princípio o Estado ditatorial, que é representado, no caso em análise, pelos poderes Executivo, uma vez que a Embrapa é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, e Judiciário, cuja atuação, como vimos, ocorreu de modo parcial, voltado a favorecer aos interesses da parte social, econômica e politicamente dominante. Por outro lado, embora

possa parecer óbvio, importa sublinhar que não se trata, em absoluto, da defesa de um Estado mínimo, mas, sim, de uma análise crítica sobre as formas específicas pelas quais o Estado nacional brasileiro se fez presente na vida dessas famílias, destacando-se as mudanças operadas a partir de 1964. Ressalve-se não se observar, pelo que pudemos levantar até o momento, qualquer tipo de revisão em suas atitudes perante essas famílias em função do processo de abertura política iniciado nos anos 1980.

Como vimos, a distribuição de terras no Brasil, desde tempos coloniais, impunha teoricamente a condição de aproveitamento do solo, com *cultivo e moradia habitual* por parte dos agraciados. Estas condicionalidades, importadas de Portugal sob a forma sesmarial, foram legalmente incorporadas pela Lei de Terras de 1850 que, embora priorizasse atender aos interesses do senhoriato rural, manteve em seus dispositivos, como demonstram Silva (1996) e Torres (2004), estas mesmas condicionalidades. De acordo com Silva, a Lei de Terras vigorou e representou, até 1930, a lei maior de regulação da posse e da propriedade da terra no Brasil. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, a legislação seguiu este mesmo princípio regulador, observando-se nos decretos estaduais do período (Decretos 2.190, de 1926; e 2.666, de 1931) a prevalência dos requisitos *cultivo e moradia* sobre as demais condições da concessão. Eram, portanto, estes os dispositivos legais em vigor quando, a partir das primeiras décadas do século XX, a fazenda Santa Mônica acolheu novas famílias de colonos que para lá se dirigiram, comprando a posse de colonos anteriores, além de permitir e manter em suas terras famílias de antigos colonos e escravos libertos que lá estavam e permaneceram, possivelmente desde os tempos do café, mantendo *lavouras e moradia habitual*.

É pouco provável que se consiga recuperar, com precisão, em que proporção ou quais áreas da fazenda foram efetivamente ocupadas com cafezais, em seu período áureo produtivo. Mas é importante observar que, ao ser hipotecada, perdida e transferida para o Banco do Brasil, em condições de notória decadência, os antigos cafezais certamente encontravam-se em grande parte abandonados e improdutivos; e as lavouras de mantimentos de antigos colonos e libertos, inversamente, enquanto lavouras de subsistência, mantinham-se produtivas. Por outro lado, há que se considerar que o processo de expansão do café se deu não somente pela via sesmarial, mas pelo apossamento literalmente desmedido de novas extensões de terras,

que frequentemente se superpunham a posses anteriormente existentes, de pequenos lavradores, processo que se tornava ainda mais grave devido justamente à imprecisão original dos limites das sesmarias concedidas (assim como das posses espontaneamente ampliadas), fazendo com que as próprias autoridades "não tivessem como ter certeza, ao efetuarem novas concessões, de que *não estavam desrespeitando o direito de terceiros*" (SILVA, 1996, p. 61, grifo nosso). Fato dificilmente contestável é a presença, em terras da fazenda, por ocasião dessa transmissão, de diversas famílias de lavradores que lá se encontravam quando houve a perda da hipoteca. A partir de depoimentos e documentos consultados, observa-se ter sido muito provavelmente dessas famílias que parte dos colonos, cujos descendentes enfrentariam mais tarde as arbitrariedades da Embrapa, compraram suas respectivas posses.

Importa sublinhar que as posses compradas por esses antigos colonos, segundo seus filhos e netos, localizavam-se em geral em áreas afastadas da área central da fazenda, incluindo-se as partes mais altas, quase "dentro da mata", e algumas na divisa com o centro urbano de Juparanã. Tratava-se, portanto, de áreas distantes do seu núcleo técnico e administrativo e, ao que indicam os dados até o momento levantados, não utilizadas diretamente pelo Ministério, mas sim pelas referidas famílias que, como vimos, lá mantinham *morada habitual* e *diversas lavouras*.

Vimos as diferentes formas pelas quais o Estado brasileiro se fez presente na vida dessas famílias, em subsequentes gerações. Ressalte-se, mais uma vez, tratar-se de um Estado cuja origem e formação se deveu à classe senhorial rural, especialmente aos "fazendeiros-posseiros" do café. Nasceu assim absolutamente comprometido com esta classe, que fazia valer seus interesses e prioridades acima de quaisquer direitos, mesmo daqueles que os precediam e eram teoricamente garantidos por lei: a posse de terra de lavradores com *cultivo e morada habitual* (SILVA, 1996). Tal compromisso em parte explica, como demonstram Silva (1996) e Torres (2004), as ambiguidades contidas na lei de 1850, uma vez que, apesar de elaborada tendo em vista a defesa de seus interesses, incorporou certos dispositivos de cunho "liberal" que em grande parte responderiam pelas dificuldades – para não dizer inviabilidade – da sua efetiva aplicação.

No período republicano, com a transferência de parte do poder legislativo aos estados membros, as contradições se mantiveram, renovando-se na

letra da lei, em outros termos, as condicionalidades herdadas dos períodos colonial e imperial. Mas submetendo-se então sua aplicação aos poderosos locais, intensificando-se o jogo clientelístico, em um contexto em que o Estado, do ponto de vista executivo, encontra-se quase inteiramente ausente da vida cotidiana dos trabalhadores.

No caso específico da Santa Mônica, procuramos destacar a peculiaridade da presença estatal nos tempos do Ministério e a sua integração a uma rede social de próximos, onde prevaleciam laços de solidariedade e uma intensa troca de dons (MAUSS, 1950). Nos termos de Elias (1987), uma rede de interdependências na qual interesses recíprocos eram atendidos e cotidianamente renovados por meio de diferentes práticas e espaços de sociabilidade. Esta solidariedade cotidiana, referida em diversos depoimentos de antigos moradores da fazenda, atingiu seu ápice e se expressou de modo contundente quando o próprio Ministério da Agricultura, no início dos anos 1960, em um ambiente político em que aspirações progressistas pareciam ganhar espaço, enviou representantes à União Operária Valenciana e ao STR recentemente a ela integrado, propondo a desapropriação de parte da Santa Mônica, a fim de regularizar, em caráter definitivo, a posse das muitas famílias que lá moravam e que há tantos anos contribuíam, com suas lavouras, para viabilizar a existência da Fazenda Experimental de Criação. Como vimos, a União Operária chegou a visitar a fazenda para dar início aos procedimentos necessários, mas, com o golpe em 1964, essas organizações sindicais foram desmanteladas e o projeto de desapropriação foi abruptamente interrompido.

Faz-se então o Estado nacional brasileiro fortemente presente na vida dos trabalhadores da Santa Mônica somente a partir do golpe, quando assume de fato, localmente, o seu caráter latifundiário e, sobretudo, o objetivo político maior de salvaguardar os interesses da classe. Não há, por tudo que nos foi possível até o momento pesquisar sobre os conflitos ocorridos a partir de 1964 (particularmente de 1975), outra justificativa, além da justificativa política, para a determinação com que a Embrapa se empenhou – e ainda hoje se empenha – para expulsar todas as famílias de trabalhadores que encontrou na fazenda e com quem não se interessou em criar ou manter vínculos empregatícios.

Para entender tal justificativa, que para se impor incluiu, como vimos, uma postura extremamente injusta e muitas vezes violenta por parte da

empresa contra essas famílias, é preciso levar em conta e apreender, na longa duração histórica e no modo como a sociedade brasileira se estruturou, ao mesmo tempo em que se consolidava aqui um Estado nacional, como essa estrutura original criou ao longo do tempo diferentes formas para se preservar, recriando-se e alterando-se para garantir, no fim das contas, que tudo permanecesse no seu devido lugar. Que o trabalho, afinal, permanecesse disponível, sempre a serviço e na medida do possível submetido à lógica imperiosa do grande capital. Ou seja, trata-se aqui da continuidade histórica e da reprodução de uma lógica socialmente excludente, que procura manter esses trabalhadores no seu lugar social, de modo que permaneçam como mão de obra submetida e sem condições de obter a emancipação que talvez alcançassem com a regularização definitiva da posse da terra – questões que já estavam presentes, vale lembrar, nas discussões que antecederam a promulgação da lei de 1850.

Uma vez excluído – porque nesse caso isso é bastante simples de verificar – qualquer aspecto de ordem técnica ou produtiva que justificasse a expulsão dessas famílias, de que outro modo poderíamos explicar, ou dar sentido, à tenacidade com que a direção da Embrapa se aplicou em tais procedimentos? Qual o sentido de preservar tais áreas, como mostrado acima, de dimensões irrisórias frente ao tamanho da fazenda? Quais seriam as condições de necessidade da empresa no uso dessas áreas, que não teriam sido prejudicadas quando esta decide e realiza a venda de parte delas a um particular? O que se pretendia objetivamente com tudo isso? Estas e muitas outras questões de mesmo teor não foram nem serão aqui respondidas. Mas elas devem ser apontadas porque, no nosso entender, contribuem por evidenciar justamente o sentido implícito, oculto, mas estruturalmente comunicado e sempre refeito, ao longo do tempo, sob diferentes formas, de defesa dos interesses da classe dominante e da preservação do alto grau de desigualdade social que caracteriza a história e a sociedade brasileira até o presente momento.

Muito se tem discutido a respeito da natureza do golpe de 1964 e da forma mais adequada de nomeá-lo. A partir da leitura de Silva (1996) e Torres (2004), e das reflexões sobre o presente caso, consideramos que o golpe de 1964, sendo ao mesmo tempo militar, civil-militar e empresarial-militar, foi de fato um golpe de classe, porque perpetrado por e em defesa dos interesses da classe dominante, que, ao longo dos períodos colonial,

imperial e republicanos, transformou-se ao mesmo tempo em que se preservava, criando e recriando estratégias históricas, em um processo que tinha (e tem) em vista a sua reprodução social e a manutenção do seu poder econômico, social e político, e tudo o que isto implica, sendo acompanhada e apoiada por segmentos de uma classe média diversificada, mas que possui em comum um perfil conservador, que a ela aspiram e com ela buscam culturalmente se identificar.[39]

É preciso considerar, nesse sentido, que, para uma parte da sociedade brasileira, as reformas de base propostas pelo governo João Goulart representaram uma efetiva ameaça à ordem social. Trata-se, assim, de entender não somente o golpe de Estado em si, mas sobretudo a sua assimilação como algo legítimo – e junto com ele todas as violações de direitos humanos cometidas a partir de suas bandeiras – do ponto de vista de segmentos pertencentes ou culturalmente identificados com a elite econômica nacional e seus valores, crenças etc. Referimo-nos aqui, ainda com Sahlins (1990), a um processo de atribuição de sentido, ancorado em determinado sistema simbólico dentro do qual o golpe é decodificado e traduzido em termos de salvação da pátria frente a uma suposta ameaça comunista. De que outro modo pode-se tentar entender a atribuição pejorativa e recorrente de "comunismo" ou "comunistas" a lavradores que, em sua grande maioria, tinham como objetivo simplesmente tentar receber ou garantir a permanência em um lote de terra para morar e trabalhar, com pouca ou nenhuma formação ou consciência política, movidos por objetivos e necessidades fundamentais, que, como vimos, definiam originalmente a própria legitimidade da apropriação territorial: *cultivos*

39 Vimos, com Sahlins (1990), como a estrutura se modifica para se reproduzir, preservando-se no que tem de essencial. Novos atores surgem, renovando-se e fortalecendo-se, histórica e contemporaneamente, as forças conservadoras no Brasil. Os ruralistas de hoje são o que Silva (1996) chama de "senhoriato rural" do passado: os fazendeiros-posseiros, grandes cafeicultores, donos de engenho, entre outros, hoje os grandes pecuaristas, produtores de soja e demais commodities. A continuidade histórica de tal estrutura se verifica, entre outros, no forte poder ainda hoje exercido pela chamada Bancada Ruralista no Congresso Nacional, que junto com as bancadas da "Bíblia" e da "Bala" constituem a poderosa bancada BBB (Boi, Bíblia e Bala). Verifica-se ainda na recente radicalização desses setores frente a conquistas sociais promovidas por iniciativa do governo federal nos últimos 12 anos, apesar de ainda limitadas, quando pensadas em relação ao tamanho da dívida social acumulada em nossos mais de 500 anos de história.

efetivos e morada habitual? Assim, ao analisarmos os conflitos vividos pelas famílias de trabalhadores da Santa Mônica a partir do golpe, percebemos esse enfrentamento na plenitude da continuidade estrutural que guarda no que se refere à relação construída e reconstruída entre o Estado brasileiro e os segmentos socialmente dominantes, aos quais o Estado historicamente representou e cujos interesses defendeu, reagindo violentamente sempre que essa estrutura parecia efetivamente ameaçada.

Skidmore (1982) chama atenção para a centralidade do tema da reforma agrária nas propostas apresentadas por João Goulart em 13 de março de 1964, no famoso comício da Central do Brasil. Em seu discurso, o presidente declara não ter receio de "ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar a necessidade de revisão da Constituição que não atende mais aos anseios do povo. Essa constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana" (SKIDMORE, 1982, p. 349). Enganava-se João Goulart, porque se tratava de fato de propostas que, se levadas adiante, poderiam "subverter" a estrutura social brasileira no que ela tinha (e tem) talvez de mais fundamental.

Analisando juridicamente a função social da posse em confronto com a propriedade sem função social, Torres (2004) examina o nascimento da propriedade privada no Brasil e o processo histórico em que foi produzida a nossa legislação agrária, chamando atenção para a força normativa da Constituição de 1988 no que se refere ao Direito Agrário. Defende, assim, que os princípios constitucionais prevaleçam sobre as leis agrárias, prevalecendo a posse com função social sobre a propriedade sem função social, tendo em vista estes princípios. Em suas palavras,

> A superação das bases tradicionais de compreensão do fenômeno posse-propriedade, por meio de processo hermenêutico-civil-constitucional, permite [...] ao operador concluir que a propriedade desfuncionalizada não merece proteção do sistema, afetando a proteção possessória e a proteção reivindicatória, e que a posse funcionalizada deve receber proteção especial enquanto ela durar, porque atende a um só tempo aos princípios e valores fundantes do sistema constitucional brasileiro, aos direitos fundamentais do homem como *a moradia e o trabalho*, a vida com dignidade, a erradicação da pobreza, a eliminação das desigualdades sociais, e contribui para uma sociedade mais justa e solidária.

> Necessário, portanto, é reconhecer que o conflito posse-propriedade em razão da função social atrai a aplicação direta da Constituição Federal, porque envolve direitos fundamentais da 1ª e 2ª dimensões: direitos fundamentais individuais e direito fundamental social, dando margem a uma postura hermenêutica epistemologicamente diversa da hermenêutica tradicional, porque busca o resultado de maior maximização dos princípios e valores constitucionais, mediante o menor sacrifício do direito que cede, em razão da relação de precedência, a outro de maior peso. (TORRES, 2004, p. 509-510, grifo nosso).

Nesse sentido, Torres sublinha a necessidade fundamental (e urgente) de que os operadores do Direito revejam suas interpretações mediante os instrumentos jurídicos disponíveis, ajustando-os à nossa atual realidade e, sobretudo, à nossa gigantesca dívida social, tendo como referência maior os princípios e dispositivos constitucionais. Talvez assim possamos reverter o histórico processo de expropriação dos trabalhadores rurais e urbanos no Brasil, e os milhares de injustiças que, como as sofridas pelas famílias da fazenda Santa Mônica, acumularam-se ao longo da nossa história, levando muitos dos nossos jovens para um futuro sombrio, cinzento e periférico.

Referências

BEDÊ, Waldyr. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964).* Volta Redonda: PMVR, Secretaria Municipal de Cultura, 2004.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

______. *O Processo Civilizador:* Formação do Estado e Civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

______. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

______. *Mozart:* Sociologia de um Gênio. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censos Demográficos de 1950 e 2010* (Base SIDRA).

LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARQUES, Nilson. *Contratos Inominados no Direito Agrário:* Doutrina, Legislação, Jurisprudência. São Paulo: Pró-Livro – Comércio de Livros Profissionais Ltda., 1978.

MELO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAUSS, Marcel. Essai sur le Don. Forme et Raison de l'Échange dans les Sociétés Archaïques. *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, 1950 [1923/1924].

NOVAES, Adriano Novaes. Pesquisa histórica realizada para fins de tombamento histórico-cultural do casarão sede da Fazenda Santa Mônica, no âmbito do *Inventário das Fazendas do Vale Paraíba Fluminense*. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), Secretaria de Estado de Cultura do RJ, em parceria com o Instituto Light e o Instituto Cultural Cidade Viva, 2008.

RIBAS, Antonio Joaquim. *Da posse e das ações possessórias*. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1883

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SANTOS, Jorge Luiz Sant'Anna dos. *A interiorização do desenvolvimento no Rio de Janeiro: economia e sociedade na área Sul do Estado – 1940/1985*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEAF – Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro. *Atlas Fundiário do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SEAF, Instituto de Terras e Cartografia, 1991.

SILVA, Lígia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio:* efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil:* de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STANCIK, Marco Antonio. *Fazenda-Modelo de Ponta Grossa:* pecuária, ciência e sociedade – anos 1910-1930. Londrina: IAPAR, 2012.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. *Pequena História do Café no Brasil (1727-1937).* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. *A Função Social da Posse:* a Efetividade dos Princípios Constitucionais Conformadores da Prevalência da Posse sobre a Propriedade sem Função Social. Tese (Doutorado) –Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Centros de documentação consultados

Arquivo Nacional – Memórias Reveladas: Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985). Acervo digitalizado de documentação do Serviço Nacional de Informação – SNI.

CPT Nacional – Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Acervo digitalizado.

NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Acervo de documentação sindical e outros e Fundo Fetag/RJ, acervo digitalizado.

STR de Valença – Documentação sindical

CAPÍTULO 13

Ação sindical e o regime militar

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes entre as décadas de 1960 e 1980

Rayanne de Medeiros Gonçalves
Rodrigo Pennutt da Cruz

Introdução

Neste capítulo refletimos sobre as formas de luta e principais reivindicações empreendidas pelos trabalhadores rurais, em especial aqueles ligados ao corte de cana, do município de Campos dos Goytacazes, por meio da atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC). Trata-se de um esforço de mapear os conflitos existentes entre os trabalhadores rurais sindicalizados e relacioná-los com o aparelho e as práticas estatais.

A partir do golpe militar, o aparato repressivo do Estado abateu-se por todas as camadas sociais que se opuseram às ideias autoritárias, como foi o caso do movimento estudantil, organizações sindicais e setores progressistas das Igrejas e da imprensa. As medidas repressoras se expressaram também por meio de prisões de lideranças e intervenções em sindicatos, federações e confederações pelo Ministério do Trabalho. Foram medidas voltadas a conter as atividades consideradas subversivas e característica da política do Estado brasileiro, que tinha, como principal objetivo, o desenvolvimento econômico, sem qualquer tipo de contestação aos seus custos.

No setor agrário não foi diferente, pois, à medida que a repressão se propagava, o movimento camponês não deixou de lutar por suas reivindicações e pela conquista de direitos trabalhistas e sociais. Contudo, para compreender mais adequadamente as formas de repressão do período, faz-se necessário, também, apontar outra faceta: a resistência e mobilização social.

Com a instauração da ditadura, as pautas e conquistas camponesas retrocederam, ocorrendo, por exemplo, devoluções de terras já desapropriadas aos antigos donos (legítimos ou não). As formas de repressão iam desde expulsão das terras onde as famílias viviam como posseiros, moradores ou colonos, até destruição das plantações e de bens, violência verbal e psicológica, ameaças, torturas, mortes, desaparecimentos, ocultações de cadáveres, agressões físicas, prisões e exílio. Os camponeses e assalariados rurais (porém, não só eles) tiveram, seus direitos violados de maneira contínua.

A imposição do medo foi uma característica da repressão que se tornou corriqueira entre os trabalhadores rurais, dificultando sua mobilização e organização, bem como sua capacidade de denunciar as atrocidades ocorridas no interior das fazendas e nas áreas de posse.

Diante deste cenário, nossa preocupação está centrada em compreender como práticas ilegais nas relações trabalhistas eram tratadas pelos trabalhadores rurais e pelo sindicato, que, por meio de seus advogados, encaminhavam questões à Justiça do Trabalho, e como os processos eram julgados pelo Poder Judiciário.

Ao longo da pesquisa nos deparamos com uma série de dificuldades para o levantamento documental. Num primeiro momento, tivemos acesso aos arquivos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), onde estavam alguns processos trabalhistas do município de Campos referentes à década de 1980.[1] Este material, no entanto, não se encontra completo, uma vez que não era prática arquivar todo o andamento dos processos. Assim, só conseguimos analisar fragmentos, como as iniciais, notificações ou decisões judiciais. Tentamos acesso aos arquivos do Ministério do Trabalho, tanto os localizados no município do Rio de Janeiro quanto os de Niterói e Campos. Porém, fomos informados de que os processos mais antigos foram descartados por não haver espaço físico para arquivá-los. No STRC, após conversas com dirigentes sindicais, conseguimos acesso aos arquivos, o que nos possibilitou reunir documentos das décadas de 1960 e 1970, justamente os anos

1 Parte deste arquivo foi digitalizado com recursos da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* e está disponível no acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ), cujo endereço é http://r1.ufrrj.br/cpda/nms/.

que faltavam para a realização do estudo. Porém, a mesma dificuldade encontrada no acervo da Fetag/RJ ocorreu: os processos não estavam completos.

Dividimos o presente texto em seis tópicos. No primeiro, apresentamos a configuração agrária e agrícola do município, dando ênfase à importância da cana-de-açúcar para a economia local. Em seguida, traçamos do perfil dos trabalhadores rurais ligados a essa atividade. No terceiro tópico, abordamos a criação do STRC. Depois, abordamos a legislação voltada para o setor agrícola e, por fim, as questões levantadas pela leitura dos processos trabalhistas dos anos de 1960-1988.

Protagonismo da produção açucareira em Campos dos Goytacazes

O município de Campos dos Goytacazes está localizado no Norte Fluminense, mesorregião atualmente composta por ele e mais oito municípios (São Francisco do Itabapoana, Cardoso Moreira, São João da Barra, São Fidélis, Carapebus, Quissamã, Conceição de Macabu e Macaé). Esta região foi apropriada ao longo dos anos pelo cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar.

Ainda no início do século XVIII, período de ocupação da área conhecida como Região Açucareira de Campos,[2] a atividade econômica preponderante era a pecuária. Com o passar dos anos, segundo Lamego (1974), após o desgaste do solo, tornou-se necessária a introdução de uma vegetação não nativa (capim d'angola) para manutenção da pastagem do gado. Alternativamente, o cultivo da cana-de-açúcar passou a ser de extrema importância para a economia local, por ser mais rentável (LAMEGO, 1974), processo mais intensamente objetivado em Campos dos Goytacazes. Entre 1960 e 1985, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 37.023 estabelecimentos cadastrados tinham como produção principal a cana-de-açúcar, como pode ser observado na Tabela 1:

2 A Região Açucareira de Campos corresponde aos municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis e São João da Barra.

Tabela 1. Produção de cana-de-açúcar em Campos, RJ

Período	Nº de Estab.	Área (ha) Estab.	Quant. (t)
1960	4.910	72.030	2.229.985
1970	6.874	115.066	3.985.812
1975	6.558	113.586	4.756.188
1980	6.102	118.239	4.329.084
1985	7.669	105.289	4.616.184

Fonte: Censos Agropecuários (IBGE) 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985. Dados obtidos pelo site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 dez. 2015.

O fortalecimento deste empreendimento agroindustrial relacionou-se à mudança do modelo de engenho para o de usina na produção de cana-de-açúcar. Segundo Barbosa (2003), no primeiro caso, não havia predominância de terras próprias cultivadas pela unidade de transformação, cabendo aos engenhos apenas o beneficiamento da produção agrícola. Já as usinas, além de beneficiarem a cana, eram detentoras de terras cultiváveis, o que garantia o fornecimento de matéria-prima própria, bem como maior agilidade na produção de açúcar. Isto fez com que na região os usineiros passassem a exercer grande controle, não só econômico, como também social, como destaca Neves:

> A transformação técnica dos engenhos centrais em usinas fez-se acompanhar de um controle mais amplo do usineiro sobre os agricultores que ofereciam matéria-prima. Ampliando as áreas de terra voltadas para a atividade agrícola e explorando-as através de colonos arrendatários, os usineiros podiam prescindir de boa parte da matéria-prima oferecida pelos agricultores. (NEVES, 1997, p. 66).

Este novo modelo permitiu ao usineiro controlar toda a cadeia produtiva açucareira, desde o plantio até a comercialização. As usinas incorporavam grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar e, em consequência, a mão de obra rural. No início do século XX, a produção de açúcar da região chegou ao auge, havendo 26 usinas em funcionamento. Destas, cinco se destacavam: Cupim, Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (AQUINO, 2006).

Após a crise econômica de 1929, o governo Getúlio Vargas criou, em

1933, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) com o objetivo de orientar, fomentar e controlar a produção de açúcar e álcool e de suas matérias-primas em todo o território nacional.[3] O IAA estabelecia regras para o relacionamento entre fornecedores e industriais do setor e controlava a produção açucareira e do álcool, por meio de cotas de produção para as regiões produtoras de cana-de-açúcar (NEVES, 1997).

Outra intervenção do Estado na economia açucareira que provocou alterações nas relações de trabalho foi a promulgação, em 1941, do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC),[4] que concedia direitos aos trabalhadores, tais como fornecimento de açúcar para o trabalhador a preço de custo, reajuste salarial com base no mesmo índice de aumento do açúcar concedido pelo Estado, férias anuais, fundo de assistência para os trabalhadores, sistema previdenciário (RIBEIRO, 1987, p. 222).

Neste período as relações trabalhistas modificaram-se. A permanência dos assalariados nas casas construídas pelos usineiros, conjugada à área para plantação de lavoura destinada à subsistência, foi legalmente reconhecida. Outra modificação se deu no âmbito educacional, com a construção de escola para os filhos dos trabalhadores com ensino primário, atual primeiro segmento do ensino fundamental. Além disso, a ruptura dos contratos por parte da usina implicaria indenização, paga em dinheiro aos contratados.

No que diz respeito à situação dos trabalhadores da cana, o Estatuto previa como benefícios: a) concessão ao trabalhador, a título gratuito, de área de terra suficiente para plantação e criação necessárias à subsistência do lavrador e de sua família; b) proibição de redução da remuneração devida ao trabalhador, com fundamento na má colheita, resultante de motivo de força maior; c) direito à moradia sã e suficiente, tendo em vista a família do trabalhador; d) assistência médica e hospitalar; e) ensino primário gratuito às crianças em idade escolar; f) garantia de indenização em caso de dispensa injusta.

Para as usinas, o Estatuto determinava que ela deveria entregar ao trabalhador um exemplar, devidamente autenticado, do contrato tipo.[5] Deter-

3 O IAA foi extinto em 8 de maio de 1990, sob o governo de Fernando Collor de Melo.

4 Decreto-lei Nº 3855, de 21 de novembro de 1941. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3855.htm>. Acesso em: 28 nov. 15.

5 Os contratos-tipo são contratos em que as partes estão em igualdades de condições.

minava ainda que:

> Art. 8º Os litígios entre os trabalhadores referidos neste capítulo e os usineiros serão dirimidos pela Justiça do Trabalho, tendo em vista as cláusulas dos contratos tipos e ouvido, antes da audiência, o IAA.
>
> Art. 9º O Instituto fiscalizará a perfeita execução dos contratos tipos, na parte relativa aos devedores de assistência social das usinas (letras a, c, d, e, do art. 7º).
>
> Parágrafo único. No caso de inobservância dos deveres a que alude este artigo, o Instituto aplicará ao responsável multa de 1:000$0 a 10:000$0 que será elevada ao dobro, em caso de reincidência. (Estatuto da Lavoura Canavieira, Decreto-Lei Nº 3855, de 21/111941, Capítulo II, Dos Lavradores de Cana).

Décadas depois, em 1960, ainda inserido na política do IAA, foi criado o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, voltado para o fortalecimento da mecanização de todo o processo produtivo. Já em 1971, foi instituído o Programa de Racionalização da Agricultura Canavieira, visando a redução dos custos de fabricação, bem como a modernização das usinas. A mecanização intensiva e a modernização do parque industrial não foram acompanhadas pela produção de matéria-prima pelas usinas e fornecedores, o que acarretou um colapso econômico na região, a partir do final da década de 1970, como pode ser visto na Tabela 2, cujos dados indicam mudanças no cenário da constituição de unidades agrícolas e, consequentemente, no sistema de apropriação de renda entre agentes do setor na Região Açucareira de Campos. Acentuou-se, principalmente, o declínio de grandes propriedades (entre 5.000 a 100.000 hectares), e o número de estabelecimentos com menos de 50 ha foi aumentando ao longo dos anos.

Tabela 2. Índices comparativos da distribuição fundiária em Campos (1960 – 1985) – Grupo de área total

	1960		1970		1975		1980		1985	
Grupos de área (ha)	Nº E	A T (ha)	Nº E	A T (ha)	Nº E	A T (ha)	Nº E	A T (ha)	Nº E	A T (ha)
Menos de 1	45	15	1.121	576	1.025	510	1.505	541	2.697	895
1 a menos de 2	481	481	769	1.060	739	1.030	946	1.271	1.183	1.600
2 a menos de 5	1.935	7.724	2.390	8.512	1.804	6.378	1.953	6.689	2.330	7.967
5 a menos de 10	1.465	13.183	1.517	12.310	1.344	10.891	1.162	9.138	1.487	11.654
10 a menos de 20	1.288	20.686	1.454	21.977	1.394	21.174	1.087	16.404	1.252	18.747
20 a menos de 50	1.056	34.576	1.219	39.958	1.322	43.241	964	31.052	1.152	37.420
50 a menos de 100	452	32.771	551	39.458	594	42.535	474	33.811	526	38.311
100 a menos de 200	236	34.077	298	41.965	344	48.650	267	38.307	785	39.862
200 a menos de 500	162	51.578	192	60.244	240	76.110	223	71.483	199	62.759
500 a menos de 1.000	69	50.167	69	48.438	81	58.109	72	47.468	78	52.345
1.000 a menos de 2.000	26	34.631	31	42.662	41	54.798	37	51.026	41	54.098
2.000 a menos de 5.000	--	--	16	50.167	15	41.566	7	21.397	12	38.394
5.000 a menos de 10.000	2	12.842	6	40.709	3	22.550	--	--	--	--
10.000 a menos de 100.000	--	--	1	10.648	--	--	--	--	--	--
Total	**7.218**	**284.290**	**9.634**	**418.684**	**8.946**	**427.542**	**8.697**	**328.587**	**11.742**	**364.052**

Legenda: Nº E – Número de Estabelecimentos; AT – Área Total (ha); (n/i) – Não informado
Fonte: Censos Agropecuários de 1960; 1970; 1975; 1980; 1985. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2015.

Segundo pesquisa de Neves (1997), no período de 1960/1974 existiam em Campos 23 usinas. Já no período seguinte, 1975/1995, sete foram fechadas, o que caracteriza a perda de expressão econômica da produção sucroalcooleira na região e em todo norte do estado do Rio de Janeiro e, consequentemente, redução no número de trabalhadores envolvidos na cadeia de produção açucareira. Esse processo de falência afetou diretamente os que estavam dedicados ao corte de cana-de-açúcar.

Mão de obra na lavoura canavieira e princípios de filiação

Os dados sistematizados pelos Censos Agrícolas do IBGE nos mostram características da população rural campista, embora não por tipo de lavoura. Conforme a Tabela 3, o número de trabalhadores rurais empregados em atividades permanentes cresceu ao longo de 1960-1985, tendo grande aumento no ano de 1975, com 8.324 pessoas empregadas. Nos anos seguintes, os números voltaram ao patamar anterior, cerca de 7.000 empregados, sendo as mulheres sempre minoritárias.

Quanto ao trabalho temporário, o número cai a cada ano, com exceção de 1975, quando, após se reduzir por dois períodos registrados pelo IBGE (1960/1970), tem um aumento, chegando a 6.819 trabalhadores. É importante frisar que é neste mesmo ano que o número de trabalhadores permanentes cresceu, como destacado no parágrafo anterior.

Tabela 3. Pessoal ocupado, distribuído por sexo e categoria

Ano	Empregados									
	Em trabalho permanente					Em trabalho temporário				
	Homens		Mulheres		Total	Homens		Mulheres		Total
	Total	Maiores de 14 anos	Total	Maiores de 14 anos		Total	Maiores de 14 anos	Total	Maiores de 14 anos	
1960	4.598	4.544	312	193	4.910	8.262	7.872	525	412	8.787
1970	7.439	7.816	283	197	7.722	5.280	5.238	94	90	5.374
1975	8.052	7.979	299	245	8.324	6.561	6.528	258	257	6.819
1980	7.031	6.635	1.004	842	7.873	5.565	5.414	426	408	5.991
1985	7.216	7.132	324	318	7.540	3.796	3.763	160	159	3.956

Fonte: Censos Agropecuários. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados obtidos em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2016.

Os trabalhadores ligados ao corte de cana são identificados por termos indicativos da diferenciação de vínculos, de uso generalizado na região sucroalcooleira de Campos. Eram reconhecidos como *trabalhadores efetivos* aqueles contratados antes do ano de 1966, com estabilidade nas usinas, e como *contratados* aqueles que constituíram relações empregatícias depois de 1966.[6] Estes, por sua vez, se distinguiam em *trabalhadores de contrato direto* e de *contrato cortado.* A primeira categoria abarcava aqueles contratados durante todo o período de safra; a segunda, os temporários (NEVES, 1989). Dentre estes, há aqueles que não tinham vínculos empregatícios com os usineiros: eram aliciados por empreiteiros, que organizavam *turmas* de trabalhadores nos períodos de safras.

Em pesquisa realizada no início da década de 1980, Grzybowski et al. afirmam que os trabalhadores de Campos podiam ser assim tipificados:

> a) Fichados/Efetivos: trabalhadores com contrato assinado sem tempo determinado, com direito à estabilidade e garantia [aos que ingressaram antes de 1966], do ponto de vista legal, de todos os "direitos" de trabalhador rural. Recebem o salário mínimo com base na diária de 8 horas, "chova ou faça sol";
>
> b) Clandestinos: trabalhadores sem contrato de trabalho formalizado. Não tem trabalho garantido e não tem respaldo jurídico. A remuneração é estabelecida tendo por base a produção (a tonelagem ou a metragem no corte), de 8 horas (na preparação da terra e plantio). "Ganham variado" e quando "acham serviço";
>
> c) Contratados/Contratistas: trabalhadores com carteira assinada por tempo determinado (um ou mais meses, normalmente na moagem), têm garantia de trabalho e, juridicamente, tem os "direitos" durante a vigência do contrato. Para os trabalhadores conta, sobretudo, o "direito ao INPS". Têm uma remuneração calculada à base de diária de produção ou tarefa. (GRZYBOWSKI et al., 1981, p. 106).

Alguns destes trabalhadores, em especial os mais antigos e, portanto, fichados/efetivos, residiam nas propriedades das usinas com toda sua famí-

6 Em 1966 foi extinta a estabilidade no emprego, tanto urbano como rural, e foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS (RIBEIRO, 1987, p. 247).

lia. Em uma dessas usinas, que esteve em atividade até meados da década de 1990, por exemplo, o usineiro permitia aos *fichados* e a seus familiares a permanência nas casas de alvenaria com cerca de seis cômodos em média. Em torno delas havia o *terreiro*, porém não era permitida criação de animais e muito menos lavouras para subsistência, pois a plantação de cana tomava quase toda a terra disponível. Para aqueles que desejavam criar algum tipo de animal, como boi, só era permitido em número reduzido e dividindo a cocheira com o gado da fazenda (CRUZ, 2014).

A consolidação do vínculo empregatício era reafirmada pela moradia no interior das fazendas, posição que intensificava a subordinação aos usineiros e fazendeiros:

> Como relação baseada em regras consensuais que definiam a subordinação pessoal dos trabalhadores ao proprietário e respeito por parte deste aos direitos consensuais daqueles, a moradia mostrava-se muitas vezes vulnerável a desentendimentos não só por parte do chefe da família como também de todos os demais membros. Dessa forma, era comum a ruptura da relação por desrespeito a determinados padrões morais e excesso de autoridade do *fazendeiro*: brigar ou defender o filho do *morador*, deixar que animais violassem as lavouras sem a devida reparação; dificultar o uso do tempo para a dedicação aos cultivos de subsistência; suspender a concessão para a criação de alguns animais etc. Os desenvolvimentos frequentes acenavam para a inviabilidade da relação por estar ela pautada por relações de acordos pessoais. Só se sustentava se as partes estivessem acordadas. (NEVES, 2008, p. 145-146).

Neves (1989), analisando as relações de trabalho nesse sistema durante os anos 1970, destaca as interferências do ELC sobre a autoridade do usineiro, em razão das iniciativas de alguns trabalhadores quando indenizados. Muitos deles começaram a construir casas em áreas externas às das fazendas:

> A mobilidade espacial e residencial de boa parte dos trabalhadores está ligada a um processo mais amplo, decorrente inclusive das mudanças ocorridas nas relações de trabalho a partir da extensão da legislação trabalhista a essa categoria. As interrupções do contrato, a ruptura com padrões anteriores de

> relações, geralmente mais personalizadas, e o acesso a um fundo de reserva financeira (constituído pelo pagamento do décimo terceiro salário, pelo PIS e pelo Fundo de Garantia) permitiram ao trabalhador construir determinados espaços sociais em que sua autonomia relativa pôde ser preservada. A magnitude desse processo é expressa, por exemplo, pela formação de povoados em torno das fazendas da usina. (NEVES, 1989, p. 49).

A formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

Em Campos, havia associações que unificavam os trabalhadores rurais e os patrões, sob o argumento de que havia harmonia entre estas duas classes antagônicas. A expressão desta mediação foi a União dos Lavradores, criada em 1920, e que passou a se chamar União Agrícola de Campos em 1923. Em 1922, com maior destaque de atuação, foi fundado o Sindicato Agrícola de Campos, que reunia os produtores. Sobre o propósito de criação destas instituições, Neves (1997) afirma que:

> Seus fundadores legitimavam tais posturas em ideias então valorizadas pelas associações profissionais a respeito do associativismo e corporativismo, das tentativas de "harmonizar interesses de classes" e de integração da atividade agrícola aos conhecimentos técnicos fundados em "princípios científicos". (NEVES, 1997, p. 77).

O processo de formação do Sindicato de Trabalhadores Rurais foi singular. Em 1933 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas em Campos, que reunia os trabalhadores de usina (do setor rural e do industrial) e os empregados de fazendas. Este sindicato foi fundado pelo advogado socialista Valdir Rocha e pela liderança dos trabalhadores rurais, Antônio João de Faria. Entretanto, o patronato rural de Campos não concordava com isso e passou a perseguir os que se organizassem em torno do sindicato, ocasionando divergências internas que o enfraqueceram e provocaram a separação entre trabalhadores industriários e trabalhadores agrícolas em 1937. Nesse mesmo ano, foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar do

Município de Campos (Stiac), que passou a atender somente os industriários (SOARES, 2015).[7]

Como forma de representar os trabalhadores rurais de fazenda e garantir seus direitos previstos no ELC, foi fundado em 1938 o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos, por Antonio João de Faria, que participara da criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas. O novo sindicato foi regularizado com base no Decreto-Lei Nº 7.038, de novembro de 1944,[8] sob o nome de Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (NEVES, 1988). Em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, passou a se chamar Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (NEVES, 1988). De acordo com Neves, "esta conquista foi obtida após intensa e sistemática luta por parte de sua diretoria, através de ofícios reivindicando apoio do governo federal, de reiteração de processos de solicitação de reconhecimento" (NEVES, 1988, p. 272).

Com a estratégia patronal de não reconhecer os direitos dos trabalhadores agrícolas,[9] mas somente os dos trabalhadores na indústria, a existência de dois sindicatos foi alvo de muita disputa política pela base sindical. Antes de ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos não recebia imposto sindical e dependia de mensalidades dos trabalhadores associados. Além disso, muitas de suas ações na justiça eram vetadas, por não ser legalizado:

7 Nos anos 1940 e 1950, Campos contava com cerca 40 mil trabalhadores de usina (GOMES, 2000, p. 83 apud SOARES, 2015, p. 54).

8 O Decreto-Lei Nº 7.038/44, que dispunha sobre a sindicalização rural, definia em seu artigo 5º que "os sindicatos rurais deverão atender aos seguintes requisitos: a) reunião de um número de associados que assegure possibilidade de vida e organização da entidade; b) duração não excedente de três anos para o mandato da diretoria; c) exercício do cargo de presidente por brasileiro nato, e dos demais cargos de administração e representação por brasileiros". Pelo artigo. 6º, o pedido de reconhecimento deveria ser dirigido ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, instruído com exemplar ou cópia autenticada dos estatutos da entidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7038.htm>. Acesso em: 28 nov. 2015.

9 Até 1963 não havia legislação que protegesse os trabalhadores do campo e que regulamentasse especificamente a criação de sindicatos de trabalhadores rurais. Os poucos sindicatos criados com amparo na Lei Nº 7.038/44 tiveram dificuldades de reconhecimento.

> Mesmo registrando as alegações do advogado do sindicato de que o processo de reconhecimento do sindicato já tramitava no Ministério do Trabalho só aguardando o aval do titular da pasta ministerial, a JCJ [Junta de Conciliação e Julgamento] de Campos dos Goytacazes decide não reconhecer a procedência do dissídio movido pelo sindicato. (SOARES, 2015, p. 50).

Contudo, mesmo sem esse reconhecimento, a adesão dos trabalhadores não foi prejudicada. A partir de uma pesquisa nos arquivos do sindicato entre os anos de 1943 e 1949, Soares afirma que o acervo documental "sinalizava o número de 1.030 queixas, acordos e processos jurídicos de trabalhadores rurais de fazendas de usinas que procuraram o sindicato para a resolução de suas demandas" (SOARES, 2015, p. 48).

De acordo com Neves:

> Ainda sem reconhecimento, os dirigentes desse sindicato se colocavam em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, negando a diferenciação entre rurais e urbanos que os marginalizava. Diante dessa situação, posicionavam-se como mediadores nas contendas, tentando alcançar consensos e acordos entre trabalhadores e empregadores. (NEVES, 1988, p. 272).

No que tange às categorias que se associavam ao sindicato, Soares (2015, p. 48) afirma que "o proletariado rural representado pela entidade sindical era formado por assalariados rurais, mas também por uma categoria de colonos que tentava resistir ao processo de extinção que vinha sendo promovido".[10]

Em complemento, Neves demonstra que os dirigentes sindicais se respaldaram no ELC para reivindicar o acesso a uma área de terra para cultivo de lavouras de subsistência e criação de animais de pequeno porte, assim como assistência médica e social para trabalhadores contratados há mais de um ano. Quanto aos colonos,[11]

10 Segundo o jornal *Voz Operária* de 06/06/1953, citado por Soares (2015, p. 54), "o sindicato em 1953, contava com 2 mil associados, e apoia-se em vários conselhos de empresas eleitos em assembleias dos sindicatos. Essa organização e unidade vem sendo obtidas através de um trabalho persistente em torno de uma série de reivindicações, tais como aumento de salários, férias, carteira profissional, assistência social, etc.".

11 O colonato era uma modalidade de parceria agrícola em que o proprietário participava com a cessão das terras, das mudas (toletes de cana), dos instrumentos agrícolas para o pre-

> [...] encaminhavam as reclamações juridicamente, valendo-se da intermediação do Departamento Estadual de Trabalho e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Pecuários de Campos. As primeiras iniciativas para acionamento de um mediador para a solução das discordâncias em torno do valor das benfeitorias a serem indenizadas recaíam sobre o presidente do sindicato. Ele próprio visitava a lavoura e apresentava uma proposta ou invocava a interveniência de proprietários rurais co-residentes. (NEVES, 1988, p. 222).

Diante do cenário de transformações das condições de trabalho e acirramento de conflitos com os usineiros e fazendeiros, de acordo com Neves, a luta do sindicato se dava em torno da atualização dos dispositivos legais:

> [...] direitos para os trabalhadores rurais decorridos de acidentes de trabalho (Decreto Nº 24.637/34); direitos referentes à Consolidação das Leis Trabalhistas, como direito ao salário mínimo (art. 76), férias remuneradas (art. 129), aviso-prévio (art. 487) e normas genéricas sobre o contrato de trabalho (arts. 42 até 467), com destaque à jornada de trabalho de 8 horas. [...] direito à indenização em caso de dispensa injusta (Constituição de 1946); direito ao repouso remunerado (Lei Nº 605/49). (NEVES, 1988, p. 272).

A autora afirma ainda que:

> A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. [...] Ela operava como recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo patrão e para explicitar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta, que justamente implicavam certa reciprocidade. (NEVES, 1988, p. 266).

paro do solo e com a obrigação de realizar o transporte da cana até as balanças da usina. Ao colono cabia o trabalho de preparação do solo, de plantio, de limpas, de corte e embarque de cana (NEVES, 1997, p 55). Ainda de acordo com a autora, o regime de colonato era uma "forma de imobilização da força de trabalho": eles residiam nas fazendas, porém não eram mantidos vínculos empregatícios com os patrões (NEVES, 2008, p. 137).

Diante disto, Neves (1988) assinala que tanto os dirigentes do Stiac quanto os do Sindicato dos Empregados Rurais se valeram destes instrumentos legais como tentativa de igualar as condições de trabalho de todos os trabalhadores da agroindústria canavieira. Além disto, a autora demonstra uma parceria e unificação dos sindicatos contra os empregadores, já que a prática sindical destes ainda se referenciava à prática política do sindicato unificado, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar e Classes Anexas. Segundo a autora:

> Desenvolviam ações paralelas e complementares e se orientavam pela reivindicação de uma legislação que equiparasse os seus representados aos industriários. Privilegiavam a atenção aos trabalhadores (rurais) de usina, que tiveram primeiramente regulamentados os direitos definidos pelo Decreto-Lei 6.969, embora insistissem junto ao IAA para que adotasse idêntico procedimento em relação aos trabalhadores de fazenda. Na prática, tentavam impor e convencer os plantadores da imediata aplicação daqueles dispositivos, ainda que o IAA não tivesse regulamentado os contratos-tipo referentes aos trabalhadores de fazenda. (NEVES, 1988, p. 274).

Contudo, mesmo com esta parceria, havia disputa pelos trabalhadores. De acordo com Neves (1989), a separação dos sindicatos gerou conflitos, visto que o parecer da Comissão de Enquadramento Sindical considerava a atividade agrícola como subsidiária da indústria. Soares (2015) destaca as divergências de caráter ideológico entre os dirigentes sindicais, uma vez que o Stiac era dirigido, desde sua fundação, por militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), e o Sindicato dos Empregados Rurais, presidido por Antônio Faria, discordava do posicionamento dos comunistas.

Nos anos de 1930, havia um grande interesse do PCB em organizar os trabalhadores da usina e criar quadros para o partido. Nesta época foi formada uma célula comunista na Usina Mineiros e existia a Juventude Comunista de Campos, que contava a atuação do médico Adão Pereira Nunes, posteriormente importante figura na política campista. O PCB foi posto na ilegalidade em 1937, retomando sua organização em 1945. De acordo com Soares (2015), já nesse ano os comunistas voltaram a atuar em Campos

retomando seu trabalho de base nas usinas Queimados, Mineiros, São José e Cupim. Segundo o autor,

> A ação do PCB em seus primeiros tempos em Campos dos Goytacazes esteve voltada para a consolidação de uma estrutura comunista que perpassasse o Norte e Noroeste do Rio de Janeiro, garantindo a formação doutrinária de novos quadros assim como a articulação com as representações proletárias do interior fluminense. (SOARES, 2015, p. 52).

Entre os anos de 1950 e 1964, foi intensa a luta dos trabalhadores rurais liderados, em grande parte, pelo PCB. Segundo Soares, foram registradas 15 usinas e quatro fazendas com greves dos trabalhadores da agroindústria canavieira no período:

> A ocorrência pontual de greves e paralisações em usinas e fazendas campistas no decorrer dos anos de 1950 até 1960 está, em sua maior parte, atrelada à aplicação de direitos trabalhistas aos operários industriais e rurais o que revela que a criação de uma jurisprudência, iniciada na era Vargas, desse segmento laboral não foi suficiente para garantir a sua efetivação. (SOARES, 2015, p. 57).

Neves (1989) traz informações sobre o funcionamento do Stiac, suas principais reivindicações e problemas enfrentados pelos trabalhadores associados, entre os anos de 1960 e 1982. De acordo com a autora, no período de 1960 até 1964,

> A direção sindical tentava correlacionar o aumento dos salários ao índice e aos momentos em que o preço do açúcar era majorado. [...] A direção sindical valia-se assim da própria ação dos usineiros, ao tentar ampliar o valor de sua produção, e de sua posição de poder frente ao IAA ou outras instâncias estatais, para reivindicar o aumento do preço do açúcar e, por conseguinte, a melhoria salarial. (NEVES, 1989, p. 22).

A pesquisadora apresenta as formas de atuação para pressionar os usineiros a cumprirem a legislação: "[...] pelo encaminhamento de processos individualizados sobre irregularidades nos contratos de trabalho e

pelas tentativas de obtenção de apoio do Ministério do Trabalho no sentido de cumprir sua ação fiscalizadora" (NEVES, 1989, p. 24). Outro ponto importante foi a pressão que o sindicato fazia para que fossem avaliadas as dependências das usinas. Esta pressão gerou, por meio de acordos intersindicais, um aumento do número de delegados sindicais para cinco em cada usina. Estes delegados se tornaram importantes no processo de maior mobilização dos trabalhadores:

> As prerrogativas que tal função conferia em termos de estabilidade no período de gestão e as possibilidades de ação e de constituição de canais mais operativos de comunicação permitiam ao sindicato uma relação mais próxima com os trabalhadores. (NEVES, 1989, p. 24).

Para além deste aumento de número de delegados e de facilidade na comunicação, a autora destaca o papel dos panfletos que convocavam os trabalhadores para assembleias, visto que "davam conta das ações que vinham se desenvolvendo e das oposições enfrentadas para encaminhamento das reivindicações e que esclareciam o conteúdo das novas leis que iam se incorporando à legislação trabalhista (por exemplo, o salário--família)" (NEVES, 1989, p. 25). Outra reivindicação trabalhista tratada pelo sindicato era a composição do fundo de assistência social para os trabalhadores a partir da contribuição fixa por preço de açúcar fabricado.[12] Além disso, havia a luta por "critérios de distribuição desses recursos pela usina, já que a ela cabe aplicá-lo em assistência médica, educação e saneamento" (NEVES, 1989, p. 23). De acordo com Neves (1989), existia uma proposta do Stiac de criar uma comissão paritária para estudar a destinação das verbas do IAA. Contudo, o golpe militar de 1964 impediu que esta proposta fosse adiante.

Soares afirma que o rompimento nas relações entre o Stiac e o STRC se deu por desentendimentos entre as direções das entidades sindicais no início dos anos de 1960. Relata ainda que Antônio Faria se posicionou contra uma greve organizada pelo Stiac em 1964, logo após a intervenção no

12 Segundo Neves, "a reclamação do sindicato se dava no fato de que a contribuição fixa levava a uma continua defasagem entre o preço do saco de açúcar e o valor arrecado para a composição dos recursos a serem redistribuídos" (NEVES, 1989, p. 23)

sindicato. Em entrevista, Faria conta que apareceu na greve junto com o Inspetor de Trabalho para acabar com ela.[13] Faria alega o caráter autoritário dos comunistas e dizia adotar uma prática socialista:

> Antigamente havia um movimento comunista que queria tomar o poder à força sem federação, porque eu pregava o socialismo, e não o comunismo. [...] Estudava bem o socialismo e aplicava o método [do] socialismo e não aceitava o comunismo. [...] Porque [n]o comunismo as células-base é que impunham a liberdade do cidadão. Em face disso, eu fiquei com o socialismo, que dá liberdade ampla e olha a luta do combate do homem pelo homem, e eu, estudando isso, eu cheguei à conclusão de que resolvido o problema pelo socialismo e não ao comunismo. (Antônio Faria, entrevista concedida a Ana Maria Motta Ribeiro em 1982, NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Em 1964 o Stiac sofreu intervenção governamental, e todos os dirigentes comunistas foram afastados. Isto prejudicou o enfrentamento direto com os usineiros. Neves afirma que ele passou a adotar um modelo de atuação relativamente comum à maior parte dos sindicatos no Brasil, com "expansão dos programas de assistência social e encaminhamento basicamente individual dos processos à justiça do trabalho, assim como reivindicando a aplicação da legislação trabalhista vigente" (NEVES, 1989, p. 51). Como aponta a autora: "Manteve certa continuidade a nível de sua direção, controlada por uma facção hegemônica, que não enfrentava rivalidades mais acentuadas". (NEVES, 1989, p. 51).

Ainda de acordo com Neves, os dirigentes que assumiram no período de intervenção, com uma postura mais conciliadora e assistencialista, passaram a obter apoio mais expressivo do governo federal. Com isto e com recursos do IAA, foram criadas duas escolas de 1º e 2º graus para os filhos dos associados.

A intervenção durou 16 anos, até 1980. A eleição para a direção pós-intervenção teve três chapas, sendo duas formadas pela divisão da diretoria in-

13 Na entrevista utilizada por Soares (2015), Faria relata o momento em que apareceu com o inspetor do trabalho: "Eu fui porque eu vi que eles estavam errados, então eu quis normatizar a situação. [...] não fiquei ao lado dos comunistas que procura fundir leis, agentes deles... que antigamente a orientação comunista não concordavam com, porque eles achavam que deviam tomar o poder no peito" (FARIA, 1982, p. 5, apud SOARES, 2015, p. 62).

terventora e uma terceira (Chapa 3) "identificada como herdeira das propostas e atuações dos dirigentes sindicais afastados pelo golpe político de 1964" (NEVES, 1989, p. 53). A chapa 2 saiu vencedora e assumiu a diretoria, mas "obteve inexpressiva maioria de votos, considerada ilegal e ilegítima segundo as demais chapas concorrentes" (NEVES, 1989, p. 55). A presença do medo e da repressão durante o período da ditadura ainda era forte no ano de eleição. De acordo com Neves, a Chapa 3 era a que contava com o menor apoio dos trabalhadores, porque os que viveram o período do sindicato no pré-golpe estavam relativamente ausentes, afastados pela repressão ou pela aposentadoria. Muitos trabalhadores sindicalizados naquele momento de eleição eram jovens, já que a usina se valia de "mecanismos que propiciaram alta rotatividade da força de trabalho" (NEVES, 1989, p. 54). Conforme a autora,

> A maior parte dos trabalhadores jovens desconhece ou tem referências negativas àquele período, por associá-lo aos riscos de repressão. A internalização do medo pela direção sindical anterior como forma de legitimar suas ações, levava a que os trabalhadores se retraíssem frente não propriamente às propostas da Chapa 3, mas às imagens que sobre seus líderes eram construídas. (NEVES, 1989, p. 61).

Apesar de o estudo de Neves não tratar da repressão, ele nos fornece pistas para entender o processo de atuação sindical no período ditatorial.

Por fim, vale ressaltar também que houve benefícios para os trabalhadores de usina durante a ditadura, período em que "não só foi promulgada a maior parte das leis que visam reconhecer o trabalhador rural e definir suas formas de participação nos benefícios sociais, como também se atualizou o enquadramento dos trabalhadores rurais enquanto industriários" (NEVES, 1989, p. 63).

O cenário de fortalecimento da luta camponesa pelo direito à terra e pelos direitos trabalhistas, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, foi marcado também pela pressão pelo direito à sindicalização, de forma que os sindicatos se tornassem um espaço de inserção dos trabalhadores no contexto político nacional de forma imediata. À medida que foi se construindo uma identidade coletiva entre os trabalhadores, intensificou-se a luta por direitos, auxiliando o rompimento do isolamento político destes trabalhadores e a construção de um espaço de representação.

No campo da legislação, em 1962 foi regulamentada a sindicalização rural, acarretando um aumento de sindicatos de trabalhadores rurais por todo o território brasileiro, além de possibilitar o reconhecimento de diversas federações sindicais, entre as quais, no ano de 1963, a antiga Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), que passou a se denominar Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e teve protagonismo de luta por direitos dos camponeses. Em 1963 foi promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), estendendo os direitos trabalhistas ao campo.

Segundo Barcellos (2008),

> Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação da Contag e da ampla rede de sindicatos que a compõem foram amplamente desfavoráveis a uma ação sindical de contestação e crítica. O projeto político-sindical que então se forjava já trazia algumas heranças do período anterior. A mais importante foi a defesa da Reforma Agrária como bandeira de luta unificadora das reivindicações do conjunto de segmentos subordinados do meio rural. (BARCELLOS, 2008, p. 9).

No período ditatorial houve também uma intensificação da repressão estatal. Sindicatos sofreram intervenções; lideranças foram perseguidas, aprisionadas e executadas, seja pelo Exército, seja pelas polícias do Estado ou mesmo por fazendeiros e usineiros. Até mesmo Antonio Faria, que divergia dos comunistas, respondeu a um Inquérito Policial Militar (IPM) em 1963 e foi processado pelo Centro de Informações da Marinha (Cenimar) no início da década de 1970 (FERREIRA, 2015). As pautas e conquistas camponesas retrocederam: houve devoluções de terras já desapropriadas no período anterior a seus supostos donos e uma maior dificuldade dos trabalhadores em obter direitos trabalhistas, seja pelo medo ou pelo fechamento de sindicatos.

Contudo, o aparelho repressivo do Estado ditatorial respaldado pelas leis e decretos contou com o apoio e a ajuda de uma prática repressiva particular e perversa contra os camponeses que moravam nas fazendas e contra os trabalhadores rurais das usinas: a ação de milícias e jagunços contratados pelos fazendeiros. Elas não só reprimiram suas ações e reivindicações, como também estabeleceram o medo e o silêncio.

A legislação criada em 1963 não tinha o menor significado se os trabalhadores não a colocassem para funcionar. Segundo Neves (1997),

> A legislação trabalhista vigente e os direitos correspondentes apresentavam-se como instrumento legítimo para avaliar e definir as relações de trabalho. Permitiam controlar as proposições dos patrões de imporem aos trabalhadores um novo padrão de relações. Operavam como recurso para denunciar a ilegitimidade dos mecanismos acionados pelo patrão e para explicitar a consciência da ruptura das relações e das pautas de conduta. (NEVES, 1997, p. 163).

O ETR se tornou o respaldo legal para que os trabalhadores reivindicassem seus direitos, como aviso prévio, descanso semanal, férias remuneradas, carteira profissional, jornada de trabalho limitada a oito horas, autorização para sindicalização, entre outros. Entretanto, mesmo com os direitos garantidos por lei, ainda havia faltava de respeito pelos patrões.

Ribeiro (1987) apresenta a importância dos sindicatos de trabalhadores rurais como maneira de conscientização dos direitos e possibilidade de criação de leis trabalhistas que antes inexistiam para a categoria.

> Ao pedir a aplicação da lei não significa que se desconsidere as contradições e ambiguidades de uma norma eivada pelos interesses burgueses, mas sugere várias coisas. Entre elas, o fato de que o sindicalismo rural ao reivindicar o cumprimento da lei, que sabidamente é descumprida no âmbito das relações de trabalho no campo, ele constrói igualmente novas leis que também passa a reivindicar, assim corno "reinterpreta" outras existentes, a seu favor. A luta legal é altamente pedagógica até mesmo no sentido de uma conscientização maior sobre o conteúdo ideológico-marginalizador do trabalhador, contido dentro das próprias leis. E é pedagógico ainda simplesmente ao informar o conteúdo das leis que por desconhecimento não são utilizadas como arma de defesa contra o patrão que sabe manipular seu código de autoridade particular encobrindo-o de uma suposta universalidade. (RIBEIRO, 1987, p. 31).

O tópico a seguir ilustrará melhor alguns casos relacionados à luta pelos direitos.[14]

14 O tema das lutas por direitos em Campos é também abordado no capítulo escrito por Marilda Iamamoto e Ana Costa, constante do presente volume.

Os trabalhadores rurais e a luta por direitos

Como já mencionamos, havia uma disputa pela representação dos trabalhadores rurais entre os dois sindicatos em Campos, em especial relacionada ao recebimento da contribuição sindical. Por duas vezes, o Stiac reclamou legalmente a exclusividade desse direito. Uma em 1965, quando houve perda de causa, e dez anos depois, quando houve ganho parcial, em uma decisão que determinava a divisão do valor arrecadado entre os dois sindicatos. Nesses dois momentos, os dirigentes do Stiac recorreram à Súmula 196 da Justiça do Trabalho: "Ainda que exerça atividade rural, o empregado da empresa industrial ou comercial é classificado de acordo com a categoria do empregador" (RIBEIRO, 1987, p. 103 e p. 108-109). Este mesmo argumento também fora utilizado nos processos trabalhistas, em que os advogados representantes legais dos fazendeiros/usineiros utilizavam esse mesmo instrumento legal como forma de deslegitimar a representatividade do STRC junto aos trabalhadores rurais.

No que se refere à relação dos trabalhadores rurais com seus próprios direitos, enquanto categoria, tomamos como base entrevistas feitas no início dos anos 1980 por pesquisadores do projeto *Trabalho rural e profissionalização: análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ*.[15] É importante frisar que o objetivo central dos pesquisadores por ela responsáveis não era, na ocasião da coleta de dados, compreender o mundo do trabalho pela ótica da legalidade, mas sim das alternativas educacionais voltadas para trabalhadores rurais. Por outro lado, são falas produzidas num contexto de intensa exploração da força de trabalho. Foi motivo de preocupação entender que essas narrativas são datadas e, principalmente, relacionadas a outras questões. Por este motivo, muito não foi dito, ou eram não dizíveis, como aponta Pollack (1989):

15 As entrevistas estão disponíveis no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ. Encontramos 23 entrevistas com trabalhadores rurais; uma com assessor jurídico; uma com assessor de formação e educação; cinco com lideranças e dirigentes sindicais. Utilizamos ainda outras entrevistas, com antigos advogados da Fetag/RJ e que também atuavam no STRC, feitas em 2014 e 2015 por Ana Maria de Almeida Costa, Leonilde Servolo de Medeiros e Mariana Trotta Delalanna Quintans, no âmbito da pesquisa *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

> A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLACK, 1989, p. 6).

Os diversos tipos de apropriação feitos pelos entrevistados, em relação ao que caracterizam como ter direitos, não estavam, de certa forma, relacionados diretamente com o significado próprio da atuação do Poder Judiciário e aplicação da legislação. Muito do que era dito por eles ultrapassava questões legais. Um trabalhador agrícola, ao ser indagado pelo entrevistador sobre qual era o seu entendimento sobre a figura do patrão, respondeu: "Patrão é aquele que dá os direitos" (canavieiro). Esta fala vem de encontro a outras que enfatizam a figura do patrão e/ou usineiro como a detentora de seus direitos, uma vez que, para obtê-los, era necessário passar pelo crivo dos detentores do poder, no caso, os patrões/usineiros. Essa visão pode estar centrada, também, não só nesta figura de dominação, mas também na própria atuação do STRC, como enfatiza uma advogada que atuou no local. Segundo seu relato, o sindicato, com relação às questões trabalhistas, sempre foi "muito fraco", por não ter havido, no estado Rio de Janeiro, lutas emblemáticas como em Pernambuco (Ex-advogada do STRC, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta Delalanna Quintans, em 2015).

Por outro lado, os direitos reconhecidos por leis eram de conhecimento desses trabalhadores, principalmente daqueles que eram associados ao STRC ou que, mesmo não sendo associados, tinham convívio com trabalhadores que, de certa forma, participavam do dia a dia do sindicato ou que já haviam colocado algum tipo de questão na justiça. Um outro trabalhador rural exemplifica o que era, para ele, ter direito. Na sua fala, evidencia que o direito estava fundamentalmente centrado em ter a carteira profissional assinada, pois, por sua concepção, é a forma de poder reivindicar.

> Direito é, por exemplo: [se] a gente trabalhar como clandestino com a empreiteira, se a gente se machucar não ganha o acidente [não recebe nenhum tipo de indenização]. Agora, a gente trabalhando com direito, a gente tem direito médico se adoecer e as crianças também. No fim do ano tem também direito ao 13º [salário], férias e o fundo de garantia [FGTS] se a gente

> sair [ser demitido]. O clandestino não tem direito a nada disso. (Trabalhador agrícola, entrevista concedida à pesquisa *Trabalho rural e profissionalização.* Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

Diversas violações estavam presentes na relação usineiro-patrão/trabalhador rural. Pelo levantamento que realizamos no acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ, conseguimos evidenciar as seguintes reclamações: atraso salarial; atividade profissional não registrada em carteira de trabalho; rescisão de contrato ou não cumprimento pleno do contrato de trabalho; não pagamento de hora extra; precariedade das condições de locomoção para as fazendas das usinas.

Em entrevista, uma outra trabalhadora explica por que nunca entrou na justiça para reclamar seus direitos e comenta duas violações recorrentes de direitos sofridas pelos cortadores de cana. De acordo com o relato:

> Eu nunca joguei na justiça. Mas eu digo que não tenho medo de botar o meu direito na justiça e eles não me darem serviço. Não tenho medo porque não é só aqui que tem serviço. Eu morando aqui com todos os direitos de contratada, esse ano não trabalhei um mês dentro da usina, trabalhei em cana de fornecedor por fora, em lugar que nunca fomos. Tem dias que nós chegamos aqui 9 horas da noite porque o caminhão sabe a hora de apanhar na porta, mas na hora de apanhar na roça eles não sabem, temos que esperar a boa vontade. Trabalhamos cortando a cana a metro um mês, na hora que eles viram vantagem que estava para o nosso lado eles cortaram e botaram a peso. Isso ocorreu em 1979. (Trabalhadora agrícola, entrevista concedida à pesquisa *Trabalho rural e profissionalização.* Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ)

Uma das advogadas, que atuou diretamente no STR/Campos, afirma que essas mesmas questões trabalhistas foram as principais reivindicações feitas pelos trabalhadores rurais durante a década de 1980, período em que trabalhou no sindicato. Em seu comentário, afirma que havia, entre os demais profissionais e dirigentes envolvidos com os processos, um sentimento de "se fazer justiça" com as causas ganhas dos trabalhadores rurais. Se-

gundo ela, era comum entre eles a afirmação de que estavam fazendo "uma reforma agrária assalariada", uma vez que, quando havia ganho de causa, o reclamante tinha condições até mesmo de "mudar de vida", uma vez que o dinheiro recebido como indenização era utilizado para compra de terreno e construção de casa, o que acarretava um ganho na autonomia familiar, uma vez que passavam a não mais estarem totalmente dependentes dos usineiros, ao menos com relação à moradia.

Ir à Justiça ou "botar peito" de questões trabalhistas era o centro da atuação do STRC e no próprio trabalho de base feito pelos dirigentes sindicais e advogados. Porém, esta atuação estava intimamente relacionada com o poder local existente até então, que dominava parte dos trabalhadores rurais empregados no corte da cana. Além disso, os fazendeiros e, principalmente, os usineiros tinham uma entrada privilegiada no cenário político, uma vez que participavam em campanhas eleitorais e organizavam, em certa medida, currais eleitorais para seus aliados. Este era um dos principais problemas enfrentados pelo STRC, como relata uma advogada que atuou na Fetag/Rio em entrevista a Mariana Trotta Delalanna Quintans e Ana Maria de Almeida Costa.[16]

Outra grande questão enfrentada era a legitimidade de atuação do STRC, uma vez que muitos trabalhadores do corte da cana, como já apontado anteriormente, estavam ligados ao Stiac. Este conflito não estava apenas centrado em questões internas, mas também chegava até as decisões judiciais. A advogada Maria Angélica Gentile, que atuou junto a Fetag/Rio durante as décadas de 1970-1980, relata um pouco esta situação.

> Então, o que é que acontecia? O pessoal da área da cana, a usina de açúcar, ela era, basicamente, controlada pelo sindicato dos trabalhadores na indústria. Porque ela era classificada como indústria. O sindicato da indústria era na área urbana. Então, o que é que acontece? Imagina se um sindicato da área urbana, que cuida de industriário, ia se preocupar com a situação do trabalhador rural, trabalhando lá dentro da roça de cana? Eles não sabiam nem quem era aquela pessoa. Não sabia nem como era o dia a dia de vida dele. Só que, pelo enquadramento sindical, dado pela

16 A ação dos advogados e advogadas sindicais são analisadas, no presente volume, no capítulo assinado por Mariana Trotta Dellalana Quintans e Ana Claudia Diogo Tavares.

> CLT, você definia o enquadramento sindical de um trabalhador não pela natureza do trabalho que ele executava, mas sim pela classificação que era dada à empresa para a qual ele prestava o serviço dele. Então, se a atividade finalística da empresa fosse uma atividade industriária, não importava o que ele fizesse. Ele poderia fazer costura; ele poderia fazer alimento; ele poderia ser um locutor; ele poderia ser um motorista. A classificação dele ia ser de industriário, porque ele prestava o serviço dele para uma empresa que era uma indústria. Então, os trabalhadores da área da cana – os assalariados –, eles não tinham defesa; representação no sindicato, nenhuma. E, por outro lado, o sindicato dos trabalhadores rurais destas áreas, em que não havia área de conflito pela terra – que eram os verdadeiros representantes deles – não podiam atuar, porque chegava na hora em que eles iam fazer alguma coisa, a primeira coisa que os advogados das usinas faziam é [dizer] "Ele não tem legitimidade para falar em nome desses trabalhadores, porque eles são industriários", e aí morria na praia. Então, aí nós tivemos que quebrar esse paradigma – o que não foi fácil – da gente dizer que "Não. Que esse enquadramento não podia prevalecer. Que eles tinham que ser enquadrados como trabalhadores rurais". Em que pese, prestarem serviços a uma empresa cuja atividade finalística era... essa área, era uma área também que era bandidagem danada. (Maria Angélica Gentile, assessora jurídica da Fetag/RJ nos 1970-1980. Entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A dificuldade de legitimidade enfrentada pelo STRC evidencia e traz à tona os reais problemas vividos pelos trabalhadores do corte da cana dentro do sistema usina. Para melhor compreensão das reivindicações dos assalariados da cana, elaboramos, com base nos arquivos do STR/Campos e Fetag/RJ, o Quadro 1, onde apresentamos as principais queixas trabalhistas feitas ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Quadro 1. Principais reivindicações trabalhistas tratadas pelo STRC (1960-1980)

DÉCADA	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES
1960	Garantia de aluguel; férias e repouso semanal remunerados e feriados; licença médica; não dispensa de mulheres grávidas; melhora das moradias que estavam em péssimas condições mesmo pagando aluguel; cumprimento da Lei Nº 4.090, que instituiu a gratificação natalina ou 13º salário; pagamento de horas extras; diferença salarial; não demissão de menores sem aviso prévio; indenização de benfeitoria aos colonos; descanso em dias santos; juros de mora em relação ao tempo de trabalho; anotações na carteira de trabalho; pagamento de salário retido em dobro; salário mínimo.
1970	Indenização; quitação de diferença salarial; férias; anotações na carteira de trabalho; 13º salário; licença médica; pagamento de salário em dinheiro; salário mínimo; alteração das condições contratuais (quebra de contrato).
1980	Acordo coletivo com o STR; atraso de salário; férias remuneradas, 13º salário; prescrição de salário na aposentadoria; diferenças salariais; anotações na carteira de trabalho; indenização por tempo de serviço; decretação da rescisão indireta do contrato de trabalho; pagamento do aviso prévio; horas extras; indenização por quebra de contrato no período de entressafra; pagamento dos serviços e retificação do tempo de serviço em Carteira Profissional de Trabalho; comprovantes diários das tarefas; jornada de trabalho de no máximo oito horas diárias.

Fica evidente ao analisar o quadro que algumas das reclamações feitas pelos trabalhadores são recorrentes, tais como acesso a férias, pagamento de hora extra e de 13º salário, diferença salarial referente à categoria laboral, quebra de contrato, demissão sem aviso prévio, não registro na carteira profissional. Esta última reivindicação é a mais comum nos processos a que tivemos acesso. Praticamente todos tinham esta queixa, lembrando que o não registro dos trabalhadores acarretaria o não cumprimento de outros direitos, tais como 13º salário, pagamento de horas extras, licença maternidade, entre outros. As outras apareciam de forma corriqueira, não sistemática.

Por outro lado, algumas reivindicações não se repetem. Durante a década de 1960, a grande questão presente nos processos era em torno da moradia dos trabalhadores rurais. Foi o momento em que os usineiros não mais estavam dispostos a manter os trabalhadores fixados em residências localizadas dentro das fazendas e intensificou-se sua expulsão. Outra questão recorrente era a presença, nos processos trabalhistas, de menores de idade reivindicando seus direitos. Quando um dos reclamantes era um menor, em todos os casos que conseguimos coletar, o pai (seu representante legal) também estava entrando com algum tipo de ação contra uma usina ou um fazendeiro. Também era comum, neste período, o não cumprimento

do direito de licença médica e maternidade.

As queixas contra esses descumprimentos tiveram como consequências, em alguns casos, demissões dos trabalhadores sem justa causa e sem aviso prévio. Nessas situações, o reclamante entrava com processo para pedir as indenizações devidas pelo empregador.

Na década de 1970, o que chama atenção é o não pagamento de salário em dinheiro, e sim em *vale*, que o trabalhador só pode utilizar para compras em *barracões* instalados nas fazendas e onde eram vendidos mantimentos, porém com preços abusivos.[17] Nesse sistema, havia dependência e subordinação do trabalhador ao usineiro ou fazendeiro, pois não era possível realizar compras em estabelecimentos localizados em outros locais, como na sede do município, onde, em geral, os preços dos produtos eram menores. Esta prática não era permitida pela legislação trabalhista. A respeito, em entrevista realizada por Ana Maria Motta Ribeiro, Antônio Faria apontava como uma das reivindicações para a primeira mobilização de trabalhadores rurais de que ele participou o fato de não terem liberdade para comprar em outros locais, a não ser no próprio barracão da usina:

> Vai lá e manda organizar uma comissão para ter um entendimento comigo. Quando chegamos no escritório, encontramos ele [usineiro] de cabeça baixa e disse-nos: "Estou envergonhado, não esperava que vocês fizessem isto", e perguntou o que desejávamos. "Nós queremos o pagamento de quinzena e mês e a liberdade de comprarmos onde quiser". Ele respondeu "está entendido", determinou ao seu filho que executasse e pediu que não fizesse mais greve dentro da usina dele, porque ele era getulista e trabalhista e ficava mal com Getúlio, e, qualquer necessidade que houvesse, que formasse uma comissão e viesse a ele. Prosseguimos os entendimentos e nunca houve greve dos trabalhadores rurais na usina. (Antônio Faria, entrevista concedida a Ana Maria Motta Ribeiro em 1982, acessada no NMSPP/CPDA/UFRRJ [18]

17 Apesar da tabela expressar as reivindicações mais recorrentes realizadas pelos trabalhadores, a questão do *vale* já era um fator de reivindicação nos anos anteriores, mas pouco expressiva nos processos trabalhistas encontrados. A retomada desta pauta pode ser entendida como indicador de um retrocesso em termos de direitos.

18 Não temos informações sobre quando ocorreu esta greve.

Por fim, o período entre 1980 e 1988 se diferencia dos demais pelas queixas relacionadas ao não cumprimento da jornada de trabalho, uma vez que o trabalhador estava submetido a um tipo de atividade diária baseada em tarefas, em que ele não poderia prever o tempo que gastaria para cumpri-las. Regra geral, as oito horas de trabalho não eram suficientes para, por exemplo, no corte de cana, cumprir a tarefa estabelecida para aquele dia pelo empreiteiro ou pelo funcionário da fazenda. Desta forma, o trabalhador poderia chegar à exaustão, com até doze horas de trabalho por dia, na maioria das vezes sem receber nenhum tipo de pagamento extra pelo tempo que excedia a jornada legal.

Estas reclamações, cujo desfecho infelizmente não conseguimos acompanhar no Judiciário, são denotativas de como os trabalhadores rurais no corte de cana em Campos tinham seus direitos sistematicamente desrespeitados pelos patrões. A única via de solução, quando não havia diálogo entre as partes, era encaminhar as questões para a Justiça. Porém, o "estar na Justiça" não era garantia de cumprimento da lei, uma vez que, em outro momento, o desrespeito poderia se repetir. Isso pode ser caracterizado pelo fato de um mesmo trabalhador rural, em períodos diferentes, ter que recorrer à justiça para obter direitos que já haviam sido julgados anteriormente.

Considerações finais

Apesar das dificuldades encontradas no decorrer da pesquisa para obter informações, o município de Campos dos Goytacazes é um local central para se entender a luta trabalhista por meio sindical, em especial por seu caráter pioneiro de confronto no campo da legislação com os patrões (usineiros e fazendeiros) antes mesmo de ser legalizada a organização sindical dos trabalhadores rurais. Nosso trabalho, portanto, ainda é exploratório diante da quantidade de conflitos trabalhistas que ainda não puderam ser analisados. Uma série de fragmentos, dentre os próprios documentos a que pudemos ter acesso, ainda precisam ser desvendados, o que nos faz pensar essa busca como um mosaico:

> Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que

> estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir; se não tivermos a sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo. (BECKER, 1993, p. 105).

Esta metáfora tem como efeito a tentativa de compreensão dos diversos contextos sociais em que os canavieiros de Campos estão inseridos. Começamos, nesta pesquisa, com a compreensão de uma "peça", que são as queixas encaminhadas para a Justiça do Trabalho. Porém, ainda é necessário entender uma série de outras "peças": por exemplo, como as ilegalidades sofridas eram construídas e mantidas no cotidiano das relações de poder não só no interior das usinas e fazendas, mas também no próprio STRC, na Justiça do Trabalho, com as decisões judiciais, e no Ministério do Trabalho. Estes ainda são fragmentos que precisam ser inseridos para que o mosaico esteja completo e possam nos ajudar na compreensão do conjunto das relações sociais durante o período de 1960-1988.

Referências

AQUINO, Silvia Lima de. *A caminho do campo:* as relações entre Reforma Agrária e migração rural-urbano-rural e urbano-rural. Um estudo de caso em Campos dos Goytacazes – RJ. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARBOSA, Pedro Paulo Biazzo de Castro. A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense. In.: MARAFON, G.J; RIBEIRO, M. A (Orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEFF, 2003.

BARCELLOS, Fernando Henrique. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, 2008.

BECKER, Howard S. A história de vida e o mosaico científico. In.: ______. *Métodos da Pesquisa em Ciências Sociais.* São Paulo: HUCITEC, 1993. p. 101-115.

CRUZ, Rodrigo Pennutt da. *Assentado, assentados:* diferenciação social e reordenações políticas. Coleção Engenhos, usinas, sucatas...? Niterói: Alternativa, 2014.

FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez*: Antônio João de Faria. A vida e as lutas do fundador do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Brasil. Campos dos Goytacazes: Marka Editora, 2015.

GRZYBOWSKI, Candido et al. *Trabalho rural e profissionalização.* Análise das práticas e representações dos trabalhadores da produção canavieira de Campos, RJ. Relatório de pesquisa: Convênio entre a Secretaria de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho, SENAR e Fundação Getúlio Vargas para execução do Projeto: "Trabalho Rural e Alternativa Metodológica de Educação". Rio de Janeiro, novembro de 1981.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agrícola de 1960:* Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara. VII Recenseamento Geral do Brasil. Série Regional. Vol. II – Tomo X – 2ª Parte. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d].

______. *Censo Agropecuário do Rio de Janeiro*. VIII Recenseamento Geral – 1970. Série Regional. Vol. III – Tomo XVI. Rio de Janeiro: IBGE, [s.d.].

______. *Censo Agropecuário:* Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

______. *Censo Agropecuário*: Rio de Janeiro. Nº 18. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984.

______. *Censo Agropecuário*: Rio de Janeiro. Nº 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. 2. ed. Campos dos Goytacazes, RJ: Lidador, 1974.

NEVES, Delma Pessanha. *Engenho e Arte:* Estudo do Processo de subordinação da agricultura à indústria na Região Açucareira de Campos (RJ), a partir do ponto de vista dos fornecedores de cana. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

______. *Por Trás dos Verdes Canaviais.* Niterói: EdUFF, 1989.

______. *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista.* Estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói: EdUFF, 1997.

______. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria exportadora. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria A. de Moraes (Orgs.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.* Vol. 1. Coleção História Social do Campesinato Brasileiro. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008. p. 137-162.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de Beija-Flor:* a luta do Sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. Um estudo da ação sindical no campo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica (RJ), 1987.

SOARES, Felipe Vieira. *O campo na luta por seus direitos sobre a relação entre os trabalhadores rurais campistas e os direitos trabalhistas no Rio de Janeiro durante o período democrático (1945-1964).* Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

CAPÍTULO 14

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1985)

Marilda Villela Iamamoto
Ana Maria Almeida da Costa

Introdução

O presente capítulo trata das lutas dos assalariados rurais, conduzidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (STRC), pioneiro na luta por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira.[1]

O propósito é analisar a luta por direitos, especialmente os trabalhistas, como arena de disputas entre interesses de classes e de estratégias de organização político-sindical no embate com o poder dos usineiros e do Estado, no Norte Fluminense, no período ditatorial (1964-1985). Pretende-se atribuir visibilidade às iniciativas contra a violação dos direitos e salientar como elas contribuíram para a formação política dos trabalhadores como classe. Para tanto, ressalta-se a importância do embate jurídico na defesa dos direitos apropriados por dirigentes sindicais e intelectuais (especialmente advogados) que atuaram na assessoria jurídica e política do movimento sindical. Com esse intuito, privilegia-se a gestão de José Carlos de Souza Freitas (1974-1984) na direção do STRC. No entanto, os antecedentes históricos da atuação deste sindicato por meio do protagonismo de seu primeiro presidente, Antônio João de Faria, permitem atestar ser a preocu-

1 A elaboração deste capítulo contou com a solidária e competente contribuição do Prof. Dr. José Luís Vianna da Cruz, do sindicalista Delso Gomes, da Prof. Dra. Leda Regina Barros Silva, da Advogada Dra. Léa Cristina Barboza da Silva Paiva e da Juíza Dra. Ana Maria Mendes do Nascimento. Participaram da coleta de dados, como bolsistas de Iniciação Científica, as estudantes da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto.

pação com os direitos uma constante na organização dos assalariados da agroindústria canavieira do Norte Fluminense.

O texto está orientado por quatro diretrizes da análise – construídas a partir da leitura e sistematização dos materiais empíricos reunidos – que serão objeto de desenvolvimento ao longo do texto. A primeira é a de que, em um contexto de restrição de espaços para a ação política decorrente do crescimento exponencial da força repressiva do Estado, a apropriação de instrumentos legais que regiam as relações sociais (Código Civil, Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra e a Consolidação das Leis do Trabalho) torna-se "arma" na defesa dos direitos, na mobilização e na organização sindical dos trabalhadores, acionadas pelos dirigentes e assessores sindicais. É nesse terreno de disputa, expressão dos conflitos de interesses entre classes, que se coloca em relevo a via jurídico-política enquanto um importante campo da disputa por direitos e de formação política da classe no contexto da ditadura civil-militar.[2]

A segunda diretriz refere-se à importância do arco de alianças que se constituiu em apoio às reivindicações dos assalariados canavieiros, requisito para que a mobilização ultrapassasse os limites estabelecidos pela legislação da época para a condução de greves. A formação de uma base de apoio no âmago das forças políticas da sociedade civil, aliada à mobilização da base dos trabalhadores assalariados e às conquistas judiciais obtidas, atribui particularidades aos conflitos dos canavieiros no estado do Rio de Janeiro em relação às mobilizações e greves ocorridas pioneiramente em Pernambuco (Zona da Mata, 1979)[3] e em São Paulo (Região de Guariba, 1984 e 1985).[4] O referido arco de alianças incluiu outros sindicatos combativos e respectivas lideranças sindicais, intelectuais assessores, segmentos da Igreja Católica que apoiaram os trabalhadores e os sujeitos coletivos que exerceram influência política na ação sindical na região nesse período: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Movimento Revolucionário 8 de

2 Sobre o tema, ver também o capítulo de Mariana Trotta Dellalana Quintans e Ana Cláudia Diogo Tavares, no presente livro.

3 Cf. Sigaud (1980); Cordel. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve. Todo apoio à luta dos trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana*, s/d; "Pernambuco se prepara para a greve no campo". *Jornal do Brasil,* domingo, 30/09/79, Nacional, p. 31; *O Pasquim,* ano XII, n. 591, 24 a 30/10/1980, p. 10-13..

4 [389] Baccarin e Gebara (1986), D'Incao e Botelho (1987); Alves (1991, 1993).

Outubro (MR8), o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A terceira diretriz analítica é a consideração do processo imediato de produção agroindustrial na sua totalidade, sob o controle dos mesmos empregadores – os usineiros –, o que tem derivações na leitura da organização sindical. Isto significa tanto reconhecer os elos de continuidade existentes entre os processos produtivos agrícolas e industriais unificados pelo usineiro quanto atentar às suas diferenças específicas, considerando suas implicações na organização dos trabalhadores. O processo produtivo agroindustrial canavieiro inicia-se na produção da matéria-prima agrícola e é concluído com a sua transformação industrial em açúcar, etanol, energia e outros produtos, sendo que a indústria polariza todo o processo produtivo (IANNI, 1976). Ele apresenta-se como uma unidade de diversidades, e não como dois processos produtivos isolados e autônomos, como podem se mostrar à primeira vista. Se o objetivo do *ponto de vista material* é a criação de produtos – especialmente cana, açúcar, etanol e outras formas de energia –, *do ponto de vista do valor*, o propósito é assegurar a conservação do capital investido – cujo ciclo de rotação tem início no plantio da cana e se conclui com a venda do produto final – e a produção de um lucro médio. Mas, como a produção canavieira exige elevada imobilização de capital em terras, o usineiro persegue também a apropriação da renda fundiária absoluta e diferencial, ou seja, um excedente de mais-valia sobre o lucro médio.

A agroindústria canavieira nacional tem sido historicamente beneficiada por uma abrangente ação protetora do Estado por meio de políticas a ela direcionadas. Elas se expressam em subsídios técnicos, financeiros, creditícios, abertura de mercados (interno e externo), regulação de preços e das relações de trabalho. O Estado tem sido determinante no desenvolvimento desse setor produtivo, que vem contando com contundente apoio do fundo público, tendo por base o poder político e econômico dos usineiros nos níveis regional e nacional. Atravessa a história da agroindústria canavieira a constante reivindicação por parte dos usineiros de políticas de subsídio ao setor, justificada pelo recorrente lamento de supostas e reiteradas conjunturas de "crise" neste setor produtivo. Outro suporte decisivo para a sustentação dessa agroindústria em seu desenvolvimento tem sido a superexploração da força de trabalho, historicamente persistente e com ampla

trajetória à margem das exigências da legislação.[5] Por meio desses processos, o usineiro recria-se na sua dupla personagem econômica, empresário capitalista e proprietário fundiário, capaz de apropriar-se tanto do lucro agrícola e industrial quanto de parcela da riqueza social na forma de renda fundiária.[6] As particularidades dos processos produtivos do ponto de vista dos processos de trabalho e de valorização são preservadas e redefinidas em função daquela reintegração. A diferenciada incorporação do desenvolvimento técnico-científico – biológico, químico e de mecanização – atribui feições particulares à organização e divisão do trabalho coletivo, às formas salariais, às relações de trabalho, tanto na sua formalização quanto na precarização dos direitos sociais, particularmente os trabalhistas e sindicais. Somam-se mecanismos de controle e vigilância da força de trabalho que têm vigência no interior do processo produtivo.

A quarta diretriz estruturante da análise reafirma uma sugestão de Cruz (1995): a atuação do STRC na defesa dos direitos e os ganhos trabalhistas daí advindos contribuíram para romper o fetiche do patrão protetor, até então prevalecente, que alimenta a aliança entre capital e trabalho e a impotência dos trabalhadores diante das arbitrariedades do poder patronal.[7] A autoridade do patrão deixa de ser inquestionável como única fonte de amparo e proteção, sendo progressivamente transferida ao STRC. Esse processo envolve o desenvolvimento de uma consciência coletiva entre os trabalhadores e o reconhecimento do poder de sua união, o que simultaneamente

5 Cf., entre outros, Paixão (1994), Szmrecsányi (1979), Queda (1972), Caron (1986), Ramos (1991), Scopinho e Valarelli (1995), Gomes (2013), Alves (1991, 1993), Iamamoto (2002), Sant'Ana (2012).

6 Como sustenta Wanderley (1976, p. 2): "A interdependência entre a produção da cana e a fabricação do açúcar é evidentemente imposta pelas condições específicas da produção, mas a *forma e natureza dessa articulação* decorrem essencialmente das relações sociais historicamente determinadas: ela se realiza pelo controle do conjunto da atividade produtiva, através do monopólio da propriedade da terra e dos meios de produção industriais. Este fato constitui o elemento chave de toda a estrutura da economia canavieira, cuja história se confunde com a história de luta e conservação deste controle".

7 Em outra pesquisa desenvolvida atualmente no Norte Fluminense sobre as condições de vida e trabalho na agroindústria canavieira, identificamos no pátio da Usina Paraíso uma placa fixada na entrada da área industrial, cujos dizeres são ilustrativos do supramencionado: "Ao ilustre cidadão fluminense Geraldo S. Coutinho: símbolo da harmonia entre capital e trabalho. Homenagem dos operários da Usina Paraíso. 5-6-77" (IAMAMOTO, 2011).

atribui legitimidade à luta pela conquista de direitos no enfrentamento dos conflitos. A experiência vivida pelos sujeitos – portadores de cultura e expectativas herdadas – em suas relações de produção lhes permite modelar essas experiências em formas culturais (THOMPSON, 1979, p. 38) como parte de um processo de *formação de classes*. Thompson (1979) parte da premissa de que a *noção de classe como categoria histórica é inseparável da luta de classes*. Ela é "derivada do processo social ao longo do tempo" e "definida pelos homens ao viverem sua própria história" (THOMPSON, 1979, p. 38). Isto não supõe que as classes possam existir independentemente dos determinantes objetivos – do conjunto das relações sociais – e nem que possam ser definidas simplesmente como formação cultural.[8] Também Harvey (1990) reconhece a tensão entre estrutura e experiência na obra de Marx. Um de seus grandes méritos foi ter demonstrado que o mundo não pode ser compreendido unicamente através da experiência subjetiva que dele se tenha. Do ponto de vista do capital, os trabalhadores tornam-se objetos, mero "fator de produção" para a geração de mais-valia, expressão da forma variável do capital. E a teoria espelha, frente aos próprios sujeitos, as condições objetivas de sua alienação, desnuda as forças que dominam sua existência social, embora a experiência cotidiana imediata do processo de trabalho não leve necessariamente às conclusões expressas por Marx – pelas razões por ele próprio salientadas – e, nem por isto, seja menos real (HARVEY, 1990, p. 20). Não significa negar a validade das experiências subjetivas dos trabalhadores e nem que a variedade de suas respostas não mereça ser estudada.

O reconhecimento do trabalhador como "sujeito criativo vivo" torna possível salientar o *papel da luta de classes* na modificação e nos rumos impressos ao processo de trabalho, reconhecendo nos trabalhadores a condição de autores de sua própria história, que resistem às dilapidações do capital. A cultura, enquanto dimensão essencial na conformação da sociabilidade, é parte e expressão das forças políticas em luta pela hegemonia no seio da sociedade nacional, em conjunturas históricas determinadas. Ela

8 Hobsbawm (1987, p. 39, grifos nossos) observa: "Em outras palavras, no capitalismo a classe é *uma realidade histórica imediata e, em certo sentido, vivenciada diretamente,* enquanto que nas épocas pré-capitalistas ela poder ser meramente um conjunto analítico que dá sentido a um complexo de fatos que de outro modo seriam inexplicáveis".

contém elementos simultaneamente reprodutores e questionadores da ordem (SARTRIANI, 1986): campo de expressão da alienação e da rebeldia, dos refúgios encontrados pelas classes subalternas para se preservarem do castigo do trabalho, presentes no seu universo simbólico e na organização da vida cotidiana.

No marco da "ditadura do grande capital" (IANNI, 1981), o clima repressivo impregna as relações entre o Estado e a sociedade civil, presididas pela díade "segurança e desenvolvimento": segurança interna, enquanto controle e repressão de toda a organização política, especialmente das classes assalariadas, em favor da acumulação; e desenvolvimento, enquanto florescimento das forças de mercado, com predominância da livre empresa.

A política salarial dos governos militares, fundada no arrocho salarial para combater a inflação, foi o principal instrumento da economia política da ditadura. A melhoria do padrão salarial passou a subordinar-se à elevação da produtividade, fugindo das mãos dos interessados. Assim, política previdenciária, política sindical, política salarial e lei antigreve fizeram parte da mesma matriz de desenvolvimento. Como lembra Ianni, a economia política da ditadura teve como um de seus pilares

> […] a superexploração dos trabalhadores assalariados da agricultura e da indústria, ao mesmo tempo em que intensifica a exploração dos posseiros, sitiantes, colonos, arrendatários, parceiros e outras categorias de produtores *autônomos* da agricultura, pecuária e extrativismo. (IANNI, 1981, p. 99).

O segredo do "milagre brasileiro" se expressou no cotidiano da classe trabalhadora como excesso de trabalho, baixa remuneração, jornada intensa e extensa, cansaço, esgotamento de energias, pauperização absoluta e relativa, o que também desencadeou a politização de diferentes segmentos.

Importa lembrar a criação, em 1975, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), acompanhado de generosos subsídios estatais para a modernização dessa agroindústria, uma constante que percorre sua trajetória histórica: a canalização do fundo público (OLIVEIRA, 1998) para a sustentação econômica do setor. O panorama da luta sindical no período é, pois, amplamente condicionado pela "modernização da agricultura", pela expulsão de moradores e expansão do assalariamento temporário com baixos salários e

destituído de direitos trabalhistas prescritos na legislação. Em Campos dos Goytacazes, a partir da segunda metade da década de setenta do século XX, verificou-se a generalização do trabalhador assalariado temporário, identificado socialmente sob o epíteto de "boia-fria".[9]

No lastro da resistência democrática, verifica-se uma retomada da força do movimento sindical, do que é exemplo a greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978. Tem-se, em seguida, em 1979, a primeira greve, durante a ditadura, dos canavieiros da Zona da Mata de Pernambuco e a realização do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. Estes são marcos da resistência dos trabalhadores e da dinamização do movimento sindical rural sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e, no estado do Rio de Janeiro, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag).

O presente capítulo discute: a luta por direitos, eixo histórico na organização sindical dos trabalhadores agroindustriais no Norte Fluminense; o Inquérito Policial Militar (IPM) de Campos, prisões e torturas; o processo produtivo das usinas e a concentração fundiária, a expropriação de trabalhadores e a grilagem de terras das lagoas; a violência das relações de trabalho e a resistência dos canavieiros, considerando a nova prática do STRC e destacando alguns casos exemplares como a contaminação de trabalhadores rurais por biocidas organomercuriais e a violência nas condições de trabalho nas usinas; o processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos.

A luta por direitos: eixo histórico na organização sindical

A luta por direitos erige-se e choca-se com a sociedade de classes, com as desigualdades que lhe são inerentes, assim como com as possibilidades de formalização da igualdade típica da sociedade mercantil. Esta supõe a troca entre livres e iguais proprietários de mercadorias equivalentes na busca de efetivação de seus interesses privados, o que se encontra na base na noção corrente de cidadania enraizada nos direitos civis.

9 Para se ter uma noção do debate da época sobre o tema, conferir, por exemplo: Departamento de Economia Rural/FCA/Botucatu/Unesp (1982); Lopes (1976); Ianni (1984).

O século XIX foi o marco da incorporação do direito de associação ao *status* de cidadania, proporcionando as bases para a classe trabalhadora adquirir o direito político. Para Carlos Nelson Coutinho (1997), são as demandas trazidas pelas classes ou por grupos sociais, em determinado momento histórico, que expressam a sua face coletiva, caracterizando os direitos como "fenômenos sociais", logo, como "resultado da história". Mas os direitos sociais trazem o selo do século XX, com os processos de ampliação do Estado nos termos gramscianos (COUTINHO, 2003), tendo como tônica o valor da igualdade, enquanto os direitos civis e políticos tinham por referência a liberdade. Eles incluem, entre outras dimensões, o direito ao trabalho, à organização sindical, à greve, à estabilidade no emprego, à segurança no trabalho, à previdência social, à saúde, à educação gratuita e ao acesso à cultura e moradia.

Sabe-se que a conquista da cidadania é resultado de conflitos permanentes, de lutas sociais quase sempre travadas a partir das classes subalternas. Recusam-se, assim, as teses unilaterais da "outorga" ou da "conquista" no campo dos direitos e políticas sociais correspondentes, afirmando seu caráter contraditório, tributário das relações sociais que ordenam a vida social (BEHRING e BOSCHETTI, 2008). Como lembra Coutinho (1997), com apoio em Perry Anderson (1995), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social – ou da justiça social – é vitória da economia política do trabalho, de uma outra lógica de organização societária. A burguesia pode tolerar os direitos sociais ou usá-los ao seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nas conjunturas de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a *ampliação da cidadania – esse processo permanente e progressivo de ampliação de direitos* – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre classe e cidadania social: a condição de classe cria *déficits* e privilégios que produzem obstáculos para que todos possam participar igualitariamente da apropriação de riquezas materiais e espirituais socialmente produzidas.

Ainda referendando Coutinho (1997), para além dos parâmetros liberais, existem articulações profundas entre democracia e cidadania, "como a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam

ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social" (COUTINHO, 1997, p. 145).

Emoldurados por tais parâmetros, são apresentados alguns momentos da luta por direitos de parte dos assalariados da agroindústria canavieira no Norte Fluminense.

Campos dos Goytacazes teve um papel pioneiro na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e na organização dos assalariados da agroindústria canavieira no país, berço que foi da criação dos primeiros sindicatos de trabalhadores do setor.[10] O propósito é recorrer à história para demarcar o fio da luta contra a violação dos direitos trabalhistas que atravessa a trajetória dos trabalhadores na agroindústria canavieira.

No governo Vargas, particularmente após 1937, o Estado passou a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora. Estabeleceu uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho através da legislação social e trabalhista e criou o Ministério do Trabalho, considerado o "Ministério da Revolução", da modernização e da justiça social. Simultaneamente, desenvolveu as primeiras iniciativas no campo da seguridade social, passando a gerir a organização e prestação de serviços sociais como um novo tipo de enfrentamento da "questão social" e, particularmente, da "ameaça comunista".

O reconhecimento da cidadania do proletariado ocorreu no marco da redefinição das relações entre o Estado e as diferentes classes sociais e foi acompanhado de mecanismos destinados a integrar e controlar os interesses dos assalariados como recurso para o enfrentamento do processo de organização e lutas autônomas do movimento operário. Em síntese, os eixos da intervenção do Estado foram a repressão à organização autônoma dos trabalhadores, o reconhecimento dos direitos do trabalho e o sindicalismo controlado.

Delso Gomes faz referência a uma greve na Usina Santa Cruz nos primeiros dias de abril de 1964, com registros de violência:

10 As informações a seguir apoiam-se largamente em Ferreira (1995). O livro registra a trajetória de Antônio João de Faria (1905-1992), tendo por base gravações realizadas em 1985. Recorreu-se também a Gomes (2000), ao acervo de entrevistas depositadas no NMS-PP/CPDA/UFRRJ e à entrevista realizada com Delso Gomes, em 19/11/2014, por Ana Costa e Marilda Iamamoto.

> É que o trabalhador de usinas e do campo estava muito reprimido. Então aquele clima de liberdade do Governo João Goulart produziu umas greves, [em que os trabalhadores] saíram para a violência, depredação. Lembro que os trabalhadores do campo se uniram com os da Usina Santa Cruz, invadiram o escritório da usina e depredaram. A polícia foi chamada e reprimiu... acabou que ficou aí mesmo. (Delso Gomes, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014).

É marcante a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no movimento sindical no Norte Fluminense, sendo representativo o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Campos (Stiac), nos anos 1960.[11] Em fevereiro de 1962, Almirante Costa, militante do PCB na Usina Queimados, foi eleito presidente do referido sindicato. Trabalhadores de várias usinas, do mesmo partido, compunham a diretoria, a saber: Neri da Costa (Usina Cupim), Letelbe Almeida e Amaro Martins (Usina São Jose), José e Octavio das Dores (Usina Mineiros), Saturnino Cardoso (Usina Queimados). Eram advogados do Sindicato o Dr. Jose Caldas, posteriormente demitido, e o então jovem Yvan Senra Pessanha, que também ingressou no PCB (GOMES, 2000, p. 193).

Outra iniciativa a ser destacada foi a organização do Conselho Sindical (1956-1964), uma espécie de central municipal, no Município de Campos, também com o impulso decisivo de militantes do PCB, além de Álvaro Cristino e Antônio João de Faria. Ele representou um amadurecimento do movimento sindical em busca de sua autonomia e liberdade de ação, após as intervenções sindicais ocorridas no governo Dutra (GOMES, 2000). Segundo esta fonte, o Conselho, respeitando a autonomia de seus filiados, passou a coordenar as lutas reivindicatórias dos trabalhadores no âmbito municipal, fortalecendo as forças de esquerda.[12] Ele enviou representação

11 O Stiac não será objeto de análise neste texto. Estudos sobre ele podem ser encontrados na obra de Delma Pessanha Neves, fértil pesquisadora sobre a região (NEVES, 1981, 1989, 1997), entre outros.

12 "Este Conselho teve vida intensa, onde se destacaram os líderes: Álvaro Cristino (metalúrgico), Antônio João de Faria (rural) Jacyr da Silva Barbeto (ferroviário), Jorge Tâmega (bancário), Jair Pinto (construção civil), Almirante Costa (usina), Godofredo Rangel (serventuários da Justiça), Hermes Manhães (gráficos)", além de Delso Gomes (taxistas) (GOMES, 2000, p. 146).

no I Congresso Sindical Fluminense, o primeiro congresso sindical após o Estado Novo, ocorrido em Petrópolis, em 1957.[13] O Conselho Sindical era visto, sob a ótica conservadora, ora como um *soviet campista,* ora como embrião socialista ou de *futura república sindicalista* de João Goulart. Recebeu políticos proeminentes como Roberto da Silveira, em 1958, então candidato a governador, e o candidato à presidência da República, Jânio Quadros, em 1960, que foi submetido a uma sabatina.

Este registro de fragmentos históricos de ações dos trabalhadores, sem qualquer pretensão exaustiva, permite demarcar o pioneirismo do Norte Fluminense na luta contra a violação de direitos como um fator de mobilização dos trabalhadores rurais. Enfrentando o poder patronal com obtenção de conquistas importantes em sua organização sindical, as iniciativas relatadas são indicativas de um processo de formação política dos trabalhadores na defesa de seus direitos, conduzida por lideranças que se apropriaram do texto legal como estratégia de luta, aqui ilustrada na pessoa de Antônio João de Faria.

O Inquérito Policial Militar de Campos, prisões e torturas

No período de 1964 a 1985, uma das formas de repressão aos direitos sociais e políticos das pessoas e aos movimentos sociais foram os IPMs (STEIN, 1998). Ao estudar aqueles que incidiram sobre a questão agrária e sindical, Leila Stein observa que, na década de sessenta, eles se direcionaram para segmentos sociais mobilizados – camponeses, estudantes, sindicalistas, militares, dentre outros –, enquanto nos anos 1970 voltaram-se aos partidos políticos e forças de esquerda. Muitos desses inquéritos partiam de boletins de ocorrência de delegacias municipais, de queixas-crimes decorrentes de processos civis ou criminais abertos por essas delegacias ou pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops); ou ainda de denúncias de "invasões" de terras. Segunda Stein, para a Justiça Militar, os principais autores da subversão à ordem eram: "políticos e personalidades públicas

13 A delegação de Campos foi composta por Antônio João de Faria (rural), Rafael Manhães (metalúrgico), Osvaldo Ribeiro (comerciário), Cândido Nunes (usina) e Adão Voloch (GOMES, 2000, p. 58).

integrantes das frentes populares pelas reformas de base; movimentos e frentes de coordenação da reforma agrária e das campanhas de sindicalização, sindicatos e associações de trabalhadores rurais; órgãos e autarquias do estado" (STEIN, 1998, p. 103). Preservando características regionais, nos anos 1960, no Rio de Janeiro, foram instaurados vários IPMs, dentre os quais o aberto pela Delegacia Política do município de Campos dos Goytacazes (BNM 135) para apurar responsabilidades criminais de 15 pessoas (Jacyr Barbeto e outros) acusadas de atividades subversivas e passíveis de serem enquadradas na Lei de Segurança do Estado. Iniciado em abril de 1962, ele se prolongou até agosto de 1970, quando ocorreu o julgamento dos envolvidos. Conforme informa Stein (1998), o STRC e a Associação dos Lavradores do Imbé foram fechados e proibidos de funcionar. Dentre os acusados nesse IPM encontra-se José Pureza da Silva, fundador da Federação das Associações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro (Falerj). O IPM foi precipitado, dentre outros motivos, pela "invasão" de terras da região do Imbé e a fundação da Associação dos Lavradores do Imbé (Idem, p. 105), assim como pelas greves ocorridas nas usinas da região (FERREIRA, 1995).

O IPM foi conduzido pela Primeira Auditoria da Marinha/Primeira Circunscrição Judiciária Militar e resultou no Processo nº 8463/65.[14] Segundo o Edital de Citação, publicado no Diário Oficial da União de 14/07/1970, seção II, ao final do inquérito foi oferecida denúncia contra os seguintes acusados: Delso Gomes de Azevedo, Adão Pereira Nunes, Jacyr da Silva Barbeto, Tarcísio Tupinambá, João Bento Leite, Antônio João de Faria, Jose das Dores Sales, João Urbano de Araújo José Pureza da Silva, Almirante Costa, Olavo Marins, João Baptista Coelho, Paulo Valente, Raulino Mesquita e Waldovino Loureiro (FERREIRA, 1995, p. 93-94). Dentre os advogados de defesa constam os nomes de Genilson Sampaio de Lemos, Francisco Borges Filho, Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira.

No referido edital, a denúncia é assim relatada:

14 Compareceram para depor, segundo Gomes (2000, p. 239): José Alves de Azevedo, Jorge Tâmega, Antônio João de Faria, o próprio Delso Gomes, Jacyr Barbeto, Valduvino Loureiro, João Urbano, Josival Alves, José das Dores, João Bento, Heraldo Viana, Jose Sartro Costa, Irineu Marins, Olavo Marins, Dr. Edmundo Santos, Manoel Luiz Martins e Adão Pereira Nunes, dentre outros.

> Os denunciados transformaram o município de Campos, nos tempos do governo anterior, num verdadeiro purgatório. Usaram e abusaram, promoviam greves políticas, paralisaram o comércio, os bancos, a companhia de águas, a Prefeitura, a Santa Casa local. Paralisavam os trens da Leopoldina, dando prejuízos morais e materiais de grande monta à Nação, ao Estado e ao Município. O povo de Campos espera com ansiedade que seja feita a devida justiça, porque ali sofreu amargamente, sem ter ninguém que tomasse providência contra os fatos. É possível que alguns denunciados já tenham comparecido aos tribunais para prestar conta de seus atos delituosos, mas há necessidade de serem apurados todos os fatos para que tais delitos e crimes contra a Pátria e a Segurança Nacional nunca mais possam se repetir. Os acusados foram incursos da Lei de Segurança Nacional então vigente ao tempo da prática de tais delitos, Lei 1802 de 05 de janeiro de 1953, c.c. a Lei 898 de 1969. (FERREIRA, 1995, p. 94).

O Supremo Tribunal Militar, mediante apelação do Ministério Público da Procuradoria Militar da 1ª Auditoria da Marinha da 1ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em 26/07/1972, absolveu, por falta de provas, João Urbano de Araújo, Jose das Dores Sales, Jacyr da Silva Barbeto, Delso Gomes de Azevedo, Antônio João de Faria, João Bento Leite e Olavo Martins.

Delso Gomes, então presidente do Sindicato dos Rodoviários, histórico militante do PCB, em entrevista às autoras deste artigo, informou outro processo militar em Campos dos Goytacazes, durante o governo Médici, no auge da repressão. Ele é datado de 1972 e envolveu trabalhadores rurais.

O entrevistado relata que, ao chegar no Presídio da Coroa,

> Me jogaram num cubículo junto com eles, os trabalhadores rurais, muitos até descalços, porque naquele tempo não existia proteção ao trabalho; trabalhavam descalços, sem luva, sem nada [...]. Aí encontrei muita gente, inclusive trabalhadores do Imbé, núcleo de reforma agrária que o pessoal tinha implantado lá em terras virgens, era terra devoluta do Estado [...]. Aí no Brasil inteiro começaram a implantar núcleo de reforma agrária, mas no peito – como diz aqui – e na marra. No Norte, eram utilizadas muito as ligas camponesas, mas aqui no Sudeste eram associações, sindicatos que estavam formalizando a reforma agrária, implantando na prática a reforma agrária [...]. Mas quando veio o golpe eles foram reprimidos também, prenderam

> lideranças e a polícia começou a invadir lá atrás de armas. Eles achavam que o pessoal estava se preparando também, achavam que a reforma agrária era só um pretexto para iniciar a luta armada. Mas chegou [e o que] encontrou foi arma de caça, primitiva. Não encontraram nada que achavam que iam encontrar: arsenal de arma, munição [...]. Eles prenderam a maioria [...]. A luta foi mais mesmo pela posse da terra e de assalariados, [por]que os trabalhadores rurais das usinas eram assalariados, como a maioria das fazendas. Então eles lutavam, além da posse da terra que eles não tinham, por melhoria nas condições de trabalho, salários, leis trabalhistas, que não eram aplicadas. Até hoje é fraudado, mas naquela época as fraudes eram muito maiores, eram mais escandalosas. Então eu encontrei muitos aí, lá no presídio, mas as prisões deles não prosperaram porque não conseguiram provar atividades deles armadas. Então depois eles levaram 30 dias, porque alguns presos mais conhecidos, mais identificados, eles remeteram para Niterói, para o Dops. (Delso Gomes, Campos dos Goytacazes, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014).

O entrevistado informa ter sido enviado ao estádio Caio Martins, transformado num "campo de concentração": os que não tinham título de doutor ficavam na quadra, dormindo em cima de jornal. E os que dispunham de terceiro grau ficaram nos camarotes. Indagado se sofreu tortura, afirma que sim, em 1972, mas que esta era uma informação sobre a qual vinha mantendo em sigilo. Disse que gostaria de ter acesso aos autos para ver quem depôs na acusação.

> Esse foi o período mais duro. Esse que nós sofremos tortura, não só psicológica [...]. Um coronel da brigada militar em Niterói, aí outros "tiras" que [es]tavam ajudando pra mostrar serviço, davam chute no tornozelo da gente, "fala rapaz, tá escondendo, ele tá perguntando", aí o [...] "não quero violência não", [...] simulação, "não quero violência não". Eles davam bico no tornozelo da gente. E a outra, tortura mais psicológica, porque quando nós chegamos no Dops, eles botaram a gente num cubículo isolado, um em cada cubículo. Aqueles cubículos antigos ainda, que não tinham nem vaso sanitário. Eram uns vasos feitos de cimento armado. E outros eram no chão, no solo. Cubículo antigo que eles nem estavam usando mais, estava fechado. Aí eles aproveitaram e botaram nós. Aí deixaram a gente lá,

depois de uma semana, para fragilizar a gente psicologicamente. Eles não apanhavam o depoimento dos presos logo no início. Eles deixavam preso, ficava aquela tortura psicológica para fragilizar as pessoas. Então depois chamaram nós pra prestar depoimento, aí prestamos depoimento. Tem um depoimento que eu virei pro oficial e disse... Ele aí leu meu depoimento, eu nem tinha dito nada não. Ele leu meu depoimento. Eu disse: "Coronel, eu não falei isso não". "Você não falou, mas tá falado agora." Eram uns depoimentos fabricados. Aí ele disse você [es]tá liberado, depois você vai responder o processo na justiça. Você [es]tá pra ser liberado, mas se você não assinar, você vai ficar apodrecendo aí dentro. Vai voltar pro cubículo onde você está; que no cubículo a porta só tinha uma janelinha pra receber alimento, só. De noite saía de dentro do vaso uma ratazana desse tamanho. Aí, quando eu ouvia o barulho, espantava a ratazana, ela voltava pra dentro do vaso. Vinha pelo esgoto. Aí, depois de muita insistência, eu também simulando resistência, pra ver até onde ele ia. Ele me acusando muito: "Você não fazia isso?", "Fazia, mas numa época legal". [E dizia]: "Mas encontraram uma porção de documentos com você no seu carro, jornais, boletins, tudo subversivo. Como é que você não tem?". Quer dizer, eles basearam no que eles apreenderam e montaram. Aí acabou que o advogado na época da auditoria, conversamos com o advogado e ele dizia pra nós: "Depoimento sob pressão em delegacia e no quartel não tem valor na justiça". No início, porque depois a justiça não quis saber disso, não. Eles aposentaram uma porção de magistrados – desde o Supremo –, aqueles magistrados que davam sentença mais de absolvição, moderado. A partir do governo do Médici, começaram a cassar. Não, aposentavam o pessoal do magistrado, aposentavam e tiravam do cargo. Então, ultimamente, no apogeu do governo Médici, não adiantava mais: aqueles depoimentos que os advogados tentavam anular na justiça, mas não conseguiam mais. Porque o pessoal das auditorias já era outros também. Já tudo encarregado de punir mesmo, de condenar. Então não tinha pra onde sair. Aí, quando o processo chegou no Superior Tribunal Militar, ninguém passava. Era tudo condenado. Aí nós fomos condenados. A gente [es]tava trabalhando, [es]tava respondendo ao processo em liberdade [...]. Aí o advogado mandou chamar nós. Mandou um portador chamar nós pra comparecer. "A prisão já foi decretada, mas isso pelos trâmites legais até chegar lá em Campos vai levar uma semana. Se vocês ficarem lá, vocês vão ser presos. Se quiser

> escapar, tem que sair fora." Mas não deu tempo. Eles pegaram nós aqui. A única coisa que a gente conseguiu foi tirar [cumprir] a prisão aqui. (Delso Gomes, Campos dos Goytacazes, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014).

Delso Gomes, atualmente com mais de oito décadas de vida intensa e vibrante, é anistiado político do Estado brasileiro. No resgate da memória dos que lutaram, Gomes (2000, p. 331-334), em seu livro, homenageia os que se envolveram na disputa política por melhoria das condições de vida.

Esta é uma ilustração do clima repressivo que presidia a luta por direitos no Norte Fluminense no período abrangido por esta pesquisa. Segundo Gomes (2000, p. 228), em Campos dos Goytacazes "foram mais de 100 presos políticos, além dos que foram intimados a depor e logo liberados".

O processo produtivo das usinas e a concentração fundiária

A produção da cana-de-açúcar encontra-se sujeita às variações climáticas, aos recursos naturais (fertilidade do solo e fontes de água) e aos processos biológicos relativos ao crescimento da gramínea, processos estes que atribuem especificidades ao progresso técnico na agricultura (SILVA, 1981). Uma das consequências derivadas desses condicionantes naturais é a *dissociação entre tempo de produção* – que envolve períodos de germinação das sementes e maturação das plantas, períodos de não trabalho – *e tempo de trabalho*, menor que o primeiro. Este condiciona a duração do processamento industrial da cana-de-açúcar e o tempo de rotação do capital empregado nas atividades econômicas agrícolas e industriais, uma vez que o capital permanece improdutivo durante os períodos de não trabalho. Estas variações implicam uma demanda diferenciada de força de trabalho ao longo do ciclo produtivo e, consequentemente, à indústria relacionada ao seu processamento.

As etapas da produção da cana compreendem: a) *preparação do solo,* que envolve tarefas como desmatamento, homogeneização topográfica, reforma do canavial, correção do índice de acidez do solo, aração e gra-

deação; b) *o plantio propriamente dito*, consistindo nas tarefas de corte da cana-semente, semeadura, abertura e cobertura de sulcos e adubação de fundação, isto é, dentro dos sulcos; c) *tratos culturais*, com operações de limpas dos canaviais e adubação; *a colheita ou corte da cana*, antecedida de queima de partidos de cana, seguida do *corte, carregamento em veículos de transporte e envio às unidades processadoras* (FERREIRA, 1983; PAIXÃO, 1994).

Já a produção de açúcar e álcool é de um tipo de *indústria de transformação química de processo contínuo, cuja expressão exemplar é dada pela indústria petrolífera.* Como esclarece Alves (1991, p. 21-22):

> [...] na produção contínua, a atividade de transformação da matéria-prima se dá em consequência de uma cadeia de reações que transformam o produto integralmente, alterando a qualidade das matérias-primas empregadas. O processo contínuo é típico das indústrias de transformação química, onde a matéria-prima é transformada em cadeia, sem manipulação e sem interferência direta do trabalhador...

Agier e Guimarães (1990, p. 52-53), ao estudarem a petroquímica baiana, salientam como característica do processo contínuo *a ausência de controle efetivo do trabalhador sobre o fluxo e qualidade da produção, programados previamente e instruídos automaticamente nos equipamentos.* Nas unidades fabris os operários têm a função prioritária de *monitoramento e alimentação dos equipamentos*, impedindo que se provoquem interrupções no fluxo predefinido e automatizado da produção e exercendo funções que lhes são complementares. Dedicam-se, ainda, ao *acionamento dos aparatos mecânicos* que aí atuam. Como a *dinâmica do processo produtivo não depende do trabalho vivo como unidade dominante*, faz com que "o processo de produção deixe de ser processo de trabalho, enquanto controlado predominantemente pelo trabalhador" (MARX, 1980, t. 2, p. 219). Este se encontra "ao lado" do processo de produção, não se afirmando como seu agente principal. Aí o trabalho vivo enfrenta *materialmente* o trabalho objetivado como corpo do trabalho vivo, autonomizado frente ao mesmo, como poder que o domina. Isto porque o desenvolvimento científico e sua incorporação nos equipamentos e máquinas, que acionam o processo produtivo, são expressões da *força produtiva em geral da*

sociedade, mediatizada pelo capital fixo, e não só da força do trabalhador coletivo atuante na produção. É essa força produtiva geral da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do capital, que dela se apropria gratuitamente. Assim, incorporada no maquinismo, a ciência confronta-se com o trabalhador como algo alheio, que ele não domina. Encontram-se condensados no maquinário habilidades e conhecimentos socialmente acumulados. O trabalho vivo é subsumido ao trabalho objetivado nos meios de produzir, que operam de maneira autônoma, movidos por uma força-motriz central. O indivíduo que trabalha torna-se supérfluo, embora não seja desnecessário, porque sua atividade encontra-se condicionada pelas necessidades do capital (MARX, 1980, p. 221).

As 17 usinas existentes no Norte Fluminense no ano de 1979, segundo pesquisa realizada nesse mesmo ano pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (Cepa/RJ), atestam uma elevada concentração fundiária (apud RIBEIRO, 1987, p. 411).[15] Segundo a mesma fonte, a área total disponibilizada às usinas era de 161.131 ha, das quais 90% em regime de propriedade e 10% arrendadas. As usinas utilizavam apenas 56% da área total de que dispunham efetivamente para a produção de cana, com predominância do processo manual, o que implicava elevada demanda de mão de obra.

A concentração fundiária tinha apoio em processos de grilagem, fruto de pressões sobre posseiros e pequenos proprietários, e na apropriação privada de terras públicas.

A pressão para a saída de moradores ocorrida em Campos utilizou-se de estratégias de pressão similares às demais regiões, identificadas por Ribeiro (1987, p. 178): expulsão direta com indenização irrisória ou nenhuma; deslocamento do lote de subsistência para terras esgotadas; exigência de pagamento de aluguel da casa ou seu abandono; atribuição de tarefas dificilmente realizáveis no prazo estabelecido; contratação de

15 As usinas registradas eram, por ordem decrescente de concentração fundiária, considerando apenas o total de área própria do estabelecimento em hectares: Quissamã (21.000), São José (20.302), Outeiro (11.547), Sapucaia (14.800), São João (13.004), Barcelos (13.837), Baixa Grande (10.000), Paraíso (7.417), Cupim (6.943), Cambaíba (6.763), Santa Maria (5.699), Novo Horizonte (5.645), Queimados (5.006,40), Carapebus (4.435,15), Santa Cruz (4.200), Conceição de Macabu (4.000) e Pureza (2.647). Elaboração própria a partir de Ribeiro (1987, p. 411).

trabalhadores de fora por empreitada. A expulsão de trabalhadores ou invasão violenta de suas terras, com base em milícias privadas, remonta aos anos 1920 e foi persistente nas décadas de 1970 e 1980, transformando-os em assalariados, "trabalhadores livres como os pássaros" ou um "*pauper* virtual", nos termos de Marx (1985, 1980). Como registra sinteticamente Ribeiro (1987, p. 173):

> Através de jagunços – polícia privada –, verificam-se expulsões sumárias. Em outros casos, pressão contínua para a venda das terras, tendo o camponês sua roça destruída pela invasão do gado do fazendeiro vizinho, em consequência das cercas que foram derrubadas na surdina, ou o caminho para a água (córrego ou riacho) que passa pela propriedade do fazendeiro, cercado e vigiado por homens armados; bloqueio de estradas que servem para o escoamento da produção, aumentando o grau de autoexploração familiar até o limite da insuportabilidade, pela distância.

Mas a grilagem em Campos também se ampliou para terras públicas com a conivência de órgãos oficiais mediante ampla drenagem de lagoas, aumentando as áreas de lavoura e pastagem e facilitando a invasão dos proprietários cujas terras ficavam próximas das margens (RIBEIRO, 1987, p. 174), o que é também registrado na entrevista de Antonio Faria anteriormente citada, na qual relembra ter sido pescador nas lagoas e vendedor de peixe no mercado municipal. O jornal diário *O Monitor Campista,* de 19/12/1979, tem como chamada de primeira página "Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã". Refere-se à investigação realizada pela Comissão Especial da Câmara Municipal de denúncia sobre a tomada de terras ribeirinhas da Lagoa Feia por fazendeiros.

Relatório do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, datado de 15/08/1978, coligido nesta pesquisa, apresenta um quadro geral da situação dos trabalhadores rurais canavieiros no período:

> Os assalariados da lavoura canavieira do Norte Fluminense, que abrange os municípios de Campos, Conceição de Macabu, Macaé, São Fidélis, São João da Barra e Bom Jesus de Itabapoana, representam 50.000 trabalha-

> dores, sem dúvida a maior concentração de assalariados de todo o Estado. (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978).[16]

O relatório citado registra distorções existentes na distribuição das terras no estado, a presença de migrantes, desempregados e subempregados, além de graves conflitos pela luta em torno da posse da terra:

> Basta que se verifique a situação da distribuição das terras de nosso Estado, onde 60% dos imóveis rurais são minifúndios e ocupam apenas 13% da área total do Estado, enquanto os latifúndios, que se constituem em 35% dos imóveis rurais, ocupam 77% de toda a área cadastrada no Estado (Dados do Incra de 1972). (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978).

O dirigente sindical denunciava o destino dos investimentos governamentais aplicados em grandes obras de infraestrutura realizadas no estado (pontes, estradas, represas, viadutos) que não melhoravam as condições de vida e de trabalho, o transporte e a comercialização da produção dos pequenos produtores das regiões beneficiadas: posseiros, parceiros, arrendatários e minifundistas eram os mais prejudicados.

> Com a valorização trazida às terras pelos beneficiamentos governamentais, os grandes proprietários dos imóveis rurais desencadearam um intenso e incessante processo de expulsão dos lavradores ali situados. Vale ressaltar que tais expulsões são conseguidas pela via judicial, e até mesmo pela violência. [...]. (Ficha de relatório de Eraldo Lírio de Azeredo, 1978).

16 Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense, 1946-1988, que afligem os trabalhadores rurais da lavoura canavieira do Norte do Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela pesquisadora Annagesse Feitosa, a partir de material recolhido por esta pesquisa e depositado no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

A violência das relações de trabalho e a resistência dos trabalhadores no Norte Fluminense[17]

As novas práticas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

No período entre 1968 e 1973, o STRC teve como parâmetro da ação sindical a aceitação dos índices de reajuste salarial estabelecidos pelo Departamento Nacional de Salários, órgão do Poder Executivo Federal, a quem era atribuído o mérito dos referidos reajustes, geralmente não cumpridos pelos patrões. Além do aumento salarial, a pauta sindical apresentava as seguintes reivindicações: férias de 30 dias corridos, gratificação no final do contrato para o safrista, quinquênio, estabilidade por determinado período para a gestante, adicional de insalubridade e preço da hora extra com um adicional de preço sobre a hora regular.

Cruz (1995) informa ser uma constante o não comparecimento da representação patronal na mesa-redonda para a busca de acordo, forçando a instauração do dissídio coletivo.[18] O ritmo lento da Justiça fazia com que este ocorresse após a data-base do aumento anual, o que dificultava a aplicação do acordo, principalmente aos trabalhadores temporários. Assim, o cumprimento do acordo se resumia ao morador dotado de carteira

17 As informações a seguir baseiam-se em entrevistas realizadas entre 25 e 27/11/2014, em Campos, pelas pesquisadoras Marilda Villela Iamamoto e Ana Costa, com o Prof. Dr. Jose Luis Vianna Cruz, ex-assessor pedagógico do Sindicato; Prof. Dra. Lea Paiva, ex-assessora jurídica do STRC; Delso Gomes, dirigente sindical e membro do PCB em Campos; Prof. Dra. Leda Regina Barros Silva, Professora da UFF e ex-assistente social do antigo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Foi ainda entrevistada, no Rio de Janeiro, Dra. Maria Angélica Gentile, juíza do Trabalho aposentada e assessora jurídica da Fetag/RJ da metade dos anos 1970 a início dos anos 1980. Ana Costa e Mariana Trotta entrevistaram ainda a dra. Ana Maria Mendes Nascimento, juíza do trabalho e ex-advogada do STRC.

18 O fato é ilustrado pelo título de reportagem do Jornal *A Notícia*: "Os usineiros não se fizeram representar", publicada durante a greve que "paralisa 25 mil boias-frias na região". Diz a matéria: "A mesa-redonda que estava programada ontem, para a Subdelegacia Regional do Trabalho, entre empregados e empregadores foi transferida para hoje às 18 h. O delegado do Trabalho Pedro Correa Neto não pôde chegar a tempo para estar presente em função da greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. Ontem só estiveram presentes à sede do STR o presidente do Sindicato Rural, Celio Wagner, bem com os presidentes da Contag, Jose Francisco da Silva; da Fetag/RJ, Eraldo Lírio; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Manoel Francisco Pereira, e outras liderança" (Os usineiros não se fizeram representar. *A Notícia,* de 31/07/1984, p. 2).

de trabalho assinada.[19] Tanto Cruz (1995) quanto Ribeiro (1987) anotam práticas assistencialistas e disputas entre os trabalhadores rurais ligados ao STRC, sujeitos aos poucos benefícios do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), e os trabalhadores das usinas, enquadrados como industriários, representados pelo Stiac, conhecido como "Sindicato da Indústria", e beneficiários do então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

Sob a presidência de Abelardo Gonçalves, o STRC sofreu intervenção do Ministério do Trabalho em 1973, sendo a gestão concluída por uma junta governativa. Novas eleições foram realizadas em 1974, quando assumiu a presidência José Carlos de Souza Freitas, no mesmo momento em que a Fetag/RJ passou a ser conduzida por Eraldo Lírio Azeredo, também da zona canavieira de Campos.

O público-alvo do Sindicato, voltado predominantemente para os trabalhadores assalariados, pode ser aferido, no final da década de 1970, com base na pesquisa da Cepa/RJ, citada por Ribeiro (1987, p. 411) a partir de informações relativas à safra de 1978/1979, recolhidas nos escritórios das usinas. Segundo esta fonte, o total da mão de obra permanente ocupada nas usinas era de 8.072 empregados. Destes, 33% eram especializados, dedicados ao manuseio de maquinário, com salário médio/mês equivalente a dois salários mínimos, aproximadamente. Já os demais trabalhadores permanentes não especializados, dedicados à lavoura, recebiam abaixo do mínimo oficial, assim como os assalariados temporários dedicados ao plantio da cana, que representavam um acréscimo de 13% da mão de obra. Para os tratos culturais, na referida safra, houve um acréscimo de 26% no período de seis meses. No período da colheita, essa agroindústria encontrava seu pleno funcionamento, contando, à época, com um aumento de 87% da força de trabalho ocupada nos meses de julho a outubro destituída dos direitos trabalhistas, sendo, por isto, chamados de "clandestinos". Eles eram "recompensados" com um salário acima do mínimo (RIBEIRO, 1987, p. 159-163).

Documento da Fetag/RJ para o STRC, para a campanha salarial de 1980, recolhido por Ribeiro (1987, p. 102), sustenta que a participação da mão de obra correspondia a 38% no total dos custos da produção da cana.

19 Maior detalhamento encontra-se em Ribeiro (1987).

Inúmeras arbitrariedades nas relações trabalhistas foram citadas por Eraldo Lírio de Azeredo no depoimento anteriormente referido: ausência de pagamento em dinheiro e feito através de *vales*; recolhimento de carteiras de trabalho para registro, sem devolução no prazo legal estabelecido, e que só eram efetivamente assinadas em caso de acidente de trabalho para tornar possível o acesso ao benefício pelo trabalhador e evitar a reclamação judicial; não recebimento de férias e 13º salário por 80% dos trabalhadores; ausência de fornecimento e uso de instrumentos de proteção; alimentação deficiente, não fornecida pelos empregadores; ausência de conhecimento por parte do trabalhador do preço da tonelada de cana, da linha ou do metro cortado; atraso no pagamento de salários dos trabalhadores *fichados* e contratação de trabalhadores *clandestinos* para tarefas mais pesadas e com salários mais atualizados.

O Jornal *O Monitor Campista* registra a denúncia de José Carlos de Souza Freitas, presidente do STRC, de que vários empresários rurais do município acionavam a Polícia Federal para coagir e amedrontar os seus empregados quando estes reclamavam seus direitos trabalhistas: "Os trabalhadores, quando reclamam seus direitos, são chamados de subversivos e agitadores populares", diz o sindicalista. Entre esses empregadores estava Antônio Pinheiro Dias, da Fazenda Conceição da Barra, em Lagoa de Cima. É o caso de Wilson Ribeiro, que compareceu ao Departamento da Polícia Federal de Campos para prestar esclarecimentos a respeito de fatos em apuração no IPP nº 07/79. Diz o trabalhador:

> Meu patrão não quis pagar o 13º salário, férias, feriado remunerado e outras coisas. Procurei o Sindicato, que entrou com ação na Junta de Conciliação e Julgamento. No dia 27 de junho compareci à audiência. Após isto ele entrou com processo na Polícia Federal me acusando de subversivo, declarou Wilson Ribeiro [...]. "Não sou subversivo, nunca fui, nem sei dizer o que é isto. Isso me deixou muito preocupado. Sou um pobre trabalhador – CR78,00 por dia – que vivo trabalhando para cumprir o meu dever. Espero que a justiça seja feita naqueles (*sic*) que cumprem com seu dever". (*O Monitor Campista*, 19/12/1979, ano 146, n. 293, p. 7).

Na década de 1970, a expulsão dos trabalhadores residentes e o contingente de trabalhadores *clandestinos* foram ampliados. O STRC passou a

fazer denúncias na imprensa dos casos mais graves, assim registrados por Cruz: demissão em massa das fazendas; trabalho em regime de semiescravidão; condição de total clandestinidade às relações trabalhistas; regime de exploração nas tarefas da lavoura, principalmente no corte da cana; exploração do trabalho da mulher e do menor; insalubridade e periculosidade do trabalho, particularmente no uso de agrotóxicos; proliferação de empreiteiros, como meio de mascarar o vínculo direto com os fazendeiros e sustentar a clandestinidade da relação do boia-fria (CRUZ, 1995, p. 53).

Em 1980, trabalhadores rurais e dirigentes sindicais estaduais e nacionais (Fetag/RJ e Contag) e de todo o Norte Fluminense reuniram-se no STRC, propondo uma data-base para os dissídios coletivos para toda a região. O deputado Walter Silva (PMDB/RJ), ex-assessor jurídico da entidade, lembra que:

> O primeiro documento legal tratando de dissídio é uma conquista de Campos. Em 1960 e inclusive em 1966 o Sindicato de Campos foi surpreendido com um movimento grevista espontâneo na Usina São José, ocorrido devido à suspensão ilegal do salário família devido pela empresa. (Rurais veem data base para dissídio. *Folha da Manhã*, 3/11/1980, ano 3, n. 298, p. 1).

As mobilizações dos trabalhadores vinham responder a conflitos trabalhistas acumulados e que passavam a apresentar inéditas alternativas de enfrentamento favoráveis aos trabalhadores pela via judicial sob a condução do sindicato. Este passou a romper o histórico monopólio dos usineiros no estabelecimento de práticas arbitrárias de condução das relações de trabalho, que aconteciam desrespeitando a legislação vigente. Elas corporificavam incontestes violações de direitos sociais – especialmente trabalhistas – e de direitos humanos.

A documentação dos arquivos da Fetag/RJ foi fonte fértil para a identificação de exemplos de violações de direitos. Os documentos encontrados foram sistematizados em fichas de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense (1946-1988) aqui utilizadas.[20] Elas são

20 As fichas que dão suporte aos exemplos citados a seguir foram elaboradas pelas bolsistas de iniciação científica Isabella de Souza Maio e Adriana de Jesus Garcia Pinto da Faculdade de Serviço Social da UERJ, vinculadas à pesquisa "Estado, classes trabalhadoras e Serviço

ilustrativas da situação em que se encontravam os canavieiros da região. São frequentes nessa documentação as reclamações referentes à ausência de assinatura da carteira de trabalho profissional durante todo o período trabalhado e de pagamento do piso salarial; não pagamento integral dos salários devidos; ausência de pagamento de repouso remunerado; não consideração, na jornada de trabalho, do tempo despendido no transporte para as áreas localizadas em distintas propriedades; não cumprimento do acordo coletivo quanto ao pagamento do preço para o corte de cana; irregularidades no pagamento de aviso prévio, férias, 13º salário, horas extras; não pagamento de indenizações por tempo de serviço; fraudes nas contratações; prestação de serviços fora dos períodos constantes na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), retificação de datas de admissão na CTPS, entre outras.

Neves (1989, p. 5 e 7) apresenta depoimento de um dos trabalhadores, durante a assembleia de decretação de greve de 1984, que sintetiza aquele contexto, as motivações e o sentimento dos assalariados diante da negação dos seus direitos ou, como ele afirma, "estão roubando os nossos direitos":

> Somos trabalhadores sofridos, pisados, massacrados. Além de pagarem salário de fome, ainda têm coragem de roubar da gente, tirar da gente, roubar no metro, no peso, nos direitos. Eu às vezes penso que eles não podem encarar a gente. Como que alguém pode ter coragem de roubar de uns trabalhadores que só têm o que comer, e olhe lá que comida...! Roubam, roubam, roubam e não têm contemplação. Se o trabalhador falta, desconta.
>
> Se chega atrasado, desconta. Corto cana, faço meu esforço e sou roubado. Não tenho a quem reclamar. [...]
>
> Nós não podemos aceitar essa situação. Temos que lutar. Eles não podem ficar fazendo isso com a gente. Pensa que a gente é cachorro, que não tem vergonha, que não tem coração? Nós não somos cachorro, não. Botam a gente para viajar em caminhão de transportar gado. Botam a gente para

Social no Brasil (2003-1015). Condições de vida e trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense" sob a responsabilidade acadêmica da pesquisadora Marilda Villela Iamamoto (CNPQ/UERJ). Foram utilizadas ainda fichas de conflitos elaboradas por outros componentes da equipe de pesquisadores. O acervo de dados é tal que requereria um estudo específico sobre as referidas fichas, o que não cabe no presente texto.

> viajar com as bostas de boi. As mulheres com as pernas abertas, uma pra dentro e outra pra fora do caminhão. A gente correndo para não perder o caminhão e eles passam e deixam a gente com a cara de bobo, sabendo que o trabalho é o ganha-pão e, se não trabalhar, não vai ter o que comer.

Em seu processo de renovação e em resposta a essa realidade, o STRC passou a contar com dois advogados e um assessor educacional para atuar em Campos, São João da Barra, Conceição de Macabu e São Fidélis.

O esforço da Contag, da Fetag e do STRC na arregimentação de profissionais do direito que tivessem não apenas o domínio das leis, mas principalmente uma concepção política de compromisso com os direitos dos trabalhadores, pode ser observado neste trecho da entrevista com Maria Angélica Gentile:

> [...] foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo; *que era a via judicial*. E aí, nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram, além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; e a dos colonos. Do colonato; que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer *a luta jurídica*. Então, era uma luta extremamente trabalhosa. (Maria Angélica Gentile, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Foram criadas cinco delegacias sindicais, que sediavam postos de saúde e tornaram-se espaços de aproximação dos trabalhadores. A colaboração de intelectuais como Moacir Palmeira e Ligia Sigaud à Contag contribuiu para a ação sindical, além de Afrânio Garcia, que era assessor educacional da Fetag/RJ.[21] O STRC desenvolveu apoio aos trabalhadores rurais com foco nos

21 Afrânio Garcia Jr., Ligia Sigaud e Moacir Palmeira eram, na época, professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

direitos trabalhistas, atendimento assistencial, ambulatorial e judicial. Ampliaram-se as ações trabalhistas individuais e os ganhos indenizatórios, de que são ilustrativas várias fichas de registros de conflitos reunidas por esta pesquisa. O dirigente sindical era considerado "advogado prático", decodificador da legislação e de recursos jurídicos, o que favorecia as negociações com o patronato.[22] Esta posição incorporada pelo STRC era apoiada pela Contag e Fetag/RJ, a partir do 3º Congresso dos Trabalhadores Rurais.[23]

Nos anos 1980, o movimento sindical passou a priorizar *ações coletivas*, ampliando suas repercussões.

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, pra poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido se safa, eles não tão nem aí. Eles querem o parceiro no corte de cana, porque antes eram sete linhas. Um fica de um lado do aceiro, o outro fica do outro lado, um à direita e o outro à esquerda. E eles vêm cortando juntos, se os dois não tiverem um pique semelhante, um fica pra trás e o outro vai embora. É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Crescia, simultaneamente, a pressão da Justiça do Trabalho sobre a assessoria jurídica do Sindicato. A pressão do movimento sindical e dos ad-

22 "Os trabalhadores se sentiam acolhidos no sindicato, a assessoria jurídica era boa, Zé Carlos ouvia... e tinha sido cortador de cana, cultivava as amizades. E no aspecto organizativo ele era interessante. Ele tinha os nomes de todo mundo desse município, das fazendas, das usinas, dos eitos, dos aceiros.... Ele tinha o mapa das lideranças..." (José Luís V. Cruz, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014, depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

23 Exemplificam esta orientação os documentos obtidos na residência de José Carlos de Souza Freitas, doados pela família às pesquisadoras, sobre "questões trabalhistas" e "questões previdenciárias". Trata-se de material do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília em maio de 1985, congregando a Contag, 22 federações e 2.600 sindicatos.

vogados no plano nacional culminou com a remoção do juiz, atribuindo transparência à ausência de isenção da Justiça Trabalhista ante os interesses patronais.[24]

Destacamos a seguir alguns casos exemplares que retratam a violência das relações de trabalho e a destituição de direitos dos trabalhadores rurais.

A contaminação de trabalhadores por biocidas organomercuriais

Um caso que merece destaque, identificado ao longo da pesquisa de campo, foi a contaminação de 21 trabalhadores da cana-de-açúcar na região por fungicidas, identificada e comprovada pela Fundação Getúlio Vargas/Instituto de Seleção e Orientação Ocupacional (FGV/ISOP, 1980)[25] e por órgãos oficiais. Ela foi objeto de estudos científicos ao nível de doutorado na Fundação Oswaldo Cruz (CÂMARA, 1985).

A constatação deu-se no âmbito do projeto "Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar", desenvolvido no município de Campos em março de 1979. O laudo pericial foi emitido pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, conforme registra reportagem de Adelfran Lacerda, base dos dados que se seguem (Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados. *Folha da Manhã*, 16/04/1981, n. 95, p. 2). O estudo efetuado reconhece que as políticas adotadas no país tendo em vista o aumento da produtividade agrícola estavam relacionadas ao uso de pesticidas, cujo consumo sofreu aumento com o acesso ao crédito rural. Tais substâncias manipuladas pelos trabalhadores contaminavam-nos no trabalho. Além disso, "as 'políticas modernizantes' adotadas causaram um empobrecimento do trabalhador rural e consequentemente diminuíram seu nível de vida" (CÂMARA, 1985, p. 55).

24 Detalhamento desse processo de afastamento do juiz poderá ser obtido na entrevista concedida pela ex-advogada e atualmente juíza do Trabalho/ES, Dra. Ana Maria M. Nascimento, realizada em 15/12/2014 por Ana Costa e Mariana Trotta e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

25 A equipe técnica responsável pelo projeto, realizado mediante o convênio Subin/Isop 031/78, Otimização econômica nos tratos culturais da cana-de-açúcar, foi composta por Maria Regina Chuari da Silva (Isop/FGV), Armando Augusto Clemente (Coppe/UFRJ), dentre outros.

Em Campos, a aplicação de fungicidas mercuriais tinha lugar em dois momentos no plantio: o primeiro, inteiramente manual, quando os toletes de cana eram banhados por uma solução de água e fungicida; o segundo, mediante a pulverização da mesma substância nos toletes com bomba manual. As partículas podiam penetrar nos pulmões por vias respiratórias, cutâneas e digestiva, ingressando na corrente sanguínea e causando intoxicação. O contato dérmico ocorria quando se preparava a solução, durante a aplicação e no plantio. A ingestão era processada durante a alimentação, feita no mesmo local de trabalho.[26]

Conforme informa Câmara (1985, p. 2), os resultados da pesquisa foram objeto de consideração pelo STRC, que realizou ampla campanha de divulgação desses resultados em jornais, rádio, televisão, e de um abaixo-assinado que recebeu o endosso dos órgãos de classe dos trabalhadores na agricultura, defendendo a eliminação dos fungicidas organomercuriais.

> Como desdobramento [...], a Contag redige um documento solicitando ao Presidente da República a imediata proibição da produção, importação, comercialização e utilização de fungicidas mercuriais no Brasil.
>
> Finalmente, a portaria nº 006 da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Saúde tornou proibido o registro de fungicidas organomercuriais. (CÂMARA, 1985, p. 95).

A ação de reparação de danos físicos postulada contra os empregadores foi encaminhada pelos advogados do STRC, Edson Carvalho Rangel e Ana Maria Nascimento, e estendida a todos os empregados que tiveram caracte-

26 O levantamento foi feito entre 10 a 14/12/1979, tendo sido recolhidas 25 amostras de sangue, 23 de urina, três de cana e uma amostra de folha. Todos os 29 doadores foram submetidos a exame clínico por médico da equipe, sendo realizada a respectiva anamnese. A análise do material foi feita no Instituto Nacional de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio (INT/MIC), que constatou a contaminação. Da população examinada, 72% estavam seriamente envolvidos com a possibilidade de intoxicação crônica por mercúrio, alguns com níveis de intoxicação aguda. Dos contaminados, mais de 50% apresentavam sinais de alteração no sistema nervoso: tremor de mão (14); dislalia (quatro); alteração de marcha (dois). Alterações dermatológicas foram encontradas em aproximadamente 80% dos lavradores examinados, predominando rarefação de pelos e alopecia (14); eczema de contato (seis). Outros dados obtidos foram: hipertensão arterial (seis casos); edema (quatro); cefaleia (dez); dores articulares (sete); lipotimia (três); insônia (três); alterações renais (dois).

rizada a contaminação sofrida.[27] Segundo a assessora jurídica do Sindicato, foi também proposta ação acidentária contra o órgão previdenciário, já que o empregado, na condição de segurado, contribuía mensalmente para cobrir riscos advindos de sua prestação laboral. Nesse processo, por também estar contaminado, o próprio presidente do STRC encabeçou a ação.

A violência e repressão nas usinas

Pesquisa realizada na década de 1980 em usinas da região[28], pelo Serviço Social do IAA, registrou a história de violência e repressão, com degradação das condições de trabalho, o que pode ser observado nos relatos a seguir apresentados por Leda Regina Barros Silva, assistente social do antigo IAA, atualmente professora da UFF/Campos. Ela narra casos de mulheres que levavam filhos recém-nascidos aos canaviais e os amamentavam rapidamente nos intervalos do corte da cana, a ausência de pagamento do descanso remunerado aos cortadores e explicita violência e repressão enraizada na usina Cambaíba.

> Em Cambaíba, um dos diretores, dono da usina, [...] nos atendeu, duas vezes, em seu escritório na usina com uma espingarda e uma machadinha em cima da mesa, ao lado dele, bem demonstrativa assim; [...] e dizia [...] para nós, equipe técnica (assistente social e estagiárias de Serviço Social): "Acho uma bobagem vocês aí fazendo pesquisa sobre a situação de vida e do trabalho deles, porque os trabalhadores devem dar graças a Deus de ter a gente... que está oferecendo emprego, porque o que eles sabem? Não sabem nada, não são alfabetizados". [...]
> A gente tinha, na verdade, muito mais dificuldade para supervisionar, fazer os acompanhamentos técnicos na [usina] Cambaíba do que nas outras [usinas]. [...]

27 Esta ação tem por suporte legal os preceitos contidos nos artigos 1520, 1521, 1518, 1537, bem como no inciso 21 do artigo 153 da Constituição Federal, tendo como processamento os termos previstos no Código de Processo Civil, através dos artigos 282 e seguintes.
28 UFF e IAA. Relatório da pesquisa, "Nível de conhecimento e utilização dos programas de Assistência social", integrante do projeto "Alternativa metodológica do Serviço Social na supervisão dos Programas de Assistência Social – PAS da área sucro-alcooleira".

> Quando chegávamos, [...] nos apresentávamos para entrar nos setores, [...] nós falávamos com alguns funcionários na entrada da Usina e um deles o que fazia? Colocava a mão na parte superior do revólver que aparecia no bolso e sutilmente mostrava para nós, técnicos [...]. A gente entendia perfeitamente a mensagem e, em vários momentos, [...] morríamos de medo sim, claro! Nós tivemos a revelação, na própria indústria, de alguns trabalhadores: "Tomem cuidado com o que vocês falam perto de chefias maiores" [...]. Isso era direto na Usina Cambaíba, era muito forte!
>
> No final de semana, as moradias eram fiscalizadas pelo capataz ou por alguém que era relacionado ao usineiro, o dono da fazenda. "Sempre tinham os cavalos fazendo ronda em volta das casas, a gente não tinha tranquilidade" [...]. Teve um caso, por exemplo, de uma revelação de um trabalhador mais antigo da Usina Barcelos: ele colocou "que às vezes era o próprio chefe que fazia a ronda da plantação da cana. Ele derrubou a cerca, foi lá e tomou tudo, derrubou todas as plantações [...], isso foi uma violência [...]. (Leda R. B. Silva, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 20/11/2014).

Nesse quadro de degradação das condições de trabalho, em 1984, a Usina Cambaíba, de propriedade de Heli Ribeiro Gomes, assumiu a liderança na região na produção de álcool, tendo declarado uma produção de 12.193.000 litros, enquanto a segunda colocada, a Usina São João, contabilizava menos de três milhões de litros. A Usina Cambaíba fazia também grande safra de açúcar, com uma produção de 324.700 sacos até o dia 15 de julho (Cambaíba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar. *A Notícia*, 15/07/1984, ano 67, n. 170, p. 1).

O processo de construção da greve dos canavieiros fluminenses de 1984 e seus desdobramentos

A greve dos canavieiros de Guariba, em São Paulo, ocorrida em 1984, foi de caráter espontâneo e fora das exigências legais, precipitada pela imposição do corte de sete ruas de cana (em substituição ao corte de cinco ruas), que desencadeou um amplo processo de mobilização e organização dos canavieiros na região. A proposta de condução de uma greve em Campos

não era cumprir exclusivamente os requisitos legais como fora a de Pernambuco,[29] mas também não pretendia ser como a de Guariba. O caráter da greve dos canavieiros do Norte Fluminense foi distinto das duas experiências antes assinaladas, segundo depoimentos recolhidos na pesquisa. Como esclarece Cruz:

> A greve de Campos foi preparada durante dois anos, de forma que a gente não deixasse nenhuma brecha legal no caminho da greve para não despertar repressão, mas que fosse construindo um arco de alianças capaz de, no momento de estourar a greve, rasgar a lei e ter suporte social. Também a conjuntura de 84 ajudou. Esse trabalho que a gente fazia, eu, Ana e João Campanário. (José Luís Vianna da Cruz, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014).

Segundo esse depoimento, José Carlos de Souza Freitas reunia nas fazendas os trabalhadores rurais. A estratégia era tirar os trabalhadores rurais de usina da área de influência política do Stiac, envolvendo-os num "trabalho de massa", ainda que continuassem filiados ao seu sindicato de origem. As reuniões com a base ocorreram durante dois anos. Subordina-se, assim, a disputa burocrática e por recursos ao trabalho político classista. Os assessores iam a campo para mobilizar os cortadores de cana, não obstante suas diferenças internas: moradores das fazendas, clandestinos, moradores das favelas urbanas. Na época, a absoluta maioria já era formada de "boias-frias", como informa o entrevistado. A luta exclusivamente legal se revelava insuficiente, e o trabalho pedagógico voltou-se à identificação do que se deveria fazer para que os direitos fossem efetivados, o que dependia da força do trabalhador. Os trabalhadores já percebiam como sua presença fazia diferença e o sindicato ocupou esse espaço de representação.

A mediação jurídica muito colaborou na legitimação da autoridade do sindicato junto aos trabalhadores. Estes eram portadores de uma forte visão hierárquica e subalterna e conseguiam transferir o reconhecimento do poder da autoridade do patrão para o sindicato, ainda que com componen-

29 Sobre essas mobilizações e seus desdobramentos, ver Sigaud (1980); *O Pasquim*, 24 a 30/10/1980; Cordel (s.d.).

tes mágicos e míticos. Como destaca Cruz, então assessor educacional do STRC, contratado pela Contag e colocado à disposição do Sindicato:

> Patrão é o chefe, dono, proprietário, é autoridade, é poder. De repente, o poder do patrão fica contrabalançado com o poder dos advogados e a Justiça chega e diz numa audiência de patrão com empregados: o empregado tem razão, e dá ganho de causa para o empregado. Quem defendeu o empregado? O sindicato. Aí passa a ter mais de uma autoridade. O patrão não deixa de ser autoridade, mas não existe só uma autoridade. Existe uma autoridade do lado dele (do trabalhador). De repente, lideranças de trabalhadores iguais a ele cumpriam este papel; então nós temos autoridade. Não foi tão elaborado assim. A gente elabora depois [...]. Ele é minha autoridade. Eu sou minha autoridade, consciência de classe mesmo. Mas sabia que isso não é doutrina. É luta. Então a luta jurídica foi fundamental num primeiro momento, mas aí teve a greve.
>
> Tinha que ter uma greve, e nosso medo era a greve ser derrotada, ter porrada e nenhum ganho. Mas aí construímos essa grande frente, era um país diferente em 1984, depois de 78 que a ditadura foi derrotada nas urnas, 74 um pouco, 78 muito, 84 já era véspera do fim da ditadura. Mas tem a ditadura e tem o campo, que permanece até hoje, isso era no campo. A construção de autoridade divina, então isso parece uma mágica quando acontece. Mas vocês que estão pesquisando sabem, isso não aconteceu a ponto de os trabalhadores rurais se tornarem uma vanguarda de nenhum movimento de mudança. Então isso tem avanços e recuos. (José Luis Vianna da Cruz, entrevista concedida a Ana Costa em 31/05/2015).

O mesmo entrevistado salientou, na ocasião, a importância de características pessoais e políticas do dirigente sindical José Carlos de Souza Freitas: sua habilidade de identificar trabalhadores, moralmente corretos, com potencial de liderança, dos quais cuidava com zelo[30]; sua integração com os trabalhadores do campo, tendo um "mapa do município na cabeça", que era

30 Cita o exemplo de Luis Carlos Wigand, liderança que emerge da experiência de luta, cuja história foi registrada por Neves (2011) sob o título: *Fé e coragem nas tormentas de um delegado sindical,* a partir de entrevistas por ele concedidas à pesquisadora.

por ele percorrido.[31] A partir de suas origens no trabalho no corte da cana, conhecia feitores e capatazes, prepostos dos fazendeiros, antigos trabalhadores, que o respeitavam abrindo possibilidade de conversa.[32]

A seguir, reproduzimos o esclarecedor depoimento de José Luiz V. Cruz:

> Teve um momento interessante, a gente usou técnicas do [Augusto] Boal e o desfecho do nosso trabalho educacional foi uma peça de teatro no sindicato, com os depoimentos que nós, nessas reuniões, colhíamos dos trabalhadores. A gente reunia no eito também, [...] ia para o campo mesmo, onde tinha aglomerado de trabalhador: a gente parava, discursava, fazia agitação, na linha leninista, e mobilizava. Confiavam em Zé Carlos, no sindicato, já tinham obtido os ganhos, faziam o patrão tremer, faziam o patrão respeitar. Então quebrou o encanto do patrão, eu falo isso no meu artigo; o patrão é substituído pelo sindicato, a autoridade passa [do patrão para o sindicato...]. Porque, na verdade, antes do sindicato assumir esse lugar, era ao patrão que eles iam perguntar quais os direitos. E era a maior ou menor proximidade [do patrão] que definia o "tamanho dos direitos" [...]. A gente recolheu essas falas, eu, Ana e Campanário. Foi muito bom esse processo. E transcrevemos a fala e transformamos em peça [teatral] que seria de três ou quatro atos. (José Luis Vianna da Cruz, entrevista concedida a Ana Costa e Marilda Iamamoto em 19/11/2014).

31 Em entrevista, José Carlos mostra sua forma de fazer política no respeito à sua base. Indagado quanto ao tipo de reivindicação que ocorreria no ano em curso, ele reponde ainda não saber, porque: "A gente vai discutir com o trabalhador qual a maior necessidade, o que eles estão precisando. E tentar ver na assembleia qual é a reivindicação do trabalhador, senão não interessa a ele" (José Carlos de Souza Freitas, então presidente do STRC, entrevista concedida a João Carlos Duarte em data desconhecida e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).
32 Diz o sindicalista: "Era assalariado também e tinha roça que a gente tocava e dava a meia ao fazendeiro. Essa roça a gente fazia aos domingos. Naquela época não tinha carteira assinada, não tinha férias, era uma escravidão. Comecei com oito anos, trabalhei muito tempo. Depois é que comecei a trabalhar na usina com carteira assinada. Assim mesmo, eu comecei a trabalhar na usina em 1959 como clandestino, sem carteira assinada. Só fui assinar carteira em 1963. Trabalhei um bocado de tempo sem carteira assinada. Quando veio a previdência social para o trabalhador rural da usina [foi] que começou o corre-corre para tirar carteira e legalizar a situação dos trabalhadores. Assim mesmo, tinha muita gente nesta época que não tinha carteira assinada" (José Carlos de Souza Freitas, então presidente do STRC, entrevista concedida a João Carlos Duarte em data desconhecida e depositada no NMSPP/CPDA/UFRRJ).

A greve se espalhou como um “rastilho de pólvora que se incendiou”, atingindo locais que o sindicato sequer havia visitado e, inclusive, usinas muito fechadas, como a Cambaíba e a Sapucaia – “que era no chicote”. Nesta última houve tensão, pois não foi permitido o ingresso da representação sindical para conversar com os trabalhadores sobre o acordo, tendo sido seus representantes cercados por capatazes armados. A Polícia Militar foi acionada e advogados e assessores mediaram o conflito impedindo a ação repressiva em uma concentração de cerca de 200 trabalhadores da usina, conforme relata Cruz (Entrevista concedida a Ana Costa em 31/05/2015).

O jornal *A Notícia* registrou a paralisação das atividades a partir de zero hora do dia 30 de julho, após assembleia em que os trabalhadores definiram pela greve em apoio a dez reivindicações por melhorias dos salários, de condições de vida e de trabalho (Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje. *A Notícia*, 31/07/1984, ano 67, n. 177, p. 1). A matéria informa que, nesse primeiro dia, somente no Travessão, na balança da usina Barcelos, “houve incidente com a Polícia Militar, contornado pela advogada Ana Maria do Nascimento, que lembrou aos PMs a determinação do governo Brizola em apoiar movimento pacífico, que era considerado legítimo”.[33] O jornal publicou ainda o depoimento de José Francisco da Silva, presidente da Contag, que afirmava que, “pelos cálculos do comando de greve, hoje poderá subir para 85 mil o número dos grevistas, sendo 80 mil no município de Campos e cinco mil nos demais municípios que estão propensos a aderir” (*A Notícia*, 31/07/1984, ano 67, n. 177, p. 2).

A greve durou 48 horas e foi suspensa a partir de zero hora do dia 1/8/1984. Durante este período, seis usinas tiveram suas atividades paralisadas: Outeiro, Carapebus, São João, Cupim, Barcelos e Sapucaia (*A Notícia,* 01/08/1984, p. 2). Sentaram-se à mesa de negociação usineiros,

33 O presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio, foi taxativo ao afirmar que: “na assembleia que realizamos no dia 22, os secretários da Justiça e Interior, Vivaldo Barbosa, e de Trabalho e Habitação, Carlos Alberto de Oliveira, nos deram garantia do governo do Estado que um movimento legítimo não teria interferência da polícia e nós vamos cobrar isto. Acredito até que alguém não tenha entendido a determinação do governador Leonel Brizola” (*A Notícia*, 31/07/1984, ano 67, n. 177, p. 2).

empreiteiros e fornecedores e o STRC. O referido jornal registra que uma das dificuldades durante a mesa-redonda foi a posição dos usineiros, que "discutiam a falta de representatividade do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para discutir acordo para quem eles consideravam industriários". A junta governativa do Stiac, sob a liderança de Lairton Escafura Rangel, ainda que presente, nada discutiu ante a firme posição dos canavieiros em não reconhecer sua legitimidade para debater as reivindicações em pauta.

O acordo saiu após cinco horas de negociação. Uma das vitórias dos trabalhadores foi a obtenção de uma cláusula prevendo o pagamento de 50% do valor correspondente às 48 horas de paralisação. Foram 11 as conquistas, sendo as mais importantes: um salário 30% maior que o mínimo oficial; tabela do preço da cana equiparada à conquistada na greve de Guariba; transporte gratuito e seguro; fornecimento gratuito de ferramentas, assinatura de carteira diretamente pelo empregador e fim das empreiteiras; além da representação sindical dos canavieiros vinculados à usina pelo STRC.

Como acordo na Justiça não significa necessariamente cumprimento, o STRC continuou organizando a luta, com paralisações em cada usina ou fazenda (RIBEIRO, 1987, p. 353). O governo estadual também se propunha a fiscalizar o acordo firmado e o cumprimento de suas cláusulas, segundo o secretário do Trabalho e da Habitação do estado, sustentando ser o caso mais grave o das empreiteiras que seriam "fiscalizadas constantemente para reprimir a exploração e, se for necessário, até mesmo convocando a participação da força policial" (*A Notícia*, 01/08/1984, ano 67, n. 178, p. 2).

Quadro 1. Acordo Coletivo de Trabalho – Subdelegacia do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho – 1984

1. Os veículos destinados ao transporte de trabalhadores rurais serão gratuitos e obedecerão às normas do Código Nacional de Trânsito, vistoriados pelo DETRAN, devendo as ferramentas ser transportadas em compartimento próprio, quando se tratar de caminhões.
2. Serão obrigatoriamente fornecidos aos trabalhadores envelopes ou comprovantes de pagamento, contendo o nome do empregador e do empregado, a quantidade de tarefas executadas, o valor do pagamento e os descontos efetuados.
3. Nos dias em que não houver trabalho por motivo de chuva ou qualquer outro motivo de força maior, alheio à vontade das partes, o empregador pagará salários integrais ao trabalhador, desde que comprovada sua presença no local de trabalho.
4. Os empregadores fornecerão, obrigatória e gratuitamente, as ferramentas necessárias ao trabalho, bem como equipamentos de proteção individual ao trabalho, como botas, luvas, macacões, caneleiras, de acordo com as exigências legais e dentro de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da assinatura do presente acordo.
5. O empregador fica obrigado ao pagamento de salários por motivo de doença até 15 (quinze) dias, devidamente comprovado através de atestados médicos.
6. Para o corte de cana fica estabelecido o sistema de "5 linhas".
7. O preço para o corte da cana obedecerá aos seguintes valores:

a) para cana queimada CR$ 45,50 (quarenta e cinco cruzeiros e cinquenta centavos) o metro linear de 5 linhas;

b) para a cana irrigada CR$ 91,00 (noventa e um cruzeiros) o metro linear de 5 linhas; quando for utilizada a forma de pagamento por tonelada, esta será remunerada no valor de CR$1.430,00 (hum mil quatrocentos e trinta cruzeiros);

d) haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) na cana-de-burro ou transportada a burro;

e) O valor do corte da cana crua será reajustado por acordo entre as partes.

8. Concluído o corte de cana, o cortador recebe, em impresso próprio fornecido pelo empregador, comprovante contendo nome ou número do empregado, quantidade de metros ou toneladas de cana cortada.

9. Todos os trabalhadores serão contratados diretamente pelo empregador e terão suas carteiras profissionais devidamente anotadas.

10. O pagamento de 13º salário (gratificação de natal) será efetuado até o dia 20 de dezembro, sob pena de aplicação dos dispositivos legais.

11. Fica estabelecido o pagamento de 1 (hum) dia de trabalho no período da presente paralisação.

12. - Os preços constantes do presente acordo são estabelecidos para a presente safra.

13. - O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO não se refere à filiação previdenciária ou equivalente, nem enquadramento sindical, devendo a legislação específica tratar da matéria, respeitadas as decisões jurídicas e administrativas. O presente acordo será submetido a registro e arquivo perante a autoridade do Ministério do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

Campos (RJ), 31 de julho de 1984.

Assinam o Acordo Coletivo de Trabalho:

Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar

Sindicato Rural de Campos

Sindicato Rural de São Fidélis

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João da Barra

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Macaé

Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Fidélis

Fonte: Corte da cana por tonelada vai ser pago na base de CR$ 1.430,00. *A Notícia*, 01/08/1984, ano 67, n. 178.

As lideranças dos canavieiros – Contag, Fetag e STRC – consideravam ter sido essa paralisação um exemplo de canal de obtenção de reivindicações e o aprendizado da greve. Salientaram, como saldo, além dos ganhos imediatos obtidos, o processo de formação de classe a partir da experiência de luta em torno de seus interesses coletivos: "Quando for preciso, a gente faz mais greve. Agora vocês sabem fazer. E nós também aprendemos. É a libertação que começa a partir de hoje. Isso é carta de alforria dos trabalhadores rurais", disse José Francisco da Silva, presidente da Contag. O presidente do STRC, Manoel Francisco Pereira, salientou o início de uma "nova era para conscientizar os canavieiros dos seus novos direitos", pretendendo manter viva a

mobilização em todos os pontos do município, com distribuição de panfletos por meio dos delegados de base (*A Notícia,* 01/08/1984, ano 67, n. 178, p. 2).

A reação dos usineiros foi contabilizar e publicizar os prejuízos decorrentes da greve. Antônio Evaldo Inojosa, presidente do Sindicato das Indústrias de Refinação do Açúcar do Estado do Rio de Janeiro, informou que, em 48 horas de greve, houve uma perda de mais de CR$ 4 bilhões com a paralisação da produção em todas as unidades industriais; 100 mil toneladas de cana deixaram de ingressar nas usinas, representando 180 mil sacos de açúcar, além de 10 mil toneladas de cana perdidas no campo após ter sido queimada e cortada, em decorrência da queda do teor de sacarose (Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões. *A Notícia*, 01/08/1984, n. 178, p. 1-2).

No mesmo período da greve geral dos trabalhadores da agroindústria canavieira, na Usina Novo Horizonte, "operários pararam a usina em protesto por alimentação", por estarem passando fome e para conseguirem alimentação digna a preços justos:

> Nossa única chance era parar de trabalhar, porque pudemos ver as mulheres desmaiando por falta de ter o que comer. No fornecimento, além de não ter a mercadoria para nos atender, a que tinha não era boa e ainda o preço era um absurdo. "Tudo isso é culpa do 'seu' Fernando, um homem mau, que só queria tirar a pele de nós moradores aqui em Rio Preto, que já estamos sofrendo tanto". Essa afirmativa é do motorista da Usina Novo Horizonte, Luis Bomgosto, que disse ainda, para ilustrar, que "foi Deus na verdade que iluminou o caminho do povo". (*A Notícia*, 31/07/1984, ano 67, n. 177, p. 2).

Neves (1997) situa, como parte do processo de luta em plano nacional orientado pela Contag, a incorporação da *greve geral* como recurso de pressão contra os usineiros. E informa que:

> [...] após esse contexto, as formas de representação dos interesses dos trabalhadores postas em prática pela diretoria do STRC foram mais legitimadas pelos seus associados e receberam apoio e adesões do movimento sindical local, de direções regionais de partidos políticos constituídos em nome da defesa dos interesses dos trabalhadores, e de certos órgãos de imprensa mais abertos ao reconhecimento de temas e questões que se refiram a essas condições de vida. (NEVES, 1997, p. 59).

Também José Luis Vianna da Cruz referiu-se ao arco de alianças como força social que apoiou a greve desde sua deflagração. Esse arco incluía o bispo da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vereadores (Fábio Ferraz de Oliveira, Célio Brito, Walter Silva, entre outros) de partidos distintos. Alguns ingressavam no movimento para evitar o conflito direto entre capangas de usina, fazendeiros, usineiros e trabalhadores. Estes contavam com a presença de seus órgãos de representação (José Luís Vianna da Cruz, entrevista concedida a Ana Costa em 31/05/2015).

Os desdobramentos desta primeira greve geral podem ser visualizados pelas iniciativas que se seguiram. Ribeiro (1987, p. 357-359) oferece registros da segunda greve, de 1985, decidida em assembleia sindical e preparada desde a mobilização anterior. Ela encontrou o setor patronal melhor preparado, e os salários praticamente retornaram aos níveis do salário mínimo. Ratificou-se o fim das empreiteiras de mão de obra, considerado um êxito político. A adesão à proposta de greve contribuiu para a legitimidade do STRC como entidade de defesa dos interesses e lutas dos trabalhadores.

O *Boletim Unificado da Greve dos Trabalhadores Rurais Canavieiros na Indústria do Açúcar e do Álcool do Norte Fluminense* registrou as mobilizações de 1986.[34] No terceiro ano consecutivo, os trabalhadores rurais se organizaram a partir de decisão conjunta de seus sindicatos na região Norte Fluminense – Campos, São Fidélis, Macaé, Conceição de Macabu, São João da Barra, Cabo Frio, Itaocara e Bom Jesus de Itabapoana –, coordenados pela Fetag/RJ. Isto ocorreu após sete tentativas infrutíferas de negociação com usineiros e fornecedores, que não compareceram à mesa-redonda solicitada pela Fetag/RJ. Os citados sindicatos se uniram aos industriários articulados no Stiac, em uma inédita *greve unificada*, a partir de 19/06/1986.

> Os rurais canavieiros contavam com a decisão dos industriários através de seu Sindicato, o Stiac, que com data base em março, e dissídio instaurado desde 27 de fevereiro, foram desconsiderados pelos patrões nas sete vezes

34 Informações extraídas da Ficha de registro dos conflitos e violações de direitos no meio rural fluminense – 1946-1988 – Conflitos trabalhistas. Greve dos Canavieiros e Industriários Fluminenses em 1986. Pesquisadora: Annagesse Feitosa, a partir de material existente no NMSPP/CPDA/UFRRJ.

> em que tentaram negociações. Os industriários decidiram, então, encaminhar junto a proposta de "greve unificada", percebendo que como trabalhadores sofrem da mesma exploração e afeta ao mesmo patrão (*Ibidem*).

Tal paralisação durou cinco dias e mostrou-se forte com a união do campo e da cidade. Recebeu o apoio de várias instituições, entre elas: CGT, CUT, Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj), Secretaria Estadual do Trabalho e Habitação, União Sindicalista de Campos, Federação das Associações de Moradores de Campos, Sindicato dos Eletricitários de Campos, Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese/RJ), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Contag, Departamento Estadual de Trânsito (Detran/Campos). Também parlamentares do Rio de Janeiro de diferentes partidos se manifestaram. Rádios fizeram cobertura das mobilizações: Difusora de Campos, Continental, Cultura, Cidade, Globo, Roquete Pinto, Jornal do Brasil, TV Manchete.

As ameaças aos grevistas foram muitas e de variada natureza, segundo a fonte citada: turmas retidas sem devolução do cartão de ponto, submetidas ao "cárcere privado" por mais de 48 horas consecutivas; uso de ambulância comprada com recursos do IAA, por parte das Usinas São José e São João, para transporte camuflado de trabalhadores retirados de suas casas para substituir trabalhadores retidos; além do registro de trabalhadores acidentados.

Concluindo esta aproximação inicial a algumas dimensões da trajetória do conflito por direitos dos trabalhadores da agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes, sob a liderança do STRC, consoante as diretrizes norteadoras da exposição apresentadas na abertura deste capítulo, pode-se afirmar que os achados da pesquisa apontam: (a) a importância da via jurídico-política na afirmação dos direitos dos trabalhadores canavieiros, especialmente dos assalariados, no enfrentamento de conflitos sociais numa conjuntura de intolerância política, de exacerbação do braço repressivo do Estado e de arbitrariedades dos usineiros, na contramão dos direitos nas relações com seus trabalhadores agrícolas e industriais no processo produtivo da cana, do açúcar e do álcool, considerado como uma unidade de diversidades; (b) a visibilidade de algumas dimensões do processo de construção coletiva de experiências de formação de classe a partir da luta por direitos;

(c) a particularidade do movimento grevista de 1984 dos trabalhadores da agroindústria canavieira no Norte Fluminense, respaldado num sustentado trabalho de mobilização e em um arco de alianças que lhe permitiu ir além das restrições estabelecidas por lei, preservando simultaneamente a sua defesa contra a ação das forças repressivas do Estado e favorecendo a quebra de resistência do patronato para a obtenção de conquistas estabelecidas no acordo trabalhista; (d) a criação de rachaduras no mito do patrão protetor, fortalecendo o sindicato como órgão de defesa dos interesses coletivos dos trabalhadores canavieiros fluminenses.

Referências

AGIER, Michel; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Técnicos e peões na petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 13, jul. 1990.

ALVES, Francisco José da Costa. *Modernização da agricultura e sindicalismo:* lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

______. Greves nos canaviais e agricultura modernizada: novos desafios. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 7, n. 3, jul./set. 1993.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo.* As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BACCARIN, José Giácomo; GEBARA, José Jorge. Guariba e bebedouro: marco na luta dos trabalhadores volantes no Brasil. *Reforma Agrária*, Brasília, Abra, v. 4, n. 15, jan./mar. 1986.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social:* fundamentos e história. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CÂMARA, Volney de M. *Estudo comparativo dos efeitos tardios dos fungicidas organomercuriais no município de Campos–RJ*. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Epidemiologia, Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1985.

CARON, Dalcio. *Heterogeneidade e diferenciação dos fornecedores de cana de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras/universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

CORDEL. *Camponeses unidos lutam por seus direitos. Ajudem nossa greve*. [S.l.: s.n., s.d.].

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, UFRJ, Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, v. 1, n. 1, 1º sem. 1997.

______. *GRAMSCI:* um estudo sobre seu pensamento político. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, José Luis Vianna da. Notas sobre o processo de mudança nas reivindicações dos trabalhadores rurais de Campos e nas formas de luta do movimento sindical de 70-80. *Revista Falas*, Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes-UFF, v. 1, n. 1, 1995.

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL/FCA/BOTUCATU/UNESP (Org.). *A mão de obra volante na agricultura.* São Paulo: CNPq, Unesp, Polis, 1982.

D'INCAO, Maria Conceição; BOTELHO, Moacyr Rodrigues. Movimento social e sindical entre os assalariados temporários na agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. In: SADER, Emir (Org.). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

FERREIRA, Avelino. *Faria tudo outra vez.* Rio de Janeiro: Imprinta, 1995.

FERREIRA, Rosa Maria F. *A política e as políticas das relações de trabalho.* Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFCHL/USP, São Paulo, 1983.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. INSTITUTO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL. Projeto: *Otimização Ergonômica nos Tratos Culturais da Cana-de-Açúcar*. Rio de Janeiro, 1980.

GOMES, Delso. *História do Partido Comunista em Campos* (memórias de um Partido Revolucionário). Rio de Janeiro: Jornal Dois Estados Gráfica e Editora, 2000.

GOMES, José Agnaldo. *Do trabalho penoso à dignidade no trabalho*. O itinerário de canavieiros no enfoque da psicologia social. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2013.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. Notas sobre a consciência de classe. In: *Mundos do trabalho*. Novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Trabalho e indivíduo social.* Um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Cortez, 2002.

______. Projeto de Pesquisa: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil (2013-2015). Condições de vida e de trabalho dos assalariados da agroindústria canavieira fluminense. Rio de Janeiro: Uerj/CNPq, 2011.

______; COSTA, Ana Maria Almeida da. O sindicato dos trabalhadores rurais de Campos dos Goytacazes e a luta por direitos na ditadura (1964-1988) In.: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Coord.). Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988). Relatório final, 2015, p. 619-673. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf>.

IANNI, Octavio. A classe operária vai ao campo. *Cadernos Cebrap*, São Paulo, Brasiliense, n. 24, 1976.

______. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

______. *As origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo:* o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la Crítica de la Economía Política.* (Grundrisse). 1857-1858. 12. ed. México: Siglo XXI, 1980.

______. *O Capital. Crítica da economia política* (1985). Livros I. II e III. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

NEVES, Delma Pessanha. *Lavradores e pequenos produtores de cana*. Estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______. *Por trás dos verdes canaviais*. Estudo das condições sociais da constituição das formas de encaminhamento dos conflitos entre trabalhadores rurais e usineiro. Niterói: EDUFF, 1989.

______. *Assentamento Rural*: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

______. *Do Imbé, novos horizontes*. Processo de construção de um assentamento rural. Niterói: Intertexto, 2001.

______. *Fé e coragem nas tormentas de um delegado sindical*. Entrevistas concedidas por Wigand a Delma Pessanha Neves. Campos dos Goytacazes, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PAIXÃO, Marcelo J. P. *No coração do canavial:* estudo crítico da evolução do complexo agroindustrial sucroalcooleiro e das relações de trabalho na lavoura canavieira. (Estudo comparativo de 12 Estados do Brasil). Dissertação (Mestrado) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

QUEDA, Oriowaldo. *A intervenção do Estado na agroindústria açucareira paulista.* Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1972.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil*. Tese (Doutorado) – Escola De Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1991.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Passeio de beija-flor*. A luta do sindicato pela garantia legal da representação dos canavieiros fluminenses. Um estudo da ação sindical no campo. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 1987.

SANT'ANA, Raquel Santos. *Trabalho bruto no canavial*. Questão agrária, assistência e serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SARTRIANI, Luigi Maria Lombardi. *Antropologia cultural e análise da cultura subalterna*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida; VALARELI, Leandro (Orgs.). *Modernização e impactos sociais*. O caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP). Rio de Janeiro: Fase, 1995.

SIGAUD, Ligia. *Greve nos Engenhos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEIN, Leila de Menezes. Inquéritos Policiais Militares, Questão Agrária e Sindicatos de Trabalhadores Rurais – Anos 60 e 70. *Estudos de Sociologia*, Departamento de Sociologia, FCL/Unesp, v. 5, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec, Unicamp, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. (Estudios sobre la crisis de la sociedad industrial). Barcelona: Crítica, 1979.

UFF e IAA. Relatório da pesquisa, "Nível de conhecimento e utilização dos programas de Assistência social", integrante do projeto "Alternativa metodológica do Serviço Social na supervisão dos Programas de Assistência Social – PAS da área sucro-alcooleira". Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Serviço Social de Campos, Instituto do Açúcar e do Álcool, 1986. (mimeografado)

WANDERLEY, Maria Nazaré. Planejamento e intervenção do Estado: análise da experiência histórica da economia açucareira de Pernambuco. In: Simpósio: planejamento urbano dirigido para a área rural, Brasília. *29ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 1976.

Fontes documentais

A Greve da cana. Entrevista com o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco, José Rodrigues da Silva. *O Pasquim,* ano XII, n. 591, 24 a 30/10/1980, p. 10-13.

Acordo encerra greve dos boias-frias mas os prejuízos são de CR$ 4 bilhões. *A Notícia,* 01/08/1984, p. 1-2.

Cambaíba dispara na produção do álcool e faz também grande safra de açúcar. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 15/07/1984, p. 1.

Depoimentos sobre a invasão da Lagoa serão tomados amanhã. *O Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes/RJ, 19/12/1979, p. 7.

Falta de alimento paralisa a usina. *A Notícia*, 31/07/1984, p. 1 e 2.

Greve paralisa 25 mil boias-frias na região. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 2.

Greve paralisa 25 mil no primeiro dia e pode ser ampliada hoje. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes/RJ, 31/07/1984, p. 1.

Jornal do Brasil. Nacional, 30/09/1979, Primeiro Caderno, p. 31.

Na guerra contra biocidas. Trabalhadores querem ser indenizados. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes/RJ, 16/04/1981, p. 2.

Rurais veem data base para dissídio. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes/RJ, 03/11/1980, p. 1.

CAPÍTULO 15

Os usos do direito pelos(as) advogados(as) de trabalhadores do campo na ditadura empresarial-militar

Ana Claudia Diogo Tavares
Mariana Trotta Dallalana Quintans

Introdução

Os anos que antecederam o golpe de 1964 foram marcados por conflitos por terra e repressão aos trabalhadores rurais. Após a deposição de João Goulart, os conflitos continuaram, muitos se intensificaram e houve um recrudescimento da repressão. As principais lideranças foram presas ou perseguidas e obrigadas a abandonar a região em que atuavam politicamente. A violência privada também se acentuou, aproveitando-se do golpe (MEDEIROS, 2015).[1] A repressão política atingiu ainda os advogados que atuaram nos anos 1950 e/ou início dos 1960, muitos deles ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Pesquisas recentes sobre a atuação dos advogados no período ditatorial brasileiro enfatizam sua prática profissional em defesa de perseguidos políticos no Judiciário Militar, concluindo que, em geral, essa atuação, que incluiu a comunicação de prisões à Justiça, impediu alguns assassinatos e desaparecimentos forçados, por vezes suspendeu a continuidade da tortura e, em algumas situações, garantiu a libertação dos presos (SÁ; MUNTEAL; MARTINS, 2010). Sobre o tema, os estudos realizados também ressaltam os problemas que a atividade de defesa de processados políticos acarretou aos advogados, como perseguições, prisões, invasões de escritórios e perda de clientes. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo

1 Maia, Medeiros, Galvão e Bastos (2015) ressaltam o histórico de violência ilegal e privada que permearam a ação do Estado na Baixada Fluminense.

emérito de São Paulo, no prefácio ao livro *Os advogados e a Ditadura de 1964*, explica que

> Nesses tempos terríveis percebi que um dos maiores esteios dos presos e de suas famílias eram os seus advogados. Um grupo de profissionais do Direito que, naquela época de muitos temores, arriscaram suas próprias vidas e carreiras profissionais para se dedicarem a defender, na grande maioria dos casos gratuitamente, as vítimas da violência policial. [...] pequeno grupo de advogados que, voluntariamente, se posicionou contra o autoritarismo, defendeu a democracia, apoiou familiares e, principalmente, salvou muitas e muitas vidas. (apud SÁ; MUNTREAL; MARTINS, 2010, p. 8).

No campo, os(as) advogados(as) também tiveram papel relevante na defesa jurídica de trabalhadores rurais e sofreram com o arbítrio instalado, muitos deles sendo ameaçados e presos. Sua atuação ocorreu principalmente em demandas possessórias e trabalhistas, mas incluiu a defesa jurídica em detenções ou prisões de trabalhadores rurais e lideranças em conflitos agrários.

Nesse momento de forte repressão, o campo jurídico foi o espaço do possível para as lutas dos trabalhadores rurais (ESTERCI, 2009; PALMEIRA, 2009; MEDEIROS, 2014), especialmente o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964).[2]

Pensar os usos do direito por esses advogados nos remete a algumas questões propostas por Thompson (1987) sobre a Lei Negra no século XVIII na Inglaterra. Ao analisar os seus impactos, o autor destaca que as leis cristalizam relações assimétricas de poder existentes em cada período histórico, fazendo com que se tornem espaços de mediação das relações

2 O Estatuto do Trabalhador Rural foi promulgado ainda no governo João Goulart, em 1963, no contexto do ascenso de lutas camponesas. Essa legislação foi um marco jurídico importante ao garantir direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais (TAVARES, 2012). O Estatuto da Terra foi promulgado já durante a ditadura empresarial-militar, em novembro de 1964, durante o governo de Castelo Branco e, apesar de incorporar reivindicações do movimento camponês da época, como as desapropriações para fins de reforma agrária, previu a política de colonização e do incentivo à empresa rural, estimulando a modernização conservadora do campo brasileiro. Para uma análise mais aprofundada ver Bruno (1997), Martins (1984), Tavares (2012), Quintans (2011).

de poder. Dessa forma, ao mesmo tempo em que garantem interesses das classes dominantes, reconhecem outros direitos que se apresentam como limites a essas mesmas classes. Assim, as próprias leis podem representar um limite ao arbítrio dos dominantes, colocando "freios constitucionais ao poder", como feito, segundo o autor, pela Lei Negra naquele período (THOMPSON, 1987, p. 356). Para Thompson, os setores dominantes acreditavam tanto na lógica das leis que permitiam que em certas áreas elas se tornassem um autêntico espaço de conflito de classe.

Nessa linha, compreendemos a lei e o Poder Judiciário como um campo de disputas. Este artigo explora esse viés, analisando a atuação dos advogados de trabalhadores rurais nos conflitos da luta pela terra e por direitos, no contexto da repressão no campo que se seguiu ao golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil.[3]

Os diversos usos e percepções do instrumental jurídico podem se relacionar com as diferentes trajetórias e formas de inserção dos advogados em organizações políticas, bem como às alterações conjunturais no período estudado. Portanto, situaremos as posições políticas assumidas pelas organizações das quais os advogados participaram, bem como as conjunturas nacionais e estaduais que apresentaram novos marcos jurídicos e políticos. Nesse sentido, por exemplo, no início da década de 1980, a ascensão de Leonel Brizola ao governo do estado do Rio de Janeiro parece provocar oportunidades políticas novas para os trabalhadores e suas organizações (MAIA, MEDEIROS; GALVÃO; BASTOS, 2015), o que influencia as táticas dos seus advogados.

A abordagem das estratégias dos advogados ante a legalidade estatal existente no período ditatorial será realizada com base nas narrativas de três advogadas e um advogado, que atuaram junto aos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) no estado do Rio de Janeiro, na Federação dos

3 Utilizamos a terminologia "empresarial-militar" para qualificar o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu, assim como defendido por Melo (2014) e no sentido conferido por Dreifuss (1987) à ditadura civil-militar, por verificarmos que o golpe e o regime militar contaram com forte apoio de setores agrários e urbanos da classe dominante, possuindo forte relação com o Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), instituições empresariais, como as federações de indústrias e de bancos, proprietários rurais, usineiros, dentre outros. As informações obtidas em Medeiros (2015) apontam nessa direção, apesar dos pesquisadores não utilizarem claramente essa terminologia.

Trabalhadores na Agricultura (Fetag/RJ) e na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Trata-se de entrevistas semiestruturadas realizadas ao longo do ano de 2014 para a pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).* As entrevistas contaram com questões sobre a trajetória individual de cada um, a metodologia de trabalho e as táticas processuais, os principais conflitos, a atuação do Judiciário com relação a eles, dentre outros temas.

O presente artigo está organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a trajetória e a articulação dos advogados de trabalhadores rurais e a segunda enfoca as táticas desses advogados.

Trajetória e organização dos advogados de trabalhadores rurais

Ao lado dos camponeses, durante o período ditatorial, atuaram advogados e advogadas ligados aos STRs, Fetag, Contag e à Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de, pontualmente, advogados de escritórios particulares.[4] Conforme um dos entrevistados, muitos advogados que atuavam junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, antes do golpe de 1964, eram ligados ao PCB[5]. Vários foram perseguidos, caíram na clandestinidade e foram presos após o golpe, como é o caso de Nilson Marques, que foi mantido preso no Estádio Caio Martins, em Niterói.[6]

4 A maioria dos advogados era filiada ou tinha referência política no Partido Comunista Brasileiro (PCB), mas também houve casos assumidos por advogados particulares, como a defesa de caiçaras de Trindade no litoral sul do Estado, na década de 1970, em que atuou o advogado Jarbas Macedo de Camargo Penteado, ligado ao escritório de Heráclito Fontoura Sobral Pinto, histórico defensor de presos e perseguidos políticos no período ditatorial. Conforme relatado por Iby Montenegro de Silva em capítulo do presente volume, a defesa foi feita sem cobrança de honorários. Não logramos êxito em entrevistar o referido advogado.

5 A participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nos conflitos por terra no estado do Rio de Janeiro em apoio aos trabalhadores rurais foi verificada ao menos desde a década de 1950 em diversos municípios da Baixada Fluminense e de outros locais (GRYNSZPAN, 2009; MAIA; MEDEIROS; GALVÃO; BASTOS, 2015; TELÓ; BRAGA, 2015).

6 Durante as décadas seguintes, os advogados fluminenses de trabalhadores rurais sofreram ameaças e violências físicas por parte de fazendeiros e perseguições por juízes em sua prática profissional.

Sobre a repressão ocorrida no imediato pós-1964, um dos advogados entrevistados afirma que:

> A repressão que eu conheço de história foi mais que despejar. Houve vários despejos no ano de 64, forçados; despejos ilegais, de trabalhadores, usando da força do movimento do golpe. Agora, a maioria dos dirigentes conseguiu sumir. Tinha um dirigente do sindicato de Itaboraí que chegou até a ser processado pela LSN. Eu esqueci o nome dele. Mas também naquela época, ainda, a LSN não era nas auditorias militares. Era na justiça estadual. Então, a gente pegava esses processos... eu peguei o dele, sumi; separei o processo dele, por mais de dois anos. Aí, o processo não andava, porque também não havia muita cobrança para se posicionar, então, essa repressão acaba sendo... ela é mais de assustar. É muito mais na pressão do que fisicamente. Ela só é uma ação física mesmo, na hora dos despejos, que ocorreram no ano de 64. Aí, são presas algumas pessoas: Pureza foi preso e conseguiu fugir e foi para Pernambuco. Começou a atuar na área de Pernambuco. Só voltou depois. Bráulio também foi perseguido; também sumiu, se escondeu. E a maioria desses dirigentes que tinha na Fetag acabaram não sendo presos mesmo. Eles desapareceram. (Altamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).[7]

Nesse período, com a repressão e a desarticulação dos STRs, a assessoria jurídica também foi desarticulada. Uma de nossas entrevistadas relatou que

> Em 64, houve uma repressão violentíssima, naquela área. Os advogados que atuavam ali, que eram advogados ou vinculados ao Partidão, ou, pelo menos, simpatizantes do Partidão, eles foram literalmente... foram para a clandestinidade.
>
> [...] O pessoal de base, de antes de 64, em termos, assim, de advogados e tudo, esses tinham... foram mesmo... desapareceram. Tinha os do pós-64; quando os sindicatos e as federações conseguiram se rearticular e se reorganizar. (Maria Angélica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

7 O entrevistado se refere a "desapareceram" para descrever o processo de dispersão e da necessidade dos militantes da época se esconderem no período da ditadura.

Segundo relato da entrevistada, os desafios da rearticulação dos sindicatos e da assessoria jurídica aos trabalhadores rurais foram grandes.[8] Ela avalia que, quando começou a atuar na assessoria jurídica dos trabalhadores rurais,

> [...] houve uma resistência muito grande. Porque eles confiavam cegamente nesses dois [advogados], principalmente. Mas eles não podiam mais estar indo lá, para atuar. Então, eles resistiram. Não tinham confiança. Trabalhador rural é muito difícil de você chegar lá e ele confiar em você. É muito difícil. Então, eu enfrentei uma situação, no início, de grande resistência deles. Até eles se sentirem seguros de saberem que eu estava ali realmente com... eles também tinham uma certa desconfiança da própria Federação [dos Trabalhadores na Agricultura]. Porque eles identificavam, de certa forma, a Federação como um pouco pelega; um pouco com medo; que na hora do pega mesmo, ela recuava. Então, eles se sentiam desprotegidos. Então, foi um pouco difícil, no começo. (Maria Angélica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Consideramos que essa resistência dos trabalhadores em confiar na advogada pode ter sido influenciada também pelo fato dela ser mulher e jovem à época, contrastando com os advogados anteriores. Em entrevista concedida a outros pesquisadores, a então advogada também menciona a dificuldade de iniciar na assessoria jurídica da Fetag, quando conheceu diversas lideranças do campo, destacando que:

8 Medeiros (2014, p. 209) destaca, entre as especificidades do sindicalismo rural brasileiro, o fato de ser "muito jovem na época do golpe militar, acumulando tradições políticas da esquerda comunista e de diferentes vertentes do pensamento católico, ele, num contexto de intensa repressão, começou a ser reconstruído de cima para baixo, a partir da confederação nacional". Essa rearticulação foi iniciada no período que a Contag e várias federações a ela filiadas estavam sob intervenção, a partir da organização de uma chapa para disputar a diretoria da entidade em 1967. Para mais informações, conferir Medeiros (2014). Teixeira (2015, p. 39), confirmando essa informação, relata que o advogado Altamir Petersen, em entrevista, afirmou que a política de atuação por dentro da lei foi assumida pela Contag a partir de 1968, quando assumiue sua presidência de José Francisco da Silva.

> Quem mais resistiu foi dona Rosa. Porque tinha dois advogados – dois do Partidão – que davam assistência em Campos Novos, o Rodolfo Pimenta e o Wilson César. Para ela, só existiam esses dois, o resto era o resto. Eu chegava lá [e] estava uma confusão do diabo, mas ela se negava a falar, "Não, porque o Dr. Rodolfo... não, porque...". Quem ajudou muito a quebrar isso foi o próprio Dr. Rodolfo – porque eu era uma novata ainda, nunca tinha pisado na área rural. (GENTILE, 2017).[9]

A trajetória dos advogados e das advogadas durante o período da ditadura empresarial-militar é diversa. Alguns possuíam militância política antes de iniciarem sua atuação profissional na advocacia de trabalhadores rurais: foram de partidos de esquerda (como PCB e PCBR), correntes comunistas e/ou participaram do movimento estudantil e do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (Caco) da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Outros não possuíam militância anterior. Uma das entrevistadas destacou que não teve formação política anterior à faculdade, mas que a sua sensibilidade a levou a atuar com o sindicato de trabalhadores rurais e que a Fetag foi fundamental para a sua formação.

> Creio que se eu fosse seguir as orientações da academia, eu jamais seria advogada trabalhista, faria cível, seria pernóstica, não olharia o outro lado, não vibraria com o discurso de pessoas tão simples, mas tão inteligentes. Ver essas coisas significa ter olhos de ver e eu nasci tendo olhos de ver e através dos meus olhos de ver eu consegui me encontrar e me contactar com pessoas que eram afins ao meu modo de proceder. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada chama a atenção para a importância das atividades da Fetag na sua formação política, na medida em que a aproximou de militantes do PCB:

9 A advogada refere-se a Rosa Geralda da Silveira, liderança dos posseiros da Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio. Para maiores informações, ver o capítulo deste livro que analisa o caso de Campos Novos, escrito por Aline Borghoff Maia.

> Eu não tinha vinculação, eu tinha afinidade com o PCB. Porque o pessoal da Federação tinha vinculação. Com quem eu conversava era o grupo, então as diretrizes, as sinalizações me vieram através desse pessoal. E, nos encontros que a Confederação promovia, nós tínhamos contato com grandes lideranças das Ligas Camponesas. Francisco Julião já tinha voltado do exílio, o outro também que foi um dirigente da Contag, com o pessoal que a Contag albergou durante o golpe de 64, então eu mantinha muito contato com o pessoal que era vinculado ao Partidão, e muitos pensavam que eu era filiada ao Partido, mas não era. A primeira vez que eu me filiei ao partido foi depois do retorno de Brizola, no PDT, mas não, não estava. Não estava, mas estava. (Ana Maria Nascimento, Entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Ela lembrou como os encontros de advogados, além de importantes para a formação dos trabalhadores rurais, também foram fundamentais para a formação dos advogados, especialmente daqueles que não possuíam uma militância prévia à atuação junto aos STRs. Segundo nossos entrevistados, a Fetag promovia reuniões bimestrais, e a Contag encontros nacionais anuais entre os advogados de trabalhadores rurais, nos quais eram promovidas trocas de experiência entre os profissionais:

> Aí era interessante, porque a gente fazia não só intercâmbio da parte técnica, a gente trocava experiência da parte técnica, como também na parte da organização, digamos assim, mais específica de uma luta. Tanto na área trabalhista, da legislação do pessoal da cana, do café, como também na área da ocupação da terra. A gente fazia... a Contag fazia anualmente. E a gente aqui, no estado do Rio, fazíamos numa média de dois em dois meses. (Maria Angélica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Esses encontros tiveram início na segunda metade da década de 1970 e contavam com a participação de dirigentes sindicais e lideranças das lutas camponesas e políticas, pois uma de suas finalidades era proporcionar a formação política aos advogados, garantindo o contato desses com diferentes lideranças. Em encontros no final da década de 1970, personalidades como Francisco Julião e Luiz Carlos Prestes estiveram presentes.

Nas reuniões de advogados no Rio de Janeiro, quando eram discutidos encaminhamentos para os conflitos, os dirigentes sindicais eram chamados para participar. Uma de nossas entrevistadas destacou que, por volta de 1977/78, os advogados entenderam que era importante a presença dos dirigentes sindicais:

> […] porque também não adiantava muito você trocar experiência só com os advogados e não contar com o apoio do dirigente. Se você não tivesse apoio do dirigente, você não ia poder fazer um grande trabalho. Então, eram advogados e dirigentes. E aqui no estado também: a gente fazia com as principais lideranças. Por exemplo, se fosse um conflito em Vassouras? A gente chamava o pessoal de Vassouras e o advogado de Vassouras. E nós. (Maria Angélica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

A advogada Ana Maria Nascimento, ao rememorar as táticas da Fetag, lembrou-se da greve de 1984 dos trabalhadores rurais de Campos dos Goytacazes[10] e da importância dos encontros promovidos entre sindicato, advogados e trabalhadores rurais:

> A Federação promovia encontros para debater as questões novas, estratégias de lutas, deflagração de movimentos paredistas, que o primeiro sindicato do meio rural no mundo a deflagrar uma greve foi o de Campos. Foi um preparo que o pessoal da Confederação veio pra cá, foi um preparo de quase dois meses, junto com a Igreja, foi muito interessante, porque o movimento, a greve dos trabalhadores rurais foi tão forte que levou outras

10 Sigaud (2009, p. 303) destaca que "graças à atuação da Contag e, sobretudo, dos Encontros Nacionais de Assalariados Rurais por ela promovidos, entre 1980 e 1983, nos quais estiveram reunidos dirigentes de diversas regiões do país onde predominam os assalariados, notadamente os da cana, a experiência de Pernambuco foi apresentada como uma demonstração de que a greve era possível e um modelo a ser seguido. […] Não se trata, evidentemente, de derivar do ciclo de Pernambuco as greves nos outros estados, que certamente se inscrevem na dinâmica própria do movimento sindical em cada uma dessas regiões. Desejo apenas ressaltar que os fatos ocorridos em Pernambuco repercutiram no movimento sindical de trabalhadores e influíram no rumo das mobilizações dos assalariados". A greve do Rio de Janeiro se insere nesse contexto nacional. Para maiores informações sobre ela, ver o capítulo de Iamamoto e Costa no presente livro.

> categorias a também se mobilizar da mesma forma. [...] fazíamos a reunião para convencê-los que o movimento ia ser deflagrado, que nós precisaríamos que eles aderissem ao movimento, e foi adesão de 100%. Parou tudo. Usinas e propriedades rurais de fornecedores. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A entrevistada observou que, apesar da sua participação na mobilização dos trabalhadores rurais, nem todos os advogados à época adotavam a mesma postura: alguns eram apenas técnicos, faziam atendimentos individuais aos trabalhadores e apenas nos escritórios e sindicatos; outros adotavam uma postura mais inovadora, indo ao local dos conflitos, às usinas, contribuindo na mobilização dos trabalhadores. Em Campos dos Goytacazes, ela passou a realizar reuniões de orientação aos trabalhadores de forma coletiva, e não mais individual.

Relatou ainda a importância do contato com os dirigentes sindicais para a sua formação:

> Eram os próprios dirigentes sindicais e convidados. Nós tínhamos uma plêiade de advogados. Altamir Petersen e o Nilson [Marques], que já morreu. Eles escreviam. O que eu conheci sobre legislação agrária foi através de livros deles, preferi ir direto à fonte do que correr o risco de ter uma fonte não idônea. E, através desses encontros, aprendi não só com meus colegas que estavam na militância há mais tempo, aprendi com os dirigentes, e tive vergonha, porque se achava, o burguês brasileiro, a nossa formação é muito tola, todo mundo que passa na universidade acha que o anel no dedo é mais importante que a sabedoria, e aí quando eu vi aqueles dirigentes pedirem a palavra e falarem com tanta propriedade, eu chorei de vergonha de mim mesma, de tanta inteligência viva ali dentro, tanta coisa bonita e tanta propriedade, eles podem não ter um português escorreito, mas eles têm uma inteligência ímpar. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

O advogado Nilson Marques, mencionado pela entrevistada, buscava teorizar as questões que enfrentava na sua prática cotidiana e servia de referência para os advogados que atuavam nos conflitos agrários. No seu livro *Contratos inominados no direito agrário*, destacou que

> […] o ponto inicial dessa pesquisa surgiu em setembro de 1974, quando assessorávamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Morais, no interior fluminense. Um camponês pálido e nervoso brandia agitado uma notificação através da qual o proprietário, em resumo, *alegava ter cedido em comodato, logo, gratuitamente, uma gleba ao notificado; como não mais lhe convinha manter o empréstimo (sic), pretendia reaver o imóvel, fixando o prazo de trinta dias para a desocupação, sem direito a indenização ou retenção.* (MARQUES, 1978, p. 19-20, grifos no original).

Esse tipo de situação levava Nilson Marques a refletir teoricamente sobre opções de contratos, desenvolvendo um esforço de sistematização de pesquisa doutrinária e jurisprudencial que legitimasse o tema e que contribuísse com aqueles, advogados ou não, que atuavam na questão agrária. Dessa forma, os trabalhos doutrinários de Marques passaram a ser referência para outros advogados em questões referentes aos conflitos de terra. Outros trabalhos desenvolvidos por ele foram referência no período, como *Contratos inominados no direito agrário* (MARQUES, 1978) e *Uso e posse temporária da terra*, escrito em coautoria com Altamir Petersen (MARQUES; PETERSEN, 1977).

Além dos encontros da Fetag, um dos entrevistados destacou que os advogados, em uma determinada época, iam juntos, todas as sextas-feiras, para um bar onde conversavam sobre as dificuldades no trabalho e trocavam informações sobre a sua atuação em cada município, para ver como ajudar. Esse encontro informal semanal também ocorria, às vezes, em seu escritório: "A maioria que veio, estava tudo no começo. Todo mundo querendo fazer muito, mas alguns não tinham experiência processual; não tinham experiência jurídica. Então, a gente ajudava". Considera que os advogados da área "eram todos solidários. Era uma turma muito legal. E foi um período muito interessante, politicamente e juridicamente" (Altamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Devido à importância dos encontros entre os advogados, por volta de 1978/79, em uma reunião de advogados da Contag em Brasília, optou-se por formar a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura (Anatag), que durou aproximadamente três anos. Essa organização articulou os advogados dos STRs, Federações, Contag, CPT, dentre

outros. Uma de nossas entrevistadas relatou que essa entidade nacional foi criada em razão da violência exercida contra os advogados. Destacou ainda que a pressão sobre eles aumentou depois da guerrilha do Araguaia:

> E aí, o que é que acontece? Mataram um advogado – um jovem, excelente advogado, chamado Gabriel Pimenta – lá no Norte. Combativo e tal. E a gente fazia, além dos congressos com os trabalhadores rurais, a gente fazia congressos de trabalhadores e advogados. Então, quando mataram o Gabriel Pimenta, a gente sentou e pensou: "Precisamos fazer alguma coisa". E aí, a gente criou a Associação Nacional dos Advogados de Trabalhadores na Agricultura. O Altamir foi o primeiro presidente. Ele foi presidente da nacional e eu fui presidente da regional, aqui. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

As táticas político-jurídicas: advocacia popular versus tradicional

A metodologia de trabalho de parte dos advogados que atuaram em conflitos trabalhistas e possessórios na defesa de trabalhadores rurais no período articulava-se com as formas de luta política sindical. Em diversos relatos, percebemos diferenças entre esse tipo de advocacia e uma forma de advocacia tradicional de caráter liberal, que se caracteriza pelo atendimento de demandas individuais, o reforço ao *habitus* jurídico e a lógica hierarquizada. Segundo Campilongo (2011), os serviços legais tradicionais são marcados por

> Uma relação hierarquizada entre advogados e clientes, complementada pela postura apática e passiva dos segundos. O formalismo no atendimento à clientela vai, mediante uma série de índices, estabelecendo uma subordinação do cliente ao saber do profissional. Da indumentária ao vocabulário, do local do atendimento à postura na relação dialógica, do manuseio dos Códigos ao diploma pendurado na parede, tudo cria um ambiente desconhecido e enigmático para a clientela. A gravata, o palavreado difícil, a sala acarpetada, o problema constrangedor (a separação, o despejo, o crime), os livros e a autoridade técnica do bacharel determinam o lugar de quem fala e de quem ouve. Ao cliente cabe expor seu problema ao jurista, assinar a

> procuração, se for o caso, e retornar para casa. A partir daí, quem age e controla a situação é o advogado. Os tecnicismos dos procedimentos judiciais, aliados à demora dos processos, tornam o cliente anestesiado diante da lide. (CAMPILONGO, 2011, p. 25).

O autor diferencia a atuação dos serviços legais inovadores promovidos pela assessoria popular da prática dos serviços tradicionais: o advogado popular estabelece uma relação horizontal e de coordenação com seus clientes e "confere a seu conhecimento profissional uma função social" (CAMPILONGO, 2011, p. 25). Completa afirmando que, nesses casos, compete à clientela não apenas levar o caso ao advogado, apresentando o problema, mas continuar participando diretamente, pressionando, acampando em frente ao Fórum ou aos prédios públicos, fazendo greves, enfim, criando mecanismos para chamar a atenção dos meios de comunicação etc.

> Essas estratégias mobilizatórias estão vinculadas não apenas à natureza coletiva dos interesses tutelados, mas principalmente com a arena institucional destinatária das demandas – nem sempre o Judiciário, muitas vezes o Legislativo e o Executivo. (CAMPILONGO, 2011, p. 26).

Apesar de a terminologia "advogados populares" passar a ser mais utilizada no período posterior à redemocratização do país, a atuação do grupo de advogados entrevistados, com referência no PCB, parece se aproximar da concepção de advocacia inovadora, alternativa e/ou popular analisada por Campilongo. Um dos entrevistados, que atuou em conflitos possessórios em Magé, como advogado da Fetag, por exemplo, relata que, em determinado momento, resolveu "fazer o tipo de atendimento coletivo" e explica:

> Eu faço atendimento coletivo, mais ou menos, mirando como o Chacrinha: a Discoteca do Chacrinha – "Então, bota todo mundo junto". E o camarada vai, conta a história dele e a gente pergunta: "E o que é que vocês fariam?". E aí faz o atendimento coletivo. E esse atendimento coletivo começa a ser uma espécie, assim, de uma escola. É um tipo de processo educacional. Então, começa a fazer isso. E eu começo a me debruçar mais na questão também de Magé; na tentativa de despejar o pessoal de Conceição de Suruí. (Al-

tamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).[11]

Teixeira (2015) explica que os advogados da Fetag atuaram nesse conflito, pois o STR de Magé não possuía recursos para contratar advogado. Eles iam duas vezes por semana ao STR, faziam o atendimento aos trabalhadores e discutiam com os dirigentes o encaminhamento das atividades. Além das atividades forenses e de auxílio na elaboração de ofícios para as autoridades, os assessores jurídicos orientavam os trabalhadores sobre como deveriam agir em relação aos grileiros.[12]

É possível que a metodologia de atendimentos coletivos aos trabalhadores pelos advogados da Fetag tenha contribuído para o processo de mobilização dos posseiros no conflito de Magé, por exemplo. Teixeira (2015, p. 12), que também entrevistou o advogado Altamir Petersen, destaca que esses trabalhadores "estavam constantemente mobilizados e atentos para o que estava acontecendo, apoiando o encaminhamento da luta conforme era viável". O autor identificou que, nesse conflito, apesar das dificuldades econômicas para o deslocamento dos posseiros, em alguns momentos foram feitas ações cole-

11 Teixeira (2015) estudou o conflito referido pelo entrevistado. A Fazenda Conceição de Suruí, localizada no município de Magé, Baixada Fluminense, foi ocupada nos anos 1950 e início dos anos 1960 por posseiros de diferentes regiões do Rio de Janeiro e do Brasil, com o objetivo de conseguir um pedaço de terra para produzir. Durante a década de 1960 e 1970, supostos proprietários (denominados pelos posseiros nesse conflito como *grileiros*) empreenderam ações para a retirada dessas famílias da área. Segundo um dos entrevistados por Teixeira, foram 12 mandados judiciais de despejos nesse período. Os posseiros resistiram a esse processo com ações de permanência no local e contaram com a assessoria política e jurídica do STR de Magé, da Fetag e da Contag. Além da defesa processual, promoviam idas aos órgãos públicas, por exemplo, à sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para reivindicar a desapropriação da área, e ao Ministério da Justiça, para relatar a violência contra os trabalhadores. Segundo o autor, esse processo de resistência fez com que a fazenda Conceição de Suruí fosse desapropriada em 1974, sendo, juntamente com a desapropriação da gleba América Fabril na mesma região em 1973, as únicas realizadas no estado do Rio de Janeiro entre o golpe de 1964 e o final dos anos 1970. Para maiores informações, ver capítulo de Marco Antonio Teixeira no presente volume.

12 Interessante destacar que o movimento sindical nesse período também utilizava reuniões com trabalhadores como instrumento de mobilização e orientação da base. As assembleias não eram muito utilizadas, na medida em que a legislação da época exigia a comunicação prévia às autoridades e nelas sempre havia presença de representantes do governo ou agentes do Serviço de Informação (TEIXEIRA, 2015).

tivas de incidência no Judiciário. Destaca que "pressionava-se o juiz através de idas a sua casa, por exemplo, para forçá-lo a decidir favoravelmente aos trabalhadores em um processo judicial" (TEIXEIRA, 2015, p. 37). Apesar da avaliação feita pelas lideranças sindicais apresentada por Teixeira (2015, p. 15), de que "o trabalho da federação junto ao sindicato era primordialmente de defesa jurídica" pós-1964, deve ser destacado que possivelmente essa atuação não se dava apenas nos espaços formais, por meio do processo judicial, do despacho no gabinete do juiz, audiência etc. Como apontado, outros mecanismos extrajurídicos de pressão sobre o Judiciário foram utilizados pelo movimento sindical e seus advogados, assim como a atuação dos advogados contribuía na mobilização dos trabalhadores rurais.

O atendimento coletivo como forma de socialização do problema e fortalecimento da mobilização dos trabalhadores rurais também foi uma prática adotada pela advogada do STR de Campos. Ela relatou que promovia esse tipo de atendimento e tinha a preocupação de ir aos locais de trabalho dos assistidos, pois a dúvida de um trabalhador poderia ser a mesma de outro.

As narrativas de nossos entrevistados sinalizam para uma preocupação em socializar com os trabalhadores rurais e lideranças o conhecimento jurídico. Aurora Coentro relatou que contribuiu com a elaboração de um boletim do movimento sindical chamado de *Conversa de Caboclo* dedicado aos trabalhadores rurais. Os advogados também recorreram a outras linguagens, como a organização de peças teatrais:

> Então, aí eu comecei a bolar teatro. E uma das peças que eu fiz peguei *Arena canta Zumbi*. Todo o final de ano a gente apresentava uma peça. Fiz *Arena canta Zumbi*, trechos. Fiz *Morte e Vida Severina,* essa a gente fez toda. Foi muito legal. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Altamir Petersen revelou uma preocupação presente em ocasiões em que acompanhava as lideranças de trabalhadores em reuniões com autoridades. Em sua opinião:

> Quem tem que falar é a liderança. Até, depois, eu fui para o Incra e veio esse negócio do pessoal daqui do Viva Rio, às vezes, vinham. E os assessores e os técnicos, falavam mais que os trabalhadores. Então, no meu tempo, a gente

> tinha essa preocupação, de quando ir falar com a autoridade, quem tinha que falar era a liderança dos trabalhadores. (Altamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

A preocupação com o protagonismo dos trabalhadores rurais também foi destacada por Aurora Coentro, ressaltando que o advogado não deveria se colocar como liderança, mas, sim, socializar o conhecimento jurídico através da pedagogia de Paulo Freire, contribuindo para "abrir o olho" do trabalhador rural:

> Olha, a gente tem que ter um pouco de cuidado. Porque até que ponto a gente não está se substituindo ao próprio trabalhador? Porque a luta é deles. A gente pode ajudar. É um pouco aquela coisa que também vigorou no movimento estudantil, que era o verbete: que o intelectual ia ser a vanguarda da revolução. E não é assim. Não é assim que a banda toca. E eu dizia: "Eu acho que o trabalho da gente é tentar abrir o olho dele. Porque a gente teve oportunidade de estudar. Então, tentar passar numa linguagem paulofreiriana e tal, para eles entenderem". E se a gente conseguir com que eles... (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Os advogados da Fetag, embora atuassem em demandas trabalhistas e possessórias, também chegaram a acompanhar as lideranças em caso de convocação para prestar declarações à Polícia política. Um dos nossos entrevistados contou que o então presidente da Fetag, Nicanor Brant,

> [...] deu uma entrevista num lugar, dizendo: "O governo, se quiser, tem uma solução. Eu tenho uma solução". Aí, o pessoal da repressão ficou meio... aí, convocou ele para ele ir lá. Aí, fomos eu e ele no Dops. E os camaradas tiraram fotografia. Quando chegaram e perguntaram para ele: "Qual a solução que o senhor tem?". Ele diz: "Olha, fazer a reforma agrária". E aí, o pessoal, os policiais verificaram que não era uma coisa assim tão revolucionária. (Altamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

Uma das entrevistadas relatou que o presidente da Contag à época, José Francisco da Silva, era constantemente chamado a prestar informações ao

Departamento de Ordem Política e Social (Dops), inclusive por matérias escritas pelas próprias advogadas e publicadas no informativo *Conversas de Caboclo*.[13]

> E aí, teve um artigo que eu pus assim: "Sudene: 10 anos, para quem?". A capa do *Conversa de Caboclo* era assim: "Sudene: 10 anos para quem? Veja no interior da cartilha" e não sei o quê. E tinha uma foto de uma família: a mãe – nem tinha o pai – com um monte de barrigudinhos assim, decrescendo. E as interrogações do "Sudene para quem?" vinha acompanhando os barrigudinhos. E aí, José Francisco disse que ficou bom, e não sei o quê. Resultado? Uma semana depois, o José Francisco foi chamado no Dops para fazer as explicações sobre a Sudene e os barrigudinhos e quem tinha escrito o artigo. Eu só me lembrava lá do negócio de Pernambuco. E o José Francisco disse: "Não. Isso não interessa quem escreveu. Quem escreveu foi a máquina. Mas eu que mandei escrever". (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Nossas entrevistadas relataram também a atuação dos advogados nas delegacias policiais em momentos como a prisão de 70 posseiros em São Pedro da Aldeia. Do mesmo modo, quando os fazendeiros colocavam fogo nas casas ou atiravam contra os posseiros, os advogados faziam o registro de ocorrência na Delegacia de Polícia e encaminhavam as informações sobre o caso para o Incra e para a Contag.

A reforma agrária estava prevista no Estatuto da Terra e, conforme um dos advogados,

> […] o pessoal da área rural tinha essa linha interessante da Contag, que sempre argumentava as coisas em cima do Estatuto da Terra; que tinha sido editado depois de 64. Que é uma coisa muito interessante, na minha observação: o pessoal da área urbana diz, às vezes, que o pessoal rural é muito legalista. Mas o problema é o seguinte: é porque o pessoal da área rural,

13 Ao que parece, a entrevistada, ao se referir ao boletim informativo *Conversa de caboclo*, está na verdade tratando do Boletim *O trabalhador rural*, que era editado pela Contag e largamente usado na formação dos trabalhadores rurais. *Conversa de caboclo* era uma seção do boletim *O trabalhador rural* e também uma publicação da Fetag/RJ.

> pela experiência, sabe que tem que ter algum respaldo legal. Então, veja só: na época do regime militar, havia a lei de greve, que era chamada a Lei Antigreve. Mas é exatamente essa lei que serviu para o pessoal de Pernambuco fazer a campanha [...]. Por quê? Porque vai fazer uma campanha, tudo com base na lei. Aí, a repressão tem mais dificuldade de fazer alguma coisa. (Altamir Petersen, entrevista concedida a Leonilde Servolo de Medeiros em 31/03/2015).

O recurso à lei no repertório político da Contag durante a ditadura foi também destacado por outra entrevistada, da seguinte forma:

> E qual era a estratégia do José Francisco, que tinha sido discutida em reunião, e era corretíssima, no meu entender? Se a gente está numa ditadura, como é que nós vamos entrar? Porque a ditadura pegou a camponesada e detonou todo mundo. Então, a nossa estratégia era a seguinte: vamos discutir tudo em cima da lei. Por quê? Por sorte nossa, Castelo Branco tinha aprovado o Estatuto da Terra. Em 64 [...]. E no Estatuto da Terra definia a reforma agrária; definia o pequeno proprietário. Uma maravilha! E inclusive, do ponto de vista jurídico, você até questiona, porque você sabe que as leis não são para definir nada; são para regulamentar o uso, a posse. Isso, sim. Mas não para dizer "o pequeno proprietário é; posseiro é". Mas o Estatuto da Terra dizia isso. Então, nós dizíamos que tínhamos que aproveitar o Estatuto da Terra. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

A advogada destacou ainda os usos feitos pelo movimento sindical do Estatuto do Trabalhador Rural e ressaltou que, na época da ditadura, a Contag conseguiu, primeiro, organizar nacionalmente sindicatos "tudo com base na lei", e também conseguiu "fazer campanhas salariais, dos assalariados; fazer congressos nacionais. A Contag fez o primeiro congresso, se não me engano, em 73; e em plena barra-pesada" (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).[14]

14 Em 1973 foi realizado o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, organizado pela Contag. Foi o primeiro após a eleição de José Francisco da Silva. Conforme destaca

A forma de atuação da Contag nesse período, de acordo com Medeiros (2014, p. 212-213), privilegiava "um encaminhamento administrativo de conflitos", mas teve como desdobramento "a importância que passaram a ter os advogados, contratados com recursos de convênios com o Ibra e Inda e depois com o Incra". O recurso aos tribunais foi visto como uma forma de mobilização e de resistência dos trabalhadores, em um período no qual a luta política estava estrangulada. Apesar da avaliação dos trabalhadores rurais e seus advogados sobre os limites do Judiciário, a via jurídica apresentava-se como o caminho possível naquele momento. Maria Angélica Gentili, que atuou nos conflitos possessórios em Cabo Frio, relatou o diálogo entre os advogados e os posseiros sobre a utilização de ações judiciais na resistência contra os fazendeiros da região:

> O argumento que a gente dava para eles [posseiros] é que, quando eles [fazendeiros] começassem a ver uma chuva de ações judiciais em cima deles, com acompanhamento seguro e tal... mas eles diziam: "Mas eles compram o juiz; eles compram isso e compram aquilo". A gente falava: "Mas, por pior que seja, a gente vai tentar".
>
> [...]
>
> Foi uma estratégia de luta impressionante. Porque você só tinha uma maneira de fazer aquilo, que era via judicial. E aí, nós ressuscitamos, vamos dizer assim... porque desde que essas duas legislações surgiram, além de ninguém nem tomar conhecimento da existência delas, elas nunca tinham sido aplicadas. Nem uma nem outra. Nem a trabalhista, propriamente dita; nem a dos colonos, do colonato, que era o Estatuto da Terra. Ninguém nem sabia! E nunca tinham sido utilizadas. E aí, o que é que a gente ia fazer? A avaliação que se tinha, naquela época, era de que a única forma que a gente tinha de apoiar a luta deles e dar proteção a eles, que resistiam ali, que ainda estavam ali era de você fazer a luta jurídica. Então, era uma luta extremamente trabalhosa. (Maria Angélica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Medeiros (2014, p. 211), o encontro "enfatizou a importância da formação de dirigentes, bem como a luta em torno dos direitos".

Os advogados de trabalhadores rurais elaboravam relatórios, que eram enviados ao Incra, muitas vezes com pedidos de desapropriação, sobre a situação de cada conflito. Com essas informações, os advogados avaliavam junto aos dirigentes sindicais quais seriam as melhores medidas jurídicas a serem adotadas. Esses advogados costumavam ingressar nos conflitos possessórios com ações de reintegração de posse e com pedido de indenização contra fazendeiros que se apossavam ilegalmente das áreas dos posseiros. Em alguns casos foram propostas ações de usucapião coletivas, quando não existia oposição à posse dos trabalhadores, por pretensos proprietários. Entretanto, uma das entrevistadas destacou que existia um debate delicado sobre o impacto dessas ações de usucapião na luta política. Por esse motivo, as ações de usucapião só eram ajuizadas em casos muito graves, para os quais não existia outra alternativa:

> Havia uma discussão entre nós – você sabe como é que é: quando se trabalha tecnicamente, mas também você tem um ponto de vista político... Havia e há, até hoje, uma discussão de que não era o mais adequado titular o pessoal. Porque ele ia virar um pequeno burguês, e aquela coisa, que ia virar um proprietário etc., que era perigoso, que era melhor fazer a defesa dele como posseiro mesmo. Enfim, aí ficava aquela discussão. E uns diziam: "Eu não faço". E aí eu falava: "Eu só faço naqueles casos graves. Naqueles casos em que eu sei que está na iminência de sofrer uma agressão brava. Aí eu sou capaz de fazer". E eu não fiz muitos, não. (Maria Angelica Gentili, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 11/07/2014).

Outra advogada observou que na época tinha preferência por atuar na área trabalhista, porque existia maior explicitação do conflito, enquanto, por exemplo, as ações de usucapião representavam um reforço à ideologia proprietária:

> [...] eu sempre gostei mais da área trabalhista. Porque eu acho que é onde o conflito se coloca mais... porque, na verdade, a ideologia do pequeno proprietário é uma ideologia pequeno-burguesa. Claro! Então, imagina, você nova, o cara quer terra. E tudo o que eu queria era que ele não quisesse terra. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Interessante destacar que, na década de 1950, segundo Grynszpan (1987, 2009), existia a aposta da tática jurídica de recurso dos lavradores a ações de usucapião na defesa de suas posses. Entretanto, como aponta o mesmo autor (2009, p. 47), ainda nesse período paulatinamente os lavradores e seus advogados, "expondo a violência e a radicalidade das lutas", passaram a "caracterizar os locais onde vinham ocorrendo despejos como áreas de conflito, de tensão social. Seu objetivo era forçar a desapropriação daquelas áreas e sua entrega aos lavradores".[15] Teixeira, ao analisar o conflito da Fazenda Conceição de Suruí, destaca que os advogados nesse período contribuíam na elaboração de ofícios pelos dirigentes sindicais. Neles, solicitavam providências das autoridades para resolver conflitos agrários, e a solução apontada era a desapropriação das terras. Esses conflitos justificavam a importância e a legitimidade legal da desapropriação por ser área de "tensão social" em virtude dos conflitos fundiários. Segundo o autor,

> [...] caracterizar a situação em Magé como de "tensão social" era uma estratégia da entidade sindical para enquadrar este caso em uma situação prevista no art. 15 do Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) como prioritária para fins de reforma agrária. O texto do referido artigo diz: "A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social". Isso mostra a articulação das estratégias de ação no encaminhamento da luta pela desapropriação de terras: o envio de ofícios e a luta com base na legislação ocorriam de forma concomitante e se complementavam. (TEIXEIRA, 2015, p. 44).

Nas questões trabalhistas, Ana Maria Nascimento relatou que usavam a tática de ingressar com ações coletivas, as chamadas ações plúrimas, bus-

15 Grynszpan (2009, p. 47) afirma, utilizando como referência a entrevista do advogado da Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), Oay Fonseca, realizada em 1986, que, "tendo em vista caracterizar o litígio, de forma a obter a desapropriação, as organizações camponesas deslocavam quadros e advogados para diferentes pontos do estado a fim de, através de pesquisas em cartórios, inclusive identificar terras passíveis de ocupação. Em suas pesquisas e consultas buscava delimitar áreas cuja ocupação teria boa acolhida do governo, facilitando uma solução favorável aos *posseiros*". Grynszpan (2009, p. 52) informa que 15 áreas foram desapropriadas pela Superintendência de Política Agrária (Supra) no Brasil até 1963. Metade delas estava localizada no estado do Rio de Janeiro.

cando organizar os trabalhadores da cana que tinham, segundo ela, uma lógica muito individualista:

> Nós entramos na justiça com ações coletivas, para poder agregar, pro pessoal aprender a trabalhar em conjunto, porque o assalariado é muito solto, independente, não tem noção do que é o trabalho em coletivo, união, de solidariedade, cada um é por si, cai no eito, ganha por produção, então quem for mais rápido se safa, eles não tão nem aí. [...] É difícil agregar, então nós começamos a fazer ações coletivas, plúrimas, numa ação só a gente botava 50 trabalhadores. E outros mecanismos que eu não lembro mais direito não, sabe. Mas a coisa foi costurando através dessas pequenas iniciativas até chegar a uma deflagração de greve. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

Segundo a advogada, apesar da percepção da relação de corrupção existente entre os usineiros e o Judiciário campista, o sindicato acreditava que a atuação pela via judicial contribuía para a articulação da luta política:

> Eu acho que tem muita força, porque o brasileiro é legalista, ele gosta de papel, então quando você entra com um processo, principalmente se for coletivo, mobiliza em demasia. E a mobilização fica tão forte e eterna se o trabalhador for vencedor, eles guardam essa história pro resto da vida deles. O Judiciário foi um campo de atuação de muita importância pros trabalhadores, não só pros assalariados. Eu trabalhei em São Fidélis que é área de posseiros. O Judiciário tanto ajuda o assalariado, quanto ajuda a lerdeza do Judiciário comum quanto ajuda trabalhador não assalariado que é o posseiro. Quantas vezes eu conseguia liminar em favor do posseiro e esses processos levavam cinco anos com aquele trabalhador ali na posse da área que foi cedida pra parceria agrícola porque o processo não andava. Então o Judiciário da justiça comum ajudava muitos os trabalhadores. (Ana Maria Nascimento, entrevista concedida a Ana Costa e Mariana Trotta em 15/12/2014).

A avaliação negativa do Judiciário na época é compartilhada por outra advogada entrevistada, que, apesar disso, afirma terem a preocupação de conversar com os juízes, compreendendo o Judiciário como um espaço das lutas por direito dos trabalhadores rurais:

> Do Judiciário, era uma avaliação de que eles estão a serviço do poder. Quer dizer, mas, sempre se conversou... Sempre se teve a linha de conversar com o juiz. Porque, inclusive, quando houve o processo do Chico Mendes, o José Francisco foi lá depor e tal coisa. Então, sempre se conversou. Mas eram poucos os juízes com quem a gente podia contar. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Às narrativas de pressões, ameaças e violências soma-se o destaque à sustentabilidade econômica como um grande desafio da assessoria prestada. Três de nossas entrevistadas fizeram, nos anos 1980, concurso para a magistratura trabalhista. Uma delas ponderou:

> […] você não ganhava nada. Em compensação, a minha coluna entortou. Por que eu ganhava o quê? Caixa de maracujá; galinha – que eu morria de medo –, a galinha voou na barca e eu atrás da galinha. Era um horror! Um horror (risos). Davam cachos de banana e a gente carregando aquilo. A gente não tinha carro, naquela época. (Aurora Coentro, entrevista concedida a Ana Costa, Leonilde Medeiros e Mariana Trotta em 06/08/2014).

Considerações finais

O contexto da repressão no campo que se seguiu ao golpe empresarial-militar de 1964 no Brasil foi marcado, inicialmente e imediatamente, pela desarticulação das lutas por terra e por direitos trabalhistas, com acentuação da violência pública e privada. Perseguições, tortura e prisões, entre outras formas de violência, atingiram lideranças políticas e advogados(as) que estavam antes do golpe organizados em sindicatos e/ou partidos (com destaque aos quadros do PCB).

A reorganização da estrutura sindical dos trabalhadores rurais destacou-se como grande desafio, que contou com diversos mediadores, entre os quais estavam advogados e advogadas que prestaram assessoria para os sindicatos de trabalhadores rurais, a Fetag e/ou a Contag.

A estratégia de luta do sindicalismo rural nos marcos da legalidade existente e no âmbito judicial implicou um investimento na contratação de advogados e advogadas e na promoção de encontros entre dirigentes e advogados, o que abriu espaço para a criação, inclusive, da Anatag, em resposta aos assassinatos de advogados que atuavam ao lado de trabalhadores em conflitos fundiários agrários.

A compreensão da lei e do Poder Judiciário como um campo de disputas foi, dessa forma, pressuposto para as formas de luta adotadas pelos dirigentes sindicais no campo naquele período e a atuação dos advogados e das advogadas de trabalhadores rurais foi analisada sob essa perspectiva.

As estratégias e táticas narradas apontam para o debate sobre o uso do direito e do Judiciário, mesmo no período autoritário, como forma de aglutinar trabalhadores atomizados pelo trabalho assalariado no campo, assim como forma de fortalecer a resistência de posseiros em suas terras. Apostavam na socialização do conhecimento jurídico com os trabalhadores e dirigentes seja por meio de reuniões, seja com a elaboração de pequenos textos para os jornais sindicais destinados aos trabalhadores rurais. As narrativas dos advogados desse período também indicam o processo de formação política de advogadas(os) na relação com dirigentes sindicais e trabalhadores rurais.

Ao longo das entrevistas, percebemos que um grupo de advogados, majoritariamente com referência política no PCB, procurou fortalecer a luta dos trabalhadores rurais por dentro da lei, "no domínio da lei", utilizando a categoria de Thompson (1987), mas adotando táticas que ultrapassavam os limites da lei, dessa forma, contribuindo na elaboração de ofícios, relatórios, mas também auxiliando na mobilização dos trabalhadores com base em interpretações das leis, como o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra.

Esses advogados também exploravam as ações coletivas trabalhistas e possessórias de forma a que permitissem a coletivização do conflito e a mobilização dos trabalhadores. Dessa forma, evitavam a utilização de ações que reforçavam a propriedade individual, como o usucapião. Nesse sentido, exploravam as brechas da lei dentro do Judiciário, compreendendo que as leis também colocavam freios legais ao poder do regime autoritário e dos fazendeiros.

Referências

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra:* (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, Editora da UFRRJ, 1997.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O Direito na Sociedade Complexa*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*, 5a edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, Neide. Campesinato e Igreja na fronteira – o sentido da lei e a força da aliança. In: FERNANDES. Bernardo et al. *Lutas camponesas contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2009.

GENTILI, Maria Angélica [entrevista]. In: RAMALHO, José Ricardo; ESTERCI, Neide (Orgs.). *Militância política e assessoria:* compromisso com as classes populares e resistência à ditadura. São Leopoldo: Oikos, 2017.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. 2 v. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Naciona/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

_______. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES. Bernardo et al. *Lutas camponesas contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2009. p. 35-56.

MAIA, Aline; MEDEIROS, Leonilde; GALVÃO, Elisandra; BASTOS, Gabriel. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório final. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 229-290. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/projetosfaperj>.

MARQUES, Nilson. *Contratos inominados no direito agrário*. São Paulo: Editora Pró-livro, 1978.

______; PETTERSEN, Altamir. *Uso e posse temporária da terra*. Arrendamento e parceria. Doutrina, legislação, jurisprudência. São Paulo: Pro-Livro, 1977.

MARTINS, José de Sousa. *A militarização da questão agrária no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MEDEIROS, Leonilde (Coord.) *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Relatório final. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/projetosfaperj>.

______. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura:* o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELO, Demian. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian. *Miséria da historiografia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014.

PALMEIRA, Moacir. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES. Bernardo et al. *Lutas camponesas contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2009. p. 171-200.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. *Poder Judiciário e conflito de terra:* a experiência da vara agrária do sudeste paraense. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SÁ, Fernando; MUNTEAL, Oswaldo; MARTINS, Paulo Emílio. *Os advogados e a ditadura de 1964:* a defesa dos perseguidos políticos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

SANTOS JR., Belisário. A advocacia nos anos de chumbo. In: GOMES, Luis Flávio; MAZZOULI, Valério de Oliveira (Orgs.). *Crimes da Ditadura Militar:* uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SIGAUD, Ligia. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves. In: FERNANDES. Bernardo et. al. *Lutas camponesas contemporâneas:* condições, dilemas e conquistas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2009. p. 287-306.

TAVARES, Ana Claudia Diogo. *A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e as questões agrária, ambiental e trabalhista:* disputas sobre o direito a partir da Constituição brasileira de 1988. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antonio. Formas de ação coletiva: reflexões a partir dos conflitos por terra em Magé, RJ. *Política & Sociedade,* Florianópolis, v. 14, n. 30, p. 27-55, maio/ago. 2015.

TELÓ, Fabrício; BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).* Relatório final. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. p. 100-172. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/projetosfaperj>.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores:* as origens da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Anexos

ANEXO 1

Relação de camponeses e apoiadores presos do estado do Rio de Janeiro

Anexo 1 - Relação de camponeses presos do estado do Rio de Janeiro[1]

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Ademir do Nascimento	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Ademir dos Santos Borges	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Aderaldo da Silva Rosa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Alcir Ferreira Brizão	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Aldair Cordeiro de Lima	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Aleil Marreiro dos Santos, "Pernambuco" (apelido)	Imbé	Campos dos Goytacazes	1964	Exército	Entrevista de Roseli Borges a Delma Pessanha Neves, Fabrício Teló e Leonilde Medeiros em 10/02/2015. Inf. nº 2/65. DPPS RJ. (Arquivo Nacional, br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0022_0017_d0001de0001, p. 8)
Alexandre Carlos dos Santos	Fazenda Rabelo - Passagem	Cachoeiras de Macacu	Maio/1983	Polícia Militar	Posseiros presos. ***O Estado de São Paulo***, 11/05/1983
Alexandre Rangel	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244).
Alfredo Alves Barbosa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Alielson Pereira da Silva	Repressão a lideranças sindicais	Trajano de Moraes	1964	Comando Reg. do Exército em Macaé, Forte Marechal Hermes	Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001.

1 Esta lista de presos inclui desde pessoas detidas por apenas um dia para intimidação ou interrogatório até prisões com condenação formal.

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Almerindo Baiense	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Altino Felipe da Silva	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Aluísio Muzzi	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	24/11/1977	Polícia de Cabo Frio	Briga por terra em Cabo Frio tem mais um posseiro ferido. ***Jornal do Brasil***, 05/03/1978. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Álvaro Pereira da Silva (Álvaro Roldão)	Repressão a lideranças sindicais	Trajano de Moraes	1964	Comando Reg. do Exército em Macaé, Forte Marechal Hermes	Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001
Alvino Alves	Núcleo Agrícola Santa Alice	Itaguaí	1962	Polícia Militar	Grileiros Desmoralizam o Governo. ***Terra Livre,*** Fevereiro de 1962
Amaro Caruso Borges	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Américo da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Anastácio dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Anézio Dias de Freitas	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	04/09/1964 - 25/01/1971	Polícia Militar	Aperj. Prontuário RJ 10.929
Anisio Pires de Oliveira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Antonio Carlos Peres dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Antônio da Costa Carvalho	Atuação do Ibra em Papucaia	Cachoeiras de Macacu	20/10/1966	Guarda Rural do Ibra	Ibra prende e ofende sacerdote. ***O Fluminense***, 22/10/1966

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Antonio Ferreira de Almeida	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Antônio Francisco dos Santos	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Antonio Jorge Xavier	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Antonio Lopes	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Antônio Venutelli	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	Meados dos anos 1970	Polícia de Cabo Frio	Cabo Frio: posseiros invadem fazenda para impedir a demarcação. ***O Globo***, 29/08/1976. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Aristides Luiz Barcelos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Arlindo da Silva Gomes	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Arlindo de Lima	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Arlindo Ferreira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Áureo Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Ayrton Ferreira de Lima	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Benedito dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Berlindo Correia dos Santos	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	Janeiro/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Braulio Francisco Cordeiro	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Bráulio Rodrigues da Silva	Pedra Lisa	Japeri – Nova Iguaçu	Várias vezes entre 1966 e 1974	Exército	SILVA (2008)
Casimiro Felipe da Silva	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Celso Leite	Raíz da Serra	Magé	1988	Soldados do Exército	Imbel quer afastar posseiro. ***Jornal do Brasil***, 20/10/1988. (NMSPP/ci CF.se.rj - Pasta I)
Claudecir Santos da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Daniel Dantas de Souza, "Baiano" (apelido)	Imbé	Campos dos Goytacazes	1964	Exército	Entrevista de Roseli Borges a Delma Peçanha Neves, a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 10/02/2015. Inf. nº 2/65. DPPS RJ. (Arquivo Nacional, br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0022_0017_d0001de0001, p. 8)
David Gomes	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Delais (ou Delair) Gomes	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Delcio Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN – Niterói; Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Edson Silveira Couto	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Edvige José Venâncio	Fazenda São Lourenço, Capivari e outros	Duque de Caxias	1964	Não identificado	Entrevista de Nilson Venâncio a Elisandra Galvão e a Fabricio Teló em 10/09/2014

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Eldo Gomes Ferreira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Elias Pereira da Silva	Repressão a lideranças sindicais	Trajano de Moraes	1964	Comando Reg. do Exército em Macaé, Forte Marechal Hermes	Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001
Elias Teixeira da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Elieser Fagundes Rangel	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Eliseu Batista do Carmo	Não identificado	Duque de Caxias	Não identificado	Não identificado	Entrevista de Nilson Venâncio a Elisandra Galvão e Fabricio Teló em 10/09/2014
Elísio Vitorino de Andrade	Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	1961	Sargento e seis soldados da PM	Frederico Araújo (1982)
Esposa de José Tavares da Silva	Gleba Nova Ribeira	Cachoeiras de Macacu	Fins de 1970	Guarda Rural do Ibra	Ficha nº 27 RJ – Gleba Nova Ribeira. Processo Incra. (MSPP/epp INCRA. pr.rj Pasta XX)
Eumar Gomes Ferreira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Evergisto Salomão	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Fausto Gomes	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Felix Correia dos Sanots	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Félix Escobar Sobrinho	Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	04/1964 e 10/1971	Exército	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Fernando Barbosa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Fidelino Gaspar da Conceição	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Francisco Caldeira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Francisco de Assis	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Francisco Felipe da Silva	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Francisco Fortunato	Fazenda Santo Inácio	Trajano de Moraes	1969-1970	José Antonio Barbosa de Moraes; Delegacia de Polícia de Trajano de Moraes; Comando Reg. do Exército em Macaé, Forte Marechal Hermes.	"Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes". ***Isto É***, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional; Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001; Francisco Fortunato Filho, entrevistado pela repórter Ana Dalla Pria em março de 2009 para o programa ***Globo Rural***
Francisco Fortunato Filho	Fazenda Santo Inácio	Trajano de Moraes	1969-1970	José Antonio Barbosa de Moraes; Delegacia de Polícia de Trajano de Moraes.	"Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes". ***Isto É***, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional; Francisco Fortunato Filho, entrevistado pela repórter Ana Dalla Pria em março de 2009 para o programa ***Globo Rural***
Franklin de Araujo Lima	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Geciel da Silva Pinto	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Genilson Cruz Colina	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Geraldo de Jesus	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Geraldo Leite	Tentativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	02/12/1971 até 12/12/1972	Exército	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
Gerson da Conceição	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	03/10/1971 até 22/12/1972	Exército	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
Gerson Rodrigues	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Gilberto Brito dos Santos	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Glicério da Cruz	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Hilario Muniz Cardoso	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Hildebrando Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Iberaldo Jorge Antônio	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Ione Nunes da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CNV - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Irênio de Matos	Núcleo Agrícola Santa Alice	Itaguaí	1962	Polícia Militar	Grileiros Desmoralizam o Governo. ***Terra Livre,*** Fevereiro de 1962

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Izaias Angela Biasati	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jacy Rodrigues Viana	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jailton Rodrigues Viana	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jaime de Brito	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Joaci Moreira da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Joair Nunes da Silva	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	04/08/1971 até 08/08/1973	Exército	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
João Barbosa de Castro Filho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
João Batista Amaral da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
João Corrêa de Paula	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	04/04/1964; 12/09/1964; 03/07/1965; 30/01/1980	Polícia Militar	Aperj. Prontuário RJ 21.062; Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
João de Abreu Freitas	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
João Peçanha	Fazenda Santo Inácio	Trajano de Moraes	1969-1970	José Antonio Barbosa de Moraes; Delegacia de Polícia de Trajano de Moraes; Comando Reg. do Exército em Macaé, Forte Marechal Hermes.	"Final de conflito: a reforma agrária chega a Trajano de Moraes". ***Isto É***, São Paulo/SP, 29/07/1987, p. 26. Arquivado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, CPT Nacional; Álvaro Roldão, entrevistado por Afrânio Garcia, 08/09/2001; Francisco Fortunato Filho, entrevistado pela repórter Ana Dalla Pria em março de 2009 para o programa ***Globo Rural***
João Santana da Silva	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	1973	Polícia de Cabo Frio	Declaração de João Santana da Silva. Cabo Frio, 02/07/1973. (MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I)
Joaquim Augusto da Costa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Joaquim Delgado Filho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/
Joaquim Gonçalves da Rocha	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Joaquim Salomão	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Joel Gonçalves da Rocha	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Joel Rodrigues Viana	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Johaanes Joachim Maria Van Leewen	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jomelino Gomes da Silva	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Jonas Rodrigues dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jorge dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Jorge Francisco de Brito	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Depoimento da vítima ao Testemunho da Verdade dos Conflitos no Campo. Auditório da OAB/RJ, 19/05/2015
José Amélio dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Amorim dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Cabral	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
José Caldeira dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Cordeiro	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
José Correia	Não identificado	Duque de Caxias	Não identificado	Não identificado	Entrevista de Nilson Venâncio a Elisandra Galvão e a Fabricio Teló em 10/09/2014
José dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
José Ferreira	Núcleo Agrícola Santa Alice	Itaguaí	1962	Polícia Militar	Grileiros Desmoralizam o Governo. ***Terra Livre,*** Fevereiro de 1962
José Gomes Filho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
José Honório de Almeida Jr.	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Maria Pereira Lima	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Maria Peres dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Neto Rodrigues	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
José Nunes da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN - Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
José Pureza da Silva	Xerém, Imbé e outros	Duque de Caxias e Campos	1973 a 1977 Itamaracá/PE	Não identificado	PUREZA (1982)
Josefá de Pontes dos Santos Lima	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Relatório Parcial de Pesquisa e Atividades da CVN – Niterói. Niterói, junho de 2014. Disponível em http://www.verdadeemniteroi.org/. Acesso em 18/12/2014
Juarez de Barros Coelho	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. *O Globo*, 18/01/1969
Juarez de Barros Coelho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Julia Salomão	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. *O Globo*, 18/01/1969
Julio Cesar Ribeiro Callado	Fazenda Rabello - Passagem	Cachoeiras de Macacu	05/1983	Polícia Militar	Posseiros presos. *O Estado de São Paulo*, 11/05/1983
Laerte Rezende Bastos	Fazenda Capivari	Duque de Caxias	Não identificado	Não identificado	Depoimento da vítima ao Testemunho da Verdade dos Conflitos no Campo no Estado do Rio de Janeiro. Auditório da OAB, 19/05/2015

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Lauri Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Laurides Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Livino Maia	Raíz da Serra	Magé	1988	Soldados do exército	Exército ameaça posseiros em Magé. ***O Dia***, 20/10/1988. (NMSPP/ci CF.se.rj - Pasta I)
Luiz Correia de Paula	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Luiz da Cruz Correia	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Magno da Silveira Couto	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	1964	Polícia Militar	Termo de informação de Magno da Silveira Couto, em 05/07/1965 (Aperj, Prontuário RJ 21.062)
Manoel Escamilha	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Manoel Ferreira de Lima	Diversos no município	Magé	08/04/1964	Polícia	RIBEIRO (2015)
Manoel Francisco	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Manoel Gonçalves dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Manoel Joaquim Beliene	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Manoel Messias da Silva Moraes	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Manoel Nunes Pereira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Manoel Peres dos Santos	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Marcelino Salatiel	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969.
Maria Nunes Coelho	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Mariano Beser	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Mario Gorgonha	São Lourenço	Duque de Caxias	1964	Exército	Nilson Venâncio. Entrevista a Elisandra Galvão e Fabrício Teló em 10/09/2014
Mesake de Araújo	Praia do Sono – Fazenda Santa Maria	Paraty	1981	Polícia Militar	“Posseiro acusa empresário de fazer ameaças”. Folha de São Paulo. 16/06/1981. (MSPP/ciCF.se.rj – Pasta I)
Nicodemos Alves Machado	FNM	Duque de Caxias	1964	Não identificado	Entrevista concedida a Aline Borghoff Maia e Elisandra Galvão em junho de 2015
Nicolau Januário	Não identificado	Magé	Não identificado	Não identificado	***Luta Democrática***. 13/08/1961. p.1, citado por RIBEIRO (2015)
Nilson Venâncio	FNM e Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	Preso mais de 5 vezes no RJ e na BA	Exército	Entrevista de Nilson Venâncio a Elisandra Galvão e Fabricio Teló em 10/09/2014.
Nilton Cardoso Ferreira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Noel Salomão	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969.
Novaes (ou Neves) da Silva Sedano	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Orlando Ferreira Stellet	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Padre Aníbal	Fazenda Capivari	Duque de Caxias	1963	Polícia Militar	Padre chefia invasão de terras em Capivari e é preso graças a um ardil. ***Correio da Manhã***, 22/06/1963, capa

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Paulo Ferreira de Almeida	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Pedro da Silva Rosa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Pedro Gomes dos Santos	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	07/04/1971 até 07/08/1972	Exército	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
Pedro Guimarães Filho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Pedro Lopes Carvalho	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Pedro Rosa de Oliveira	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Polícia de C. de Macacu	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores*. **O Globo***, 18/01/1969
Reinaldo Baiense	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Rosalina Santa Cruz	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	02/12/1971 até 12/12/1972	Exército	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
Satiro Borges	Imbé	Campos dos Goytacazes	1964	Exército	Entrevista de Roseli Borges a Delma Pessanha Neves, a Fabricio Teló e a Leonilde Medeiros em 10/02/2015
Sebastião Alves de Lima	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Sebastião Borges Pedrosa	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Sebastião Fernandes da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Sebastião Ferreira	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Sebastião Francisco Fidelicio	Passagem – Areia Branca	Cachoeiras de Macacu	09/03/1983 até 12/03/1983	3ª Auditoria do Exército	Justiça Militar liberta posseiros. ***O Fluminense***, sexta-feira, 13/03/1983. (MSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Sebastião Gregório da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Sergio da Conceição	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Silas Teixeira da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Silvio Salomão	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	27/11/1961	Polícia Civil	Aperj. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043
Valci Pires Pinheiro	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Waldecir de Souza	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
Wanthoil Dias Lacerda	Núcleo Agrícola Santa Alice	Itaguaí	1962	Polícia Militar	Grileiros Desmoralizam o Governo. ***Terra Livre,*** Fevereiro de 1962
Wilson Gonçalves da Silva	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Zenito de Lima Pianes	São José da Boa Morte	Cachoeiras de Macacu	30/01/1980	Polícia Militar	Relação de indiciados em inquérito por invasão em S.J.B.Morte - CM Flagrante em 30/01/80 (Aperj, Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244)
NÃO IDENTIFICADOS					
Diretor da Associação de Pequenos Produtores de Cachoeira Grande	Cachoeira Grande	Magé	1986	Sargento e 4 policiais da PM	TEIXEIRA (2011)
Não identificado	Raíz da Serra	Magé	1988	Soldados do exército	Imbel quer afastar posseiro. *Jornal do Brasil*, 20/10/1988. (NMSPP/ci CF.se.rj - Pasta I)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Não identificado	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	17/03/1982	Não identificado	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 13/05/1982. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II).
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I).
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Não identificado	Fazenda Caveiras	São Pedro d'Aldeia	03/1975	Polícia de São Pedro d'Aldeia	Of. nº 294/SE/76 da Fetag/RJ à Contag em 15/12/1976. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta I)
Posseiros	Fazenda Ariró	Angra dos Reis	Não identificado	Polícia Militar	Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990. Elaboração: Fetag/RJ em convênio com a SEAF, em junho de 1990. (NMSPP/SrSC.frj.c – Pasta II)
Posseiros	Fazenda do Bracuí	Angra dos Reis	Não identificado	Polícia Militar	Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990. Elaboração: Fetag/RJ em convênio com a SEAF, em junho de 1990. (MSPP/SrSC.frj.c – Pasta II).

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Trabalhadores posseiros da fazenda, em número Não identificado	Fazenda Alpina	Teresópolis	1983	Paulo Roberto Chaves Duarte e a Álvaro Soares Coimbra, com apoio e participação da Polícia de Teresópolis.	Posseiro faz protesto para garantir terra. ***Jornal do Brasil***, 13/12/1985. (MSPP/ci CF.se.rj - pasta I); Fetag/RJ. Relatório Anual de Atividades da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, 1986. (MSPP/sr SC.frj.r – Pasta I); ***Jornal do Brasil***, 05/10/1986; e ***Vamos à Luta***, Comissão de Assentados, RJ, nº 0, maio/junho de 1989 (Centro de Documentação D. Tomás Balduíno – Acervo Digital CPT Nacional)

Referências

ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Instituo de Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1982.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Centro de Documentação em História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SILVA, Bráulio R. da. *Memória da luta pela terra na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

TEIXEIRA, Marco A. S. *Conflitos por terra em diferentes configurações: um estudo de caso em Magé, RJ*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

ANEXO 2

Lista de assassinados no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

Anexo 2 - Lista de assassinados no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

1. Reconhecidos pela CEV-RIO

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Amâncio Bonifácio da Cruz	São Gonçalo	Paraty	1973	Ciro Machado	SIQUEIRA (1984) Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 06/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ
Augusto Rodrigues de Souza	Fazenda Soarinho	Cachoeiras de Macacu	20/03/1982	João Francisco Pinheiro	Of. nº 90/SE/82, do presidente da Fetag/RJ ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra em 13/05/1982. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Benício Gomes de Oliveira	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	1978	Não identificado	Relatório da CPT sobre Conflitos no Campo. s/d. Provavelmente do ano de 1988 (MSPP/Ig CPT.cIn – Pasta I)
Cecílio Alves Stellet	Morumbeca	Santa Maria Madalena	1987	Suspeitou-se que o realizador do crime tenha sido Gabriel, filho do pistoleiro Alcides Miranda, a mando de Pedro Paulo Monteiro.	Relato manuscrito do trabalhador Manoel Severino da Silva à CNRA em 28/08/84; anotações de 1987 datilografadas. (MSPP/ig CPT.se - pasta I, Subpasta "Atividades RJ")
Concelsa dos Santos Silva	Arrastão das Pedras	São Pedro d'Aldeia	29/08/1986	Não identificado	Lavradora é degolada em São Pedro da Aldeia. *O Globo*, 30/08/1986. (NMSPP/ci CF.se.rj – Pasta I)
Félix Escobar Sobrinho	Fazenda São Lourenço	Duque de Caxias	10/1971	Visto pela última vez no DOI-CODI, na PE da Vila Militar/RJ	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/119
Ivo Alves	Fazenda Conceição	Silva Jardim	11/1977	Não identificado	*Conversa de Caboclo* - Boletim Inf. da Fetag/RJ, nº 9, Ano 06, 07/1977 a 01/1978, pp. 16-7. (MSPP/Sr SC.frj.bl - Pasta I).
José Ferreira Nunes Filho	Fazenda Bacaxá	Rio Bonito	09/11/1979	Álvaro da Costa, neto do dito proprietário	Of. 107/SE/81 da Fetag/RJ à Coordenação Regional do Leste Meridional do Incra em 15/06/1981. (MSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
José Matias (Zé Matias)	Pedra Lisa	Nova Iguaçu	1954	Não identificado	ERNANDEZ (2010)
Jotacy Ferreira da Silva	Fazenda Tipity	São João da Barra	1983	Arnaldo Garcia (adm. da fazenda)	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Manoel Mangueira	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	Meados de 1973	Casemiro e Julio, jagunços a serviço de Jamil Mizziara, o proprietário	Of. nº 156/SE/73 enviado pela Fetag/RJ à Contag em 19/07/1973. (MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I)
Mário Vaz	Fazenda Mato Alto – Campo Grande	Rio de Janeiro	11/1965	Detetive José Curi, ligado a empresa S/A Granja Agrícola Pastoril	PM chamada para despejar os posseiros. ***Diário de Notícias***. 06/10/1974. (MSPP/ci CF.se.rj - Pasta I)
Nilson Diogo	Sítio das Palmeiras	Vassouras	17/06/1986	Dois desconhecidos após ameaças do médico/fazendeiro Amilcar Lobo Moreira da Silva.	Relatório Anual de Atividades da Fetag/RJ (MSPP/sr SC.frj.r – Pasta I); ***Jornal do Brasil***, 03/09/1986, 07/10/1986 e 28/04/1987; ***Aconteceu***, CEDI, São Paulo, 09/1986. (Centro de Documentação D. Tomás Balduíno – Acervo Digital CPT Nacional); Gilney Viana (2013)
Sebastião Gomes dos Santos	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu	30/05/1969	Ênio de A. Lacerda, Wallace A. de Moura e Souza, Valter da S. Rangel, Paulo R. de Andrade	Ação Penal 01/72 e Apelação STM 40.441 – Pasta BNM_57. Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/
Sebastião Lan	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	06/06/1988	Jamil Miziara, José Cordeiro, Di Stéfano A. de Jesus (policial militar em Campos dos G.), Juraci F. dos Santos e um homem conhecido como Marquinhos	Relatório da CPT sobre Conflitos no Campo. s/d. Provavelmente do ano de 1988 (MSPP/lg CPT.cln – Pasta I)
Vitório Bonifácio da Cruz	São Gonçalo	Paraty	1973	Ciro Machado	SIQUEIRA (1984) Levantamento de conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 06/1981. Acervo do NMSPP/CPDA/UFRRJ

2. Não reconhecidos por falta de comprovação formal

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Ademir Barreto	Fazenda do Capixaba	Nova Iguaçu	1987	Não identificado	VIANA (2013)
Ademir Pereira	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1981	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Adevanir	Pau Grande	Magé	Década de 1980	Não identificado	Levantamento dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro ocorridos entre os anos 1970 e 1990. Elaboração: Fetag/RJ e SEAF, 1990. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Adilson da Silva Moura	Fazenda Vecchi	Cachoeiras de Macacu	19/07/1978	Agente privado Não identificado	VIANA (2013)
Alcides Desidério Rodrigues	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1979	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Alcides Gonçalves	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1980	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Antonio Januario	Não identificado	Magé	Não identificado	Não identificado	*Luta Democrática*. 13/08/1961. p.1, citado por RIBEIRO (2015)
Arnaldo Guther	Papucaia	Cachoeiras de Macacu	12/1975	Adonias da Silva	Guarda Rural do Incra executado por vingança, *O Fluminense,* 26/12/1974
Aurélio Albino da Silva	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1979	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Benedito Pereira	Xerém	Duque de Caxias	09/1964	Não identificado	VIANA (2013)
Cassimiro Soares	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1980	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Docilina Correa	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1981	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Dois irmãos, possei-ros, de sobrenome Fernandes.	Não identificado	Vassouras	Entre 1970 e 1990	Não há registros	Levantamento dos conflitos de terra no Estado do Rio de Janeiro – ocorridos entre os anos de 1970 e 1990. Fetag/RJ, 1990 (MSPP/Sr - SC.frj.c - Pasta II)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Dois filhos do lavrador Nilo Peçanha Pinheiro	Fazenda de Júlio Avelino Filho	Vassouras	1990	Júlio Avelino Filho foi acusado pelos assassinatos.	***Jornal do Brasil***, 05/05/1990; ***O Estado de São Paulo***, 05/05 e 06/05/1990; ***O Liberal***, Belém, 05/05/1990; e ***Zero Hora***, Porto Alegre, 06/05/1990. Matérias arquivadas pelo Centro de Documentação D. Tomás Balduíno – Acervo Digital CPT Nacional
Edmundo Janot	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	01/1969	Não identificado	Dez horas de tocaia na vingança dos invasores. ***O Globo***, 18/01/1969
Edval José dos Santos	Mutirão Primavera	Itaguaí	03/07/1987	Não identificado	VIANA (2013)
Felix Resende	Patis	Cachoeiras de Macacu	01/10/1981	Não identificado	VIANA (2013)
Isaías Ferreira da Silva	Fazenda São Bernardino	Nova Iguaçu	08/1986	15 homens armados e encapuzados. O antigo proprietário, que ainda reivindicava a fazenda, era Pedro Gacazzi	Lavrador morto continua no IML de Nova Iguaçu. ***Jornal do Brasil***, 13/08/1986, s/n de pág. (NMSPP/ci CF.se.rj - Pasta I)
Jaime Brito da Silva	Fazenda Lagoinhas	Cachoeiras de Macacu	05/1976	Não identificado	VIANA (2013)
Jairo Cleso dos Santos	Fazenda dos Machados	Paracambi	06/01/1987	Não identificado	VIANA (2013)
Jairo Passos Ferreira	Fazenda Barnabé	Cachoeiras de Macacu	1981	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
João Lourenço	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	07/01/1981	Não identificado	VIANA (2013)
João Ouverney	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1981	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
José Antônio	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	Não identificado	Não identificado	Fazendeiros de Cabo Frio acham que só INCRA ou federais tiram invasores. ***Jornal do Brasil***, 22/03/1981. 1º Caderno, p. 26. (MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta I)
José Viana Melo	Fazenda Campos Novos	Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia	1976	Não identificado	Relatório da CPT sobre Conflitos no Campo. s/d. Provavelmente do ano de 1988 (MSPP/lg CPT.cln – Pasta I)

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Josino Simões Dias	Cachoeira Grande	Magé	28/12/1984	Não identificado	Instrumento preliminar de acesso aos arquivos dos assentamentos no município de Magé. Instituto de Terras e Cartografia – Iterj. s/d . (NMSPP/epp UF.rj. cg – Pasta I)
Julio Rita da Silva	Não identificado	Cachoeiras de Macacu	1979	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Juvenal do Espírito Santos	Faraó	Cachoeiras de Macacu	1982	Não identificado	Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Lourenço Camelo de Mesquita	Não identificado	Rio de Janeiro	30/07/1977	Não identificado	VIANA (2013)
Manoel Alexandre dos Santos	Estrada do Carmo	Cachoeiras de Macacu	01/08/1981	Não identificado	VIANA (2013)
Manoel Francisco Flor	Gleba América Fabril	Magé	Não identificado	Não identificado	Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 21/07/2010
Manoel Guilherme Gonçalves	Fazenda Quizanga	Cachoeiras de Macacu	1980	Não identificado	VIANA (2013)
Manoel Muniz	Maraporã	Cachoeiras de Macacu	1979	Não identificado	VIANA (2013)
Não identificado.	Fazenda Santa Constança	Magé	1971	Não identificado	Of. nº 48/SE/80 do Presidente da Fetag/RJ e do Secretário ao Coordenador Regional do Leste Meridional do Incra, em 29/02/1980. (MSPP/epp INCRA. pr.rj – Pasta XII)
Não identificado	Não identificado	Magé	Não identificado	Demercindo de Tal	*Terra Livre*. Jun/1960. p.7, citado por RIBEIRO (2015)
Ordiney Acácio de Araújo	Fazenda Bacaxá	Rio Bonito	29/11/1979	Não identificado	CARNEIRO; CIOCCARI (2010) Relatório dos principais agravamentos dos conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro elaborado pela Fetag/RJ em 30/11/1983. (NMSPP/Sr SC.frj.c – Pasta II)
Valci Graça	Faraó	Cachoeiras de Macacu	01/12/1980	Não identificado	VIANA (2013)
Zé da Bota	Gleba América Fabril	Magé	Não identificado	Não identificado	Entrevista com Antonio Ernesto e Celita concedida a Marco Antonio Teixeira no dia 21/07/2010

Referências

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA/SDH, 2010.

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em Trincheiras: Estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia. *Ocupações e Acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais. Centro de Documentação em História Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas. Doutorado, 2015.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

VIANA, Gilney (Coord.). *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da justiça de transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

ANEXO 3

Desaparecimentos forçados

Desaparecimentos forçados

NOME	CONFLITO	MUNICÍPIO	DATA	RESPONSÁVEL	FONTE
Daniel Nunes[1]	Tentativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu e Imperatriz/MA	1971	Exército	Entrevistas com antigos moradores da Gleba Nova Ribeira a Alberto Santos, concedidas em 07/2015
Filho de Manoel José de P. Duque (menor de idade, mantido por 6 dias em local desconhecido)	Repressão aos dirigentes da União Operária Valenciana	Valença/ Niterói	1964	Sem inf., mas ao que tudo indica o rapaz foi levado por policiais a serviço das forças repressivas.	Texto datilografado de Manoel José de Pinho Duque, sem data, arquivado e cedido por Ney Fernandes e Gilson Gabriel
Heraldo Faria Salgado (sequestrado)	Fazenda do Recreio	Porciúncula	1987	Jagunços a mando do fazendeiro Francisco Lino	***Pelejando***, nº 47, 11/1987. Contagem, MG. Centro de Documentação D. Tomás Balduíno – Acervo Digital CPT Nacional
Jorge Gomes dos Santos	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu e Imperatriz/MA	1969	Exército	Entrevistas com antigos moradores da Gleba Nova Ribeira a Alberto Santos, Fabricio Teló e Ricardo Braga Brito, concedidas entre 11/2014 e 08/2015
Josué Gomes dos Santos	Entativa de organização de um centro de treinamento guerrilheiro	Cachoeiras de Macacu e Imperatriz/MA	1969	Exército	Entrevistas com antigos moradores da Gleba Nova Ribeira a Alberto Santos, Fabricio Teló e Ricardo Braga Brito, concedidas entre 11/2014 e 08/2015
Manoel Francisco	Fazenda Santa Constança	Magé	1971	Não identificado	Of. nº 48/SE/80 do Presidente da Fetag/RJ e do Secretário ao Coord. Regional do Leste Meridional do Incra em 29/02/1980. (MSPP/epp INCRA.pr.rj – Pasta XII)

1 Caso de desaparecimento forçado reconhecido pela CEV-Rio.

SOBRE OS AUTORES

Aline Borghoff Maia
Bacharela e licenciada em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Mestra pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutoranda pela mesma instituição. Bolsista de treinamento e capacitação técnica da Faperj, no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

Ana Claudia Diogo Tavares
Mestra em Sociologia e Direito (PPSD/UFF), doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRJ), professora adjunta do NEPDH/UFRJ.

Ana Maria Almeida da Costa
Mestra em Educação pela UFF, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (SSC/UFF).

Annagesse Feitosa
Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutoranda pela mesma instituição. Bolsista de Mestrado no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

Delma Pessanha Neves
Mestra e doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFF, bolsista do CNPq e pesquisadora visitante no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

Elizabeth Linhares
Mestra em Belas Artes pela UFRJ, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS/UFRJ. Bolsista de Pós-Doutorado Sênior no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

Fabricio Teló
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Santa Maria, mestre pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutorando pela mesma instituição. Bolsista de treinamento e capacitação técnica da Faperj, no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

Gabriel de Souza Bastos
Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pelo IFCS/UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e doutorando pela mesma instituição. Bolsista de treinamento e capacitação técnica da Faperj, no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

Iby Montenegro de Silva
Mestra pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, bolsista de treinamento e capacitação técnica da Faperj no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

Leonilde Servolo de Medeiros
Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisadora do CNPQ e do Programa Cientistas do Nosso Estado da Faperj. Coordenadora do Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

Marco Antonio dos Santos Teixeira
Bacharel em Ciências Sociais pela UERJ e em História pela Unirio. Mestre pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

Mariana Trotta Dallalana Quintans
Bacharela em Direito e mestra em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC-Rio. Doutora pelo Progra¬ma de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora adjunta da FND/UFRJ.

Marilda Vilela Iamamoto
Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP, professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESS/UERJ). Pesquisadora do CNPQ e do Programa Prociência (UERJ/Faperj).

Rayanne Gonçalves de Medeiros
Bacharela em Ciências Sociais pela UFF, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ricardo Braga Brito
Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutorando pela mesma instituição.

Rodrigo Pennutt Cruz
Bacharel em Ciências Sociais pela UFF, mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF e doutorando em Antropologia pelo mesmo programa. Bolsista de treinamento e capacitação técnica da Faperj, no Projeto *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).*

PARTICIPANTES DA EQUIPE DO PROJETO

Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)

(março de 2014 a fevereiro de 2016)

Coordenadora: Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)

Pesquisadores:
Aline Borghoff Maia (mestra pelo CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)
Ana Claudia Diogo Tavares (professora do NEPP/DH/UFRJ)
Ana Maria de Almeida Costa (doutoranda PPGSS/UERJ, professora da SSC/UFF)
Annagesse Feitosa (mestranda CPDA/UFRRJ, bolsista de mestrado da Faperj)
Delma Pessanha Neves (PPGAS/UFF, pesquisadora visitante, bolsista da Faperj)
Elisandra Galvão (doutoranda CPDA/UFRRJ, bolsista de Doutorado da Faperj)
Elizabeth Linhares (pós-doutoranda sênior no CPDA/UFRRJ, bolsista da Faperj)
Fabrício Teló (doutorando CPDA/UFRRJ)
Gabriel Bastos (mestre CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)
Iby Montenegro de Silva (mestra CPDA/UFRRJ, bolsista TCT da Faperj)
Marco Antonio dos Santos Teixeira (doutorando IESP/UERJ)
Mariana Trotta Delalanna Quintans (FND/UFRJ)
Marilda Vilela Iamamoto (professora da FSS/UERJ)
Ricardo Braga Brito (graduado em Ciências Sociais/UFRJ)
Rodrigo Penutt da Cruz (mestre e doutorando pela UFF, bolsista TCT da Faperj)

Bolsistas de Iniciação Científica
Adriana de Jesus Garcia Pinto (graduanda em Serviço Social/UERJ, bolsista Cetreina)
Fernanda Cerny Alves (graduanda em Ciências Sociais, FGV, bolsista Faperj)
Isabella Maio (graduanda em Serviço Social/UERJ, bolsista CNPq)
Lígia Nonato dos Santos (graduanda em História, IM/UFRRJ, bolsista Faperj)
Natasha Gomes (graduanda em Ciências Sociais/UFRRJ, bolsista Faperj)
Rayanne Medeiros (graduanda em C. Sociais/UFF)
Vinicius Silva (graduando em Direito/FND/UFRJ, bolsista Faperj)